



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 8 de abril de 2013

Número 68

ÍNDICE

PARTE C

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares:

Despacho n.º 4777/2013:

Determina a cessação do exercício de funções da licenciada Maria Eugénia de Almeida Santos do cargo de Diretora-Geral da Direção-Geral das Autarquias Locais 11415

Despacho n.º 4778/2013:

Determina a cessação de funções dos licenciados Paulo Manuel Múrias Bessone Mairitti e Sónia Alexandra Mendes Ramalhinho dos cargos de Subdiretores-Gerais da Direção-Geral das Autarquias Locais 11415

Louvor n.º 264/2013:

Louva a licenciada Maria Eugénia de Almeida Santos pela forma como exerceu as funções no Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares 11415

Direção-Geral das Artes:

Aviso n.º 4670/2013:

Procedimento concursal comum de recrutamento com vista ao preenchimento de um posto de trabalho da categoria de especialista de informática do grau 2, nível 1, da carreira (não revista) de especialista de informática, do mapa de pessoal da Direção-Geral das Artes 11415

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais:

Despacho n.º 4779/2013:

Delegação de competências no Mestre Nuno Estanqueiro Dias 11417

Ministério das Finanças

Autoridade Tributária e Aduaneira:

Aviso (extrato) n.º 4671/2013:

Nomeações, em regime de substituição, em cargo de chefia tributária. 11417

Despacho n.º 4780/2013:

Delegação de competência do diretor de finanças-adjunto (em substituição) Joaquim Manuel Pombo Alves 11417

Caixa Geral de Aposentações, I. P.:

Aviso n.º 4672/2013:

Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de maio de 2013 11418

Declaração n.º 84/2013:

Declara ficar sem efeito a inclusão de um elemento da lista de aposentados publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 25 de janeiro de 2007 11438

Declaração n.º 85/2013:

Declara ficar sem efeito a inclusão de um elemento da lista de aposentados publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 6 de janeiro de 2012. 11438

Declaração de retificação n.º 431/2013:

Retifica um aviso saído no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 7 de dezembro de 2012. 11438

Declaração de retificação n.º 432/2013:

Retifica um aviso saído no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 8 de março de 2013 . . . 11438

Declaração de retificação n.º 433/2013:

Retifica um aviso saído no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 8 de março de 2013 . . . 11438

Direção-Geral do Orçamento:**Despacho n.º 4781/2013:**

Nomeação em regime de substituição para exercer o cargo de chefe de Divisão de Informação e Divulgação 11438

Despacho n.º 4782/2013:

Nomeação em regime de substituição para exercer o cargo de chefe de divisão de Gestão de Recursos Humanos 11438

Despacho n.º 4783/2013:

Nomeação em regime de substituição para exercer o cargo de chefe de divisão de Suporte Tecnológico aos Processos 11439

Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas:**Aviso n.º 4673/2013:**

Procedimento concursal para frequência do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP-14.ª edição 2013/2014) 11439

Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Economia e do Emprego**Gabinetes dos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Economia e do Emprego:****Despacho n.º 4784/2013:**

Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., a VAA - VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, S.A. e a RIA STONE, FÁBRICA DE LOUÇA DE MESA EM GRÊS, S.A. 11452

Ministério da Defesa Nacional**Gabinete do Ministro:****Despacho n.º 4785/2013:**

Reestruturação dos Estabelecimentos Militares de Ensino (EMES). 11452

Secretaria-Geral:**Despacho n.º 4786/2013:**

Colocação na situação de mobilidade especial do trabalhador José Amorim Mota Rodrigues 11453

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar:**Despacho n.º 4787/2013:**

Consolidação no mapa de pessoal da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar a mobilidade interna na carreira/categoria de assistente técnico da assistente técnica Teresa Maria dos Santos Matos da Fonseca 11454

Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P.:**Despacho (extrato) n.º 4788/2013:**

Subdelegação de competências — Major Augusto Rodrigues 11454

Marinha:**Anúncio n.º 139/2013:**

Procedimento concursal apoio balnear na UB4 da Praia da Rocha. 11454

Despacho n.º 4789/2013:

Delegação de competências no diretor dos Serviços de Apoio. 11454

Ministério da Administração Interna

Gabinete do Ministro:

Despacho n.º 4790/2013:

Renovação da nomeação, em comissão de serviço, do Subintendente M/100178, Rui Filipe Resende Melo Coelho de Moura, no cargo de Diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento, da Polícia de Segurança Pública, precedendo recrutamento excecional na categoria de Intendente 11455

Autoridade Nacional de Proteção Civil:

Despacho n.º 4791/2013:

Nomeação da licenciada Olga Maria Macedo Calixto Morais para desempenhar as funções de diretora da Unidade de Apoio ao Voluntariado da Direção Nacional de Bombeiros 11455

Despacho n.º 4792/2013:

Nomeação da licenciada Carla Alexandra Carvalho Lopes Osório Nunes para desempenhar as funções de chefe do Núcleo de Organização e Recursos Humanos da Direção Nacional de Recursos de Proteção Civil 11455

Comissão Nacional de Proteção Civil:

Despacho n.º 4793/2013:

Cessação da comissão de serviço, em substituição, da licenciada Ana Maria Cavaco Vidigal das Neves Roque como chefe do Núcleo Apoio Técnico e Relações Internacionais 11456

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Despacho n.º 4794/2013:

Concede o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres a vários cidadãos brasileiros. 11456

Despacho n.º 4795/2013:

Concede o estatuto de igualdade de direitos e deveres a vários cidadãos brasileiros 11457

Despacho n.º 4796/2013:

Concede o estatuto de igualdade de direitos e deveres a vários cidadãos brasileiros 11457

Despacho n.º 4797/2013:

Concede o estatuto de igualdade de direitos e deveres a vários cidadãos brasileiros 11457

Despacho n.º 4798/2013:

Concede o estatuto de igualdade de direitos e deveres a vários cidadãos brasileiros 11457

Despacho n.º 4799/2013:

Concede o estatuto de igualdade de direitos e deveres a vários cidadãos brasileiros 11457

Ministério da Justiça

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais:

Despacho (extrato) n.º 4800/2013:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com João Paulo Ribeiro Bizarro 11458

Polícia Judiciária:

Despacho (extrato) n.º 4801/2013:

Passagem a licença sem vencimento de longa duração. 11458

Ministério da Economia e do Emprego

Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

Despacho n.º 4802/2013:

Declaração de utilidade pública, com caráter de urgência, das alterações às expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção da obra do “Lanço G - IP2 - S. Manços/Beja - Nó da Vidigueira Sul, Nó do Caminho de Ferro - Entroncamento e Restabelecimentos 6.01 e 5.02 - Aditamento 2” 11458

Direção-Geral das Atividades Económicas:

Despacho n.º 4803/2013:

Delega nos Diretores Regionais da Economia (DRE) territorialmente competentes, do Ministério da Economia e do Emprego os poderes a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 45.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro no que se refere às regras relativas ao controlo do mercado lícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas, precursores e outros produtos químicos suscetíveis de utilização no fabrico de droga 11465

Direção-Geral de Energia e Geologia:

Contrato (extrato) n.º 220/2013:

Publica o extrato de adenda assinada em 1 de fevereiro de 2013, referente ao contrato de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ferro e minerais associados a que corresponde o n.º MN/PP/008/11 e a denominação de CARVIÇAIS 2. 11465

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.:

Aviso n.º 4674/2013:

Listagem das subvenções concedidas — 2.º semestre de 2012. 11465

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Gabinete da Ministra:

Despacho n.º 4804/2013:

Determina a cessação de funções, a seu pedido, do mestre Manuel Augusto Ruano Lacerda, no cargo de vice-presidente do conselho diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. 11465

Despacho n.º 4805/2013:

Designa o licenciado Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões, para exercer em regime de substituição, o cargo de vice-presidente do conselho diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. 11465

Despacho n.º 4806/2013:

Designa a engenheira Ana Teresa Pinheiro dos Santos Diogo Perez para exercer, em regime de substituição, o cargo de vogal do conselho diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. 11466

Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural:

Despacho n.º 4807/2013:

Aprova a minuta final do Contrato de Concessão das Obras Hidroagrícolas do EFMA a celebrar entre o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA. 11466

Ministério da Saúde

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde:

Despacho n.º 4808/2013:

Determina que as Administrações Regionais de Saúde, IP (ARS, IP) devem cumprir as metas anuais definidas no Programa Nacional para as Doenças Oncológicas da Direção-Geral da Saúde (DGS) relativamente à taxa de cobertura dos rastreios de cancro da mama, do colo do útero e do cólon e recto, devendo tais metas constar do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) anual de cada ARS, IP 11467

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde:

Despacho n.º 4809/2013:

Acreditação como odontologista de Abel Jorge Fernandes Rodrigues 11467

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.:

Deliberação n.º 876/2013:

Designação de júri do procedimento de contratação de bens e serviços. 11467

Despacho n.º 4810/2013:

Nomeação, em regime de substituição, no cargo de coordenador da Unidade de Contabilidade 11468

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.:

Deliberação (extrato) n.º 877/2013:

Consolidação de mobilidade interna na categoria. 11468

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.:

Aviso (extrato) n.º 4675/2013:

Procedimento simplificado conducente ao recrutamento de pessoal médico para a categoria de assistente da área de psiquiatria da carreira especial médica 11468

Aviso (extrato) n.º 4676/2013:

Procedimento simplificado conducente ao recrutamento de pessoal médico para a categoria de assistente, da área de medicina geral e familiar da carreira especial médica 11469

Aviso (extrato) n.º 4677/2013:

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a partir de 17 de setembro de 2012, com Cristina Maria da Fonseca Teixeira Marques, para um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da ARSLVT, I. P./ACES da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra 11470

Aviso (extrato) n.º 4678/2013:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a partir de 17 de setembro de 2012, com Susana da Conceição Azinheira Saiote, para um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da ARSLVT, I. P./ACES da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra 11470

Aviso (extrato) n.º 4679/2013:

Celebra contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a partir de 17 de setembro de 2012, com Ana Cristina Belo das Neves Godinho, para um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da ARSLVT, I. P./ACES da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra 11470

Aviso (extrato) n.º 4680/2013:

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a partir de 17 de setembro de 2012, com Marta Cristina Belmonte Pereira, para um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da ARSLVT, I. P./ACES da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra 11471

Aviso (extrato) n.º 4681/2013:

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a partir de 17 de setembro de 2012, com Ângela Marisa Afonso Moraes de Carvalho, para um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da ARSLVT, I. P./ACES da Península de Setúbal II — Seixal — Sesimbra 11471

Aviso (extrato) n.º 4682/2013:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a partir de 17 de setembro de 2012, com Sandra Cristina Sendim Monteiro Martins, para um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da ARSLVT, I. P./ACES da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra 11471

Aviso (extrato) n.º 4683/2013:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a partir de 17 de setembro de 2012, com Aurora Gracinda Bento Ramos, para um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da ARSLVT, I. P./ACES da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra 11471

Aviso (extrato) n.º 4684/2013:

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a partir de 17 de setembro de 2012, com Livia de Lurdes Cardita Baptista, para um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da ARSLVT, I. P./ACES da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra 11471

Despacho (extrato) n.º 4811/2013:

Autoriza a consolidação da mobilidade interna a Luís Anastácio Ferreira Afonso, assistente graduado sénior de medicina geral e familiar, do Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central, para o Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte 11472

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.:

Deliberação n.º 878/2013:

Delegação e subdelegação de competências em cada um dos membros do conselho diretivo 11472

Deliberação n.º 879/2013:

Delegação de competências na diretora executiva do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central 11473

Deliberação n.º 880/2013:

Delegação de competências nos diretores de Departamento 11474

Deliberação n.º 881/2013:

Delegação de competências no chefe da equipa multidisciplinar para a área da coordenação da intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências (SICAD) 11474

Deliberação n.º 882/2013:

Delegação de competências na coordenadora da Unidade de Gestão de Recursos Humanos 11475

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.:

Contrato (extrato) n.º 221/2013:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com as técnicas superiores Luísa Maria N. Pereira e Maria da Graça A. P. M. da Silva 11475

Despacho n.º 4812/2013:

Conclusão, com sucesso, do período experimental da assistente técnica Ana Paula Stoffel Fonseca 11475

Ministérios da Saúde e da Educação e Ciência

Gabinetes do Secretário de Estado da Saúde e da Secretária de Estado da Ciência:

Despacho n.º 4813/2013:

Determina o número de internos e as áreas prioritárias em doutoramento com base em investigação clínica, abrangidos pelo Regulamento dos Internos Doutorandos, aprovado pela Portaria n.º 172/2008, de 15 de Fevereiro, com a redação dada pela Portaria n.º 477/2010, de 9 de julho, para o ano de 2013. 11475

Ministério da Educação e Ciência

Gabinete do Ministro:

Despacho normativo n.º 5/2013:

Aprova o Regulamento do Júri Nacional de Exames; o Regulamento das Provas e dos Exames do Ensino Básico e do Ensino Secundário e revoga o Despacho Normativo n.º 6/2012, de 10 de abril 11476

Secretaria-Geral:

Despacho n.º 4814/2013:

Designação da chefe de divisão de Processamento de Vencimentos e Abonos, licenciada Ana Luísa Ramos Rainho Monteiro 11498

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares:

Aviso n.º 4685/2013:

Conclusão do período experimental 11499

Declaração de retificação n.º 434/2013:

Retificação do aviso n.º 16481/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 10 de dezembro de 2012, a p. 39267, referente à consolidação definitiva interna na carreira e categoria de assistente operacional do trabalhador Jorge Silva 11499

Aviso n.º 4686/2013:

Abertura de concurso para provimento do lugar de diretor do Agrupamento de Escolas de António Nobre, Porto 11499

Aviso n.º 4687/2013:

Abertura de concurso para diretor 11500

Aviso n.º 4688/2013:

Abertura de concurso para provimento do lugar de diretor do Agrupamento de Escolas D. Maria II. 11500

Aviso n.º 4689/2013:

Procedimento concursal prévio para recrutamento do diretor. 11501

Aviso n.º 4690/2013:

Abertura de procedimento concursal para a eleição do diretor do Agrupamento 11501

Aviso (extrato) n.º 4691/2013:

Procedimento concursal para assistentes operacionais a termo resolutivo certo a tempo parcial 11502

Aviso n.º 4692/2013:

Abertura do procedimento concursal para a eleição do diretor do Agrupamento de Escolas Figueira Mar, Figueira da Foz. 11503

Aviso n.º 4693/2013:

Homologação de diretora 11503

Despacho n.º 4815/2013:

Nomeação do subdiretor e dos adjuntos 11503

Aviso n.º 4694/2013:

Abertura de concurso para diretor do Agrupamento de Escolas de Ílhavo 11503

Aviso n.º 4695/2013:

Abertura do concurso para diretor. 11504

Despacho n.º 4816/2013:

Exoneração das funções de adjunta do diretor da docente Marina Isabel Pedro Rodrigues. . . 11504

Despacho n.º 4817/2013:

Nomeação como adjunta do diretor da Professora Maria Manuela Carvalho Pinto Fernandes 11504

Aviso n.º 4696/2013:

Lista de pessoal docente e não docente que cessaram relação jurídica de emprego público em 2012 11504

Aviso n.º 4697/2013:

Abertura de concurso para diretor do Agrupamento de Escolas de Mem Martins 11504

Aviso n.º 4698/2013:

Abertura de procedimento concursal para provimento do lugar de diretor do Agrupamento de Escolas de Monção 11505

Aviso n.º 4699/2013:

Abertura de procedimento concursal para diretor 11505

Aviso n.º 4700/2013:

Concurso prévio à eleição do diretor 11506

Aviso n.º 4701/2013:

Lista de antiguidade do pessoal docente — Agrupamento de Escolas de Santa Catarina, Caldas da Rainha 11507

Aviso n.º 4702/2013:

Lista de antiguidade do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Santa Catarina, Caldas da Rainha 11507

Aviso n.º 4703/2013:

Abertura de concurso para ocupação de quatro postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional 11507

Aviso n.º 4704/2013:

Abertura do procedimento concursal para a eleição do diretor 11508

Aviso n.º 4705/2013:

Abertura de concurso para o recrutamento e eleição do diretor do Agrupamento de Escolas Templários 11509

Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade e da Segurança Social

Gabinetes dos Secretários de Estado do Ensino e da Administração Escolar e da Solidariedade e da Segurança Social:

Despacho n.º 4818/2013:

Criação de um Grupo de Trabalho com a missão de analisar e identificar os impactos da implementação e os procedimentos inerentes do atual Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar 11509

PARTE D**3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa****Anúncio n.º 140/2013:**

Publicidade da prestação de contas — liquidatário — processo n.º 266-F/2002 11510

Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais**Deliberação (extrato) n.º 883/2013:**

Nomeação, por inerência, de juizes militares para os Tribunais Centrais Administrativos, Norte e Sul 11510

PARTE E**Câmara dos Solicitadores****Regulamento n.º 127/2013:**

Regulamento do Prémio Solicitador Daniel Lopes Cardoso 11510

Regulamento n.º 128/2013:

Regulamento das contas-clientes de agentes de execução 11511

Escola Superior de Enfermagem de Lisboa**Aviso n.º 4706/2013:**

Cursos de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem/curso de mestrado em Enfermagem 11511

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril**Declaração de retificação n.º 435/2013:**

Replicação do despacho (extrato) n.º 9903/2012, por ter sido publicado com inexatidão . . . 11514

Ordem dos Advogados**Edital n.º 335/2013:**

Torna público o cancelamento da inscrição na Ordem dos Advogados do Dr. Orlando Guerra . . . 11514

Edital n.º 336/2013:

Torna público o cancelamento da inscrição na Ordem dos Advogados do Senhor Dr. Rui Pires Salvado . . . 11514

Edital n.º 337/2013:

Torna pública a suspensão da inscrição na Ordem dos Advogados da Dr.ª Patrícia Calado . . . 11514

Edital n.º 338/2013:

Torna pública a suspensão da inscrição na Ordem dos Advogados do Dr. Rui Barrote Carrilho 11514

Edital n.º 339/2013:

Torna pública a suspensão da inscrição na Ordem dos Advogados do Senhor Dr. Arnaldo J. Fernandes . . . 11515

Edital n.º 340/2013:

Torna pública a suspensão da inscrição na Ordem dos Advogados do Senhor Dr. Rui Barrote Carrilho . . . 11515

Edital n.º 341/2013:

Torna público o levantamento de suspensão da inscrição na Ordem dos Advogados do Senhor Dr. Belo dos Santos . . . 11515

Universidade do Algarve**Declaração de retificação n.º 436/2013:**

Retificação ao texto do edital concurso documental internacional — cinco vagas de professor auxiliar — Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina (DCBM), no ramo de Ciências Médicas . . . 11515

Despacho (extrato) n.º 4819/2013:

Júri de provas públicas para a avaliação de competência pedagógica e técnico-científica das mestres Cecília Maria Correia Rodrigues e Catherine Christiane Marie Pasquier na área disciplinar de Línguas . . . 11515

Universidade da Beira Interior**Despacho n.º 4820/2013:**

Adequação do ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre em Medicina . . . 11515

Universidade de Coimbra**Aviso n.º 4707/2013:**

Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, no âmbito do procedimento concursal comum destinado ao recrutamento para ocupação de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Universidade de Coimbra — DRH048-11-365 . . . 11518

Universidade de Lisboa**Aviso n.º 4708/2013:**

Projeto de lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, para exercer funções na Biblioteca — área de arquivo, aberto pelo aviso n.º 14172/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 206, de 24 de outubro, e pela Oferta BEP n.º OE201210/0289 . . . 11518

Aviso n.º 4709/2013:

Convocatória para a realização da prova de conhecimentos para o recrutamento de um técnico superior para o Departamento de Química e Bioquímica — lista de candidatos admitidos e excluídos . . . 11518

Universidade Nova de Lisboa**Despacho (extrato) n.º 4821/2013:**

Exoneração do Doutor Luís Paulo da Silva Nieto Marques Rebelo do cargo de diretor do Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa. 11518

Despacho n.º 4822/2013:

Eleição dos representantes dos docentes e investigadores no conselho geral da Universidade Nova de Lisboa 11518

Universidade do Porto**Despacho n.º 4823/2013:**

Alteração do plano de estudos do 2.º ciclo de estudos em Genética Forense, da Faculdade de Ciências 11519

Universidade Técnica de Lisboa**Despacho n.º 4824/2013:**

Homologação do resultado final de *Aprovado*, das provas de habilitação para o exercício de funções de coordenação científica. 11520

Despacho (extrato) n.º 4825/2013:

Nomeação da Professora Doutora Maria Amélia Duarte Reis Bastos como Presidente do Centro de Análise Funcional e Aplicações 11520

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro**Declaração de retificação n.º 437/2013:**

Retificação do edital n.º 889/2012, relativo a abertura de concurso documental para recrutamento de um professor associado 11520

Instituto Politécnico de Lisboa**Despacho n.º 4826/2013:**

Delegação de competências do presidente nos vice-presidentes do IPL. 11521

Instituto Politécnico de Santarém**Despacho (extrato) n.º 4827/2013:**

Autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas, a Ana Cristina da Silva Rodrigues Gomes como professora adjunta na Escola Superior de Educação de Santarém, deste Instituto 11521

Despacho (extrato) n.º 4828/2013:

Autorizada a celebração de CTFPTI, a Anabela Pereira dos Santos de Sousa Vitorino como professora adjunta na ESDRM, deste Instituto 11521

Despacho (extrato) n.º 4829/2013:

Autorizada a celebração de CTFPTI a João Paulo Azevedo da Costa como professor-adjunto na ESDRM, deste Instituto 11522

Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional da Saúde:

Aviso n.º 4/2013/A:

Aviso de procedimento concursal para preenchimento de um lugar de assistente da carreira especial médica — área de saúde pública — 2.ª época. 11522

Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E. P. E.**Aviso (extrato) n.º 4710/2013:**

Pena disciplinar de demissão ao enfermeiro Emanuel Amós dos Santos 11523

Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, E. P. E.**Declaração de retificação n.º 438/2013:**

Retificação à redução de horário de Olga Sousa Ferreira 11523

Deliberação (extrato) n.º 884/2013:

Acumulação de funções públicas de Maria Goreti Reis dos Santos 11523

PARTE F**PARTE G**

Despacho (extrato) n.º 4830/2013:

Cessação de funções de Fátima Vintém dos Santos 11523

Centro Hospitalar do Médio Ave, E. P. E.**Aviso (extrato) n.º 4711/2013:**

Lista de classificação final do processo simplificado para recrutamento de pessoal médico, com vista ao preenchimento de um posto de trabalho na categoria de assistente da especialidade de anestesiologia, da carreira médica, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252, de 31 de dezembro de 2012, Aviso n.º 17357/2012. 11523

Deliberação n.º 885/2013:

Passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração da Enfermeira Fernanda Nazaré Braga Oliveira 11524

Editais n.º 342/2013:

Lista nominativa do pessoal que cessou funções por aposentação no ano de 2012 11524

Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.**Deliberação (extrato) n.º 886/2013:**

Otilia da Conceição Gouveia dos Santos Sousa, autorizada a licença especial para o exercício de funções transitórias em Macau, pelo período de dois anos, com efeitos a 1 de abril de 2013. 11524

Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E. P. E.**Aviso (extrato) n.º 4712/2013:**

Lista de classificação final do procedimento concursal simplificado para preenchimento de um lugar de trabalho na categoria de assistente de patologia clínica, da carreira médica, área de exercício hospitalar deste Instituto 11524

Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P. E.**Despacho n.º 4831/2013:**

Autorização de repartição de encargos plurianuais 11524

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E.**Deliberação (extrato) n.º 887/2013:**

Tempo parcial de pessoal de enfermagem. 11525

Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E.**Aviso n.º 4713/2013:**

Lista classificação final — psiquiatria 11525

Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E.**Deliberação (extrato) n.º 888/2013:**

Redução de horário de trabalho à Dr.ª Teresa Maria Mouta Lopes. 11525

Município de Aljezur**Aviso n.º 4714/2013:**

Publicação de aviso — vários procedimentos — contratos por tempo indeterminado. 11525

Aviso n.º 4715/2013:

Procedimento concursal — contrato por tempo indeterminado — técnico superior 11528

Município de Armamar**Aviso n.º 4716/2013:**

Cessação de relação jurídica de emprego público. 11530

Município de Arruda dos Vinhos**Edital n.º 343/2013:**

Redução de Taxas — artigo 11.º do Regulamento de Taxas do Município de Arruda dos Vinhos — delimitação de zona para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º do referido regulamento municipal 11530

Município de Benavente**Aviso (extrato) n.º 4717/2013:**

Cessação da relação jurídica de emprego público. 11531

Município de Cabeceiras de Basto**Aviso n.º 4718/2013:**

Início de licença sem remuneração do trabalhador Armando José Henriques da Costa 11531

Aviso (extrato) n.º 4719/2013:

Licença sem remuneração da trabalhadora Maria Rosa Ferreira da Silva 11531

Município das Caldas da Rainha**Aviso n.º 4720/2013:**

Afetação/reafetação dos trabalhadores do mapa de pessoal 11531

Município de Celorico de Basto**Regulamento n.º 129/2013:**

Projeto de regulamento de publicidade e ocupação do espaço público de Celorico de Basto 11531

Município de Figueira de Castelo Rodrigo**Declaração de retificação n.º 439/2013:**

Retificação do aviso n.º 3636/2013, relativo ao inquérito público do projeto de Regulamento para a Concessão de Pesca Desportiva da Albufeira de Santa Maria de Aguiar 11541

Município da Figueira da Foz**Aviso n.º 4721/2013:**

Lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior, área de Engenharia Geográfica, da carreira geral de técnico superior 11541

Município de Idanha-a-Nova**Edital (extrato) n.º 344/2013:**

Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Idanha-a-Nova 11541

Município de Loulé**Aviso n.º 4722/2013:**

Alteração à operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 3/2008 — Morgadinho ou Quinta do Morgadinho — Semino Quarteira — Loulé em nome de Oceânico II — Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado gerido e administrado por Interfundos — Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A. 11541

Município de Odivelas**Regulamento n.º 130/2013:**

Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais Regulamento de Liquidação e Co-brança 11542

Município de Olhão**Declaração de retificação n.º 440/2013:**

Retificação do aviso n.º 4091/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56 de 20 de março de 2013. 11566

Município de Palmela**Aviso n.º 4723/2013:**

Cessação da relação jurídica de emprego público 11566

Município de Portalegre**Aviso n.º 4724/2013:**

Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas do Concelho de Portalegre — Programa Plurianual de Investimentos 11566

Município de Ribeira de Pena**Aviso n.º 4725/2013:**

Celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado 11566

Município de São João da Pesqueira**Aviso n.º 4726/2013:**

Listagem das transferências efetuadas no 2.º semestre do ano de 2012 11566

Município da Trofa**Despacho n.º 4832/2013:**

Reorganização dos Serviços Municipais 11567

Município de Valongo**Aviso n.º 4727/2013:**

Processo do loteamento municipal sito na Rua do Valado, freguesia de Valongo, e consiste na alteração do lote 8, para constituição de dois lotes distintos, sendo um destinado ao edifício do Centro Escolar do Valado, e o outro a espaço verde 11580

Município de Vila do Bispo**Edital n.º 345/2013:**

Discussão pública, respeitante ao projeto de alterações ao alvará de loteamento n.º 6/92, de 30/09/1992 11580

Município de Vila de Rei**Aviso n.º 4728/2013:**

Licença sem remuneração da funcionária Virgínia da Conceição Lambranca Cabeças Fernandes 11580

Edital n.º 346/2013:

Regulamento da Comissão de Proteção do Idoso em Risco 11580

Freguesia de Canidelo**Aviso n.º 4729/2013:**

Celebração de contrato 11580

Freguesia de Fanhões**Aviso n.º 4730/2013:**

Cessação da relação jurídica de emprego público por motivo de aposentação 11580

Freguesia de São José da Lamarosa**Aviso n.º 4731/2013:**

Lista de antiguidade do ano de 2012 11580

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Leiria**Edital n.º 347/2013:**

Projeto de regulamento do serviço de água e saneamento de águas residuais urbanas do concelho de Leiria 11581





PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 4777/2013

1. Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, local e regional do Estado, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, determino a cessação do exercício de funções, em regime de substituição, da licenciada Maria Eugénia de Almeida Santos do cargo de Diretora-Geral da Direção-Geral das Autarquias Locais, para a qual havia sido nomeada através do Despacho n.º 15600/2011, de 8 de novembro, publicado na 2.ª Série do Diário da República, datado de 17 de novembro de 2011.

2. A cessação de funções referida no número anterior produz efeitos a 31 de dezembro de 2012.

3. O presente despacho revoga e substitui o Despacho n.º 2646/2013, de 28 de janeiro de 2013, publicado na 2.ª Série do Diário da República de 19 de fevereiro de 2013.

19 de março de 2013. — O Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, *Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas*.

6562013

Despacho n.º 4778/2013

1. Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, local e regional do Estado, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, determino a cessação do exercício de funções, em regime de substituição, dos licenciados Paulo Manuel Múrias Bessone Mauritti e Sónia Alexandra Mendes Ramalhinho do cargos de Subdiretores-Gerais da Direção-Geral das Autarquias Locais, para os quais haviam sido designados, respetivamente, através dos Despachos n.º 1794/2012 e 1795/2012, ambos de 9 de janeiro, publicados na 2.ª Série do Diário da República, datado de 8 de fevereiro de 2012.

2. As cessações de funções referidas no número anterior produzem efeitos a 31 de dezembro de 2012.

3. O presente despacho revoga e substitui o Despacho n.º 2647/2013, de 28 de janeiro de 2013, publicado na 2.ª Série do Diário da República de 19 de fevereiro de 2013.

19 de março de 2013. — O Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, *Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas*.

6552013

Louvor n.º 264/2013

Ao cessar as suas funções enquanto Diretora-Geral da Direção-Geral das Autarquias Locais, entendo dever prestar à licenciada Maria Eugénia de Almeida Santos público louvor e reconhecimento pela qualidade do trabalho realizado desde Junho de 2002, data em que foi por mim nomeada dirigente máxima da referida Direção Geral, no âmbito do XV Governo Constitucional. Desde então revelou sempre elevada competência e sentido de responsabilidade, sendo de elementar justiça agradecer a disponibilidade que demonstrou ter nas funções que lhe foram confiadas.

19 de março de 2013. — O Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, *Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas*.

6542013

Direção-Geral das Artes

Aviso n.º 4670/2013

Procedimento concursal comum de recrutamento com vista ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da categoria de especialista de informática, grau 2, nível 1 da carreira (não revista) de especialista de informática, do mapa de pessoal da Direção-Geral das Artes.

1 — Nos termos dos artigos 9.º e 28.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, por força do estabelecido no artigo 47.º da

Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 13 de março de 2013, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum destinado ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na categoria de especialista de informática, grau 2, nível 1, da carreira (não revista) de especialista de informática, previsto e não ocupado no mapa de pessoal da Direção-Geral das Artes.

2 — Legislação aplicável: o presente procedimento concursal rege-se pelos:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho;
Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março;
Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril;
Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro; e
Código do Procedimento Administrativo.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para o preenchimento do posto de trabalho a concurso, caducando com o respetivo preenchimento.

4 — Local de prestação de trabalho — as funções serão exercidas nas instalações da sede da Direção-Geral das Artes, sitas no Campo Grande, 83, 1.º, 1700-088 Lisboa.

5 — Conteúdo funcional:

a) Administração, monitorização e manutenção do Datacenter da DGArtes, composto por 17 servidores (marcas IBM, HP e NEC) com sistemas operativos Linux (Debian, Mandrake e CentOS), Windows 2000 Server Standard, Windows 2003 Server Standard, 3 deles virtualizados em ambiente VMWare Server;

b) Administração, monitorização e manutenção de sistema Firewall e VPN Server Monowall, Mailrelay e Antispam MailScanner/Mailwatch;

c) Administração de Domínio Windows (Active Directory, File Sharing, Print Sharing, DNS, DHCP, GPOs), Exchange 2003 Server Standard (para uso interno via MAPI e no exterior via OWA), FTP Server, Symantec Backup Exec 2010, VMWare Server, WSUS, Innux Time, SINGAP (da Quidgest), FactuPlus Elite e aplicações desenvolvidas internamente: "Processo Individual" (usando HTML, PHP, MySQL e IIS), GESINT (usando HTML, ASPs, SQL Express e IIS), DAVID e URUBU (ambos em MS Access);

d) Monitorização do funcionamento dos sites Internet e Intranet da DGArtes;

e) Gestão e manutenção a nível de hardware e software do parque computacional cliente composto por 48 PCs, 6 portáteis, 7 impressoras de rede, 4 *scanners* de rede, 4 *scanners* dedicados;

f) Monitorização de *links* de comunicações de dados para a Internet (agregado de 2 circuitos DSL com balanceamento de carga e redundância) e VPN-IP de ligação ao Instituto de Informática;

g) Apoio aos utilizadores no âmbito do uso do *software* Windows, MacOS, MS Office, Adobe Acrobat, Photoshop, PageMaker, Macromedia Studio MX, Corel Draw e plataformas aplicativos do Processo Individual, Innux Time, Webtime, SINGAP, GESINT, GERFIP, SIC, SRH, SIGO, Gestão de Património Zetes/Burótica, Compras Públicas (Saphety), Homebanking, etc.;

h) Configuração de clientes de mail em ambientes Windows, Linux, MacOS, Smartphones, PDAs, etc.;

i) Configuração de acessos VPN em ambientes Windows, Linux e MacOS;

j) Gestão de políticas e manutenção de sistemas de *backup*, segurança, recuperação de falhas e continuidade de negócio;

k) Gestão do funcionamento da rede local em termos de infraestrutura ativa e passiva;

l) Supervisão de intervenções de técnicos externos na área das TICs;

m) Apoio em processos de aquisição na área das TICs;

n) Apoio e aconselhamento no âmbito da definição de estratégias e evolução tecnológica da DGArtes na área das TICs;

o) Apoio logístico na área das TICs no âmbito de eventos que a DGArtes venha a promover;

p) Elaboração de relatórios periódicos detalhados de atividades efetuadas e previstas;

q) Apoio na gestão do inventário de *hardware* e de *software*;

r) Implementação, configuração e administração de sistema VMWare ESXi;

s) Consolidação da infraestrutura de servidores através da virtualização de servidores obsoletos para ambiente VMWare ESXi.

6 — Remuneração e regalias sociais — a remuneração mensal é a fixada de acordo com a escala salarial correspondente à categoria para que é aberto o concurso, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, e legislação complementar.

As regalias sociais são as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

7 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso — podem candidatar-se os trabalhadores que sejam detentores de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, previamente estabelecida, ou que se encontrem em situação de mobilidade especial, e satisfaçam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

7.1 — Requisitos gerais — se encontrem nas condições previstas no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

7.2 — Requisitos especiais — estejam habilitados com licenciatura no domínio da informática, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

7.3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 29.º do citado Decreto-Lei n.º 204/98, os candidatos devem reunir os requisitos exigidos até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

8 — Preferencialmente os candidatos deverão observar cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Espírito de equipa e proatividade;
- b) Conhecimentos e experiência que permitam a execução das atividades referidas no n.º 5 do presente aviso, exceto na fase de arranque a nível das aplicações desenvolvidas internamente (nomeadamente Processo Individual, GESINT, DAVID e URUBU);
- c) Certificações Microsoft Certified Systems Administrator ou superior;
- d) Boa capacidade de organização e facilidade na comunicação com os utilizadores.

9 — Formalização das candidaturas: Nos termos do artigo 27.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, a candidatura deve ser formalizada mediante preenchimento de formulário próprio, disponível para *download* na página eletrónica da Direção-Geral das Artes (www.dgartes.pt).

9.1 — O formulário de candidatura preenchido, bem como todos os anexos deverão ser remetidos através de correio registado, com aviso de receção, até à data limite para a apresentação das candidaturas, para a Direção de Serviços de Planeamento, Informação e Recursos Humanos da Direção-Geral das Artes, sita no Campo Grande, 83, 1.º, 1700-088 Lisboa, ou entregue pessoalmente na mesma morada das 10,00 horas às 12,00 horas e das 14,30 horas às 17,00 horas, podendo, ainda, ser remetido por e-mail para o endereço geral@dgartes.pt.

9.2 — Do requerimento de admissão devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, número de identificação fiscal, nacionalidade, estado civil, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão e serviço de identificação que emitiu, residência, código postal e número de telefone para contacto durante as horas de expediente);
- b) Identificação do concurso a que se candidata;
- c) Indicação da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo, antiguidade na categoria e na função pública;
- d) Habilitações literárias;
- e) Qualificações profissionais (designadamente, mas sem limitar, especializações, estágios, ações de formação);
- f) Quaisquer outros elementos curriculares que os candidatos considerem relevantes para apreciação de mérito.

10 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do certificado de habilitações literárias e do bilhete de identidade/cartão de cidadão;
- b) Fotocópia dos comprovativos de ações de formação profissional frequentadas, incluindo a respetiva duração;
- c) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;
- d) Declaração emitida pelo organismo ou serviço onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente atualizada, da qual conste a modalidade da relação jurídica de emprego público que detém, a categoria e posição remuneratória, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a avaliação de desempenho dos últimos 3 anos;
- e) Declaração de conteúdo funcional, atualizada e passada pelo organismo em que presta serviço.

11 — Métodos de seleção a utilizar:

- a) Prova de conhecimentos (eliminatória);
- b) Entrevista profissional de seleção.

11.1 — Prova de conhecimentos — a prova de conhecimentos, de realização individual, sem consulta, visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos, necessários ao exercício das funções. A prova de conhecimentos assumirá a forma escrita e revestirá natureza teórica, contendo perguntas diretas e questões de desenvolvimento e terá a duração máxima de 60 minutos. A prova de conhecimentos tem caráter eliminatório. Os candidatos que obtenham, na prova de conhecimentos, uma classificação inferior a 9,5 pontos serão excluídos do presente procedimento concursal.

11.2 — A prova de conhecimentos obedecerá ao programa de provas de conhecimentos específicos aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 14/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 5 de janeiro de 2005, podendo visar alguns dos temas que a seguir se enumeram:

- a) Os desafios da sociedade de informação;
- b) Arquitetura de sistemas de informação;
- c) Auditoria e qualidade dos sistemas de informação;
- d) Boas práticas na construção de *web sites* da administração direta e indireta do Estado;
- e) Gestão e administração de sistemas, bases de dados e redes de comunicações;
- f) Planeamento e gestão de projetos informáticos;
- g) Privacidade, segurança e integridade de sistemas de informação.

11.3 — A entrevista profissional de seleção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objetiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, de acordo com o lugar a concurso, conforme o disposto no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

11.4 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de seleção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam das atas de reunião do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

12 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores, sendo o resultado o obtido da aplicação do estabelecido no ponto n.º 11, considerando-se não aprovados os candidatos que, na classificação final, obtiverem classificação inferior a 9,5 valores, conforme determina o n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

13 — Em caso de igualdade de classificação, o desempate dos candidatos é feito nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

14 — A lista de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão publicadas, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º e do n.º 4 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

15 — Composição do júri:

Presidente — Mestre Susana Maria Graça Pereira de Oliveira, Diretora de Serviços de Planeamento, Informação e Recursos Humanos da Direção-Geral das Artes.

Vogais efetivos:

1.º Vogal — Licenciado Vasco José Ferreira Soares de Brito, técnico superior da Biblioteca Nacional de Portugal, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º Vogal — Licenciado Eduardo Manuel Rodrigues Zagalo Coimbra Arêde, técnico superior da Direção-Geral das Artes.

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Licenciado Pedro Nuno de Pinho Matos Barbosa, técnico superior da Direção-Geral das Artes.

2.º Vogal — Licenciada Helena Margarida Falcão Louro da Fonseca, técnica superior da Direção-Geral das Artes.

16 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

21 de março de 2013. — O Diretor-Geral das Artes, *Samuel Costa Lopes do Rego*.

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Despacho n.º 4779/2013

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º, 37.º e 38.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 64-A/2008 de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de maio, e Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e nos termos das disposições conjugadas na alínea d) do artigo 1.º e artigo 5.º da Portaria n.º 136/2012, de 10 de maio, delego no Mestre Nuno Manuel Estanqueiro Dias, diretor de serviços da Direção de Serviços de Gestão de Recursos e Informação do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, os poderes necessários para a prática dos seguintes atos, no âmbito das minhas competências próprias:

a) Assinar os pedidos de libertação de créditos (PLC) a apresentar mensalmente à Direção -Geral do Orçamento e autorizar e assinar os respetivos pedidos de autorização de pagamento;

2 — A delegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo dos poderes de advocação e superintendência.

3 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura, ficando ratificados todos os atos praticados no âmbito da presente delegação, até à sua publicação no *Diário da República*.

13 de março de 2013. — O Diretor-Geral, *Henrique de Matos Parente*.

206862397

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso (extrato) n.º 4671/2013

Por despacho do Senhor Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, de 28.02.2013, proferido nos termos do artigo 12.º, artigo 13.º e da alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de dezembro, foram nomeados, em regime de substituição, no cargo de chefe de finanças, Artur Pereira Silva, no S.F. Penafiel, por vacatura do lugar, com efeitos a 16.02.2013, Brás Augusto Carvalheira Martins, no S.F. Mangualde, por vacatura do lugar, com efeitos a 1.02.2013 e Maria Fernanda Pereira Madeira Raposo de Almeida, no S.F. Fundão, por vacatura do lugar, com efeitos a 1.02.2013.

23 de março de 2013. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

206861992

Despacho n.º 4780/2013

Subdelegação de competências

Ao abrigo das seguintes normas legais:

Artigo 62.º da lei Geral Tributária;

Artigos 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro (na redação da Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto);

Artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 135/1999, de 22 de abril;

Artigos 29.º, n.º 1, e 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo,

e ainda do:

Despacho do Diretor de Finanças de Lisboa, de 30/04/2012, Despacho n.º 10694/2012, publicado no DR, 2.ª série, n.º 153, de 08 de agosto de 2012;

procedo às seguintes subdelegações de competências:

I — Competências delegadas:

1 — Na Chefe da Divisão da Justiça Contenciosa, Licenciada Isabel Maria de Sousa Alves, no Chefe da Divisão da Justiça Administrativa, Licenciado José de Castro Marques, e na Chefe da Divisão de Processos Criminais Fiscais, Licenciada Maria José Alves Dantas Fonseca Lopes, no âmbito das competências das respetivas Divisões:

1.1 — A prática de todos os atos que, não envolvendo juízos de oportunidade e conveniência, não possam deixar de ser praticados uma vez verificados os pressupostos de facto;

1.2 — A resolução de dúvidas colocadas pelos Serviços de Finanças;

1.3 — A emissão de parecer acerca das solicitações efetuadas pelos Trabalhadores ou pelos Sujeitos Passivos dirigidas a Entidades superiores a esta Direção de Finanças;

1.4 — A assinatura de toda a correspondência das respetivas Divisões, incluindo notas e mapas, que não se destinem aos Serviços Centrais ou a outras Entidades oficiais equiparadas ou de nível superior, ou, destinando-se, sejam de mera remessa regular;

1.4.1 — Na ausência ou impedimento do titular, os atos de assinatura serão praticados pelo Substituto legal ou quem aquele indigite para o efeito;

2 — No Chefe da Divisão da Justiça Administrativa, Licenciado José de Castro Marques, relativamente à respetiva Divisão, as competências a seguir discriminadas:

2.1 — A fixação dos prazos para audição prévia e a prática dos atos subsequentes até à conclusão do procedimento nos termos do n.º 4 do artigo 60.º da LGT.

2.2 — A decisão dos processos de reclamação graciosa, nos termos do artigo 75.º do CPPT, sempre que o valor do processo não exceda os € 200.000,00 e sempre que, relativamente à matéria controvertida, não tenha sido instaurado processo de inquérito por crime fiscal;

2.3 — A revisão oficiosa dos atos tributários, de conformidade com o artigo 78.º da LGT sempre que o erro dos serviços seja apurado no âmbito de processos compreendidos na área funcional do subdelegado e o valor do procedimento não exceda os € 200.000,00;

2.4 — A aplicação de coimas, assim como as decisões sobre o afastamento excecional da sua aplicação, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54.º e no artigo 21.º, ambos do RJFNA, sempre que o valor dos ilícitos não implicar imposto em falta de valor superior a € 200.000,00;

2.5 — A aplicação de coimas e sanções acessórias, previstas no RGIT, que sejam da competência do Diretor de Finanças (n.º 1 do artigo 76.º e alínea b) do artigo 52.º do RGIT), bem como as decisões sobre afastamento de aplicação da coima (artigo 32.º do RGIT) quando a competência for do Diretor de Finanças, o arquivamento dos processos (artigo 77.º do RGIT), a suspensão do processo (artigo 64.º do RGIT) e, bem assim, a extinção do procedimento de contraordenação (artigo 61.º do RGIT) ou a revogação da decisão de aplicação da coima (artigo 80.º do RGIT), sempre que o valor dos ilícitos não implicar imposto em falta de valor superior a € 200.000,00;

2.6 — A autorização da recolha das declarações oficiosas e dos documentos de correção resultantes de processos de reclamação graciosa e das revisões oficiosas, previstas nas alíneas b) e c) supra, bem como de recursos hierárquicos e processos conexos;

2.7 — O reconhecimento do direito aos juros indemnizatórios devidos por determinação de decisão de reclamação graciosa nesse sentido, nos termos do artigo 43.º da LGT e dos artigos 61.º e 75.º do CPPT, nas situações de erro imputável aos serviços e quando o valor do procedimento não exceda os € 200.000,00;

2.8 — O reconhecimento do direito à indemnização pelos prejuízos resultantes da prestação indevida de garantia bancária ou equivalente (artigo 53.º da LGT e artigo 171.º do CPPT) quando o valor do procedimento não exceda os € 200.000,00;

2.9 — O reconhecimento do direito aos juros indemnizatórios devidos quando não seja cumprido o prazo legal de revisão oficiosa dos atos tributários por iniciativa do contribuinte, de conformidade com o artigo 78.º da LGT, sempre que o erro dos serviços seja apurado no âmbito de processos compreendidos na área funcional do delegado (alínea c) do n.º 3 do artigo 43.º da LGT e alínea d), n.º 1 do artigo 61.º do CPPT) e o valor do procedimento não exceda os € 200.000,00;

3 — Na Chefe da Divisão da Justiça Contenciosa, Licenciada Isabel Maria de Sousa Alves, relativamente à respetiva Divisão, as competências a seguir discriminadas:

3.1 — A apreciação e decisão nos processos administrativos relativos aos atos impugnados (n.º 2 do artigo 112.º do CPPT) sempre que o valor do processo não exceda € 200.000,00 e sempre que, relativamente à matéria controvertida, não tenha sido instaurado processo de inquérito por crime fiscal;

3.2 — A revisão oficiosa dos atos tributários, de conformidade com o artigo 78.º da LGT, sempre que o erro dos serviços seja apurado no âmbito de processos compreendidos na área funcional do subdelegado e o valor do procedimento não exceda os € 200.000,00;

3.3 — A fixação dos prazos para audição prévia e a prática dos atos subsequentes até à conclusão do procedimento nos termos do n.º 4 do artigo 60.º da LGT;

3.4 — A autorização da recolha das declarações oficiosas e dos documentos de correção resultantes de Processos de Impugnação Judicial e das Revisões Oficiosas, previstos nas alíneas a) e b) supra.

3.5 — O reconhecimento do direito aos juros indemnizatórios devidos, quando requerido na impugnação judicial, em caso de decisão de revogação dos atos impugnados (artigo 43.º da LGT, n.º 2, 4 e 6 do artigo 112.º

e n.º 2 do artigo 61.º do CPPT), quando o valor do procedimento não exceda os € 200.000,00;

3.6 — O reconhecimento do direito aos juros indemnizatórios devidos quando não seja cumprido o prazo legal de revisão oficiosa dos atos tributários por iniciativa do contribuinte, de conformidade com o artigo 78.º da LGT, sempre que o erro dos serviços seja apurado no âmbito de processos compreendidos na área funcional da subdelegada (alínea c) do n.º 3 do artigo 43.º da LGT e alínea d), n.º 1 do artigo 61.º do CPPT) e o valor do procedimento não exceda os € 200.000,00;

3.7 — O reconhecimento do direito à indemnização, pelos prejuízos resultantes da prestação indevida de garantia bancária ou equivalente (artigo 53.º da LGT e 171.º do CPPT) quando o valor do procedimento não exceda os € 200.000,00;

3.8 — A promoção do pagamento dos juros indemnizatórios, tal como decretado por decisão judicial, após o termo do prazo de execução espontânea da decisão, mediante a apresentação de reclamação por parte do contribuinte (artigo 100.º da LGT e n.º 7 do artigo 61.º do CPPT) quando o valor do procedimento não exceda os € 200.000,00;

3.9 — O reconhecimento do direito a juros indemnizatórios e ou moratórios por atraso na execução de julgados (artigos 43.º, 100.º e 102.º da LGT e n.º 2 do 146.º do CPPT) quando o valor do procedimento não exceda os € 200.000,00;

4 — Na Chefe da Divisão de Processos Criminais Fiscais, Licenciada Maria José Alves Dantas Fonseca Lopes, relativamente à respetiva Divisão, as competências a seguir discriminadas:

4.1 — A orientação, coordenação e controlo das averiguações e inquéritos criminais fiscais, incluindo a decisão de instaurar processo quando se conclua existir suficiência de indícios de crime fiscal quando o valor dos ilícitos não implicar imposto em falta de valor superior a € 200.000,00;

4.2 — Proceder aos atos de inquérito, comunicação da instauração do inquérito e remessa do respetivo auto de notícia ao Ministério Público (n.º 2 e n.º 3 do artigo 40.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 41.º do RGIT) quando o valor dos ilícitos não implicar imposto em falta de valor superior a € 200.000,00;

4.3 — Emitir os pareceres (n.º 3 do artigo 42.º do RGIT) e pronunciar se sobre a dispensa e atenuação especial da pena (artigos 22.º e 44.º do RGIT) e a remessa do respetivo processo de inquérito ao Ministério Público, conforme previsto nas referidas normas do RGIT, quando o valor dos ilícitos não implicar imposto em falta de valor superior a € 200.000,00.

5 — Nos Coordenadores de Equipa da Divisão de Processos Criminais Fiscais, Licenciados António Augusto Pires Estrompa, António Júlio Roda Marques, Fernando Faustino Favita Saragoça, Isabel Maria Guimarães Medeiros Borges, Luísa Maria de Freitas Teixeira e Miguel Botelho Pinto Baldaia, as competências a seguir discriminadas:

5.1 — Proceder aos atos de inquérito, comunicação da instauração do inquérito e remessa do respetivo auto de notícia ao Ministério Público (n.º 2 e n.º 3 do artigo 40.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 41.º do RGIT) quando o valor dos ilícitos não implicar imposto em falta de valor superior a € 50.000,00;

5.2 — Emitir os pareceres (n.º 3 do artigo 42.º do RGIT) e pronunciar se sobre a dispensa e atenuação especial da pena (artigos 22.º e 44.º do

RGIT) e a remessa do respetivo processo de inquérito ao Ministério Público, conforme previsto nas referidas normas do RGIT, quando o valor dos ilícitos não implicar imposto em falta de valor superior a € 50.000,00.

6 — No Coordenador de Equipa de Apoio Técnico e Administrativo, Sr. Álvaro Manuel Lopes Barata e na IT Nível I, Sra. Maria Luciana Sequeira Rodrigues Ventura Pires Leitão, a competência para assinarem as notificações a que se refere a alínea b) do n.º 4 do artigo 105.º do RGIT.

II — Produção de efeitos e ratificação de atos

As subdelegações de competências aqui efetuadas produzem efeitos a partir de 01 de janeiro de 2012, ficando ratificados todos os atos entretanto praticados pelos subdelegados.

III — Substituto legal

1 — Nas minhas faltas, ausências ou impedimentos é minha substituta a Chefe da Divisão da Justiça Contenciosa Licenciada Isabel Maria de Sousa Alves e nas suas faltas ausências ou impedimentos pelo Chefe da Divisão de Justiça Administrativa Licenciado José de Castro Marques.

2 — Nas suas faltas, ausências ou impedimentos a Chefe da Divisão da Justiça Contenciosa, Licenciada Isabel Maria de Sousa Alves, é substituída pela Coordenadora de Equipa, Licenciada Luísa Maria Soares Xavier;

3 — Nas suas faltas, ausências ou impedimentos o Chefe da Divisão da Justiça Administrativa, Licenciado José de Castro Marques, é substituído pela Coordenadora de Equipa, Licenciada Maria do Rosário Petrucci Sousa Carvalho;

4 — Nas suas faltas, ausências ou impedimentos a Chefe da Divisão de Processos Criminais Fiscais, Licenciada Maria José Alves Dantas Fonseca Lopes, é substituída pela Coordenadora de Equipa, Licenciada Isabel Maria Guimarães Medeiros Borges;

IV — Outros

Todo o expediente, assinado ou despachado ao abrigo do presente despacho, deverá mencionar expressamente a presente subdelegação.

28 de novembro de 2012. — O Diretor de Finanças Adjunto (em substituição), *Joaquim Manuel Pombo Alves*.

206861254

Caixa Geral de Aposentações, I. P.

Aviso n.º 4672/2013

Em cumprimento no disposto no artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro (Estatuto da Aposentação), torna-se pública a lista dos aposentados e reformados a seguir identificados que, a partir do próximo mês de maio, ou desde as datas que se indicam, passam a ser abonados da respetiva pensão pela Caixa Geral de Aposentações:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		
ISABEL LOPES COSTA BERNARDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	€ 250,15
MARIA CAROLINA CARVALHO SILVEIRA CORREIA	ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA	€ 1 041,17
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA		
JOSÉ ADELMO GOUVEIA BORDALO JUNQUEIRO	DEPUTADO	€ 2 470,05
MARIA LUÍSA MOREIRA C. VIEGAS BENNETT	ASSESSOR PARLAMENTAR	€ 3 910,85
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS		
ALEXANDRE MATEUS JORGE	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO REGIONAL CULTURA DO ALENTEJO € 467,84
ANA TAVARES SANTOS MORGADO	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL € 467,47
ANTÓNIO LUÍS CABRAL PIRES FARIA	TÉCNICO SUPERIOR	INST PORT DO DESPORTO E JUVENTUDE, I. P. € 2 015,26
CARLOS ALBERTO MATIAS SILVA	TÉCNICO SUPERIOR	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL € 1 439,98
DIAMANTINO CORREIA LAVADO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST PORT DO DESPORTO E JUVENTUDE, I. P. € 404,44
DINA MARIA FERNANDES SILVA	ASSISTENTE TÉCNICA	COM NAC PROT DADOS PESSOAIS INFORM € 1 737,32
ETELVINA CONCEIÇÃO PIMENTÃO MARTINS SILVA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO REGIONAL CULTURA DO CENTRO € 1 198,28
MARIA CECÍLIA SERPA L. FALCÃO FONSECA DIAS	TÉCNICA SUPERIOR	D-GERAL LIVRO, ARQUIVOS E BIBLIOTECAS € 1 850,59
MARIA JOSÉ REIS TEIXEIRA	TÉCNICA SUPERIOR	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL € 2 026,04
MARIA LEONOR OLIVEIRA GONÇALVES MOREIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL € 430,24
MARIA LUÍSA BRITO MORGADO MOREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO REGIONAL CULTURA DO NORTE € 708,24
MARIA MADALENA OLIVEIRA COSTA	ASSISTENTE TÉCNICA	MUSEU REG ARQUEOLOGIA D. DIOGO SOUSA € 899,03
MARIA MANUELA RIBEIRO CASACA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL € 897,77
MARIA TERESA ELVAS A. S. ALEXANDRE CUNHA	TÉCNICA SUPERIOR	BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL € 1 381,62
ROSÁRIA LUISA M. CARRAPATO MAGALHÃES	VIGILANTE/RECEPCIONISTA 2.ª CLASSE	DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL € 609,66
SILVINA CONCEIÇÃO LIMA SARAIVA	ASSISTENTE TÉCNICA	INST PORT DO DESPORTO E JUVENTUDE, I. P. € 973,89
TERESA GOMES TIAGO SERRADAS DUARTE	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL € 650,68

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

ÁLVARO TAVARES PEREIRA ALVES
ALZIRA CONCEIÇÃO GONÇALVES
AMÁLIA JESUS GIL COSME
AMARO PAIXÃO FIRMINO
AMÉRICO SOUSA FILIPE
ANA MARIA JANEIRO ANDRADE BARROS
ÂNGELO MANUEL CERQUEIRA SANTOS
ANTÓNIO ZACARIAS OLIVEIRA CARVALHO
ARLETE JESUS MELO PIRES
CARLOS ALBERTO DIAS CARDOSO
CELESTE LOPES RAMOS MENDES ANTUNES
ELEXINA JESUS RAMALHO VEIGA
ELISABETE MARIA ALMEIDA NOGUEIRA SILVA
ELOSEU MURTA MENDES
ESTELA RAMOS PEDRULHO MESQUITA
FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES
JOÃO ALFREDO POEIRAS CANHÃO
JOÃO AUGUSTO PIRES PELEJA
JOAQUIM GUILHERME MAGALHÃES DINIS LOPES
JORGE MANUEL SILVA SOUSA
JOSÉ ANTÓNIO ANTUNES CORREIA
JÚLIO MANUEL ALMEIDA SOUSA
LÍDIA MARIA GONÇALVES SAÚDE SARAMAGO
MANUEL ANTÓNIO D. CHICHORRO BAGORRO
MANUEL DUARTE GONÇALVES SERRA
MANUEL MARTINS JESUÍNO
MARIA ASSUNÇÃO BENTO
MARIA CELESTE OLIVEIRA BICHO
MARIA CONCEIÇÃO PERES MENDANHA GOMES
MARIA ELVIRA JESUS ALVES RODRIGUES PEREIRA
MARIA EMÍLIA TOMÉ MATOS BOTICA
MARIA FERNANDA RODRIGUES TOMÁS QUARESMA
MARIA IRENE CABRITA COLAÇO JESUS
MARIA MANUELA VICENTE RODRIGUES
MARIA MARGARIDA ÁLVARO ANDRADE
MARIA MARGARIDA COSTA ALBOGAS
MARIA OLINDA ALMEIDA PEREIRA ALVES
MARIA REGINA FREITAS S. MEIRELES MONTEIRO
MARIA TERESA PIMENTA TOMÉ
PORFÍRIO RESSURREIÇÃO CARVALHO
ZITA CARLOS GARCIA ARAÚJO FERREIRA RAMOS

COORDENADOR TÉCNICO
TÉCNICA ADMIN. TRIBUT. ADJUNTA
ASSISTENTE OPERACIONAL
TÉCNICO DE INFORMÁTICA GRAU 2
REVERIFICADOR ASSESSOR PRINC.
ASSISTENTE TÉCNICA
TÉCNICO ADMIN. TRIBUT. ADJUNTO
ADJUNTO CHEFE DE FINANÇAS
ASSISTENTE TÉCNICA
TÉCNICO ADMIN. TRIBUT. ADJUNTO
ASSISTENTE TÉCNICA
TÉCNICA ADMIN. TRIBUT. ADJUNTA
ASSISTENTE OPERACIONAL
ASSISTENTE TÉCNICO
INSPETORA TRIBUTÁRIA NÍVEL II
ASSISTENTE TÉCNICO
TÉCNICO ADMIN. TRIBUT. ADJUN.
CHEFE DE FINANÇAS NÍVEL II
INSPETOR TRIBUTÁRIO
TÉCNICO SUPERIOR
COORDENADOR TÉCNICO
INSPETOR TRIBUTÁRIO/ASSESSOR
TÉCNICA ADMIN. TRIBUTÁRIA N. II
CHEFE DE FINANÇAS
INSPETOR TRIBUTÁRIO NÍVEL II
INSPETOR TRIB./ASSESSOR PRINC.
ASSISTENTE OPERACIONAL
ASSISTENTE OPERACIONAL
TÉCNICA ADMIN. TRIBUTÁRIA N. II
TÉCNICA ADMIN. TRIBUT. ADJUNTA
TÉCNICA SUPERIOR
ASSISTENTE OPERACIONAL
ASSISTENTE TÉCNICA
TÉCNICA SUPERIOR
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE TÉCNICA
TÉCNICA ADMIN. TRIBUT. ADJUNTA
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE OPERACIONAL
ADMINISTRATIVA

DIREÇÃO-GERAL ADMIN E EMPREGO PÚBLICO € 953,25
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 758,75
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 470,81
INSTITUTO DE INFORMÁTICA, I. P. € 1 859,93
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 3 614,05
GAB. PLAN., ESTRATÉGIA, AVAL E REL. INTERN. € 1 068,59
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 450,92
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 537,02
DIREÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS € 611,93
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 173,73
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 658,32
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 024,03
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 374,60
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 051,37
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 532,54
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 143,46
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 747,77
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 828,24
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 137,10
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA € 2 888,70
SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL € 1 036,62
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 805,67
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 586,83
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 936,03
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 438,66
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 3 386,33
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 305,25
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 418,46
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 786,05
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 453,74
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 3 005,69
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 634,88
D-G PROTEÇÃO SOCIAL FUNC AG ADM PÚBLICA € 797,03
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 2 531,47
D-G PROTEÇÃO SOCIAL FUNC AG ADM PÚBLICA € 802,16
ENT. SERV. PARTILHADOS ADMIN. PÚBLICA, I. P. € 885,08
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 608,30
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA € 1 907,88
D-G PROTEÇÃO SOCIAL FUNC AG ADM PÚBLICA € 872,68
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA € 682,57
COMISSÃO MERCADO VALORES MOBILIÁRIOS € 2 225,41

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

ANTÓNIO MARTINS ANTUNES
CARLOS AUGUSTO CONCEIÇÃO MOURÃO
IRENE ALBERTO RIBEIRO
JUVENAL VIRONO ABREU
MARIA ANUNCIÇÃO ANTUNES
MARIA CIDADIA RODRIGUES GOMES ALVES
MARIA ESMERALDA BAPTISTA GONÇALVES
RAQUEL COSTA FERREIRA
SAROLTA ERZÉBETE HOFFER LÁSZLÓ

VICE-CÔNSUL PRINCIPAL
ASSISTENTE ADMIN. ESPECIALISTA
TÉCNICA SUPERIOR
AUXILIAR ADMINISTRATIVO
ASSISTENTE OPERACIONAL
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE TÉCNICA
TÉCNICA

SECRETARIA-GERAL (QUADRO EXTERNO) € 4 165,60
SECRETARIA-GERAL (QUADRO EXTERNO) € 1 890,52
SECRETARIA-GERAL € 1 473,95
SECRETARIA-GERAL (QUADRO EXTERNO) € 1 033,04
SECRETARIA-GERAL € 409,67
INSTITUTO CAMÕES € 860,77
SECRETARIA-GERAL € 991,68
DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA EXTERNA € 764,54
SECRETARIA-GERAL (QUADRO EXTERNO) € 2 231,67

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

FERNANDO MATEUS OLIVEIRA ROSÁRIO
ISABEL MARIA PEREIRA MENDES FLORES
JACINTO ANTÓNIO ALBINO RAMOS
JOSÉ ANTÓNIO GOMES
JOSÉ DOMINGOS SALVADOR RAMALHO
JOSÉ MANUEL SILVA DIAS
MANUEL RICARDO DUARTE SILVA
MARIA ASSUNÇÃO RIBEIRO DELGADO CATARINO
MARIA TERESA JAIME F. PORTO FIGUEIREDO
VÍTOR MANUEL SIMÕES BONITO

OPERÁRIO ESPECIALIZADO
EDUCADORA DE INFÂNCIA
ENCARREGADO OPERACIONAL
ASSISTENTE OPERACIONAL
ASSISTENTE OPERACIONAL
OPERÁRIO
CONTRAMESTRE
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE OPERACIONAL
TÉCNICO FABRIL ESPECIALISTA

SECRETARIA-GERAL € 997,02
INSTITUTO AÇÃO SOCIAL FORÇAS ARMADAS € 1 379,74
SECRETARIA-GERAL € 900,75
ESTADO-MAIOR GENERAL FORÇAS ARMADAS € 548,80
SECRETARIA-GERAL € 1 068,81
SECRETARIA-GERAL € 500,51
SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL € 1 087,93
POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR € 642,92
ESTADO-MAIOR GENERAL FORÇAS ARMADAS € 495,84
SECRETARIA-GERAL € 1 194,41

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

ALCÍDIO ANTÓNIO CHARRO PIRES VERDASCA
CARLOS DANIEL BAIÃO MIGUEL
JÚLIO TITO ANICETO SILVA
LIBÂNIO SILVA CRISTÓVÃO
LUÍS MANUEL LOPES CRAVEIRO SOUSA
MARIA AMÁLIA BATISTA MATOS FREIRE
MARIA ESTELA SILVA ALVES RIBEIRO
MARIA LUÍSA SILVA GUERREIRO RIBEIRO

AJUDANTE DE MANOBRAS
PRIMEIRO-GRUPE
ASSISTENTE TÉCNICO
AGENTE 1.ª CLASSE
CABO
ASSISTENTE OPERACIONAL
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE TÉCNICA

34001690 € 642,01
09811003 € 239,99
CHEFIA SERVIÇO APOIO ADMINISTRATIVO € 842,03
31000781 € 2 017,84
337379 € 1 334,61
CHEFIA SERVIÇO APOIO ADMINISTRATIVO € 532,95
CHEFIA SERVIÇO APOIO ADMINISTRATIVO € 1 099,24
CHEFIA SERVIÇO APOIO ADMINISTRATIVO € 1 220,71

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

CIDADIA CONCEIÇÃO P. RODRIGUES LOURENÇO
DEONILDE HENRIQUETA M. MORGADO SILVA
FERNANDO CONCEIÇÃO ROCHA
FRANCISCO ANTÓNIO NUNES COSTA
GUIDA DIAS FERREIRA VILELA
ILDA MONTEIRO LEONARDO
ISABEL MARIA HENRIQUES NICOLAU MARTINS
MANUEL HORÁCIO SERRAS JORGE
MARIA AMÁLIA SILVEIRA SILVA SANTOS MURCELA
MARIA DULCE ROSEIRO MOREIRA LEITE FEIJÃO

ENCARREGADA OPERACIONAL
ASSISTENTE OPERACIONAL
ENCARREGADO DE VIGILÂNCIA
TÉCNICO ADMINISTRATIVO
ASSISTENTE TÉCNICA
ASSISTENTE TÉCNICA
EMPREGADA ADMINISTRATIVA
SARGENTO-AJUDANTE
ASSISTENTE OPERACIONAL
OPERÁRIA NÍVEL I ESCALÃO 2

DIREÇÃO DE FINANÇAS € 757,45
DIREÇÃO DE FINANÇAS € 250,15
MANUTENÇÃO MILITAR LISBOA € 715,51
OFICINAS GERAIS MATERIAL ENGENHARIA € 929,23
DIREÇÃO DE FINANÇAS € 900,90
DIREÇÃO DE FINANÇAS € 398,75
MANUTENÇÃO MILITAR LISBOA € 542,19
10913374 € 1 688,30
DIREÇÃO DE FINANÇAS € 414,20
LAB. MIL. PROD. QUÍMICOS FARMACÊUTICOS € 432,37

MARIA FRANCISCA ARCÂNGELA SILVA PINTO	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 888,06
MARIA GEORGINA R. MARTINHO FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESCOLA PRÁTICA DE ENGENHARIA	€ 404,44
MARIA LISETA PACHECO MATIAS LOPES	EMPREGADA DE MESSE	MANUTENÇÃO MILITAR LISBOA	€ 585,59
MARIA TERESA FRANCO PIMENTEL PEREIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 1 059,35
RODNEY JAMES STUART	LEITOR	DIREÇÃO DE FINANÇAS	€ 1 131,38

ESTADO-MAIOR DA FORÇA AÉREA

AMADEU OLIVEIRA COELHO	CHEFE DE MESA	Serviço Administrativo e Financeiro	€ 698,05
CARLOS JORGE BRANCO SANTOS	SARGENTO-AJUDANTE	065014-F	€ 1 664,80
JOÃO MANUEL SANTOS ALMEIDA	SARGENTO-AJUDANTE	059603-F	€ 1 708,46
MANUEL ROLDÃO MARQUES	TENENTE-CORONEL	004493-J	€ 3 015,70
MARIA FLORINDA FERREIRA ALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	Serviço Administrativo e Financeiro	€ 387,15
MÁRIO ARTUR AZEVEDO COSTA SANTOS	TENENTE-CORONEL	045211-E	€ 2 646,42
SERAFIM MENDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	Serviço Administrativo e Financeiro	€ 703,54
TERESA CONCEIÇÃO OLIVEIRA SELAS BRANCO	ASSISTENTE OPERACIONAL	Serviço Administrativo e Financeiro	€ 540,05

INVALIDEZ — EXÉRCITO

VITORINO ANTÓNIO FÉLIX	SOLDADO	07554865	€ 345,11
------------------------	---------	----------	----------

DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS — EXÉRCITO

MÁRIO GOMES ESCADA	SARGENTO-MOR	18108668	€ 2 867,11
--------------------	--------------	----------	------------

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

CAROLINA PEREIRA LUÍS	ASSISTENTE OPERACIONAL	SECRETARIA-GERAL	€ 272,78
ISABEL MARIA AZEVEDO FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SECRETARIA-GERAL	€ 423,63
MARIA CONCEIÇÃO R. S. SILVESTRE FERNANDES	ASSISTENTE TÉCNICA	AUTORIDADE NAC SEGURANÇA RODOVIÁRIA	€ 1 055,41
MARIA CONCEIÇÃO SOUSA FREITAS MARINHO	ASSISTENTE TÉCNICA	AUTORIDADE NACIONAL DA PROTEÇÃO CIVIL	€ 476,63
MARIA EMÍLIA ALVES M. MAGALHÃES RODRIGUES	TÉCNICA SUPERIOR	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	€ 1 570,07
TERESA MARIA RAMIREZ NUNES GARCIA	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 906,09

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

ANTÓNIO JOAQUIM REBELO BAPTISTA	CABO	1840379	€ 1 359,00
ANTÓNIO JOSÉ DIAS COSTA	SARGENTO-CHEFE	1840085	€ 1 786,26
ANTÓNIO JOSÉ TEIXEIRA OLIVEIRA SILVA	CABO-CHEFE	1836165	€ 1 375,31
ANTÓNIO SILVA MARQUES	PRIMEIRO-SARGENTO	1856080	€ 1 211,12
FRANCISCO AFONSO MORAIS	CABO	1826302	€ 983,45
JOAQUIM RODRIGO CONSTANTINO ALMEIDA	CABO	1801312	€ 1 620,29
JOSÉ AGOSTINHO RODRIGUES ALVES	CABO-CHEFE	1850479	€ 1 259,01
JOSÉ FERNANDES DIAS	MESTRE FLORESTAL	COMANDO GERAL	€ 707,51
JOSÉ PEDRO BALTAZAR MENDES	PRIMEIRO-SARGENTO	1906112	€ 699,91
MANUEL DIAS ALVAR	CABO	1801706	€ 1 538,80
MANUEL FÉLIX FRANCISCO	CABO	1830867	€ 899,37
MANUEL LUÍS PELICANO CARDOSO	CABO	1810075	€ 1 564,37
MARIA FERNANDA ALMEIDA NUNES	ASSISTENTE OPERACIONAL	COMANDO GERAL	€ 325,13
MÁRIO CALDEIRA BORBA MOURISCO	CABO	1790622	€ 1 459,99
NATALIA JOAQUINA RODRIGUES	ASSISTENTE TÉCNICA	COMANDO GERAL	€ 791,52
SÉRGIO MANUEL FONSECA RIBEIRO	CABO	1830568	€ 1 447,29
SOTERO FRANCISCO BRANCO SANTOS	CABO-MOR	1830615	€ 1 440,28

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ABEL COSTA DELGADO	AGENTE PRINCIPAL	132753	€ 1 338,90
ALBERTINO DOMINGOS SARAMAGO	AGENTE PRINCIPAL	132403	€ 1 716,58
ALCIDES NASCIMENTO RIBEIRO PAREDES	AGENTE PRINCIPAL	134316	€ 1 209,71
AMADEU LAMELAS SILVA	AGENTE PRINCIPAL	133249	€ 1 639,37
AMÉRICO LÁZARO SILVA SANTOS	AGENTE PRINCIPAL	128009	€ 1 762,32
ANTÓNIO CARNEIRO	CHEFE	128706	€ 1 937,48
ANTÓNIO JESUS CERDEIRA	AGENTE PRINCIPAL	132181	€ 1 284,40
ANTÓNIO MARQUES MARTINS	AGENTE PRINCIPAL	128849	€ 1 558,19
ANTÓNIO SILVA FERREIRA	AGENTE PRINCIPAL	130897	€ 1 464,43
ANTÓNIO SOUSA BESSA ALMEIDA	AGENTE PRINCIPAL	136279	€ 1 289,87
ANTÓNIO VEIGA CARDOSO	AGENTE PRINCIPAL	131394	€ 1 404,73
ANTÓNIO VÍTOR PESSOA CARVALHO	CHEFE	135558	€ 1 427,10
ARLINDO PINTO VIEIRA	AGENTE PRINCIPAL	125417	€ 1 522,98
ARMÉNIO MANUEL JESUS BARATA	AGENTE PRINCIPAL	130096	€ 1 535,07
ARTUR JOAQUIM GOMES	COMISSARIO	130519	€ 2 000,49
AUGUSTO RICARDO MARQUES SILVA	AGENTE PRINCIPAL	133707	€ 1 252,42
CARLOS ALBERTO GONÇALVES RODRIGUES	AGENTE PRINCIPAL	131752	€ 1 235,01
CARLOS ALBERTO SILVA SILVARES CARVALHO	AGENTE PRINCIPAL	130632	€ 1 333,42
CARLOS MANUEL AZEVEDO COELHO SILVA	AGENTE PRINCIPAL	127621	€ 1 537,64
CARLOS MANUEL MOREIRA SÁ	AGENTE PRINCIPAL	131782	€ 1 336,19
CARLOS ROSA CARDOSO LOPES	AGENTE PRINCIPAL	128728	€ 1 351,86
CIPRIANO FONTE BORGES	AGENTE PRINCIPAL	126646	€ 1 734,07
DELFIN SOUSA FERREIRA	AGENTE PRINCIPAL	129379	€ 1 522,61
DELMIRA SANTOS MENDES RAPOSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO NACIONAL	€ 471,66
EDUARDO SILVA PINTO	AGENTE PRINCIPAL	140738	€ 668,60
EMANUEL FARTO SOARES	AGENTE PRINCIPAL	142253	€ 692,22
EMÍDIO JESUS FERNANDES	AGENTE PRINCIPAL	129680	€ 1 346,66
ESTÊVÃO FERNANDES PESSOA	AGENTE PRINCIPAL	131959	€ 1 197,81
FERNANDO MANUEL FERREIRA VAZ	CHEFE	133347	€ 1 433,68
FERNANDO VIDAL ROCHA ARAÚJO	AGENTE PRINCIPAL	133057	€ 1 290,29
FRANCISCO JOSÉ SOARES COSTA RAMOS	SUBINTENDENTE	127894	€ 2 767,63
HENRIQUE MANUEL PORTUGAL AMARO	AGENTE PRINCIPAL	132213	€ 1 390,55
JANUÁRIO RESSURREIÇÃO RAMOS	CHEFE	133387	€ 1 436,51
JOÃO CARLOS PERES LOPES	AGENTE PRINCIPAL	127924	€ 1 595,90
JOAQUIM JOSÉ ALMEIDA CAMPOS	SUBINTENDENTE	129082	€ 2 707,74
JORGE AUGUSTO CASTRO PIRES	AGENTE PRINCIPAL	126154	€ 1 360,37

JOSÉ ANTÓNIO CERQUEIRA	AGENTE PRINCIPAL	127510	€ 1 505,77
JOSÉ ANTÓNIO DUARTE BEBIANO	AGENTE PRINCIPAL	132388	€ 1 224,26
JOSÉ CARLOS PEREIRA GINJEIRA	AGENTE PRINCIPAL	132471	€ 1 481,34
JOSÉ CRUZ MARTINS	AGENTE PRINCIPAL	129715	€ 1 456,58
JOSÉ GABRIEL PAIVA ABRANTES	AGENTE PRINCIPAL	132664	€ 1 277,36
JOSÉ ISMAEL FERNANDES	AGENTE PRINCIPAL	133557	€ 1 242,33
JOSÉ LUÍS FERREIRA SILVA	AGENTE PRINCIPAL	130158	€ 1 713,43
JOSÉ LUÍS LOPES TEIXEIRA	AGENTE PRINCIPAL	127086	€ 1 432,59
JOSÉ MANUEL SANTA SALGADO	AGENTE PRINCIPAL	132090	€ 1 664,15
JOSÉ MANUEL SANTOS JACINTO	AGENTE PRINCIPAL	130015	€ 1 477,85
JOSÉ MARIA JESUS PIRES RODRIGUES	CHEFE	131449	€ 1 475,41
JOSÉ RODRIGUES MATOS	CHEFE	130067	€ 1 702,25
LUÍS MANUEL NEVES LUCAS	AGENTE PRINCIPAL	131851	€ 1 332,27
MANUEL FERNANDO FIGUEIREDO OLIVEIRA	AGENTE PRINCIPAL	133242	€ 1 250,92
MANUEL JOÃO GONÇALVES REIXA	AGENTE PRINCIPAL	129988	€ 1 460,95
MANUEL SILVA JESUS	AGENTE PRINCIPAL	130035	€ 1 699,09
MARCELINO FERREIRA SILVA	AGENTE PRINCIPAL	129257	€ 1 491,30
MARCELINO GAMEIRO SIMÕES LAÇO	AGENTE PRINCIPAL	130753	€ 1 318,11
MARIA EUGÉNIA LEAL SANTOS CUNHA	CHEFE	134503	€ 657,99
MARIA JACINTA LEAL OLIVEIRA AZEVEDO	SUBCOMISSÁRIO	130590	€ 1 699,49
MARIA LEONOR TIMPEIRA FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO NACIONAL	€ 736,82
MÁRIO ACÁCIO GONÇALVES GOMES	AGENTE PRINCIPAL	131166	€ 1 227,36
MÁRIO LUÍS TEIXEIRA VIEIRA	CHEFE	130390	€ 1 591,54
MÁRIO ÓRFÃO BISPO	CHEFE	131783	€ 1 494,02
MARTINHO FERNANDES SILVA	AGENTE PRINCIPAL	124878	€ 1 499,63
ORLANDO AUGUSTO ALVES	AGENTE PRINCIPAL	132961	€ 1 331,94
RAUL SANTOS NUNES	CHEFE	136151	€ 1 359,02
ROGÉRIO MATOS MENDES	AGENTE PRINCIPAL	132438	€ 1 229,51
RUI JORGE BARBOSA BACELAR PINTO	ASSISTENTE TÉCNICO	DIREÇÃO NACIONAL	€ 1 174,58
SAMUEL ARTUR MARTINS CARDOSO	AGENTE PRINCIPAL	124813	€ 1 433,84

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ADELINA ASSUNÇÃO ALVES FERNANDES	TÉCNICA DE JUSTIÇA AUXILIAR	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 213,74
ADÉRCIO CONCEIÇÃO SALVADOR SANTOS	JUIZ CONSELHEIRO	SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO	€ 4 784,20
ADRIANA CÉU FERREIRA RODRIGUES	SECRETÁRIA DE TRIBUNAL SUPERIOR	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 598,79
ALBERTO MOLEIRO MIRANDA	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 1 124,35
ALCIDES RODRIGUES ALVES MADEIRA	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 1 419,98
ALDA LUÍS ROSA RODRIGUES	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 1 167,21
ALEXANDRINA FERREIRA CARVALHO	ESCRIVÁ ADJUNTA	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 368,52
ALEXANDRINA JESUS CORUJEIRA ALBUQUERQUE	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS	€ 767,13
AMÉRICO JOAQUIM PIRES ESTEVES	JUIZ CONSELHEIRO	SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO	€ 4 965,27
AMÍLCAR NASCIMENTO COSTA	INSPECTOR	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 2 375,69
ANA MARIA GOMES MADEIRA MARQUES	ESCRIVÁ AUXILIAR	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 860,77
ANA SILVA NEVES	ESCRIVÁ ADJUNTA	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 504,71
ANGELINA CÂNDIDA SANTOS RIBEIRO GONÇALVES	ESCRIVÁ AUXILIAR	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 225,05
ANTÓNIO FARIA RODRIGUES	ESCRIVÃO DE DIREITO	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 559,59
ANTÓNIO JOSÉ BATISTA NEVES NUNES	INSPECTOR	POLÍCIA JUDICIÁRIA	€ 2 536,76
ANTÓNIO JOSÉ CERQUEIRA FREITAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 599,36
ANTÓNIO MANUEL PEREIRA DIAS	ESCRIVÃO DE DIREITO	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 498,53
ANTÓNIO VIEIRA MARINHO	JUIZ DESEMBARGADOR	CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	€ 4 624,09
ARLETE NUNES PINTO ALMEIDA	ASSISTENTE TÉCNICA	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 831,08
ARMANDO AUGUSTO VAZ PIRES	GUARDA	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 848,55
AVELINO XAVIER FRESCATA	JUIZ DE DIREITO	CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	€ 2 704,88
BERTA AURORA MORAIS URZE ALMEIDA	ESCRIVÁ DE DIREITO	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 315,26
BERTA JESUS CID ALVES NOGUEIRA	ESCRIVÁ ADJUNTA	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 181,32
BERTA MARIA MOREIRA CARDOSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 404,44
CAETANO MOREIRA BARROS	ESCRIVÃO ADJUNTO	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 379,07
CARLOS CRISTÓVÃO BARATA	INSPECTOR	POLÍCIA JUDICIÁRIA	€ 2 369,82
DÉLIA MARIA TEIXEIRA FERNANDES	ESCRIVÁ ADJUNTA	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 266,58
DEOLINDA LEITE TEIXEIRA	ESCRIVÁ DE DIREITO	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 2 181,26
DIAMANTINA FRANCISCA BRAVO FIALHO MARQUES	ESCRIVÁ ADJUNTA	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 347,97
DUARTE SANTOS CHOUPINA	ASSISTENTE OPERACIONAL	PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA	€ 1 031,58
EDUARDA MARIA PEREIRA OLIVEIRA CRUZ	ESCRIVÁ DE DIREITO	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 177,66
ELVIRA ALVES SANTOS SILVA	ESCRIVÁ DE DIREITO	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 186,03
ETELVINA EUGÉNIA RODRIGUES	ESPECIALISTA AUXILIAR	POLÍCIA JUDICIÁRIA	€ 1 331,74
EUFRESINDA ROSA BRANCO VIEIRA PINTO	SUBCHEFE PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 1 356,34
FERNANDO ANJOS MATOS	SUBCHEFE PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 1 634,07
FERNANDO JOSÉ VALENTE FIGUEIREDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST GESTÃO FINANCEIRA EQUIP JUSTIÇA, I. P.	€ 379,04
FILOMENA PURIFICAÇÃO CRUZ FRIAS CARDOSO	ESCRIVÁ ADJUNTA	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 091,38
GABRIELA MARIA MARTINS SILVA LOURENÇO	ESCRIVÁ DE DIREITO	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 591,85
GUIDA MARIA COSTA PINTO CLEMENTE	TÉCNICA PROF. REINserção SOCIAL	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 526,33
ILDETE MARIA ALMEIDA SEIXAS	ESCRIVÁ DE DIREITO	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 364,58
ISABEL MARIA BRETES FERREIRA	SEGUNDA-AJUDANTE	INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P.	€ 1 039,51
ISABEL MARIA CARDOSO GOES PINTO CRUZ	ESCRIVÁ AUXILIAR	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 644,65
JANI LUÍSA ALMEIDA NICOLA ARAÚJO	PRIMEIRA-AJUDANTE	INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P.	€ 1 683,34
JOÃO ALBERTO NEVES FARINHA	TÉCNICO DE JUSTIÇA ADJUNTO	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 444,20
JOÃO CARLOS BAGULHO MATOS SANTOS	ESCRIVÃO ADJUNTO	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 365,44
JOAQUIM FERNANDES OSÓRIO	SEGUNDO-AJUDANTE	INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P.	€ 1 521,82
JOAQUIM FILIPE TERRAS GONÇALVES	ESCRIVÃO ADJUNTO	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 131,33
JOAQUIM JORGE SEGURO	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 1 373,99
JOAQUIM MIGUEL LÚCIO CARRANÇA	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 700,77
JOAQUIM PAIVA RODRIGUES	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 1 537,37
JOSÉ ALBERTO LOPES CAMPOS VICÊNCIO	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 1 436,01
JOSÉ ANTÓNIO LOPES ROCHA FIGUEIREDO	AJUDANTE PRINCIPAL	INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P.	€ 2 721,03
JOSÉ ANTÓNIO QUITÉRIO	GUARDA PRINCIPAL	DIR-GERAL REINserção E SERV PRISIONAIS	€ 1 427,10
JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES MARQUES	PROCURADOR DA REPÚBLICA	PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA	€ 4 820,66
JOSÉ AUGUSTO JESUS ANTUNES	TÉCNICO SUPERIOR	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 1 597,35
JOSÉ JOAQUIM CEBOLA GOMES	INSPECTOR	POLÍCIA JUDICIÁRIA	€ 2 284,03
JOSÉ LUÍS FARIA MARQUES	ESCRIVÃO DE DIREITO	DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA	€ 1 450,36

JOSÉ LUÍS PIRES ALVANEL
 JOSÉ LUÍS SANTOS PIRES LOPES DIAS
 JOSÉ MANUEL ANTUNES VIEIRA CASTRO
 JOSÉ MANUEL OLIVEIRA FARIA
 JOSÉ MANUEL SILVA SANTOS BOTELHO
 JOSÉ MANUEL TOMÉ
 JOSÉ MARIA CLEMENTE DAMIL
 JÚLIO NELSON DINIZ
 LÍDIA ALMEIDA FERNANDES BRITO
 LUCÍLIA COELHO ARRENEGA
 LUÍS MANUEL GONÇALVES FERREIRA
 LUÍS SAMPAIO MONTEIRO SILVA
 MANUEL COELHO MARQUES
 MANUEL FILIPE MIRANDA
 MANUEL REBELO PEREIRA
 MANUELA MARIA CARVALHO MARQUES
 MARGARIDA FÁTIMA PAULINO VALENTE ALMEIDA
 MARIA ADELAIDE B. RENDAS PENICHE MARTINS
 MARIA ALBERTINA FORTE VERÍSSIMO SIMÃO LINO
 MARIA ALEXANDRA PAULO SANTIAGO MENDES
 MARIA ALICE AZEVEDO SILVA LAGE
 MARIA AMÉLIA ARANDA CORREIA BOTELHO
 MARIA AMPARO SANTOS ARAÚJO CELAS
 MARIA ANTÓNIA DIONÍSIO AMARO VENTURA
 MARIA ASCENSÃO FONSECA G. ALMEIDA MANAGIL
 MARIA CECÍLIA PEREIRA L. CARVALHOSA ROCHA
 MARIA CIDADIA SOARES R. TAVARES ALMEIDA
 MARIA CLARA CARVALHO MINAU
 MARIA CLARA DORES C. SANTOS COSTA MARQUES
 MARIA CLARA RODRIGUES
 MARIA CONCEIÇÃO B. MOTA JESUS ANTÓNIO
 MARIA CRISTINA JUSTO SIMÕES CASQUILHO
 MARIA EDUARDA CHÁ M. COUTINHO RODRIGUES
 MARIA ELVIRA BARBOSA A. M. PEREIRA ARAÚJO
 MARIA FÁTIMA ALMEIDA PAIVA
 MARIA FÁTIMA CORREIA SANTOS RIBEIRO
 MARIA FÁTIMA COSTA LOPES
 MARIA FÁTIMA LOMBA RIBEIRO FARIA
 MARIA FÁTIMA PEREIRA SACRAMENTO
 MARIA FÁTIMA SOUSA SILVA MAGALHÃES ALVES
 MARIA FÉ CATARINO FELÍCIO GONÇALVES
 MARIA FERNANDA JUSTINA MIGUEL REBELO
 MARIA FERNANDA TOMÉ PINTO
 MARIA GLÓRIA SOARES M. GUERREIRO MORAIS
 MARIA HELENA FERREIRA P. BATISTA FERREIRA
 MARIA HELENA PANTA SANTOS
 MARIA IOLANDA SILVA MONTEIRO ROCHA
 MARIA ISABEL NOVAIS
 MARIA ISABEL PRATINHA ARAÚJO
 MARIA JESUS BAPTISTA C. TRAVASSOS DIOGO
 MARIA JOSÉ BATISTA DOMINGUES CABRAL
 MARIA LEONOR ESTEVES GERALDES
 MARIA LIBENTINA CRUZ VIEIRA PEDROSA
 MARIA LURDES CRUZ TEIXEIRA RAGAGELES
 MARIA MANUEL MARQUES H. OLIVEIRA CALEIRO
 MARIA MANUELA CARVALHO LIMA
 MARIA MANUELA GARCIA DE CARVALHO
 MARIA MARGARIDA FERREIRA M. BORDALO LEMA
 MARIA SILVIA ALMEIDA FRANCISCO
 MARIA VITORINA PAULINO CABRAL
 MIGUEL PETERSEN SILVA
 NATALINA NAZARÉ SILVA RITA
 NATÉRCIA ROSA SILVA
 NUNO DUARTE CASTILHO SILVA NEVES
 PAULO MANUEL TOMÉ MARTINS FRAGOSO
 RAUL LINO PARREIRA GEADA
 ROGÉRIO LOURENÇO ROBALO
 ROSA MARIA ALMEIDA DIAS
 RUI FERNANDO FONSECA VENÂNCIO GUEDES
 RUI MANUEL OLIVEIRA CRUZ FRASCO
 TERESA EMÍLIA S. LIMA VALQUARESMA BRANDÃO
 VENÂNCIA PERPÉtua MASCARENHAS

SEGUNDO-AJUDANTE
 TÉCNICO DE JUSTIÇA ADJUNTO
 ESCRIVÃO AUXILIAR
 GUARDA PRINCIPAL
 VICE-PRESIDENTE
 GUARDA PRINCIPAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 TÉCNICO SUPERIOR
 AJUDANTE PRINCIPAL
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ESCRIVÃO ADJUNTO
 ESCRIVÃO DE DIREITO
 ESCRIVÃO DE DIREITO
 SECRETÁRIO DE JUSTIÇA
 ESCRIVÃO DE DIREITO
 ESCRIVÃO AUXILIAR
 ESCRIVÃO ADJUNTO
 ESCRIVÃO ADJUNTO
 ESCRIVÃO DE DIREITO
 ESCRIVÃO DE DIREITO
 ESCRIVÃO DE DIREITO
 AJUDANTE PRINCIPAL
 ESCRIVÃO ADJUNTO
 ESCRIVÃO ADJUNTO
 PRIMEIRA-AJUDANTE
 ESCRIVÃO DE DIREITO
 SEGUNDA-AJUDANTE
 SEGUNDA-AJUDANTE
 TÉCNICA DE JUSTIÇA AUXILIAR
 ESCRIVÃO ADJUNTO
 PROCURADORA-GERAL ADJUNTA
 SEGUNDA-AJUDANTE
 ESCRIVÃO DE DIREITO
 SEGUNDA-AJUDANTE
 SEGUNDA-AJUDANTE
 AJUDANTE PRINCIPAL
 TÉCNICA DE JUSTIÇA ADJUNTA
 ESCRIVÃO ADJUNTO
 PRIMEIRA-AJUDANTE
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ESCRIVÃO ADJUNTO
 ESCRIVÃO DE DIREITO
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 PRIMEIRA-AJUDANTE
 SECRETÁRIA DE JUSTIÇA
 AJUDANTE PRINCIPAL
 TÉCNICA DE JUSTIÇA ADJUNTA
 CONSERVADORA
 ESCRIVÃO ADJUNTO
 PROCURADORA-GERAL ADJUNTA
 SEGUNDA-AJUDANTE
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ESCRIVÃO DE DIREITO
 AJUDANTE PRINCIPAL
 AJUDANTE PRINCIPAL
 INSPETORA
 ESCRIVÃO DE DIREITO
 TÉCNICA SUP. 1.ª CL. R. SOCIAL
 PROCURADORA DA REPÚBLICA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 SEGUNDA-AJUDANTE
 CHEFE DE SETOR
 SEGUNDA-AJUDANTE
 GUARDA PRINCIPAL
 ESCRIVÃO ADJUNTO
 ESCRIVÃO DE DIREITO
 GUARDA PRINCIPAL
 AJUDANTE PRINCIPAL
 ESCRIVÃO ADJUNTO
 SUBCHEFE PRINCIPAL
 AGENTE DE SEGURANÇA
 ESCRIVÃO DE DIREITO
 ASSISTENTE TÉCNICA

INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 1 559,03
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 364,09
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 496,00
 DIREÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS € 1 213,46
 SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO € 5 516,97
 DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS € 1 454,41
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 804,03
 DIREÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS € 1 297,10
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 3 823,61
 DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS € 626,07
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 123,58
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 694,15
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 559,52
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 440,38
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 534,41
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 047,85
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 148,66
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 003,17
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 463,83
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 976,77
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 1 844,13
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 300,97
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 730,95
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 2 323,58
 TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA € 1 805,20
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 1 965,60
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 1 711,96
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 868,49
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 313,29
 PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA € 4 522,63
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 1 433,53
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 931,93
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 1 341,69
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 1 876,34
 CARTÓRIO NOT WANDA M C MORAIS SILVA € 2 575,91
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 531,07
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 511,65
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 1 388,61
 DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS € 379,04
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 311,00
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 353,12
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 546,70
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 2 644,46
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 876,57
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 3 072,99
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 226,94
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 2 596,65
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 871,77
 PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA € 4 430,07
 CARTÓRIO NOT RAQUEL S PALMA DOROTEA € 1 407,25
 I GEST FIN INFRAESTRUTURAS JUSTIÇA, I. P. € 774,76
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 473,42
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 3 804,42
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 1 824,75
 POLÍCIA JUDICIÁRIA € 2 421,69
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 286,90
 SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL € 1 314,38
 PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA € 3 796,43
 POLÍCIA JUDICIÁRIA € 483,10
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 1 168,83
 POLÍCIA JUDICIÁRIA € 2 107,30
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 2 957,82
 DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS € 1 302,85
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 650,70
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 525,57
 DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS € 1 524,19
 INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I. P. € 2 173,73
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 356,95
 DIR-GERAL REINserÇÃO E SERV PRISIONAIS € 1 599,03
 POLÍCIA JUDICIÁRIA € 1 792,04
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 1 197,13
 DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRAÇÃO JUSTIÇA € 414,70

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

ADRIANO ZEGERINO SOARES ARCHER
 AGOSTINHO SENA SEQUEIRA
 ALBERTO CONDE MORENO
 ÁLVARO DIAS LOPES
 ANA MARIA LOBO M. CARNEIRO VIEIRA COSTA
 ANTÓNIO CARAPINHA SILVA
 ANTÓNIO MANUEL MARQUES NUNES
 ANTÓNIO MARQUES SILVA
 ARTUR CARDOSO DIAS
 BRANCA MARIA LOPES PEREIRA
 CARLOS MANUEL MARTINS
 CONCEIÇÃO NUNES MARÇAL ANDRÉ SILVA
 DÁRIO FERNANDO FERREIRA FONSECA
 FERNANDO GUERREIRO AFONSO
 FERNANDO JOAQUIM BRITO SEQUEIRA MENDES
 FLORENTINA BERNARDINA MIRA GOMES CAVACO

INSPETOR ADJUNTO ESPECIALISTA
 AUXILIAR ADMINISTRATIVO
 ASSESSOR PRINCIPAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ASSISTENTE TÉCNICO
 INSPETOR-GERAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE TÉCNICA
 TÉCNICO SUPERIOR
 ASSISTENTE TÉCNICO
 TÉCNICO SUPERIOR
 ASSISTENTE TÉCNICA

AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA € 1 235,88
 ICP-AUTORIDADE NACIONAL COMUNICAÇÕES € 1 319,91
 DIREÇÃO-GERAL ATIVIDADES ECONÓMICAS € 2 725,75
 EP-ESTRADAS DE PORTUGAL, S. A. € 404,44
 AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO € 922,90
 EP-ESTRADAS DE PORTUGAL, S. A. € 625,62
 AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA € 3 652,30
 EP-ESTRADAS DE PORTUGAL, S. A. € 660,88
 EP-ESTRADAS DE PORTUGAL, S. A. € 585,43
 AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO € 821,83
 EP-ESTRADAS DE PORTUGAL, S. A. € 463,27
 INSTITUTO MOBILIDADE E TRANSPORTES, I. P. € 1 085,77
 DIREÇÃO-GERAL ATIVIDADES ECONÓMICAS € 2 423,88
 TURISMO DE PORTUGAL, I. P. € 892,91
 LABORATÓRIO NAC ENERGIA E GEOLOGIA, I. P. € 2 067,59
 AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO € 637,52

FRANCISCO ANTÓNIO ESTEVES	INSPECTOR TÉCNICO ESPECIALISTA	AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA	€ 2 000,24
JACINTO JOSÉ LUÍS	PEDREIRO	INST PORTUÁRIO TRANSPORTES MARÍTIMOS	€ 1 050,52
JOÃO JOSÉ PEREIRA CARDOSO LEMOS	TÉCNICO SUPERIOR	INSTITUTO MOBILIDADE E TRANSPORTES, I. P.	€ 2 285,68
JOSÉ AUGUSTO SABINO OLIVEIRA	TÉCNICO	INST PORTUÁRIO TRANSPORTES MARÍTIMOS	€ 880,54
JOSÉ FERNANDES TAVARES	TÉCNICO SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 1 792,51
JOSÉ MANUEL GARCIA CRISTO	INSPECTOR SUPERIOR PRINCIPAL	AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO	€ 2 431,43
JOSÉ MANUEL PALMA MORAIS	ASSISTENTE TÉCNICO	AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO	€ 690,92
JOSÉ MOREIRA FERNANDES	AUXILIAR TÉCNICO	EP-ESTRADAS DE PORTUGAL, S. A.	€ 404,44
LUCINDA ELISABETH SILVA FERREIRA JERÓNIMO	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 768,30
LUCINDA SOARES BORGES SANTOS	CHEFE DE SECRETARIADO	INST PORTUÁRIO TRANSPORTES MARÍTIMOS	€ 1 075,14
LUÍS CORREIA CASTRO RÊGO	TÉCNICO SUPERIOR/CONSULTOR	INST EMPREGO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I. P.	€ 2 427,67
LUÍSA ISABEL ALMEIDA DIAS AFONSO PIRES	ASSISTENTE TÉCNICA	AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO	€ 957,96
MANUEL JOSÉ TRINDADE CID	ASSISTENTE OPERACIONAL	EP-ESTRADAS DE PORTUGAL, S. A.	€ 472,56
MANUEL MIGUEL JORGE	TÉCNICO SUPERIOR	EP-ESTRADAS DE PORTUGAL, S. A.	€ 1 800,39
MANUEL SILVA DOMINGUES GREGO	INSPECTOR SUPERIOR PRINCIPAL	AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO	€ 3 226,95
MARGARIDA MARIA C. C. C. MORAIS ALÇADA	TÉCNICA SUPERIOR	TURISMO DE PORTUGAL, I. P.	€ 1 999,97
MARIA ADELINA PINTO DIAS ROCHA	TÉCNICA SUPERIOR	INSTITUTO MOBILIDADE E TRANSPORTES, I. P.	€ 2 650,47
MARIA FÁTIMA PACHECO GONÇALVES SOUSA CRUZ	TÉCNICA DE INFORMÁTICA GRAU 1	AUTORIDADE SEG ALIMENTAR ECONÓMICA	€ 938,95
MARIA HELENA ARAÚJO VIEIRA PEREIRA GUERRA	TÉCNICA SUPERIOR/ASSESSORA	INST EMPREGO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I. P.	€ 2 045,10
MARIA HELENA MACHADO N. SILVA MARROCOS	TÉCNICA SUPERIOR	INST PORTUÁRIO TRANSPORTES MARÍTIMOS	€ 1 625,63
MARIA LÍDIA FERREIRA MONTEIRO	ASSISTENTE TÉCNICA	AUTORIDADE PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO	€ 976,28
MARIA LUCINDA POMBO MARTINS CANAS	TÉCNICA ESPECIALISTA	ICP-AUTORIDADE NACIONAL COMUNICAÇÕES	€ 1 554,27
MARIA SILVINA RIO SOBRINHO	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO MOBILIDADE E TRANSPORTES, I. P.	€ 526,45
NATÉRCIA MARIA CABRITA GOMES	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO MOBILIDADE E TRANSPORTES, I. P.	€ 892,33
ROSA MARIA FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIR REGIONAL ECONOMIA LISBOA VALE TEJO	€ 272,78
SOLEDADE SEQUEIRA CARVALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIREÇÃO REGIONAL ECONOMIA DO CENTRO	€ 513,89
VIRGÍLIO GABRIEL CONCEIÇÃO ALEXANDRE	MESTRE DE TRÁFEGO LOCAL	INST PORTUÁRIO TRANSPORTES MARÍTIMOS	€ 866,84
VÍTOR AUGUSTO FERNANDES SILVA	VICE-PRESIDENTE	TURISMO DO ALENTEJO, E. R. T.	€ 2 828,24

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

ADELINO SOARES LOPES	JORNALEIRO	INST CONSERV NATUREZA E FLORESTAS, I. P.	€ 492,03
ADRIANO BARROS SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	€ 582,59
AGOSTINHO SANTOS SERRALHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE POMBAL	€ 510,22
ALBERTINO ALEGRIA FARIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 551,57
ALBINA ROSA JESUS ROCHA PINHO AREIAS	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	€ 670,37
ALDA MARIA SILVA CERQUEIRA NEVES	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO, I. P.	€ 830,17
ALDINA CONCEIÇÃO BATISTA GOMES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA	€ 250,15
ALEXANDRE FERREIRA REIS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE AMARANTE	€ 446,10
ALFREDINA CONCEIÇÃO PEREIRA SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE ODIVELAS	€ 400,26
ALFREDO MARCOS MOLINHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ	€ 559,74
ALFREDO SANTOS OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO TOMAR	€ 925,68
ALICE BAETA CORREIA DIONÍSIO CONCEIÇÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 964,97
ÁLVARO LEITE VASCONCELOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MATOSINHOS	€ 854,06
AMÉRICO FERNANDO SANTOS VARELA	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE MOSCAVIDE	€ 900,67
ANA ISABEL MONTEIRO MARIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOULÉ	€ 379,04
ANA MARIA DESERTO GONÇALVES ANACLETO	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS	€ 379,04
ANA MARIA MOREIRA VIEIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE MONTUJO	€ 633,81
ANA MARIA SIMÕES FIGUEIREDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 421,14
ANA MOTA RIBEIRO TEIXEIRA GOUVEIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MATOSINHOS	€ 326,18
ÂNGELO AUGUSTO QUEIRÓS MONTEIRO	TÉCNICO SUPERIOR	COMISSÃO COORDENAÇÃO DES REG DO NORTE	€ 1 983,27
ANÍBAL JOSÉ SANTOS REBELO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SINTRA	€ 743,76
ANÍBAL RODRIGUES TENENTE	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 318,53
ANTÓNIA MARIA GONÇALVES BARÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	INST NAC INV AGRÁRIA E VETERINÁRIA, I. P.	€ 758,42
ANTÓNIO AUGUSTO MENDES REIS	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO LEIRIA	€ 479,08
ANTÓNIO CIRO COSTA PEDRÓGAM	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO	€ 613,18
ANTÓNIO COIMBRA RODRIGUES	ENCARREGADO GERAL OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 1 461,63
ANTÓNIO COSTA ALMEIDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MAIA	€ 728,62
ANTÓNIO FERREIRA COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	€ 728,27
ANTÓNIO FERREIRA PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LEIRIA	€ 544,40
ANTÓNIO HENRIQUE SANTOS BRANDÃO	LIMPA-COLETORES	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO LOURES	€ 737,81
ANTÓNIO JOÃO BRANCO BANHEIRO	ENGENHEIRO TECNICO	AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL	€ 1 213,59
ANTÓNIO LUÍS	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE MELIDES	€ 379,04
ANTÓNIO LUÍS SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 698,79
ANTÓNIO MANUEL DIONÍSIO RUFINO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SEIXAL	€ 717,13
ANTÓNIO MANUEL DUARTE MARQUES	TÉCNICO SUPERIOR	DIREÇÃO REG AGRICULTURA PESCAS CENTRO	€ 1 280,63
ANTÓNIO MANUEL RASTEIRO GERALDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AC-ÁGUAS DE COIMBRA, E. M.	€ 700,84
ANTÓNIO MATOZO MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE BOBADELA	€ 666,65
ANTÓNIO PEDRO JESUS FONSECA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO ALMADA	€ 721,02
ANTÓNIO RIBEIRO CONCEIÇÃO FONSECA	ASSISTENTE TÉCNICO	INSTITUTO VINHOS DO DOURO E PORTO, I. P.	€ 1 082,72
ANTÓNIO SANCHES DIMAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MOURA	€ 369,37
ANTÓNIO ZEVERINO LAPINHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SILVES	€ 704,41
ARMANDO CARDOSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CASTRO DAIRE	€ 754,12
ARMANDO JORGE MOURA SAMPAIO CARVALHO	TÉCNICO SUPERIOR	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I. P.	€ 1 359,05
ARMANDO MANUEL MANGAS SILVA	FISCAL DE OBRAS	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I. P.	€ 847,38
ARMANDO OLIVEIRA SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CALDAS DA RAINHA	€ 634,82
ARMANDO RUI MARTINS LIMA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC TRANSP URBANOS COIMBRA	€ 1 019,67
ARMINDO MANUEL LEAL PINTO GOMES	FISCAL DE LEITURAS E COBRANÇAS	SERV MUN ÁGUA ELET SANEAMENTO VALONGO	€ 769,96
AVELINO AUGUSTO PIRES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CHAVES	€ 350,45
BASELIZA CONCEIÇÃO BRANDÃO SILVA	ASSISTENTE TÉCNICA	FREGUESIA DE SEIXAL	€ 568,78
BELMIRO ANJOS FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	€ 460,90
CAMILO GONÇALVES CUSTÓDIO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS	€ 407,18
CAMILO PEREIRA SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MAIA	€ 960,85
CAN FA YON	RECECIONISTA	MUNICÍPIO DE SANTARÉM	€ 545,14
CÂNDIDO COSTA LOPES	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE COIMBRA	€ 1 042,15
CARLOS ALBERTO SILVA LAVRADOR	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS	€ 592,73
CARLOS ANTÓNIO MAXIMINO PENEDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO OEIRAS	€ 937,51
CARLOS ANTÓNIO OLIVEIRA VIEIRA	JARDINEIRO PRINCIPAL	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	€ 825,24
CARLOS JORGE OLIVEIRA PINTO	SUBCHEFE 2.ª CLASSE	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 1 330,78
CARLOS MANUEL SIMÕES FERNANDES	TÉCNICO SUPERIOR	DIR-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA	€ 1 742,91
CARLOTA NEVES PEREIRA BÉRTOLO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA	€ 894,80

CECÍLIA MARIA GOMES BRANCO SIMÕES	ASSISTENTE TÉCNICA	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 564,57
CUSTÓDIO FERNANDES RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE ERRA	€ 250,15
DEOLINDA LIMA FERNANDES LOPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 334,87
DINA ANDRADE ALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SINTRA	€ 379,04
DIONÍSIO JOSÉ ABREU COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO LOURES	€ 379,04
DOMINGOS FERREIRA BOLRÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MOURA	€ 515,20
DOMINGOS JORGE FERNANDES MACHADO	ENCARREGADO PESSOAL AUXILIAR	MUNICÍPIO DE MAIA	€ 549,85
DOMINGOS JOSÉ ANTUNES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA	€ 374,85
ELEUTÉRIO GOMES GARCIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SANTARÉM	€ 565,87
ELISABETE MARIA R. COSTA ENGENHEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PENACOVA	€ 292,07
ELSA LEÃO FRIAS BARROS CAMARINHAS	TÉCNICA SUPERIOR	INST HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, IP	€ 2 539,77
EMÍLIA MARIA VENTURA CARRILHO	TÉCNICA SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS ALENTEJO	€ 2 418,26
EMÍLIA VIEIRA SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	€ 649,52
EMÍLIO CARLOS CAMPOS DAMAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ABRANTES	€ 575,98
ERMELINDA DORES GONÇALVES BRANCO SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	€ 439,85
ETELVINO GUEIFÃO DIAS	ENCARREGADO GERAL OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MAÇÃO	€ 627,99
EULÁLIA OLIVEIRA VITORINO F. SILVA COSTA	ASSISTENTE ADMIN. PRINCIPAL	INST CONSERV NATUREZA E FLORESTAS, I. P.	€ 844,93
FELISMINA CUNHA FEIJÃO ROSADO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SEIXAL	€ 557,25
FERNANDA CONCEIÇÃO LOPES ROCHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SILVES	€ 305,75
FERNANDO CANELAS MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE BAIXA DA BANHEIRA	€ 918,48
FERNANDO FERNANDES SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ÁGUAS DO SADO, S. A.	€ 712,20
FERNANDO FERREIRA LOUSADA	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE VILAR DO PARAÍSO	€ 462,30
FERNANDO JOÃO SANTOS SOUSA	SUBCHEFE 1.ª CLASSE	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 1 551,30
FERNANDO JOSÉ VIDAL MARÇAL	DESENHADOR	MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	€ 972,65
FERNANDO LEITE PIRES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO	€ 572,86
FERNANDO MANUEL SILVA FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	€ 379,04
FERNANDO PEREIRA FONSECA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOURES	€ 541,18
FLORISA ARAÚJO FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	€ 408,70
FRANCISCO ELIAS JESUS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BARREIRO	€ 753,84
FRANCISCO GOMES ALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO LEIRIA	€ 554,20
GABRIEL MOREIRA PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MATOSINHOS	€ 250,15
GILBERTO JESUS DIAS FOLGADO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 745,24
GRAÇA MARIA SOARES CAMPOS	TÉCNICA SUPERIOR	MUNICÍPIO DE LEIRIA	€ 857,05
GUILHERMINO RESENDE VIEIRA	CHEFE 2.ª CLASSE	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 1 834,83
HÉLDER VINAGRE GRÁCIO	ASSISTENTE TÉCNICO	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I. P.	€ 1 071,70
HENRIQUE VIEIRA DUARTE	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE BURACA	€ 614,37
HILARINA ESPADA COLAÇO CORREIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SINTRA	€ 387,88
HORTÊNSIA JOSÉ PALMA	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE SINES	€ 318,01
ILDA MARGARIDA FERREIRA CARDOSO	ASSISTENTE TÉCNICA	FREGUESIA DE TRAFARIA	€ 466,70
ILDA MOUSINHO ESTEVES TOMÁSIO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 849,62
IRENE ROMANO CARVALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST CONSERV NATUREZA E FLORESTAS, I. P.	€ 391,48
JAIME DIAS FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ANADIA	€ 538,16
JAIME MOREIRA SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 690,96
JOÃO ANTÓNIO NUNES	VIGILANTE DA NATUREZA	COMISSÃO COORD DESENV REG ALENTEJO	€ 699,16
JOÃO FERNANDO GONÇALVES MATOS MAGALHÃES	COORDENADOR TÉCNICO	MUNICÍPIO DE FAFE	€ 867,47
JOÃO MANUEL GUERREIRO PONTE	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOULÉ	€ 379,83
JOÃO MANUEL SOARES SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 545,98
JOÃO RIBEIRO ANTUNES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PROENÇA-A-NOVA	€ 487,93
JOÃO SOUSA MAGALHÃES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	€ 347,68
JOAQUIM ANTÓNIO FORTE FARROPAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SINTRA	€ 816,91
JOAQUIM FRANCISCO CARDADOR AMARO	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE SANTA CLARA-LOUREDO	€ 601,47
JOAQUIM JOSÉ ROSA DEUS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR	€ 250,15
JOAQUIM MANUEL AREGA LUÍS LOPES	TÉCNICO SUPERIOR	DIR-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA	€ 1 975,41
JOAQUIM PEREIRA ENCARNAÇÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE ALFERCE	€ 379,04
JOAQUIM ROSA NOVO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE OIRAS	€ 720,64
JOAQUIM SILVA SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 760,37
JOAQUIM VICENTE CARRIÇO LANDUM	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇOS MUNIC ÁGUA SANEAMENTO ALMADA	€ 690,12
JOAQUINA COSTA BERNARDO MARREIROS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE OURIQUE	€ 361,11
JORGE ANTÓNIO PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA	€ 777,35
JORGE AUGUSTO SANTOS ASSUNÇÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 547,96
JOSÉ ALMEIDA DIAMANTINO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	€ 375,47
JOSÉ AUGUSTO ESTRELA ROSADO	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE COIMBRA	€ 250,15
JOSÉ BAPTISTA FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	€ 808,53
JOSÉ DOMINGOS GARCIA ALMEIDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BEJA	€ 699,46
JOSÉ FERNANDO FLOR PAULO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES	€ 533,41
JOSÉ INÁCIO BATISTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA	€ 239,99
JOSÉ JOAQUIM FERREIRA TINOCO	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERV MUNIC TRANSP COLECTIVOS BARREIRO	€ 815,09
JOSÉ JOAQUIM SILVA CRAVINA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALMEIRIM	€ 627,82
JOSÉ LUÍS DINIZ FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS	€ 437,96
JOSÉ MANUEL CORREIA PIRES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERV MUNIC ÁGUA E SANEAMENTO SINTRA	€ 558,73
JOSÉ MANUEL NEVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MOURA	€ 679,66
JOSÉ MANUEL RODRIGUES Mouro	OPERÁRIO QUALIFICADO	FREGUESIA DE MOITA	€ 379,04
JOSÉ MANUEL VERÍSSIMO SILVA FERNANDES	ASSISTENTE TÉCNICO	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 910,03
JOSÉ MARIA CANDEIAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE S. FRANCISCO DA SERRA	€ 484,96
JOSÉ MARIA VELEZ ANACLETO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST CONSERV NATUREZA E FLORESTAS, I. P.	€ 578,64
JOSÉ MIGUEL BARREIROS PAULOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	€ 291,85
JOSÉ OLIVEIRA MENDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE CUSTOIAS	€ 552,36
JOSÉ POLICARPO CARMO VIEGAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE OLHÃO	€ 498,08
JOSÉ SEBASTIÃO SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SINTRA	€ 556,99
JOSÉ SILVA OLIVEIRA	SUBCHEFE 1.ª CLASSE	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 1 078,68
JOSÉ SOUSA BABO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	€ 581,08
LAURA HELENA GOMES JERÓNIMO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CORUCHE	€ 423,36
LEONTINA NUNES SANTANA RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST CONSERV NATUREZA E FLORESTAS, I. P.	€ 492,55
LEOPOLDINA CHARRUADAS PASSARINHO BRITA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE AMADORA	€ 346,37
LUÍS ALBERTO BARROS SÁ	TRABALHADOR AGRÍCOLA ESPEC.	COMISSÃO VITICULTURA REG VINHOS VERDES	€ 669,68
LUÍS FILIPE GUEDES SAavedra	TÉCNICO SUPERIOR	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 2 119,30
LUÍS FILIPE VALENTE MATIAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 687,77
LUÍS JORGE GUEDES NEREU	ASSISTENTE TÉCNICO	MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA	€ 550,06
LUÍS MIGUEL JESUS CATULO PATRÍCIO	ENCARREGADO OPERACIONAL	FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DA CHARNECA	€ 905,95
LUÍS SILVA PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	€ 581,70
MANUEL ANTÓNIO PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALMADA	€ 714,19

MANUEL CAEIRO MADEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE ALGUEIRÃO-MEM MARTINS	€ 757,44
MANUEL COSTA FONSECA	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 1 025,54
MANUEL EUSÉBIO VENTURA GUIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST CONSERV NATUREZA E FLORESTAS, I. P.	€ 386,87
MANUEL GOMES MARRAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE BOBADELA	€ 487,57
MANUEL JOSÉ REBOUÇAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	€ 566,29
MANUEL LAURENTINO PEDRA SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	€ 790,77
MANUEL MADUREIRA CAMELO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA	€ 478,04
MANUEL MARIA CARVALHO TAPADINHAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE PORTALEGRE	€ 938,47
MANUEL NOBRE JOAQUIM	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ODEMIRA	€ 239,99
MANUEL PEREIRA RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 639,14
MANUEL SILVA GONÇALVES PIMENTEL	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIR REGIONAL AGRICULTURA PESCAS CENTRO	€ 724,24
MANUEL SILVA ROCHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA MADEIRA	€ 532,09
MARIA ADELAIDE GONÇALVES SILVA SANTOS	TÉCNICA SUPERIOR	DIR-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA	€ 1 495,36
MARIA ALICE PEREIRA S. SANROS GONÇALVES	ASSISTENTE TÉCNICA	DIR REGIONAL AGRICULTURA PESCAS CENTRO	€ 844,88
MARIA ALZIRA ALMEIDA DIAS MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL	€ 409,63
MARIA AMÉLIA SILVA MACHADO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE OBRAS	€ 449,88
MARIA ANDREZA DUARTE LOPES CABACINHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LAGOS	€ 272,78
MARIA AUGUSTA PEREIRA OLIVEIRA SERRADOR	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BENAVENTE	€ 239,99
MARIA BÁRBARA RATINHO GONÇALVES NOGUEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ABRANTES	€ 336,66
MARIA CARMINDA ALMEIDA CHAVES RIBEIRO	ASSISTENTE TÉCNICA	DIR-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA	€ 1 084,31
MARIA CARMO FRANCO BARROS DUARTE	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE MAFRA	€ 603,85
MARIA CARMO GONÇALVES C. V. CORREIA CUNHA	TÉCNICA SUPERIOR	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I. P.	€ 2 410,83
MARIA CARMO OLIVEIRA ANTUNES COELHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOURES	€ 477,27
MARIA CELESTE TOMÉ SAPINA VINAGRE	CHEFE DE DIVISÃO	SERV MUNIC ÁGUA E SANEAMENTO SINTRA	€ 2 126,01
MARIA CÉU SABINO BOURQUIN	ASSISTENTE TÉCNICA	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 380,16
MARIA CRISTINA ALMEIDA BORGES SILVA PINTO	ASSISTENTE TÉCNICA	DIR REGIONAL AGRICULTURA PESCAS CENTRO	€ 806,07
MARIA DEOLINDA ANTUNES OLIVENÇA BORGES	TÉCNICA SUPERIOR	INST CONSERV NATUREZA E FLORESTAS, I. P.	€ 1 763,40
MARIA DOLORES RIBEIRO COIMBRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 481,83
MARIA EMÍLIA COSTA LOUREIRO AMORIM FERRAZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL	€ 277,55
MARIA EMÍLIA MAIA B. P. GONÇALVES MONTEIRO	ASSISTENTE TÉCNICA	DIR-GERAL AGRICULTURA E DESEN RURAL	€ 848,47
MARIA EMÍLIA TORNEIRO ENGENHEIRO NOBRE	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOURINHÃ	€ 590,52
MARIA FÁTIMA ALVES S. GONÇALVES BARRADAS	ASSISTENTE TÉCNICA	DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO	€ 538,28
MARIA FERNANDA FERREIRA BORGES LEITÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VALONGO	€ 497,97
MARIA FERNANDA FONSECA MOREIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	€ 525,58
MARIA FERNANDA MOURA RODRIGUES	CHEFE DE SERVIÇOS	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE	€ 1 706,13
MARIA FERNANDA NUNES FILIPE COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE SANTA IRIA DE AZOIA	€ 474,91
MARIA FERNANDA SILVA ABREU PINTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 505,74
MARIA FILOMENA PRAZERES VILELA	OBSERVADORA 1.ª CLASSE	INST PORTUGUÊS DO MAR E ATMOSFERA, I. P.	€ 887,91
MARIA HELENA CORREIA CORTÊS TRANCONSO	ASSISTENTE TÉCNICA	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I. P.	€ 933,51
MARIA HELENA SIMÃO VICENTE	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA	€ 786,16
MARIA INÊS SOUSA MACHADO CASTRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SANTO TIRO	€ 654,72
MARIA ISABEL BAPTISTA MAIA RIBEIRO LEITE	TÉCNICA SUPERIOR	INST NAC INV AGRÁRIA E VETERINÁRIA, I. P.	€ 1 723,14
MARIA ISABEL BRITO CAEIRO ROLO	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE AMADORA	€ 615,71
MARIA JESUS ALMEIDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	€ 612,52
MARIA JOSÉ TAVARES L. OLIVEIRA SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA	€ 1 037,88
MARIA LUÍSA ALMEIDA OLIVEIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE MATOSINHOS	€ 1 005,15
MARIA LURDES MARQUES ROCHA VELOSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BRAGA	€ 380,75
MARIA LURDES RODRIGUES DUARTE DELGADO	ASSISTENTE TÉCNICA	DIR REG AGRICULTURA PESCAS LISBOA V TEJO	€ 751,11
MARIA MANUELA ENCARNÇÃO VALADA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE AZAMBUJA	€ 708,87
MARIA NUNES BRANCO OLIVEIRA RAMALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE GRANJA	€ 396,23
MARIA ODETE SANTOS ALMEIDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SEIXAL	€ 557,26
MARIA OLÍMPIA MALTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 239,99
MARIA PIEDADE BARBOSA VIEIRA PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LISBOA	€ 514,83
MARIA PRAZERES PATRÍCIO FARINHA JANEIRO	ASSISTENTE TÉCNICA	INST CONSERV NATUREZA E FLORESTAS, I. P.	€ 603,96
MARIA RITA OLIVEIRA HORTA	TÉCNICA SUPERIOR	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS	€ 1 849,84
MARIA ROSA GALVÃO SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	€ 576,68
MARIA ROSA RAMOS SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST NAC INV AGRÁRIA E VETERINÁRIA, I. P.	€ 654,43
MARIA ROSA SOUSA DURÃES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE FAFE	€ 419,54
MARIA TERESA CUNHA TOMÁS	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SINTRA	€ 343,90
MARIA TERESA NUNES MARTINS	TÉCNICA SUPERIOR	MUNICÍPIO DE SABUGAL	€ 1 376,66
MARIANA JOAQUINA SILVA ASSUNÇÃO SERRANO	ASSISTENTE OPERACIONAL	FREGUESIA DE ÉVORA-MONTE	€ 492,11
MÁRIO FERNANDO CARDOSO FERREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MUNICÍPIO DE PESO DA RÉGUA	€ 500,10
MÁRIO GOUVEIA GALVÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE COIMBRA	€ 830,48
MÁRIO MANUEL RAINHO GONÇALVES CAMAZ	TÉCNICO SUPERIOR	DIR REG AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	€ 1 235,34
MÁRIO MANUEL ROMÃO SILVA BOLHÕES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOURES	€ 469,40
NOÉMIA BEATRIZ ASSUNÇÃO CAVACO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE LOULÉ	€ 468,77
OLÍVIA LEAL CAMPOS PARDAL	ASSISTENTE TÉCNICA	AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I. P.	€ 560,92
ORLANDO CORREIA FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE RIO MAIOR	€ 434,10
ORLANDO JOSÉ CASTANHEIRA DINIZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA POÇA DE AGUIAR	€ 453,32
PALMIRA MARQUES ALVES VICENTE	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALMEIRIM	€ 379,04
PEDRO MANUEL BANACO CARVALHO	ASSISTENTE TÉCNICO	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 622,56
RAUL MANUEL BARROS SEVERINO	ASSISTENTE TÉCNICO	DIR-GERAL AGRICULTURA E DESENV RURAL	€ 1 075,20
RICARDO MANUEL SANTOS RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	€ 379,04
ROGÉRIO FLORÊNCIO PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALMEIRIM	€ 585,33
ROSA CLEMENTINA G. RODRIGUES SOLPOSTO	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 870,48
ROSA FERREIRA NEVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE GUIMARÃES	€ 571,94
ROSA MARIA NOGUEIRA SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	€ 272,78
ROSA MARIA RAMOS RAPOSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SEIXAL	€ 469,64
ROSALINA LUÍSA PINTO MACHADAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 416,33
RUI MANUEL DUARTE NUNES SAMARRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE COVILHÃ	€ 772,42
SERAFIM AQUILES CARVALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE AMARANTE	€ 659,56
SEVERINO MESTRE ASSUNÇÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	€ 537,89
SUSANA FERNANDES ZACARIAS	ASSISTENTE TÉCNICA	MUNICÍPIO DE PORTO	€ 928,38
SUSETE FILIPE ANDRADE ARGEL	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE OLHÃO	€ 379,04
TEODORO JOSÉ PISCO PRIMO	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ	€ 409,17
TOMÁS CRUZ MARCELINO MARQUES	TÉCNICO SUPERIOR	MUNICÍPIO DE LEIRIA	€ 1 101,17
TOMÁS FERNANDES LOPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE BARCELOS	€ 239,99
ULDA MARIA GONÇALVES MATOS GUERREIRO	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 796,31
VALDEMAR JOAQUIM MENESES PINTO FERREIRA	ENCARREGADO OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE ESPINHO	€ 730,87
VICTOR DIAS ALFARO	ENCARREGADO OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE SINTRA	€ 623,22
VIRGÍLIO ANTÓNIO FONSECA FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	MUNICÍPIO DE GUARDA	€ 582,16

MINISTÉRIO DA SAÚDE

ABEL SANTOS CARDOSO	ENFERMEIRO	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 1 990,71
ACÁCIO AUGUSTO DIOGO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 401,92
ACÁCIO VALVERDE BORGES	ENFERMEIRO-CHEFE	CENTRO HOSP TRÁS-MONTES A DOURO, E. P. E.	€ 2 792,26
ADELIA NEVES GONÇALVES RODRIGUES	TÉCNICA ESPEC. AN. CLÍNICAS	I PORT ONCOLOGIA COIMBRA F GENTIL, E. P. E.	€ 1 424,35
ADRIANO ANTÓNIO DELGADO	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM, E. P. E.	€ 761,15
AGOSTINHO DINIS	ENFERMEIRO	CENTRO HOSP TRÁS-MONTES A DOURO, E. P. E.	€ 1 947,32
ALBANO JOAQUIM SANTOS	ASSISTENTE GRADUADO	CENTRO HOSP PÓVOA VARZIM/V CONDE, E. P. E.	€ 2 334,68
ALBERTO CARLOS VARELA BAETA VEIGA	ASSISTENTE GRADUADO SÉNIOR	CENTRO HOSPITALAR LEIRIA-POMBAL, E. P. E.	€ 4 614,29
ALDA GUILHERMINA ROCHA MONTEIRO ARAÚJO	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPIT BARREIRO MONTIJO, E. P. E.	€ 1 407,25
ALEXANDRA MARIA BAPTISTA MARQUES	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 3 614,01
ALFREDO ANTÓNIO NEVES	COORDENADOR TÉCNICO	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 1 292,15
ALICE ISABEL RUIZ SOUSA	ASSISTENTE HOSPITALAR	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 2 037,94
ALZIRA ARAÚJO COSTA FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 576,45
ANA CONCEIÇÃO MOURA JARNALO	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 2 227,31
ANA MARIA BRANQUINHO ME. ALVES MARGATO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 756,10
ANA MARIA CAUPERS FERNANDES SAMPAIO	ENFERMEIRA GRADUADA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 959,33
ANA MARIA GOMES MARÇAL	ENFERMEIRA GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 2 119,47
ANA MARIA INÁCIO FERREIRA FAUSTINO	ENFERMEIRA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 694,02
ANA MARIA MARTINS CARVALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 689,11
ANA MARIA NUNES SOUSA	ENFERMEIRA-CHEFE	CENTRO HOSPITALAR TÂMEGA SOUSA, E. P. E.	€ 2 624,75
ANA MARIA PINHO SANTOS MACHADO ROBALO	ASSISTENTE GRADUADA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 3 860,64
ANA MARIA SIMÕES SOUSA BAPTISTA	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 4 168,24
ANA OLIVEIRA CALDAS MOTA PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	I PORT ONCOLOGIA LISBOA F GENTIL, E. P. E.	€ 719,86
ANA PAULA ALVELOS SILVA ROSADO TEODORO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 706,22
ANA TERESA ARAÚJO DUARTE PEREIRA LAGES	ENFERMEIRA GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 412,44
ANABELA REIS RODRIGUES CONCEIÇÃO CABELEIRA	TÉCNICA SUPERIOR	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 1 053,14
ÂNGELA MARIA SANTOS RODRIGUES	ENFERMEIRA	HOSPITAL GARCIA DE ORTA, E. P. E.	€ 627,67
ANGÉLICA CONCEIÇÃO SANTOS SOARES ROLIM	ENFERMEIRA GRADUADA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 1 548,08
ANTÓNIO ADELINO AIRES NOGUEIRA DUARTE	ASSISTENTE TÉCNICO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 961,04
ANTÓNIO AGOSTINHO OCHÔA CASTRO	ASSISTENTE GRADUADO	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 4 507,77
ANTÓNIO ALBERTO MAROVAS MARÇAL	TÉCNICO DIAGN. E TERAPÊUTICA	CENTRO HOSPIT BARREIRO MONTIJO, E. P. E.	€ 1 188,12
ANTÓNIO FERNANDO MARQUES CASALINHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.	€ 590,60
ANTÓNIO FERNANDO MARTINS ANTUNES BATISTA	ENFERMEIRO-CHEFE	UNIDADE LOCAL DE CASTELO BRANCO, E. P. E.	€ 2 310,15
ANTÓNIO JOAQUIM SAMPAIO REIS MIRANDA	ASSISTENTE GRADUADO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 3 615,54
ANTÓNIO JOSÉ MARTINS MOÇO	ADMINISTRADOR HOSPITALAR	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 2 786,34
ANTÓNIO JOSÉ PERES ALMADA	ASSISTENTE GRADUADO	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 1 759,66
ANTÓNIO LUZ MARQUES	ASSISTENTE TÉCNICO	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 1 072,34
ANTÓNIO MANUEL LOURINHO MOREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE CASTELO BRANCO, E. P. E.	€ 681,63
ANTÓNIO MANUEL MARTINS MONIZ BOTELHO	ASSISTENTE GRADUADO	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 1 169,84
ANTÓNIO MANUEL PINTO CURADO	ASSISTENTE GRADUADO	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 4 024,73
ANTÓNIO SIMÕES PRATAS	ENFERMEIRO GRADUADO	CENTRO HOSPITALAR DE COIMBRA, E. P. E.	€ 2 365,32
ARMINDA MARIA LOPES PERES	TÉCNICA ESPECIALISTA	CENTRO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO LISBOA	€ 1 470,18
ASCENSÃO LUZ MATOS BASTOS GONÇALVES SILVA	ENFERMEIRA	CENTRO HOSP ENTRE-DOURO E VOUGA, E. P. E.	€ 1 921,73
AURELIA CARMO R. GASPAR ROQUE GALHOFO	ENFERMEIRA GRADUADA	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALENTEJO, I. P.	€ 1 393,04
BELMIRO CARMELINO	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL DISTRITAL FIGUEIRA DA FOZ, E. P. E.	€ 902,58
BOANOVA ANJOS PINTO BICA	ENFERMEIRA	UNIDADE LOCAL NORTE ALENTEJANO, E. P. E.	€ 1 709,02
BRANCA MARIA JESUS LOPES CRUZ	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 621,90
CARLOS FILIPE DE SOUSA MAMEDE	ASSISTENTE TÉCNICO	CENTRO HOSPITALAR DE SETÚBAL, E. P. E.	€ 696,72
CARLOS MANUEL MARTINS BATISTA	ASSISTENTE TÉCNICO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 943,06
CARMINDA JESUS RODRIGUES MARTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 703,50
CAROLINA MAGALHÃES COSTA RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL GARCIA DE ORTA, E. P. E.	€ 586,25
CELESTE CONCEIÇÃO ALVES MARQUES SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 344,58
CELESTINO CUNHA CARVALHO REIS	ASSISTENTE TÉCNICO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 051,71
CESALTINA MARIA REIS AGOSTINHO ANTUNES	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 936,05
CIDÁLIA PEREIRA SILVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 575,85
CIDOLINA MARIA MOREIRA LOURENÇO	ENFERMEIRA-CHEFE	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 2 447,26
CREMILDE MONTEIRO SEMEDO FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 404,44
DENIS OLIVEIRA LOURENÇO	ENFERMEIRO	HOSPITAL ARCEBISPO JOÃO CRISÓSTOMO	€ 1 523,06
DEOLINDA FERREIRA SOUSA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 1 114,64
DIONÍSIA CONCEIÇÃO TORRES PINTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALENTEJO, I. P.	€ 250,15
DOMINGOS PINTO ARAÚJO	ASSISTENTE GRADUADO SÉNIOR	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 4 557,97
DORA MARIA MATEUS SILVA	ASSISTENTE GRADUADA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 3 718,18
DULCE ARMANDA OLIVEIRA FIGUEIREDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 754,47
EDUARDO VIEIRA ALMEIDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 495,50
ELIAS JOÃO NOBRE MARQUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA, E. P. E.	€ 379,04
ELISABETE INÁCIO FERREIRA	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 1 349,73
ELSA MARIA GRAÇA CARVALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 642,99
ELSI CARMO RAMOS	ENFERMEIRA-CHEFE	HOSPITAL GARCIA DE ORTA, E. P. E.	€ 2 228,62
ELVIRA SANTOS PAIVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSP ENTRE-DOURO E VOUGA, E. P. E.	€ 474,68
EMÍLIA JESUS JORGE	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LEIRIA-POMBAL, E. P. E.	€ 524,05
EMÍLIA SILVA BERNARDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 453,19
ESMERALDA MARQUES SILVA	TÉCNICA PRINC. ANÁL. CLÍNICAS	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 1 247,59
ESMERALDINA JESUS LOPES MARÇAL	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 656,65
EVA TEIXEIRA GOMES MONTEIRO RIBEIRO	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 786,45
FERNANDA CONCEIÇÃO C. DIAS ALVES SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 526,47
FERNANDO MANUEL CARVALHO PITEIRA BARROS	ASSISTENTE GRADUADO	I PORT ONCOLOGIA LISBOA F GENTIL, E. P. E.	€ 2 294,72
FERNANDO MANUEL MARQUES OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 011,76
FILOMENA MARIA NUNES LUÍS PASCOA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSP BARLAVENTO ALGARVE, E. P. E.	€ 484,58
FILOMENA PARENTE LOPES	ENCARREGADA OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 748,46
FLORINDA CONCEIÇÃO OLIVEIRA MARQUES CUNHA	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 2 222,58
FRANCISCA JOAQUINA B. P. FERREIRA CAETANO	EDUCADORA DE INFÂNCIA	CENTRO HOSPITALAR DE SETÚBAL, E. P. E.	€ 2 586,72
GABRIELA AMÂNCIA SANTOS GOMES RIBEIRO	ENFERMEIRA GRADUADA	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 2 622,32
GEORGINA MANUELA P. N. P. CARDOSO MATOS	ASSISTENTE TÉCNICO	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 789,38
GLÓRIA NEVES MARTINS	ENFERMEIRA	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 1 840,91
GRAÇA MARIA SILVA D. A. MARQUES OLIVEIRA	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 4 256,51
GRACIETE MARIA COELHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE ALGARVE, I. P.	€ 768,03
GRACIETE RODRIGUES VAZ VELOSO CUNHA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 920,47
GRACINDA LOPES SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 667,55
GRACINDA MARIA FERREIRA CORADO ALMEIDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 605,35
GRACINDA PEREIRA GONÇALVES ANDRÉ	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.	€ 720,76

HAMILTON ANTÔNIO SÁ GOMES COSTA	ENFERMEIRO	CENTRO HOSP ENTRE-DOURO E VOUGA, E. P. E.	€ 1 460,81
HERMANO JOSÉ GOUVEIA	CHEFE DE SERVIÇO	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 2 851,04
HERMÍNIA SILVA JESUS	ENFERMEIRA GRADUADA	CENTRO HOSPIT LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 2 311,43
ILDA MARIA ANDRADE RICARDO PATRÍCIO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO OESTE NORTE	€ 1 174,37
IOLANDA SOUSA COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 335,51
IRENE MANUELA ANDRÉ ANTUNES	TÉCNICA INFORMÁTICA ADJUNTA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 911,07
ISABEL MARIA ALMAÇO BASTOS PIRES	TÉCNICA ESPECIALISTA	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 2 487,84
ISABEL MARIA BRÁS FRADE MARQUES	ASSISTENTE GRADUADA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 3 676,37
ISABEL MARIA RODRIGUES SOUSA SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 737,91
ISABEL MARIA SEABRA CORREIA SOARES	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 4 406,41
ISABEL MARIA SILVA OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 379,04
ISABEL MARIA SOUSA C. ALMEIDA CRUZ SILVA	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 4 333,19
ISABEL MARIA VIEGAS MONTEIRO ESTEVAM MATOS	ASSISTENTE DE CLÍNICA GERAL	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALENTEJO, I. P.	€ 2 208,26
ISAURA AMORIM RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 629,69
ISILDA MARIA MARTINS PALMA RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALGARVE, I. P.	€ 448,05
IVONE MARIA JESUS	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 582,58
JOANA MARQUES FERNANDES XAVIER LOURENÇO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 439,19
JOÃO CRISTÓVÃO CARDOSO	TÉCNICO ESPECIALISTA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 1 940,23
JOÃO DEUS MARTINS COSTA	ASSISTENTE TÉCNICO	CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE, E. P. E.	€ 1 108,96
JOÃO JOSÉ BAPTISTA SILVA	CHEFE DE SERVIÇO	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 4 650,89
JOÃO MUGEIRO CAMPOS	ENCARREGADO OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE CASTELO BRANCO, E. P. E.	€ 672,31
JOAQUIM JAIME BAPTISTA SANTOS	ENCARREGADO OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 1 079,87
JOAQUINA SANTOS SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE NORTE, I. P.	€ 547,89
JORGE MANUEL PAIXÃO CORREIA CARDOSO	ASSISTENTE GRADUADO	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 3 333,97
JOSÉ ALVES SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST PORT SANGUE E TRANSPLANTAÇÃO, I. P.	€ 704,96
JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES MARQUES OLIVEIRA	ASSISTENTE GRADUADO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 4 695,01
JOSÉ AUGUSTO JESUS CASCAREJO	ASSISTENTE GRADUADO	CENTRO HOSP VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 2 404,70
JOSÉ AUGUSTO VALENTE MARTINS GONÇALVES	ASSISTENTE GRADUADO	CENTRO HOSPIT BARREIRO MONTIJO, E. P. E.	€ 5 026,66
JOSÉ CARLOS GASPAR SILVA	ASSISTENTE TÉCNICO	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 1 206,63
JOSÉ CARLOS GOMES	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL SAÚDE NORDESTE, E. P. E.	€ 649,14
JOSÉ CARLOS LOPES FERREIRA MELO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE, E. P. E.	€ 858,56
JOSÉ MANUEL BORGES GUERRA	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 2 937,85
JOSÉ MANUEL LIMA MARTINS	ASSISTENTE GRADUADO	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 2 426,14
JOSÉ MANUEL SOBRAL MARTINS	ASSESSOR SUPERIOR DE SAÚDE	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 1 442,79
JOSÉ SAMUEL PEREIRA MARTINS	ENFERMEIRO GRADUADO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 982,88
JUSTINA PEREIRA BAPTISTA VALE	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 401,13
JUSTINO ARNALDO ALVES PINTO CARVALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 873,89
LAURA LUCÍLIA SANTOS NEVES	ENFERMEIRA-CHEFE	CENTRO HOSP VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 2 805,46
LAURINDA CARMO ALVES DIAS	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL DE CASTELO BRANCO, E. P. E.	€ 933,80
LAURINDA SOUSA SILVA FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 427,01
LORENA MARIA OLIVEIRA SAMPAIO FELGUEIRAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 723,24
LUCIANO CONCEIÇÃO MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 826,42
LUCÍLIA COSTA FRIAS TOMAZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 492,66
LUCINDA CELESTE PEREIRA MARTINS SOARES PINA	ASSISTENTE GRADUADA	UNIDADE LOCAL SAÚDE MATOSINHOS, E. P. E.	€ 3 835,17
LUCINDA JESUS SILVA COSTA MENDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 755,47
LUÍS FILIPE RIBEIRO ALMEIDA GOMES	CHEFE DE SERVIÇO	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALGARVE, I. P.	€ 4 880,91
LURDES MARIA GINJA FONSECA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.	€ 671,10
MADALENA ROSA C. M. MONTEIRO VASCONCELOS	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 1 381,02
MANUEL ALBERTO ALMEIDA SILVA	ASSISTENTE TÉCNICO	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE NORTE, I. P.	€ 1 009,47
MANUEL ANTÔNIO ALVES GONÇALVES	ASSISTENTE GRADUADO	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALENTEJO, I. P.	€ 1 412,45
MANUEL AZEVEDO COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALENTEJO, I. P.	€ 668,83
MANUEL CARLOS SANTOS DIAS	ASSISTENTE TÉCNICO	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 1 030,98
MANUEL EDUARDO AMARAL AMORIM	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 701,54
MANUEL FERNANDO MARTINS OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 556,67
MANUEL FRANCISCO PINTO BORDELO	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL SAÚDE NORDESTE, E. P. E.	€ 250,15
MANUEL MARQUES OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 552,21
MANUEL VIRIATO ALVES	ENFERMEIRO GRADUADO	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 1 291,38
MAPRIL RÉGO SILVA	ENCARREGADO OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO OESTE NORTE	€ 794,83
MARGARIDA FELISBELA GOMES PALMEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST PORT ONCOLOGIA PORTO F GENTIL, E. P. E.	€ 507,99
MARGARIDA LOPES GOMES OLIVEIRA FREITAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERVIÇO DE MOBILIDADE ESPECIAL	€ 505,61
MARGARIDA MARIA MOREIRA SANTOS COSTA	TÉCNICA PRINC. ANAL. CLÍNICAS	CENTRO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO LISBOA	€ 858,85
MARIA ADELINA GONÇALVES FERREIRA	CHEFE DE SERVIÇO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 4 612,41
MARIA ALBERTINA MARQUES BRANCO SILVA	ENFERMEIRA PRINCIPAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 2 348,57
MARIA ALCINA COSTA CAMPELO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 443,05
MARIA ALICE GARCIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 706,90
MARIA ALICE NUNES COELHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 638,81
MARIA AMÉLIA PEIXEIRO RAMOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 587,97
MARIA AMÉLIA PIRES ANTUNES SOARES	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 964,44
MARIA AMÉLIA SANTOS ANTUNES	ENFERMEIRA	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 2 102,74
MARIA ANJOS FREITAS AGOSTINHA SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 787,16
MARIA ANJOS LOPES PEDREIRO ROCHA	ASSISTENTE GRADUADA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 4 214,20
MARIA ANTÓNIA CARDOSO FRASQUILHO	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO LISBOA	€ 1 600,88
MARIA ANTONIETA ABREU S R BARROS TEIXEIRA	ASSESSORA	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 1 937,83
MARIA ARMINDA SILVA SOARES	ENFERMEIRA	CENTRO HOSP ENTRE-DOURO E VOUGA, E. P. E.	€ 1 575,79
MARIA AURORA CONCEIÇÃO SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 890,34
MARIA BEATRIZ FONSECA SOUSA ARAÚJO	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 3 010,79
MARIA BEATRIZ RODRIGUES FIGUEIREDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 427,17
MARIA BELMIRA COSTA MIRANDA CARNEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL DE SANTA MARIA MAIOR, E. P. E.	€ 661,20
MARIA CÂNDIDA FERREIRA MARTINS TEIXEIRA	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 2 010,72
MARIA CARMO BIANCHI PINTO ELISEU	ENFERMEIRA GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 2 165,52
MARIA CARMO LIMA COSTA MOURA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 806,23
MARIA CAROLINA NABEIRO BONACHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL NORTE ALENTEJANO, E. P. E.	€ 448,18
MARIA CARREIRA NOBRE LOPES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 549,45
MARIA CARVALHO GONÇALVES	ENFERMEIRA-CHEFE	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 2 011,42
MARIA CECÍLIA SIMÕES GINGA MANUEL	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 628,69
MARIA CELESTE TEIXEIRA GUARDA GOMES NETO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LEIRIA-POMBAL, E. P. E.	€ 867,34
MARIA CÊU CANAS SIMÕES DOMINGOS SEGURO	ASSISTENTE TÉCNICA	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 1 007,22
MARIA CÊU TEIXEIRA DIEGAS	ASSESSORA SUPERIOR DE SAÚDE	HOSPITAL MAGALHÃES DE LEMOS	€ 2 437,93
MARIA CLARA CORREIA FONSECA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 970,47
MARIA CONCEIÇÃO ANTUNES RIBEIRO CARNEIRO	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E. P. E.	€ 1 636,62
MARIA CONCEIÇÃO CARVALHO IGREJA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 881,11

MARIA CONCEIÇÃO CARVALHO RAMOS BARATA	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 532,77
MARIA CONCEIÇÃO ESTÁCIO MADEIRA TAVARES	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 958,21
MARIA CONCEIÇÃO FERNANDES GOMES SAMPAIO	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E. P. E.	€ 2 028,21
MARIA CONCEIÇÃO F. REIS BORBINHA PIRES	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL NORTE ALENTEJANO, E. P. E.	€ 1 028,30
MARIA CONCEIÇÃO PINTO GONÇALVES BAHIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 379,04
MARIA CONCEIÇÃO QUINTAS SOUSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 760,93
MARIA CONCEIÇÃO RAMOS MORAIS CERVEIRA	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 4 130,09
MARIA CONCEIÇÃO SALGADO MARQUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE, E. P. E.	€ 575,05
MARIA CONCEIÇÃO SANTOS ESCADA	ASSISTENTE TÉCNICA	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 831,08
MARIA CONCEIÇÃO VIDAL T. SILVA MARTINS	ENFERMEIRA	CENTRO HOSP VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 2 430,85
MARIA CORÁLIA NAZARÉ PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 366,86
MARIA CRISTINA ROCHA CASAL SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 769,20
MARIA DELFINA MORAIS A. SIMÕES GREGÓRIO	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 4 589,81
MARIA DEUS DIAS BRUNIDO VIEIRA	ENFERMEIRA GRADUADA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 1 392,22
MARIA DOLORES ABREU FLOR	TÉCNICA SUPERIOR	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 1 404,93
MARIA DOMINGAS MATOS SILVA	ENFERMEIRA GRADUADA	UNIDADE LOCAL DO BAIXO ALENTEJO, E. P. E.	€ 2 359,47
MARIA DORES MOREIRA SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 740,94
MARIA DULCE GOMES RIBEIRO BARATA	VOGAL CONSELHO ADMINISTRATIVO	CENTRO HOSPITALAR COVA DA BEIRA, E. P. E.	€ 2 317,68
MARIA DULCE ROCHA ALMEIDA GOMES	TÉCNICA ESPECIALISTA	INST NACIONAL SAÚDE DR RICARDO JORGE	€ 879,81
MARIA ELISABETE GONÇALVES JESUS TEIXEIRA	COORDENADORA TÉCNICA	UNIDADE LOCAL SAÚDE NORDESTE, E. P. E.	€ 1 235,81
MARIA ELIZETE SANTOS CARREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.	€ 250,15
MARIA EMÍLIA COSTA NEVES	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 672,16
MARIA EMÍLIA DUARTE RODRIGUES CARVALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 491,08
MARIA EMÍLIA FERREIRA PEREIRA	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE, E. P. E.	€ 1 841,43
MARIA EMÍLIA HENRIQUES GOMES FERNANDES	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 686,83
MARIA EMÍLIA MENDES GOUVEIA INÁCIO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR COVA DA BEIRA, E. P. E.	€ 515,62
MARIA ESMERALDA FERREIRA JORGE	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 1 949,37
MARIA FÁTIMA ALVES OLIVEIRA LOPES	ENFERMEIRA-CHEFE	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 1 966,40
MARIA FÁTIMA CARVALHO FIDALGO SEBASTIÃO	TÉCNICA 1.ª CLASSE	UNIDADE LOCAL DE CASTELO BRANCO, E. P. E.	€ 1 617,76
MARIA FÁTIMA CRUZ LADEIRO VIEIRA PEREIRA	ENFERMEIRA ESPECIALISTA	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 1 789,93
MARIA FÁTIMA DINIS CLEMENTE MATOS	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSP TRÁS-MONTES A DOURO, E. P. E.	€ 866,71
MARIA FÁTIMA JESUS MADAÍL	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.	€ 2 743,24
MARIA FÁTIMA LOPES OLIVEIRA	ASSISTENTE GRADUADA SÉNIOR	CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.	€ 4 569,10
MARIA FÁTIMA MARTINS VIEIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 834,26
MARIA FÁTIMA MELO RODRIGUES CAMPELO	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 970,16
MARIA FÁTIMA OLIVEIRA MARTINS FANGUEIRO	ENFERMEIRA	UNIDADE LOCAL SAÚDE MATOSINHOS, E. P. E.	€ 2 524,06
MARIA FÁTIMA XAVIER FERREIRA AZEVEDO	TÉCNICA PRINCIPAL	INST NACIONAL SAÚDE DR RICARDO JORGE	€ 1 186,73
MARIA FERNANDA ALMEIDA SÃO JOÃO	ENFERMEIRA-CHEFE	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E. P. E.	€ 1 494,63
MARIA FERNANDA CARVALHO RAMOS	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 651,27
MARIA FERNANDA GONÇALVES GOMES	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 964,86
MARIA FERNANDA SILVA HENRIQUES JOAQUIM	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 723,70
MARIA FERNANDA VÁRZEAS EUFRÁZIO CORTEZ	ENCARREGADA OPERACIONAL	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 715,52
MARIA FERNANDA VAZ LOURENÇO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.	€ 474,57
MARIA FILOMENA AZEVEDO	ENFERMEIRA	UNIDADE LOCAL SAÚDE MATOSINHOS, E. P. E.	€ 1 690,78
MARIA FILOMENA PEREIRA C. MARTINS ALMEIDA	COORDENADORA TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 1 657,63
MARIA FLORINDA LIMA GALINHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 634,51
MARIA GABRIELA ONOFRE A. NEVES REIS ALVES	CHEFE DE SERVIÇO	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 4 051,80
MARIA GLÓRIA PEREIRA MAIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 523,81
MARIA GRAÇA ASSUNÇÃO NEVES AIRES	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 495,14
MARIA GRACIELA BENTO SILVA	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 2 719,40
MARIA HELENA ANDRADE NOVAIS BARROSO	TÉCNICA ESPECIALISTA	UNIDADE LOCAL DE CASTELO BRANCO, E. P. E.	€ 1 306,47
MARIA HELENA ARAÚJO PORTELA	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.	€ 751,79
MARIA HELENA LOPES ESTÊVÃO	CHEFE DE SERVIÇO	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 4 343,17
MARIA HELENA SANTOS GOMES	CHEFE DE SERVIÇO	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 4 119,57
MARIA HELENA TAVARES VALENTE	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 4 099,54
MARIA IDALINA JESUS FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LEIRIA-POMBAL, E. P. E.	€ 666,80
MARIA ILDA PEREIRA JESUS HENRIQUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 833,73
MARIA INÊS FARIA DOS SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 678,02
MARIA INÊS MAGALHÃES A. REINA DOURADO	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE, E. P. E.	€ 1 926,46
MARIA IRENE CONCEIÇÃO VALE RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 663,23
MARIA IRENE JESUS RASTEIRO ESTRELA	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 554,33
MARIA IRENE SOUSA RODRIGUES SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 808,53
MARIA ISABEL CEPEDA MANGERÃO SILVA	ENFERMEIRA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 1 909,22
MARIA ISABEL DUARTE INÁCIO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 404,44
MARIA ISABEL GOUVEIA GONÇALVES GOMES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO LISBOA	€ 824,91
MARIA ISABEL OLIVEIRA MARQUES MATEUS	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 773,34
MARIA ISABEL OLIVEIRA SIMÕES	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 652,47
MARIA ISABEL PEREIRA RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 495,44
MARIA ISABEL SANTOS PEREIRA FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL SAÚDE MATOSINHOS, E. P. E.	€ 616,77
MARIA ISABEL TOMÉ FONSECA	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 4 500,87
MARIA JACINTA LOPES PRATA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 593,97
MARIA JESUS REBOIXO GUERREIRO CATALUNA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DO BAIXO ALENTEJO, E. P. E.	€ 607,71
MARIA JOSÉ CARTAXO REBOCHO	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 4 606,28
MARIA JOSÉ CORDEIRO MENDONÇA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 782,06
MARIA JOSÉ FERREIRA OLIVEIRA LAGOA MAIA	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E. P. E.	€ 1 933,76
MARIA JOSÉ GONÇALVES MOREIRA CARDOSO	TÉCNICA ESPECIALISTA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E. P. E.	€ 1 437,68
MARIA JOSÉ ROCHA MEIRELES RÊGO	TÉCNICA ESPECIALISTA 1.ª CLASSE	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 1 929,86
MARIA JOSÉ SILVA LOURENÇO CASSENJE	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 1 028,35
MARIA JULIETA GASPAR ROSADO VIEIRA CASTRO	ENFERMEIRA	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALENTEJO, I. P.	€ 2 596,88
MARIA LEONILDE HEITOR MATOS ALEXANDRE	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 532,03
MARIA LEONOR XAVIER ARAÚJO	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSP TRÁS-MONTES A DOURO, E. P. E.	€ 1 009,78
MARIA LOURDES JESUS RIBEIRO DUARTE	ENCARREGADA OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 725,92
MARIA LOURDES PITORRO COCHENO	ASSISTENTE TÉCNICA	INST PORT SANGUE E TRANSPLANTAÇÃO, I. P.	€ 713,93
MARIA LUÍS CORREIA OLIVEIRA GOUVEIA LACUEVA	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E. P. E.	€ 2 340,59
MARIA LUÍSA FIGUEIREDO FERREIRA LOUREIRO	ENFERMEIRA	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 1 662,36
MARIA LUÍSA MARQUES SOARES PINTO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE, I. P.	€ 944,08
MARIA LUÍSA NEVES SANTOS PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 250,15
MARIA LUÍSA SOARES FONTE	ENFERMEIRA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 1 786,37
MARIA LUÍSA VIANA GUERREIRO BAGORRO	ENCARREGADA OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL NORTE ALENTEJANO, E. P. E.	€ 523,90
MARIA LURDES ALVES VASCONCELOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 759,86
MARIA LURDES DUARTE FILIPE REIS	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 475,31

MARIA LURDES FERREIRA PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR LEIRIA-POMBAL, E. P. E.	€ 655,84
MARIA LURDES FREITAS LEITE LIMA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE,I. P.	€ 787,91
MARIA LURDES RAMALHINHO RAMOS PRATA	ASSESSORA SUP. SAÚDE FARMÁCIA	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 1 626,33
MARIA LURDES SARAIVA SILVA	ENFERMEIRA-CHEFE	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 2 661,24
MARIA LURDES VIEGAS CARDOSO ROBALO JORGE	ASSISTENTE GRADUADA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 3 808,97
MARIA LUSITANA M. M. PIEDADE NEGRÃO BEIRÃO	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 3 947,13
MARIA LUZ LOPES CUNHA	COORDENADORA TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR DE SÃO JOÃO, E. P. E.	€ 1 012,74
MARIA LUZ MARTINS NETO GOMES	TÉCNICA 2.ª CLASSE	I PORT ONCOLOGIA LISBOA F GENTIL, E. P. E.	€ 1 506,68
MARIA LUZ OLIVEIRA SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL LITORAL ALENTEJANO, E. P. E.	€ 782,97
MARIA MADALENA FERREIRA CASTRO	ASSISTENTE GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 3 522,73
MARIA MADALENA GOMES MEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.	€ 734,50
MARIA MANUELA ESTEVES STEGLICH	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 3 622,29
MARIA MANUELA FERREIRA DIAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST PORT ONCOLOGIA PORTO F GENTIL,E. P. E.	€ 823,79
MARIA MANUELA MARQUES MORGADO ALMEIDA	ASSISTENTE GRADUADA	CENTRO HOSPITALAR PSIQUIÁTRICO LISBOA	€ 3 704,95
MARIA MANUELA MARQUES OLIVEIRA NEVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 437,77
MARIA MANUELA MARTINS ROCHA FERRAZ	ENFERMEIRA-CHEFE	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 2 053,68
MARIA MANUELA OLIVEIRA DIAS INVERNO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 594,34
MARIA MANUELA RAINHA PEREIRA FARIA PEREIRA	ENFERMEIRA GRADUADA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE,I. P.	€ 1 704,95
MARIA MARGARIDA P. ALVES ANTAS GODINHO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 792,04
MARIA MARGARIDA SILVA BARBOSA	TÉCNICA DIAGN. E TERAPÊUTICA	I PORT ONCOLOGIA LISBOA F GENTIL, E. P. E.	€ 1 253,69
MARIA MARTIN VIEGAS SOUSA FONSECA	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL GARCIA DE ORTA, E. P. E.	€ 767,58
MARIA MARTINS FERNANDES NUNES	ASSISTENTE TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR COVA DA BEIRA, E. P. E.	€ 696,20
MARIA NASCIMENTO LUÍS	TÉCNICA PRINCIPAL	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, E. P. E.	€ 1 735,89
MARIA NATÁRIA GRÁCIO CALDEIRA SALGUEIRO	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL NORTE ALENTEJANO, E. P. E.	€ 768,43
MARIA NATÉRCIA RODRIGUES DIAS SILVA SIMÕES	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 761,36
MARIA ODETE FONSECA LOPES SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR COVA DA BEIRA, E. P. E.	€ 539,77
MARIA ODETE MARQUES MOREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 614,88
MARIA ODETE MARQUES TAVARES	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E. P. E.	€ 650,61
MARIA ODETE SILVA COSTA OLIVEIRA	ENFERMEIRA ESPECIALISTA	CENTRO HOSPIT VILA N GAIA/ESPINHO, E. P. E.	€ 2 451,09
MARIA OLÍMPIA LIRA VEIGA RODRIGUES	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO	€ 929,74
MARIA OLÍVIA LOPES FERREIRA DA SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL DISTRITAL DE ANADIA	€ 587,31
MARIA OLÍVIA SILVA TINOCO JESUS RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.	€ 433,58
MARIA PEDRO FERREIRA MARQUES SILVA	ASSISTENTE TÉCNICA	HOSPITAL GARCIA DE ORTA, E. P. E.	€ 729,51
MARIA PIEDADE RODRIGUES FERREIRA SOUSA	ENFERMEIRA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 824,21
MARIA RAQUEL NEVES SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST PORT ONCOLOGIA PORTO F GENTIL,E. P. E.	€ 641,19
MARIA REGINA PINHEIRO CARVALHO SILVA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 675,94
MARIA ROSA SANTOS PEREIRA SOBRAL	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 513,40
MARIA ROSÁRIO CASTRO CASQUEIRO SAMPAIO	ASSISTENTE GRADUADA	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALGARVE, I. P.	€ 2 950,66
MARIA ROSÁRIO CONFRARIA FIALHO SALSINHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 614,17
MARIA SAUDADE LOPES CARVALHO BERNARDO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REG SAÚDE DO CENTRO, I. P.	€ 1 013,82
MARIA TERESA AGUIAR PEREIRA PESTANA	ASSISTENTE GRADUADA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 3 592,58
MARIA TERESA BAPTISTA INÁCIO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 816,51
MARIA TERESA COSTA OLIVEIRA LUZ	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE,I. P.	€ 876,90
MARIA TERESA FERNANDES OLIVEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL DE SANTA MARIA MAIOR, E. P. E.	€ 470,30
MARIA TERESA LEITE DINIS	TÉCNICA PRINCIPAL	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 1 348,87
MARIA TERESA LOPES SILVA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 1 003,40
MARIA VIRGÍNIA MAXIMINA GALVÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REGIONAL SAÚDE DO ALENTEJO, I. P.	€ 933,91
MARIA VITÓRIA SANTOS FRANQUEIRA GODINHO	COORDENADORA TÉCNICA	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 745,07
MARIA ZULMIRA TRINDADE MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPIT BARREIRO MONTUJO, E. P. E.	€ 488,04
MARIANA MORAIS RODRIGUES JESUS COSTA	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 905,56
MARIANA TERESA LAMPREIA FATANA AFONSO	ASSISTENTE TÉCNICA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 807,63
MARIETA BARREIRO LUCAS RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.	€ 721,00
MAXIMIANA MONTEIRO CARTAS GAMEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM, E. P. E.	€ 526,70
MAXIMINA CONCEIÇÃO GUIOMAR BIZARRO	ENFERMEIRA	UNIDADE LOCAL NORTE ALENTEJANO, E. P. E.	€ 2 046,90
NATÉRCIA MARIA CLARO CARVALHO	ASSISTENTE GRADUADA	ADMIN REG SAÚDE DE LISBOA E V TEJO, I. P.	€ 2 373,43
NATÉRCIA MARIA SILVA M. FONSECA FERRINHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIDADE LOCAL DO BAIXO ALENTEJO, E. P. E.	€ 782,93
NAZARÉ GABRIELA FIGUEIRA JESUS ROCHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO HOSP BARLAVENTO ALGARVIO, E. P. E.	€ 784,74
NOÉMIA COSTA PEREIRA	ENFERMEIRA	CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE, E. P. E.	€ 1 972,63
OSVALDO SANTOS FRANCÊS	ASSISTENTE GRADUADO	CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, E. P. E.	€ 4 122,96
PAULO AMÉRICO RODRIGUES COELHO	ASSISTENTE TÉCNICO	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAÚDE NORTE,I. P.	€ 1 177,30
PAULO JOSÉ FÉLIX OLIVEIRA	ENFERMEIRO-CHEFE	CENTRO HOSP BARLAVENTO ALGARVIO, E. P. E.	€ 1 990,11
PAULO PINTO RAVARA	ASSISTENTE GRADUADO	CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL, E. P. E.	€ 1 024,76
PEDRO SANTOS RIBEIRO	ASSISTENTE GRADUADO	HOSPITAIS UNIVERSIDADE COIMBRA, E. P. E.	€ 4 69

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ACÁCIO MANUEL RELVA GONÇALVES	PROFESSOR	AGRUP ESC MARQUÊS DE MARIALVA	€ 2 309,96
ADELAIDE SAMEIRO PEREIRA AMARAL	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC GONÇALO SAMPAIO	€ 576,45
ADELINO ALFREDO FREITAS DE SOUSA	PROFESSOR	AGRUP ESC DANIEL FARIA BALTAR	€ 2 409,77

ADELINO CONCEIÇÃO MARMELO ANTUNES	PROFESSOR	ESC SECUNDÁRIA S. LOURENÇO	€ 1 386,15
ADOSINDA AUGUSTA FORTUNATO SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC E B 2 3 MARCO DE CANAVESES	€ 462,65
AIDA MARIA GOMES ISIDORO LOPES	PROFESSORA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANSIÃO	€ 2 203,77
ALBERTO BRÁS SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICO	AGRUP ESC AVEIRO	€ 610,73
ALDINA ANTUNES MARTINS FERREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC S. JOÃO DA TALHA	€ 398,53
ALEXANDRE SANTOS PARADA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST POLITÉCNICO BRAGANÇA	€ 609,12
ALEXANDRINA LOPES ANTÓNIO SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESCOLAS DR MANUEL FERNANDES	€ 1 018,64
ALICE NETO RIBEIRO SERRADOR	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST POLITÉCNICO COIMBRA	€ 442,56
AMÂNDIO PIMENTA DIAS SERRALHEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE COIMBRA	€ 801,08
AMÁVEL FERNANDES SANCHES	PROFESSOR	AGRUP ESC MORGADO MATEUS	€ 2 303,94
AMÉLIA PRAZERES ALVES REBELO ALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ESCOLAS CETÓBRIGA	€ 786,36
AMÉRICO FERREIRA MARCOS	PROFESSOR	AGRUP ESC GAFANHA NAZARÉ	€ 1 895,51
ANA BELA ALVES SILVA FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUND 3.º CICLO E B DANIEL SAMPAIO	€ 413,99
ANA MARIA COSTA GOUVEIA ROQUE	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS PEDRULHA	€ 2 083,37
ANA MARIA FERNANDES C. GARCIA BASÍLIO	COORDENADORA TÉCNICA	INST POLITÉCNICO SANTARÉM	€ 872,90
ANA MARIA FERNANDES SANTOS SOARES	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC ALMODÓVAR	€ 1 205,63
ANA MARIA FERREIRA OLIVEIRA CAMPOS	PROFESSORA CATEDRÁTICA	UNIVERSIDADE MINHO	€ 4 323,40
ANA MARIA GONÇALVES CONCEIÇÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESC ALCANENA	€ 697,01
ANA MARIA HONÓRIO SANTOS FERREIRA	TÉCNICA SUPERIOR	UNIVERSIDADE COIMBRA	€ 2 060,61
ANA MARIA RITA CARMO	PROFESSORA	AGRUP ESC LIMA DE FREITAS	€ 2 072,22
ANA PAULA ESTEVES SANTOS	PROFESSORA	AGRUP ESC D. DINIS	€ 1 129,86
ANA PAULA VIEIRA PALMETA	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA EMÍDIO NAVARRO-ALMADA	€ 2 585,99
ANA ROSA AGOSTINHO ALVES GALLEG0	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC E B 2 3 TRAFARIA	€ 413,61
ANABELA SANTOS TORRES VEIGA CARVALHO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS OLIVEIRA DO BAIRRO	€ 1 200,65
ANSELMO JOSÉ MARTINS	PROFESSOR	AGRUP ESC FERNÃO MAGALHÃES	€ 2 624,42
ANTÓNIO ALBERTO SILVA GOMES GOIS	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANSIÃO	€ 379,76
ANTÓNIO JOÃO ROCHA LÓIO	PROFESSOR ADJUNTO	INST POLITÉCNICO PORTO	€ 2 263,46
ANTÓNIO MENDES SILVA FERRAZ	PROFESSOR CATEDRÁTICO	UNIVERSIDADE MINHO	€ 4 123,75
ANTÓNIO PEREIRA PIMENTA	PROFESSOR	AGRUP ESC RESENDE	€ 1 925,16
ANTÓNIO PINTO BARBEDO MAGALHÃES	PROFESSOR CATEDRÁTICO	UNIVERSIDADE PORTO	€ 4 861,39
ANTÓNIO SILVA COUTO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDARIA FRANCISCO HOLANDA	€ 713,48
ARMANDO COELHO FERREIRA SILVA	PROFESSOR CATEDRÁTICO	FACULDADE LETRAS UNIVERSIDADE PORTO	€ 3 977,50
ARMINDA MARIA DUARTE JANEIRO MAGALHÃES	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESCOLAS BOA DA ÁGUA	€ 419,85
ARMINDO PEREIRA GAMITO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC JOÃO DE DEUS	€ 513,29
ARTUR ANTÓNIO ALMEIDA PORTELA	PROFESSOR CATEDRÁTICO	UNIVERSIDADE ÉVORA	€ 3 620,10
AVELINO FERNANDO PINHEIRO BENTO	PROFESSOR COORD. SEM AGREGAÇÃO	INST POLITÉCNICO PORTALEGRE	€ 3 591,48
BENTO MANUEL JORGE RUIVO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC ALCANENA	€ 719,86
BENVINDA JESUS A. MARTINHO MOURA JÚNIOR	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS CETÓBRIGA	€ 2 608,87
BLANDINA MARIA LEANDRO LUÍS GUERREIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE ALGARVE	€ 391,23
BRANCA LURDES SANTIAGO PINTO FERREIRA	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP ESC COIMBRA-SUL	€ 1 333,20
CARLA MÓNICA MENDES PINTO SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC RODRIGUES DE FREITAS	€ 361,97
CARLOS ALBERTO MORGADO VELOSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDÁRIA CARLOS AMARANTE	€ 594,18
CARLOS ALBERTO SILVA QUERIDO	PROFESSOR	AGRUP ESC FIGUEIRA NORTE	€ 2 319,21
CARLOS JORGE MADEIRA COKE	PROFESSOR AUXILIAR	UNIVERSIDADE TRÁS-MONTES E ALTO DOURO	€ 3 214,03
CARLOS JORGE SILVA LUZ	PROFESSOR COORDENADOR	INST POLITÉCNICO SETÚBAL	€ 2 975,76
CARLOS MANUEL AÇO BRITO	PROFESSOR	AGRUP VERTICAL ESC ÁLVARO VELHO	€ 967,09
CARMEN VALENTINA FARIA SOARES OLIVEIRA	PROFESSORA	AGRUP ESC MARIA PAIS RIBEIRO	€ 2 181,34
CLEMENTINA RODRIGUES PEREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC SÃO JULIÃO DA BARRA	€ 754,67
CONCEIÇÃO MATIAS ANDRADE FERNANDES	PROFESSORA	AGRUP ESC PERO COVILHÃ	€ 2 259,81
CONCEIÇÃO VIEIRA MATOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE MINHO	€ 740,78
DÁLIA FERNANDA OLIVEIRA CARVALHO DIAS	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA FILIPA DE VILHENA	€ 1 415,43
DALILA DUARTE FERNANDES ALMEIDA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDÁRIA ARGANIL	€ 405,64
DALILA MARIA CERQUEIRA PEREIRA SILVA LOPES	PROFESSORA COORDENADORA	INST POLITÉCNICO PORTO	€ 3 483,20
DEOLINDA CONCEIÇÃO BASTOS MARQUES SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ESC SANTO TIRSO	€ 379,04
DEOLINDA CONCEIÇÃO P. DAMÁSIO MAQUINISTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC MOITA	€ 433,78
DINA HELIODORA PEIXE CRUZ	PROFESSORA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ÍLHAVO	€ 1 937,56
DUARTE NUNO MELO CUNHA PIMENTEL	ASSISTENTE CONVIDADO	ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	€ 2 197,76
DURBALINA OLIVEIRA FARIA ROCHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC ARRIFANA	€ 674,20
EDUARDO MARQUES LEMOS FERREIRA SANTOS	PROFESSOR	AGRUP ESC ALCOCHETE	€ 1 616,36
ELISA DIAS CARNEIRO NOGUEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC DOUTOR JÚLIO MARTINS	€ 404,44
ELISABETE REIS ALVES	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	AGRUP ESC OVAR SUL	€ 797,36
ELMANO NEVES MOREIRA VINAGRE	TÉCNICO SUPERIOR	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS N.º 1 ELVAS	€ 1 157,97
EMÍLIA CONCEIÇÃO PALMA COLAÇO BALTAZAR	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDARIA JORGE PEIXINHO	€ 397,96
EMÍLIA JESUS PÉREIRA SILVA RAMOS	PROFESSORA	AGRUPAMENTO ESCOLAS CELORICO BEIRA	€ 2 562,42
ERMELINDA NASCIMENTO CRUZ RODRIGUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ESCOLAS LUÍSA TÓDI	€ 399,90
ESPERANÇA MARIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE ALGARVE	€ 338,71
ETELVINA MARIA ROSADO METROGOS	COORDENADORA TÉCNICA	UNIVERSIDADE ÉVORA	€ 860,93
FELISMINA PEREIRA VEIGA G. MACEDO TEIXEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE PORTO	€ 645,71
FERNANDA MARIA PINHO C. SEVIVAS COSTA	TÉCNICA SUPERIOR	ESC SUPERIOR ENFERMAGEM PORTO	€ 1 148,65
FERNANDO MANUEL MELO SILVA	DIRETOR DE SERVIÇOS	SERV AÇÃO SOCIAL UNIVERSIDADE COIMBRA	€ 1 910,63
FERNANDO SANTOS TAVARES	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ESC ESCARIZ	€ 516,23
FILOMENA GONÇALVES QUEIRÓS BARBOSA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC VALE DESTA	€ 431,20
FRANCISCO FIGUEIREDO COELHO MADUREIRA	PROFESSOR	AGRUP VERTICAL ESCOLAS BAIXO CHIADO	€ 2 396,98
FRANCISCO JOSÉ BARROS SILVA	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	AGRUP ESC ANTÓNIO SÉRGIO	€ 1 485,91
FRANCISCO JOSÉ PIRES PATO MACEDO	PROFESSOR AUXILIAR	UNIVERSIDADE COIMBRA	€ 2 155,80
FRANCISCO JOSÉ ROMÃO VIDIGAL	PROFESSOR	ESC SECUNDARIA FONSECA BENEVIDES	€ 2 280,56
FRANCISCO MANUEL REIS MACEDO	PROFESSOR ADJUNTO	INST POLITÉCNICO COIMBRA	€ 3 064,12
GRAÇA MARIA RODRIGUES PEIXOTO MENDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERV AÇÃO SOCIAL UNIVERSIDADE COIMBRA	€ 578,36
HELENA ASCENÇÃO GONÇALVES BATALHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC BENFICA	€ 404,32
HELENA FÁTIMA COSTA MARTINS SARDINHA	PROFESSORA	ESC SECUNDARIA RAFAEL BORDALO PINHEIRO	€ 1 718,17
HELENA MARIA NABIÇA AMARO DAVID MARQUES	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA PEDRO ALEXANDRINO	€ 2 136,53
HELENA MARIA VIEIRA CRESPO	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA ALMEIDA GARRETT	€ 925,22
HERENE GUERREIRO FELICIANO ALBANO	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO CIENTÍFICO CULTURAL MACAU	€ 349,33
HERMÍNIA MARIA TEIXEIRA DUARTE	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC ÁLVARO VELHO	€ 1 440,27
IDALINA FERNANDA BRITO N. LAGES BERNARDO	PROFESSORA	AGRUP ESC SIDÓNIO PAIS, CAMINHA	€ 2 317,60
ILDA FERNANDES CURRAL GONÇALVES REBELO	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 986,16
ISABEL MARIA CARAPUCINHA SIMÕES	PROFESSORA	AGRUP VERT ESC DR JOAQUIM MAGALHÃES	€ 1 865,09
ISABEL MARIA HORTA REIS SILVESTRE	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 816,44
ISABEL MARIA LOUSADA SILVA BRITO PONTES	TÉCNICA SUPERIOR	UNIVERSIDADE AVEIRO	€ 1 278,17
ISABELLA MARIA MOREIRA MENDONÇA	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS S. JOÃO DO ESTORIL	€ 1 731,32
ISOLINA MARIA BATISTA MARAVILHAS LEITÃO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SEC 3.º C ENS BÁSICO ALCÁCER DO SAL	€ 491,69

JACINTA MARIA JESUS SANTOS COSTA	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS MONTEMOR-O-VELHO	€ 1 003,30
JOANA MARIA MADAÍL GARCIA SANTOS XAVIER	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP ESC PISCINAS-LISBOA	€ 2 336,97
JOÃO AMÍLCAR CARRIÈRE	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC DR SERAFIM LEITE	€ 497,46
JOÃO CONCEIÇÃO FONSECA	ASSISTENTE DO 2.º TRIÊNIO	INST POLITÉCNICO PORTO	€ 1 417,04
JOÃO COSTA CELORICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC PEDRO EANES LOBATO	€ 525,11
JOÃO JOSÉ SANTOS MARQUES	ASSISTENTE TÉCNICO	ESC SECUNDÁRIA VÍRIATO	€ 898,85
JOÃO MANUEL RAMOS SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST POLITÉCNICO COIMBRA	€ 551,91
JOÃO SANTOS MARTINS	PROFESSOR	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS S. BERNARDO	€ 2 628,46
JOAQUIM BARBOSA FREITAS	TÉCNICO SUPERIOR	FACULDADE ECONOMIA UNIVERSIDADE PORTO	€ 2 404,88
JOAQUIM LUCAS GOMES MÔR	PROFESSOR	AGRUP ESC D. MIGUEL DE ALMEIDA	€ 2 451,83
JOAQUINA CARDOSO FERNANDES CANELAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC E B 2 3 MANUEL MAIA	€ 627,59
JORGE ANTÓNIO MATOS CORREIA	PROFESSOR	INST POLITÉCNICO VISEU	€ 2 703,97
JOSÉ ABRUNHEIRO SILVA CAVALEIRO	PROFESSOR CATEDRÁTICO	UNIVERSIDADE AVEIRO	€ 5 060,27
JOSÉ AFONSO VICENTE	PROFESSOR	ESCOLA SECUNDÁRIA AMATO LUSITANO	€ 1 658,19
JOSÉ ALBERTO CARVALHO NEVES	PROFESSOR	E SEC 3 CEB DR MÁRIO SACRAMENTO-AVEIRO	€ 2 826,48
JOSÉ FRANCISCO JESUS AURELIANO	COORDENADOR TÉCNICO	AGRUP VERTICAL ESC VISO	€ 1 124,12
JOSÉ JOAQUIM FERNANDES	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC MOGADOURO	€ 445,16
JOSÉ JOAQUIM VENÂNCIO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUPAMENTO ESCOLAS PAÇOS DE BRANDÃO	€ 464,14
JOSÉ MANUEL FERREIRA ALMEIDA	ASSISTENTE TÉCNICO	SERV AÇÃO SOCIAL UNIVERSIDADE LISBOA	€ 1 022,25
JOSÉ MANUEL GASPAS NERO	PROFESSOR AUXILIAR CONVIVADO	INST SUPERIOR TÉCNICO	€ 1 771,38
JOSÉ MANUEL LOPES SILVA MOREIRA	PROFESSOR CATEDRÁTICO	UNIVERSIDADE AVEIRO	€ 3 672,45
JOSÉ MANUEL MESQUITA MADEIRA	PROFESSOR	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. MARIA II	€ 2 022,52
JOSÉ MANUEL TRINDADE NEVES ADELINO	PROFESSOR CATEDRÁTICO	FAC ECONOMIA UNIVERSIDADE NOVA LISBOA	€ 3 888,48
JOSÉ SEIXAS ROCHA	ASSISTENTE TÉCNICO	UNIVERSIDADE PORTO	€ 704,79
JOSÉ TAVARES BRAZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SEC 3.º C E B ADOLFO PORTELA-ÁGUEDA	€ 692,13
JOSÉ VENTURA NEVES MOREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESCOLAS D. DINIS	€ 721,67
JOSEFINA LÚCIA BRÁS GOMES FERNANDES AFONSO	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA AURÉLIA DE SOUSA	€ 2 345,61
JUDITE COSTA MANSO FIÚZA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST POLITÉCNICO VIANA DO CASTELO	€ 312,65
JÚLIO TAVARES FIGUEIREDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESCOLAS OLIVEIRA DE FRADES	€ 435,72
JUSTINO MARTINS ALVES	PROFESSOR	AGRUP VERTICAL ESCOLAS DE VALDEVEZ	€ 2 327,12
LAURA CÉU CARRIL CARDOSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC OLIVEIRA DOURO	€ 722,57
LAURA MARIA BOTELHO BARRETO BARROS	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC D. PEDRO I	€ 2 577,13
LAURINDA SILVA MONTEIRO VALADÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	ESC SECUNDÁRIA AURÉLIA SOUSA	€ 583,78
LAURO ABRANTES DINIS	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST SUPERIOR TÉCNICO	€ 849,01
LÉNIA FERREIRA GOMES GUIMARÃES	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 873,68
LÍDIA AMADO CUNHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE COIMBRA	€ 742,80
LUÍS ANTÓNIO SANTOS VIRIATO	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE ALGARVE	€ 508,72
LUÍS FILIPE PAIS	ASSISTENTE TÉCNICO	AGRUP ESC ZONA URBANA VISEU	€ 605,21
LUÍS MANUEL CAPELO MARTINS	PROFESSOR ADJUNTO	INST POLITÉCNICO GUARDA	€ 1 859,78
LUÍS MANUEL PEREIRA CORREIA BARREGÃO	INSPECTOR	INSPEÇÃO-GERAL EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	€ 2 832,82
LUÍS SOARES PEREIRA	PROFESSOR	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO AVE	€ 1 863,71
LUÍSA MARIA SANTOS OLIVEIRA	PROFESSOR AUXILIAR	ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	€ 1 891,58
LURDES JESUS ALVES CARVALHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC ALVES REDOL	€ 498,78
MANUEL ANTÓNIO GONÇALVES	PROFESSOR	AGRUP ESC MIRANDELA	€ 1 827,92
MANUEL DIOGO VICENTE	ASSISTENTE OPERACIONAL	CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO	€ 534,48
MANUEL FERNANDES MARTINS	GUARDA-NOTURNO	ESC PROFISSIONAL AGRÍCOLA D. DINIS-PAIÀ	€ 724,49
MANUEL FERREIRA CONCEIÇÃO BOTELHO	PROFESSOR AUXILIAR	FACULDADE DESPORTO UNIVERSIDADE PORTO	€ 3 301,26
MANUEL GASPAS OLIVEIRA GUERREIRO	PROFESSOR ADJUNTO	INST POLITÉCNICO SETÚBAL	€ 2 691,89
MANUEL RODRIGUES AZENHA	PROFESSOR	AGRUP ESC FIGUEIRA MAR	€ 1 505,47
MARCELO SANTOS CARVALHO	COORDENADOR TÉCNICO	INST POLITÉCNICO BRAGANÇA	€ 1 243,97
MARGARIDA AFONSO RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ESCOLAS PÉDOME	€ 491,72
MARGARIDA COSTA TEIXEIRA COSTA	PROFESSORA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALBOM	€ 2 351,50
MARGARIDA JESUS ARRAIANO CANUDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC PEDRO EANES LOBATO	€ 763,59
MARGARIDA MARIA GOMES	PROFESSORA	AGRUP ESC MORTÁGUA	€ 1 469,37
MARIA ADELAIDE PEDREIRA REINA PITA NEGRÃO	PROFESSORA ADJUNTA	ESC SUPERIOR ENFERMAGEM LISBOA	€ 1 402,00
MARIA ADELAIDE SILVA PINHO BESSA	PROFESSORA	AGRUP ESC ABEL SALAZAR	€ 2 413,56
MARIA ADELINA C. A. PAINHAS MATOS ARAÚJO	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESC MANGUALDE	€ 911,41
MARIA ALCINA C. T. CASTANHEIRA ALMEIDA	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 830,24
MARIA ALICE AZEVEDO SOUSA CRUZ	PROFESSORA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE RIBEIRÃO	€ 1 986,68
MARIA ALICE MOTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC SERNANCELHE	€ 510,71
MARIA ALICE SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	€ 579,21
MARIA ALICE TEIXEIRA MOURA	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERV AÇÃO SOCIAL UNIVERSIDADE PORTO	€ 607,31
MARIA AMÉLIA VALENTIM ASSOREIRA	PROFESSORA	AGRUP ESC D. DINIS	€ 2 143,11
MARIA ANGELINA CONCEIÇÃO PENTEADO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC POETA ANTÓNIO ALEIXO	€ 379,04
MARIA ANJOS ALVES REBELO ANTÓNIO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ESCOLAS CETÓBRIGA	€ 873,24
MARIA ANJOS LIMA FÉLIX CARVALHO MORAIS	PROFESSORA	ESC S/3 ARQUITECTO OLIVEIRA FERREIRA	€ 2 766,92
MARIA ANJOS SOUSA LOPES SANTOS BARROCA	ASSISTENTE TÉCNICA	INST SUPERIOR ENGENHARIA PORTO	€ 404,44
MARIA ANTÓNIA MORGADO COLAÇO FRIEZA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC SÃO JULIÃO DA BARRA	€ 502,32
MARIA ASSUNÇÃO RODRIGUES RIJO SIMÕES	PROFESSORA	AGRUP ESC ROMEU CORREIA	€ 2 565,61
MARIA AUGUSTA SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC GONÇALO SAMPAIO	€ 530,81
MARIA AUGUSTA SILVA MOREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC E B 2 3 RIBEIRA DE PENHA	€ 507,91
MARIA AURORA CARVALHO MACEDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDÁRIA ALFREDO REIS SILVEIRA	€ 424,48
MARIA BERNARDETE FERREIRA CRUZ SAÚDE	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESCOLA SECUNDÁRIA DR JOSÉ AFONSO	€ 605,66
MARIA CÂNDIDA CÔRTE REAL FERREIRA CABRAL	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS ANADIA	€ 1 985,04
MARIA CARMO FARINHA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA SERTÃ	€ 655,34
MARIA CELESTE RALVÃO MENESES	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE COIMBRA	€ 448,72
MARIA CELESTE SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDARIA HENRIQUES NOGUEIRA	€ 551,03
MARIA CELINA CERDEIRA BIDARRA TORRINHA	PROFESSORA	ESC SECUNDARIA CANEÇAS	€ 1 761,61
MARIA CÉU MENDES MORAIS CORDEIRO FRANÇA	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	AGRUP ESC FIGUEIRA NORTE	€ 790,66
MARIA CLARISSE AMARAL BARBOSA MACHADO	PROFESSORA	AGRUP ESC RESENDE	€ 2 131,24
MARIA CLARISSE CRUZ PERDIZ ARRAIS	PROFESSORA	AGRUP ESCOLA MIRA	€ 2 651,28
MARIA CLOTILDE DIAS FELIZARDO MOTA	PROFESSORA	AGRUP ESC VERGÍLIO FERREIRA	€ 783,22
MARIA CONCEIÇÃO ALVES OLIVEIRA ALVES	PROFESSORA	AGRUP ESC ARRIFANA	€ 2 626,95
MARIA CONCEIÇÃO CABRAL FERNANDES MATOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC MANGUALDE	€ 700,55
MARIA CONCEIÇÃO CAETANO GONÇALVES DANIEL	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDARIA CAMÕES	€ 557,24
MARIA CONCEIÇÃO FERREIRA COSTA FIGUEIREDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC AROUCA	€ 501,53
MARIA CONCEIÇÃO GONÇALVES SANTOS LEAL	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS DE SÃO MIGUEL DA GUARDA	€ 2 650,69
MARIA CONCEIÇÃO MURTA ALMEIDA	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	AGRUP ESCOLAS MONTEMOR-O-VELHO	€ 2 153,83
MARIA CONCEIÇÃO SILVA COSTA	PROFESSORA	AGRUP ESC ÁGUEDA-SUL	€ 685,88
MARIA CONCEIÇÃO SILVA GONÇALVES	PROFESSORA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PEVIDÉM	€ 2 318,41
MARIA CREMILDE TEIXEIRA MARQUES	ENCARREGADA OPERACIONAL	AGRUP ESC MEM MARTINS	€ 465,19

MARIA DORES MARQUES BRAGA RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR	€ 821,83
MARIA DULCE MARQUES MAGALHÃES MONTEIRO	PROFESSORA	ESC BÁSICA 2 3 D. JOÃO II	€ 1 879,88
MARIA DULCE VAZ F. MONTEIRO ANTUNES	PROFESSORA	AGRUPAMENTO VERTICAL CLARA DE RESENDE	€ 1 527,95
MARIA EGLANTINA DIAS CORREIA CAETANO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESCOLAS DA LOUSÃ	€ 657,00
MARIA ELISA PEREIRA CARVALHO MARQUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESCOLAS NUNO GONÇALVES	€ 547,42
MARIA ELISA SÉRVIO PARENTE	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESC MONÇÃO	€ 807,41
MARIA EMÍLIA GODINHO F. CORDEIRO CARDOSO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST POLITÉCNICO SANTARÉM	€ 310,89
MARIA EMÍLIA PEREIRA SALGUEIRO	PROFESSORA	ESCOLA BÁSICA 2 3 D. JOÃO II	€ 1 246,17
MARIA EUFRÁSIA MELEIRO	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	AGRUP VERTICAL ESCOLAS MIRANDA DOURO	€ 1 506,30
MARIA EUGÉNIA FONSECA SARAIVA VAZ	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS BAIXO CHIADO	€ 2 843,06
MARIA FÁTIMA FERREIRA R. CAÇÃO BASTO	PROFESSORA	ESC SECUND 3.º CICLO E B AUGUSTO GOMES	€ 1 326,83
MARIA FÁTIMA MOREIRA VIAMONTE	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC ALCAIDES DE FARIA	€ 599,56
MARIA FÁTIMA MORENO	PROFESSORA	AGRUP ESC ALBUFEIRA-POENTE	€ 1 148,90
MARIA FÁTIMA OLIVEIRA MARQUES COELHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESCOLAS ALBERGARIA-A-VELHA	€ 425,90
MARIA FÁTIMA RIBEIRO OLIVEIRA ALMEIDA	PROFESSORA	AGRUP ESC ERMESINDE	€ 2 883,25
MARIA FÁTIMA ROSA GONÇALVES MAIA	COORDENADORA TÉCNICA	ESC SECUNDÁRIA QUINTA DAS FLORES	€ 1 105,07
MARIA FÁTIMA SANTOS MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC ZONA URBANA VISEU	€ 651,33
MARIA FERNANDA COSTA MOUTINHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC DIOGO MACEDO OLIVAL	€ 498,35
MARIA FERNANDA ENCARNÇÃO DIAS ROCHA	ASSISTENTE TÉCNICA	ESCOLA SECUNDÁRIA D. JOÃO II	€ 713,19
MARIA FERNANDA GRAÇA CARRAPATO DAMAS	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESCOLAS ZONA URBANA FIGUEIRA FOZ	€ 658,75
MARIA FERNANDA LADEIRO SIMÕES	PROFESSORA	AGRUP ESC DR CORREIA MATEUS	€ 2 319,04
MARIA FERNANDA RAMOS AZEVEDO CASTRO	PROFESSORA	AGRUP ESC MARIA PAIS RIBEIRO	€ 2 099,60
MARIA FERNANDA SANTOS MEDEIROS	ASSISTENTE TÉCNICA	ESCOLA SUPERIOR ENFERMAGEM LISBOA	€ 794,94
MARIA FERNANDA SILVA OLIVEIRA SERRENHO	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA	€ 636,62
MARIA FILOMENA CABRAL RAPOSO HENRIQUES	PROFESSORA	ESC E B 2 3 ALCABIDECHÊ	€ 2 533,16
MARIA FILOMENA COELHO FERNANDES PAREDES	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS ARCOZELO	€ 2 389,06
MARIA FILOMENA RIBEIRO TEIXEIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	FAC MEDICINA DENTÁRIA UNIV PORTO	€ 553,33
MARIA GLÓRIA ALVES SOUSA MENDES CORDEIRO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS PINTOR ALMADA NEGREIROS	€ 2 317,10
MARIA GORETI SOUSA FELGUEIRAS	PROFESSORA	AGRUP VERT ESC ANTÓNIO CORREIA OLIVEIRA	€ 2 083,20
MARIA GORETTI VALENTE MAGALHÃES	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS DE ÍNFIAS	€ 2 407,57
MARIA GRAÇA ABREU BRANCO MAGALHÃES	PROFESSORA	AGRUP CONDE DE ODEIRAS	€ 2 349,86
MARIA GRAÇA ANTUNES MILHEIRO	PROFESSORA	AGRUP ESC SANTA CATARINA	€ 2 459,34
MARIA GRAÇA VIDEIRA LOPES	PROFESSORA AUXILIAR	FAC CIÊNCIAS SOCIAIS HUM UN NOVA LISBOA	€ 2 929,68
MARIA GRACIETE GOMES SILVA	PROFESSORA AUXILIAR	FAC CIÊNCIAS SOCIAIS HUM UN NOVA LISBOA	€ 2 206,60
MARIA HELENA ALMEIDA PINHO SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST POLITÉCNICO LISBOA	€ 634,42
MARIA HELENA CORREIA VILAR SANTOS	PROFESSORA	ESCOLA SECUNDÁRIA D. MARIA II (BRAGA)	€ 1 884,23
MARIA HELENA NEVES PRUDÊNCIO GUERREIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESCOLA SECUNDÁRIA DR JOSÉ AFONSO	€ 440,96
MARIA HELENA FIGUEIRA PAIS MELO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS CARREGAL DO SAL	€ 1 704,11
MARIA HELENA MAIA SANTOS	COZINHEIRA PRINCIPAL	ESC SECUNDARIA JOSÉ ESTÊVÃO	€ 667,37
MARIA HELENA OLIVEIRA	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA CANEÇAS	€ 2 068,78
MARIA HELENA OLIVEIRA CANTANTE BASTOS	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP ESC CARNAXIDE	€ 1 467,82
MARIA HELENA PURIFICAÇÃO JOSÉ MARTINS	PROFESSORA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. CARLOS I	€ 860,72
MARIA INÁCIA RODRIGUES NEPOMUCENO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESCOLAS VENDAS NOVAS	€ 250,15
MARIA INÊS CARDOSO DINIZ	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS MIRA	€ 1 725,22
MARIA ISABEL DIAS SANTOS AMARAL	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESCOLAS SANTA COMBA DÃO	€ 674,18
MARIA ISABEL MONTEIRO CARVALHO ESTEVES	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESC AQUILINO RIBEIRO-PORTO SALVO	€ 614,70
MARIA ISABEL PEREIRA	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIVERSIDADE COIMBRA	€ 544,26
MARIA ISABEL RAMOS RODRIGUES PAULA	PROFESSORA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALPAÇOS	€ 2 591,10
MARIA ISABEL VENTURA A. SOUSA ANTUNES	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIVERSIDADE MINHO	€ 970,86
MARIA JESUS COELHO PIRES	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	AGRUP ESC SÃO JULIÃO DA BARRA	€ 1 494,77
MARIA JESUS MARTINS FONSECA	PROFESSORA ADJUNTA	INSTITUTO POLITÉCNICO VISEU	€ 2 327,73
MARIA JOÃO REIS AMORIM	PROFESSORA	AGRUPAMENTO ESCOLAS IBN MUCANA	€ 2 273,94
MARIA JOSÉ BEJA TAVARES CASTRO	PROFESSORA ADJUNTA	INSTITUTO POLITÉCNICO LISBOA	€ 2 482,44
MARIA JOSÉ COSTA GONÇALVES	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	AGRUP VERTICAL ESC VALE ALVA	€ 942,31
MARIA JOSÉ CUNHA B. SÁ MOUTINHO PEREIRA	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA PEDRO ALEXANDRINO	€ 1 123,28
MARIA JOSÉ MARTINS SERRANO ALVES COUTO	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 272,78
MARIA JOSÉ ROSADO LOBO NAVALHINHAS	TÉCNICA SUPERIOR	UNIVERSIDADE ÉVORA	€ 725,72
MARIA JÚLIA PINTO SOBREIRO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS ABELHEIRA	€ 2 656,24
MARIA JÚLIA SOUSA MENDES	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 1 081,33
MARIA JULIETA DAMAS MALTEZ	ASSISTENTE OPERACIONAL	SERV AÇÃO SOCIAL INST POLITÉCNICO LEIRIA	€ 627,74
MARIA LA SALETE PINTO SANTOS MOREIRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC SOPHIA MELLO BREYNER	€ 771,94
MARIA LEONOR SILVA BRAGA	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS LUÍS ANTÓNIO VERNEY	€ 1 341,88
MARIA LOUÇÃO MARTINS	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDÁRIA 3.º CICLO E B AMORA	€ 649,68
MARIA LOURDES BERNARDES MARCELO MOURATO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC AQUILINO RIBEIRO-PORTO SALVO	€ 417,91
MARIA LUÍSA CARVALHO SILVEIRA LEAL	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC PEDRO ÁLVARES CABRAL-BELMONTE	€ 822,86
MARIA LUÍSA COUTINHO SILVA MARQUES	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	AGRUP VERTICAL ESCOLAS MESÃO FRIO	€ 1 523,91
MARIA LUÍSA FERREIRA MARQUES SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDÁRIA HENRIQUES NOGUEIRA	€ 418,56
MARIA LUÍSA SILVA CARDOSO DUARTE RODRIGUES	PROFESSORA	ESC SECUND 3.º CICLO E B AUGUSTO GOMES	€ 1 903,75
MARIA LUÍZA CONCEIÇÃO CORREIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	FAC CIÊNCIAS TECNOLOGIA UN NOVA LISBOA	€ 686,56
MARIA LURDE CARVALHIDO A. PAÇO RAMALHOSA	TÉCNICA SUPERIOR	ESC SECUNDÁRIA SANTA MARIA MAIOR	€ 2 857,55
MARIA LURDES ALBUQUERQUE BARBOSA ALMEIDA	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS PENALVA DO CASTELO	€ 2 006,67
MARIA LURDES BERNARDES MARTINS	ASSISTENTE TÉCNICA	FAC CIÊNCIAS MÉDICAS UNIV NOVA LISBOA	€ 654,32
MARIA LURDES MADUREIRA CARVELA MESQUITA	COORDENADORA TÉCNICA	FAC CIÊNCIAS SOCIAIS HUM UN NOVA LISBOA	€ 939,18
MARIA LURDES RIBEIRO FERNANDES GUERREIRO	ASSISTENTE TÉCNICA	FAC CIÊNCIAS TECNOLOGIA UN NOVA LISBOA	€ 475,67
MARIA LURDES VAZ MACEDO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS BRITEIROS	€ 2 126,45
MARIA LUZIA SILVA OLIVEIRA PINTO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC SOARES REIS	€ 2 289,12
MARIA MADALENA CORREIA SANTOS GOMES	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESC DAMIÃO GOES-ALLENQUER	€ 859,86
MARIA MADALENA MARQUES SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUPAMENTO ESCOLAS CARCAVELOS	€ 541,57
MARIA MANUELA ALVES PITA PEREIRA COSTA	PROFESSORA	AGRUP ESC DR ANTÓNIO AUGUSTO LOURO	€ 1 876,18
MARIA MANUELA ANDRADE LOPES SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUÊS DE POMBAL	€ 717,63
MARIA MANUELA COSTA F. S. MARTINS CARVALHO	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP ESC PADRE VÍTOR MELÍCIAS	€ 2 591,18
MARIA MANUELA CUNHA JUSTO MACEDO CABRAL	PROFESSORA	AGRUP ESC LIMA FREITAS	€ 2 151,55
MARIA MANUELA MACHADO COSTA ALMEIDA	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 722,22
MARIA MANUELA MONTEIRO SILVA FONSECA	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ESCOLAS S. GONÇALO	€ 687,03
MARIA MANUELA MOREIRA AZEVEDO RIBEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC DIOGO MACEDO OLIVAL	€ 250,15
MARIA MANUELA MOURA CALINAS VICENTE	ASSISTENTE TÉCNICA	UNIVERSIDADE COIMBRA	€ 1 027,04
MARIA MANUELA SAMPAIO RIBEIRO	PROFESSORA	AGR VERT ESC ARQUEÓLOGO MÁRIO CARDOSO	€ 2 343,88
MARIA MARGARIDA ALVES MOREIRA LOBO	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS CASTÊLO DA MAIA	€ 2 629,89
MARIA MARGARIDA MATOS DE BRITO BARRETO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS SOPHIA MELLO B ANDRESEN	€ 2 504,52
MARIA MARTINS MARÇAL	EDUCADORA DE INFÂNCIA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VOUZELA	€ 1 532,48
MARIA MIGUEL CLEMENTE	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS CIDADE DO ENTRONCAMENTO	€ 2 596,99

MARIA NATÁLIA JORGE SANCHES GONÇALVES	PROFESSORA	AGRUP ESC Fornos Algodres	€ 2 234,52
MARIA NATÁLIA RAMOS MILA	ASSISTENTE TÉCNICA	SECRETARIA-GERAL	€ 920,89
MARIA NATIVIDADE SÁ MORAIS ALVES	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS MIRANDELA	€ 2 603,83
MARIA NEVES LUÍS VICENTE	PROFESSORA	ESC SECUNDÁRIA AMADORA	€ 2 020,08
MARIA NOÉLIA GAMBOIA SANTOS SILVA	PROFESSORA ADJUNTA	ESC SUPERIOR ENFERMAGEM LISBOA	€ 2 147,70
MARIA ODETE FERNANDES BRAGA LEMOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDÁRIA QUINTA DAS FLORES	€ 451,53
MARIA ODETE JESUS RIBEIRO	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS ANADIA	€ 2 602,66
MARIA ODETE MARQUES SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUND 3.º CICLO E B ANTÓNIO GEDEÃO	€ 383,57
MARIA OLINDA HENRIQUES SANTOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST POLITÉCNICO LEIRIA	€ 485,11
MARIA PRECIOSA LOPES AMARAL FARTURA	PROFESSORA	AGRUP ESC MARQUÊS MIALVA	€ 2 184,22
MARIA SUZETE LOPES SOARES	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SEC 3.º CICLO E B RAINHA DONA AMÉLIA	€ 674,75
MARIA TERESA ALBUQUERQUE F. GARRIDO GASPAR	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC D. PAIO PERES CORREIA	€ 2 334,74
MARIA TERESA CAETANO GONÇALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDÁRIA GAGO COUTINHO	€ 679,62
MARIA TERESA COELHO FERRÁS	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS PAÇO DE SOUSA	€ 2 280,75
MARIA TERESA FERNANDES ALEXANDRE CARDOSO	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESCOLAS GUÍA	€ 510,40
MARIA TERESA LOUREIRO A. GARCIA MOREIRA	PROFESSORA	AGRUPAMENTO ESCOLAS LARANJEIRAS	€ 2 002,95
MARIA TERESA SANTOS MIGUEL MARQUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP VERTICAL ÁREA URBANA GUARDA	€ 704,41
MARIA TERESA SILVA ISABEL	PROFESSORA	ESC SECUNDARIA DOMINGOS SEQUEIRA	€ 1 691,61
MARIA TERESA SILVA PEREIRA ESCUDEIRO	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO POLITÉCNICO TOMAR	€ 612,65
MARIA TERESA TEIXEIRA AMARAL CORREIA	CHEFE SERVIÇOS ADMIN. ESCOLAR	ESCOLA SECUNDÁRIA D. MARIA II (BRAGA)	€ 1 544,76
MARIA VITÓRIA MENDONÇA SANTOS PAIVA	ASSISTENTE TÉCNICA	ESC SECUNDARIA SANTO ANDRÉ-BARREIRO	€ 609,06
MARIANA DAMAS CASTANHO LOURENÇO	ASSISTENTE OPERACIONAL	ESC SECUNDARIA CASQUILHOS	€ 588,60
MARÍLIA MARIA RODRIGUES VILHENA	ASSISTENTE TÉCNICA	ESC SECUNDARIA MANUEL FONSECA	€ 799,01
MÁRIO JOSÉ GONÇALVES ALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	UNIVERSIDADE AVEIRO	€ 841,82
NATÁLIA ISABEL SANTOS F. ALMEIDA ROCHA	PROFESSORA	AGRUP ESCOLAS SÁ DA BANDEIRA	€ 2 653,63
NELIDA LOPES VINHAL	ASSISTENTE TÉCNICA	AGRUP ESCOLAS PAREDE	€ 746,42
NOÉMIA AUGUSTA SIMÕES ELÍSIO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANSIÃO	€ 432,94
OLINDA CARMEM DINIS LACUEVA COSTA ALVES	PROFESSORA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALBOM	€ 1 926,56
PAULO JÚLIO LOPES TRINDADE SEIXAS	PROFESSOR	AGRUPAMENTO ESCOLAS N.º 1 LOURES	€ 1 299,61
PEDRO JOSÉ RINO NOBRE	ASSISTENTE TÉCNICO	SECRETARIA-GERAL	€ 1 008,03
RAUL AUGUSTO OLIVEIRA MORAIS	TÉCNICO SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 1 694,65
RICARDO RODRIGUES CAMÕES	PROFESSOR	AGRUP ESCOLAS ALCAIDES DE FARIA	€ 376,14
ROSA MARIA COSTA CARVALHO	TÉCNICA SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 2 067,59
ROSA MARIA CUNHA ROCHA GALVÃO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESCOLAS DE VALDEVEZ	€ 2 139,61
ROSA MARIA FIGUEIREDO	PROFESSORA	AGRUP VERTICAL ESC DIOGO CÃO	€ 2 630,80
RUI LOURENÇO AMARAL ALMEIDA	PROFESSOR	AGRUP ESCOLAS S. JOÃO DO ESTORIL	€ 1 787,27
RUI MANUEL SÁ AZEVEDO CUNHA	ASSISTENTE TÉCNICO	AGRUP ESCOLAS CASCAIS	€ 940,80
RUI PAIS CARVALHO	PROFESSOR	AGRUP ESCOLAS PENACOVA	€ 2 332,41
SARA CONCEIÇÃO ALMEIDA FEVEREIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	AGRUP ESC EMÍDIO GARCIA	€ 417,20
STELA MARIA CUNHA GONÇALVES PAULINO SILVA	PROFESSORA	ESC SECUND 3.º CICLO E B DANIEL SAMPAIO	€ 1 962,57
TERESA JESUS CUSTÓDIO MAMEDE	PROFESSORA	ESC SECUNDARIA MIGUEL TORGA-QUELUZ	€ 2 309,86
TERESA MARIA MAGALHÃES MENEZES FALCÃO	PROFESSORA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. DINIS	€ 2 342,52
VERÍSSIMO JOSÉ MORAIS	ASSISTENTE TÉCNICO	INST POLITÉCNICO LISBOA	€ 379,04
VÍTOR EMMANUEL LOPES BERARDINELLI	TÉCNICO SUPERIOR	UNIVERSIDADE ALGARVE	€ 937,41
VÍTOR MANUEL CRUZ MARQUES	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO POLITÉCNICO SETÚBAL	€ 943,29

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL

ADÍLIA MATOS ALVES MONTEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 401,76
ANA BELA SANTOS ALMEIDA	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 951,78
ANA MARIA ALVES COSTA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 774,59
ANA MARIA NASCIMENTO SANTANA PACHECO	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 980,88
ANTÓNIO JOSÉ ESTEVES COSTA FRANCO	ASSISTENTE TÉCNICO	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 893,40
ANTÓNIO MODESTO TEIXEIRA SILVA	ASSISTENTE OPERACIONAL	CASA PIA DE LISBOA, I. P.	€ 721,19
ANTÓNIO PEDRO MATEUS	ASSISTENTE OPERACIONAL	INST GESTÃO FUNDO SOCIAL EUROPEU, I. P.	€ 738,11
ARMINDO FERNANDES CARIDADE	ASSISTENTE TÉCNICO	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 709,18
BELARMINA MARIA CASTRO GARCIA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 404,44
DELFINA ROSA SILVA RIBEIRO FERREIRA	TÉCNICA SUPERIOR	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 079,19
ELVINO JOSÉ PACHECO	ASSISTENTE TÉCNICO	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 786,43
EVA MARIA VIEGAS SANTOS RODRIGUES BIZARRO	TÉCNICA SUPERIOR	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 949,98
FELICIANO OLIVEIRA GONÇALVES GUERRA	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 875,47
FERNANDO MALHO SILVA RODRIGUES	ASSISTENTE TÉCNICO	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 761,68
FRANCISCO MONTEIRO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 681,04
GRÇA MARIA MENDES M. P. RODRIGUES SANTOS	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 726,66
HERMENEGILDA JESUS DUARTE POLA QUITALO	ASSISTENTE OPERACIONAL	SECRETARIA-GERAL	€ 305,25
ISABEL MARIA SOUSA RIBEIRO OURIVES ROLÃO	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 697,95
ISAURA RIBEIRO SILVA LAGOA FERREIRA	PROFESSORA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 2 598,58
JOÃO EDUARDO CARRAJOLA MATOS	TÉCNICO SUPERIOR	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 177,78
JOAQUIM BATISTA CÂNDIDO	ASSISTENTE TÉCNICO	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 821,28
JOAQUIM MARQUES SALGADO GUIMARÃES	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 880,74
JORGE ORLANDO DUARTE VOUGA	MOTORISTA DE LIGEIOS	INST GESTÃO FINANCEIRA SEG SOCIAL, I. P.	€ 666,09
JOSÉ ANJOS ALVES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CASA PIA DE LISBOA, I. P.	€ 888,67
JOSÉ ANTÓNIO TOMÁS BORREGA	ASSISTENTE TÉCNICO	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 956,80
LILIANA MARIA SOUSA R. FORMOSINHO PARENTE	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 803,22
LUÍS ANTÓNIO NEVES PINTO	TÉCNICO DE INFORMÁTICA GRAU 2	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 793,20
MARIA AUGUSTA MARTINS PEREDO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 537,94
MARIA CARMO FERREIRA NUNES AVANTE	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 861,48
MARIA CARMO MACEDO PEREIRA NEIVA GOMES	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 006,99
MARIA CÉLIA CONCEIÇÃO NUNES	ASSISTENTE OPERACIONAL	CENTRO MEDICINA REABILITAÇÃO ALCOITÃO	€ 554,31
MARIA CLARA MIRANDA ROSA BORGES	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 576,50
MARIA CONCEIÇÃO FONSECA A. SIMÕES DIONÍSIO	TÉCNICA SUPERIOR	SECRETARIA-GERAL	€ 1 123,40
MARIA FÁTIMA NUNES AZEVEDO CRUZ MARQUES	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 899,68
MARIA FÁTIMA RAMALHO BENTO ALVES MARVÃO	PROFESSORA	CASA PIA DE LISBOA, I. P.	€ 1 663,57
MARIA FERNANDA FIGUEIREDO AZENHA	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 004,53
MARIA FERNANDA SARAIVA SILVA PINHO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 954,18
MARIA FILOMENA O. C. PATROCÍNIO ALEXANDRE	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 634,96
MARIA FLORBELA LOPES BARACHO	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 101,68
MARIA GRÇA OLIVEIRA TAVARES DIAS	ASSISTENTE TÉCNICA	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 617,58
MARIA HELENA NUNES MATEUS VAZ PINTO	TÉCNICA ESPECIALISTA	CENTRO MEDICINA REABILITAÇÃO ALCOITÃO	€ 1 524,26
MARIA ISABEL MARTINS GOMES BEIRÃO	INSPETORA	INSPETOR-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL	€ 2 102,58
MARIA JOSÉ MARTINS BILAU	TÉCNICA SUPERIOR	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.	€ 1 548,26

MARIA LOURDES ALMEIDA NOBRE PEÇA
 MARIA LURDES CONCEIÇÃO CARDOSO RIBEIRO
 MARIA LURDES SIMÕES JESUS
 MARIA MANUELA VIEGAS LUÍS MICANO
 MARIA ODETE SILVA SOUSA
 MARIA OTÍLIA GOMES MARTINS MATOS
 MARIA OTÍLIA VILARINHO MARTINS COSTA
 MARIANA GERTRUDES BELDROEGAS LOPES
 PALMIRA DUARTE POLICARPO NUNES
 ZULMIRA CONCEIÇÃO S. CASTRO GANDRA RAMOS

ASSISTENTE TÉCNICA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ASSISTENTE TÉCNICA

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. € 895,60
 INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. € 674,33
 INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. € 1 074,58
 INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. € 309,42
 INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. € 320,34
 INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. € 935,32
 COOP ANTÓNIO SÉRGIO ECON SOCIAL, CIPRL € 827,08
 INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. € 664,49
 INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. € 888,32
 INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. € 630,41

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ANA PAULA MARTINS JESUS
 ANTÓNIO MANUEL SOARES CABRAL
 BRIOLANJA MARIA ANDRADE RICARDO
 CARLOS MANUEL CORDEIRO VASCONCELOS
 CARLOS MANUEL MARTINS VALE CÉSAR
 DINIS MATIAS AGUIAR
 DURVALINA LASALETE DUARTE PEREIRA DIAS
 EDUARDA MARIA FERREIRA SILVA JARROCA
 EDUARDO MANUEL FURTADO TEVES
 EMA CONCEIÇÃO SILVA PEREIRA
 FERNANDA MANUELA N. S. FERREIRA MEDEIROS
 GABRIEL ORMONDE ROCHA
 GABRIELA MARIA PINHEIRO ORNELAS
 HELENA MARIA MARTINS CÂMARA COSTA
 HENRIQUE LUÍS ARAÚJO CACHADO
 IDALINA RODRIGUES PAULOS ALMEIDA
 JOÃO COUTO PONTE
 JOÃO MANUEL RODRIGUES ANDRADE
 JOSÉ DOMINGOS PEREIRA ALVES
 JOSÉ FERNANDO LOPES
 JOSÉ FERNANDO MADRUGA SOARES
 JOSÉ HEDUÍNO ALVES NUNES
 JOSÉ LÚCIO GOULART SILVA
 LILIANA FÁTIMA DUARTE OLIVEIRA RAPOSO
 LÚCIA FERNANDA JESUS PEREIRA VIEIRA
 LUÍS JORGE RAPOSO SOUSA
 LUÍSA MARIA CUNHA AVELAR MENDONÇA
 MANUEL BERNARDO OLIVEIRA LIMA
 MANUEL FLORES COTA
 MARIA CÉU MEDEIROS SIMAS COSTA COUTO
 MARIA CONCEIÇÃO DIAS M. CUNHA MEDINA
 MARIA FÁTIMA FERNANDES VERÍSSIMO RÉGO
 MARIA FÁTIMA SERPA ROSA
 MARIA FILOMENA MARTINS CARVALHO
 MARIA LUÍSA LEONARDO AZEVEDO VIEIRA
 MARIA MARGARIDA BOTELHO AMARAL
 MARIA NATIVIDADE ÁVILA AGUIAR
 MARIA NEVES RAPOSO SOUSA FERREIRA
 MÁRIO ANTÓNIO ROSA
 MÁRIO JORGE MACHADO PEREIRA
 NATÁLIA MARIA FURTADO M. SALGADINHO CABRAL
 RAIMUNDO ARRUDA LUCIANO
 RAMIRO CORREIA MEDEIROS
 ROSA MARGARIDA SILVEIRA S. PINHEIRO COSTA
 RÚBEN INÁCIO CUNHA
 TOMÉ ALMEIDA SOARES
 ZÉLIA FLORES DIAS

ENFERMEIRA GRADUADA
 TÉCNICO ESPECIALISTA
 ASSISTENTE TÉCNICA
 MOTORISTA DE LIGEIOS
 DEPUTADO
 ENCARREGADO OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 TÉCNICA ADMINISTRATIVA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 TÉCNICA SUPERIOR
 TÉCNICO SUPERIOR
 ASSISTENTE TÉCNICA
 MOTORISTA MARÍTIMO I
 COORDENADOR TÉCNICO
 PINTOR
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 OPERADOR EQUIPAMENTO PORTUÁRIO
 PROFESSORA
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ELETRICISTA
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ENFERMEIRA GRADUADA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 AGENTE DE EXPLORAÇÃO
 PROFESSORA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL

UNIDADE SAÚDE ILHA DE SÃO MIGUEL € 1 747,29
 UNIDADE SAÚDE ILHA DE SÃO MIGUEL € 1 815,58
 INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL € 1 014,89
 PORTOS DOS AÇORES, S. A. € 1 299,25
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL € 1 897,90
 SEC REG TURISMO E TRANSPORTES P DELGADA € 834,66
 ESC BÁSICA INTEGRADA S. ROQUE DO PICO € 412,82
 PORTOS DOS AÇORES, S. A. € 1 738,78
 MUNICÍPIO DE NORDESTE € 840,93
 HOSPITAL SANTO ESPÍRITO ANGRA HEROÍSMO € 659,36
 ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL DE ARRIAGA € 399,66
 INST ALIMENTAÇÃO MERCADOS AGRÍCOLAS € 784,72
 UNIDADE SAÚDE ILHA DE TERCEIRA € 4 468,25
 UNIDADE SAÚDE ILHA DE SÃO MIGUEL € 1 851,25
 SERV DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO S. MIGUEL € 1 468,00
 SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA € 912,49
 PORTOS DOS AÇORES, S. A. € 1 712,29
 INST DESENVOLVIMENTO SOCIAL AÇORES € 1 342,35
 PORTOS DOS AÇORES, S. A. € 1 492,63
 SEC REG TURISMO E TRANSPORTES HORTA € 379,04
 SEC REG TURISMO E TRANSPORTES HORTA € 511,78
 MUNICÍPIO DE CALHETA € 420,44
 PORTOS DOS AÇORES, S. A. € 1 242,24
 ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE CAPELAS € 1 442,27
 INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL € 1 052,94
 PORTOS DOS AÇORES, S. A. € 996,04
 ESC BÁSICA INTEGRADA E SECUND GRACIOSA € 508,81
 MUNICÍPIO DE VILA DO PORTO € 239,99
 SERV MUNICIPALIZADOS ANGRA HEROÍSMO € 585,37
 PRESIDENCIA DO GOVERNO REGIONAL € 851,57
 HOSPITAL SANTO ESPÍRITO ANGRA HEROÍSMO € 1 455,02
 ESCOLA BÁSICA INTEGRADA ROBERTO IVENS € 272,78
 ESC BÁSICA INTEGRADA S. ROQUE DO PICO € 393,08
 UNIDADE SAÚDE ILHA DE SÃO MIGUEL € 2 435,25
 HOSPITAL SANTO ESPÍRITO ANGRA HEROÍSMO € 250,15
 INST DESENVOLVIMENTO SOCIAL AÇORES € 250,15
 UNIDADE SAÚDE ILHA DE TERCEIRA € 793,12
 ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE ARRIFES € 594,36
 SERVIÇO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO FAIAL € 707,31
 PORTOS DOS AÇORES, S. A. € 1 882,20
 ESCOLA BÁSICA INTEGRADA ROBERTO IVENS € 1 353,97
 SERV DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO S. MIGUEL € 989,13
 MUNICÍPIO DE NORDESTE € 534,78
 HOSPITAL SANTO ESPÍRITO ANGRA HEROÍSMO € 755,33
 SEC REG TURISMO E TRANSPORTES HORTA € 942,46
 MUNICÍPIO DE RIBEIRA GRANDE € 515,14
 HOSPITAL SANTO ESPÍRITO ANGRA HEROÍSMO € 425,19

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ADELINO SPÍNOLA FREITAS
 ADRIANO LUÍS MONTEIRO FERNANDES
 AGOSTINHA VIVEIROS G. SANTOS TEIXEIRA
 ALBERTINA CASTRO GONÇALVES RODRIGUES
 ANA BELA ANDRADE JESUS
 ANA MARIA TELES MARTINS OLIVEIRA
 ANTÓNIO ALBERTO ANDRADE FREITAS
 ANTÓNIO FREDERICO MARTINS ANTUNES
 ANTÓNIO SARDINHA JARDIM
 ANTÓNIO SERRÃO
 CARLOS ALBERTO GONÇALVES SOUSA
 CONCEIÇÃO NÓBREGA FERREIRA RIBEIRO
 DANIEL ABREU ASCENÇÃO
 EMANUEL CAMACHO HENRIQUES
 EUSÉBIO ANDRADE GOMES
 FILOMENA AUGUSTA SILVA GONÇALVES
 FRANCISCO ALBERTO COSTA CORREIA
 GABRIELA JOSÉ PINTO CORREIA
 INOCÊNCIA MOREIRA FRANCO
 ISABEL TEIXEIRA DA SILVA
 JAIME CORREIA TEIXEIRA
 JOÃO FRANCISCO PITA
 JOÃO JESUS CAMACHO
 JOÃO LUÍS MENDES CARVALHO
 JOÃO MANUEL ABREU NASCIMENTO
 JOÃO MANUEL FREITAS NÓBREGA
 JOSÉ ANTÓNIO NÓBREGA CHÍCHARO
 JOSÉ ASCENSÃO SILVA AZEVEDO
 JOSÉ CARLOS GONÇALVES SILVA

ASSISTENTE TÉCNICO
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ENFERMEIRA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 MOTORISTA DE LIGEIOS
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE TÉCNICO
 COORDENADORA TÉCNICA
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 PROFESSOR

ESC BÁSICA SECUNDÁRIA GONÇALVES ZARCO € 1 098,33
 ESC BÁSICA 2 3 DR HORÁCIO BENTO GOUVEIA € 494,30
 SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO € 671,06
 ESCOLA BÁSICA 2 3 CICLOS SANTO ANTÓNIO € 250,49
 SEC REG AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS € 737,95
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 3 373,90
 SEC REG CULTURA TURISMO E TRANSPORTES € 767,95
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL € 843,56
 IGH-INVEST E GESTÃO HIDROAGRÍCOLA, S. A. € 404,44
 SEC REG AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS € 318,96
 SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO € 916,65
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 717,87
 SEC REG AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS € 346,31
 ESC BÁSICA 2 3 DR HORÁCIO BENTO GOUVEIA € 442,07
 DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL € 641,04
 SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO € 460,67
 SEC REG AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS € 826,33
 PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL € 952,95
 SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO € 880,27
 ESC BÁSICA 2 3 DR HORÁCIO BENTO GOUVEIA € 279,38
 MUNICÍPIO DE CALHETA € 407,02
 SEC REG CULTURA, TURISMO E TRANSPORTES € 379,04
 RAMEDM-ESTRADAS DA MADEIRA, S. A. € 437,79
 SEC REG AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS € 564,27
 MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ € 957,08
 SEC REG AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS € 404,44
 MUNICÍPIO DE FUNCHAL € 681,84
 MUNICÍPIO DE FUNCHAL € 567,42
 ESCOLA BÁSICA 2/3 CICLOS LOUROS € 1 133,79

JOSÉ FARIA PESTANA
 JOSÉ ISMAEL PESTANA FARIA
 LÚCIA PIEDADE FREITAS CATANHO
 MANUEL AGOSTINHO PESTANA
 MARIA AMÉLIA SILVA NOITE
 MARIA ANGELINA SILVA SOUSA
 MARIA CARMO TELES RAMOS
 MARIA EDUARDA NUNES C. JESUS GONÇALVES
 MARIA ELISABETE TEIXEIRA NUNES FREITAS
 MARIA ENCARNAÇÃO FREITAS GASPAR
 MARIA EUSÉBIA SILVA
 MARIA FÁTIMA FIGUEIRA SOUSA
 MARIA FÁTIMA TRINDADE COSTA FERREIRA
 MARIA GLÓRIA SOUSA
 MARIA GORETE FREITAS ALVES JESUS
 MARIA GRAÇA CAIRES NOVAIS ROCHA NOGUEIRA
 MARIA GUILHERMINA GOMES FERNANDES SPÍNOLA
 MARIA ISABEL PAULO COSTA FERREIRA
 MARIA LUCINDA AGRELA RODRIGUES
 MARIA LUÍSA CASTRO PEREIRA
 MARIA LUÍSA RODRIGUES NUNES
 MARIA LUZ LOPES REIS
 MARIA MANUELA GONÇALVES PEDRO PESTANA
 MARIA SILVA HENRIQUE PEREIRA
 MARTINHO ANDRÉ GOUVEIA BARBOSA
 PIERRE GEORGES GHISLAIN PETIT
 RUI ALBERTO NUNES AGUIAR

ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 TÉCNICA ESPECIALISTA 1.ª CLASSE
 ASSISTENTE TÉCNICA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ENFERMEIRA
 ASSISTENTE TÉCNICA
 PROFESSORA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 COORDENADORA TÉCNICA
 TÉCNICA DE DIAGN. E TERAPÉUTICA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 TÉCNICA ESPECIALISTA 1.ª CLASSE
 ENFERMEIRA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 TÉCNICO SUPERIOR
 ASSISTENTE OPERACIONAL

SEC REG AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS € 709,07
 SEC REG AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS € 385,80
 CENTRO DE SEGURANÇA SOCIAL € 661,71
 MUNICÍPIO DE RIBEIRA BRAVA € 477,82
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 702,63
 MUNICÍPIO DE S. VICENTE € 508,82
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 1 073,96
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 727,57
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 690,78
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 568,54
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 1 950,09
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 944,29
 ESC SECUNDARIA DR ÂNGELO AUGUSTO SILVA € 1 494,21
 SEC REG AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS € 372,76
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 1 052,22
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 1 379,89
 SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO € 390,37
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 742,59
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 1 274,85
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 1 923,63
 ESCOLA SECUNDARIA FRANCISCO FRANCO € 536,04
 SERVIÇO SAÚDE REGIÃO AUT. MADEIRA, EPE € 840,98
 SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO € 379,04
 MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL € 376,57
 SEC REG AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS € 459,85
 SEC REG AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS € 493,42
 ESCOLA SECUNDARIA JAIME MONIZ € 597,62

DOCENTES DO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO

ALDA MARIA SIMÕES PEREIRA
 ANA MARIA CUNHA SOUSA OLIVEIRA ÁVILA ABREU
 JOÃO ARAÚJO RESENDE
 JOÃO CARLOS SILVA FERREIRA
 MARIA CONCEIÇÃO CONDEZ
 MARIA EMÍLIA PEREIRA SOUSA
 MARIA RITA RODRIGUES FERREIRA SILVA
 NORVINDA OLIVEIRA MAGANO
 VERA MARIA CALDEIRA DESLANDES PINTO BASTO

PROFESSORA AUXILIAR
 EDUCADORA DE INFÂNCIA
 PROFESSOR
 PROFESSOR
 PROFESSORA
 EDUCADORA DE INFÂNCIA
 PROFESSORA
 EDUCADORA DE INFÂNCIA
 ASSISTENTE

UNIVERSIDADE ABERTA € 4 164,32
 JARDIM DE INFÂNCIA BIBE € 1 842,72
 INSTITUTO DAS ARTES E IMAGEM € 749,62
 ESCOLA EVARISTO NOGUEIRA € 1 476,12
 COLÉGIO LOURDES € 1 482,61
 EXTERNATO DE EDUCAÇÃO POPULAR € 938,43
 COLÉGIO LICEAL DE SANTA MARIA LAMAS € 2 530,00
 COLÉGIO S. JOSÉ BAIRROS € 1 513,26
 ENSILIS EDUCAÇÃO FORMAÇÃO, S. A. € 507,40

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANA MARIA CASTRO ABREU ROMÃO
 ANA MARIA SANTOS FERREIRA GOMES LAMEIRAS
 JOSEFINA MARIA CATARINO OLIVEIRA COSTA
 MARIANA ANDRADE MANETA PEÇAS
 MÉCIA PATROCÍNIA QUEIROZ SILVA MARTINS

TÉCNICA SUPERIOR
 EDUCADORA DE INFÂNCIA
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 AUXILIAR DE EDUCAÇÃO
 ASSISTENTE OPERACIONAL

€ 1 756,33
 € 2 628,94
 € 763,33
 € 710,37
 € 816,80

EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES ANÓNIMAS

ADALBERTO MANUEL AMARAL CASIMIRO
 ADÃO ARLINDO PINTO SOUSA
 AFONSO MIRANDA TELÓ BATISTA
 ÁLVARO AUGUSTO TORRE CORREIA
 ÁLVARO LUÍS FERREIRA PIRES
 AMÉRICO ALVES FONTINHA
 ANA MARIA SANTOS GONÇALVES SIMANITA
 ANA MARIA TAVARES RODRIGUES
 ANTÓNIO ALBERTO LOURO PEREIRA
 ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO
 ANTÓNIO FERNANDO SILVA COUTINHO
 ANTÓNIO PROENÇA ROMANO
 ARMANDO JESUS CORREIA CARVALHO
 ARMINDA BORGES MARQUES
 ARNALDO GASPAR BOTAS
 ARTUR JOSÉ BENOIT MATEUS
 CARLOS ALBERTO CASTANHEIRA LOPES
 CARLOS ALBERTO LOPES BOLETO
 CARLOS FERREIRA SILVA PEREIRA
 CARLOS GRAÇA LAGES
 EDUARDO JOÃO GADANHO RODRIGUES NEVES
 EDUARDO SILVA MARTINS
 EMÍLIO JOSÉ ALVES VIOLA
 FERNANDA MARIA ALVES TORRES REDONDO
 FERNANDO ALVES SOUSA
 FERNANDO AUGUSTO VITAL
 FERNANDO MANUEL ESPERANÇA GUIA
 FLORINDA CONCEIÇÃO RAMOS FERNANDES
 FRANKLIN VIEIROS MARTINS
 IRENE PASCOAL TERESO
 JOÃO AUGUSTO BIZARRO FIGUEIREDO
 JOÃO DUARTE COELHO BALHAU
 JOÃO MANUEL VIANA FERREIRA NEVES
 JOAQUIM FERNANDO CALDEIRA JACINTO
 JOSÉ ALMEIDA COUCEIRO
 JOSÉ ANTÓNIO CARVÃO BANDARRA
 JOSÉ CARLOS CANTANTE SANTOS SILVA
 JOSÉ LUÍS FERREIRA
 JOSÉ MANUEL CARNEIRO RIBEIRO
 JOSÉ MANUEL TEIXEIRA VIEIRA OLIVEIRA
 JOSÉ MIGUENS CARRILHO
 JULIETA MARIA JESUS REIS PEREIRA

TÉCNICO NEGÓCIO E APOIO G. III
 CARTEIRO GRAU II
 QUADRO SUPERIOR GRAU VII
 CARTEIRO GRAU II
 TÉCNICO NEGÓCIO E APOIO G. III
 ASSESSOR/CHEFIA II
 EMPREGADA SERVIÇOS GERAIS G. I
 TÉCNICA GRAU III
 OPERADOR SISTEMAS INFORMÁTICA
 MOTORISTA
 CARTEIRO GRAU II
 MECÂNICO DE AUTOMÓVEIS
 CHEFE DE SECÇÃO
 AUXILIAR APOIO ADMINISTRATIVO
 QUADRO SUPERIOR GRAU V
 TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALISTA
 CARTEIRO GRAU II
 TÉCNICO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA
 CARTEIRO GRAU II
 CARTEIRO
 QUADRO SUPERIOR GRAU VI
 ASSESSOR GRAU I
 CARTEIRO GRAU II
 TÉCNICA NEGÓCIO E APOIO G. III
 CARTEIRO GRAU II
 CARTEIRO GRAU II
 TÉCNICO SÉNIOR GRAU IV
 TÉCNICA GRAU III
 CARTEIRO GRAU II
 TÉCNICA GRAU III
 TÉCNICO ADMINISTRATIVO
 MOTORISTA GRAU II
 TÉCNICO SÉNIOR GRAU IV
 MOEDEIRO
 TÉCNICO GRAU III
 TÉCNICO SÉNIOR GRAU IV
 QUADRO SUPERIOR VI
 MOTORISTA GRAU II
 CARTEIRO GRAU II
 TÉCNICO NEGÓCIO E APOIO G. III
 CARTEIRO GRAU II
 TÉCNICA NEGÓCIO E APOIO G. III

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 118,25
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 970,87
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 3 919,73
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 236,84
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 330,84
 APS-ADMINISTRAÇÃO PORTO DE SINES, S. A. € 3 119,94
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 891,57
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 313,60
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 117,42
 ANA-AEROPORTOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 575,58
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 900,88
 INCM-IMPrensa NACIONAL-CASA MOEDA, S. A. € 1 382,62
 INCM-IMPrensa NACIONAL-CASA MOEDA, S. A. € 1 642,01
 INCM-IMPrensa NACIONAL-CASA MOEDA, S. A. € 861,06
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 350,68
 NAVEG AÉREA PORTUGAL-NAV PORTUGAL, EPE € 3 528,24
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 496,47
 ANA-AEROPORTOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 797,34
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 215,55
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 076,25
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 901,69
 APL-ADMINISTRAÇÃO PORTO DE LISBOA, S. A. € 3 773,42
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 015,33
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 839,58
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 227,96
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 262,69
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 211,40
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 064,62
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 137,78
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 286,65
 RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S. A. € 2 025,24
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 710,11
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 490,64
 INCM-IMPrensa NACIONAL-CASA MOEDA, S. A. € 1 242,67
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 046,55
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 389,05
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 859,90
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 887,27
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 284,26
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 402,78
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 059,11
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 275,64

LUÍS NUNES CLARO
 MANUEL BERNARDO LOPES GOMES
 MANUEL CARLOS SANTOS VIDAL
 MANUEL DIAS SANTOS
 MANUEL FRANCISCO PEREIRA
 MANUEL FURTADO CANOEIRO
 MARIA ALICE LOPES MARTINS GATA ADEM
 MARIA ANJOS COELHO
 MARIA CÂNDIDA SARAIVA ALMEIDA OLIVEIRA
 MARIA CÉU PEREIRA SOUSA SALGADO
 MARIA ESTER PEREIRA CARVALHO MASCATE
 MARIA FÁTIMA FERREIRA LETRAS FERREIRA
 MARIA FERNANDA GUIMARÃES LOPES SOUSA
 MARIA FILOMENA RAMOS FARIA
 MARIA HORTÊNSIA JESUS INÁCIO
 MARIA IDALINA SILVA
 MARIA ISABEL FERREIRA M. R. NEVES LAMEIRO
 MARIA LEONOR RIBEIRO DINIZ MARTINS MAIA
 MARIA LURDES CARVALHO SANTOS
 MARIA OLÍVIA PEREIRA SILVA REIS
 MARIA OURIDE SANTOS CARVALHO SILVA
 MARIA PIEDADE CASTRO SOBRAL
 OTÍLIA MALHO RIBEIRO ROCHA
 ROSA MARIA COSTA PEREIRA MATEUS
 RUI DIAS CABAÇO
 TOMÁS HENRIQUE FERREIRA LEIRIA PINTO
 VIRGÍNIA CORDEIRO GOMES VIEIRA

CARTEIRO GRAU II
 CARTEIRO GRAU II
 TÉCNICO IMPR. ARTES GRÁFICAS B
 TÉCNICO SUP. ESP./CHEFE SERVIÇO
 TÉCNICO GRAU III
 CARTEIRO GRAU II
 TÉCNICA GRAU III
 TÉCNICA SERVIÇOS GERAIS GRAU I
 TÉCNICA GRAU III
 TÉCNICA GRAU III
 AUXILIAR APOIO ADMINISTRATIVO
 TÉCNICA GRAU III
 TÉCNICA GRAU III
 TÉCNICA SÊNIOR GRAU IV
 TÉCNICA GRAU III
 TÉCNICA SERVIÇOS GERAIS GRAU I
 TÉCNICA SÊNIOR GRAU IV
 TÉCNICA SÊNIOR GRAU IV
 TÉCNICA GRAU III
 TÉCNICA DE NEGÓCIO E APOIO G. III
 OPERADORA DE MÁQUINAS B
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 QUADRO SUPERIOR GRAU VI
 TÉCNICA ADMINISTRATIVA D
 CARTEIRO GRAU II
 ASSESSOR PRINCIPAL
 TÉCNICA NEGÓCIO E APOIO G. III

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 046,92
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 055,01
 INCM-IMPRESSA NACIONAL-CASA MOEDA, S. A. € 1 129,18
 NAVEG AÉREA PORTUGAL-NAV PORTUGAL, EPE € 4 374,10
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 444,76
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 190,45
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 845,72
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 013,75
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 411,04
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 285,70
 INCM-IMPRESSA NACIONAL-CASA MOEDA, S. A. € 1 079,39
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 239,63
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 402,54
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 493,69
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 010,51
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 715,09
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 625,91
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 179,04
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 081,35
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 799,17
 INCM-IMPRESSA NACIONAL-CASA MOEDA, S. A. € 1 219,78
 APL-ADMINISTRAÇÃO PORTO DE LISBOA, S. A. € 988,19
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 355,29
 INCM-IMPRESSA NACIONAL-CASA MOEDA, S. A. € 974,90
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 168,69
 APL-ADMINISTRAÇÃO PORTO DE LISBOA, S. A. € 4 475,07
 CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S. A. € 1 347,61

LICENÇAS ILIMITADAS OU DE LONGA DURAÇÃO

ADÚLIA MARIA PINHEIRO RIBEIRO DIAS SOARES
 ALBERTINA JESUS ANTUNES
 ALZIRA REIS CARIA RODRIGUES
 ANTÓNIO BRAZ SILVA PARREIRA
 ANTÓNIO MANUEL MENDONÇA MARTINS CRUZ
 FERNANDO FIDALGO DIAS
 GEORGETA MARIA CATARINO A. LOBO NUNES SILVA
 JOAQUIM SEQUEIRA CLEMENTE
 JORGE EDUARDO CARVALHO COSTA SANTOS
 JORGE MANUEL SARAIVA BARATA SILVA
 MANUEL FERNANDO FERREIRA GONÇALVES
 MARGARIDA FÁTIMA LEAL SALVAÇÃO CLARO
 MARIA ALINE SILVA GOMES CAMACHO BAIÃO
 MARIA ANÁLIA LOPES SARAIVA OLIVEIRA
 MARIA AURORA GOMES CUNHA SOARES ROSA
 MARIA CONCEIÇÃO MARQUES SPÍNOLA
 MARIA MARGARIDA RIBEIRO F. SILVEIRA BORGES
 MARIA REGINA TRINDADE PINHO MACHADO LOPES
 MARIA ROSÁRIO FÁTIMA REIS BORGES
 MARIA TERESA ABREU NOGUEIRA
 SHEE VA

ASSISTENTE OPERACIONAL
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 PROFESSORA
 CHEFE DE SERVIÇO
 EMBAIXADOR
 PROFESSOR
 TÉCNICA ADMIN. TRIBUTÁRIA N. I
 ESCRIVÃO ADJUNTO
 CHEFE DE ARMAZÉM
 ASSISTENTE TÉCNICO
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 TÉCNICA SUPERIOR
 PROFESSORA ADJUNTA
 ASSISTENTE PRINCIPAL
 PROFESSORA
 ENFERMEIRA
 PROFESSORA
 PROFESSORA
 ASSISTENTE TÉCNICA
 TÉCNICA DIAGN. E TERAPÊUTICA
 ASSISTENTE GRADUADO

DESDE 2013-02-01 € 412,47
 DESDE 2013-04-01 € 565,42
 DESDE 2013-01-01 € 1 014,20
 DESDE 2012-08-01 € 3 748,81
 DESDE 2013-01-01 € 3 844,69
 DESDE 2013-03-01 € 1 161,21
 DESDE 2013-03-01 € 1 393,10
 DESDE 2013-03-01 € 582,98
 DESDE 2011-07-01 € 487,62
 DESDE 2013-03-01 € 956,03
 DESDE 2013-03-01 € 524,74
 DESDE 2013-03-01 € 1 576,99
 DESDE 2013-03-01 € 2 227,71
 DESDE 2012-01-01 € 990,75
 DESDE 2012-01-01 € 961,44
 DESDE 2012-06-01 € 1 649,47
 DESDE 2012-12-01 € 1 163,30
 DESDE 2012-01-01 € 484,92
 DESDE 2013-01-01 € 516,20
 DESDE 2013-03-01 € 1 045,81
 DESDE 2013-03-01 € 2 150,69

ANTIGOS SUBSCRITORES

ADELINO JOÃO GRAVE
 AGOSTINHO PEDROSO SILVA
 ALZIRA SILVA MARIANO FERREIRA PAIS
 AMÉRICO LOURENÇO MONTEIRO
 ANA PEREIRA MENDES OLIVEIRA LUÍS
 ANTÓNIO ALBERTO GONÇALVES SOUSA MARTINS
 ANTÓNIO AUGUSTO CARVALHO GOMES
 ANTÓNIO CARVALHO RIBEIRO
 ANTÓNIO FERNANDES GOULART GARCIA NEVES
 ANTÓNIO JOAQUIM MANUEL COSTA
 ANTÓNIO JOSÉ CABRAL PAIVA
 ANTÓNIO LUÍS CARNEIRO LOURENÇO
 ANTÓNIO MANUEL FONTE
 ANTÓNIO PINTO ALMEIDA SANTOS
 ARMANDO JOSÉ SILVA PEREIRA LEITE
 ARMINDA SILVA OLIVEIRA
 EMÍLIA CONCEIÇÃO FERNANDES BARBOSA
 EMÍLIO JOSÉ PEREIRA DIAS
 FERNANDO ANTUNES PEREIRA
 FERNANDO DIAS AMARAL
 FRANCISCO ALVAREZ PAMPLONA
 FRANCISCO MANUEL CORREIA SANTOS
 GILBERTO CARLOS COSTA
 HUMBERTO JOSÉ VIEGAS GOMES
 ISABEL MARIA CORREIA NUNES
 ISAÍAS PINTO GALHANO
 ISIDRO BETTENCOURT PEREIRA
 ISIDRO BRAZÃO SEMEDO
 JOÃO ADELINO SERRA SALDANHA
 JOÃO CARLOS DIAS SOARES FERREIRA
 JOÃO DOMINGOS PARRA SEQUEIRA
 JOÃO VELEZ MARTINS BUJO
 JOAQUIM CUNHA AUGUSTO
 JOAQUIM DIAS ESTRELA
 JOAQUIM FERREIRA AMARAL JÚNIOR
 JOAQUIM INÁCIO OLIVEIRA
 JOAQUIM MANUEL GRAÇA SOARES

ASSISTENTE OPERACIONAL
 SERRALHEIRO
 EMPREGADA ADMIN. ESCALÃO 4
 SEGUNDO-SARGENTO
 PRIMEIRA-OFICIAL
 TÉCNICO SUPERIOR
 TERCEIRO-OFICIAL PROVISÓRIO
 ELETRICISTA 3.ª CLASSE
 ESCRITURÁRIO-DATILÓGRAFO
 TERCEIRO-MECANÓGRAFO
 BANHEIRO
 AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA
 CARTEIRO
 PROFESSOR
 DESENHADOR
 PROFESSORA
 DATILÓGRAFA
 AUXILIAR DE APURAMENTOS
 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
 PROFESSOR ADJUNTO
 PROFESSOR
 ESCRITURÁRIO 1.ª CLASSE
 CANTONEIRO
 ASPIRANTE
 PROFESSORA
 ESCRITURÁRIO EVENTUAL
 GUARDA
 CARTEIRO
 OPERÁRIO QUALIFICADO 1.ª CLASSE
 ESCRITURÁRIO 2.ª CLASSE
 ESCRITURÁRIO-DATIL. 1.ª CLASSE
 ESCRITURÁRIO-DATIL. 2.ª CLASSE
 ASSISTENTE OPERACIONAL
 ESCRITURÁRIO-DATILÓGRAFO
 FAROLEIRO
 ENGENHEIRO 2.ª CLASSE
 PROFESSOR

DESDE 2013-01-01 € 239,99
 DESDE 2012-04-01 € 237,38
 DESDE 2013-01-01 € 250,15
 DESDE 2012-06-01 € 254,93
 DESDE 2012-09-01 € 465,24
 DESDE 2013-01-08 € 2 104,67
 DESDE 2012-11-01 € 237,38
 DESDE 2013-02-01 € 239,99
 DESDE 2013-02-01 € 250,15
 DESDE 2012-08-01 € 237,38
 DESDE 2012-03-01 € 272,78
 DESDE 2011-07-01 € 230,24
 DESDE 2011-08-01 € 230,24
 DESDE 2012-01-01 € 230,24
 DESDE 2012-08-01 € 237,38
 DESDE 2011-03-01 € 404,78
 DESDE 2012-12-01 € 237,38
 DESDE 2012-09-01 € 237,38
 DESDE 2012-12-01 € 247,43
 DESDE 2011-11-01 € 351,23
 DESDE 2013-02-20 € 379,04
 DESDE 2013-03-01 € 239,99
 DESDE 2011-03-01 € 354,67
 DESDE 2012-09-01 € 237,38
 DESDE 2013-01-29 € 379,04
 DESDE 2012-12-01 € 237,38
 DESDE 2012-09-01 € 237,38
 DESDE 2012-10-01 € 708,48
 DESDE 2011-11-01 € 614,36
 DESDE 2013-02-01 € 239,99
 DESDE 2012-11-01 € 237,38
 DESDE 2011-07-01 € 239,99
 DESDE 2012-07-01 € 237,38
 DESDE 2012-11-01 € 237,38
 DESDE 2012-09-01 € 237,38
 DESDE 2012-04-01 € 237,38
 DESDE 2012-04-01 € 237,38

JOAQUIM SILVA SANTOS	ESCRITURÁRIO 2.ª CLASSE	DESDE 2012-10-01	€ 237,38
JORGE FREIRE SANTOS	TERCEIRO-OFICIAL	DESDE 2013-03-01	€ 239,99
JORGE MACEDO CONCEIÇÃO SILVA	ASPIRANTE INTERINO	DESDE 2012-07-01	€ 237,38
JORGE MANUEL FEITOR COSTA	PRIMEIRO-OFICIAL	DESDE 2012-05-01	€ 304,29
JORGE MANUEL MARQUES PAULINO	TÉCNICO SUPERIOR 2.ª CLASSE	DESDE 2012-01-01	€ 244,74
JOSÉ ADELINO SILVA FERREIRA	ESCRITURÁRIO	DESDE 2012-08-01	€ 237,38
JOSÉ ADERITO CAXIDE RAQUEL	TÉCNICO ESPEC. ORGANIZACIONAL	DESDE 2012-04-01	€ 1 354,19
JOSÉ ARMANDO GOMES FAZENDA MORGADO	AGENTE PRINCIPAL	DESDE 2010-05-27	€ 906,45
JOSÉ BATISTA PEIXOTO	GUARDA	DESDE 2013-02-01	€ 239,99
JOSÉ CARLOS PIRES ANTUNES	SERRALHEIRO MECÂNICO	DESDE 2011-06-01	€ 439,84
JOSÉ CLEMENTE VIDAL JORGE	ASPIRANTE ESTAGIÁRIO	DESDE 2012-03-01	€ 245,07
JOSÉ FRANCISCO SILVA PALMA	PROFESSOR	DESDE 2013-02-01	€ 379,04
JOSÉ GOMES BAPTISTA AMADO	PROFESSOR	DESDE 2012-08-01	€ 325,94
JOSÉ MANUEL BRAGA MARTINS	PROFESSOR	DESDE 2012-08-01	€ 237,38
JOSÉ MANUEL MALAQUIAS MARTINHO	OPERÁRIO 1.ª CLASSE	DESDE 2012-09-01	€ 237,38
JOSÉ MONTEIRO PINTO JÚNIOR	OPERÁRIO PRINCIPAL	DESDE 2012-08-01	€ 615,00
JOSÉ NELSON CASTRO NEVES	ASPIRANTE ESTAGIÁRIO	DESDE 2012-12-01	€ 237,38
JOSÉ PEREIRINHA PINTO	GUARDA	DESDE 2012-10-01	€ 230,24
JÚLIO AUGUSTO CURADO REIS GARCIA	SEGUNDO-ASSISTENTE	DESDE 2011-07-01	€ 230,24
LEONEL JESUS SILVA	CONTÍNUO 2.ª CLASSE	DESDE 2011-07-01	€ 230,24
LÍDIA SILVA BERNARDO	ESCRITURÁRIA	DESDE 2013-01-01	€ 379,04
LÍGIA CONCEIÇÃO PEREIRA ALVERNAZ	PROFESSORA	DESDE 2012-06-01	€ 247,43
LUIS ANTÓNIO FRADE GOMES	TERCEIRO-OFICIAL	DESDE 2011-07-01	€ 230,24
LUIS MANUEL AGUIAR MORAIS TEIXEIRA	PROFESSOR CATEDRÁTICO	DESDE 2012-12-01	€ 2 719,98
MADALENA MARIA DUQUE SANTOS	PROFESSORA	DESDE 2012-11-01	€ 2 177,36
MANUEL ANDRADE CURIAO	ASPIRANTE DO QUADRO	DESDE 2012-06-01	€ 237,38
MANUEL ANTÓNIO ROCHA RESENDE PINTO	RADIOTÉCNICO	DESDE 2013-02-01	€ 239,99
MANUEL ANTÓNIO SANTOS	ASPIRANTE SUPLEMENTAR	DESDE 2011-11-01	€ 230,24
MANUEL BAPTISTA LOPES	TERCEIRO-OFICIAL	DESDE 2011-08-01	€ 243,74
MANUEL BROGUEIRA LOPES	PRIMEIRO-CABO	DESDE 2012-06-01	€ 247,43
MANUEL EUGÉNIO FIGUEIREDO BARROS	OPERÁRIO 1.ª CLASSE	DESDE 2012-11-01	€ 237,38
MANUEL FERNANDES AUGUSTO	TÉCNICO CLASSE C	DESDE 2012-09-01	€ 346,19
MANUEL MAIA MARQUES	EQUIP. A ASSISTENTE 2.º TRIÉNIO	DESDE 2012-01-01	€ 954,44
MANUEL MONTEIRO BERNARDO	CARTEIRO	DESDE 2012-09-01	€ 1 108,77
MANUEL SANCHES	COVEIRO	DESDE 2012-12-06	€ 379,04
MARIA ALBERTINA OLIVEIRA PIRES MOURA ROCHA	PROFESSORA	DESDE 2012-10-01	€ 299,12
MARIA ALEXANDRA FRESCO RAMOS	PROFESSORA	DESDE 2013-02-06	€ 1 026,32
MARIA HELENA VALE AFONSO	PROF. EQUIP. PROFESSORA ADJUNTA	DESDE 2012-07-01	€ 1 055,48
MARIA JOÃO CAMPOS FIGUEIREDO FACEIRA	PROFESSORA AUXILIAR CONVIVADA	DESDE 2012-10-01	€ 1 825,72
MARIA JÚLIA GOMES PISTOLA	AUXILIAR ADMINISTRATIVA	DESDE 2013-01-01	€ 387,13
MARIA JÚLIA ROSA ESPÍRITO SANTO	AUXILIAR DE ESCRITA 1.ª CLASSE	DESDE 2013-02-01	€ 239,99
MARIA LUÍSA DIAS MIRANDA BRUNO	DESENHADORA 1.ª CLASSE	DESDE 2011-04-01	€ 269,88
MARIA LURDES ALVES MOTA	PROFESSORA	DESDE 2012-07-01	€ 585,19
MARIA MANUELA DIAS L. BAPTISTA SALGUEIRO	ENFERMEIRA	DESDE 2013-01-01	€ 237,38
MARIA OLÍMPIA LEMOS PAULINO VARELA SOARES	PROFESSORA	DESDE 2012-05-01	€ 827,24
MARIA TERESA DIAS MESQUITA ALCOBIA	AUXILIAR DE LIMPEZA	DESDE 2012-01-01	€ 237,38
MÁRIO MENDES SILVA MARQUES	PRIMEIRO-CABO	DESDE 2010-03-01	€ 230,24
MARION BEGHIN	PROFESSORA	DESDE 2012-11-01	€ 237,38
NOEL ALEXANDRE SILVA MOREIRA	ASSISTENTE 2.º TRIÉNIO	DESDE 2013-01-01	€ 1 765,37
RAQUEL MORAIS SARMENTO BARROS CONTE	PROFESSORA	DESDE 2012-08-01	€ 377,67
RUI MANUEL DUARTE RODRIGUES	MÉDICO INT. INTERNATO GERAL	DESDE 2012-04-01	€ 379,04
VIRGÍLIO HENRIQUE RODRIGUES CHANÇA	CANTONEIRO DE LIMPEZA	DESDE 2012-07-04	€ 783,94
VÍTOR MANUEL ALVES SOUSA	ADJUNTO DA ADMINISTRAÇÃO	DESDE 2011-07-01	€ 360,81
VÍTOR MANUEL MEIRA CARVALHO	PROFESSOR	DESDE 2012-02-01	€ 371,29
WALENTY ONISZCZUK	PROFESSOR	DESDE 2012-06-01	€ 414,21

ANTIGOS SUBSCRITORES (N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 20-A/86, DE 13 DE FEVEREIRO)

AIRES CRUZ RODRIGUES FERREIRA	OFICIAL DE JUSTIÇA	DESDE 2012-07-01	€ 193,86
ALBERTO RAMALHEIRA VARGAS	MARINHEIRO	DESDE 2012-10-01	€ 193,86
ALBINO ALVES NUNES SILVA	SERVENTE ESPECIALIZADO 3.ª CLASSE	DESDE 2011-12-01	€ 76,75
ANA MARIA CONCEIÇÃO SOUSA CONDE ALMEIDA	ESCRITURÁRIA-DATILÓGRAFA 2.ª CL.	DESDE 2012-05-01	€ 201,77
ANTÓNIO LUÍS VELOSO GLÓRIA FRAGOSO	PROFESSOR	DESDE 2012-11-01	€ 51,43
ANTÓNIO MARIA GAMEIRO	SERVENTE 3.ª CLASSE	DESDE 2012-04-01	€ 118,69
ANTÓNIO TEIXEIRA ALVES	MARINHEIRO	DESDE 2012-12-06	€ 213,64
ARMANDO PINTO MARTINS	ESCRITURÁRIO 2.ª CLASSE	DESDE 2012-09-01	€ 59,35
CARLOS ALBERTO ALBUQUERQUE SILVA	EDUCADOR	DESDE 2012-08-01	€ 94,95
CARLOS ALBERTO SILVA ARAÚJO SEQUEIRA	ASSISTENTE	DESDE 2013-02-01	€ 120,00
CARLOS ERNESTO PEREIRA ALMEIDA	ESCRITURÁRIO 2.ª CLASSE	DESDE 2011-08-01	€ 7,67
CARLOS MANUEL SILVA MEIRELES	PROFESSOR	DESDE 2012-12-01	€ 233,42
CAROLINA AUGUSTA RAMOS ALVES	ESCRITURÁRIA 2.ª CLASSE	DESDE 2012-12-01	€ 122,65
DARIO ALVES AGUIA	OPERADOR DE RESERVA	DESDE 2012-09-01	€ 94,95
EUCLIDES JOSÉ COSTA FERNANDES	FUNCIONÁRIO	DESDE 2012-06-01	€ 3,96
FERNANDO CARDOSO	AGENTE	DESDE 2012-04-01	€ 197,82
FERNANDO PAULO MADEIRA COELHO	OPERÁRIO ESPECIALIZADO 6.ª CLASSE	DESDE 2012-08-01	€ 217,60
HUGO FONSECA RAMOS CARRILHO	SEGUNDO-SARGENTO	DESDE 2012-06-01	€ 118,69
IVONE IRENE SOUSA RAPOSO SOARES PEIXOTO	ESCRITURÁRIA 1.ª CLASSE	DESDE 2012-06-01	€ 229,47
LUIS JORGE COSTA SEQUEIRA	ESCRITURÁRIO-DATILÓGRAFO	DESDE 2012-07-01	€ 102,86
LUIS MIGUEL MARQUES PEREIRA	NADADOR-SALVADOR	DESDE 2012-07-20	€ 195,40
MANUEL DOMINGUES RODRIGUES	ASPIRANTE FINANÇAS ESTAGIÁRIO	DESDE 2012-03-01	€ 71,21
MANUEL FRANCISCO CLEMENTE	MARINHEIRO	DESDE 2012-01-01	€ 110,78
MANUEL SANTOS CUNHA	ESCRITURÁRIO 2.ª CL. PROVISÓRIO	DESDE 2012-09-01	€ 31,65
MANUEL SILVA	BOLETINEIRO	DESDE 2012-07-01	€ 118,69
MARIA LUZ PEREIRA SAMPAIO CUNHA GUIMARÃES	ENFERMEIRA	DESDE 2011-11-01	€ 168,84
ODETE FERREIRA ABREU FONSECA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM 2.ª CLASSE	DESDE 2012-03-01	€ 209,69
ROGÉRIO FÉLIX PEREIRA	ESCRITURÁRIO-DATILÓGRAFO	DESDE 2012-08-01	€ 39,56
VIRGÍNIA CONCEIÇÃO SILVA GOMES	CRIDA	DESDE 2012-08-01	€ 138,47

Declaração n.º 84/2013

Declara-se que fica sem efeito a inclusão de Maria Cruz Pacheco Gavetanho, servente de limpeza do Centro Regional de Segurança Social do Alentejo, publicada no *Diário da República*, n.º 18, 2.ª série, de 25 de janeiro de 2007 (aviso n.º 1181/2007) em virtude de ter sido revogado o ato que lhe concedeu a aposentação.

2013-03-28. — O Diretor Central, *Serafim R. Amorim*.

206864251

Declaração n.º 85/2013

Declara-se que fica sem efeito a inclusão de António José Almeida Pereira, procurador da República da Direção-Geral da Administração da Justiça, publicada no *Diário da República*, n.º 5, 2.ª série, de 6 de janeiro de 2012 (aviso n.º 192/2012) em virtude de ter sido revogado o ato que lhe concedeu a aposentação.

2013-03-28. — O Diretor Central, *Serafim R. Amorim*.

206864276

Declaração de retificação n.º 431/2013

No número do *Diário da República* a seguir indicado, deve ser considerada a seguinte retificação:

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 16411/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 7 de dezembro de 2012, retifica-se que, a p. 38932, a publicação referente a Maria Lurdes Garcia Lima Silva, não deve ser considerada sob o título «Ministério da Educação e Ciência» mas sim «Região Autónoma da Madeira».

28 de março de 2013. — O Diretor Central, *Serafim R. Amorim*.

206864162

Declaração de retificação n.º 432/2013

No número do *Diário da República* a seguir indicado, deve ser considerada a seguinte retificação:

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 3406/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 8 de março de 2013, retifica-se que, a p. 8702, onde se lê «Maria Graça Xavier Fonseca Costa Bachmann, assistente eventual,» deve ler-se «Maria Graça Xavier Fonseca Costa Bachmann, professora auxiliar,».

28 de março de 2013. — O Diretor Central, *Serafim R. Amorim*.

206864179

Declaração de retificação n.º 433/2013

No número do *Diário da República* a seguir indicado, deve ser considerada a seguinte retificação:

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 3406/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 8 de março de 2013, retifica-se que, a p. 8705, a publicação referente a Maria Lurdes Garcia Lima Silva, não deve ser considerada sob o título «Região Autónoma da Madeira» mas sim «Região Autónoma dos Açores».

28 de março de 2013. — O Diretor Central, *Serafim R. Amorim*.

206864202

Direção-Geral do Orçamento**Despacho n.º 4781/2013**

Considerando que a Portaria n.º 432-C/2012, de 31 de dezembro, veio estabelecer a estrutura orgânica nuclear da Direção-Geral do Orçamento e fixar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis;

Considerando que pelo Despacho n.º 2386/2013, de 5 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de fevereiro, foi criada a Divisão de Informação e Divulgação que funciona na dependência do Gabinete de Consultadoria Jurídica e Orçamental;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro estabelece, no n.º 1 do artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, em caso de vacatura de lugar;

Considerando que o lugar de Chefe de Divisão de Informação e Divulgação se encontra vago e que se torna urgente garantir o normal funcionamento desta unidade orgânica;

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e

64/2011, de 22 de dezembro, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, nomeio, em regime de substituição para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Informação e Divulgação, a licenciada Soledade Maria Martins Ferreira Ribeiro, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2013.

A nomeada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo currículo académico e profissional, anexo ao presente despacho.

27 de março de 2013. — A Diretora-Geral, *Manuela Proença*.

ANEXO**Síntese curricular**

Nome: Soledade Maria Martins Ferreira Ribeiro.

Data de nascimento: 3 de março de 1960

Habilitações literárias: Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional mais relevante: Atualmente exerce funções de consultadoria jurídica na Direção-Geral do Orçamento como técnica superior. Exerceu o cargo de Diretora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos daquela Direção-Geral entre 24/4/2001 e 31/3/2007, data em que a respetiva comissão de serviço cessou devido à reestruturação orgânica da Direção-Geral do Orçamento operada pelo Decreto-Lei n.º 80/2007, de 29/3 e pela Portaria n.º 346/2007, de 30/3. Anterior experiência de consultadoria jurídica nalguns organismos, com destaque para as Direções-Gerais do Orçamento e da Administração e do Emprego Público.

Obras publicadas: Coautoria das obras “A Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública”, editada em julho de 1994 pela Livraria Almedina, de Coimbra, e “Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública”, editada em fevereiro de 2006 pela mesma editora.

206862242

Despacho n.º 4782/2013

Considerando que a Portaria n.º 432-C/2012, de 31 de dezembro, veio estabelecer a estrutura orgânica nuclear da Direção-Geral do Orçamento e fixar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis;

Considerando que pelo Despacho n.º 2386/2013, de 5 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de fevereiro, foi criada a Divisão de Gestão de Recursos Humanos que funciona na dependência da Direção de Serviços Administrativos;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro estabelece, no n.º 1 do artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, em caso de vacatura de lugar;

Considerando que o lugar de Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos se encontra vago e que se torna urgente garantir o normal funcionamento desta unidade orgânica;

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, nomeio em regime de substituição para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, a licenciada Patrícia Maria Martins Saragaço, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

A nomeada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo currículo académico e profissional, anexo ao presente despacho.

27 de março de 2013. — A Diretora-Geral, *Manuela Proença*.

ANEXO**Síntese curricular**

Nome: Patrícia Maria Martins Saragaço

Data de nascimento: 27 de janeiro de 1977

Habilitações literárias: Licenciatura em Direito, pela Universidade Católica Portuguesa, em 2000. Pós-graduada em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica Portuguesa em 2003.

Concluiu o estágio de advocacia em 2002 e exerceu até 2006 a atividade em sociedade de advocacia e a título particular.

Em maio de 2006 iniciou funções na Direção-Geral do Orçamento, no Gabinete de Consultadoria Orçamental, onde elaborou pareceres jurídico-orçamentais e participou na elaboração da coletânea de legislação da Contabilidade Pública.

Desde 1 de novembro de 2010 que exerce funções na Direção de Serviços Administrativos — Divisão de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, onde procede à elaboração de notas e pareceres jurídicos relativos a recursos humanos, entre os quais podemos destacar, apreciação de reclamações, jornada contínua, estatuto de trabalhador-estudante, despachos e avisos, de regulamentos internos; processos inerentes ao SIADAP; acompanhamento de processos de acidentes de trabalho. Foi ainda membro da comissão paritária da Direção-Geral do Orçamento.

Desde 1 de outubro de 2011 exerce em comissão de serviço em substituição o cargo do chefe de divisão de gestão de recursos humanos da Direção de Serviços Administrativos, da Direção-Geral do Orçamento.

206863255

Despacho n.º 4783/2013

Considerando que a Portaria n.º 432-C/2012, de 31 de dezembro, veio estabelecer a estrutura orgânica nuclear da Direção-Geral do Orçamento e fixar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis;

Considerando que pelo Despacho n.º 2386/2013, de 5 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de fevereiro, foi criada a Divisão de Suporte Tecnológico aos Processos que funciona na dependência da Direção de Serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro estabelece, no n.º 1 do artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, em caso de vacatura de lugar;

Considerando que o lugar de Chefe de Divisão de Suporte Tecnológico aos Processos se encontra vago e que se torna urgente garantir o normal funcionamento desta unidade orgânica;

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, nomeio, em regime de substituição para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Suporte Tecnológico aos Processos, o licenciado Joaquim Fernando Ribeiro Muxagata, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

O nomeado possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo currículo académico e profissional, anexo ao presente despacho.

27 de março de 2013. — A Diretora-Geral, *Manuela Proença*.

ANEXO

Síntese curricular

Nome: Joaquim Fernando Ribeiro Muxagata

Data de nascimento: 7 de maio de 1979

Formação Académica:

2008 — Universidade Nova de Lisboa, aluno de Doutoramento no Departamento de Ciências da Educação com especialização na área das Tecnologias da Informação e Comunicação;

2006 — Licenciatura em Engenharia Informática na Escola superior de Tecnologia de Setúbal/Instituto Politécnico de Setúbal;

2003 — Bacharel em Engenharia Informática de Gestão na Escola superior de Tecnologia de Setúbal/Instituto Politécnico de Setúbal;

Experiência profissional mais relevante:

Desde outubro de 2011, Chefe de Divisão de Contabilidade de Suporte Tecnológico aos Processos Orçamentais da Direção de Serviços de Informática e de Gestão da Informação Orçamental, na Direção Geral do Orçamento, responsável pela área de Gestão de Processos de Negócio, Gestão Documental e pelos portais de intranet, extranet e internet.

De junho de 2011 a outubro de 2011, Especialista de Informática na Direção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA), sendo membro do NIAD. Desenho de um modelo de normalização dos projetos orientados aos serviços (interoperabilidade).

De dezembro de 2008 a junho de 2011, Especialista de Informática na Direção Geral do Orçamento do Ministério das Finanças e da Administração Pública, membro da Direção de Sistemas de Informação e Gestão Orçamental.

Colaboração no desenvolvimento do modelo de acompanhamento trimestral da Execução Orçamental e modelo de Contas Nacionais.

Desde outubro de 2007 a dezembro de 2008, Docente do ensino superior na Escola Superior de Tecnologia do Barreiro do Instituto Politécnico de Setúbal.

Outras funções de interesse relevante: Docente de Informática na Escola Secundária da Moita; Docente de Informática na Escola Secundária da Bela Vista em Setúbal e formador na área da informática, tendo ministrado vários cursos (Soluções para trabalho em equipa e gestão de conteúdos partilhados através de SharePoint, Bases de dados normalizadas com PL-SQL, Moodle para docentes, Edição digital de imagem com Adobe Photoshop, Construção de Páginas WEB, Ações de formação Office, Edição de conteúdos Web)

Formação Complementar mais relevante: Gestão de processos de Negócio — K2 Solutions Professional, outubro de 2012 (Link Consulting); MOSS 2007 Administration and Troubleshooting, março de 2010, (Microsoft Portugal); Advanced IT Pro Course for Microsoft Office SharePoint Server 2007 and Windows SharePoint Services 3.0, março de 2010 (Galileu); Core Foundations on Microsoft .Net Development, dezembro de 2008 (Galileu); Formação na área de Ciências da Computação, Sistemas de Informação e Bases de Dados, setembro de 2008 (Universidade de Staffordshire em Stafford U. K.); Curso de manutenção de bases de dados (Maintaining a Microsoft SQL Server 2005 Database), 2007; CAP Certificado de Aptidão Pedagógica, 2007; Curso de formação pedagógica para formadores, 2006 (PSIQuatro).

206863425

Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas

Aviso n.º 4673/2013

Procedimento concursal para frequência do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP-14.ª edição 2013/2014)

1 — Abertura do procedimento

1.1 — Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), na redação dada pelo artigo 18.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e artigo 5.º da Portaria n.º 213/2009, de 24 de fevereiro, torna-se público que, por meu despacho de 27 de março de 2013, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal para a frequência da 14.ª edição do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP).

1.2 — O recrutamento para a frequência do curso do CEAGP observa o previsto no artigo 4.º da Portaria n.º 213/2009, de 24 de fevereiro e no artigo 51.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

1.3 — Pelo Despacho n.º 372/2013/SEAP de 17 de fevereiro, do Secretário de Estado da Administração Pública, foi autorizada a fixação de 80 vagas, como contingente de colocação para a 14.ª Edição do curso do CEAGP 2013/2014.

1.4 — A quota a preencher por pessoas com deficiência é de 4 vagas, correspondendo a 5 % do total do número de vagas (80), nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro.

2 — Requisitos de admissão

2.1 — Nível habilitacional: licenciatura ou grau académico superior.

2.2 — Possuir os requisitos enunciados no artigo 8.º da LVCR.

2.3 — É admissível a candidatura de indivíduos sem relação jurídica de emprego público previamente constituída nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da LVCR.

3 — Órgãos e serviços necessários, número de postos de trabalho comprometidos em cada um deles, locais de trabalho e relação jurídica a constituir

3.1 — A relação dos postos de trabalho dos órgãos/serviços nos quais serão colocados os diplomados pelo CEAGP consta do n.º 11 deste aviso.

3.2 — A integração na carreira geral de técnico superior, efetua-se nos termos do n.º 6 do artigo 56.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril.

3.3 — A modalidade de relação jurídica para os diplomados pelo CEAGP constitui-se através de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, desde que obtida valoração final não inferior a 12 valores e atentas as regras de distribuição nos serviços fixadas no artigo 18.º da Portaria n.º 213/2009, de 24 de fevereiro.

4 — Formalização da candidatura

4.1 — A formalização da candidatura deverá ser realizada através da página de Internet do INA, na secção respeitante ao CEAGP (<http://www.ina.pt/ceagp>), nos termos e no prazo estipulado neste aviso de abertura, sendo acompanhada da submissão eletrónica da seguinte documentação:

- a) Formulário de candidatura disponível para preenchimento eletrónico, por download na página do INA e, depois de preenchido, upload, na mesma página;
- b) Cópia digitalizada do certificado de habilitações literárias, legível;
- c) Currículo profissional com fotografia;
- d) Os candidatos já detentores de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, determinado ou determinável devem entregar uma declaração comprovativa do mesmo, emitida pela entidade empregadora pública competente;
- e) Comprovativo do pagamento, dos emolumentos relativos aos encargos de seleção;
- f) Comprovativo do grau de incapacidade (se aplicável).

4.2 — É dispensada a apresentação imediata do documento referido na alínea f) do ponto anterior, devendo o mesmo ser submetido através de e-mail, enviado para bep.helpdesk@ina.pt no prazo que vier a ser solicitado.

5 — Montante, forma e local de pagamento dos encargos de seleção

5.1 — De acordo com o Despacho da Diretora-Geral do INA, de 27 de março de 2013, é de €100,00 (cem euros) o montante dos emolumentos a que alude o artigo 8.º da Portaria n.º 213/2009, de 24 de fevereiro, a pagar em numerário, por transferência bancária ou mediante cheque dirigido à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA).

5.2 — O pagamento, em cheque ou numerário, deve ser feito nas instalações do INA, entre as 9h30-12h30 e as 14h30-16h30, nos seguintes locais:

Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA)
Rua Filipe Folque, 44
1069-123 Lisboa ou
Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA)
Alameda Hermano Patrone
1495-064 Algés Portugal

5.3 — Pode ainda ser feita transferência bancária para o NIB: 0781.01120000000680623 — IGCP, devendo ser identificado o nome, se possível, no descritivo da transferência.

5.4 — Em qualquer dos casos é obrigatoriamente feita a submissão do comprovativo de pagamento, digitalizado, através de campo disponibilizado no formulário de candidatura no sítio eletrónico do INA.

6 — Métodos de seleção

6.1 — Os métodos de seleção a utilizar, de acordo com o fixado nos artigos 9.º e 10.º da citada Portaria n.º 213/2009, de 24 de fevereiro, são a Prova de Conhecimentos (PC), escrita e sem consulta, e a Entrevista Profissional de Seleção (EPS), ambos com carácter eliminatório.

6.2 — A valoração dos métodos anteriormente referidos será obtida numa escala de 0 a 20 valores, de acordo com a especificidade de cada método.

6.3 — A ponderação para a valoração final é de 60 % para PC e de 40 % para EPS, de acordo com o fixado no artigo 9.º da mesma Portaria n.º 213/2009, de 24 de fevereiro.

6.4 — São excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 12 valores, na prova escrita de conhecimentos, não lhe sendo aplicado o método seguinte.

6.5 — Utilização faseada dos métodos: dada a urgência do procedimento, os métodos de seleção poderão ser aplicados de forma faseada, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

6.6 — Os temas da prova escrita de conhecimentos, conforme o Anexo I da mesma Portaria n.º 213/2009, de 24 de fevereiro, são os seguintes:

- a) Organização do Estado e da Administração Pública;
- b) Regime legal da gestão de recursos humanos;
- c) Regime legal da contratação pública;
- d) Contabilidade pública;
- e) União Europeia;

- f) Cooperação e relações internacionais;
- g) Estatística;
- h) Língua inglesa.

6.7 — A Prova Escrita de Conhecimentos, sem consulta, é constituída por 80 perguntas, 10 perguntas sobre cada tema, de resposta obrigatória e múltipla, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 213/2009.

6.8 — Na realização da prova escrita de conhecimentos será garantido o anonimato para efeitos de correção, nos termos do n.º 5 do artigo 10.º da Portaria n.º 213/2009, de 24 de fevereiro.

6.9 — A prova escrita de conhecimentos será realizada, previsivelmente, no dia 31 de maio de 2013, pelas 14 horas e 30 minutos, em instalações a designar. Os candidatos admitidos serão convocados nos termos do artigo 30.º n.º 3 da Portaria n.º 83-A/2009.

6.10 — A duração da Prova Escrita de Conhecimentos é de cento e cinquenta minutos, podendo ser alargada até duzentos e dez minutos para os candidatos com deficiência que solicitaram condições especiais para a sua realização.

6.11 — A bibliografia recomendada para a prova escrita de conhecimentos consta do ponto 9 do presente Aviso.

6.12 — A Entrevista Profissional de Seleção (EPS) será realizada por técnicos do INA, enquanto Entidade Especializada Pública, nos termos do n.º 3 do artigo 13 da Portaria n.º 83-A/2009 e do Despacho n.º 16107/2012 do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 245 de 19 de dezembro de 2012.

6.13 — Em caso de empate, entre candidatos, aquando da ordenação final, devem ser aplicados os critérios de desempate previstos no n.º 2 do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009. Subsistindo o empate deve atender-se aos seguintes critérios, de forma subsequente e decrescente:

- a) Grau académico;
- b) Média final do grau académico.

7 — Publicitação dos resultados dos métodos de seleção

7.1 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, disponibilizada em www.ina.pt e afixada na sede do INA (Rua Filipe Folque n.º 44 — Lisboa).

7.2 — Serão notificados, por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro:

- a) Para a realização da Entrevista Profissional de Seleção, os candidatos aprovados na Prova Escrita de Conhecimentos;
- b) Para a realização da audiência dos interessados, os candidatos excluídos na Prova Escrita de Conhecimentos.

7.3 — As atas do júri, das quais constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada método de seleção a utilizar e ou a grelha classificativa, poderão ser solicitadas, pelos candidatos, através do seguinte endereço de e-mail: bep.helpdesk@ina.pt.

7.4 — Após homologação da Diretora-Geral do INA a lista unitária de ordenação final dos candidatos será afixada em local visível e público na sede do INA, disponibilizada na sua página eletrónica, sendo ainda publicada por aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

8 — Admissão à frequência do CEAGP

8.1 — A admissão à frequência do CEAGP observa o referido nos pontos 1.3 e 1.4 do presente aviso e obedece às regras contidas no artigo 51.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. Os candidatos admitidos são notificados nos termos do n.º 3 do mesmo artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009 para efetuar a inscrição no CEAGP no prazo de 10 dias úteis.

8.2 — O valor da propina será divulgado através do sítio institucional na internet do INA.

9 — Bibliografia recomendada:

Organização do Estado e da Administração Pública

AMARAL, D. F. (2012). *Curso de Direito Administrativo*. Vol. 1. 3.ª edição, 7.ª reimpressão. Almedina. [Parte I, cap. I].

Constituição da República Portuguesa (2000). Comentada por Marcelo Rebelo de Sousa e José de Melo Alexandrino. LEX. [Parte III (arts. 108 a 276) e Parte IV (arts. 277 a 283)].

DIAS, José Eduardo Figueiredo e OLIVEIRA, Fernanda Paula (2013). *Noções fundamentais de Direito Administrativo*. 3.ª edição. Almedina. [Parte I].

MADUREIRA, César e ASENSIO, Maria (orgs.) (2013). *Handbook de Administração Pública*. INA Editora. [Caps. 7, 9 e 10].

Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro (estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa do Estado),

com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 57/2011, de 18 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 116/2011, de 5 de dezembro e pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Lei n.º 27/2004, de 15 de janeiro (aprova a lei quadro dos institutos públicos), alterada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 57/2011, de 18 de novembro e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro.

Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro (estabelece o regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas), alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

Lei n.º 27/96, de 1 de agosto (estabelece o regime jurídico da tutela administrativa a que ficam sujeitas as autarquias locais e entidades equiparadas, bem como o respetivo regime sancionatório).

Lei n.º 24/2012, de 9 de julho (aprova a lei quadro das Fundações e altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966).

Regime legal de Gestão de Recursos Humanos

MOURA, Paulo Veiga (2011). *Estatuto disciplinar dos trabalhadores da Administração Pública: anotado*. 2.ª edição. Coimbra Editora.

PIRES, Miguel Lucas (2013). *Os regimes de vinculação e a extinção das relações jurídicas de emprego público*. Almedina.

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (aprova os novos regimes de vinculações, carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas), retificada pela Declaração de retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 34/2010, de 2 de setembro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro (aprova o estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas).

Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro (aprova o regime do contrato de trabalho em funções públicas), alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro.

Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro (regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro), alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

Regime legal de Contratação Pública

OLIVEIRA, Mário Esteves de e OLIVEIRA, Rodrigo Esteves de (2011). *Concursos e outros procedimentos de contratação pública*. Almedina ou em alternativa, TAVARES, Gonçalo Guerra e, DENTE, Nuno Monteiro (2009). *Código dos Contratos Públicos*. Vol. I — Regime da Contratação Pública. Almedina. Coimbra, ou em alternativa, FERREIRA, Isabel Soares, CUNHA, Sandra (2010). *Manual Prático da Contratação Pública*. Editora: Áreas, Tema: Direito Administrativo.

SILVA, Jorge Andrade da (2010). *Código dos contratos públicos: anotado e comentado*. 3.ª edição. Almedina.

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (aprova o novo Código dos Contratos Públicos), alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho.

Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 28 de março (retifica o Código dos Contratos Públicos).

Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho (estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e receção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos).

Contabilidade pública

PINTO, A. Calado e SANTOS, Paula Gomes dos (2005). *Gestão orçamental pública*. Publisher Team.

OECD (2008). *OECD review of budgeting in Portugal*. Vol. 2008, issue 3. OECD. [Acessível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/59/19/42007276.pdf>].

OCDE (2008). *Avaliação do processo orçamental em Portugal: relatório da OCDE*. Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças e da Administração Pública. [Acessível em: www.oecd.org/dataoecd/59/35/42007650.pdf].

Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro (regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas e estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a administração central).

Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro (POCP — Plano Oficial de Contabilidade Pública).

Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho (estabelece o regime da administração financeira do Estado), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 10-B/96, de 23 de março, pelo Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março.

Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto (Lei de enquadramento orçamental) com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de agosto, pela Lei n.º 23/2003, de 2 de julho e alterada e republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de agosto, pela Lei n.º 22/2011, de 20 de maio e pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro.

Lei n.º 64-C/2011, de 30 de dezembro (aprova a estratégia e os procedimentos a adoptar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respectiva implementação até 2015).

Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 20/2012, de 14 de maio, n.º 64/2012, de 20 de dezembro, e n.º 6-B/2012, de 31 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e à operacionalização da prestação de informação nela prevista) com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, e n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

União Europeia

FERREIRA, Eduardo Paz (coord.) (2011). *25 anos na União Europeia*. Almedina. (Pp. 11 a 215 e 359 a 399).

RODRIGUES, E. R. Lopes (2010). *Instituições e políticas de regulação: incluindo o quadro institucional do Tratado de Lisboa*. ISCSP. (Pp. 27 a 75 e 83 a 280).

RODRIGUES, E. R. Lopes (2002). *A difícil tranquilidade do euro: a porta estreita da relevância*. Vida Económica. (Pp. 27 a 107 e 219 a 256).

Comissão Europeia (2013). *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia de 2012*. [Acessível em: http://europa.eu/general-report/pdf/rg2012_pt.pdf].

Cooperação e Relações Internacionais

AFONSO, M. e FERNANDES, A. P. (2005). *Introdução à cooperação para o desenvolvimento*. Fórum DC, Instituto Marquês de Valle Flor e OIKOS.

RODRIGUES, Luís Carvalho; MARTINS, J. França e FERNANDES, Tiago de Matos (orgs.) (2011). *Manual de Cooperação para o Desenvolvimento*. INA Editora. (Pp. 69 a 119).

CRAVINHO, J. G. (2002). *Visões do Mundo: as relações internacionais e o mundo contemporâneo*. Imprensa de Ciências Sociais. (Pp. 15-27 e Caps. 3-7, pp. 87-230).

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2011). *Cooperação portuguesa: uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento: 1996-2010*. IPAD. (Pp. 57-236). [Acessível em: http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/Edicoes-Proprias/Estudos/Documents/relat_IPAD_total.pdf].

HILL, C. (2003). *The changing politics of foreign policy*. Palgrave MacMillan. (Caps. 3, pp. 51-71 e 8-9, pp. 187-249).

Plataforma Portuguesa das ONGD (2011). *A eficácia da ajuda e do desenvolvimento*. Plataforma Portuguesa das ONGD. (Pp. 3-49). [Acessível em: <http://plataformaongd.pt/conteudos/documentacao/documentos/centrodocumentacao/491/Publica%C3%A7%C3%B5es%20Plataforma/Efic%C3%A1cia%20da%20Ajuda%20e%20do%20Desenvolvimento%20-%20Livro.pdf>].

Estatística

REIS, E. (2008). *Estatística descritiva*. Sílabo. 7.ª edição. [Caps. 1, 2, 3 (excepto ponto 4.3), Cap. 4 (exceto pontos 2.3 e 2.4) e Cap. 5 (somente pontos 1.1, 1.2 e 1.4)].

10 — Júri do concurso:

Presidente:

Professor Doutor José Manuel Zorro Mendes

Vogais efetivos:

Dr. Fernando Vaz de Medeiros, que substitui o presidente, nas suas faltas e impedimentos

Dr. David Alexandre Correia Ferraz

Vogais suplentes:

Dra. Maria do Céu Gomes de Freitas

Dra. Ruth Maria Sousa Osório

Questões relacionadas com este procedimento devem ser encaminhadas por e-mail para:

bep.helpdesk@ina.pt

No assunto do e-mail deve escrever: CEAGP.

11 — Relação dos postos de trabalho:

11.1 — A relação dos postos de trabalho, com a designação e caracterização facultada pelos órgãos/serviços, nos quais serão colocados os diplomados pelo CEAGP, decorreu de diagnóstico previamente realizado.

11.2 — Os postos de trabalho a ocupar são os seguintes:

Ministério-Organismo	Distrito	Designação do posto de trabalho	Caracterização do posto de trabalho (A caracterização dos postos de trabalho é da responsabilidade dos organismos e serviços que reportaram a necessidade)
MAMAOT — Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	Castelo Branco	Técnico superior — área financeira	<ul style="list-style-type: none"> Preparar as propostas de orçamento e elaborar a conta de gerência anual; Assegurar a gestão e controlo orçamental, bem como a avaliação da afetação dos recursos financeiros; Assegurar a elaboração e instrução de procedimentos inerentes à contratação pública
	Castelo Branco	Técnico superior — área financeira	<ul style="list-style-type: none"> Preparar as propostas de orçamento e elaborar a conta de gerência anual; Assegurar a gestão e controlo orçamental, bem como a avaliação da afetação dos recursos financeiros; Assegurar a elaboração e instrução de procedimentos inerentes à contratação pública
MEE — Direção Regional da Economia do Centro	Coimbra	Técnico superior — área de licenciamento industrial	<ul style="list-style-type: none"> Licenciamento da instalação/alteração de estabelecimentos industriais, Licenciamento de infraestruturas industriais, Colaborar com a DGAE, na elaboração de legislação e regulamentação técnica no domínio da administração industrial, Colaborar com a ASAE, na função de fiscalização da legislação em vigor no domínio do licenciamento dos estabelecimentos industriais
	Coimbra	Técnico superior — área da qualificação	<p>Qualificação de Entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reparadoras e Instaladoras de Instrumentos de Medição de tacógrafos, limitadores de velocidade, taxímetros, conjuntos de medição de abastecimento de combustíveis e outros, fazendo a Abertura e Instrução de Processos, realização de Auditorias de Concessão e de Acompanhamento, com vista à Qualificação e acompanhamento da atividade, com emissão dos respetivos relatórios e guias de pagamento. Organismos de Verificação Metrológica, de Serviços Concelhios e Municipal de Metrologia e de outras entidades verificadoras, fazendo a Abertura e Instrução de Processos, realização de Auditorias de Concessão e de Acompanhamento, com vista a sua Qualificação, coordenação técnica e acompanhamento regular das suas atividades, com emissão dos respetivos relatórios e guias de pagamento. De comercialização de cimento importado, autorizando a respetiva comercialização e procedendo às correspondentes colheitas de amostras. Emissão de relatórios e guias de pagamento. Realização de ações de formação específica dirigida aos técnicos de metrologia.
	Coimbra	Técnico superior — área da metrologia	Prestação de Serviços de Calibração de Instrumentos de Medição, no âmbito: da massa e instrumentos de pesagem, do volume, da pressão, do comprimento e da frequência.
MEC — Colégio das Artes da Universidade de Coimbra	Coimbra	Técnico Superior — área de apoio à gestão	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar a atividade do Serviço de Apoio à Gestão, garantindo a resposta funcional da unidade orgânica às diversas solicitações da restante estrutura da UC. Garantir o bom funcionamento dos serviços, logísticos, académicos, administrativos e acervo bibliográfico. Garantir o bom funcionamento das estruturas de extensão universitária.
MS — Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.	Coimbra	Técnico superior — área de planeamento (planeamento de investimentos e planeamento de gestão).	Elaboração de estudos, informações e outros instrumentos de apoio à decisão, participação em projetos e equipas de trabalho sobre matérias das vertentes identificadas.
	Coimbra	Técnico superior — área de gestão de projetos	Gestão de projetos e elaboração de candidaturas a fundos europeus, sua negociação e acompanhamento.
Total de Postos de Trabalho Zona Centro			8

Ministério-Organismo	Distrito	Designação do posto de trabalho	Caracterização do posto de trabalho (A caracterização dos postos de trabalho é da responsabilidade dos organismos e serviços que reportaram a necessidade)
MAMAOT — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	Évora	Técnico Superior — área de recursos financeiros e patrimoniais	<ul style="list-style-type: none"> – Proceder à elaboração do orçamento e outros documentos previsionais de carácter financeiro, efetuar o controlo e acompanhamento da execução orçamental; – Organizar a conta de gerência e outros documentos e relatórios de prestação de contas; – Acompanhar a execução financeira dos vários programas e projetos, com ou sem componente comunitária; – Promover os processos de aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento dos serviços.
MAMAOT — Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo	Évora	Técnico Superior — área de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> – Analisar e efetuar estudos necessários à correta afetação e gestão de RH. – Elaborar o Balanço Social. – Organizar procedimentos concursais. – Elaborar o Plano Anual de Formação e o Relatório Anual de Formação.
	Évora	Técnico Superior — Área de Gestão e Controlo Orçamental e Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> – Gestão e controlo orçamental e avaliação da afetação dos recursos financeiros às diferentes atividades. – Preparação da proposta de orçamento de funcionamento. – Assegurar o controlo financeiro de projetos cofinanciados. – Elaboração da Conta Anual de Gerência.
MS — Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.	Évora	Técnico superior — área Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> – Prestar apoio jurídico aos órgãos de gestão dos serviços do Serviço Nacional de Saúde; – Elaborar estudos, pareceres e informações de natureza jurídica nomeadamente nas diferentes áreas funcionais dos serviços do Serviço Nacional de Saúde; – Assegurar e concorrer para o aperfeiçoamento técnico-jurídico dos atos administrativos; – Dinamizar o conhecimento de normas e regulamentos, bem como proceder ao tratamento da legislação e jurisprudência de interesse para a Instituição; – Instruir e colaborar na instrução de processos administrativos; – Colaborar na elaboração de regulamentos e outras normas internas relacionadas com a atividade dos serviços do Serviço Nacional de Saúde; – Patrocinar o Instituto Público nos processos de contencioso administrativo.
MEE — Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.	Faro	Técnico Superior — área de Veículos e Condutores	<p>Homologação Individual de veículos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Efetuar a análise documental dos pedidos para verificação do cumprimento da regulamentação em vigor; – Proceder à execução da inspeção técnica para confirmação das características dos veículos. <p>Atribuição e cancelamento da matrícula de veículos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Proceder à análise documental dos pedidos para verificação do cumprimento da legislação em vigor; – Proceder à execução da inspeção técnica para confirmação das características do veículo no âmbito do processo de atribuição de matrícula. – Aprovação de alterações de características em veículos; – Proceder à avaliação da viabilidade técnica dos pedidos de alteração de veículos, tendo em vista a aprovação de projeto de alteração ou a sua dispensa; – Proceder à execução da inspeção técnica para verificação da conformidade dos veículos após alteração, com projeto ou procedimento aprovado. <p>Realização de inspeção de veículos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Proceder à convocação e inspeção de veículos em relação aos quais existam fundadas dúvidas quanto às suas condições de segurança, comportamento ambiental ou identificação; – Proceder à inspeção de veículos a pedido de entidades judiciais ou policiais; – Elaborar os relatórios de inspeção e emitir pareceres técnicos relativos à conformidade dos veículos com a regulamentação em vigor.
	Faro	Técnico Superior — área de Veículos e Condutores	Processamento de contraordenações
Total de Postos de Trabalho Zona Sul			6

Ministério-Organismo	Distrito	Designação do posto de trabalho	Caracterização do posto de trabalho (A caracterização dos postos de trabalho é da responsabilidade dos organismos e serviços que reportaram a necessidade)
MAI — Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Lisboa	Técnico superior — área Jurista	Emissão de pareceres
MAMAOT — Entidade Reguladora Dos Serviços De Águas E Resíduos	Lisboa	Técnico Superior — área das Engenharias	– Apoio técnico às atividades das entidades gestoras dos sistemas de gestão de resíduos urbanos e acompanhamento e tratamento estatístico de dados do processo de avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores dos serviços de gestão de RU
	Lisboa	Técnico superior — área de engenharia águas.	– Participação no processo de “Avaliação da Qualidade do Serviço Prestado aos Utilizadores” – Análise de projetos de engenharia – Análise de peças de procedimentos de contratação pública para a atribuição de contratos relativos à gestão de serviços de águas – Análise de contratos públicos relativos à gestão de serviços de águas e de questões diversas relativas à sua execução – Análise de orçamentos e projetos tarifários – Análise de propostas de regulamentos de serviços de águas – Participação em auditorias às entidades gestoras – Análise de reclamações dos utilizadores de serviços de águas – Participação em estudos e projetos sobre o sector com vista à elaboração de guias técnicos, recomendações e outros instrumentos de apoio às entidades gestoras e agentes do sector – Resposta a pedidos de informação diversos sobre os serviços de águas – Participação na elaboração de projetos de diplomas legais e regulamentares – Análise estatística de dados relativos ao sector
MAMAOT — Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.	Lisboa	Técnico Superior — área Jurídica	Efetuar análises jurídicas
	Lisboa	Técnico Superior — área informática	Gestão informática
	Lisboa	Técnicos Superiores — área informática	Gestão informática
MDN — Direção Geral de Política de Defesa Nacional	Lisboa	Técnico Superior — área de Gestão	– Planeamento e Gestão Orçamental; – Planeamento e Gestão Estratégica; – Balanced Score Card; – Tratamento Dados Estatísticos (SPSS).
MDN — Direção-geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa	Lisboa	Técnico superior — área de planeamento e gestão financeira	– Efetuar o planeamento das Leis de Programação (Militar e Infraestruturas Militares) e do orçamento da DG nas várias fontes de financiamento — despesa, receitas próprias e investimento — e controlar a respetiva execução, elaborando relatórios e pontos de situação. – Executar atividades no âmbito do Gabinete de Apoio à Gestão de projetos (GAGP).
MEE — Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa	Lisboa	Técnico Superior — área do Planeamento, Coordenação e Inovação	– Apoiar tecnicamente o desenvolvimento de projetos na área dos transportes, designadamente financiamento, ordenamento, coordenação modal e intermodal; – Acompanhamento de Planos de Ordenação do Território; – Manutenção e atualização dos sistemas de informação tarifária e de mobilidade.
	Lisboa	Técnico Superior — área do Planeamento, Coordenação e Inovação	– Apoiar tecnicamente o desenvolvimento de projetos na área dos transportes, designadamente financiamento, ordenamento, coordenação modal e intermodal; – Acompanhamento de Planos de Ordenação do Território; – Manutenção e atualização dos sistemas de informação tarifária e de mobilidade.

Ministério-Organismo	Distrito	Designação do posto de trabalho	Caracterização do posto de trabalho (A caracterização dos postos de trabalho é da responsabilidade dos organismos e serviços que reportaram a necessidade)
MEE — Direção Geral das Atividades Económicas	Lisboa	Técnico superior — área coordenação de assuntos europeus e internacionais	<ul style="list-style-type: none"> – Acompanhamento de negociações comunitárias nas áreas de competência do MEE; – Elaboração de posições consolidadas do MEE para as negociações em Bruxelas; – Participação em reuniões de coordenação intra e interministeriais; – Preparação de notas de apoio para a participação do MEE nos conselhos de ministros da UE; – Acompanhamento de processos de transposição de diretivas para o ordenamento jurídico interno e de processos de pré-contencioso e contencioso comunitário — Conhecimento do funcionamento da União Europeia, em particular das Instituições Europeias (Conselho da UE, Comissão e Parlamento Europeu), políticas e atividades e Organizações internacionais (OCDE, ONU...); – Conhecimento de línguas, em especial domínio escrito e falado da língua inglesa
	Lisboa	Técnico superior — área regulamentação e acompanhamento da indústria	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar o conhecimento da indústria nos sectores afetos à Divisão e respetivas tendências de desenvolvimento, acompanhando as políticas que a enformam. – Propor posição nacional sobre dossiês com relevância para a indústria nos sectores afetos à Divisão, a assumir nas instâncias da UE e internacionais. – Intervir no âmbito do regime jurídico do licenciamento da atividade industrial e acompanhar as ações de coordenação do procedimento relativo à instalação e exploração das zonas empresariais responsáveis (ZER).
	Lisboa	Técnico superior, área das indústrias com potencial de inovação	<ul style="list-style-type: none"> – Contribuir para a conceção e execução das políticas dos sectores industriais afetos à Divisão, nomeadamente o químico e o farmacêutico, propondo linhas de orientação e de enquadramento, acompanhando a aplicação de medidas delas decorrentes e formulando propostas visando a sua eficácia; – Assegurar o conhecimento da indústria, nomeadamente dos sectores industriais afetos à Divisão, e respetivas tendências de desenvolvimento, acompanhando as demais políticas que a enformam; – Elaborar propostas de regulamentação relativamente aos produtos, incluindo as adaptações legislativas que se revelem mais apropriadas ao reforço da competitividade dos sectores industriais afetos à Divisão; – Elaborar propostas de posição nacional sobre os dossiês com relevância para a indústria a assumir nas instâncias da União Europeia (UE) e internacionais, participando na elaboração da regulamentação europeia e respetiva execução, e assegurando a representação nas instâncias de diálogo e negociação; – Colaborar na implementação da regulamentação nacional e europeia aplicável aos sectores industriais afetos à Divisão, designadamente o regulamento REACH, o regulamento CLP, a diretiva relativa à Classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas e a legislação relativa aos Precursores de droga; – Assegurar a prestação de informação aos agentes económicos, designadamente no âmbito das regras técnicas nacionais e da regulamentação da UE aplicável aos sectores industriais afetos à Divisão; – Apoiar o funcionamento do portal específico e o serviço de assistência previsto no regulamento relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição de produtos químicos (REACH), no regulamento relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias químicas e misturas (CLP).
	Lisboa	Técnico superior — área da regulamentação do setor do comércio	<ul style="list-style-type: none"> – Realizar estudos de natureza jurídica necessários para a definição e concretização de iniciativas legislativas para o sector do comércio e distribuição; – Conceder apoio técnico às propostas legislativas a apresentar pelo serviço; – Elaborar pareceres/informações sobre a interpretação e aplicação da legislação regulamentadora do sector; – Recolha, tratamento e difusão de legislação, jurisprudência, doutrina e outra informação necessária às empresas e ao serviço.

Ministério-Organismo	Distrito	Designação do posto de trabalho	Caracterização do posto de trabalho (A caracterização dos postos de trabalho é da responsabilidade dos organismos e serviços que reportaram a necessidade)
	Lisboa	Técnico superior — área coordenação de assuntos europeus e internacionais	<ul style="list-style-type: none"> – Acompanhamento de negociações comunitárias nas áreas de competência do MEE; – Elaboração de posições consolidadas do MEE para as negociações em Bruxelas; – Participação em reuniões de coordenação intra e interministeriais; – Preparação de notas de apoio para a participação do MEE nos conselhos de ministros da UE; – Acompanhamento de processos de transposição de diretivas para o ordenamento jurídico interno e de processos de pré-contencioso e contencioso comunitário – Conhecimento do funcionamento da União Europeia, em particular das Instituições Europeias (Conselho da UE, Comissão e Parlamento Europeu), políticas e atividades e Organizações internacionais (OCDE, ONU...), – Conhecimento de línguas, em especial domínio escrito e falado da língua inglesa
MEE — Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo	Lisboa	Técnico Superior — área de Serviços da Indústria e Recursos Geológicos	Licenciamento de recursos geológicos
	Lisboa	Técnico Superior — área de Serviços da Qualidade	Licenciamento de recipientes sob pressão
	Lisboa	Técnico Superior da área de Serviços da Qualidade	Licenciamento de recipientes sob pressão
MEE — Direção-Geral de Energia e Geologia	Lisboa	Técnico Superior — área de Energia	<ul style="list-style-type: none"> – Licenciamento de instalações elétricas e ligações à rede, de instalações petrolíferas e infra-estruturas de gás natural e GPL; – Inovação e acompanhamento técnico na área das energias renováveis; – Regulamentação e fiscalização na área dos combustíveis; – Participação comunitária e internacional em matérias da política energética
	Lisboa	Técnico Superior — área de Energia	<ul style="list-style-type: none"> – Licenciamento de instalações elétricas e ligações à rede, de instalações petrolíferas e infra-estruturas de gás natural e GPL; – Inovação e acompanhamento técnico na área das energias renováveis; – Regulamentação e fiscalização na área dos combustíveis; – Participação comunitária e internacional em matérias da política energética
	Lisboa	Técnico Superior de — área da Eficiência Energética	<ul style="list-style-type: none"> – Inovação e acompanhamento técnico na área das energias renováveis; – Regulamentação e fiscalização na área dos biocombustíveis
	Lisboa	Técnico Superior — área dos Recursos Geológicos	<ul style="list-style-type: none"> – Acompanhamento e fiscalização de contratos de prospeção e pesquisa mineira; – Apreciação e proposta para aprovação dos programas de trabalho, relatórios técnicos, trabalhos de prospeção e pesquisa em áreas concedidas
	Lisboa	Técnico superior — área análise económica	Elaborar documentos técnicos para apoio à tomada de decisão
MEE — Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.	Lisboa	Técnico Superior — área de apoio ao utilizador	<ul style="list-style-type: none"> – Realizar o diagnóstico de necessidades de intervenção no âmbito da prestação de apoio a utilizadores internos e parceiros do IMTT em dificuldades surgidas no contexto de uso de aplicações informáticas, quer provenientes de dificuldades aplicacionais, quer de regras de negócio. – Desenvolver uma proposta de modelo de atendimento na área de apoio ao utilizador – Preparar respostas a utilizadores externos relativas a dúvidas ou questões relacionadas com pedidos do âmbito das competências do IMT
	Lisboa	Técnico Superior — área de apoio ao utilizador	<ul style="list-style-type: none"> – Realizar o diagnóstico de necessidades de intervenção no âmbito da prestação de apoio a utilizadores internos e parceiros do IMTT em dificuldades surgidas no contexto de uso de aplicações informáticas, quer provenientes de dificuldades aplicacionais, quer de regras de negócio. – Desenvolver uma proposta de modelo de atendimento na área de apoio ao utilizador – Preparar respostas a utilizadores externos relativas a dúvidas ou questões relacionadas com pedidos do âmbito das competências do IMT

Ministério-Organismo	Distrito	Designação do posto de trabalho	Caracterização do posto de trabalho (A caracterização dos postos de trabalho é da responsabilidade dos organismos e serviços que reportaram a necessidade)
MEE — Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P.	Lisboa	Técnico Superior — área de Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> – Realização de auditorias em operações no âmbito do FEDER e Fundo de Coesão do QREN. – Emissão de pareceres. – Desempenho de funções em áreas como fiscalidade, contabilidade, contratação pública e mercados públicos.
MEE — Instituto Nacional de Aviação Civil	Lisboa	Técnico Superior — área de Desenvolvimento Estratégico, Sistemas de Informação e Comunicações (GSIC)	<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolver e modificar programas tendo em consideração a análise e desenho definidos, utilizando workflows e diagramas, de acordo com as condições requeridas pelos utilizadores ou pelo analista de sistemas; – Participar na fase de teste dos programas, verificando se estes correspondem aos fins pré estabelecidos ou se requerem modificação; – Dar assistência à equipa técnica e aos utilizadores na resolução de problemas técnicos; – Elaborar o manual de exploração/utilização do programa para uma correta utilização pelos utilizadores; – Elaborar, em conjunto com o analista, o plano/mapa de requisitos do sistema (funcionais e não funcionais); – Executar ou supervisionar a manutenção dos programas existentes para incrementar a eficácia operacional ou adaptá-los a novos requisitos;
	Lisboa	Técnico Superior — área Recursos Humanos (DRH)	<ul style="list-style-type: none"> – Elaborar pareceres jurídicos especializados em matéria de emprego público; – Estudo e emissão de pareceres sobre questões relacionadas com a área dos recursos humanos na administração pública.
	Lisboa	Técnico Superior — área de Segurança Operacional	<ul style="list-style-type: none"> – Proceder a avaliações de aeronavegabilidade com vista à emissão de certificados de navegabilidade de aeronaves. – Proceder à análise de processos com vista à emissão de certificados de ruído, licenças de voo, licenças de radio de aeronaves. – Efetuar inspeções a aeronaves. – Preparar, realizar, participar e coordenar auditorias e inspeções no âmbito das atribuições inerentes às atividades de certificação da unidade orgânica para inspeção do cumprimento das normas nacionais e internacionais referentes à manutenção, produção e gestão da continuidade de aeronavegabilidade de aeronaves civis – Analisar, rever e emitir pareceres para a aprovação de Programas de Manutenção e de fiabilidade de aeronaves; – Analisar, rever e emitir pareceres para a aprovação de Listas de Equipamento Mínimo (MEL) – Analisar, rever e emitir pareceres para a aprovação de contratos de manutenção Analisar, rever e emitir pareceres para a aprovação de contratos de subcontratação de tarefas de gestão da continuidade de aeronavegabilidade. – Analisar e emitir pareceres para a aprovação de pessoal dirigente das organizações de manutenção, produção e gestão da continuidade de aeronavegabilidade – Acompanhar as inspeções das entidades internacionais – Participar na elaboração de procedimentos internos da unidade orgânica.
MEC — Academia das Ciências de Lisboa	Lisboa	Técnico Superior — área de Biblioteca e Arquivo e GRH	<ul style="list-style-type: none"> – Tratamento documental espécies bibliográficas impressas nomeadamente Livro Antigo; – Resposta a pedidos de informação e elaboração de pesquisas bibliográficas; – Desenvolver o Relatório de atividades e Plano de Atividades da Instituição em colaboração direta com a direção; – Em colaboração com a direção da instituição elaborar o QUAR (SIADAP 1); – Preenchimento da plataforma SIOE; – Efetuar a gestão do sistema de avaliação de desempenho (SIADAP 3); – Registo e gestão da assiduidade; – Apoio aos procedimentos concursais; – Gestão da correspondência recebida quer em suporte papel como em suporte eletrónico (registo, encaminhamento e manutenção do Arquivo Digital); – Gestão das vendas de obras publicadas pela instituição — através da satisfação dos pedidos de venda de publicações da ACL, com pesquisa, idas ao Armazém para as localizar, embalagem e envio das mesmas para os respetivos destinatários; – Execução de orçamentos e satisfação de pedidos de reprodução de documentos.

Ministério-Organismo	Distrito	Designação do posto de trabalho	Caracterização do posto de trabalho (A caracterização dos postos de trabalho é da responsabilidade dos organismos e serviços que reportaram a necessidade)
MEC — Direção Geral da Administração Escolar	Lisboa	Técnico Superior — área de recrutamento e mobilidade de pessoal docente do ensino básico e secundário	<ul style="list-style-type: none"> – Realizar e executar o processo de recrutamento e seleção do pessoal docente dos estabelecimentos públicos, nos termos do correspondente regime jurídico de recrutamento e seleção do pessoal docente; – Planear, especificar e gerir aplicações informáticas, através de propostas de delineação das árvores e fluxos das etapas concursais previstas, das regras de validação e qualificação das listas, das modalidades aplicativas de frontoffice e de backoffice, e mediante elaboração de respetivos relatórios de testes de consistência e de estabilidade, nos termos do correspondente regime jurídico de recrutamento e seleção do pessoal docente; – Executar o atendimento e consultoria eletrónicos, telefónicos e presenciais ao pessoal docente, estabelecimentos de educação ou de ensino e outros organismos; – Realizar e executar a mobilidade do pessoal docente; – Analisar e propor a homologação e publicação da classificação profissional dos docentes, obtida no âmbito da profissionalização em serviço; – Executar o cumprimento de parcerias de cooperação celebradas com outros organismos públicos para recrutamento, seleção e outras formas de mobilidade do pessoal docente. <p>Atendimento presencial e telefónico.</p>
	Lisboa	Técnico superior — área de gestão de recursos humanos de pessoal docente não docente do ensino básico e secundário	<ul style="list-style-type: none"> – Elaboração de informações técnicas, pareceres e propostas de despacho relativas a matérias de gestão de recursos humanos do pessoal docente e não docente, designadamente licenças, acumulações e certificação do tempo de serviço, aplicação de regimes de trabalho e proteção social, e desenvolvimento de políticas de gestão; – Atendimento presencial e telefónico
MEC — Direção-Geral da Educação	Lisboa	Técnico superior — área de Artes	<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolver estudos, em termos pedagógicos e didáticos, para a educação artística genérica; – Colaborar no desenvolvimento de modelos alternativos de formação estética e artística dos profissionais de educação em contexto de trabalho; – Colaborar na identificação das necessidades de recursos pedagógicos específicos requeridos para uma melhor aprendizagem na área artística da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário.
	Lisboa	Técnico superior — área de Psicologia	Prestar apoio técnico nos projetos de sucesso educativo, prevenção do abandono escolar e orientação escolar e profissional, no âmbito da saúde e da ação social escolar.
	Lisboa	Técnico superior — área de Gestão e Administração	<ul style="list-style-type: none"> – Prestar apoio técnico na elaboração da proposta de orçamento; – Organizar os processos de receita e de despesa, e efetuar o respetivo controlo contabilístico; – Colaborar na execução do orçamento; – Organizar a conta de gerência, a submeter ao Tribunal de Contas; – Desenvolver, no âmbito da contratação pública, os procedimentos necessários à formação de contratos de aquisição de bens e serviços, assegurando a respetiva gestão.
MJ — Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.	Lisboa	Técnico Superior — área de Recursos Humanos	<p>Prestar apoio técnico jurídico, mediante a elaboração de estudos pareceres e projetos em matérias respeitantes ao pessoal do IRN, I. P., designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Assiduidade – Vencimentos – Planeamento, Gestão e Recrutamento – Formação Profissional
	Lisboa	Técnico Superior — área de Recursos Humanos	<p>Prestar apoio técnico jurídico, mediante a elaboração de estudos pareceres e projetos em matérias respeitantes ao pessoal do IRN, I. P., designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Assiduidade – Vencimentos – Planeamento, Gestão e Recrutamento – Formação Profissional
	Lisboa	Técnico Superior — área da Contratação Pública	<p>Prestar apoio técnico jurídico, na área da contratação e gestão de contratos, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Nos procedimentos centralizados de aquisição de bens e serviços; – Nos procedimentos concursais de aquisição de bens e serviços; – Na preparação de candidaturas a financiamentos nacionais ou internacionais; – Na celebração, renovação, denúncia e rescisão de contratos.

Ministério-Organismo	Distrito	Designação do posto de trabalho	Caracterização do posto de trabalho (A caracterização dos postos de trabalho é da responsabilidade dos organismos e serviços que reportaram a necessidade)
MJ — Secretaria-Geral do Ministério da Justiça	Lisboa	Técnico Superior — área jurídica e de contencioso	<ul style="list-style-type: none"> – Emissão de estudos, pareceres e informações; – Elaboração de pareceres sobre projetos legislativos ou regulamentares; – Execução de decisões judiciais; – Preparação da decisão em processos administrativos de 2.º grau; – Elaboração de peças processuais em ações e recursos, assegurar o patrocínio judiciário do Estado nos termos da lei de processo.
	Lisboa	Técnico Superior — área de Recursos Humanos e Jurídica	Elaboração de pareceres e informações técnico-jurídicos na área dos regimes jurídicos de emprego, nomeadamente, regimes laborais e proteção social, regimes de carreiras, remunerações e avaliação.
MS — Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.	Lisboa	Técnico superior — área financeira	<p>Exercer atividades no âmbito da Direção de Gestão de Recursos Financeiros, cujas competências estão previstas na Portaria n.º 162/2012, de 22 de maio, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Elaborar o projeto de orçamento anual, analisar e controlar periodicamente a sua execução geral e por unidades funcionais e propor alterações; – Controlar a execução orçamental da despesa; – Controlar o sistema contabilístico que identifica analiticamente os custos e proveitos associados às unidades funcionais; – Assegurar o registo de todos os factos relevantes em termos orçamentais e contabilísticos, nomeadamente os procedimentos contabilísticos inerentes ao sistema de contabilidade geral e analítica; – Organizar, elaborar e manter atualizados os registos patrimoniais e contabilísticos; – Garantir o cumprimento das obrigações fiscais; – Efetuar a gestão de fundos, proceder à cobrança das receitas e taxas provenientes da sua atividade e ao pagamento das despesas; – Promover a constituição, reconstituição e liquidação de fundos permanentes; – Efetuar a gestão das receitas; – Emitir autorizações de pagamento; – Elaborar a conta de gerência e o relatório de gestão anual; – Elaborar análises económico-financeiras; – Promover a cobrança atempada de receitas e efetuar o seu depósito regular
	Lisboa	Técnico superior — área de instalações e equipamentos	<p>Exercer atividades no âmbito da Direção de Gestão de Recursos Técnicos, cujas competências estão previstas no artigo 14.º da Portaria n.º 162/2012, de 22 de maio, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Assegurar e avaliar as infraestruturas necessárias à instalação de equipamentos em todos os edifícios do INSA, I. P., bem como o seu adequado funcionamento; – Coordenar os procedimentos relativos à manutenção das instalações técnicas especiais, equipamentos, edifícios, parques e jardins do INSA, I. P.; – Acompanhar a fiscalização de obras realizadas no INSA, I. P., por entidades externas; – Apoiar os restantes serviços no lançamento de concursos e apreciação de propostas que tenham por objetivo a realização de obras ou contratos de aquisição, manutenção ou conservação de instalações e equipamentos; – Assegurar a exploração otimizada das instalações técnicas especiais, bem como promover a eficiência energética; – Prestar assessoria técnica em matérias atinentes às instalações e equipamentos tendo presente a promoção do ambiente.
	Lisboa	Técnico superior — área alimentar e nutrição	Exercer atividades nas áreas da segurança alimentar, toxicologia e avaliação do risco, composição de alimentos, alimentação e nutrição, estilos de vida e impacto na saúde, através de investigação e desenvolvimento, vigilância, referência, prestação de serviços diferenciados, formação, informação e consultoria.
MSSS — Instituto da Segurança Social, IP	Lisboa	Técnico Superior — áreas de atividade da Segurança Social	<ul style="list-style-type: none"> – Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. – Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. – Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. – Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

Ministério-Organismo	Distrito	Designação do posto de trabalho	Caracterização do posto de trabalho (A caracterização dos postos de trabalho é da responsabilidade dos organismos e serviços que reportaram a necessidade)
MSSS — Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP	Lisboa	Técnico Superior — área de auditoria a Sistemas de Segurança Social	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver trabalhos de natureza técnica, designadamente auditorias, que permitam ao Gabinete de Auditoria; Assegurar a representação técnica do IGFSS no SCI; Garantir a verificação, acompanhamento, avaliação e informação nos domínios do controlo interno do SSSS, através de estudos, auditorias e outras ações de controlo, exercidas autonomamente ou em parceria com outros Serviços e Organismos no âmbito do SCI; Formular recomendações sobre situações irregulares detetadas e acompanhar a sua implementação
	Lisboa	Técnico Superior — área de auditoria a Sistemas de Segurança Social	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver trabalhos de natureza técnica, designadamente auditorias, que permitam ao Gabinete de Auditoria; Assegurar a representação técnica do IGFSS no SCI; Garantir a verificação, acompanhamento, avaliação e informação nos domínios do controlo interno do SSSS, através de estudos, auditorias e outras ações de controlo, exercidas autonomamente ou em parcerias com outros Serviços e Organismos no âmbito do SCI; Formular recomendações sobre situações irregulares detetadas e acompanhar a sua implementação
	Lisboa	Técnico Superior — área Gestão de Processos	<ul style="list-style-type: none"> Análise e tramitação de processos executivos com vista à arrecadação de cobrança; Análise de propostas e questões de contribuintes; Elaboração de propostas com vista ao aumento da cobrança executiva;
	Lisboa	Técnico Superior — área Gestão de Processos	<ul style="list-style-type: none"> Análise e tramitação de processos executivos com vista à arrecadação de — cobrança; Análise de propostas e questões de contribuintes; Elaboração de propostas com vista ao aumento da cobrança executiva;
MSSS — Instituto de Informática, IP	Lisboa	Técnico Superior — área Programação/análise	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o levantamento e a validação dos requisitos junto dos clientes, documentando e validando processos e regras de negócio; Desenvolver software que satisfaça os requisitos funcionais e não funcionais — definidos, respeitando as normas do II, IP e os padrões de qualidade dentro dos prazos acordados; Gerar código isento de erros previsíveis (face aos requisitos funcionais), acompanhado da documentação e dos testes unitários correspondentes.
	Lisboa	Técnico Superior — área Programação	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver software que satisfaça os requisitos funcionais e não funcionais definidos, respeitando as normas do II, IP e os padrões de qualidade dentro dos prazos acordados; Gerar código isento de erros previsíveis (face aos requisitos funcionais), acompanhado da documentação e dos testes unitários correspondentes.
MF — Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA	Lisboa	Técnico Superior — área de Recrutamento e Gestão da Mobilidade na A. P.	Desenvolver as atividades inerentes à gestão dos trabalhadores da Administração Pública, salvaguardando, no âmbito dessas atividades, valores de mérito, isenção, neutralidade, transparência e igualdade nos domínios da Gestão da Mobilidade Especial, do Recrutamento centralizado, do recrutamento por via do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), do apoio aos procedimentos concursais comuns, incluindo o helpdesk e o apoio técnico e operacional ao Recrutamento e Seleção de Dirigentes Superiores (CReSAP).
MF — Direção-Geral do Orçamento	Lisboa	Técnico superior — área económica	Funções consultivas de natureza científica-técnica na área de atuação da DGO tendo vista a preparação da tomada de decisão ou a execução de decisões tomadas superiormente.
	Lisboa	Técnico superior — área económica	Funções consultivas de natureza científica-técnica na área de atuação da DGO tendo vista a preparação da tomada de decisão ou a execução de decisões tomadas superiormente.
MNE — Direção-Geral da Política Externa	Lisboa	Técnico Superior — área da Política Externa/União Europeia (assuntos jurídicos)	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de pareceres jurídicos na vertente de relações internacionais; Exercer funções de coordenação na qualidade de autoridade competente em matéria de medidas restritivas/sanções adotadas no quadro da política externa e segurança comum da União Europeia, designadamente.

Ministério-Organismo	Distrito	Designação do posto de trabalho	Caracterização do posto de trabalho (A caracterização dos postos de trabalho é da responsabilidade dos organismos e serviços que reportaram a necessidade)
MNE — Direção-Geral dos Assuntos Europeus	Lisboa	Técnico Superior — área das questões económicas e financeiras da União Europeia	<ul style="list-style-type: none"> – Acompanhar as questões de política económica da União Europeia; – Elaborar estudos e pareceres em matéria de questões económicas ou das políticas internas setoriais.
MNE — Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros	Lisboa	Técnico Superior — área de Recursos Humanos e jurídica (Serviços Externos do MNE: Embaixadas, Missões e Postos Consulares)	<ul style="list-style-type: none"> – Preparar elaboração de planos de boa gestão de recursos humanos nos serviços externos; – Preparar mapas de pessoal – Preparar e analisar sistemas de segurança social local; – Procedimentos SIADAP; – Ações de recrutamento nos serviços externos; – Elaboração de informações de serviço nesta área.
PCM — Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros	Lisboa	Técnico Superior — Apoio à Direção	<ul style="list-style-type: none"> – Secretariado de Alta Direção – Gestão documental qualificada – Assessoria na Gestão Orçamental e nos Sistemas de Avaliação em vigor – Acompanhamento de trabalho administrativo corrente
PCM — Direção-Geral das Artes	Lisboa	Técnico superior — área informática	<ul style="list-style-type: none"> – Coordenação e desenvolvimento, implementação e manutenção dos recursos tecnológicos e sistemas de informação da DGArtes. – Gestão e manutenção dos recursos tecnológicos, incluindo o parque de hardware e software. – Prestação de serviços de suporte ao utilizador.
PCM — Direção-Geral das Autarquias Locais	Lisboa	Técnico Superior — Área de Assuntos Jurídicos	Assegurar as seguintes atividades no Departamento de Modernização e Assuntos Jurídicos, nas áreas definidas nas alíneas b), i), j), k), n), q) e s) do artigo 2.º da Portaria n.º 28/2012, de 31 de janeiro.
PCM — Instituto do Cinema e do Audiovisual, IP	Lisboa	Técnico superior — área do Cinema e Audiovisual	<ul style="list-style-type: none"> – Responsável pela comunicação interna e externa do ICA. – Acompanhar toda a promoção cinematográfica dos filmes apoiados pelo ICA.
PCM — Instituto Português do Desporto e Juventude	Lisboa	Técnico Superior — área de Recursos Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> – Preparar a proposta de orçamento, elaborar a conta de gerência e os relatórios de execução orçamental – Assegurar a gestão financeira, bem como a contabilidade geral, analítica e de tesouraria – Garantir a arrecadação da receita e o processamento e liquidação da despesa, numa ótica de legalidade e regularidade financeira – Assegurar o acompanhamento da execução dos planos anuais e plurianuais numa perspetiva de gestão e controlo orçamental – Assegurar a existência de adequados sistemas de controlo interno – Assegurar a afetação dos recursos financeiros aos serviços, tendo em vista a execução do plano de atividades aprovado
PCM — Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros	Lisboa	Técnico superior — área Financeira e Contabilidade	<ul style="list-style-type: none"> – Preparar orçamentos e assegurar o acompanhamento da respetiva execução; – Analisar propostas de alterações orçamentais; – Elaborar relatórios de gestão, – Assegurar a contabilização de despesas e receitas na ótica da contabilidade patrimonial.
MAMAOT — Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	Santarém	Técnico Superior — área da Qualidade Alimentar	Execução de ações definidas nos planos oficiais de controlo no âmbito da segurança alimentar de géneros alimentícios de origem não animal e da sanidade vegetal
	Santarém	Técnico Superior — área do Controlo	Realização de ações enquadradas nos planos oficiais de controlo relativos aos regimes de apoio no âmbito da política agrícola comum
MEE — Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.	Santarém	Técnico Superior — área de Veículos	<ul style="list-style-type: none"> – Fazer inspeção a veículos; – Fazer homologações de veículos; – Aprovar transformações; – Aprovações de projetos.
MEC — Instituto Politécnico De Santarém	Santarém	Técnico Superior — área financeira	<ul style="list-style-type: none"> – Análise e classificação de documentos, seu registo em programa informático de contabilidade de acordo com o POCE. Elaboração de mapas legais a apresentar à tutela. – Outras funções de acordo com o disposto no artigo 6.º do Regulamento n.º 630/2010, publicado no <i>Diário da República</i>, 2.ª série n.º 142, de 23 de julho de 2010
Total de Postos de Trabalho Zona Lisboa e Vale do Tejo			66

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Gabinetes dos Ministros de Estado e dos Negócios
Estrangeiros e da Economia e do Emprego

Despacho n.º 4784/2013

A Ria Stone – Fábrica de Louça de Mesa em Grés, S.A. integra o grupo Vista Alegre Atlantis e foi constituída em junho de 2012, para a produção de artigos em grés para uso doméstico.

Na origem desta empresa esteve um processo de seleção lançado pelo Grupo IKEA a fim de escolher um fornecedor para três novas linhas de produtos de louça de mesa, tendo o *know-how* e as sinergias do Grupo Vista Alegre sido determinantes na sua escolha.

A Ria Stone – Fábrica de Louça de Mesa em Grés, S.A. apresentou, no âmbito do Regime Contratual de Investimento, uma candidatura ao Sistema de Incentivos à Inovação, aprovado pela Portaria n.º 1464/2007, de 15 de novembro, alterada pelas Portarias n.ºs 353-C/2009, de 3 de abril, e 1103/2010, de 25 de outubro, para um projeto de investimento que consiste na construção, em Ílhavo, de uma unidade fabril para a produção de louça de mesa em grés, incorporando processos e métodos pioneiros desenvolvidos pela empresa, bem como das mais recentes inovações tecnológicas ao nível de equipamento fabril para o setor, a fim de fornecer a multinacional IKEA.

O investimento em causa ronda os 19,5 milhões de euros, prevendo-se a criação de 144 postos de trabalho, bem como, o alcance, no termo da vigência do contrato, de um valor acumulado de vendas e serviços prestados de cerca de 110,6 milhões de euros e de valor acrescentado bruto acumulado de cerca de 41,7 milhões de euros.

Este investimento tem um impacto relevante na economia nacional e da região, pelo seu efeito de arrastamento em atividades a montante e a jusante, nomeadamente nas pequenas e médias empresas nacionais que asseguram o fornecimento de produtos e serviços associados ao projeto.

O projeto contribui também significativamente para o aumento das exportações nacionais de bens ou serviços com elevada intensidade tecnológica, prevendo-se que cerca de 85% a 90% das suas vendas totais se destinem ao mercado externo.

O projeto tem ainda efeitos positivos para a convergência da região da sua implementação em relação à média nacional, nomeadamente em termos de criação e qualificação de emprego.

O projeto da Ria Stone – Fábrica de Louça de Mesa em Grés, S.A. enquadra-se na tipologia definida no n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação, aprovado pela Portaria n.º 1464/2007, de 15 de novembro, alterada pela Portaria n.º 353-C/2009, de 3 de abril, e pela Portaria n.º 1103/2010, de 25 de outubro, tendo, nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de março, sido considerado de interesse estratégico para a economia nacional da região por despacho conjunto dos Secretários de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional e do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação n.º 14935/2012, de 8 de novembro de 2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 225, de 21 de novembro de 2012.

Dado o seu impacto macroeconómico, considera-se, assim, que o projeto é de grande relevância para a economia nacional e reúne as condições necessárias à concessão de incentivos financeiros previstos para os grandes projetos de investimento, o que justificou a sua aprovação, naquele sistema de incentivos, através do Despacho n.º 9/XIX/MEE/2013, do Ministro da Economia e do Emprego, de 11 de fevereiro de 2013.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 203/2003, de 10 de setembro, conjugado com os n.ºs 4 e 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, o Despacho n.º 15681/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 222, de 18 de novembro de 2012, e o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de dezembro, determina-se o seguinte:

1. Aprovar a minuta do contrato de investimento e respetivos anexos, a celebrar pelo Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., a VAA – VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, S.A. e a RIA STONE, FÁBRICA DE LOUÇA DE MESA EM GRÉS, S.A. que tem por objeto a criação por esta última sociedade de uma unidade fabril para a produção de louça de mesa em grés.

2. Determinar que o presente despacho produz efeitos à data da sua última assinatura.

28 de março de 2013. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Paulo Sacadura Cabral Portas*. — O Ministro da Economia e do Emprego, *Álvaro Santos Pereira*.

206861538

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4785/2013

Os Estabelecimentos Militares de Ensino não superior são um instrumento de elevada importância na relação que as Forças Armadas, e o Exército em particular, estabelecem com a sociedade civil partilhando com esta os princípios basilares da sua cultura e identidade.

A manutenção de um projeto militar de ensino constitui, tanto para as Forças Armadas como para o país, uma mais-valia. No entanto, os condicionalismos de exceção inerentes ao momento que Portugal atravessa, conjugados com os problemas estruturais que os estabelecimentos militares de ensino têm vindo a evidenciar, exigem a implementação, para estes, de uma estratégia de gestão que permita a otimização de projetos e de recursos e promova a excelência dos resultados.

Para alcançar este desiderato, é determinante valorizar a história dos estabelecimentos militares de ensino para identificar e potenciar os seus pontos distintivos. Mas é, também, incontornável a necessidade de se introduzir ajustamentos na estrutura de organização e na configuração da oferta educativa que proporcionam, para que consigam ser mais eficientes, captar mais alunos e aumentar o seu nível de integração com as próprias Forças Armadas.

Neste sentido:

Considerando que o estudo sobre os estabelecimentos militares de ensino (EMES) realizado pela equipa técnica nomeada através do meu despacho n.º 5588/2012, de 11 de abril cujas medidas propostas foram aprovadas pelo meu despacho n.º 11863/2012, de 29 de agosto permite, de forma inequívoca, concluir pela existência de carências de base na estratégia e ação dos EMES, revelando, nomeadamente, excesso de recursos humanos, défice de alunos, inexistência de uma estratégia de comunicação e ausência de uma ação integrada em termos de gestão dos mesmos;

Considerando os elementos constantes no relatório de atividades apresentado pela Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) da reestruturação destes estabelecimentos, nomeada pelo meu despacho n.º 264/2012 de 5 de novembro;

Considerando a importância estratégica de potenciar o Colégio Militar como um estabelecimento militar de ensino regular de excelência, capaz de conciliar a integração de género com a sua matriz identitária já secular, na qual o internato, sem deixar de se constituir como elemento diferenciador, deve estar sujeito à escolha por parte das famílias;

Considerando a necessidade de reconfigurar o projeto educativo do Instituto dos Pupilos do Exército, fazendo com que a matriz militar em que assenta possibilite uma capacidade distintiva no panorama do ensino profissional;

Considerando ainda a necessidade de dar sequência e sustentação ao processo de reestruturação que está em curso, no qual o próximo ano letivo tem de ser gerido como um ano de transição, procurando garantir condições de frequência equilibradas, nas suas diferentes vertentes;

Determino o seguinte:

1. A estrutura de funcionamento do próximo ano letivo (2013/2014), em cada um dos estabelecimentos de ensino, assentará nos seguintes pressupostos:

1.1. Colégio Militar:

a) Deverá assegurar a abertura de novas matrículas nos seguintes anos:

- i) 1º ciclo: duas turmas de 1º ano e duas turmas de 2º ano, em regime misto e exclusivamente em externato;
- ii) 2º ciclo: três turmas de 5º ano e três turmas de 6º ano, com opção entre regime de internato e de externato para alunos do sexo masculino e em regime de externato para alunos do sexo feminino;
- iii) 3º ciclo: três turmas de 7º ano nos moldes previstos para o 2º ciclo, referidos no ponto ii) da presente alínea;
- iv) Secundário: quatro turmas de 10º ano, nas condições referidas no ponto ii) da presente alínea;

b) Relativamente aos anos em que não há novas admissões, funcionarão as turmas que forem necessárias ao público existente, bem como às alunas que queiram transitar do Instituto de Odivelas, devendo ainda ser possibilitada aos alunos do sexo masculino a opção entre o regime de internato e de externato;

1.2. Instituto de Odivelas:

Este estabelecimento de ensino feminino, cujo encerramento se encontra estabelecido para o início do ano letivo 2015/2016, deverá funcionar nos seguintes termos:

a) 2º ciclo:

- i) Não terá nenhuma turma de 5º ano;
- ii) Poderá ter duas turmas de 6º ano, com opção de regime de internato e de externato, mas esclarecendo os encarregados de educação que no ano letivo 2014/2015 a prossecução dos estudos se fará no Colégio Militar;

b) 3º ciclo:

i) Poderá ter turmas de 7º ano, mas apenas em regime de internato e clarificando os encarregados de educação que no ano letivo 2014/2015 a prossecução dos estudos se fará no Colégio Militar;

ii) O 8º e o 9º ano são garantidos às alunas que já se encontram a frequentar este estabelecimento, tanto em regime de internato como em externato, podendo ainda haver novas admissões nestes anos, mas dentro do plano de reestruturação em curso;

c) Ensino secundário:

i) Poderá ter três turmas de 10º ano, nas condições previstas para o 7º ano;

ii) O 11º e o 12º ano podem funcionar em condições iguais às previstas para o 8º e 9º ano;

1.3. Devem também ser considerados os seguintes aspetos relativamente ao processo de transição das alunas do Instituto de Odivelas para o Colégio Militar no ano letivo 2013/2014:

a) As alunas que frequentam o Instituto de Odivelas em regime de externato e em anos que não os de início de ciclo de estudos, podem, caso manifestem essa intenção, transitar para o Colégio Militar;

b) As alunas do regime de internato e de qualquer nível de ensino, podem, caso manifestem essa intenção, ter a componente letiva no Colégio Militar e a componente de internato no Instituto de Odivelas, devendo ser assegurado um sistema de transportes e a compatibilização de horários;

1.4. Instituto dos Pupilos do Exército:

Este instituto deverá assumir-se como escola vocacionada para o ensino profissional, mas enquanto não se consolida a este nível, e por critérios de captação de novos alunos, poderá abrir candidaturas nos seguintes termos:

a) 2º ciclo: duas turmas de 5º ano e duas de 6º ano, em regime misto e com opção de internato para alunos do sexo masculino;

b) 3º ciclo: pode aceitar candidaturas em qualquer um dos anos que compõem este ciclo, nas condições referidas na alínea anterior;

c) No 10º ano de ensino profissional poderá abrir os cursos de: Técnico de Gestão; Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos; Técnico de Manutenção Industrial (nas variantes de Eletromecânica, Mecatrónica e Mecatrónica Automóvel); Técnico de Eletrónica, Automação e Comando;

d) Tendo em consideração o nível de reestruturação da oferta educativa que se pretende implementar neste instituto, deverão ser realizadas ações de monitorização, desencadeadas pela direção de educação em coordenação com a CTA, com periodicidade semestral, para identificar a necessidade de implementar medidas adicionais de apoio ou de correção de estratégia de desenvolvimento;

1.5. Para a constituição/abertura de turmas em cada um dos ciclos de ensino deverão ser respeitados os seguintes limites mínimos:

a) 1º ciclo: 18 alunos;

b) 2º e 3º ciclo: 20 alunos;

c) Ensino secundário (10º ano): 18 alunos em cada curso, devendo estes ser definidos no âmbito da revisão do projeto educativo;

d) Ensino secundário profissional (10º ano): 16 alunos em cada curso;

e) No caso do Instituto de Odivelas, porque está em curso o processo de transição de alunas para o Colégio Militar, estes limites mínimos não se aplicam;

1.6. Relativamente às mensalidades associadas à frequência destes estabelecimentos, mantém-se a tabela que vigora no ano letivo em curso;

1.7. As atividades de natureza extracurricular devem ser organizadas da seguinte forma:

a) Um bloco base que poderá ser associado a uma lógica de complemento curricular;

b) Um bloco adicional que deverá funcionar com propósitos de enriquecimento curricular;

c) A composição dos blocos de atividades referidos nas alíneas anteriores deverá ter em consideração a matriz militar do projeto pedagógico, bem como critérios de racionalidade financeira, estando sujeita a apreciação prévia da CTA, ficando o respetivo coordenador incumbido de obter validação pela tutela;

2. Em simultâneo, o Exército deverá diligenciar o seguinte:

a) Acomodar na sua orgânica a proposta de configuração da Direção de Educação aprovada pela CTA (em termos de estrutura e de competências);

b) Proceder à requisição/nomeação do supervisor pedagógico que integrará a Direção de Educação, tendo por base a proposta da CTA;

c) Desencadear, de imediato, o processo conducente à construção da infraestrutura de internato feminino no Colégio Militar apresentando um plano calendarizado e quantificado do processo, tendo em vista o pleno funcionamento desta infraestrutura previamente ao início do ano letivo 2014/2015;

d) Apresentar, até 22 de abril, um plano calendarizado e orçamentado para que a adaptação das instalações (pedagógicas e de apoio) do Colégio Militar para o ensino misto esteja concluída antes do início do ano letivo 2013/2014, tendo por base o memorando n.º 1534/GENIE, de 6 de dezembro elaborado pela direção de infraestruturas do ramo;

e) Apresentar, até 30 de abril, as propostas de alteração de legislação necessárias para acomodar a abertura do 1º ciclo, já no ano letivo 2013/2014;

f) Adequar os formulários de candidatura ao Instituto de Odivelas, para que contemplem informação aos encarregados de educação sobre as condições em que o mesmo funcionará nos próximos dois anos letivos;

g) Iniciar o processo de conceção de currículo próprio para o 3º ciclo do Instituto dos Pupilos do Exército, tendo em consideração que deverá ser apresentado ao Ministério da Educação e Ciência em setembro do presente ano para ser apreciado e entrar em funcionamento no ano letivo 2014/2015;

h) Desenvolver, em coordenação com a CTA e até 30 de novembro, os seguintes estudos relacionados com as mensalidades associadas à frequência dos EMES:

i) Um estudo acerca da estrutura de mensalidades que deve vigorar a partir do início do ano letivo 2014/2015, procurando que a mesma cumpra requisitos de atratividade, mas também se ajuste à configuração e aos custos da oferta educativa que é proporcionada às famílias.

ii) Um estudo relativo às atividades extracurriculares atualmente existentes no Colégio Militar, que incida sobre a sua relação com a matriz militar do projeto pedagógico e sobre a caracterização dos custos associados a cada uma. As conclusões devem permitir definir as condições em que estas atividades funcionarão no ano letivo 2014/2015;

3. Ficam dependentes de despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, após pronúncia da CTA:

a) A realização de obras, de qualquer natureza, em cada um dos estabelecimentos militares de ensino objeto do presente processo de reestruturação;

b) A aquisição de novos dispositivos/equipamentos de índole pedagógica;

c) As necessidades referidas nas alíneas anteriores devem ser comunicadas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército ao Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional com a antecedência exigida para o efeito;

4. No âmbito dos processos de comunicação com as famílias (de alunos e de potenciais alunos) e de divulgação da nova oferta educativa, devem ser desencadeadas as seguintes ações:

a) A CTA deverá propor, até dia 5 de abril um modelo de carta a enviar aos encarregados de educação dos atuais alunos(as) dos três estabelecimentos, dando conta das transformações que irão ocorrer no próximo ano letivo, inseridas num esforço de (re)valorização da oferta de ensino militar não superior;

b) A carta referida na alínea anterior deverá ser enviada aos pais até ao dia 10 de abril, data em que deverão ser abertas as candidaturas para o ano letivo 2013/2014;

c) A Secretaria-Geral, por intermédio da sua estrutura de relações públicas, deverá apoiar o Exército na definição e implementação de uma estratégia de comunicação para atrair novos públicos;

d) A Direção-Geral de Política e Defesa Nacional, em articulação com a CTA e com o Exército, deve preparar e apresentar um processo de divulgação dos estabelecimentos militares de ensino junto dos países de língua oficial portuguesa, devendo este ser implementado até ao dia 30 de abril.

25 de março de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

206862972

Secretaria-Geral

Despacho n.º 4786/2013

Considerando que o operário especializado, José Amorim Mota Rodrigues, vai cessar a 26 de abril de 2013, a situação de cedência de interesse público em que se encontrava desde 1 de setembro de 2009.

Considerando que o referido trabalhador pertencia ao quadro de pessoal do Arsenal do Alfeite, organismo que foi extinto através do Decreto-Lei n.º 32/2009, de 5 de fevereiro.

Considerando o disposto no n.º 13 do artigo 12.º e n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na sua redação atual, e artigo 7.º

do Decreto-Lei n.º 32/2009, de 5 de fevereiro, determino a colocação na situação de mobilidade especial do seguinte trabalhador:

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Posição remuneratória	Nível remuneratório	Remuneração
José Amorim Mota Rodrigues	Contrato Trabalho Funções Públicas.	Operário . . .	Operário especializado. . .	—	—	€ 889,81

O presente despacho produz efeitos a 27 de abril de 2013.

25 de março de 2013. — O Secretário-Geral, *Gustavo Madeira*.

206860533

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho n.º 4787/2013

Nos termos do disposto nas disposições conjugadas da alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º e do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro, torna-se público que por meu despacho de 14 de março de 2013, precedido dos pareceres prévios favoráveis da trabalhadora e do respetivo serviço de origem, com efeitos a 01 de fevereiro de 2013, foi definitivamente consolidada na Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar a mobilidade interna na carreira/categoria de assistente técnico, da assistente técnica Teresa Maria dos Santos Matos da Fonseca, anteriormente pertencente ao mapa de pessoal do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Assim, e de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 64.º do mencionado diploma legal, a trabalhadora mantém o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem, ou seja, € 995,51 (novecentos e noventa e cinco euros e cinquenta e um centimos), correspondente ao valor da 6.ª posição remuneratória, nível remuneratório 11, da carreira/categoria de assistente técnico, da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

14 de março de 2013. — O Diretor-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, *Alberto Rodrigues Coelho*.

206867435

Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P.

Despacho (extrato) n.º 4788/2013

Nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, conjugado com o disposto nos números 1.1. alínea *c*) e 2. da deliberação do Conselho Diretivo do IASFA, I. P., de 9 de outubro, publicada como Despacho (extrato) n.º 13421/2012, no *Diário da República*, 2.ª série, de 15 de outubro, subdelego no diretor do Centro de Repouso do Porto Santo, Major SGE 03796679 Augusto Manuel Tirá Rodrigues, com faculdade de subdelegação, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação ou aquisição de bens e serviços, até ao montante de 1.250 €.

O presente despacho produz efeitos desde 11 de março de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pela entidade subdelegada que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

28 de março de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Francisco António Fialho da Rosa*.

206861716

MARINHA

Direção-Geral da Autoridade Marítima

Anúncio n.º 139/2013

1 — Faz-se publico que a Capitania do Porto de Portimão promove o procedimento concursal abaixo indicado nos termos do artigo 12.º n.º 3 e artigo 21.º n.º 1 e n.º 4 ambos do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na sua atual redação, e conforme disposto nos respetivos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, para a atribuição de concessão para

utilização privativa do Domínio Público Marítimo para a instalação e exploração de:

UB4 da Praia da Rocha — Portimão — Apoio Balnear com 40 metros de frente de mar, conforme, Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau-Vilamoura — publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 33/1999, de 27 de abril

2 — As principais características das utilizações em causa, bem como as condições de elaboração das propostas, são as referidas na peça do procedimento concursal.

3 — O programa do procedimento encontra-se disponível para consulta na Capitania do Porto de Portimão, sita no Largo do Dique, 8500-503 Portimão, com o telefone 282 424 777, fax: 282 417 258, endereço eletrónico: capitania.portimao@marinha.pt, durante as horas do expediente (9h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h30) desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

4 — As propostas podem ser entregues até às 16h30 do 30.º (trigésimo) dia útil a contar do dia seguinte à data da publicação do presente anúncio, na Capitania do Porto de Portimão, na morada e horário referidos no ponto 3, ou enviados pelo correio, sob registo e com aviso de receção para o mesmo endereço.

1 de abril de 2013. — O Capitão do Porto, *Rui Gabriel Martins Santos Pereira*.

206863936

Instituto Hidrográfico

Despacho n.º 4789/2013

Delegação de competências

1 — Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, delego no Diretor dos Serviços de Apoio, em exercício, Capitão-de-mar-e-guerra António José dos Santos Fernandes, a competência para:

a) Praticar todos os atos subsequentes à abertura de procedimentos concursais para o Mapa do Pessoal do Instituto Hidrográfico, nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, e outra legislação específica de cada carreira, exceto a decisão das reclamações interpostas e a homologação da lista de ordenação final.

b) Praticar todos os tipos de atos inerentes aos contratos de trabalho em funções públicas, nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, pelas Leis n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e Lei n.º 66/2012 de 31 de dezembro, e nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, e alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66/2012 de 31 de dezembro e 66-B/2012 de 31 de dezembro.

2 — Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 2327/2013 de 4 de fevereiro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 11 de fevereiro), subdelego no Diretor dos Serviços de Apoio, em exercício, Capitão-de-mar-e-guerra

António José dos Santos Fernandes a competência que me é delegada para:

a) Aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo e a militarizados que prestem serviço no Instituto Hidrográfico e órgãos na sua dependência:

- 1) Conceder licença parental em qualquer das modalidades;
- 2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- 3) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- 4) Conceder licença por adoção;
- 5) Autorizar dispensas para consulta, amamentação e aleitação;
- 6) Autorizar assistência a filho;
- 7) Autorizar a assistência a filho com deficiência ou doença crónica;
- 8) Autorizar assistência a neto;
- 9) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- 10) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- 11) Autorizar outros casos de assistência à família.

b) Autorizar a condução de viaturas ligeiras da Marinha ao pessoal do Mapa de Pessoal do Instituto Hidrográfico (MPIH) não pertencente à carreira de motorista e possuidor de carta de condução, nos termos do artigo 50.º das Normas Relativas a Viaturas da Marinha, aprovadas pelo Despacho n.º 18/94, de 16 de fevereiro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada;

c) Autorizar as deslocações normais de militares e militarizados que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço, em território nacional, por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respetivas ajudas de custo.

3 — Em todos os atos praticados ao abrigo da presente delegação de competências, deve ser feita menção expressa ao Diretor-geral do Instituto Hidrográfico, Contra-almirante — António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, através da expressão: «Por delegação do Diretor-geral do Instituto Hidrográfico», com a indicação da data em que foi publicada a presente delegação na 2.ª série do *Diário da República*.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 22 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Diretor dos Serviços de Apoio do Instituto Hidrográfico, que se incluem no âmbito desta subdelegação de competências.

5 — É revogado o Despacho n.º 14533/2011 de 26 de outubro do Diretor-geral do Instituto Hidrográfico (publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 206 26 de outubro de 2011).

20 de fevereiro de 2013. — O Diretor-Geral, *António Silva Ribeiro*, contra-almirante.

206865304

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4790/2013

1. Atento ao teor da Proposta n.º 16083/DGA/2012, de 10 de dezembro de 2012, do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública;

2. Tendo sido, pelo meu Despacho de 20 de dezembro de 2012, emitido o parecer sêdo favorável em cumprimento das disposições conjugadas do artigo 20.º da Lei do Orçamento de Estado para 2012, e do artigo 24.º da Lei do Orçamento de Estado para 2011;

3. Tendo sido emitido parecer prévio favorável pelo Secretário de Estado da Administração Pública, por seu Despacho n.º 625/2013/SEAP, de 4 de março de 2013, aposto na Informação DGAEP/163/DRJE/2013, em que se analisa a proposta de nomeação com base nos preceitos atrás referidos e, bem assim, nos do artigo 35.º, n.ºs 6 a 11, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013;

4. Atento a que este parecer prévio condiciona a produção de efeitos da nomeação à data da publicação do respetivo despacho de nomeação;

5. Nos termos e com os fundamentos constantes da proposta que me foi apresentada pelo Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, atento ao teor do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, renovo a nomeação do Subintendente M/100178, Rui Filipe Resende Melo Coelho de Moura, no cargo de Diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento, precedendo recrutamento excecional na categoria de Intendente, em comissão de serviço, pelo período de três anos;

6. O presente despacho produz efeitos à data da sua publicação.

27 de março de 2013. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

206861951

Autoridade Nacional de Proteção Civil

Despacho n.º 4791/2013

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento da unidade orgânica prevista no artigo 4.º da portaria n.º 338/2007, de 30 de março, nomeio ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 27.º da lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para desempenhar as funções de Diretora da Unidade de Apoio ao Voluntariado da Direção Nacional de Bombeiros, a licenciada Olga Maria Macedo Calixto Morais.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

A comissão de serviço como Chefe do Núcleo de Organização e Recursos Humanos da Direção Nacional de Recursos de Proteção Civil suspende-se nos termos do disposto no artigo 26.º-A da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

O presente despacho produz efeitos a 1 de abril de 2013

27 de março de 2013. — O Presidente, *Manuel Couto*, major-general.

Síntese Curricular

Dados pessoais:

Nome — Olga Maria Macedo Calixto Morais;
Data de nascimento — 9 de Novembro de 1964;
Estado Civil — casada
Naturalidade — Almada

Formação académica:

Licenciatura em Direito (variante Ciências Jurídicas) da Universidade Clássica de Lisboa em 1987;

Pós-graduação em Direito Público, na vertente Estudos Jurídicos e Administrativos;

Diploma Superior de Estudos Modernos Franceses da Alliance Française.

Formação profissional:

Programa de Formação em Gestão Pública — FORGEP

“Métodos e Técnicas de Recrutamento e seleção para cargos de direção superior da APP”

Curso de “Formação Inicial para a Igualdade de Género”, destinado a Conselheiras para a Igualdade e a membros de Equipas Ministeriais;

Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública — SIADAP- Definição de objetivos;

Gestão por Objetivos na Administração Pública”;

Funções/Cargos desempenhados:

1987-1989 — docente de português e francês

1989-1991 — jurista no contencioso do Centro Nacional de Pensões;

1991-1998 — técnica superior e, posteriormente, consultora jurídica no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

1998/set 2001 — chefe de divisão de Vistos e Circulação de Pessoas, Direção-Geral das Comunidades Portuguesas, no Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Out2001/mai 2003 — Diretora de serviços do Núcleo de Relações Internacionais e Cooperação do extinto Serviço Nacional de Proteção Civil.

Mai2003/mar2007 — Chefe de divisão de Normalização e Documentação do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil.

Set2006 /mar 2007-Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, em substituição e em acumulação com o cargo de Chefe da Divisão de Normalização e Documentação;

Abr2007/mar 2013-Chefe do Núcleo de Organização e Recursos Humanos, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, cargo de direção Intermédia de 2.º Grau.

Louvres/ Referências Elogiosas/Condecorações

Louvor atribuído pelo Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil;

Medalha de Mérito de Proteção e Socorro, grau prata, distintivo laranja
206860817

Despacho n.º 4792/2013

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento da unidade orgânica prevista no artigo 12.º do Despacho n.º 9390/2007, de 1 de abril, alterado pelo Despacho n.º 19714/2008, de 15 de julho, nomeio ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 27.º da lei n.º 2/2004, de 15

de janeiro, alterada e republicada pela lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para desempenhar as funções de Chefe do Núcleo de Organização e Recursos Humanos da Direção Nacional de Recursos de Proteção Civil, a licenciada Carla Alexandra Carvalho Lopes Osório Nunes.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos a 1 de abril de 2013.

27 de março de 2013. — O Presidente, *Manuel Couto*, major-general.

Síntese Curricular

Identificação

Nome: Carla Alexandra Carvalho Lopes Osório Nunes

Data de Nascimento: 30 de dezembro de 1969

Estado Civil: Casada

Habilitações literárias

Curso de Alta Direção em Administração Pública (CADAP) pelo ISCTE — 2008/09

Parte Curricular do curso de Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas) pela Universidade Lusíada — 2007/08

Pós-Graduação em Gestão Empresarial pelo INDEG/ISCTE — 1994/95

Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada — 1993

6.º ano do curso de inglês do Instituto Cambridge School

3.º ano do curso de francês do Instituto Alliance Française

Formação complementar

Curso “Código do Trabalho”, realizado pelo IRMC, com a duração total de 17 horas.

Curso “Entrevista de Avaliação de Competências”, realizado pelo Instituto Nacional de Administração, num total de 35 horas.

Curso “Recrutamento e Seleção a Aplicar nas Novas Carreiras”, realizado pelo Instituto Nacional de Administração, num total de 30 horas.

Curso “Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas”, realizado pelo Instituto Nacional de Administração, num total de 30 horas.

Curso “O Novo Regime da Contratação Pública”, realizado pelo Instituto Nacional de Administração, num total de 30 horas.

Curso de “Gestão de Recursos Humanos — Uma Visão Prática da Aplicação da Lei n.º 12-A/2008 — Vínculos, Carreiras e Remunerações e Regime de Transição”, com a duração de 21 horas.

Frequência do Seminário, 7 horas, “O Novo Código dos Contratos Públicos”.

Ação de formação “O Contencioso Administrativo — Aspetos Práticos”, 37 horas, ministrada pelo Instituto Nacional de Administração.

Frequência da ação de formação “O Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública”.

Participação no Seminário “Perspetivas Institucionais sobre Segurança Interna”, que decorreu no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Frequência, enquanto convidada, do “Curso Geral de Proteção Civil”, no âmbito do Programa Operacional para a Administração Pública (POAP), com a duração de 35 horas.

Curso de formação profissional “O Novo Regime de Avaliação do Desempenho”, com a duração total de 18 horas.

Curso de formação “O Estatuto Disciplinar na Administração Pública e a sua Tramitação Processual”, com a duração de 30 horas, ministrado pelo Instituto Nacional de Administração.

Ação de formação subordinada ao tema “Regime das Despesas Públicas e Contratação Pública”, com a duração total de 21 horas.

Ação de formação “Código de Procedimento Administrativo”, 35 horas, ministrada pelo Instituto Nacional de Administração.

Ação de formação, com a duração total de 30 horas, ministrada pela Direção-Geral do Orçamento, “Sistema de Informação Contabilística”.

Curso de “Introdução à Consultoria” para posterior ingresso na Empresa Andersen Consulting (Portugal), Consultores de Gestão, S. A.

Curso de “Formação Inicial de Formadores em Gestão de Recursos Humanos”.

Ação de formação “O Jurista e o Ambiente”.

Curso de formação “Técnicas de Gestão e Informatização de Serviços Administrativos” ministrado pela Proex-Ges (Promoção e Gestão de Serviços, L.ª), com o apoio do Fundo Social Europeu e do Ministério do Trabalho e Segurança Social.

Actividade profissional

2011/... — Em 01 de abril de 2011 ingressou na Autoridade Nacional de Proteção Civil, onde exerce funções no Núcleo de Organização e Recursos Humanos.

2010 — Em 12 de julho, no decurso de procedimento concursal, transitou para a Direção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, onde exerceu funções na Divisão de Contratação Pública da Direção de Serviços Administrativos

2010 — fevereiro de 2010

Oradora, enquanto convidada, num seminário dedicado às “Novas Reformas da Administração Pública”, no curso de mestrado em Museologia da Universidade de Évora.

2007/2010 — Nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria técnica superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior generalista do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P. (IMC).

Exerceu funções de assessoria direta à Presidência do IMC, com responsabilidade e autonomia técnica, em diversas áreas relacionadas com as suas competências.

2003/2006 — Nomeada, precedendo concurso, para a categoria de técnica superior estagiária, do quadro de pessoal da Delegação Distrital de Proteção Civil de Lisboa do extinto Serviço Nacional de Proteção Civil.

Exerceu funções no Gabinete Jurídico e de Auditoria, do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil, onde efetuou o estágio e, posteriormente, desempenhou a sua atividade enquanto técnica superior de 2.ª classe.

206860785

Comissão Nacional de Proteção Civil

Despacho n.º 4793/2013

Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi autorizada a cessação da comissão de serviço, em substituição, como Chefe do Núcleo Apoio Técnico e Relações Internacionais, da licenciada Ana Maria Cavaco Vidigal das Neves Roque.

O presente despacho produz efeitos a 1 de abril de 2013.

27 de março de 2013. — O Presidente, *Manuel Couto*, Major-General.

206860874

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 4794/2013

Lista N.º 116/12

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 29 de janeiro de 2013, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Daniel Gonçalves Brum	09-01-1973
Alexvalda dos Santos Silva Brum	10-02-1975
Roberto Machado Velho	30-03-1982
Johné Leite	26-02-1994
Fabrizio Nasser Nunes	31-12-1971
Luciana Pietrovski Nunes	27-08-1979
Lais Cristina Azevedo da Silva Moura	27-09-1988
Dione da Rocha Dias	20-11-1984
Patrícia Aprijo	14-12-1981
Iraci Cristina de Jesus	24-12-1954

28 de março de 2013. — Pelo Diretor Nacional, a Coordenadora do Gabinete de Apoio às Direções Regionais, *Paula Alexandra Galvão de Oliveira da Velha*, inspetora.

206862697

Despacho n.º 4795/2013**Lista n.º 112/12**

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 15 de fevereiro de 2013, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Alidete Gomes de Araújo Reis	30-10-1975
Paulo Marcio de Oliveira Lima	15-12-1976
Marcilene Neto Simões de Almeida	06-12-1981
Lucimar Ferreira de Almeida	19-06-1971
Maria das Graças Torres Vieira Ferreira	14-06-1973
Poliana Maximo Sampaio	20-10-1983
Elionai Campos Santos	02-12-1987
Rosineide Maria de Santana de Carvalho	08-09-1960
Ana Thallita Venceslau da Silva Santana	02-09-1987
Claudio Luiz de Carvalho	16-04-1960

28 de março de 2013. — Pelo Diretor Nacional, a Coordenadora do Gabinete de Apoio às Direções Regionais, *Paula Alexandra Galvão de Oliveira da Velha*, inspetora.

206862445

Despacho n.º 4796/2013**Lista n.º 114/12**

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 29 de janeiro de 2013, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Leonardo Silva Vieira	08-07-1981
Robson Santana dos Santos	01-03-1981
Cesar de Matos Amaral	26-06-1982
Ana Carmen Palhares Ferreira	21-01-1968
Sayonara Miranda Oliveira	10-12-1969
Danilo Lamounier Vilela	02-06-1986
Leidyana Pereira Ovídio Martins	13-01-1991
Anderson dos Santos Silva	17-09-1979
Crislaine Vieira Martins	03-07-1988
Erikson José da Silva	08-05-1978

28 de março de 2013. — Pelo Diretor Nacional, a Coordenadora do Gabinete de Apoio às Direções Regionais, *Paula Alexandra Galvão de Oliveira da Velha*, inspetora.

206862501

Despacho n.º 4797/2013**Lista n.º 117/12**

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 29 de janeiro de 2013, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Douglas Almeida da Silva	06-10-1976
Louisy Kattely Gomes Pereira	18-11-1994

Nome	Data de nascimento
Orlando Igor da Silva	27-12-1993
Jorge Ricardo Honda	20-05-1994
Anderson de Araújo Santos	22-06-1979
Silvana Silva Santos	01-06-1979
Deivid Dias de Araújo	24-06-1981
Lorrayne dos Santos Miranda	19-04-1994
Elda Maria de Souza Santos	09-04-1970
Valdete de Souza Pereira	29-12-1957

28 de março de 2013. — Pelo Diretor Nacional, a Coordenadora do Gabinete de Apoio às Direções Regionais, *Paula Alexandra Galvão de Oliveira da Velha*, inspetora.

206862778

Despacho n.º 4798/2013**Lista n.º 111/12**

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 25 de fevereiro de 2013, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Maíra Simões Claudino dos Santos	16-11-1976
Dionete Viana Costa Curi	26-05-1981
Luisa Bronzo Vieira Neves	08-08-1991
Rosane Helysabette Bronzo Vieira Neves	27-04-1957
Joslaine Bertinoti	18-03-1987
Everson Campos Acosta	14-10-1986
Girlainy Lima Porto	07-05-1973
Joaquim Alves Gomes	23-01-1966
Claudino Cezar Veloso Borges Neto	24-12-1978
Leonardo Marçal Café Soares	14-07-1984

28 de março de 2013. — Pelo Diretor Nacional, a Coordenadora do Gabinete de Apoio às Direções Regionais, *Paula Alexandra Galvão de Oliveira da Velha*, inspetora.

206862291

Despacho n.º 4799/2013**Lista n.º 115/12**

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 29 de janeiro de 2013, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Ubiratan Guilherme Dignes de Lima	02-02-1983
Ludmylla Rodrigues Morais Teles	17-09-1985
Jaqueline Rosa Costa	03-11-1983
Rafael de Souza Santos	17-06-1990
Sandra Mara Leal Leão de Oliveira	12-06-1966
Ariane Adrielly da Silva Siqueira Caldas	30-04-1993
Rosiane Evelin Ribeiro Soares	27-08-1988
Wyllians Lessa de Moura	26-04-1978
Rodrigo Alves de Oliveira	04-02-1989
Flaviane Paula de Souza	26-07-1993

28 de março de 2013. — Pelo Diretor Nacional, a Coordenadora do Gabinete de Apoio às Direções Regionais, *Paula Alexandra Galvão de Oliveira da Velha*, inspetora.

206862729

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Despacho (extrato) n.º 4800/2013

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência do despacho da Subdiretora-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de 22 de janeiro de 2013, que permitiu o recurso à reserva de recrutamento constituída após a conclusão do procedimento concursal comum (Código da publicitação do procedimento 10/C/2012), aberto pelo Aviso n.º 7713/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 108, de 4 de junho de 2012, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com João Paulo Ribeiro Bizarro, para o exercício de funções na carreira/categoria de assistente técnico, continuando a auferir 717,46 € de remuneração base (entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória; entre o 5.º e o 7.º nível remuneratório), com efeitos a 1 de fevereiro de 2013.

21 de março de 2013. — A Subdiretora-Geral, *Julietta Nunes*.
206864932

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 4801/2013

Por despacho do Diretor Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo, de 06.03.2013:

Foi autorizada a licença sem vencimento de longa duração ao inspetor Licenciado Sérgio José Vieira Pedrosa Pimenta, com efeitos a partir de 01.04.2013, nos termos do n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

1 de abril de 2013. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.
206864049

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Despacho n.º 4802/2013

Através do Despacho n.º 4698/2011, de 14 de janeiro, do então Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 53, de 16 de março de 2011, foi declarada a utilidade pública, com caráter de urgência, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção da obra do “Lanço G – IP2 – S. Manços/Beja”.

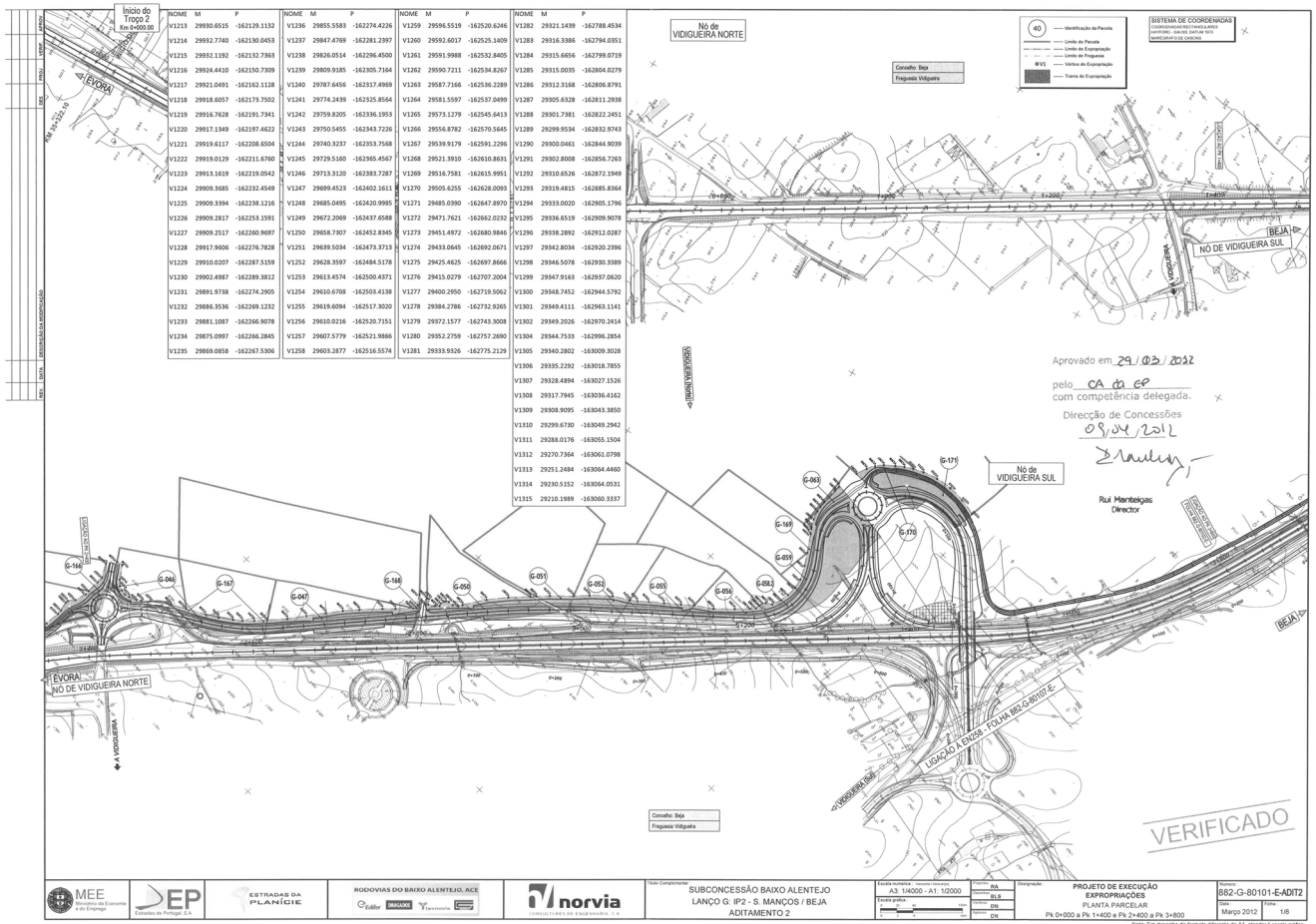
Considerando que, por razões de ordem técnica relativas à execução do projeto, surgiu a necessidade de rever e de se proceder a correções ao projeto de execução que determinaram a expropriação de novas parcelas, considerando também as vicissitudes que ocorrem ao longo da tramitação dos processos expropriativos, cujo suporte formal cadastral se revela desadequado da realidade ora constatada, designadamente no que respeita às áreas abrangidas pela obra, bem como no que respeita à inscrição matricial e ainda aos interessados identificados no suporte formal cadastral dos bens imóveis expropriados, torna-se necessário efetuar alteração à referida declaração de utilidade pública.

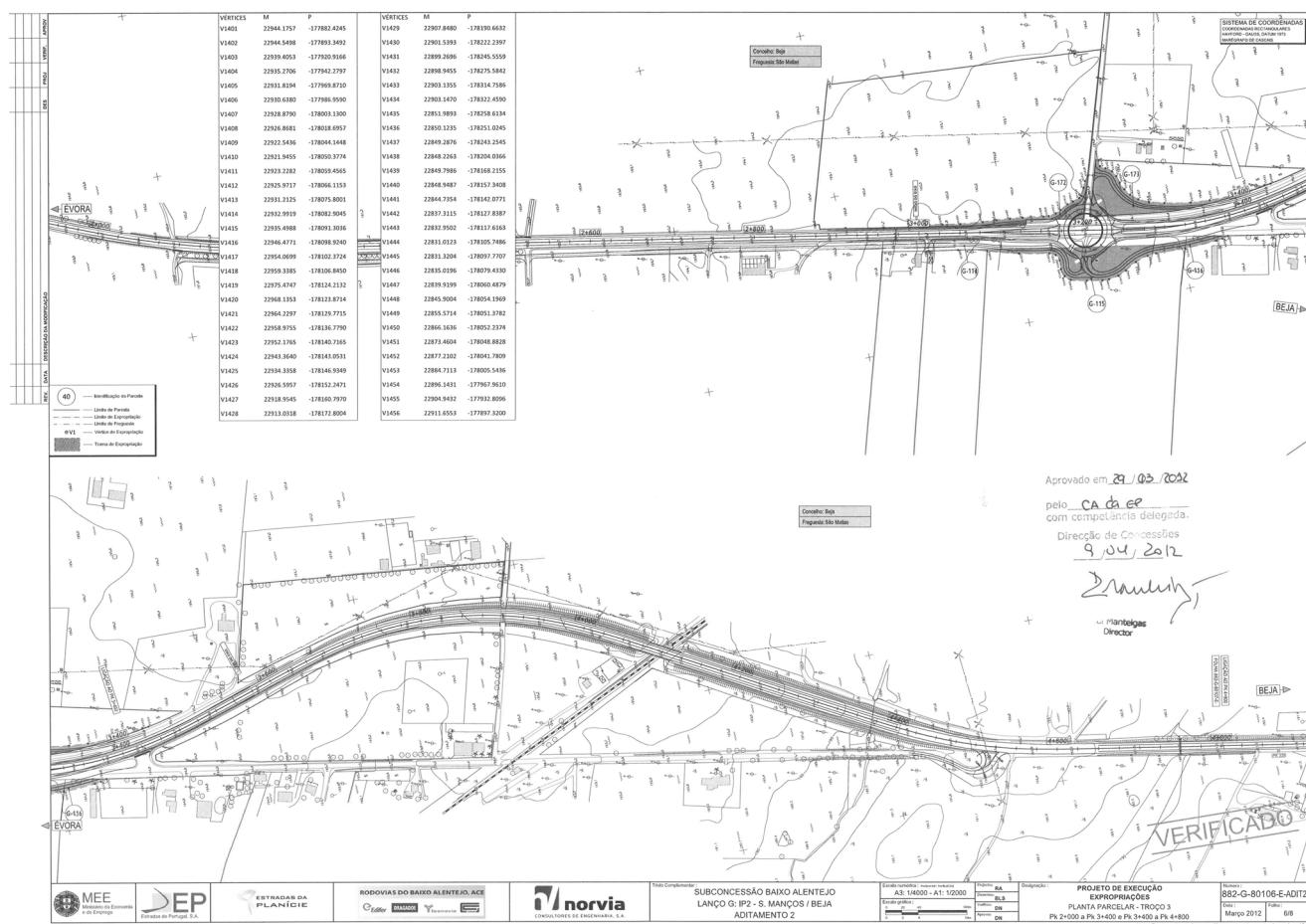
Considerando, ainda, que é do interesse público a continuação do empreendimento sem interrupções, ao abrigo dos artigos 1.º e 3.º, e nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e do n.º 2 do artigo 15.º, todos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi conferida pelas Leis n.ºs 13/2002, de 19 de fevereiro, 4-A/2003, de 19 de fevereiro, e 67-A/2007, de 31 de dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro, atento o despacho do Conselho de Administração da EP – Estradas de Portugal, S.A., de 29 de março de 2012, que aprovou as plantas parcelares n.ºs 882-G-80101-E-Adit2, 882-G-80102-E-Adit2 e 882-G-80106-E-Adit2 e os respetivos mapas de áreas relativos às parcelas necessárias à construção da obra do “Lanço G – IP2 – S. Manços/Beja – Nó da Vidigueira Sul, Nó do Caminho de Ferro – Entroncamento e Restabelecimentos 6.01 e 5.02 – Aditamento 2” e a Resolução de Expropriar aprovada pela deliberação n.º 241/11/2012 de 29 de março de 2012, do Conselho de Administração da EP – Estradas de Portugal, S.A., na qualidade de concessionária no contrato de concessão, cujas bases foram aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio, declaro, no exercício da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 3218/2013, de 21 de fevereiro, do Ministro da Economia e do Emprego, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 28 de fevereiro de 2013, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037 de 19 de agosto de 1949, e da Base 18 aprovada pelo Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, a utilidade pública, com caráter de urgência, das alterações às expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção do referido lanço, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respetivos titulares, mantendo-se em vigor, para quaisquer outros efeitos, o despacho precedente.

Mais declaro autorizar a SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A., na qualidade de subconcessionária da subconcessão do Baixo Alentejo, a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas nas plantas parcelares e nos mapas de áreas anexos, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que a obra projetada seja executada o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações resultantes deste despacho serão suportados pela SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A., para os quais dispõe de cobertura financeira, tendo para o efeito sido já caucionados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações.

26 de março de 2013. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro*.





Mapa DUP

Subconcessão do Baixo Alentejo

Lanço G — Aditamento 2: IP2-São Manços/Beja-nó da Vidigueira Sul, restabelecimentos 6.01 e 5.02

Número da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da propriedade (metros quadrados)	Natureza das parcelas	Áreas e quantidades (metros quadrados)
		Concelho	Número da matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio			
			Rústica	Urbana					
G-095F	Ana Maria Cardoso Passanha Guedes, R. Alegre, Edif. Ostende 3-4 Aprt. 7, 2765-392 Monte Estoril. António Manuel Baião Lança (arrendatário), R. Luís Pastor de Macedo, 3, 7.º andar, 1750-155 Lisboa.	Vidigueira	Artigo 25 Secção H Área 78,0750 ha Selmes		522/19910821	José Francisco Alhinha e Ribeira do Freixo. Herdade de Lisboa. Herd. de José dos Santos Alhinha, herd. Francisco Pulido Garcia e outros. Herdade Grande.	780 750	CAS.	2 302

Lanço G — Aditamento 2: IP2-São Manços/Beja-nó da Vidigueira Sul-nó do caminho de ferro — entroncamento

Número da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da propriedade (metros quadrados)	Natureza das parcelas	Áreas e quantidades (metros quadrados)
		Concelho	Número da matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio			
			Rústica	Urbana					
G-046F	Ivo Jorge Palula Pinto Janeiro, Estrada de Portel, Caixa Postal 554, 7960-214 Vidigueira. Carlos Filipe Palula Pinto Janeiro, Largo da Cascata, 29, 7960-216 Vidigueira.	Vidigueira	Artigo 1208 Secção D Área 0,7023 ha		2859/20101015	Caminho público. Herd. ^{os} de Ana Francisca P. Labego. EN 18. Santa Casa da Misericórdia.	7 023	CAS.	2 236
G-047F	Ivo Jorge Palula Pinto Janeiro, Estrada de Portel, Caixa Postal 554, 7960-214 Vidigueira. Carlos Filipe Palula Pinto Janeiro, Largo da Cascata, 29, 7960-216 Vidigueira.	Vidigueira	Artigo 1209 Secção D Área 0,7463 ha		2860/20101015	Libânio Gomes Coxinho e Arsénio Baião Rosa Seta. Francisco do Patrocínio Rosa. Francisco Domingos Janeiro. Caminho público.	7 463	Vinha.	3 407
G-050F	Manuel Martins Guerreiro, Quinta de São Rafael, 1, Vidigueira, 7960 Vidigueira.	Vidigueira	Artigo 1163 Secção D Área 1,0963 ha		1689/19971203	IP-2. Teresa de Jesus Quitalo e Domingos José Pinto Carvalho. Caminho. IP-2.	10 963	CAS.	2 956

Número da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da propriedade (metros quadrados)	Natureza das parcelas	Áreas e quantidades (metros quadrados)
		Concelho	Número da matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio			
			Rústica	Urbana					
G-051F	José Joaquim Ferreira Barreiros, Av. Dr. António Rodrigues Manitto 51-D, 4.º Esquerdo, 2900-057 Setúbal.	Vidigueira	Artigo 578 Secção D Área 1,4500 ha		540/19871222	António José Rosa Bastos e outros. João Arsénio de Goes. Caminho público. Francisca Júlia.	14 500	CAS.	431
G-052F	Maria José Quitalo Ramalho, Rua Nova da Fonte, 2, r/c, 7960-288 Vidigueira. Virgínia Rosa Quitalo Ramalho, Prc. Mestre António Mata, Lote 16, 1.º dt., 7800-025 Beja.	Vidigueira	Artigo 577 Secção D Área 0,7250 ha		1775/19980701	José Arsénio Góis (herdeiros). José Arsénio Góis (herdeiros). António José Martins. José Francisco Pinto (herdeiros).	7 250	Vinha.	1 137
G-055F	Catarina Rosa Carrinho Martins Antunes, Largo Vasco da Gama, 34, r/c, 7960-222 Vidigueira.	Vidigueira	Artigo 1165 Secção D Área 0,6943 ha		2339/20040601	IP2. João Aires de Goes Reis e outros. Teresa de Jesus Quitalo. Manuel Pedro Garrido Roque (artigo 1167 D).	6 943	CAS.	1 051
G-056F	Celeste da Conceição Marreiros Roque, Rua Aquiles Estação, 6, 7960 Vidigueira. Leonardo António Marreiros Roque, Trv. do Poço, 8, Serra da Helena, Casal de Cambra, Sintra.	Vidigueira	Artigo 1167 Secção D Área 0,3700 ha		1397/19951011	Estrada e António José Martins. João António de Góis. António José Martins. Estrada.	3 700	Vinha.	1 035
G-058F	João Aires de Góis Reis, Rua João de Deus, 16, 8300-163 Silves. Alberto Jorge de Góis Reis, R. de Angola, 1, 1.º Dt.º; 1170-022 Lisboa. José Francisco de Góis Reis, Av. Heróis do Ultramar, 2, 7005-161 Évora. Vitor César de Góis Reis, R. Sacadura Cabral, 6, 1.º, 8300-181 Silves.	Vidigueira	Artigo 581 Secção D Área 1,7500 ha		N/D	Catarina Raimundo Seta. João Tomaz Pulido. Pedro da Rosa Bastos. António José Quaresma.	17 500	CAS. CAS (sobrante).	907 1 971
G-059F	Manuel Vicente Ramalho Lula, Rua da Hortinha, 11, r/c, Vidigueira, 7960-236 Vidigueira.	Vidigueira	Artigo 1113 Secção D Área 0,5860 ha		1012/19910717	João Arsénio de Goes. Manuel Pedro Garrido Roque. Francisco António Gantes e outro. Manuel Vicente Ramalho Lula.	5 860	Vinha c/ rega gota a gota.	2 348
G-063F	Manuel Vicente Ramalho Lula, Rua da Hortinha, 11, r/c, Vidigueira, 7960-236 Vidigueira.	Vidigueira	Artigo 586 Secção D Área 0,5250 ha		223/19860121	Francisco António Gantes e Manuel Vicente Ramalho Lula. José Fialho Pires. Manuel Vicente Ramalho Lula. José Fialho Pires.	5 250	Vinha c/ rega gota a gota. Vinha c/ rega gota a gota (sobrante).	3 792 249

Número da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da propriedade (metros quadrados)	Natureza das parcelas	Áreas e quantidades (metros quadrados)
		Concelho	Número da matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio			
			Rústica	Urbana					
G-114F	José Gomes Colaço Serrano, Rua São João de Deus, 8-A, 7800-478 Beja. Luís Colaço Gomes Serrano, EN 260 ao Km 3, Apt. 29, 7800 Beja.	Vidigueira	Artigo 25 Secção D3 Área 3,7875 ha		545/20090529	Manuel Vilela Eugénio e Herdade da Namorada. Francisco dos Santos Barros e estrada. Estrada Nacional de Beja e Évora. Linha férrea.	37 875	CAS.	23
G-115F	José Gomes Colaço Serrano, Rua São João de Deus, 8-A, 7800-478 Beja. Luís Colaço Gomes Serrano, EN 260 ao Km 3, Apt. 29, 7800 Beja.	Vidigueira	Artigo 18 Secção D3 Área 11,4375 ha		540/20090522	João Lança Marques. Luís Gomes Serrano. Estrada. Linha férrea.	114 375	CAS.	4 502
G-116F	José Gomes Colaço Serrano, Rua São João de Deus, 8-A, 7800-478 Beja. Luís Colaço Gomes Serrano, EN 260 ao Km 3, Apt. 29; 7800 Beja.	Vidigueira	Artigo 26 Secção D3 Área 6,925 ha		532/20081211	Manuel Garrido Júnior. António Pedro. Estrada da Vidigueira. Estrada Velha para Cuba.	69 250	Urbano.	345
G-165F	Marco Miguel Bacala Ramalho, Rua Miguel Bombarda, 15, Vidigueira, 7960-284 Vidigueira.	Vidigueira	Artigo 655 Secção D Área 1,5750 ha		2505/20070711	Estrada. Estrada de Pedrógão. Aires Carvalho Reis. Aires Carvalho Reis.	15 750	Pomar de laranjeiras c/ rega gota a gota.	1 490
G-166F	Marco Miguel Bacala Ramalho, Rua Miguel Bombarda, 15, Vidigueira, 7960-284 Vidigueira.	Vidigueira	Artigo 656 Secção D Área 0,6120 ha		N/D	Horta do Lourenço. Horta do Lourenço. Horta do Lourenço. Domínio público rodoviário.	6 120	Pomar de laranjeiras c/ rega gota a gota.	202
G-167F	Herdeiros de Ana Francisca Parreira Labego, Largo Frei António da Chagas, 4, Vidigueira, 7960-220 Vidigueira.	Vidigueira	Artigo 599 Secção D Área 0,6250 ha		714/19890111	Herdeiros de Francisco Rosa Seta. Francisco Patrocínio Rosa. Herdeiros de Francisco Rosa Seta. João Pedro Baião.	6 250	CAS.	140
G-168F	Maria Carolina Pereira Rosa Pascoalino Carrasco, Rua Mário Costa Ferreira Lima, 15-A 5.º Drt., Santa Estefânia; 7960-236 Sintra. António do Rosário Pereira Rosa, R. do Sol, 4, 7960-270 Vidigueira.	Vidigueira	Artigo 600 Secção D Área 3,10 ha		1555/19961223	Francisco Patrocínio Rosa. António Pinto Coelho. Luís António da Costa e Francisco Baião. Estrada de Selmes.	31 000	Vinha c/ rega gota a gota.	30
G-169F	Manuel Vicente Ramalho Lula, Rua da Hortinha, 11, r/c, Vidigueira, 7960-236 Vidigueira.	Vidigueira	Artigo 584 Secção D Área 0,7500 ha		660/19880817	Alberto Jorge de Goes e outros. Manuel Vicente Ramalho Lula. Manuel Vicente Ramalho Lula. Manuel Vicente Ramalho Lula.	7 500	Vinha c/ rega gota a gota.	126

Número da parcela	Nome e moradas dos expropriados	Identificação do prédio					Área total da propriedade (metros quadrados)	Natureza das parcelas	Áreas e quantidade (metros quadrados)
		Concelho	Número da matriz e freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio			
			Rústica	Urbana					
G-170F	Francisco José Tecedeiro Fresco, Rua do Marquês, 10, Vidigueira, 7960-262 Vidigueira.	Vidigueira	Artigo 275 Secção E Área 1,4500 ha		2639/20080604	Agostinho José Pereira. Artur Silva. José dos Santos Casadinho Lula. Francisco Patrocínio Rosa.	14 500	CAS.	2 632
G-171F	Francisco José Alvito Gamurça, Horta da Barca, Estrada de Alcária, 7960 Vidigueira.	Vidigueira	Artigo 274 Secção E Área 1,7750 ha		2719/20081218	José Fialho Pires e José Maria Ramalho. José Fialho Pires e José Maria Ramalho. Artur Silva e Eduardo Ângelo Pires. José Carlos Boga e José Fialho Pires.	17 750	Vinha.	2 015
G-172F	António Manuel Alves Mendonça Veríssimo Batista; Campo Grande, 5 6.º Esq., 1700-086 Lisboa. Carlos Manuel Alves Mendonça Veríssimo Batista; Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 73, 8.º, 1070-060 Lisboa. Pedro Manuel Alves Mendonça Veríssimo Batista, Monte Alegre, Estrada da Calçada, 7800 Beja. Rui Manuel Alves Mendonça Veríssimo Batista, Av. D. João II, Lote 1,02,2, 2D, 3.º Dto, 1990-084 Lisboa e António José Veríssimo Batista, Prct. da Calçada, n.º 7, r/c Dto., 7800-287 Beja.	Vidigueira	Artigo 93 Secção A Área 6,4 ha		1686/20081107	Estradas. Estradas. António Cavaco Lampreia e outros. Estradas.	64 000	CAS.	1 494
G-173F	António Manuel Alves Mendonça Veríssimo Batista; Campo Grande, 5 6.º Esq., 1700-086 Lisboa. Carlos Manuel Alves Mendonça Veríssimo Batista, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 73, 8.º, 1070-060 Lisboa. Pedro Manuel Alves Mendonça Veríssimo Batista, Monte Alegre, Estrada da Calçada; 7800 Beja. Rui Manuel Alves Mendonça Veríssimo Batista, Av. D. João II, Lote 1,02,2, 2D, 3.º Dto, 1990-084 Lisboa e António José Veríssimo Batista, Prct. da Calçada, n.º 7, r/c Dto., 7800-287 Beja.	Vidigueira	Artigo 12 Secção A Área 2,1250 ha		1901/20091009	Manuel António da Silva Ferro. Herdeiros de José Joaquim de Matos. José Barrocas. Estrada da Vidigueira.	21 250	CAS.	3 419

206866358

Direção-Geral das Atividades Económicas

Despacho n.º 4803/2013

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 45.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 28/2009, de 12 de outubro, que estabelece regras relativas ao controlo do mercado lícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas, precursores e outros produtos químicos suscetíveis de utilização no fabrico de droga, compreendidos nas tabelas I a VI anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22-1 e nos termos do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro:

1 — Delego nos Diretores Regionais da Economia (DRE) territorialmente competentes, do Ministério da Economia e do Emprego os poderes a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 45.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 28/2009, de 12 de outubro, incluindo os poderes para revogar e suspender as licenças emitidas, bem como a obrigação de transmissão de informação prevista no n.º 2 do artigo 45.º

2 — As DRE comunicam à Direção-Geral das Atividades Económicas a informação prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 45.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 28/2009, de 12 de outubro.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de fevereiro de 2013.

2 de abril de 2013. — O Diretor-Geral, *Artur Manuel Reis Lami*.
206866106

Direção-Geral de Energia e Geologia

Contrato (extrato) n.º 220/2013

Nos termos do n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, publica-se o extrato de adenda assinada em 1 de fevereiro de 2013, referente ao contrato de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ferro e minerais associados a que corresponde o n.º MN/PP/008/11 e a denominação de CARVIÇAS 2, celebrado em 2 de novembro de 2011, com a CPF — Companhia Portuguesa do Ferro, SA, cujo extrato foi publicado no *Diário da República* n.º 2, 2.ª série, de 3 de janeiro de 2012.

As principais alterações ao contrato de prospeção e pesquisa definidas nesta nova adenda dizem respeito a:

Área concedida: 57,260 km² delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas Hayford-Gauss, DATUM 73, (Melriça) são os seguintes:

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	99500	161600
2	104590	161600
3	101000	159500
4	95200	159500
5	86500	167100
6	90700	167100
7	90700	165350
8	99500	165350

Investimentos mínimos obrigatórios:

O investimento para todo o período do contrato é acrescido globalmente de 200.000 € perfazendo 1.800.000 €.

Encargo de exploração:

É acrescentado o n.º 10 à cláusula décima sexta referente aos encargos de exploração com o seguinte teor:

No ano seguinte ao da entrada da mina em produção e nos quatro anos posteriores a CPF pagará à DGE e aos dois municípios abrangidos pelo contrato de concessão, proporcionalmente à área abrangida, um prémio em dinheiro no valor de respetivamente, 500.000 € (quinhentos mil euros) num total de 5.000.000 € (cinco milhões de euros) por cinco anos.

As alterações acima descritas produzem efeitos a partir da data de celebração desta adenda.

Mantém-se em tudo o mais, o disposto no contrato de concessão celebrado em 2 de novembro de 2011.

12 de março de 2013. — O Subdiretor-Geral, *Carlos A.A. Caxaria*.
306829024

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

Aviso n.º 4674/2013

Ao abrigo da lei n.º 26/94, de 19 de agosto de 1994, publica-se a listagem relativa aos subsídios, subvenções, bonificações, ajudas e incentivos, atribuídos a pessoas singulares ou coletivas exteriores ao Setor Público Administrativo, pagos no âmbito da atividade do Instituto Nacional de Aviação, I. P., relativos ao 2.º semestre de 2012.

Beneficiários	Montantes (euros)
ANA, S. A.	8 369 831,84
ANAM, S. A.	636 747,91
<i>Total</i>	9 006 579,75

25 de março 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luís Trindade Santos*.

206861749

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR,
DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 4804/2013

Nos termos e ao abrigo do n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 19.º e com o n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro:

1 — Determino a cessação de funções, a seu pedido, do mestre Manuel Augusto Ruano Lacerda, no cargo de vice-presidente do conselho diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., para o exercício do qual foi designado, em regime de substituição, pelo despacho n.º 5282/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2012.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de março de 2013.

26 de março de 2013. — A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

206863125

Despacho n.º 4805/2013

Nos termos e ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, conjugado com os n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º e com o n.º 1 do artigo 25.º, todos da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março:

1 — Designo o licenciado Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões para exercer, em regime de substituição, o cargo de vice-presidente do conselho diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

2 — A presente designação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 25 de março de 2013.

26 de março de 2013. — A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

NOTA CURRICULAR

Identificação:

Nome: Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões

Data de nascimento: 20 de setembro de 1974

Habilitações literárias e profissionais:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL); Pós-Graduação em Direito Fiscal pela FDUL; Especialização em Ciências Jurídico-Económicas (parte curricular do mestrado) pela FDUL; mestrando da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

First Certificate in English (FCE) pela Cambridge School;
Formador certificado pelo IEFPP (CAP);

Experiência profissional:

Assessor da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e da Administração do Território, no XIX Governo Constitucional, na qualidade de técnico especialista, exercendo funções jurídicas, designadamente no âmbito do procedimento de elaboração de diplomas legais e outros atos normativos, com destaque para a área do ambiente e setor das águas;

Técnico Verificador Superior da Autoridade Tributária e Aduaneira — AT. Ingressou na Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo em 2005, na carreira técnica superior aduaneira, exercendo funções técnico-jurídicas, destacando a elaboração de estudos, pareceres e projetos de diplomas legais, doutrina e instruções administrativas, análise de contencioso comunitário, administrativo e fiscal.

Representação externa: Participação em grupos de trabalho da Comissão Europeia, relativos à alteração e aplicação de legislação comunitária (Bruxelas, desde 2007); Participação em seminários especializados na área da fiscalidade e visitas de trabalho, no âmbito do Programa *Fiscalis* (da Comissão Europeia); Membro da delegação portuguesa à 2.ª Conferência de Partes da Convenção Quadro da OMS para a luta Anti-Tabaco (2007);

Foi perito no âmbito de uma missão TAIEX - *Technical Assistance and Information Exchange*, da DG Alargamento da Comissão Europeia; Desde 2007, formador nas áreas de direito e fiscalidade;

Docente Universitário, tendo lecionado as cadeiras de Direito Comunitário, Teoria Geral da Relação Jurídica e Direito da Economia na Universidade Internacional;

Em 2004, membro do Secretariado Permanente da Unidade de Coordenação da Luta contra a Evasão e a Fraude Fiscal e Aduaneira (UCLEFA) — órgão consultivo e participativo integrado no Conselho Superior de Finanças;

Assessor do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no XV Governo Constitucional, destacando a representação do gabinete para o Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS) e Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC);

Ingressou na Direção-Geral dos Impostos — DGCI em 1999, na carreira técnica da Administração Tributária.

Desempenho de cargos públicos:

Deputado à Assembleia da República na IX Legislatura, integrando as Comissões Parlamentares de Economia e Finanças, de Execução Orçamental e de Ética.

Obras publicadas:

Legislação Fiscal e Aduaneira, coautoria; DisLibro, 2008;
Os Militares, as Artes e as Letras: Os 25 Anos do 25 de Novembro, coautoria, Editorial Notícias, 2001;

Artigos diversos, em particular em matérias de direito.

206864154

Despacho n.º 4806/2013

Nos termos e ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, conjugado com os n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º e com o n.º 1 do artigo 25.º, todos da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março:

1—Designo a engenheira Ana Teresa Pinheiro dos Santos Diogo Perez para exercer, em regime de substituição, o cargo de vogal do conselho diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

2—A presente designação tem como suporte a nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3—O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de março de 2013.

27 de março de 2013. — A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

Nota curricular

Nome: Ana Teresa Pinheiro dos Santos Diogo Perez

Habilitações académicas: Licenciada em Engenharia do Ambiente, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em 1991

Experiência profissional

Desde maio 2012 até ao presente

Chefe da Divisão de Poluição Atmosférica e Alterações Climáticas em acumulação com as funções inerentes ao Secretariado Técnico do CECAC, à exceção das relativas ao Fundo Português de Carbono e Roteiro Nacional de Baixo Carbono.

Com responsabilidade no acompanhamento, desenvolvimento e ordenação da implementação de políticas e medidas no contexto das alterações climáticas nas vertentes de mitigação e adaptação.

Maio 2007 — maio 2012

Chefe da Divisão de Poluição Atmosférica e Alterações Climáticas do Departamento de Alterações Climáticas, Ar e Ruído da Agência Portuguesa do Ambiente.

Com a responsabilidade na coordenação, acompanhamento e desenvolvimento dos regimes de comércio europeu de licenças de emissão, dos gases fluorados com efeito de estufa, proteção da camada de ozono, inventários de emissões de gases com efeito de estufa e outros poluentes atmosféricos, e na aplicação e definição dos respetivos regimes legais.

Junho 2004-maio 2007

Chefe de Divisão de Estratégias para a Gestão do Ar e Ruído da Direção de Serviços para as Estratégias e Programas Ambientais do Instituto do Ambiente.

Com a responsabilidade na coordenação, acompanhamento e desenvolvimento do trabalho no âmbito da qualidade do ar, regime de prevenção e controlo de emissões atmosféricas, regime legal de poluição sonora e qualidade do ar interior.

Julho 1998-maio 2004

Técnica Superior da Divisão de Ambiente Atmosférico da Direção-Geral do Ambiente (julho 1998-abril 2002) e, posteriormente, da Divisão de Gestão do Ar e Ruído do Instituto do Ambiente (maio 2002-maio 2004), desenvolvendo atividades de natureza técnica e de coordenação na área da prevenção e controlo de emissões atmosféricas outubro 1993-junho 1998

Em outubro de 1993 ingressa na Administração Pública, na carreira de Meteorologista Superior tendo exercido funções na Divisão de Ambiente Atmosférico do Instituto de Meteorologia, desenvolvendo atividades na área das emissões atmosféricas.

Janeiro de 1992-outubro 1993

Colaboradora com equiparação a Estagiária de Investigação (estatuto de Bolseira) no Centro Nacional de Informação Geográfica.

206860703

Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 4807/2013

Localizado em pleno Alentejo, o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EMFA) representa uma obra de aproveitamento dos recursos hídricos associados às bacias hidrográficas dos rios Guadiana e Sado, fazendo recurso do potencial hídrico armazenado na Albufeira do Alqueva (com uma capacidade total de 4 150 hm³), e prevê beneficiar na sua componente hidroagrícola uma área de aproximadamente 119 mil hectares distribuída por 19 concelhos do Alto e Baixo Alentejo, nas margens do rio Guadiana.

O Sistema Global de Rega incluirá 23 barragens, 250 km de adutores, 10 estações elevatórias principais, 30 secundárias, 1350 km de condutas enterradas e cerca de 3 200 hidrantes.

Este complexo sistema está dividido em 3 subsistemas:

O subsistema de Alqueva, com origem de água na albufeira de Alqueva, beneficiando áreas a Oeste de Beja e do Alto Alentejo;

O subsistema de Pedrógão, com origem de água na albufeira de Pedrógão, beneficiando a área a Este de Beja até ao rio Guadiana;

O subsistema do Ardila, com origem de água igualmente em Pedrógão, mas beneficiando a margem esquerda do Guadiana (concelhos de Moura e Serpa).

A conservação e exploração do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva que se atribui à EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA), através da celebração do presente contrato de concessão, abrange a administração das infraestruturas hidráulicas e de outros bens do domínio público hídrico afetos ao empreendimento.

Pelo regime jurídico dos aproveitamentos hidroagrícolas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril, a exploração e conservação destes empreendimentos pode ser atribuída, através de contrato de concessão, a pessoas coletivas públicas ou privadas com capacidade técnica e financeira adequadas.

A EDIA é uma pessoa coletiva de capitais exclusivamente públicos que dispõe de capacidade técnica e financeira adequadas para a gestão de aproveitamentos hidroagrícolas.

Por tal motivo, foi tomada a decisão de se proceder à concessão da gestão dos perímetros de rega que constituem a componente hidroagrícola do EFMA à EDIA, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 102.º do Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-lei n.º 86/2002, de 6 de abril.

Assim:

Ao abrigo do n.º 5 do artigo 102.º do supracitado Decreto-Lei e da Portaria n.º 1473/2007, de 15 de novembro, com a alteração introduzida pela Portaria n.º 1001/2009, de 8 de setembro, do ex-Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que aprovou a minuta base do contrato de concessão para a conservação e exploração das obras de fomento hidroagrícola, é aprovada a minuta final do Contrato de Concessão das Obras Hidroagrícolas do EFMA a celebrar entre o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, representado pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), enquanto Autoridade Nacional do Regadio e a EDIA — Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA, cujo original ficará arquivado na DGADR.

28 de março de 2013. — O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *Francisco Ramos Lopes Gomes da Silva*.

206862794

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

Despacho n.º 4808/2013

O Programa Nacional para as Doenças Oncológicas é considerado prioritário, atendendo à importância que o cancro representa no perfil de morbilidade do País, como importante causa de mortalidade, nomeadamente de mortalidade prematura.

Neste contexto, a prevenção secundária, assente no diagnóstico precoce e no tratamento rapidamente instituído, exige a organização de rastreios eficazes, devendo o seu acesso ser garantido com respeito absoluto pelo princípio da equidade.

Ora, a organização dos rastreios de base populacional em Portugal tem-se revelado muito centrada em dinâmicas regionais, originando diferenças no acesso, pelo que importa adotar medidas que promovam um incremento na sua realização e disponibilização aos cidadãos.

Nestes termos, determino:

1. As Administrações Regionais de Saúde, IP (ARS, IP) devem cumprir as metas anuais definidas no Programa Nacional para as Doenças Oncológicas da Direção-Geral da Saúde (DGS) relativamente à taxa de cobertura dos rastreios de cancro da mama, do colo do útero e do cólon e recto, devendo tais metas constar do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) anual de cada ARS, IP.

2. As ARS, IP devem notificar a DGS, nos meses de janeiro e julho, relativamente aos semestres anteriores, os rastreios de cancro da mama, do colo do útero e do cólon e recto efetuados nas respetivas ARS, IP, incluindo:

- a) Taxa de cobertura regional, aferida pelo número de Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) com rastreio sobre o número total de ACES da região;
- b) Número de convocatórias enviadas por ACES;
- c) Taxa de adesão por ACES;
- d) Taxa de adesão regional;
- e) Número de biópsias e consultas de aferição, citologias ou pesquisa de sangue oculto nas fezes efetuadas por ACES, consoante se trate de rastreios de cancro da mama, do colo do útero ou do cólon e recto, respetivamente;
- f) Número de biópsias ou colonoscopias;
- g) Número de casos positivos;
- h) Casos referenciados com identificação dos centros de tratamento oncológico para onde foram enviados.

3. O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura, aplicando-se o n.º 1 a partir do QUAR de 2013, inclusive.

28 de março de 2013. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, *Fernando Serra Leal da Costa*.

206863563

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 4809/2013

No âmbito da Lei n.º 4/99, de 27 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 16/2002, de 22 de fevereiro (entretanto revogadas pela Lei n.º 40/2003, de 22 de agosto), iniciou-se e concluiu-se o processo de acreditação profissional dos odontologistas.

Em relação a Abel Jorge Fernandes Rodrigues, recaiu decisão de não acreditação [cfr. Lista constante do Aviso n.º 12418/2002 (2.ª série), publicado no Diário da República n.º 270, de 22 de novembro de 2002].

Não se conformando com a decisão, o interessado intentou uma ação administrativa especial contra o Ministério da Saúde, tendo, por sentença de 28 de janeiro de 2012, aquela ação considerada procedente, por provada e, em consequência anulado o ato administrativo praticado.

Assim, nos termos e abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 205.º da Constituição da República Portuguesa, em conjugação com o n.º 1 do artigo 173.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, determino o seguinte:

Em cumprimento da sentença de 28 de janeiro de 2012, proferida pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, no âmbito do processo que correu os seus termos sob o n.º 1864/09.8BELSB, considero provado que Abel Jorge Fernandes Rodrigues exerce, desde 1981, a odontologia, pelo que, no âmbito do processo de acreditação profissional dos odontologistas, é acreditado como odontologista.

28 de março de 2013. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

206865597

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Deliberação n.º 876/2013

Nos termos do Despacho do Secretário de Estado da Saúde n.º 3420/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 44 de 4 de março, no âmbito do procedimento pré-contratual de concurso limitado por prévia qualificação, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, relativo à contratação de bens e serviços para a gestão do Centro de Conferência de Faturas do Serviço Nacional de Saúde, o Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. delibera:

1 — Designar o Júri do procedimento, nos termos do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, composto pelos seguintes elementos:

Presidente — Lélío Simões Guerreiro Amado;

1.ª Vogal efetiva — Ana Luísa Brás Ventura;

2.ª Vogal efetiva — Carla Maria Ferreira Oliveira;

3.ª Vogal efetiva — Salomé Oliveira Machuco Esteves;

4.ª Vogal efetivo — Filipe Miguel Marques dos Santos Silva;

1.º Vogal Suplente — Rui Alberto Marques de Vasconcelos e Sá;

2.ª Vogal Suplente — Maria Sofia dos Reis Pauleta Mendes Fernandes Cardoso.

2 — Subdelegar no Júri as competências para a retificação de erros ou omissões das peças de procedimento nos termos do n.º 3 do artigo 50 do Código dos Contratos Públicos bem como as competências para a prorrogação do prazo de entrega das candidaturas e das propostas de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 175.º e no n.º 4 do artigo 64.º, ambos do citado diploma.

3 — Subdelegar no seu Presidente, Prof. João Carvalho das Neves, as competências necessárias para a prática de atos a realizar no âmbito do procedimento pré-contratual de concurso limitado por prévia qualificação, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, relativo à contratação de bens e serviços para a gestão do Centro de Conferência de Faturas do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente:

a) a aprovação do programa do procedimento, do convite à apresentação de propostas e do caderno de encargos nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos;

b) o envio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia e no *Diário da República* dos anúncios de início do procedimento concursal;

c) a aprovação dos relatórios finais de qualificação dos candidatos e de adjudicação da proposta, nos termos do n.º 4 do artigo 186.º e do n.º 4 do artigo 148.º do CCP;

d) a decisão de qualificação e respetiva notificação aos candidatos bem como envio do convite, nos termos dos artigos 187.º a 189.º do CCP;

e) a aprovação da minuta do contrato nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP;

f) a outorga do contrato nos termos do n.º 5 do artigo 106.º do CCP;
g) o envio do contrato para visto prévio do Tribunal de Contas.

4 — A presente deliberação produz efeitos na data da sua assinatura.

14 de março de 2013. — O Conselho Diretivo: *João Carlos Carvalho das Neves*, presidente — *Rui dos Santos Ivo*, vice-presidente — *Alexandre José Lourenço Carvalho*, vogal — *Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos*, vogal.

206860363

Despacho n.º 4810/2013

1 — Por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.) de 25 de fevereiro de 2013, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e dada a vacatura do lugar, é nomeado, em regime de substituição, no cargo de Coordenador da Unidade de Contabilidade, cargo de direção intermédia de 2.º grau, o licenciado José João Direito de Moraes Guerreiro, cuja competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação se afiguram plenamente adequadas ao desempenho do cargo, como demonstra a síntese curricular que se publica em anexo.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de março de 2013.

25 de fevereiro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Prof. Doutor João Carvalho das Neves*.

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome: José João Direito de Moraes Guerreiro.

Local e data de nascimento: Porto, 7 de julho de 1977.

Nacionalidade: Portuguesa.

Habilitações académicas e profissionais:

Programa de Performance e Controlo de Gestão na Católica Lisbon School of Business & Economics (2012).

MBA Executivo na Escola de Gestão do Porto — University of Porto Business School (atual Porto Business School) com especialização em Finanças (2009).

Licenciatura em Gestão de Empresas na Universidade Portucalense — Infante D. Henrique (2000).

Membro n.º 62982 da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).

Membro n.º 1529 do Instituto Português de Auditoria Interna (IPAI).

Experiência profissional no setor público:

De 17 de janeiro de 2011 a 28 de fevereiro de 2013: Técnico Superior no Departamento de Gestão Financeira da Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

De 4 de fevereiro de 2009 a 16 de janeiro de 2011: Técnico Superior no Departamento Administrativo e Financeiro do Instituto Nacional de Emergência Médica, IP.

Experiência profissional no setor privado:

De fevereiro de 2008 a janeiro de 2009: Consultor de Gestão na SisConsult.

De janeiro de 2007 a janeiro de 2008: Gestor de Conta na Câmara Hispânica Portuguesa de Comércio e Indústria em Espanha, Madrid.

De junho de 2005 a julho de 2006: Diretor Executivo no Grupo Fisio-med constituído pela Clínica Médica do Lima, S. A., Minhovida — Clínica Médica Serviços Permanentes, L.ª e Minhovida — Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho, L.ª

De abril de 2003 a fevereiro de 2005: Diretor Financeiro Adjunto na Imo Serra — Investimentos Imobiliários, L.ª

De julho de 2001 a setembro de 2002: Auditor Externo na SME Internacional, SA.

De dezembro de 2000 a junho de 2001: Estágio profissional no Grupo Aerosoles.

206860339

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 877/2013

Por deliberação do conselho diretivo da ARS Centro, I. P., de 14-03-2013:

Autorizada a mobilidade interna na categoria, bem como a consolidação da mesma, a Andréa Nunes Torcato, assistente da carreira médica de medicina geral e familiar, posicionada no escalão 1, índice 120,

do mapa de pessoal do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, para o mapa de pessoal do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, USF Vitasaurium, desta Administração Regional de Saúde.

25 de março de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Dr. José Manuel Azenha Têreso*.

206861173

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 4675/2013

Procedimento simplificado conducente ao recrutamento de pessoal médico para a categoria de assistente, da área de psiquiatria da carreira especial médica

Nos termos dos n.ºs 5 a 7 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 204/2003, de 18 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro, e ao abrigo do Despacho n.º 2546/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 33 de 15 de fevereiro, faz-se público que, por despacho exarado por delegação de competências, do Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, datada de 21 de fevereiro de 2013, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento de recrutamento simplificado destinado ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho para a categoria de assistente da área de psiquiatria da carreira especial médica.

1 — Requisitos de admissão

Podem candidatar-se ao procedimento simplificado aberto pelo presente aviso os médicos detentores do grau de especialista de psiquiatria, que tenham concluído o respetivo internato médico na 2.ª época de 2010, nas duas épocas de 2011 e na 1.ª de 2012, e que ainda não se encontrem vinculados por tempo indeterminado a serviços ou estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde.

2 — Prazo de apresentação de candidaturas

Dez dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

3 — Método de seleção

O método de seleção tem por base o resultado da prova de avaliação final do internato médico e de uma entrevista de seleção a realizar para o efeito, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 14 de agosto, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro.

4 — Caracterização dos postos de trabalho

Aos postos de trabalho cuja ocupação aqui se pretende corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, e artigo 7.º A, aditado pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

5 — Remuneração

A remuneração base mensal ilíquida a atribuir corresponde à remuneração de ingresso na categoria de assistente, no regime de tempo completo.

6 — Local de trabalho

Centro de Respostas Integradas da Península de Setúbal (CRI Península de Setúbal), pertencente ao mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP.

7 — Prazo de validade

O procedimento de recrutamento simplificado aberto pelo presente aviso é válido para a ocupação dos postos de trabalho enunciados, terminando com o seu preenchimento.

8 — Legislação aplicável

O procedimento de recrutamento simplificado aberto pelo presente aviso rege-se pelo disposto nos n.ºs 5 a 7 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, aplicáveis por remissão do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto.

9 — Horário de trabalho

O período normal de trabalho é de 40 horas semanais.

10 — Formalização das candidaturas

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., podendo ser entregue diretamente nas suas instalações, sitas na Avenida Estados Unidos da América, n.º 75, 1749-096 em Lisboa, no período compreendido entre 09h30 e as 13h00 e as 14h00 e as 17h00, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, com aviso de receção.

10.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do requerente (nome, estado, naturalidade, número e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão, residência, cédula profissional, código postal, telefone e email);
- b) Pedido para ser admitido ao concurso;
- c) Identificação do concurso, mediante referência ao número, data e página do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;
- d) Identificação dos documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
- e) Natureza do vínculo e estabelecimento ou serviço em que se encontra a exercer funções;
- f) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao procedimento de recrutamento.

10.3 — A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes elementos:

- a) Documento comprovativo do grau de especialista na área de exercício profissional a que respeita o concurso, com indicação do resultado quantitativo da prova de avaliação final do respetivo internato médico;
- b) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- c) Certificado de sanidade para o exercício de funções públicas, passado pela autoridade de saúde da área de residência;
- d) Certificado do registo criminal;
- e) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos.

10.4 — A apresentação dos documentos referidos nas alíneas b) a e) do ponto anterior pode ser substituída por declaração no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

11 — Composição e identificação do Júri

O Júri do presente procedimento de recrutamento simplificado terá a seguinte composição:

Presidente: Dr.ª Maria Emília Esteves Leitão, assistente graduada sénior de psiquiatria, em funções no CRI Oriental — ET de Loures.
Vogais Efetivos:

1.º Vogal Efetivo: Dr. José Anastácio Xavier de Santana Godinho, assistente graduado sénior de psiquiatria, em funções no CRI Oriental — ET de Xabregas;

2.º Vogal efetivo: Dr.ª Mariana da Conceição Ferreira Guedes Soares, assistente graduada de psiquiatria, CRI Ocidental — ET de Oeiras/Cascais.

Vogais suplentes:

1.º Vogal Suplente: Dr. Luís Miguel Simões de Brito Freire e Vasconcelos, assistente graduado de psiquiatria, em funções na Unidade de Desabilitação — Taipas;

2.º Vogal Suplente: Dr.ª Ana Maria Vinagre Croca Moraes, assistente graduada de psiquiatria, em funções na Unidade de Alcoologia.

12 — Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos

A lista de candidatos admitidos e excluídos será afixada nas instalações da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., sitas na Av.ª Estados Unidos da América, n.º 75, em Lisboa

13 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. Face ao que antecede, o prazo de abertura do procedimento simplificado a que respeita a presente republicação do aviso, começa a contar, no dia seguinte à sua publicação, sendo consideradas válidas as candidaturas entretanto apresentadas que cumpram os requisitos de admissão.

21 de fevereiro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

206864543

Aviso (extrato) n.º 4676/2013

Procedimento simplificado conducente ao recrutamento de pessoal médico para a categoria de assistente, da área de medicina geral e familiar da carreira especial médica

Nos termos dos n.ºs 5 a 7 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 204/2003, de 18 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei

n.º 45/2009, de 13 de fevereiro, e ao abrigo do Despacho n.º 2546/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 33 de 15 de fevereiro, faz-se público que, por despacho exarado por delegação de competências, do Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, datada de 21 de fevereiro de 2013, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento de recrutamento simplificado destinado ao preenchimento de 13 (treze) postos de trabalho para a categoria de assistente da área de medicina geral e familiar da carreira especial médica.

1 — Requisitos de admissão

Podem candidatar-se ao procedimento simplificado aberto pelo presente aviso os médicos detentores do grau de especialista de medicina geral e familiar, que tenham concluído o respetivo internato médico na 2.ª época de 2010, nas duas épocas de 2011 e na 1.ª de 2012, e que ainda não se encontrem vinculados por tempo indeterminado a serviços ou estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde.

2 — Prazo de apresentação de candidaturas

Dez dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

3 — Método de seleção

O método de seleção tem por base o resultado da prova de avaliação final do internato médico e de uma entrevista de seleção a realizar para o efeito, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 14 de agosto, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro.

4 — Caracterização dos postos de trabalho

Aos postos de trabalho cuja ocupação aqui se pretende corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, e artigo 7.º B, aditado pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

5 — Remuneração

A remuneração base mensal ilíquida a atribuir corresponde à remuneração de ingresso na categoria de assistente, no regime de tempo completo.

6 — Local de trabalho

Agrupamentos de Centros de Saúde, pertencentes à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, cuja distribuição se encontra identificada no mapa que faz parte integrante do presente aviso.

7 — Prazo de validade

O procedimento de recrutamento simplificado aberto pelo presente aviso é válido para a ocupação dos postos de trabalho enunciados, terminando com o seu preenchimento.

8 — Legislação aplicável

O procedimento de recrutamento simplificado aberto pelo presente aviso rege-se pelo disposto nos n.ºs 5 a 7 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, aplicáveis por remissão do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto.

9 — Horário de trabalho

O período normal de trabalho é de 40 horas semanais.

10 — Formalização das candidaturas

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., podendo ser entregue diretamente nas suas instalações, sitas na Avenida Estados Unidos da América, n.º 75, 1749—096 em Lisboa, no período compreendido entre 09h30 e as 13h00 e as 14h00 e as 17h00, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, com aviso de receção.

10.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do requerente (nome, estado, naturalidade, número e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão, residência, cédula profissional, código postal, telefone e email);
- b) Pedido para ser admitido ao concurso;
- c) Identificação do concurso, mediante referência ao número, data e página do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;
- d) Identificação dos documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
- e) Natureza do vínculo e estabelecimento ou serviço em que se encontra a exercer funções;
- f) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao procedimento de recrutamento.

10.3 — A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes elementos:

- a) Documento comprovativo do grau de especialista na área de exercício profissional a que respeita o concurso, com indicação do resultado quantitativo da prova de avaliação final do respetivo internato médico;

- b) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
 c) Certificado de sanidade para o exercício de funções públicas, passado pela autoridade de saúde da área de residência;
 d) Certificado do registo criminal;
 e) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos.

10.4 — A apresentação dos documentos referidos nas alíneas b) a e) do ponto anterior pode ser substituída por declaração no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

11 — Composição e identificação do Júri

O Júri do presente procedimento de recrutamento simplificado terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Laura dos Prazeres Marques, Assistente Graduada Sênior de MGF, Sede da ARSLVT, IP.

Vogais Efetivos:

1.ª Vogal: Maria Fernanda Freire da Fonseca, Assistente Graduada de MGF, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures.

2.ª Vogal: Maria José Casacão da Silva Marques, Assistente Graduada de MGF, do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures.

Vogais suplentes:

1.ª Vogal: Maria Violeta Pimpão, Assistente Graduada Sênior de MGF, ACES Grande Lisboa X — Cacém-Queluz.

2.ª Vogal: Maria Luísa Bento Gonçalves Alves Baptista, Assistente Graduada de MGF, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures.

12 — Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos

A lista de candidatos admitidos e excluídos será afixada nas instalações da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., sitas na Av.ª Estados Unidos da América, n.º 75, em Lisboa

13 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Face ao que antecede, o prazo de abertura do procedimento simplificado a que respeita a presente republicação do aviso, começa a contar, no dia seguinte à sua publicação, sendo consideradas válidas as candidaturas entretanto apresentadas que cumpram os requisitos de admissão.

Agrupamentos de Centros de Saúde	Vagas
ACES Amadora	1
ACES Sintra	2
ACES Loures — Odivelas	2
ACES Almada	2
ACES Arco Ribeirinho	2
ACES Arrábida	2
ACES Oeste Sul	1
ACES Médio Tejo	1

21 de fevereiro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

206864413

Aviso (extrato) n.º 4677/2013

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de Procedimento concursal aberto por aviso 10926/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2012, com a trabalhadora Cristina Maria da Fonseca Teixeira Marques, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra, com a remuneração correspondente à 1.ª e 2.ª posições remuneratórias intercalares da respetiva categoria, correspondente a 1.386,92€.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo

disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º e 21.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Fernanda Vicente Palma, Enfermeira Chefe.

Vogais efetivos: Maria Júlia Matos Anastácio, Enfermeira Chefe, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos e Ana Paula Oliveira Pereira, Enfermeira.

Vogais suplentes: Maria Amélia Conceição Antunes Ferreira Silva, Enfermeira Chefe e Francelina Conceição Cruz, Enfermeira.

18 de março de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

206863466

Aviso (extrato) n.º 4678/2013

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 10926/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2012, com a trabalhadora Susana da Conceição Azinheira Saiote, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra, com a remuneração correspondente às 1.ª e 2.ª posições remuneratórias intercalares da respetiva categoria, correspondente a € 1252,71.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Para efeitos do disposto nos artigos 12.º e 21.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Fernanda Vicente Palma, enfermeira-chefe.

Vogais efetivos: Maria Júlia Matos Anastácio, enfermeira-chefe, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos, e Ana Paula Oliveira Pereira, enfermeira.

Vogais suplentes: Maria Amélia Conceição Antunes Ferreira Silva, enfermeira-chefe, e Francelina Conceição Cruz, enfermeira.

18 de março de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

206864098

Aviso (extrato) n.º 4679/2013

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de Procedimento concursal aberto por aviso 10926/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2012, com a trabalhadora Ana Cristina Belo das Neves Godinho, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra, com a remuneração correspondente às 1.ª e 2.ª posições remuneratórias intercalares da respetiva categoria, correspondente a 1.252,71€.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º e 21.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Fernanda Vicente Palma, Enfermeira Chefe.

Vogais efetivos: Maria Júlia Matos Anastácio, Enfermeira Chefe, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos e Rute Leonor Robalo Silva Rego, Enfermeira.

Vogais suplentes: Maria Amélia Conceição Antunes Ferreira Silva, Enfermeira Chefe e Rosa Maria Santos Bernardino Amaro, Enfermeira.

18 de março de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

206863993

Aviso (extrato) n.º 4680/2013

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de Procedimento concursal aberto por aviso 10926/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2012, com a trabalhadora Marta Cristina Belmonte Pereira, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra, com a remuneração correspondente às 1.ª e 2.ª posições remuneratórias intercalares da respetiva categoria, correspondente a 1.252,71€.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º e 21.º da Lei n.º 12.º A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Fernanda Vicente Palma, Enfermeira Chefe.

Vogais efetivos: Maria Júlia Matos Anastácio, Enfermeira Chefe, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos e Rute Leonor Robalo Silva Rego, Enfermeira.

Vogais suplentes: Maria Amélia Conceição Antunes Ferreira Silva, Enfermeira Chefe e Rosa Maria Santos Bernardino Amaro, Enfermeira.

18 de março de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

206864065

Aviso (extrato) n.º 4681/2013

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de Procedimento concursal aberto por aviso 10926/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2012, com a trabalhadora Ângela Marisa Afonso Morais de Carvalho, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória intercalar da respetiva categoria, correspondente a 1.201,48€.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º e 21.º da Lei n.º 12.º A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Fernanda Vicente Palma, Enfermeira Chefe.

Vogais efetivos: Maria Júlia Matos Anastácio, Enfermeira Chefe, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos e Rute Leonor Robalo Silva Rego, Enfermeira.

Vogais suplentes: Maria Amélia Conceição Antunes Ferreira Silva, Enfermeira Chefe e Rosa Maria Santos Bernardino Amaro, Enfermeira.

18 de março de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

206864495

Aviso (extrato) n.º 4682/2013

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de Procedimento concursal aberto por aviso 10926/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2012, com a trabalhadora Sandra Cristina Sendim Monteiro Martins, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Enfermeiro do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra, com a remuneração correspondente à 1.ª a 2.ª posição remuneratória intercalar da respetiva categoria, correspondente a 1.369,03€.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º e 21.º da Lei n.º 12.º A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Fernanda Vicente Palma, Enfermeira Chefe.

Vogais efetivos: Maria Júlia Matos Anastácio, Enfermeira Chefe, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos e Ana Paula Oliveira Pereira, Enfermeira.

Vogais suplentes: Maria Amélia Conceição Antunes Ferreira Silva, Enfermeira Chefe e Francelina Conceição Cruz, Enfermeira.

18 de março de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

206863782

Aviso (extrato) n.º 4683/2013

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de Procedimento concursal aberto por aviso 10926/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2012, com a trabalhadora Aurora Gracinda Bento Ramos, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra, com a remuneração correspondente à 1.ª e 2.ª posições remuneratórias intercalares da respetiva categoria, correspondente a 1.252,71€.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º e 21.º da Lei n.º 12.º A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Fernanda Vicente Palma, Enfermeira Chefe.

Vogais efetivos: Maria Júlia Matos Anastácio, Enfermeira Chefe, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos e Ana Paula Oliveira Pereira, Enfermeira.

Vogais suplentes: Maria Amélia Conceição Antunes Ferreira Silva, Enfermeira Chefe e Francelina Conceição Cruz, Enfermeira.

18 de março de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

206864016

Aviso (extrato) n.º 4684/2013

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de Procedimento concursal aberto por aviso 10926/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2012, com a trabalhadora Lúcia de Lurdes Cardita Baptista, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de enfermeiro do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal II — Seixal-Sesimbra, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória intercalar da respetiva categoria, correspondente a 1.201,48 €.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º e 21.º da Lei n.º 12.º A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Fernanda Vicente Palma, Enfermeira Chefe.

Vogais efetivos: Maria Júlia Matos Anastácio, Enfermeira Chefe, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos e Ana Paula Oliveira Pereira, Enfermeira.

Vogais suplentes: Maria Amélia Conceição Antunes Ferreira Silva, Enfermeira Chefe e Francelina Conceição Cruz, Enfermeira.

18 de março de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo, Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

206864632

Despacho (extrato) n.º 4811/2013

Por despacho do Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 2013-02-22, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna, nos termos do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 64-A/2008 de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010 de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011 de 30 de dezembro e 66/2012 de 31 de dezembro, a Luís Anastácio Ferreira Afonso, assistente graduado sénior da carreira especial médica de medicina geral e familiar, do mapa de pessoal do Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central, para o Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte.

25 de março de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

206864657

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.**Deliberação n.º 878/2013****Delegação de competências**

I — No uso da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, no Despacho n.º 12729/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 23 de Setembro de 2011, e em conformidade com o disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, o Conselho Diretivo delibera delegar e subdelegar em cada um dos seus membros, no Presidente, Mestre José Alberto Noronha Marques Robalo, no Vogal, Licenciado António Marciano Graça Lopes, e na Vogal, Mestre Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques, as competências para a prática dos seguintes atos:

II — Delegação:

1 — No âmbito das competências em matéria da prestação de cuidados de saúde na região:

- a) Dar parecer sobre os orçamentos das instituições e serviços públicos prestadores de cuidados de saúde;
- b) Efetuar auditorias, sem prejuízo das competências legalmente conferidas a outras entidades, designadamente a competência sancionatória da Entidade Reguladora da Saúde e as competências inspetivas da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde;
- c) Promover as medidas necessárias para a melhoria do funcionamento dos serviços e ao pleno aproveitamento da capacidade dos recursos humanos e materiais;
- d) Licenciar unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde;
- e) Instaurar e decidir processos de contraordenação, bem assim como aplicar as respetivas sanções, quando estes sejam atribuição da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.

2 — No âmbito das competências de orientação e gestão do instituto, incluindo relativamente aos ACES e centros de saúde da sua área geográfica:

- a) Acompanhar e avaliar sistematicamente a atividade desenvolvida, designadamente responsabilizando os diferentes serviços pela utilização dos meios postos à sua disposição e pelos resultados atingidos;
- b) Elaborar o balanço social, nos termos da lei aplicável;
- c) Exercer os poderes de direção, gestão e disciplina do pessoal;
- d) Praticar os demais atos de gestão corrente resultantes da aplicação dos estatutos e necessários ao bom funcionamento dos serviços;
- e) Elaborar pareceres, estudos e informações que lhe sejam solicitados pelo membro do Governo da tutela;
- f) Constituir mandatários do instituto, em juízo e fora dele, incluindo com o poder de substabelecer.

2.1. — No âmbito da gestão dos recursos humanos:

- a) Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho extraordinário, nos termos dos artigos 158.º e seguintes do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro;
- b) Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho em dia de descanso semanal, de descanso complementar e de feriado;
- c) Justificar ou injustificar faltas e conceder licenças sem remuneração, nos termos dos artigos 234.º e seguintes do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro;
- d) Mandar verificar o estado de doença comprovada por atestado médico, bem como mandar submeter os funcionários ou agentes a junta

médica, nos termos dos artigos 36.º, 37.º e 39.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março;

e) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual;

f) Dinamizar o processo de avaliação do desempenho dos funcionários e agentes, garantindo a aplicação uniforme daquela, nomear o respetivo conselho de coordenação e homologar as avaliações anuais e decidir as reclamações dos avaliados;

g) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença, bem como o exercício de funções em situação que dê lugar a reversão do vencimento do exercício e o respetivo processamento;

h) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os trabalhadores tenham direito nos termos da lei;

i) Aprovar a lista de antiguidade dos trabalhadores e decidir das respetivas reclamações;

j) Intervir no processo de exercício dos direitos conferidos para a proteção da maternidade e paternidade;

k) Praticar todos os atos relativos à aposentação dos trabalhadores, salvo no caso de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os atos respeitantes ao regime de segurança social da função pública, incluindo os referentes a acidentes em serviço, autorizando o processamento das respetivas despesas até aos limites legais fixados;

l) Autorizar, nos termos da lei, a denúncia e a cessação dos contratos de trabalho a termo resolutivo;

m) Autorizar os trabalhadores a comparecer em juízo quando requisitados nos termos da lei de processo;

2.2. — No domínio da gestão financeira e patrimonial:

a) Gerir as receitas e autorizar as despesas com aquisição de bens e serviços até ao montante de € 200.000;

b) Elaborar a conta de gerência;

c) Assegurar as condições necessárias ao exercício do controlo financeiro e orçamental pelas entidades legalmente competentes;

d) Despachar os assuntos de gestão corrente relativamente a todos os serviços, nomeadamente praticar todos os atos subsequentes às autorizações de despesa, e movimentar todas as contas, quer a débito quer a crédito, incluindo assinatura de cheques, em conjunto com outro membro do conselho diretivo, ou com um diretor ou funcionário com poderes delegados ou subdelegados para o efeito, bem assim como outras ordens de pagamento e transferências necessárias à execução das decisões proferidas nos processos;

e) Autorizar a atualização de contratos de seguros e de arrendamento sempre que resulte de imposição legal;

f) Autorizar a prestação de serviços e a venda de produtos, fixando os respetivos preços até ao montante de € 20 000, bem como a alienação de bens móveis e o abate dos mesmos, observados os condicionalismos legais;

g) Autorizar deslocações em serviço em território nacional nos termos da lei, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

h) Autorizar a utilização de veículo próprio em serviço oficial, nos termos conjugados dos artigos 20.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, desde que devidamente fundamentada;

i) Autorizar as despesas resultantes de indemnizações a terceiros ou da recuperação de bens afetos ao serviço danificados por acidentes com intervenção de terceiros até ao limite de € 20 000;

j) Autorizar a aquisição de fardamento, resguardos e calçado, findos os períodos legais de duração;

k) Autorizar o processamento de despesas cujas faturas por motivo justificado deem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar, em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 265/78, de 30 de agosto;

l) Autorizar a reposição em prestações prevista no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.

3 — No domínio de outras competências legalmente detidas:

a) Autenticar os livros de reclamações dos serviços de atendimento ao público, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/96, de 31 de outubro, bem assim os das unidades privadas de saúde, nos termos da legislação aplicável;

b) Autorizar a condução de viaturas oficiais em serviço por parte dos respetivos funcionários e agentes, sendo aquela autorização conferida caso a caso, mediante adequada fundamentação, de acordo com o regime legal previsto;

c) Autorizar a passagem de certidões de documentos que contenham matéria confidencial e quando não haja interesse direto do requerente;

d) Apreciar e decidir sobre recursos hierárquicos necessários ou facultativos;

e) Aprovar as escalas de turnos das farmácias de oficina, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 7/2008;

f) Aprovar a lista dos estabelecimentos da rede pública de saúde que realizam o exame de rastreio previsto no n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 18/2007, de 17 de maio.

III — Subdelegação:

No âmbito da gestão interna dos recursos humanos:

a) Autorizar a prestação e o pagamento do trabalho extraordinário, nos termos do n.º 2 do artigo 161.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro;

b) Autorizar a inscrição e a participação dos trabalhadores em funções públicas em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram fora do território nacional, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, do Conselho da Europa e da Organização Mundial da Saúde, nos termos da legislação aplicável e com observância do disposto no Despacho n.º 867/2002 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2002;

c) Autorizar pedidos de equiparação a bolseiro no país ou no estrangeiro, nos termos dos Decretos-Leis n.os 272/88, de 3 de Agosto, e 282/89, de 23 de Agosto;

d) Autorizar deslocações e transporte de avião, em serviço, e a título excepcional devidamente fundamentado, em território nacional, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, e pagamento de abonos, antecipados ou não, nos termos da legislação em vigor;

e) Autorizar a atribuição de telemóvel, nos termos do n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2002, de 1 de Agosto.

IV — A presente deliberação produz efeitos desde 29 de maio de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes delegados e subdelegados, tenham sido praticados pelos referidos dirigentes.

25 de março de 2013. — O Conselho Diretivo: *José Alberto Noronha Marques Robalo*, presidente — *António Marciano Graça Lopes*, vogal — *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*, vogal.

206863839

Deliberação n.º 879/2013

Delegação de competências

Nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 35.º e dos artigos 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo e no âmbito das competências referidas no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, bem como, no uso das competências conferidas pelo artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com a nova redação do Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março, artigos 109.º e 110.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Conselho Diretivo delibera delegar na diretora executiva do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central — Dra. Teresa Maria Miguens de Sousa Machado Caldas de Almeida, as competências para a prática dos seguintes atos no âmbito do serviço desconcentrado:

No âmbito da gestão dos recursos humanos do agrupamento de centros de saúde (ACES):

1) Elaborar o balanço social do ACES, nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro;

2) Adotar e autorizar os horários de trabalho do pessoal do ACES que se mostrem mais adequados ao funcionamento dos serviços, observados os condicionalismos legais;

3) Organizar o trabalho por turnos sempre que o período de funcionamento ultrapasse os limites máximos dos períodos normais de trabalho, nos termos dos artigos 149.º e seguintes do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas e das respetivas carreiras quando detenham um regime específico nesta matéria;

4) Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho extraordinário, nos termos da legislação em vigor, inscrito em plano fixado para o ACES, previamente autorizado pelo Conselho Diretivo;

5) Mandar verificar e fiscalizar o estado de doença comprovada por certificado de incapacidade temporária, bem como mandar submeter os trabalhadores a junta médica;

6) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os trabalhadores tenham direito nos termos da lei;

7) Intervir no processo de exercício dos direitos conferidos para a proteção da maternidade e da paternidade;

8) Conceder o estatuto de trabalhador-estudante, em particular na eventual obtenção do acordo a que se refere o artigo 94.º do Regulamento do Contrato de Trabalho em Funções Públicas;

9) Praticar todos os atos relativos à aposentação dos trabalhadores e, em geral, todos os atos respeitantes ao regime de segurança social dos trabalhadores em funções públicas, incluindo os referentes a acidentes de trabalho, procedendo à respetiva qualificação e autorizando o processamento das respetivas despesas até aos limites legalmente fixados;

10) Autorizar e reconhecer o direito à redução de uma hora em cada ano no horário de trabalho semanal, até que o mesmo perfaça 35 horas semanais, sem perda de regalias, aos médicos da carreira de clínica geral que o requererem, nos termos do n.º 13.º do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de março, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2007, de 23 de fevereiro;

11) Autorizar a acumulação de atividades ou funções, públicas ou privadas, nos termos da lei, e verificar da inexistência de situações de acumulação de funções não autorizadas, bem como fiscalizar, em geral, a estrita observância das garantias de imparcialidade no desempenho de funções públicas;

12) Autorizar as modalidades de mobilidade interna dentro do próprio ACES previstas no artigo 60.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, obedecendo ao disposto no artigo 59.º, com exclusão das situações das quais resulte ou possa vir a resultar aumento de encargos com o contrato de trabalho respetivo, sempre de acordo com os planos de atividades anuais;

13) Autorizar deslocações em serviço, em território nacional, pelo meio de transporte mais adequado e económico, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, de acordo com os termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 106/98 de 24 de abril;

14) Desenvolver as medidas necessárias para que sejam cumpridos os requisitos legais e temporais do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

No domínio da gestão financeira e patrimonial do ACES:

1) Autorizar a realização de despesas, em conformidade com o previsto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e no Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março, inerentes à gestão dos centros de saúde do ACES, com obras e aquisições de bens e serviços, nos termos da legislação em vigor, até ao montante de 50000€ e dentro dos limites orçamentais fixados;

2) Movimentar as contas bancárias, quer a débito, quer a crédito, incluindo assinatura de cheques, com obrigatoriedade de duas assinaturas, bem assim como outras ordens de pagamento e transferências de fundos necessários à gestão das unidades funcionais que integram o ACES, em execução das decisões proferidas nos processos;

3) Autorizar a constituição de fundos de maneios até ao limite de 250€ e garantir que o fundo fixo de caixa não excede 500€;

4) Autorizar a aquisição de fardamento, resguardos e calçado, findos os períodos legais de duração;

5) Promover a atualização de contratos de seguros e de arrendamento sempre que resulte de imposição legal;

6) Propor ao Conselho Diretivo da ARS, a alienação de bens móveis e o abate dos mesmos nos termos do Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de dezembro;

7) Autorizar a utilização de veículo próprio em serviço oficial, nos termos conjugados dos artigos 20.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, desde que devidamente fundamentada;

8) Autorizar a reposição em prestações prevista no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho;

9) Autorizar a atribuição do subsídio de lavagem de viaturas;

10) Autorizar reembolsos a utentes e participações advenientes de despachos ministeriais.

No domínio de outras competências:

1) Autenticar os livros de reclamações dos serviços de atendimento ao público, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/96, de 31 de outubro;

2) Outorgar protocolos visando a realização de estágios profissionais no ACES, desde que a entidade beneficiária disponha de protocolo-base celebrado nesta área com a Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P. e que da celebração do protocolo com o ACES não decorram encargos financeiros;

3) Outorgar acordos ocupacionais previamente autorizados pelo Conselho Diretivo;

4) Autorizar a condução de viaturas oficiais aos trabalhadores, sendo esta autorização conferida caso a caso, mediante adequada fundamentação de acordo com o regime previsto nos n.os 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17/11.

5) Subdelegar em todos os níveis de pessoal de chefia, ou com responsabilidades de coordenação, as competências ora delegadas, exceto as relativas ao sistema de avaliação do desempenho.

A presente deliberação produz efeitos a 20 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes delegados, tenham sido praticados pelos referidos diretores executivos.

25 de março de 2013. — O Conselho Diretivo: *José Alberto Noronha Marques Robalo*, presidente — *António Marciano Graça Lopes*, vogal — *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*, vogal.

206863628

Deliberação n.º 880/2013

Delegação de competências

I — No âmbito do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, da Portaria n.º 157/2012, de 22 de maio, nos termos dos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, o Conselho Diretivo delibera delegar nos diretores do Departamento de Saúde Pública e Planeamento, do Departamento de Contratualização, do Departamento de Gestão e Administração Geral e na Coordenadora do Gabinete de Instalações e Equipamentos, respetivamente, Dra. Filomena Maria Micaela Oliveira Araújo, Dr. António Armando Sousa Duarte, Dr. Luís Manuel da Silva Pereira e Arq. Maria Manuela Varela Teles de Macedo e Sousa, as competências e concede-se as autorizações para a prática dos seguintes atos:

1 — No âmbito da gestão de recursos humanos:

a) Elaborar e executar o plano de gestão provisional do pessoal, bem como o correspondente plano de formação, e afetar o pessoal aos diversos serviços, em função dos objetivos e prioridades fixados nos respetivos planos de atividade;

b) Autorizar o exercício de funções a tempo parcial e a prestação de horas extraordinárias, bem como adotar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento do serviço, observados os condicionamentos legais;

c) Justificar ou injustificar faltas;

d) Autorizar o gozo e acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual;

e) Autorizar a passagem de certidões de documentos que contenham matéria confidencial e quando não haja interesse direto do requerente;

2 — No âmbito da gestão orçamental e realização de despesas:

a) Autorizar despesas com aquisição de bens e serviços até ao montante de € 50.000, em conformidade com o previsto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e no Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março;

b) Designar os júris e delegar a competência para proceder à audiência prévia, nos procedimentos de valor igual ao agora delegado;

c) Proceder à prática de atos consequentes ao do ato de autorização da escolha do procedimento cujo valor não exceda o agora delegado;

d) Despachar os assuntos de gestão corrente relativamente ao Departamento e suas Unidades;

e) Autorizar deslocações em serviço, em território nacional, pelo meio de transporte mais adequado e económico, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes e títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

f) Qualificar como acidente em serviço os sofridos por funcionários e agentes e autorizar o processamento das respetivas despesas, até ao limite de € 5 000;

3 — No âmbito da gestão de instalações e equipamentos:

a) Superintender na utilização racional das instalações afetas ao respetivo serviço, bem como na sua manutenção e conservação;

b) Velar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho;

c) Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos afetos ao respetivo Departamento;

II — Delega-se ainda nos mesmos dirigentes, nas condições que se indicam na parte I, a autorização para assinar toda a correspondência e o expediente necessários à recolha de elementos para instrução dos processos, com exceção da que for endereçada aos serviços centrais de competência técnico-normativa específica, bem como aos órgãos do Estado.

III — A presente deliberação produz efeitos desde 29 de maio de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes delegados, tenham sido praticados pelos referidos dirigentes.

25 de março de 2013. — O Conselho Diretivo: *José Alberto Noronha Marques Robalo*, presidente — *António Marciano Graça Lopes*, vogal — *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*, vogal.

206863733

Deliberação n.º 881/2013

Delegação de Competências

I — No âmbito do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, e da Portaria n.º 157/2012, de 22 de maio, nos termos dos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, o Conselho Diretivo delibera delegar no chefe da equipa multidisciplinar para a área da coordenação da intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências, em articulação com as orientações nacionais emanadas pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), Dr. Manuel Dinis Cardoso Cortes, as competências e concede-se as autorizações para a prática dos seguintes atos:

1 — No âmbito da gestão de recursos humanos:

a) Elaborar e executar o plano de gestão provisional do pessoal, bem como o correspondente plano de formação, e afetar o pessoal aos diversos serviços, em função dos objetivos e prioridades fixados nos respetivos planos de atividade;

b) Autorizar o exercício de funções a tempo parcial e a prestação de horas extraordinárias, bem como adotar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento do serviço, observados os condicionamentos legais;

c) Justificar ou injustificar faltas;

d) Autorizar o gozo e acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual;

e) Autorizar a passagem de certidões de documentos que contenham matéria confidencial e quando não haja interesse direto do requerente;

2 — No âmbito da gestão orçamental e realização de despesas:

a) Autorizar despesas com aquisição de bens e serviços até ao montante de € 50.000, em conformidade com o previsto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e no Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março;

b) Designar os júris e delegar a competência para proceder à audiência prévia, nos procedimentos de valor igual ao agora delegado;

c) Proceder à prática de atos consequentes ao do ato de autorização da escolha do procedimento cujo valor não exceda o agora delegado;

d) Despachar os assuntos de gestão corrente relativamente ao Departamento e suas Unidades;

e) Autorizar deslocações em serviço, em território nacional, pelo meio de transporte mais adequado e económico, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes e títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

f) Qualificar como acidente em serviço os sofridos por funcionários e agentes e autorizar o processamento das respetivas despesas, até ao limite de € 5 000;

3 — No âmbito da gestão de instalações e equipamentos:

a) Superintender na utilização racional das instalações afetas ao respetivo serviço, bem como na sua manutenção e conservação;

b) Velar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho;

c) Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos afetos à Unidade;

II — Delega-se ainda, nas condições que se indicam na parte I, a autorização para assinar toda a correspondência e o expediente necessários à recolha de elementos para instrução dos processos, com exceção da que for endereçada aos serviços centrais de competência técnico-normativa específica, bem como aos órgãos do Estado.

III — A presente deliberação produz efeitos desde 29 de maio de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes delegados, tenham sido praticados pelo referido dirigente.

25 de março de 2013. — O Conselho Diretivo: *José Alberto Noronha Marques Robalo*, presidente — *António Marciano Graça Lopes*, vogal — *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*, vogal.

206863693

Deliberação n.º 882/2013**Delegação de Competências**

I — No âmbito do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, da Portaria n.º 157/2012, de 22 de maio, nos termos dos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, o Conselho Diretivo delibera delegar na Coordenadora da Unidade de Gestão de Recursos Humanos, Dra. Carmen de Jesus Rosado Mendes Ramos, as competências e concede-se as autorizações para a prática dos seguintes atos:

1 — No âmbito da gestão de recursos humanos:

a) Elaborar e executar o plano de gestão provisional do pessoal, bem como o correspondente plano de formação, e afetar o pessoal aos diversos serviços, em função dos objetivos e prioridades fixados nos respetivos planos de atividade;

b) Autorizar o exercício de funções a tempo parcial e a prestação de horas extraordinárias, bem como adotar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento do serviço, observados os condicionaisismos legais;

c) Justificar ou injustificar faltas;

d) Autorizar o gozo e acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual;

e) Autorizar a passagem de certidões de documentos que contenham matéria confidencial e quando não haja interesse direto do requerente;

2 — No âmbito da gestão de instalações e equipamentos:

a) Superintender na utilização racional das instalações afetas ao respetivo serviço, bem como na sua manutenção e conservação;

b) Velar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho;

c) Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos afetos à Unidade;

II — Delega-se ainda, nas condições que se indicam na parte I, a autorização para assinar toda a correspondência e o expediente necessários à recolha de elementos para instrução dos processos, com exceção da que for endereçada aos serviços centrais de competência técnico-normativa específica, bem como aos órgãos do Estado.

III — A presente deliberação produz efeitos desde 20 de junho de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes delegados, tenham sido praticados pela referida dirigente.

25 de março de 2013. — O Conselho Diretivo: *José Alberto Noronha Marques Robalo*, presidente — *António Marciano Graça Lopes*, vogal — *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*, vogal.

206863685

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

Contrato (extrato) n.º 221/2013**Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**

Nos termos e para os efeitos do previsto na alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, entre o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, representado pelo Presidente do Conselho Diretivo, Prof. Doutor José Pereira Miguel e a trabalhadora a seguir elencada, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir do dia 1 de março de 2013, ficando a mesma integrada na categoria/carreira de técnico superior:

Número de identificação fiscal	Nome	Nível remuneratório	Remuneração base
106874268	Luísa Maria Nunes Pereira	15	1.201,48€
166409740	Maria da Graça de Azevedo Pena Matias da Silva	15	1.201,48€

28 de março de 2013. — A Diretora de Gestão de Recursos Humanos, *Paula Caires da Luz*.

206863393

Despacho n.º 4812/2013

Por despacho de 25/03/2013, do Exmo. Senhor Presidente do INSA, IP, Prof. Doutor José Pereira Miguel, torna-se público que, nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com os n.º 2 do artigo 73.º, n.º 1 do artigo 75.º e alínea c) do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, em conjugação com a cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 24 de setembro e do Regulamento de Extensão n.º 1 -A/2010, de 1 de março, a trabalhadora abaixo indicada, concluiu com sucesso, o período experimental na categoria/carreira de assistente técnico, na sequência da celebração com este Instituto, do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Ana Paula Stoffel Fonseca — 12,78 valores

26 de março de 2013. — A Diretora de Gestão de Recursos Humanos, *Paula Caires da Luz*.

206863458

MINISTÉRIOS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinetes do Secretário de Estado da Saúde
e da Secretária de Estado da Ciência

Despacho n.º 4813/2013

O número de médicos internos a quem pode ser reconhecido o estatuto de interno doutorando e as áreas prioritárias de investigação clínica devem ser fixados anualmente.

Dada a necessidade de dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento dos Internos Doutorandos aprovado pela Portaria n.º 172/2008, de 15 de fevereiro, com a redação dada pela Portaria n.º 477/2010, de 9 de julho, procede-se à fixação do número de médicos

internos a quem pode ser reconhecido o estatuto de interno doutorando e definem-se as áreas prioritárias a considerar em 2013.

Assim, determina-se:

1 - O número de internos admitidos nos programas de doutoramento com base em investigação clínica, abrangidos pelo Regulamento dos Internos Doutorandos, aprovado pela Portaria n.º 172/2008, de 15 de fevereiro, com a redação dada pela Portaria n.º 477/2010, de 9 de julho para o ano de 2013, é fixado em 30.

2 - São consideradas áreas prioritárias de doutoramento com base em investigação clínica abrangidas pelo Regulamento dos Internos Doutorandos aprovado pela Portaria n.º 172/2008, de 15 de fevereiro, com a redação dada pela Portaria n.º 477/2010, de 9 de julho, as seguintes áreas de investigação clínica:

a) Cirurgia plástica, estética e reconstrutiva;

b) Cirurgia;

c) Dermatologia;

d) Doenças cardiovasculares;

e) Doenças do foro mental;

f) Doenças infecciosas;

g) Doenças oncológicas;

h) Doenças respiratórias;

i) Gastrenterologia;

j) Genética Médica;

k) Ginecologia/Obstetrícia;

l) Hematologia;

m) Medicina geral e familiar;

n) Neurociências;

o) Oftalmologia;

p) Radiodiagnóstico;

q) Reumatologia;

r) Saúde dos idosos;

s) Saúde materna e infantil;

t) Saúde pública e organização dos serviços de saúde;

u) Problemas de saúde especialmente associados aos grupos mais vulneráveis da população portuguesa.

3- As patologias e domínios da intervenção clínica visados poderão abranger cuidados desenvolvidos nos níveis ambulatorio, domiciliário e hospitalar.

4- O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

27 de março de 2013. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*. — A Secretária de Estado da Ciência, *Maria Leonor de Sá Barreiros da Silva Parreira*.

206861092

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinete do Ministro

Despacho normativo n.º 5/2013

A Direção-Geral de Educação (DGE) do Ministério da Educação e Ciência, cuja orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro, integra o Júri Nacional de Exames (JNE), sem prejuízo da sua autonomia técnica, o qual tem por atribuição organizar, coordenar e planificar o processo de avaliação externa da aprendizagem, o processo de realização das provas de equivalência à frequência dos ensinos básico e secundário, bem como a validação das condições de acesso dos alunos à realização de provas e exames e consequente certificação dos seus currículos.

No processo de avaliação externa da aprendizagem o JNE deve ser reconhecido interna e externamente como o garante da equidade entre todos os alunos, consignado na visão *Certificar com Equidade*.

Tendo em conta a necessária credibilidade da sua atuação junto da comunidade educativa, o JNE fundamenta a sua intervenção na projeção e defesa constante dos princípios de equidade, justiça, rigor e ética, bem como no cumprimento da mais estrita legalidade e na salvaguarda do interesse de todos e de cada aluno.

A avaliação externa da aprendizagem é reconhecidamente, em qualquer sistema de ensino, uma componente fundamental e indissociável do processo de ensino e aprendizagem dos alunos e será formalizada, em 2013, pelas provas finais dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, pelos exames finais nacionais do ensino secundário e pelos exames a nível de escola equivalentes aos exames nacionais.

As medidas implementadas no sistema educativo português obrigaram a algumas alterações legislativas, com reflexo no processo de realização das provas finais e exames e na estrutura do Regulamento das Provas e dos Exames do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

O presente diploma reflete algumas das principais alterações ao sistema de avaliação da aprendizagem, nomeadamente, a introdução de provas finais e provas de equivalência à frequência no 1.º ciclo do ensino básico, os ajustamentos na concessão de condições especiais de exame para alunos com necessidades educativas especiais, a obrigatoriedade de realização de exames finais nacionais do ensino secundário para efeito de prosseguimento de estudos dos alunos dos cursos científico-humanísticos do ensino recorrente, dos cursos do ensino artístico especializado e dos cursos profissionais.

Assim:

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, o Despacho Normativo n.º 24-A/2012, de 6 de dezembro, que regulamenta a avaliação do ensino básico, as Portarias n.ºs 242/2012 e 243/2012, ambas de 10 de agosto, as Portarias n.ºs 243-A/2012 e 243-B/2012, ambas de 13 de agosto, com as alterações introduzidas respetivamente pelas Portarias n.ºs 419-A/2012 e 419-B/2012, ambas de 20 de dezembro, a Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro, para os cursos de nível secundário de educação e, ainda, o Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.

Ao abrigo do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 125/2011, de 29 de dezembro, e no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro, e considerando o disposto no artigo 2.º da Portaria n.º 258/2012, de 28 de agosto, determino o seguinte:

1. São aprovados:

- O Regulamento do Júri Nacional de Exames;
- O Regulamento das Provas e dos Exames do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

2. Os Regulamentos mencionados no número anterior, constantes, respetivamente, dos Anexos I e II ao presente Despacho, e do qual fazem parte integrante, aplicam-se a partir do ano letivo de 2012/2013.

3. É revogado o Despacho Normativo n.º 6/2012, de 10 de abril.

28 de março de 2013. — Pelo Ministro da Educação e Ciência, *João Henrique de Carvalho Dias Grancho*, Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário.

ANEXO I

REGULAMENTO DO JÚRI NACIONAL DE EXAMES

Artigo 1.º

Atribuições

O Júri Nacional de Exames, doravante abreviadamente designado por JNE, está integrado na Direção-Geral da Educação (DGE), sem prejuízo da sua autonomia técnica, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro, e tem como atribuições a organização do processo de avaliação externa da aprendizagem, bem como a validação das condições de acesso dos alunos à realização de provas e exames e consequente certificação dos seus currículos.

Artigo 2.º

Composição

1. O JNE é composto pela comissão permanente, pelos coordenadores das delegações regionais e pelos responsáveis dos agrupamentos de exames.

2. A comissão permanente funciona no âmbito da Direção de Serviços do Júri Nacional de Exames e é constituída pelo Presidente do JNE e pelos técnicos superiores e secretariado daquela direção de serviços.

3. A comissão coordenadora do JNE é constituída pela comissão permanente e pelos coordenadores das delegações regionais e reúne por iniciativa do Presidente do JNE.

4. O Presidente do JNE, sempre que se justifique, reúne a comissão coordenadora para acompanhamento do processo de avaliação externa da aprendizagem, podendo também, em situações especiais, convocar o plenário do JNE, o qual é constituído pela comissão permanente, pelos coordenadores das delegações regionais do JNE e pelos responsáveis dos agrupamentos de exames.

5. Os elementos da comissão permanente do JNE são designados por despacho do membro do Governo competente, sob proposta do Diretor-Geral da DGE, sendo a designação dos coordenadores das delegações regionais e dos responsáveis dos agrupamentos de exames da competência do Diretor-Geral da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) ou do Secretário Regional de Educação, no caso das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

6. As delegações regionais do JNE são constituídas pelo coordenador e pelos responsáveis dos agrupamentos de exames de cada região.

7. Os coordenadores das delegações regionais do JNE e os responsáveis dos agrupamentos de exames são coadjuvados pelos professores considerados necessários ao funcionamento dos serviços, a nomear por despacho do Diretor-Geral da DGEstE ou do Diretor Regional de Educação, no caso das regiões autónomas, competindo a um dos professores que os integram, que será designado para o efeito, a substituição do coordenador ou do responsável do agrupamento nas suas ausências e impedimentos.

8. Pode ainda ser afeto pelo Diretor-Geral da DGEstE ou pelo Diretor Regional de Educação, no caso das regiões autónomas, sob proposta dos coordenadores das delegações regionais do JNE, o pessoal não docente julgado indispensável para assegurar os serviços das delegações regionais do JNE e dos agrupamentos de exames.

Artigo 3.º

Funcionamento

1. O JNE elabora o seu regulamento interno de funcionamento, que submete à aprovação do Diretor-Geral da Educação.

2. O JNE deve zelar pelo cumprimento do Regulamento das Provas e dos Exames do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

3. Os membros do JNE e restantes elementos docentes e não docentes referidos nos números 7 e 8 do artigo 2.º ficam especialmente obrigados ao dever de sigilo em relação a toda a informação de natureza confidencial de que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

4. Os elementos das equipas das estruturas regionais do JNE, professores e pessoal não docente, ficam prioritariamente afetos à execução dos trabalhos inerentes ao processo de provas e exames, sendo dispensados de outros serviços nas escolas, com exceção das atividades letivas e de avaliação escolar.

5. Os serviços prestados pelos docentes e técnicos das estruturas regionais do JNE são remunerados conforme despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis, respetivamente do Ministério das Finanças e do Ministério da Educação e Ciência.

Artigo 4.º

Âmbito de intervenção

1. É da responsabilidade do JNE a classificação, reapreciação e reclamação das seguintes provas e exames:

- a) Provas finais dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico de Português e de Matemática, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho;
- b) Exames finais nacionais das disciplinas bienais e trienais das componentes de formação geral e específica dos cursos regulados pelo Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho;
- c) Provas e exames a nível de escola equivalentes a nacionais;
- d) Provas de exame mencionadas nas alíneas a) e b) realizadas em escolas portuguesas no estrangeiro ou com currículo português no estrangeiro.

2. Cabe ainda ao JNE a reapreciação e reclamação das provas de equivalência à frequência dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

Artigo 5.º

Competências

1. Ao JNE compete, designadamente:

- a) Coordenar e planificar a realização das provas finais de ciclo, dos exames finais nacionais, dos exames a nível de escola equivalentes aos nacionais, das provas de equivalência à frequência dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e organizar a respetiva logística;
- b) Estabelecer as normas técnicas para classificação das provas finais de ciclo, dos exames finais nacionais, dos exames a nível de escola equivalentes aos nacionais e das provas de equivalência à frequência dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, bem como as referentes à reapreciação e reclamação das provas;
- c) Promover os mecanismos de apoio à prestação de provas finais de ciclo e de exames finais nacionais por parte dos alunos com necessidades educativas especiais;
- d) Definir os procedimentos relativos à realização das provas finais de ciclo, dos exames finais nacionais, dos exames a nível de escola equivalentes aos nacionais, das provas de equivalência à frequência e à respetiva classificação;
- e) Elaborar as orientações adequadas por forma a garantir a qualidade do processo de avaliação externa da aprendizagem;
- f) Autorizar a afixação das pautas nas escolas;
- g) Disponibilizar os dados estatísticos e respetiva análise referentes à avaliação externa da aprendizagem;
- h) Propor os normativos legais de suporte à realização das provas de avaliação externa;
- i) Emitir parecer sobre as questões relativas ao processo de avaliação externa;
- j) Validar as condições de acesso dos alunos à realização de provas finais de ciclo e de exames finais nacionais e consequente certificação dos seus currículos;
- k) Decidir sobre situações imprevistas ocorridas em qualquer das chamadas ou fases das provas e exames;
- l) Elaborar um relatório no final de cada ano escolar de apreciação do processo de inscrição, realização, classificação, reapreciação e reclamação de provas e exames, bem como do respetivo sistema de informação;
- m) Desenvolver durante o processo de realização de provas de avaliação externa os procedimentos adequados para garantir a segurança, a confidencialidade e a equidade, quando necessário, em articulação com o Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE);
- n) Colaborar com o GAVE na definição de critérios relativos à formação de professores no domínio da avaliação externa da aprendizagem;
- o) Assegurar a colaboração com o GAVE no processo da avaliação externa da aprendizagem, garantindo a coerência entre currículo e avaliação.

2. O presidente do JNE pode, na ocorrência de circunstâncias excecionais durante o processo de provas e exames - realização, classificação, reapreciação, reclamação ou qualquer outro momento, recorrer a procedimentos que considere adequados para garantir a equidade nas provas de avaliação externa, sendo a decisão articulada com o GAVE, sempre que tal se justifique.

3. O JNE, durante todo o processo das provas de avaliação externa, pode enviar às escolas as orientações que considerar pertinentes para garantir a qualidade deste serviço.

4. Caso se verifique a necessidade de anulação de alguma questão ou item constante do enunciado das provas de avaliação externa durante o processo de realização e classificação das provas, o presidente do JNE

determinará, em articulação com o GAVE, a aplicação de um fator de majoração.

5. O presidente do JNE pode delegar nos coordenadores das delegações regionais do JNE e nos responsáveis dos agrupamentos de exames as competências que considerar necessárias ao funcionamento eficaz dos serviços de classificação e reapreciação das provas e exames, incluindo a competência para decidir os processos de reapreciação.

6. As delegações regionais do JNE e os agrupamentos de exames são responsáveis, nas escolas da sua área de influência, pela organização e operacionalização de um conjunto complexo de ações, com o objetivo de concretizar, de forma eficaz, as atribuições do JNE em todo o processo de avaliação externa da aprendizagem.

Artigo 6.º

Classificação das provas de avaliação externa

1. Para organização do serviço de classificação das provas de avaliação externa, compete aos serviços regionais da DGEstE em articulação com os respetivos coordenadores das delegações regionais do JNE:

- a) Proceder ao agrupamento dos estabelecimentos de ensino público -agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas - e dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo dotados de autonomia ou paralelismo pedagógico, tendo em vista a organização do serviço de classificação das provas de avaliação externa;
- b) Propor para decisão do JNE a constituição de agrupamentos de exames por áreas pedagógicas ou por outras referências, tendo em conta a eficácia e a eficiência na operacionalização do processo de classificação das provas;
- c) Determinar a escola sede da respetiva delegação regional do JNE e de cada agrupamento de exames;
- d) Estabelecer, de acordo com as normas emitidas pelo JNE, os procedimentos a observar na circulação das provas e exames dentro de cada agrupamento de exames em condições que salvaguardem com segurança o anonimato das provas e das escolas onde foram prestadas;
- e) Assegurar o apoio logístico e informático necessário ao funcionamento das delegações regionais do JNE e dos agrupamentos de exames da respetiva área.

2. Para a distribuição do serviço de classificação das provas e exames, compete:

- a) Às estruturas regionais do JNE, na sua área de jurisdição e em articulação com os serviços regionais da DGEstE, constituir, em cada agrupamento de exames, bolsas de professores classificadores para cada disciplina do ensino básico com prova final de ciclo, integradas por docentes profissionalizados do respetivo grupo que prestam serviço nas escolas envolvidas, tanto públicas como privadas, a designar pelos seus órgãos de direção;
- b) Ao presidente do JNE, nomear os professores que integram as bolsas de professores classificadores de provas finais de ciclo do ensino básico, sob proposta do coordenador de cada delegação regional do JNE;
- c) Ao presidente do JNE nomear, em cada agrupamento de exames, os professores classificadores para cada disciplina com exame final nacional do ensino secundário, de entre os docentes que integram a bolsa de professores classificadores, constituída pelo GAVE.

3. As classificações propostas pelos professores classificadores devem ser apresentadas, ainda sob anonimato, ao presidente do JNE.

4. A homologação das classificações das provas finais de ciclo do ensino básico, dos exames finais nacionais do ensino secundário e das provas e exames a nível de escola equivalentes a nacionais é da competência do presidente do JNE, a quem cabe também autorizar a afixação das respetivas pautas nas escolas.

Artigo 7.º

Reapreciação e reclamação das provas e exames

1. Ao presidente do JNE compete nomear os professores relatores e os professores especialistas e decidir quanto aos resultados, respetivamente, da reapreciação e da reclamação, tendo em conta os pareceres e relatórios elaborados e os demais procedimentos previstos no Regulamento das Provas e dos Exames do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

2. O serviço de reapreciação das provas é organizado nos agrupamentos de exames, sem prejuízo da agregação de vários agrupamentos para esse efeito.

3. O serviço de reclamação das provas é organizado pela comissão permanente do JNE, em articulação com a Delegação Regional do JNE de Lisboa e Vale do Tejo.

ANEXO II

REGULAMENTO DAS PROVAS E DOS EXAMES DO ENSINO BÁSICO E DO ENSINO SECUNDÁRIO**CAPÍTULO I****Disposições Gerais****Artigo 1.º****Objeto, âmbito e destinatários**

1. O presente regulamento estabelece as regras gerais a que deve obedecer a realização das provas finais de ciclo e das provas de equivalência à frequência dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e dos exames finais nacionais e das provas de equivalência à frequência do ensino secundário.

2. As provas e exames que constituem o processo de avaliação externa realizam-se nos estabelecimentos de ensino público - agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas - e nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo dotados de autonomia ou paralelismo pedagógico, uns e outros doravante também designados por escolas, em que os alunos estão inscritos.

3. Sempre que se mostre conveniente para a organização do processo de realização das provas e exames e tendo em conta a necessidade de serem rigorosamente cumpridos os critérios e as normas definidos pelo JNE para a sua realização, pode proceder-se à deslocação dos alunos para uma escola diferente da frequentada ou daquela em que efetuaram a sua inscrição, competindo à DGEstE, em articulação com as delegações regionais do JNE, o plano de distribuição dos alunos.

4. De acordo com o regime de avaliação aprovado pelo Despacho Normativo n.º 24-A/2012, de 6 de dezembro, as provas finais de ciclo realizam-se nos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade, nas disciplinas de:

- a) Português e Matemática;
- b) Português Língua Não Materna (PLNM) e Matemática, nos 2.º e 3.º ciclos, para os alunos que tenham concluído o nível de proficiência linguística de iniciação (A2) ou o nível intermédio (B1).

5. As provas finais de ciclo destinam-se igualmente aos alunos mencionados no n.º 6 do artigo 12.º, provindos de outras ofertas educativas, que pretendam prosseguir estudos no ensino básico geral.

6. As provas finais de ciclo de Português e de Matemática a realizar pelos alunos dos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade mantêm como referência os programas em vigor e supletivamente as metas curriculares estabelecidas para cada disciplina e ciclo de estudos, sem prejuízo do definido nas respetivas Informações-Prova Final do GAVE.

7. Os exames finais nacionais das disciplinas bienais dos cursos científico-humanísticos realizam-se no 11.º ano de escolaridade (quadro V) e incidem sobre a aprendizagem relativa à totalidade dos anos de escolaridade em que estas disciplinas são lecionadas, sem prejuízo do definido nas respetivas Informações-Exame do GAVE.

8. Os exames finais nacionais das disciplinas trienais dos cursos científico-humanísticos realizam-se no 12.º ano de escolaridade (quadro V) e incidem, em 2012/2013, sobre os conteúdos programáticos do ano terminal das disciplinas, sem prejuízo do definido nas respetivas Informações-Exame do GAVE.

9. Os exames finais nacionais aplicam-se ainda aos alunos dos cursos científico-humanísticos do ensino recorrente, dos cursos do ensino artístico especializado e dos cursos profissionais, de acordo com os artigos 29.º e 35.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, bem como a todos os alunos de outros cursos que pretendam prosseguir estudos no ensino superior.

10. Para o cálculo da classificação final de curso para efeito de prosseguimento de estudos dos cursos científico-humanísticos do ensino recorrente, dos cursos do ensino artístico especializado e dos cursos profissionais são válidos os exames finais nacionais realizados desde o ano letivo de 2005/2006, referentes aos programas curriculares introduzidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março.

11. No caso dos alunos dos cursos do ensino artístico especializado e dos cursos profissionais que pretendam prosseguir estudos no ensino superior e que concluíam o 12.º ano de escolaridade e venham a requerer a avaliação sumativa externa no ano letivo de 2012/2013, realizam apenas o exame de Português (639) para efeito do cálculo da CFCEPE, referida no n.º 3 do artigo 25.º e no n.º 3 do artigo 36.º, respetivamente, das Portarias n.º 419-A/2012 e n.º 419-B/2012, ambas de 20 de dezembro e no n.º 3 do artigo n.º 29.º da Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro.

12. Os exames finais nacionais utilizados como provas de ingresso são válidos no ano da sua realização e nos dois anos seguintes, nos

termos do n.º 1 do artigo 1.º da Deliberação da CNAES n.º 591/2012, de 24 de abril.

13. Os alunos titulares de cursos de nível secundário anteriores ao Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, de cursos do ensino artístico especializado ou de cursos profissionais que tenham sido concluídos em anos letivos anteriores ao de 2012/2013, e que pretendam prosseguir estudos no ensino superior, apenas necessitam de realizar os exames finais nacionais nas disciplinas que elegerem como provas de ingresso.

14. Os adultos que pretendam terminar os seus percursos formativos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de outubro, podem realizar os exames finais nacionais previstos para os cursos científico-humanísticos, nos termos estabelecidos pelo presente regulamento, sem prejuízo dos previstos no supracitado normativo.

15. As provas de equivalência à frequência incidem sobre a aprendizagem definida para as áreas disciplinares do 1.º ciclo e para as disciplinas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de acordo com os programas curriculares.

16. As provas de equivalência à frequência são realizadas por alunos autopropostos no ano terminal das disciplinas dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, nomeadamente, nos cursos científico-humanísticos, excluindo os do ensino recorrente, nos cursos do ensino artístico especializado e nos cursos tecnológicos, de acordo com as respetivas matrizes curriculares.

17. Nas disciplinas e áreas disciplinares para as quais exista oferta de provas finais de ciclo ou exames finais nacionais, no caso dos cursos científico-humanísticos, excluindo os do ensino recorrente, não há lugar à elaboração de provas de equivalência à frequência, sendo estas substituídas pelas provas finais de ciclo ou pelos exames finais nacionais correspondentes.

Artigo 2.º**Alunos internos**

1. No ensino básico, são alunos internos os que frequentam até ao final do ano letivo o seu plano de estudos, em escolas ou, ainda, em seminários abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 293-C/86, de 12 de setembro, e que reúnam as condições de admissão a exame previstas no n.º 1 do artigo 13.º.

2. No ensino básico, são ainda internos os alunos que provenham de outra oferta educativa e pretendam prosseguir estudos no ensino básico geral ou nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário.

3. No ensino secundário, são alunos internos os dos cursos científico-humanísticos, excluindo os do ensino recorrente, que frequentem até ao final do ano letivo as disciplinas sujeitas a exame final nacional, em escolas ou, ainda, em seminários abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 293-C/86, de 12 de setembro, e que reúnam as condições de admissão a exame previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º.

Artigo 3.º**Alunos autopropostos**

1. No ensino básico, consideram-se autopropostos, para efeitos de admissão às provas finais de ciclo e provas de equivalência à frequência, os alunos que:

- a) Pretendam validar os resultados obtidos na frequência de estabelecimentos do ensino particular e cooperativo sem autonomia ou paralelismo pedagógico;
- b) Pretendam validar os resultados obtidos na frequência de seminários não abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 293-C/86, de 12 de setembro;
- c) Estejam abrangidos pelo ensino individual e doméstico;
- d) Estejam fora da escolaridade obrigatória e não se encontrem a frequentar qualquer escola;
- e) Estejam fora da escolaridade obrigatória, frequentem os 2.º ou 3.º ciclos do ensino básico e tenham anulado a matrícula até ao 5.º dia útil do 3.º período letivo;
- f) Estejam no 6.º ou 9.º ano de escolaridade, não tenham obtido aprovação na avaliação sumativa final do 3.º período letivo;
- g) Reúnam as condições referidas no n.º 6 do artigo 16.º;
- h) Tenham ficado retidos por faltas, pela aplicação do previsto nas alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro -Estatuto do Aluno e Ética Escolar;

2. No ensino secundário, consideram-se autopropostos, para efeitos de admissão aos exames finais nacionais e provas de equivalência à frequência, os alunos que:

- a) Pretendam validar os resultados obtidos na frequência de estabelecimentos do ensino particular e cooperativo sem autonomia ou paralelismo pedagógico;

b) Pretendam validar os resultados obtidos na frequência de seminários não abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 293-C/86, de 12 de setembro;

c) Estejam abrangidos pelo ensino individual e doméstico;

d) Tenham estado matriculados no ano terminal da disciplina a que respeita o exame ou prova e anulado a matrícula até ao 5.º dia útil do 3.º período letivo, incluindo os alunos dos cursos do ensino artístico especializado;

e) Pretendam obter aprovação em disciplinas cujo ano terminal frequentaram sem aprovação, incluindo os alunos dos cursos do ensino artístico especializado;

f) Pretendam obter aprovação em disciplinas do mesmo curso ou de curso diferente do frequentado, nas quais não estejam matriculados, desde que estejam ou tenham estado matriculados no ano curricular em que essas disciplinas são terminais, incluindo os alunos dos cursos artísticos especializados;

g) Não tendo estado matriculados no ensino público ou no ensino particular e cooperativo ou, tendo estado matriculados e não estando abrangidos pela escolaridade obrigatória, tenham anulado a matrícula em todas as disciplinas até ao 5.º dia útil do 3.º período letivo e possuam o 3.º ciclo do ensino básico ou habilitação equivalente, incluindo os alunos dos cursos artísticos especializados;

h) Estejam matriculados nos cursos científico-humanísticos do ensino recorrente, nos cursos do ensino artístico especializado, nos cursos profissionais e noutros cursos de nível secundário, cuja certificação não esteja dependente da realização dos exames finais nacionais, e pretendam prosseguir estudos no ensino superior;

i) Pretendam melhorar a classificação final de disciplina, incluindo os alunos dos cursos científico-humanísticos do ensino recorrente e dos cursos do ensino artístico especializado, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 22.º;

j) Pretendam terminar os seus percursos formativos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de outubro, de acordo com o previsto no n.º 14 do artigo 1.º;

k) Tenham ficado excluídos por faltas em disciplinas, pela aplicação do previsto na alínea b) do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro -Estatuto do Aluno e Ética Escolar, referidos no n.º 11 do artigo 20.º;

l) Pretendam realizar exames nacionais exclusivamente como provas de ingresso para acesso ao ensino superior;

m) Pretendam obter aprovação em disciplinas dos cursos científico-humanísticos do ensino recorrente, independentemente do regime de frequência.

3. No caso dos alunos de PLNM, só são considerados autopropostos os alunos que se encontrem nas situações descritas nas alíneas e), f) e h) do n.º 1 ou nas alíneas d), e), g), com exclusão dos alunos que não estiveram matriculados, e na alínea k) do n.º 2, ambos do presente artigo.

Artigo 4.º

Inscrições

1. Os alunos internos do ensino básico geral dos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade não necessitam de efetuar qualquer inscrição para as provas finais de ciclo, com exceção dos alunos referidos no n.º 2 do artigo 2.º, os quais devem proceder à respetiva inscrição.

2. Os alunos autopropostos referidos nas alíneas a), b), c), d), g) e h) do n.º 1 do artigo 3.º inscrevem-se nas provas de equivalência à frequência, as quais incluem as provas finais de ciclo de Português e de Matemática.

3. Os alunos internos e autopropostos do ensino secundário inscrevem-se obrigatoriamente na 1.ª fase dos exames finais nacionais dos 11.º e 12.º anos, nos prazos normais definidos no calendário anual de provas e exames, sem prejuízo do estabelecido no n.º 11 do artigo 20.º (alunos excluídos por faltas) e no n.º 1 do artigo 22.º (melhorias de classificação).

4. Os alunos do ensino básico geral referidos na alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º e os alunos do ensino secundário referidos nas alíneas d), g) e h) do n.º 2 do artigo 3.º, que anulem a matrícula após o prazo de inscrição estabelecido no calendário anual de provas e exames, inscrevem-se nos dois dias úteis a seguir ao da anulação da matrícula.

5. Os alunos referidos na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º inscrevem-se nos dois dias úteis imediatamente a seguir ao da afixação das pautas, na escola que frequentaram até ao final do ano letivo.

6. Os alunos do 1.º ciclo que se encontrem na situação referida nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 8.º são automaticamente inscritos na 2.ª fase das provas finais do 1.º ciclo.

7. Os alunos dos 2.º e 3.º ciclos que reúnam condições de admissão à 2.ª fase inscrevem-se nas provas de equivalência à frequência, de acordo com o calendário anual de provas e exames.

8. No caso dos alunos do ensino secundário que pretendam obter aprovação em disciplinas cujo ano terminal frequentaram sem aprovação, de acordo com o referido na alínea e) do n.º 2 do artigo 3.º, os serviços de administração escolar procedem à alteração da sua condição para alunos autopropostos para os exames da 1.ª fase logo após a afixação das pautas de avaliação sumativa interna do 3.º período letivo, devendo os alunos, até ao primeiro dia útil seguinte ao da referida afixação, dirigir-se àqueles serviços a fim de procederem aos respetivos pagamentos e alteração no boletim de inscrição.

9. Os alunos internos dos cursos científico-humanísticos, excluindo os do ensino recorrente, que não obtiveram aprovação nas disciplinas em que realizaram exames finais nacionais na 1.ª fase não têm de proceder à respetiva inscrição para a 2.ª fase, ficando automaticamente inscritos.

10. Os alunos internos e autopropostos do ensino secundário que pretendam efetuar melhoria de classificação nas disciplinas realizadas na 1.ª fase têm obrigatoriamente de proceder à respetiva inscrição nas provas de exame da 2.ª fase, no prazo normal definido no calendário anual de provas e exames.

11. Os alunos do ensino secundário que pretendam repetir na 2.ª fase exames finais nacionais já realizados na 1.ª fase, que se constituam exclusivamente como provas de ingresso, têm obrigatoriamente de se inscrever no prazo normal definido no calendário anual de provas e exames, independentemente da classificação obtida na prova da 1.ª fase.

12. Os alunos referidos nos n.ºs 10 e 11 do artigo 20.º e n.º 1 do artigo 22.º devem inscrever-se na 2.ª fase de exames no prazo normal definido no calendário anual de provas e exames.

13. Findo o prazo de inscrição nas provas e exames, pode o diretor da escola, ponderados os efeitos da decisão, autorizar inscrições para a realização de provas de equivalência à frequência, provas finais de ciclo e exames finais nacionais, desde que tal autorização não implique nenhuma alteração da requisição de enunciados de provas oportunamente feita à Editorial do Ministério da Educação e Ciência.

14. No ensino secundário a autorização de inscrição para as provas de exame prevista no número anterior pode ser concedida, para a 1.ª fase, até ao 5.º dia útil anterior ao início desta fase de exames, e, na 2.ª fase, até ao dia anterior ao seu início.

Artigo 5.º

Documentação para inscrição

1. Os alunos devem apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos:

a) Boletim de inscrição da Editorial do Ministério da Educação e Ciência, modelo 0055 (só alunos autopropostos) para o ensino básico, e modelos 0133 (1.ª fase) e 0134 (2.ª fase) para o ensino secundário;

b) Cartão de cidadão/Bilhete de identidade;

c) Boletim individual de saúde atualizado;

d) Documento comprovativo das habilitações académicas adquiridas anteriormente no caso dos alunos referidos na alínea d) do n.º 1 e na alínea g) do n.º 2, ambos do artigo 3.º.

2. Os alunos que já tenham processo individual na escola em que é feita a inscrição ficam dispensados de apresentar o boletim individual de saúde e o documento comprovativo das habilitações académicas adquiridas.

3. Os alunos referidos nas alíneas a) e b) dos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º devem apresentar o documento comprovativo do cumprimento das condições de admissão a provas e exames até à data de afixação das pautas de avaliação do 3.º período letivo.

4. Os alunos autopropostos do ensino básico e os alunos internos e autopropostos do ensino secundário com necessidades educativas especiais de carácter permanente, que pretendam ficar abrangidos pelas disposições previstas no n.º 1 do artigo 45.º e no n.º 1 do artigo 47.º devem, no ato da inscrição, apresentar a documentação mencionada no n.º 7 do artigo 46.º e no n.º 5 do artigo 47.º.

Artigo 6.º

Local de inscrição

1. O boletim de inscrição, acompanhado da documentação mencionada no n.º 1 do artigo anterior, deve ser entregue, no caso:

a) Dos alunos internos, na escola que frequentam ou na escola onde têm o seu processo escolar;

b) Dos alunos autopropostos, na escola que estão a frequentar ou, no caso dos alunos não matriculados, preferencialmente na última escola que tenham frequentado ou onde tenham concluído o curso do ensino secundário, ou ainda numa escola da sua área de residência ou local de trabalho.

2. No caso dos alunos dos seminários e dos estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo sem autonomia ou paralelismo pedagógico, bem como os do ensino individual e doméstico, os documentos devem ser entregues, no ato de inscrição, na escola onde têm o seu processo escolar.

3. Os alunos que pretendam realizar provas de equivalência à frequência devem inscrever-se numa escola em que sejam ou tenham sido lecionadas as disciplinas correspondentes, exceto se tiverem vínculo de matrícula a uma escola, nos prazos definidos no calendário anual de provas e exames, tendo em conta o previsto no n.º 1 do artigo anterior e no n.º 1 do presente artigo.

4. Nenhum aluno se pode inscrever em provas de exame, no mesmo ano letivo, em mais de uma escola, sem autorização expressa do presidente do JNE.

5. A não observância do disposto no número anterior implica a anulação de quaisquer provas de exame realizadas noutra escola, considerando-se que a declaração prestada sob compromisso de honra contida no respetivo boletim de inscrição, não foi cumprida pelo candidato no ato da primeira inscrição.

Artigo 7.º

Encargos

1. Os alunos internos do ensino básico geral são automaticamente inscritos nas provas finais de ciclo pelos serviços de administração escolar e estão isentos do pagamento de qualquer propina.

2. Os alunos autopropostos do ensino básico geral referidos nas alíneas a), b), c), d) e e) do n.º 1 do artigo 3.º estão sujeitos a um pagamento único de €10 (dez euros) por cada fase em que se inscreverem, a realizar no ato da sua inscrição.

3. Os alunos autopropostos do ensino básico geral referidos nas alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 3.º estão sujeitos a um pagamento de €5 (cinco euros) por cada fase em que se inscreverem, a realizar no ato da sua inscrição.

4. Os alunos autopropostos do ensino básico que se inscrevam em provas de equivalência à frequência depois de expirados todos os prazos de inscrição definidos no calendário anual de provas e exames estão sujeitos ao pagamento único de €20 (vinte euros).

5. Para os alunos internos do ensino secundário, a inscrição no prazo normal na 1.ª fase dos exames finais nacionais está isenta do pagamento de qualquer propina.

6. No ensino secundário, a inscrição nos exames finais nacionais e nas provas de equivalência à frequência por alunos autopropostos, incluindo os alunos referidos no n.º 8 do artigo 4.º, é obrigatória em qualquer uma das duas fases de provas ou exames, estando sujeita ao pagamento de €3 (três euros) por disciplina em cada fase.

7. Os alunos internos e autopropostos do ensino secundário que se inscrevam em exames finais nacionais ou provas de equivalência à frequência, para melhoria de classificação, estão sujeitos ao pagamento de €10 (dez euros) por disciplina, no ato da inscrição, não se aplicando neste caso o pagamento mencionado no n.º 6 do presente artigo.

8. Os alunos do ensino secundário que se inscrevam em exames finais nacionais ou provas de equivalência à frequência para aprovação ou melhoria de classificação, depois de expirado os prazos de inscrição definidos no calendário anual de provas e exames, estão sujeitos ao pagamento suplementar de €25 (vinte e cinco euros), qualquer que seja o número de disciplinas, acrescido da propina de inscrição correspondente.

9. Os valores previstos no presente artigo constituem receita própria da escola.

CAPÍTULO II

Provas Finais de Ciclo e Provas de Equivalência à Frequência do Ensino Básico

Artigo 8.º

Provas Finais do 1.º Ciclo

1. As provas finais do 1.º ciclo realizam-se no 4.º ano de escolaridade, em duas fases com uma única chamada, sendo a 1.ª fase em maio e obrigatória para todos os alunos, e a 2.ª fase em julho.

2. A 2.ª fase das provas finais do 1.º ciclo destina-se aos alunos:

a) Internos e autopropostos que não reúnam as condições de aprovação definidas no artigo 11.º;

b) Que obtiveram uma classificação final inferior a 3 a Português ou a Matemática, após as provas finais realizadas na 1.ª fase e as reuniões de avaliação do 3.º período letivo, ainda que se encontrem em condições de aprovação no ciclo;

c) Que tenham faltado à 1.ª fase, de acordo com os n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 31.º.

3. Os alunos internos referidos no n.º 2 do presente artigo podem beneficiar do período de acompanhamento extraordinário, que tem por objetivo a recuperação das deficiências detetadas no percurso escolar dos alunos, e que decorre até à realização da 2.ª fase das provas finais do 1.º ciclo.

4. Os alunos referidos na alínea b) do n.º 2 do presente artigo, mesmo que reúnam condições de aprovação, realizam a prova final de ciclo na 2.ª fase na área disciplinar em que obtiveram classificação final inferior a 3.

5. São admitidos às provas finais do 1.º ciclo e às provas de equivalência à frequência, na qualidade de autopropostos, os alunos que ficarem retidos por faltas, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro - Estatuto do Aluno e de Ética Escolar.

6. Os alunos que tenham realizado as provas na 1.ª fase e que posteriormente fiquem retidos por faltas podem realizar as provas finais de ciclo e de equivalência à frequência na 2.ª fase na qualidade de autopropostos, perdendo a sua validade as provas já realizadas.

7. Estão dispensados da realização de provas finais do 1.º ciclo os alunos que se encontrem em alguma das condições seguintes:

a) Não tenham o português como língua materna e tenham ingressado no sistema educativo português, no ano letivo correspondente ao da realização das provas finais ou no ano anterior;

b) Estejam a frequentar ou tenham concluído percursos curriculares alternativos, ao abrigo do Despacho Normativo n.º 1/2006, de 6 de janeiro (PCA), um processo de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) ao nível do 1.º ciclo, um curso de educação e formação de adultos (EFA) ou um curso do ensino básico recorrente, sem prejuízo do previsto no n.º 8 do presente artigo;

c) Frequentem um currículo específico individual ao abrigo do artigo 21.º do Decreto - Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro;

8. Os alunos referidos na alínea b) do número anterior, que pretendam prosseguir estudos no ensino básico geral realizam, obrigatoriamente, as provas finais do 1.º ciclo nas disciplinas de Português e de Matemática.

9. As provas finais de ciclo são cotadas na escala percentual de 0 a 100, sendo a classificação final da prova convertida na escala de níveis de 1 a 5, de acordo com a seguinte tabela:

Percentagem	Nível
0 a 19	1
20 a 49	2
50 a 69	3
70 a 89	4
90 a 100	5

10. As provas finais do 1.º ciclo, tipo e duração, constam do quadro I, anexo ao presente Regulamento e do qual faz parte integrante.

Artigo 9.º

Classificação final das áreas disciplinares sujeitas a provas finais

1. A classificação final a atribuir às áreas disciplinares sujeitas a provas finais é o resultado da média ponderada, com arredondamento às unidades, da classificação obtida na avaliação sumativa interna do 3.º período letivo e da classificação obtida pelo aluno na prova final, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (7Cf + 3Cp) / 10$$

em que:

CF = classificação final da disciplina;

Cf = classificação de frequência no final do 3.º período letivo;

Cp = classificação da prova final.

2. Excecionalmente, no ano letivo de 2012-2013, atendendo a que se realizam pela primeira vez as provas finais do 1.º ciclo, a classificação final é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (3Cf + Cp) / 4$$

em que:

CF = classificação final;

Cf = classificação de frequência no final do 3.º período letivo;

Cp = classificação da prova final

3. A classificação obtida pelos alunos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo anterior nas provas finais da 2.ª fase é considerada como classificação final das respetivas áreas disciplinares.

Artigo 10.º

Provas de equivalência à frequência do 1.º ciclo

1. As provas de equivalência à frequência do 1.º ciclo destinam-se aos alunos autopropostos referidos nas alíneas a), c), d) e h) do n.º 1 do artigo 3.º e realizam-se a nível de escola no 4.º ano de escolaridade, permitindo a certificação de conclusão de ciclo.

2. Estas provas têm lugar em duas fases com uma única chamada, sendo a 1.ª fase em maio e a 2.ª fase em julho.

3. Os alunos autopropostos realizam, obrigatoriamente, na 1.ª fase:

- a) As provas finais do 1.º ciclo de Português e de Matemática;
- b) As provas de equivalência à frequência de Estudo do Meio e de Expressões Artísticas.

4. Os alunos autopropostos podem realizar as provas finais de ciclo e de equivalência à frequência na 2.ª fase nas áreas disciplinares em que não obtiveram aprovação na 1.ª fase, por terem obtido classificação inferior a nível 3.

5. Os alunos autopropostos que tenham faltado à 1.ª fase podem realizar as provas finais de ciclo e as provas de equivalência à frequência na 2.ª fase, de acordo com os n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 31.º.

6. Nas provas de equivalência à frequência constituídas por um único tipo de prova, a classificação final de cada área disciplinar é a obtida na prova realizada, de acordo com a escala e a tabela mencionadas no n.º 9 do artigo 8.º.

7. A prova de Português é constituída por componente escrita e componente oral, correspondendo a classificação desta prova à média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações das duas componentes, de acordo com a escala e a tabela mencionadas no n.º 9 do artigo 8.º.

8. A prova oral não deve ultrapassar a duração máxima de 15 minutos e a sua realização é aberta à assistência do público.

9. A prova de Expressões Artísticas é constituída por componente escrita (expressão e educação plástica) e componente prática (expressão e educação musical e expressão e educação dramática), correspondendo a classificação desta prova à média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações das duas componentes, de acordo com a escala e a tabela mencionadas no n.º 9 do artigo 8.º.

10. As provas de equivalência à frequência do 1.º ciclo, tipo e duração, constam do quadro II anexo ao presente Regulamento e do qual faz parte integrante.

Artigo 11.º

Condições de aprovação para alunos do 1.º ciclo

1. No final do 1.º ciclo do ensino básico, os alunos internos e autopropostos não progridem e obtêm a menção de Não Aprovado, se estiverem numa das seguintes condições:

- a) Tiverem obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas áreas disciplinares de Português e de Matemática;
- b) Tiverem obtido classificação inferior a 3 em Português ou em Matemática e simultaneamente menção não satisfatória nas outras áreas disciplinares.

2. Para efeitos do número anterior não são consideradas as áreas não disciplinares e a disciplina de Educação Moral e Religiosa.

3. A não realização de qualquer prova ou componente da prova implica a não atribuição de classificação ou menção nessa área disciplinar e, consequentemente, a retenção do aluno no 4.º ano de escolaridade, exceto nas situações previstas no n.º 7 do artigo 8.º.

Artigo 12.º

Provas finais dos 2.º e 3.º ciclos

1. As provas finais dos 2.º e 3.º ciclos realizam-se nos 6.º e 9.º anos de escolaridade, nas disciplinas de Português ou Português Língua Não Materna (PLNM) e de Matemática e destinam-se a todos os alunos que pretendam concluir o respetivo ciclo de estudos.

2. As provas a que se refere o número anterior realizam-se numa fase única, com duas chamadas, de acordo com o calendário anual de provas e exames.

3. A 1.ª chamada tem carácter obrigatório para todos os alunos e a 2.ª chamada destina-se apenas a situações excecionais devidamente comprovadas, de acordo com o definido nos n.ºs 2 a 4 do artigo 31.º.

4. As provas finais de ciclo de Português ou PLNM e de Matemática nos 6.º e 9.º anos de escolaridade apenas são realizadas na fase única de junho ou julho.

5. Os alunos de PLNM dos 2.º e 3.º ciclos posicionados nos níveis de iniciação ou intermédio realizam a correspondente prova final de ciclo de PLNM, em substituição da prova final de ciclo de Português.

6. Estão dispensados da realização das provas finais dos 2.º e 3.º ciclos, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 8 e 9 do presente artigo, os alunos que:

- a) Estejam a frequentar ou tenham concluído cursos de educação e formação (CEF) de nível 1 ou nível 2, nos termos da legislação aplicável;
- b) Estejam a frequentar ou tenham concluído percursos curriculares alternativos, ao abrigo do Despacho Normativo n.º 1/2006, de 6 de janeiro (PCA);
- c) Estejam a frequentar ou tenham concluído um Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF);
- d) Não tenham o português como língua materna e tenham ingressado no sistema educativo português no ano letivo correspondente ao da realização das provas finais de ciclo;
- e) Estejam a frequentar ou tenham concluído, nos termos da legislação aplicável, um curso de educação e formação de adultos (EFA);
- f) Se encontrem a frequentar o ensino vocacional;
- g) Se encontrem a frequentar o ensino básico recorrente;
- h) Tenham concluído cursos de nível secundário em cursos científico humanísticos, ficando sujeitos às disposições específicas aplicáveis previstas no presente regulamento.

7. Os alunos que frequentam um currículo específico individual, abrangidos pelo artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, dos 2.º e 3.º ciclos não realizam as provas finais de Português e de Matemática.

8. Os alunos do 2.º ciclo referidos no n.º 6 do presente artigo que pretendam prosseguir estudos no ensino básico geral realizam, obrigatoriamente, as provas finais no 6.º ano de escolaridade nas disciplinas de Português e de Matemática.

9. Os alunos do 3.º ciclo referidos no n.º 6 do presente artigo, com exceção da alínea d), realizam, obrigatoriamente, as provas finais de Português e de Matemática no 9.º ano de escolaridade, no caso de pretenderem prosseguir estudos de nível secundário em cursos científico humanísticos, ficando sujeitos às disposições específicas aplicáveis previstas no presente regulamento.

10. As provas finais dos 2.º e 3.º ciclos, tipo e duração, constam do quadro I anexo ao presente Regulamento e do qual faz parte integrante.

Artigo 13.º

Condições de admissão às provas finais dos 2.º e 3.º ciclos

1. São admitidos à realização de provas finais nos 6.º e 9.º anos de escolaridade todos os alunos, exceto os que tenham obtido um conjunto de classificações na avaliação sumativa interna que já não lhes permita obter, após a realização das provas finais de Português e de Matemática, a menção de *Aprovado*.

2. Não são admitidos às provas finais nos 6.º e 9.º anos de escolaridade, os alunos que, após a avaliação sumativa interna, no final do 3.º período letivo, tenham obtido:

- a) Classificação de frequência de nível 1 simultaneamente nas disciplinas de Português e de Matemática;
- b) Classificação de frequência inferior a nível 3 em três disciplinas, desde que se verifique o seguinte:

- i. Nenhuma seja Português ou Matemática;
- ii. Uma seja Português ou Matemática e tenha obtido nível 1.

c) Classificação de frequência inferior a nível 3 em quatro disciplinas, exceto se duas forem Português e Matemática e nelas tiver obtido classificação de nível 2;

d) Classificação de frequência inferior a nível 3 em três ou mais disciplinas, sem prejuízo do referido nas alíneas anteriores.

3. Os alunos dos cursos de educação e formação (CEF) incluídos nos n.ºs 8 e 9 do artigo anterior não são admitidos, como alunos internos, às provas finais nos 6.º e 9.º anos de escolaridade se tiverem tido na avaliação sumativa interna nível 1 na disciplina de Português ou de Matemática.

4. São admitidos às provas finais de Português e de Matemática nos 6.º e 9.º anos de escolaridade os alunos que ficarem retidos por faltas, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 21.º do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, aprovado pela Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.

Artigo 14.º

Classificação das provas finais dos 2.º e 3.º ciclos

1. As provas finais de ciclo são cotadas na escala percentual de 0 a 100, sendo a classificação obtida de acordo com a tabela apresentada no n.º 9 do artigo 8.º.

2. A classificação final a atribuir às disciplinas de Português e de Matemática nos 6.º e 9.º anos de escolaridade é o resultado da média ponderada, com arredondamento às unidades resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (7Cf + 3Cp)/10$$

em que:

CF - classificação final;

Cf - classificação de frequência no final do 3.º período letivo;

Cp - classificação da prova.

3. A classificação final a atribuir às disciplinas de Português e de Matemática nos 6.º e 9.º anos de escolaridade, dos alunos referidos da alínea a) do n.º 6 do artigo 12.º (CEF), que pretendam prosseguir estudos de acordo com os n.ºs 8 e 9 do mesmo artigo, é o resultado da média ponderada, com arredondamento às unidades resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (7CIF + 3CE)/10$$

em que:

CF - classificação final;

CIF - classificação interna final na disciplina ou domínio;

CE - classificação da prova de exame.

Artigo 15.º

Provas de equivalência à frequência dos 2.º e 3.º ciclos

1. As provas de equivalência à frequência realizam-se a nível de escola, no ano terminal da disciplina, permitindo a certificação de conclusão de ciclo.

2. As provas referidas no número anterior realizam-se em duas fases, com uma única chamada, a 1.ª fase em junho ou julho e a 2.ª fase em setembro, nos termos do despacho que estabelece o calendário anual de provas e exames.

3. Em Português e Matemática os alunos realizam as provas finais dos 2.º e 3.º ciclos como provas de equivalência à frequência, elaboradas a nível nacional, e que só têm lugar na fase única de junho ou julho.

4. Os alunos autopropostos referidos no n.º 1 do artigo 3.º realizam, obrigatoriamente:

a) Na 1.ª chamada da fase única de junho ou julho, as provas finais de Português e de Matemática dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (quadro I anexo ao presente Regulamento).

b) Na 1.ª chamada da fase única de junho ou julho, a prova final de PLNM, os alunos referidos na alínea e), f) e h) do n.º 1 do artigo 3.º que estejam abrangidos pelo n.º 5 do artigo 12.º;

c) Na 1.ª fase, as provas de equivalência à frequência em todas as disciplinas definidas para o 2.º ou 3.º ciclo do ensino básico, referidas no quadro II anexo ao presente Regulamento;

d) Na 1.ª fase, as provas de equivalência à frequência nas disciplinas em que não obtiveram aprovação, no caso dos alunos referidos na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º (quadro II anexo ao presente Regulamento);

e) Na 1.ª fase, uma prova oral nas disciplinas de Português, PLNM e nas línguas estrangeiras.

5. A componente oral das provas de Português, PLNM e línguas estrangeiras não deve ultrapassar a duração máxima de 15 minutos, sendo a sua realização aberta à assistência do público.

6. As provas de equivalência à frequência dos 2.º e 3.º ciclos, tipo e duração, constam do quadro II.

7. O quadro II não contempla as provas de equivalência à frequência de disciplinas de currículos específicos, nomeadamente os definidos pela Portaria n.º 225/2012, de 30 de julho, sendo a definição da tipologia, duração e ponderação destas provas da competência das escolas onde estes currículos são lecionados.

Artigo 16.º

Condições de admissão às provas de equivalência à frequência dos 2.º e 3.º ciclos

1. São admitidos às provas de equivalência à frequência os alunos autopropostos referidos no n.º 1 do artigo 3.º.

2. São admitidos às provas de equivalência à frequência dos 6.º e 9.º anos de escolaridade, incluindo as provas finais de ciclo de Português e de Matemática, os alunos que ficarem retidos por faltas nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 21.º do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, aprovado pela Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.

3. Os alunos referidos no n.º 2 do presente artigo, para além das provas finais de ciclo, realizam todas as provas de equivalência à frequência do respetivo ciclo que constituem o quadro II anexo ao presente Regulamento.

4. Na 2.ª fase, os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico inscrevem-se e realizam as provas de equivalência à frequência em todas as disciplinas (à exceção das disciplinas de Português ou PLNM e de Matemática) referidas no quadro II anexo ao presente Regulamento em que não obtiveram aprovação na 1.ª fase, desde que estas lhes permitam a conclusão de ciclo.

5. Os alunos autopropostos que tenham faltado a alguma prova da 1.ª fase podem realizar essa prova na 2.ª fase, de acordo com os n.ºs 2 a 4 do artigo 31.º.

6. Os alunos que realizam provas finais de ciclo na qualidade de alunos internos e que, após a sua realização, se encontrem na situação de não aprovados podem candidatar-se às provas de equivalência à frequência, na 2.ª fase, nas disciplinas em que obtiveram classificação de frequência inferior a nível 3, desde que não tenham obtido classificação final inferior a nível 3 simultaneamente nas disciplinas de Português e de Matemática, na fase única de junho ou julho.

Artigo 17.º

Classificação das provas de equivalência à frequência dos 2.º e 3.º ciclos

1. A classificação das provas de equivalência à frequência é da responsabilidade dos professores que integram os grupos de docência, em cada disciplina, exceto a classificação da componente escrita das provas finais de ciclo de Português, PLNM e de Matemática dos 6.º e 9.º anos de escolaridade, que é da competência do JNE.

2. Nas provas de equivalência à frequência constituídas por um único tipo de prova, a classificação final da disciplina é a obtida nas provas realizadas.

3. A classificação das provas escritas, das provas orais e das provas práticas, é expressa na escala percentual de 0 a 100, sendo a classificação final de cada disciplina expressa de acordo com o n.º 9 do artigo 8.º.

4. Sem prejuízo do disposto no n.º 7 do artigo 15.º, nas provas constituídas por duas componentes (escrita e oral ou escrita e prática) a classificação da prova corresponde à média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações das duas componentes expressas em escala percentual de 0 a 100, convertida na escala de níveis de 1 a 5, de acordo com a tabela apresentada no n.º 9 do artigo 8.º.

Artigo 18.º

Condições de aprovação dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos

1. No final dos 2.º e 3.º ciclos os alunos internos e autopropostos não progridem e obtêm a menção de Não Aprovado, se estiverem numa das seguintes condições:

a) Tiverem obtido simultaneamente classificação inferior a nível 3 nas disciplinas de Português (ou PLNM) e de Matemática;

b) Tiverem obtido classificação inferior a nível 3 em três ou mais disciplinas.

2. Para efeitos do número anterior não são considerados, no 2.º ciclo, o Apoio ao Estudo e, nos 2.º e 3.º ciclos, a disciplina de Educação Moral e Religiosa.

3. A não realização de qualquer prova ou componente da prova implica a não atribuição de classificação nessa disciplina e, consequentemente, a retenção do aluno no 6.º ou 9.º ano de escolaridade, exceto nas situações previstas nos números 6 e 7 do artigo 12.º.

CAPÍTULO III

Exames finais nacionais e provas de equivalência à frequência do ensino secundário

Artigo 19.º

Condições de admissão aos exames finais nacionais

1. Podem apresentar-se à realização de exames finais nacionais:

a) Os alunos internos e os candidatos autopropostos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º dos cursos científico-humanísticos,

excluindo os do ensino recorrente, que na avaliação interna da disciplina a cujo exame se apresentam, tenham obtido uma classificação igual ou superior a 8 valores no ano terminal e a 10 valores na classificação interna final, calculada através da média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações de cada um dos anos em que a disciplina foi ministrada.

b) Todos os alunos autopropostos referidos nas alíneas c) a m) do n.º 2 do artigo 3.º.

2. Os alunos dos cursos científico-humanísticos do ensino recorrente, dos cursos tecnológicos e dos cursos do ensino artístico especializado podem realizar, como candidatos autopropostos, os exames finais nacionais para certificar disciplinas dos seus planos de estudo, para as quais exista oferta de provas de âmbito nacional.

3. Os alunos que se encontram a frequentar o 11.º ou o 12.º ano e no mesmo ano letivo se matricularam em anos curriculares anteriores de disciplinas plurianuais em que não tenham progredido podem ser admitidos a exame destas disciplinas, não determinando a eventual reprovação em exame a anulação da classificação obtida na frequência do ano ou anos curriculares anteriores.

4. Os exames mencionados no número anterior só podem ser prestados quando o aluno estiver ou tenha estado matriculado no ano curricular em que essa disciplina é terminal.

Artigo 20.º

Realização dos exames finais nacionais

1. Os alunos dos cursos científico-humanísticos, excluindo os do ensino recorrente, realizam obrigatoriamente exames finais nacionais na disciplina de Português da componente de formação geral, na disciplina trienal e nas duas disciplinas bienais da componente de formação específica ou numa das disciplinas bienais da componente de formação específica e na disciplina de Filosofia da componente de formação geral, de acordo com a opção do aluno, no ano terminal de cada uma destas disciplinas.

2. A opção pelas duas disciplinas bienais referidas no número anterior é feita no ato de inscrição nos exames finais nacionais, sendo vinculativa até ao final do ano letivo.

3. A opção referida no número anterior só pode ser alterada nos anos letivos seguintes, desde que o aluno não tenha concluído nenhuma das disciplinas relativamente às quais pretende alterar a decisão de realização de exame final nacional como aluno interno.

4. Os alunos dos CEF de nível secundário só podem realizar os exames finais nacionais do ensino secundário quando tenham obtido uma classificação final igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas ou domínios.

5. Os alunos de PLNM do 12.º ano de escolaridade dos cursos científico-humanísticos e dos cursos do ensino artístico especializado, posicionados nos níveis de iniciação ou intermédio, realizam o exame final nacional de PLNM de nível intermédio, para conclusão do ensino secundário ou para prosseguimento de estudos, conforme o regime aplicável.

6. Exceionalmente os alunos de PLNM posicionados no nível de iniciação podem realizar o correspondente exame final nacional de PLNM, mediante proposta fundamentada do diretor da escola, após decisão do Presidente do JNE.

7. Os exames finais nacionais têm lugar em duas fases a ocorrer em junho e julho, de acordo com o calendário anual de provas e exames.

8. A 1.ª fase dos exames finais nacionais dos 11.º e 12.º anos tem carácter obrigatório para todos os alunos internos e autopropostos, sem prejuízo do referido nos n.ºs 10 e 11 do presente artigo, no n.º 1 do artigo 22.º e no n.º 5 do artigo 31.º.

9. Podem realizar exames finais nacionais na 2.ª fase, os alunos que:

a) Não tenham obtido aprovação nas disciplinas em que realizaram exames finais nacionais na 1.ª fase, ou seja, que não tenham obtido 10 valores na classificação final da disciplina (CFD);

b) Pretendam realizar melhoria de classificação em qualquer disciplina realizada na 1.ª fase, no mesmo ano letivo;

c) Pretendam realizar exames finais nacionais que se constituam exclusivamente como provas de ingresso e que tenham já sido realizados na 1.ª fase.

10. Um aluno de qualquer curso pode inscrever-se na 2.ª fase, como autoproposto, para a realização de exames finais nacionais de disciplinas que não pertençam ao seu plano de estudos, desde que tenha realizado na 1.ª fase outro exame calendarizado para o mesmo dia e hora, sendo aqueles equiparados a exames realizados na 1.ª fase.

11. Os alunos que ficarem excluídos por faltas numa disciplina de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 4 do artigo 21.º do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, aprovado pela Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro,

só podem apresentar-se ao respetivo exame final nacional na 2.ª fase desse mesmo ano letivo, na qualidade de autopropostos.

12. A classificação interna final da disciplina mantém-se válida até à 2.ª fase do mesmo ano escolar, caso o aluno interno não tenha obtido aprovação no exame da 1.ª fase.

13. Os exames finais nacionais das disciplinas bienais e trienais dos cursos científico-humanísticos, duração e tipo de prova são os constantes do quadro V anexo ao presente Regulamento e do qual faz parte integrante.

Artigo 21.º

Classificação final das disciplinas sujeitas a exame final nacional

1. Os exames finais nacionais são cotados de 0 a 200 pontos, sendo a classificação de exame (CE) expressa na escala de 0 a 20 valores.

2. Os alunos internos consideram-se aprovados em qualquer disciplina sujeita ao regime de exame final nacional desde que obtenham nessa disciplina classificação final igual ou superior a 10 valores, calculada em conformidade com a Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto, nos termos do número seguinte.

3. A classificação final das disciplinas sujeitas a exame final nacional é o resultado da média ponderada, com arredondamento às unidades, da classificação obtida na avaliação interna final da disciplina e da classificação obtida em exame final nacional, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CFD = (7CIF + 3CE)/10$$

em que:

CFD - classificação final da disciplina;

CIF - classificação interna final, obtida pela média aritmética simples, com arredondamento às unidades, das classificações obtidas na frequência dos anos em que a disciplina foi ministrada;

CE - classificação de exame.

4. No caso dos candidatos autopropostos, considera-se aprovado em qualquer disciplina o aluno que no respetivo exame tenha obtido classificação igual ou superior a 10 valores, calculada por arredondamento às unidades, sendo a classificação final da disciplina expressa pela classificação do respetivo exame.

5. Os alunos do ensino recorrente referidos no n.º 2 do artigo 19.º, em caso de não aprovação no exame, mantêm a classificação dos módulos efetivamente capitalizados.

Artigo 22.º

Melhoria de classificação das disciplinas sujeitas a exame final nacional

1. Os alunos que, tendo obtido aprovação em disciplinas terminais do 11.º ou 12.º ano, pretendam melhorar a sua classificação podem requerer exames finais nacionais na 2.ª fase do ano escolar em que concluíram a disciplina e em ambas as fases de exame do ano escolar seguinte.

2. A classificação interna final das disciplinas mantém-se válida até à 2.ª fase dos exames finais nacionais do mesmo ano escolar em que os alunos internos dos cursos científico-humanísticos obtiveram aprovação.

3. Para efeito de melhoria de classificação são válidos somente os exames prestados mediante provas de disciplinas com o mesmo programa e código de exame em que os alunos obtiveram a primeira aprovação.

4. Não é permitida a realização de exames de melhoria de classificação em disciplinas cuja aprovação foi obtida noutros sistemas de ensino ou concedida mediante despacho de equivalência.

5. No caso dos exames para melhoria de classificação só será considerada a nova classificação caso esta seja superior à anteriormente obtida.

6. Os exames prestados exclusivamente como provas de ingresso para acesso ao ensino superior só contam para a melhoria da classificação do curso secundário, para efeitos do concurso de acesso ao ensino superior, se forem observadas as condições referidas nos n.ºs 3 e 4 do presente artigo.

Artigo 23.º

Condições de admissão às provas de equivalência à frequência dos cursos científico-humanísticos, tecnológicos e artísticos especializados

1. Aos alunos dos cursos científico-humanísticos é facultada a apresentação a provas de equivalência à frequência em qualquer disciplina não sujeita a exame final nacional, independentemente do ano e do plano de estudos a que pertença, desde que frequentem ou tenham frequentado o ano terminal da disciplina.

2. Aos alunos dos 10.º e 11.º anos dos cursos tecnológicos e dos cursos do ensino artístico especializado é autorizada a realização de

provas de equivalência à frequência de disciplinas terminais naqueles anos de escolaridade.

3. Aos alunos do 12.º ano dos cursos tecnológicos e dos cursos do ensino artístico especializado é facultada a apresentação a provas de equivalência à frequência em qualquer disciplina, independentemente do ano e do plano de estudos a que pertença.

4. Nos cursos científico-humanísticos, excluindo os do ensino recorrente, nos cursos tecnológicos e nos cursos do ensino artístico especializado os candidatos a que se refere a alínea g) do n.º 2 do artigo 3.º podem ser admitidos à prestação de provas de equivalência à frequência dos 10.º, 11.º e 12.º anos, consoante o respetivo plano de estudos.

5. Os alunos autopropostos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º que pretendam validar os resultados obtidos na frequência só podem ser admitidos à realização de provas de equivalência à frequência, desde que na avaliação interna da disciplina em causa tenham obtido classificação igual ou superior a 10 valores, calculada através da média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações de cada um dos anos em que a mesma foi ministrada.

Artigo 24.º

Provas de equivalência à frequência dos cursos científico-humanísticos, tecnológicos e do ensino artístico especializado

1. As provas de equivalência à frequência, qualquer que seja a sua tipologia, têm lugar em duas fases a ocorrerem em junho e julho, de acordo com o definido no calendário anual de provas e exames.

2. A 1.ª fase das provas de equivalência à frequência dos 10.º, 11.º e 12.º anos tem carácter obrigatório para todos os alunos, à exceção do previsto nos n.º 5 do presente artigo, n.º 1 do artigo 26.º e n.º 5 do artigo 31.º.

3. Os alunos que realizaram provas de equivalência à frequência na 1.ª fase podem ser admitidos à 2.ª fase desde que:

a) Não tenham obtido aprovação nas disciplinas em que realizaram estas provas na 1.ª fase, por não terem obtido 10 valores na classificação final da disciplina (CFD);

b) Pretendam realizar melhoria de classificação em qualquer disciplina realizada na 1.ª fase, no mesmo ano letivo.

4. Um aluno pode inscrever-se na 2.ª fase para a realização de provas de equivalência à frequência, desde que tenha realizado na 1.ª fase outra prova calendarizada para o mesmo dia e hora, sendo aquelas equiparadas a provas realizadas na 1.ª fase.

5. Os alunos que ficarem excluídos por faltas numa disciplina de acordo com o definido na alínea b) do n.º 4 do artigo 21.º do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, aprovado pela Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, só podem realizar prova de equivalência à frequência na 2.ª fase, desse mesmo ano letivo, na qualidade de autopropostos.

6. As provas de equivalência à frequência, a sua constituição, tipo e duração constam do quadro III anexo ao presente Regulamento.

7. Nas provas constantes do quadro III, constituídas por duas componentes, é sempre obrigatória a realização de ambas.

8. O quadro III não contempla as provas de equivalência à frequência de disciplinas de currículos específicos, sendo a sua tipologia, duração e ponderação da competência das escolas onde estes currículos são lecionados.

Artigo 25.º

Classificação final das disciplinas sujeitas a provas de equivalência à frequência dos cursos científico-humanísticos, tecnológicos e do ensino artístico especializado

1. As provas de equivalência à frequência são cotadas de 0 a 200 pontos, sendo a classificação expressa na escala de 0 a 20 valores, arredondada às unidades.

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 8 do artigo 24.º, a classificação das provas constituídas por duas componentes é expressa pela média ponderada e arredondada às unidades das classificações obtidas nas duas componentes:

a) Nas provas com componente escrita e oral (EO), a componente escrita tem o valor de 70% e a componente oral de 30%;

b) Nas provas escritas com componente prática (EP) o peso a atribuir a cada uma das componentes traduz a relevância de cada componente no currículo, conforme consta do quadro IV anexo ao presente Regulamento e do qual faz parte integrante.

3. Considera-se aprovado o aluno que na prova de equivalência à frequência obtenha classificação igual ou superior a 10 valores, sendo a classificação final da disciplina expressa pela classificação da respetiva prova.

Artigo 26.º

Melhoria de classificação mediante provas de equivalência à frequência

1. Os alunos que, tendo obtido aprovação em disciplinas terminais dos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade, pretendam melhorar a sua classificação podem requerer provas de equivalência à frequência apenas na 2.ª fase do ano escolar em que concluíram a disciplina e em ambas as fases de exames do ano escolar seguinte, apenas sendo considerada a nova classificação se for superior à anteriormente obtida.

2. Para efeitos de melhoria de classificação são válidas somente as provas de equivalência à frequência correspondentes a disciplinas com os mesmos programas em que o aluno obteve a primeira aprovação.

3. Não é permitida a realização de provas de equivalência à frequência para melhoria de classificação em disciplinas cuja aprovação foi obtida noutros sistemas de ensino ou concedida mediante despacho de equivalência.

CAPÍTULO IV

Disposições comuns às provas de avaliação externa e de equivalência à frequência dos ensinos básico e secundário

Artigo 27.º

Calendarização das provas

1. A calendarização da realização das provas finais dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e dos exames finais nacionais do ensino secundário é fixada anualmente por despacho do membro do Governo competente.

2. O calendário de realização das provas de equivalência à frequência é definido pelo diretor da escola, devendo ser divulgado até à última semana do mês de abril, no caso do 1.º ciclo, e até ao final da 3.ª semana de maio, no caso dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, tendo como referência, tanto quanto possível, a calendarização referida no número anterior.

Artigo 28.º

Elaboração das provas finais de ciclo e dos exames finais nacionais

1. A elaboração das provas finais de ciclo, referidas no quadro I, dos exames finais nacionais, referidos no quadro V, e dos respetivos critérios de classificação é da competência do GAVE.

2. O GAVE elabora e promove para cada prova e código a divulgação pública da *Informação-Prova Final*, no ensino básico, e da *Informação-Exame*, no ensino secundário.

3. O GAVE elabora os critérios de classificação das provas finais de ciclo e dos exames finais nacionais, os quais são vinculativos e devem ser obrigatoriamente seguidos na classificação, reapreciação e reclamação das provas, sendo indispensável, no caso de qualquer alteração aos mesmos, haver comunicação escrita do GAVE, a divulgar pelo JNE.

Artigo 29.º

Elaboração e realização das provas de equivalência à frequência dos ensinos básico e secundário

1. As provas de equivalência à frequência são elaboradas a nível de escola, sob orientação e responsabilidade do conselho pedagógico, com observância do seguinte:

a) Ao departamento curricular compete propor ao conselho pedagógico a *Informação-Prova de Equivalência à Frequência* de cada disciplina dos ensinos básico geral e secundário, cuja estrutura deve ser análoga à da *Informação-Prova Final* ou à da *Informação-Exame* elaboradas pelo GAVE para as provas finais de ciclo e para os exames finais nacionais, da qual devem constar os seguintes aspetos: objeto de avaliação, características e estrutura, critérios gerais de classificação, duração e material que pode ser usado na prova;

b) Após a sua aprovação pelo conselho pedagógico, a *Informação-Prova de Equivalência à Frequência* de cada disciplina deve ser afixada em lugar público da escola até ao final da segunda semana de abril, para o 1.º ciclo, e até ao final da segunda semana de maio, para os 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário;

c) Ao diretor da escola compete assegurar a constituição das equipas de elaboração das provas de equivalência à frequência;

d) Cada equipa é constituída por três professores, devendo o diretor nomear um dos elementos como coordenador, o qual deve ter lecionado o programa da disciplina;

e) Ao coordenador de equipa compete assegurar o cumprimento das orientações e decisões do conselho pedagógico;

f) O enunciado da prova deve conter as respetivas cotações;

g) Após a realização de cada prova pelos alunos, os enunciados e respetivos critérios específicos de classificação devem ser afixados em lugar público da escola.

2. No caso de número reduzido de alunos autopropostos, por agrupamento de escolas, pode o respetivo diretor, por conveniência de serviço, decidir a realização destas provas apenas numa das escolas pertencentes ao agrupamento.

3. As escolas de uma zona que lecionam uma mesma disciplina podem associar-se para a elaboração conjunta das provas de equivalência à frequência.

4. Para a operacionalização do número anterior as escolas devem comunicar a sua pretensão à respetiva delegação regional do JNE, e proceder da seguinte forma:

a) A *Informação-Prova de Equivalência à Frequência* deve ser elaborada em conjunto pelos departamentos curriculares de cada disciplina das escolas associadas, devendo ser aprovada pelos respetivos conselhos pedagógicos;

b) A *Informação-Prova de Equivalência à Frequência* é afixada em cada uma das escolas, no prazo definido na alínea b) do n.º 1 do presente artigo;

c) As provas devem ser elaboradas por uma equipa que congregue pelo menos três professores pertencentes a essas escolas;

d) Os enunciados das provas não devem fazer referência a nenhuma das escolas;

e) A realização das provas pode concentrar-se, se for considerado conveniente, apenas numa das escolas;

f) As provas devem ser classificadas em regime de anonimato por professores pertencentes às escolas intervenientes;

g) Os júris das componentes oral e prática das provas de equivalência à frequência são constituídos por três docentes dessas escolas;

h) Deve ser estabelecido um calendário comum de provas, as quais devem ter lugar na mesma data e hora em todas as escolas envolvidas;

i) Em cada uma das escolas são afixadas as pautas de chamada e de classificação correspondentes apenas aos respetivos alunos.

5. Os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e os estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo que para determinada prova não possuam um número de professores suficiente para a constituição da equipa de elaboração e classificação dessa prova devem comunicar a sua situação à respetiva delegação regional do JNE, a qual diligenciará no sentido de estabelecer a sua associação com outros estabelecimentos de ensino, de acordo com o previsto nos n.ºs 3 e 4 do presente artigo, ou, em casos muito excecionais, a implementação de outra solução considerada mais adequada que possa assegurar a qualidade científica e pedagógica da prova.

6. As escolas devem garantir a elaboração de duas provas de equivalência à frequência por cada disciplina constante da sua oferta curricular, independentemente da existência de inscrições.

Artigo 30.º

Classificação das provas

1. As provas finais de ciclo do ensino básico e os exames finais nacionais do ensino secundário são classificados em sede de agrupamentos de exames.

2. O processo de classificação das provas de equivalência à frequência é assegurado pelas escolas e é da responsabilidade de professores que integram os respetivos grupos de docência, para cada disciplina, sendo realizado sob regime de anonimato.

3. As provas orais, práticas e a componente prática das disciplinas com provas escritas implicam a presença de um júri.

4. Os júris das provas orais e das provas práticas são constituídos por três docentes, devendo pelo menos dois ser professores do grupo de docência da disciplina.

5. Nas provas constituídas por mais de uma componente compete ao júri da última componente realizada:

a) A atribuição da classificação final da disciplina;

b) O lançamento em pauta dos resultados finais - indicação de *Aprovado* ou *Não Aprovado*;

c) O preenchimento imediato e assinatura dos termos de exame.

Artigo 31.º

Condições excecionais de admissão às provas e exames

1. Os alunos do 1.º ciclo do ensino básico que faltarem à 1.ª fase das provas finais de ciclo e ou à 1.ª fase das provas de equivalência à

frequência, por motivos graves, de saúde ou outros, não imputáveis ao aluno, podem excecionalmente realizar provas na 2.ª fase, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do presente artigo.

2. Os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico que faltarem à 1.ª chamada das provas finais de ciclo e ou à 1.ª fase das provas de equivalência à frequência, por motivos graves, de saúde ou outros, não imputáveis ao aluno, podem excecionalmente realizar provas finais na 2.ª chamada e ou na 2.ª fase das provas de equivalência à frequência, respetivamente, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do presente artigo, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 16.º.

3. Nas situações referidas nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo, o encarregado de educação ou o aluno, quando maior, deve apresentar a respetiva justificação ao diretor da escola no prazo de dois dias úteis a contar da data de realização da prova a que o aluno faltou.

4. A autorização de realização das provas nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo é da responsabilidade do diretor, após análise de cada caso.

5. Os alunos do ensino secundário que faltarem à 1.ª fase dos exames finais nacionais ou das provas de equivalência à frequência por motivos graves não imputáveis ao aluno, podem excecionalmente realizar os exames finais nacionais e ou provas de equivalência à frequência na 2.ª fase desde que autorizados pelo presidente do JNE, após análise caso a caso do processo remetido pelo diretor da escola, nos dois dias úteis subsequentes à data calendarizada para o exame na 1.ª fase.

6. O processo para apreciação no JNE deve ser obrigatoriamente entregue em envelope fechado ao diretor da escola e acompanhado pelos seguintes documentos: requerimento do encarregado de educação ou do aluno, quando maior, cópia autenticada do boletim de inscrição de exames, cópia do documento de identificação do aluno e documentos emitidos por entidades oficiais que comprovem inequivocamente a situação grave que impediu o aluno de efetuar as provas de exame na 1.ª fase.

7. Nas situações clínicas graves, para além dos documentos referidos no número anterior, deve ser obrigatoriamente entregue em envelope fechado, ao diretor da escola, declaração médica circunstanciada, emitida por serviços de saúde oficiais, que faça referência aos condicionalismos relevantes que levaram à não comparecimento do aluno na 1.ª fase, bem como o período em que o aluno se encontra impedido.

8. Podem ser admitidos condicionalmente à prestação de provas de exame os alunos cuja situação escolar suscite dúvidas que não possam estar esclarecidas até ao momento da sua realização.

9. O aluno pode realizar a prova ou exame condicionalmente quando interpor recurso da avaliação final do 3.º período letivo, e esta o impedir de se apresentar a exame, ficando a validação e divulgação do resultado dependente de decisão favorável do recurso.

10. Nos casos previstos nos n.ºs 8 e 9 do presente artigo, a informação relativa à situação escolar dos alunos tem obrigatoriamente de ser suprida até à data de afixação das classificações das provas de exame, sem prejuízo das disposições específicas aplicáveis a ofertas de educação e formação.

Artigo 32.º

Serviço de exames

1. O serviço de exames, que engloba as provas finais de ciclo do ensino básico, os exames finais nacionais e as provas de equivalência à frequência, é de aceitação obrigatória, estando nele incluídos os professores vigilantes e coadjuvantes, os gestores dos programas informáticos de apoio à avaliação externa, os elementos dos secretariados de exames, os técnicos de apoio à realização das provas e os professores classificadores, relatores e especialistas.

2. Deve ser assegurado o anonimato dos professores classificados das provas, bem como dos professores relatores dos processos de reapreciação e professores especialistas dos processos de reclamação.

Artigo 33.º

Secretariado de exames

1. Em cada escola onde se realizam provas finais de ciclo, exames finais nacionais e provas de equivalência à frequência deve ser constituído um secretariado de exames, ao qual compete, sob a responsabilidade e supervisão do diretor, a organização e o acompanhamento do serviço de provas e exames desde a inscrição dos alunos até ao registo das classificações nos termos, sem prejuízo das competências e atribuições dos serviços de administração escolar.

2. O coordenador do secretariado de exames é designado pelo diretor da escola de entre os professores do quadro e desempenha as respetivas funções durante todo o processo de provas e exames, no mesmo ano letivo.

3. De entre os professores que integram o secretariado de exames é designado um elemento que substitui o coordenador nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 34.º

Afixação de pautas e registo de classificações

1. As pautas de chamada são organizadas por disciplina e por ordem alfabética dos examinandos, devendo constar a identificação da prova (código e disciplina), o dia, a hora e o local e sala onde os alunos realizam a prova ou exame.

2. No 1.º ciclo, os serviços de administração escolar procedem à elaboração das pautas de chamada das provas finais de ciclo da 1.ª fase, as quais incluem todos os alunos internos e autopropostos.

3. Após as reuniões de avaliação do 3.º período letivo e a afixação das classificações finais de cada área disciplinar, os serviços de administração escolar procedem ao apuramento de todos os alunos que não obtiveram aprovação ou nível inferior a 3 em Português ou em Matemática, a fim de elaborar as pautas de chamada para a 2.ª fase das provas finais do 1.º ciclo.

4. Nos 2.º e 3.º ciclos e no ensino secundário, os serviços de administração escolar, após as reuniões de avaliação do 3.º período letivo e a afixação das classificações de frequência no ensino básico geral e das classificações internas finais no ensino secundário, procedem ao apuramento de todos os alunos que reúnam as condições legais de admissão às provas ou exames.

5. Compete ao diretor afixar as pautas de chamada na escola frequentada pelo aluno com uma antecedência de, pelo menos, quarenta e oito horas relativamente ao início das provas ou exames.

6. As pautas de chamada são afixadas em suporte papel e constituem o único meio oficial de comunicação das informações referidas no n.º 1 do presente artigo, sendo obrigatória a sua consulta prévia, pelo aluno ou pelo seu encarregado de educação, quando menor.

7. Na situação referida no n.º 3 do artigo 1.º as pautas de chamada são afixadas obrigatoriamente na escola frequentada pelo aluno ou onde se encontra inscrito, e também na escola onde o aluno realiza as provas.

8. As pautas de classificação das provas e dos exames são afixadas na escola frequentada pelo aluno, nas datas estabelecidas no calendário anual de provas e exames.

9. A afixação das pautas de classificação nas escolas em suporte papel constitui o único meio oficial de comunicação dos resultados de provas e exames aos interessados, sendo contados a partir das datas de afixação os prazos consequentes.

10. As pautas com a avaliação final dos alunos devem fazer referência à situação escolar do aluno.

11. É obrigatório lavrar termo de todas as provas e exames realizados, mesmo em caso de não aprovação.

12. Os serviços de administração escolar podem a todo o tempo proceder à retificação dos erros de cálculo e dos erros materiais que venham a verificar-se nas pautas, nos termos e nas certidões consequentes, conforme disposto no artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 35.º

Suporte para realização das provas

1. As provas de equivalência à frequência, as provas finais de ciclo e os exames finais nacionais são realizados em papel de modelo oficial de características distintas, sem prejuízo da utilização de papel de prova de formatos adequados a disciplinas de currículos específicos.

2. Sempre que uma prova é realizada em computador, deve proceder-se à sua impressão, em duplicado, na presença do aluno, logo após a conclusão da mesma.

Artigo 36.º

Material autorizado

1. Nas provas finais de ciclo do ensino básico geral e nos exames finais nacionais do ensino secundário, os alunos podem utilizar apenas em cada disciplina o material discriminado na respetiva *Informação-Prova Final e Informação-Exame* de cada prova e código, da responsabilidade do GAVE.

2. Nas provas de equivalência à frequência, os alunos só podem utilizar em cada disciplina o material discriminado na respetiva *Informação-Prova de Equivalência à Frequência* no ensino básico geral e no ensino secundário, da responsabilidade da escola.

Artigo 37.º

Irregularidades

1. A ocorrência de quaisquer situações anómalas durante a realização das provas ou exames deve ser comunicada de imediato ao diretor da escola, o qual decide do procedimento a adotar, devendo ser posteriormente elaborado relatório para comunicação ao JNE, que pode também, consoante a gravidade do caso, intervir em articulação com o diretor.

2. Qualquer irregularidade verificada no processo das provas de equivalência à frequência deve ser comunicada ao JNE para, no âmbito das competências que lhe estão cometidas, decidir em conformidade, no sentido de repor a legal normalidade, nomeadamente em situações decorrentes da não observância dos procedimentos definidos no n.º 1 do artigo 29.º, detetadas em sede de reapreciação ou que venham a ser verificadas posteriormente.

3. Sempre que o presidente do JNE autorize, a título excecional, a repetição de uma prova de exame, esta decisão só produz efeito mediante anulação da prova já efetuada, a qual tem de ocorrer antes da publicação das classificações.

4. A indicação no papel de prova de elementos suscetíveis de identificar o aluno implica a anulação da prova pelo presidente do JNE.

5. O registo no papel de prova de expressões desrespeitosas e ou descontextualizadas pode implicar a anulação da mesma, por decisão do presidente do JNE.

6. Para a realização das provas finais de ciclo, dos exames finais nacionais e das provas de equivalência à frequência, os alunos não podem ter junto de si quaisquer suportes escritos ou equipamento tecnológico não autorizados, nem quaisquer sistemas de comunicação móvel, nomeadamente, computadores portáteis, telemóveis e aparelhos de vídeo ou áudio, sob pena de anulação da prova, devendo os alunos, antes do início desta, verificar e assinar declaração (modelo JNE) que confirme não se encontrarem na posse de nenhum daqueles suportes ou equipamentos.

7. Qualquer telemóvel ou outro meio de comunicação móvel que seja detetado na posse de um aluno, quer esteja ligado ou desligado, determina a anulação da prova pelo diretor da escola.

8. A verificação de irregularidades durante a realização das provas ou exames da 1.ª chamada ou 1.ª fase que impliquem a anulação da prova por motivos imputáveis ao aluno impede-o, nesse ano letivo, de aceder à 2.ª chamada ou 2.ª fase da mesma prova.

9. A anulação de prova referida nos n.ºs 4 a 8 do presente artigo é aplicada sem prejuízo de ulterior procedimento criminal que deva ter lugar.

Artigos 38.º

Fraudes

1. Ao professor vigilante compete suspender imediatamente as provas dos alunos e de eventuais cúmplices que no decurso da realização da prova ou exame cometam ou tentem cometer inequivocamente qualquer fraude, não podendo esses alunos abandonar a sala até ao fim do tempo de duração da prova.

2. A situação referida no número anterior deve ser imediatamente comunicada ao diretor da escola, a quem compete a anulação de qualquer modalidade e tipo de prova, mediante relatório devidamente fundamentado, ficando em arquivo na escola a prova anulada, bem como outros elementos de comprovação da fraude, para eventuais averiguações.

3. A suspeita de fraude que venha a verificar-se posteriormente à realização de qualquer prova ou exame implica a suspensão da eventual eficácia dos documentos entretanto emitidos após a elaboração de relatório fundamentado e na sequência das diligências consideradas necessárias, em ordem à possível anulação da prova.

4. A anulação da prova referida no número anterior é da competência do presidente do JNE, qualquer que seja a sua modalidade e tipo.

5. A ocorrência de fraude ou tentativa de fraude durante a realização das provas e exames da 1.ª chamada ou 1.ª fase impede os alunos de aceder à 2.ª chamada ou 2.ª fase das provas finais de ciclo do ensino básico geral, dos exames finais nacionais do ensino secundário e das provas de equivalência à frequência, no mesmo ano letivo.

Artigo 39.º

Reapreciação das provas e exames

1. É admitida a reapreciação de todas as provas finais de ciclo, exames finais nacionais, provas e exames a nível de escola e provas de equivalência à frequência de cuja resolução haja registo escrito ou produção de trabalho tridimensional.

2. Têm legitimidade para requerer a reapreciação das provas e exames o encarregado de educação ou o próprio aluno, quando maior de idade.

3. A reapreciação das provas finais de ciclo, dos exames finais nacionais, das provas e exames a nível de escola para alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente e das provas de equivalência à frequência é da competência do JNE.

Artigo 40.º

Consulta das provas para reapreciação

1. O requerimento de consulta da prova é dirigido ao diretor e entregue, nos dois dias úteis seguintes ao da publicação da respetiva classificação,

nos serviços de administração escolar da escola onde foram afixados os resultados.

2. Cada requerimento diz apenas respeito a uma prova.

3. A escola, nos dois dias úteis seguintes ao da apresentação do requerimento, deve fornecer as cópias da prova realizada, do enunciado com as cotações e dos critérios de classificação, mediante o pagamento dos encargos.

4. Os encargos referidos no número anterior são estabelecidos pelo diretor, de acordo com a legislação em vigor, e constituem receita própria da escola.

5. A consulta do original da prova, quando solicitada pelo requerente, só pode ser efetuada na presença de um elemento da direção da escola ou do coordenador do secretariado de exames.

Artigo 41.º

Requerimento de reapreciação das provas

1. Se, após a consulta, o requerente pretender a reapreciação da prova, deve entregar nos serviços de administração escolar, nos dois dias úteis seguintes à data em que a cópia da prova lhe foi facultada, requerimento nesse sentido, acompanhado obrigatoriamente da alegação justificativa e fazendo, no ato da entrega e mediante recibo, depósito da quantia de €25 (vinte e cinco euros).

2. O requerimento referido no n.º 1 do presente artigo é feito em impresso normalizado e dirigido ao presidente do JNE.

3. A quantia depositada nos termos do n.º 1 do presente artigo é guardada no cofre da escola até decisão do processo, sendo restituída ao requerente se a classificação resultante da reapreciação for superior à inicial, passando a constituir receita própria da escola nos restantes casos.

4. A alegação deve indicar as razões que fundamentam o pedido de reapreciação, as quais apenas podem ser de natureza científica ou de juízo sobre a aplicação dos critérios de classificação ou existência de vício processual, não podendo, sob pena de indeferimento liminar do processo de reapreciação, conter elementos identificativos do aluno ou referências à sua situação escolar ou profissional, nestes se incluindo a menção a qualquer escola frequentada, ao número de disciplinas em falta para completar a sua escolaridade, às classificações obtidas nas várias disciplinas, à classificação necessária para a conclusão do ciclo de estudos e, no caso dos alunos do ensino secundário, também para o acesso ao ensino superior.

5. A prova é reapreciada sempre na sua totalidade, independentemente do número de questões invocadas pelo requerente.

6. Se o requerimento de reapreciação incidir exclusivamente sobre erro na soma das cotações, não há lugar à apresentação da alegação nem é devido o depósito de qualquer quantia.

7. A retificação dos erros de soma das cotações das provas é da competência do diretor da escola, se se tratar de provas de equivalência à frequência e da competência do JNE, se se tratar de provas finais de ciclo ou exames finais nacionais, os quais foram classificados em sede de agrupamento de exames.

8. Sempre que a prova ou exame for constituída por duas componentes (escrita e oral ou escrita e prática), a apresentação do requerimento de reapreciação da componente escrita não adia a prestação da segunda componente.

Artigo 42.º

Decisão do requerimento de reapreciação

1. Compete à escola onde foi apresentado o requerimento de reapreciação promover a correta organização do respetivo processo e enviá-lo nos dois dias úteis imediatamente seguintes para os serviços competentes do JNE.

2. A reapreciação da prova é assegurada por um professor relator, a designar pelo JNE.

3. O professor relator não pode ter classificado a prova que é objeto de reapreciação.

4. Em sede de reapreciação, é legítima e procedente a retificação de eventuais erros que o professor relator verifique na transcrição das cotações e ou na soma das cotações da totalidade dos itens da prova.

5. Ao professor relator compete propor e fundamentar técnica e cientificamente a classificação a atribuir às questões alegadas pelo requerente e aquelas que foram sujeitas a alteração por discordância com a classificação atribuída pelo classificador.

6. A nova classificação da prova pode ser de valor inferior, igual ou superior à inicial, sem prejuízo do definido no n.º 12 do presente artigo.

7. A classificação resultante da incorporação da proposta do professor relator passa a constituir a classificação final da prova, após homologação pelo presidente do JNE.

8. Em caso de discrepância notória entre a proposta apresentada pelo professor relator e a classificação inicial da prova ou na ocorrência de cir-

cunstâncias objetivas excecionais, o presidente do JNE manda reapreciar a prova a um segundo professor relator ou recorre a outros procedimentos adequados para estabelecer a classificação final da prova.

9. Para os efeitos referidos no número anterior, entende-se por discrepância notória a diferença igual ou superior a 15 pontos percentuais, nas provas do ensino básico geral, e a 25 pontos, nas provas do ensino secundário, entre a classificação resultante da incorporação da classificação proposta pelo professor relator e a classificação inicial da prova.

10. O segundo relator reaprecia a prova nos termos referidos no n.º 5 do artigo 41.º e no n.º 5 do presente artigo, com conhecimento da proposta do primeiro relator.

11. A classificação resultante da incorporação da proposta do segundo professor relator passa a constituir a classificação final da prova, após homologação pelo presidente do JNE.

12. A classificação final da reapreciação pode ser inferior à classificação atribuída aquando da classificação da prova, não podendo, no entanto, implicar em caso algum a reprovação do aluno quando este já tiver sido aprovado com base na classificação inicial, caso em que a classificação final da reapreciação será a mínima necessária para garantir a aprovação.

13. O JNE, após a decisão, devolve às escolas os processos de reapreciação, acompanhados de alegações, pareceres dos professores relatores e grelhas de classificação para eventual consulta, quando solicitada pelos requerentes.

14. Os resultados das reapreciações são afixados nas escolas nas datas estabelecidas no calendário anual de provas e exames.

15. A afixação referida no número anterior constitui o único meio oficial de comunicação dos resultados da reapreciação aos requerentes, sendo o prazo previsto no n.º 2 do artigo 43.º contado a partir da data da afixação.

16. Pela reapreciação de cada prova do ensino básico e do ensino secundário, incluindo relatório devidamente fundamentado referido no n.º 5 do presente artigo, é devida ao professor relator a importância ilíquida de €7,48 (sete euros e quarenta e oito cêntimos).

Artigo 43.º

Processo de Reclamação

1. Da decisão que recaiu sobre o processo de reapreciação pode ainda haver reclamação, a apresentar ao presidente do JNE.

2. A reclamação é apresentada diretamente na escola onde foi realizada a prova ou exame, nos dois dias úteis seguintes ao da afixação dos resultados da reapreciação e imediatamente remetida ao presidente do JNE, acompanhada de todo o processo de reapreciação.

3. O presidente do JNE aprecia e decide da reclamação no prazo máximo de 30 dias úteis contados a partir da data da apresentação da reclamação na escola, recorrendo, se necessário, a pareceres de professores especialistas, do GAVE e da Inspeção-Geral da Educação e Ciência.

4. A reclamação deve refutar os argumentos apresentados pelo professor relator, constituindo apenas fundamento desta a discordância na aplicação dos critérios de classificação das provas e a existência de vício processual, sendo indeferidas liminarmente as reclamações baseadas em quaisquer outros fundamentos e ainda aquelas que, na sua fundamentação, contenham elementos identificativos do aluno ou referências à sua situação escolar ou profissional, nestes se incluindo a menção a qualquer escola que o mesmo tenha frequentado, ao número de disciplinas em falta para completar a sua escolaridade, às classificações obtidas nas várias disciplinas, à classificação necessária para a conclusão do ciclo de estudos e, no caso dos alunos do ensino secundário, também para o acesso ao ensino superior.

5. A reclamação do aluno apenas pode incidir sobre as questões que foram objeto de reapreciação, quer aquelas que foram alegadas pelo aluno quer aquelas que, não tendo sido alegadas, mereceram alteração da classificação por parte do professor relator.

6. A reclamação da prova é assegurada por professores especialistas, a designar pelo JNE.

7. O professor especialista não pode ter classificado nem reapreciado a prova que é objeto de reclamação.

8. Em sede de reclamação, é legítima e procedente a retificação de eventuais erros que o professor especialista verifique na transcrição das cotações e ou na soma das cotações da totalidade dos itens da prova.

9. Ao professor especialista compete elaborar relatório que inclua proposta fundamentada, técnica e cientificamente, relativa à classificação atribuída às questões alegadas pelo aluno, não sendo aceites relatórios que não satisfaçam estes requisitos.

10. A decisão que recair sobre a reclamação é definitiva, não sendo passível de qualquer outra impugnação administrativa.

11. Os especialistas que asseguram a análise e decisão das reclamações relativas às reapreciações, incluindo a elaboração de relatório referido no n.º 9 do presente artigo, recebem a importância ilíquida de €14,96 (catorze euros e noventa e seis cêntimos) por cada reclamação.

Artigo 44.º

Alunos praticantes desportivos de alto rendimento

1. Os alunos praticantes desportivos de alto rendimento podem requerer a realização de provas ou exames em época especial, desde que as datas calendarizadas para as provas sejam coincidentes com o período de participação em competições desportivas, conforme regulamentado no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro.

2. A medida referida no número anterior é aplicável às provas de equivalência à frequência e às provas finais dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico geral, bem como às provas de equivalência à frequência e exames finais nacionais do ensino secundário.

3. O requerimento deve ser apresentado pelo encarregado de educação ou pelo próprio aluno, quando maior, ao diretor da escola, que o remete ao Presidente do JNE até ao final do mês de abril.

4. O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., valida as datas das competições desportivas e remete ao presidente do JNE as respetivas declarações comprovativas.

5. O calendário da época especial para praticantes desportivos de alto rendimento é divulgado até à última semana de maio, realizando-se as provas na primeira quinzena de agosto, numa só fase, com uma única chamada, quer para as provas finais de ciclo do ensino básico quer para os exames finais nacionais do ensino secundário.

6. O JNE analisa os pedidos e informa os alunos, através da respetiva escola, do despacho que recaiu sobre o pedido e, no caso de deferimento, é indicada a escola onde se vão realizar as provas ou exames e as respetivas datas.

7. Após terem tido conhecimento do despacho, os alunos devem confirmar até ao final da primeira semana de junho, junto da escola, as provas ou exames que pretendem realizar em época especial, depositando, no ato de confirmação e mediante recibo, a quantia de €25 (vinte e cinco euros), independentemente do número de provas a realizar, que lhes é devolvida após a realização dos exames da época especial.

8. A escola informa de imediato o JNE da confirmação ou desistência dos alunos, em cada disciplina.

9. A falta a qualquer uma das provas ou exames requeridos para a época especial ou a não comunicação por escrito de desistência, até dois úteis após a data de publicação das classificações da 1.ª chamada das provas finais de ciclo do ensino básico geral ou da 1.ª fase de exames do ensino secundário, implica a não devolução da quantia depositada, passando esta a constituir receita própria da escola, sem prejuízo do estabelecido no n.º 10 do presente artigo.

10. Os alunos do ensino secundário que realizarem os exames nacionais apenas na 2.ª fase podem comunicar a sua desistência da época especial até à data de publicação das classificações desta fase, tendo em conta o previsto no n.º 8 do presente artigo.

11. Os alunos que venham a ser selecionados para competições após os prazos atrás definidos, podem, a título excepcional, expor a situação ao Presidente do JNE, comprovando-a devidamente, até ao início da 2.ª chamada das provas finais de ciclo ou da 2.ª fase dos exames nacionais.

12. A realização das provas e exames na época especial pelos alunos a que se refere o número anterior fica dependente da autorização do Presidente do JNE, sendo esta condicionada pelas provas e exame constantes do calendário de provas e exames da época especial, pelos locais de realização das provas e pelo cumprimento dos procedimentos previstos no n.º 7 do presente artigo.

CAPÍTULO V

Condições especiais de realização de provas de avaliação externa para alunos com necessidades educativas especiais

Artigo 45.º

Provas finais e de equivalência à frequência dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico

1. Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, ou pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2006/A, de 7 de abril, no caso dos alunos da Região Autónoma dos Açores, ou pelo Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009/M, de 31 de dezembro, no caso dos alunos da Região Autónoma da Madeira, de acordo com as especificidades e terminologia adotadas nos referidos diplomas, realizam as provas finais dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico geral de Português e de Matemática nos 4.º,

6.º e 9.º anos de escolaridade, com condições especiais, sob proposta do professor titular de turma ou conselho de turma.

2. Os alunos que frequentam um currículo específico individual não realizam as provas finais dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, de acordo com o definido na alínea b) do n.º 13 e na alínea e) do n.º 14 do Despacho Normativo n.º 24-A/2012, de 6 de dezembro.

3. A autorização de condições especiais na realização das provas finais dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos para os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, é da responsabilidade do:

a) Diretor da escola para os alunos dos 4.º e 6.º anos, incluindo as provas finais a nível de escola;

b) Diretor da escola para os alunos do 9.º ano, à exceção das provas finais a nível de escola;

c) Presidente do JNE para os alunos do 9.º ano referidos no n.º 1 do artigo 46.º que necessitam de provas finais a nível de escola, bem como de outras condições especiais.

4. A aplicação de qualquer condição especial exige a anuência expressa do encarregado de educação, sendo necessário enviar ao presidente do JNE cópia do respetivo despacho de homologação, devidamente autenticada, sempre que a sua autorização seja da responsabilidade do diretor da escola.

5. Os alunos referidos no n.º 1 do presente artigo e no n.º 1 do artigo 53.º nas condições previstas nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 3.º que pretendam usufruir de condições especiais na realização das provas de equivalência à frequência dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico geral, devem, no ato de inscrição, apresentar requerimento dirigido ao presidente do JNE.

6. O requerimento para apreciação no JNE deve ser acompanhado dos seguintes documentos referentes ao aluno: cópias autenticadas do boletim de inscrição nas provas, do cartão de cidadão ou bilhete de identidade, do registo biográfico, do programa educativo individual, do relatório técnico-pedagógico, bem como, conforme a justificação alegada, do relatório de médico da especialidade ou de diagnóstico psicológico e de outros documentos considerados úteis para a avaliação da funcionalidade.

7. Os alunos referidos nos n.º 1 do presente artigo e no n.º 1 do artigo 53.º que estejam nas condições das alíneas e), f), g) e h) do n.º 1 do artigo 3.º (alunos autopropostos) e aos quais tenham já sido concedidas condições especiais de exame ao abrigo do disposto no n.º 3 do presente artigo e no n.º 6 do artigo 46.º, podem delas usufruir, sem necessidade de instrução de novo processo.

8. Os alunos a que se refere o n.º 1 do presente artigo podem requerer a dispensa de prova oral se a sua incapacidade assim o exigir, sendo, neste caso, a classificação final da disciplina a classificação obtida na componente escrita do exame.

9. As condições especiais autorizadas pelo diretor da escola ou pelo presidente do JNE para a 1.ª fase ou 1.ª chamada são válidas para a 2.ª fase ou 2.ª chamada.

10. O JNE elabora as instruções que se tornem necessárias relativamente a aspetos específicos a considerar na realização das provas finais de ciclo e das provas de equivalência à frequência dos alunos com necessidades educativas especiais.

11. As pautas de chamada e de classificação não podem mencionar as necessidades educativas especiais do aluno.

Artigo 46.º

Provas finais a nível de escola dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico geral

1. Os alunos cegos, com baixa visão, surdos severos ou profundos, com limitações motoras severas ou com limitações funcionais do domínio cognitivo podem realizar provas finais a nível de escola nas disciplinas de Português e de Matemática caso necessitem de alterações significativas nos instrumentos de avaliação ao nível da estrutura das provas e na tipologia e formulação dos itens, relativamente à prova caracterizada na *Informação-Prova Final* do GAVE.

2. Os alunos surdos do 2.º ciclo que frequentam as *Escolas de Referência de Ensino Bilingue para Alunos Surdos*, realizam a prova final de Português Língua Segunda (PL2), ao abrigo do Despacho n.º 7158/2011, de 11 de maio.

3. A prova final do 2.º ciclo de PL2, em substituição da prova final de Português do 2.º ciclo, é elaborada a nível de escola e classificada em sede de agrupamento de exames.

4. Os alunos cegos, com baixa visão, surdos severos ou profundos, com limitações motoras severas ou com limitações funcionais do domínio cognitivo do 9.º ano de escolaridade que realizem provas finais a nível de escola podem prosseguir estudos de nível secundário.

5. A partir do ano letivo de 2013-2014, os alunos referidos no número anterior que pretendam frequentar os cursos científico-humanísticos do ensino secundário têm de realizar, obrigatoriamente, as provas finais do 3.º ciclo a nível nacional podendo, no entanto, usufruir de condições especiais de avaliação ao abrigo da legislação em vigor.

6. No caso dos alunos do 9.º ano de escolaridade referidos no n.º 1 do presente artigo a realização de provas finais a nível de escola e a atribuição de outras condições especiais dependem de autorização prévia do presidente do JNE, mediante a análise de processo devidamente instruído, a decidir no prazo máximo de oitenta dias úteis, o qual não deve ultrapassar a data do início das provas finais de ciclo, devendo as escolas elaborar listagem dos referidos alunos e remetê-la ao JNE, acompanhada da documentação referida no número seguinte.

7. O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos: cópias autenticadas do cartão de cidadão ou bilhete de identidade, do registo biográfico, do programa educativo individual, do documento *Informação-Prova Final a Nível de Escola* de cada disciplina, de relatório médico da especialidade ou de outros documentos úteis para a avaliação da funcionalidade do aluno.

8. As provas finais a nível de escola devem respeitar as adequações no processo de avaliação referidas no n.º 1 do presente artigo, constantes do programa educativo individual de cada aluno, bem como contemplar a aprendizagem estabelecida para as correspondentes provas finais de ciclo de Português e de Matemática dos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade.

9. As provas finais a nível de escola são elaboradas sob a orientação e responsabilidade do conselho pedagógico, que aprova a sua estrutura, cotações e respetivos critérios de classificação, por proposta do grupo disciplinar ou do departamento curricular, com observância do seguinte:

a) Ao departamento curricular compete propor ao conselho pedagógico a *Informação-Prova Final a Nível de Escola* de cada disciplina no ensino básico geral, cuja estrutura deve ser análoga à *Informação-Prova Final* elaborada pelo GAVE para as provas finais de ciclo dos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade, da qual devem constar os seguintes aspetos: objeto de avaliação, características e estrutura, critérios gerais de classificação, material e duração;

b) Após a sua aprovação pelo conselho pedagógico a *Informação-Prova Final a Nível de Escola* de cada disciplina deve ser divulgada junto dos alunos que realizam este tipo de prova, bem como dos respetivos encarregados de educação, até ao final da segunda semana de abril, para o 1.º ciclo, e até ao final da segunda semana de maio, para os 2.º e 3.º ciclos;

c) Ao diretor da escola compete assegurar a constituição das equipas de elaboração das provas finais a nível de escola, sendo constituída para cada disciplina uma equipa, integrada pelo docente de educação especial e por dois professores que tenham lecionado o programa do 4.º ano ou o programa da disciplina do 6.º ou 9.º anos, devendo o diretor nomear um dos elementos como coordenador.

d) Ao coordenador de cada equipa compete assegurar o cumprimento das orientações e decisões do conselho pedagógico;

e) O enunciado da prova deve conter as respetivas cotações;

f) Após a realização de cada prova pelos alunos, os respetivos critérios específicos de classificação devem ser afixados em lugar público da escola frequentada pelo aluno.

10. As provas finais a nível de escola, com a duração de 90 minutos, realizam-se, sempre que possível, nas datas previstas no calendário anual de provas e exames para as correspondentes provas finais de ciclo.

Artigo 47.º

Exames finais nacionais e provas de equivalência à frequência do ensino secundário

1. Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, ou pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2006/A, de 7 de abril, no caso dos alunos da Região Autónoma dos Açores, ou pelo Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009/M, de 31 de dezembro, no caso dos alunos da Região Autónoma da Madeira, de acordo com as especificidades e terminologia adotadas nos referidos diplomas, realizam os exames finais nacionais do ensino secundário, com condições especiais, sob proposta do conselho de turma.

2. Os alunos que frequentaram um currículo específico individual no ensino básico podem continuar o seu percurso educativo num currículo específico individual em processo de transição para a vida pós-escolar, ao abrigo do artigo 14.º do Decreto-Lei 3/2008, e não realizam provas de avaliação externa, nomeadamente, exames finais nacionais.

3. O JNE elabora as instruções que se tornem necessárias relativamente a aspetos específicos a considerar na realização dos exames finais nacionais e provas de equivalência à frequência pelos alunos com necessidades educativas especiais.

4. As condições especiais de exame requeridas pelos alunos mencionados no n.º 1 do presente artigo e no n.º 1 do artigo 53.º dependem de autorização prévia do presidente do JNE, mediante a análise de processo devidamente instruído, a decidir no prazo máximo de oitenta dias úteis, o qual não deve ultrapassar a data do início dos exames finais nacionais.

5. O processo para apreciação no JNE deve ser obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos: requerimento, cópias autenticadas do boletim de inscrição de exames, do despacho de autorização de condições especiais de exame concedidas em anos anteriores, do cartão de cidadão ou bilhete de identidade, do registo biográfico, de relatório médico da especialidade ou de diagnóstico psicológico e de relatório técnico-pedagógico.

6. Nos casos mencionados no n.º 1 do presente artigo e no n.º 1 do artigo 51.º para além destes documentos, o processo deve ser também acompanhado do programa educativo individual e, no caso de candidatos com dislexia, ainda da ficha B, *Levantamento das dificuldades específicas do aluno relativamente à dislexia* e ainda, no caso dos alunos mencionados no n.º 1 do artigo 48.º da *Informação-Exame a Nível de Escola* de cada disciplina.

7. Findo o prazo de inscrição para a 1.ª fase nos exames finais nacionais, as escolas devem elaborar listagem dos alunos mencionados no n.º 1 do presente artigo, no n.º 1 do artigo 48.º, no n.º 1 do artigo 51.º e no n.º 1 do artigo 53.º e remetê-las ao JNE nos três dias úteis seguintes, acompanhada dos documentos referidos nos n.ºs 5 e 6 do presente artigo.

8. As condições especiais autorizadas pelo presidente do JNE para a 1.ª fase são válidas para a 2.ª fase.

9. Os alunos a que se refere o n.º 1 do presente artigo podem requerer a dispensa de prova oral, se a sua incapacidade assim o exigir, sendo, neste caso, a classificação final da disciplina a classificação obtida na componente escrita da prova ou exame.

10. As pautas de chamada e de classificação não devem mencionar as necessidades educativas especiais do aluno.

Artigo 48.º

Alunos cegos, com baixa visão, surdos severos ou profundos ou com limitação motora severa do ensino secundário

1. Os alunos cegos, com baixa visão, surdos severos ou profundos ou com limitação motora severa que apenas pretendam a conclusão e a certificação do ensino secundário podem optar por uma das seguintes alternativas:

a) Realizar os exames finais nacionais nas disciplinas sujeitas a exame final nacional;

b) Realizar exames a nível de escola, correspondentes à avaliação sumativa externa do seu plano de estudos.

2. Os alunos referidos no número anterior que pretendam concluir o ensino secundário e prosseguir estudos no ensino superior podem optar por uma das seguintes alternativas:

a) Realizar os exames finais nacionais nas disciplinas sujeitas a exame final nacional;

b) Realizar os exames finais nacionais nas disciplinas que queiram eleger como provas de ingresso para candidatura ao ensino superior e exames a nível de escola nas restantes disciplinas sujeitas a exame final nacional.

3. A partir do ano letivo de 2013/2014, para o 11.º ano, e 2014/2015, para o 12.º ano, os alunos referidos no número anterior que pretendam prosseguir estudos no ensino superior têm de realizar os exames finais nacionais correspondentes à avaliação sumativa externa do seu plano de estudos, podendo usufruir de condições especiais de avaliação ao abrigo da legislação em vigor, não sendo considerados, nesse caso, exames a nível de escola.

Artigo 49.º

Exames a nível de escola do ensino secundário

1. Os alunos cegos, com baixa visão, surdos severos ou profundos ou com limitação motora severa podem realizar exames a nível de escola nas disciplinas do seu plano de estudos, sujeitas a exame final nacional, caso necessitem de alterações nos instrumentos de avaliação ao nível da

estrutura das provas e na tipologia e formulação dos itens, relativamente à prova caracterizada na *Informação-Exame* do GAVE.

2. Os exames a nível de escola devem respeitar as adequações no processo de avaliação referidas no número anterior, constantes do programa educativo individual de cada aluno, bem como ter como referência a aprendizagem prevista para os correspondentes exames finais nacionais.

3. Os exames a nível de escola são elaborados sob a orientação e responsabilidade do conselho pedagógico que aprova a sua estrutura, cotações e respetivos critérios de classificação, por proposta do grupo disciplinar ou do departamento curricular, com observância do seguinte:

a) Ao departamento curricular compete propor ao conselho pedagógico a *Informação-Exame a Nível de Escola* de cada disciplina, cuja estrutura deve ser análoga à *Informação-Exame* elaborada pelo GAVE para o respetivo exame final nacional, da qual devem constar os seguintes aspetos: objeto de avaliação, características e estrutura, critérios gerais de classificação, material e duração;

b) Após a sua aprovação pelo conselho pedagógico, a *Informação-Exame a Nível de Escola* de cada disciplina deve ser divulgada junto dos alunos que realizam este tipo de prova, bem como dos respetivos encarregados de educação, até ao final da segunda semana de maio;

c) Ao diretor da escola compete assegurar a constituição das equipas de elaboração dos exames a nível de escola, sendo constituída para cada disciplina uma equipa, integrada pelo docente de educação especial e por dois professores que tenham lecionado o programa da disciplina, devendo o diretor nomear um dos elementos como coordenador.

d) Compete ao coordenador de cada equipa assegurar o cumprimento das orientações e decisões do conselho pedagógico;

e) O enunciado da prova deve conter as respetivas cotações;

f) Após a realização de cada prova pelos alunos, os respetivos critérios específicos de classificação devem ser afixados em lugar público da escola.

4. Os exames a nível de escola realizam-se, sempre que possível, nas datas estabelecidas no calendário anual de provas e exames e com a duração estabelecida para os correspondentes exames finais nacionais.

5. Para efeito de melhoria de classificação do ensino secundário é válida a realização de exames a nível de escola, caso o aluno tenha obtido a primeira aprovação da disciplina através desta tipologia de exames, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 48.º.

Artigo 50.º

Prova de exame adaptada para alunos surdos severos ou profundos

1. Os alunos surdos severos ou profundos podem efetuar o exame final nacional de Português (código 239), prova elaborada de acordo com a *Adaptação do Programa de Português para alunos com deficiência auditiva de grau severo ou profundo 10.º, 11.º e 12.º anos*, em substituição do exame final nacional de Português (código 639);

2. Os alunos surdos severos ou profundos que, na qualidade de auto-propostos, elegerem a disciplina de Português como prova de ingresso para candidatura ao ensino superior, podem realizar o exame final nacional de Português (código 239).

Artigo 51.º

Alunos com dislexia

1. Pode ser aplicada a *Ficha A, Apoio para classificação de provas de exame nos casos de dislexia*, emitida pelo JNE, para efeitos de não penalização na classificação das provas de exame realizadas pelos alunos dos ensinos básico ou secundário com dislexia diagnosticada e confirmada até ao final do 1.º ciclo ou até ao final do 2.º ciclo do ensino básico, desde que:

a) Os alunos do 4.º ou 6.º ano estejam ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro;

b) Os alunos do 9.º ano ou do ensino secundário tenham exigido apoios pedagógicos personalizados e ou tecnologias de apoio, constantes do programa educativo individual, ao abrigo do referido Decreto-Lei, e que se tenham mantido ao longo do 3.º ciclo ou do ensino secundário, respetivamente.

2. Os alunos do ensino básico geral com dislexia têm de realizar obrigatoriamente as provas finais de ciclo de Português e de Matemática

nos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade e os alunos do ensino secundário com dislexia têm de realizar obrigatoriamente os respetivos exames finais nacionais.

Artigo 52.º

Alunos com necessidades especiais de saúde

1. Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente decorrentes de situações clínicas graves devidamente confirmadas pelos serviços de saúde, e que se encontrem ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, podem usufruir de condições especiais de exame, sob proposta do conselho de turma, devendo as referidas condições ser objeto de análise e decisão caso a caso:

a) Pelo diretor da escola para os alunos dos 4.º e 6.º anos de escolaridade, bem como para os alunos do 9.º ano de escolaridade que não necessitem de realizar provas finais a nível de escola.

b) Pelo presidente do JNE para os alunos do 9.º ano de escolaridade, caso necessitem de realizar provas finais a nível de escola, e para todos os alunos do ensino secundário.

2. Os alunos do ensino básico com necessidades especiais de saúde decorrentes de situações clinicamente muito graves, devidamente confirmadas pelos serviços de saúde, que decorram no período de realização das provas finais de ciclo podem, sob proposta do diretor da escola, ser dispensados da realização das mesmas, após despacho favorável do presidente do JNE.

3. Para este efeito, o diretor deve remeter ao JNE o processo do aluno com a seguinte documentação: cópias autenticadas do cartão de cidadão ou bilhete de identidade e do registo biográfico, relatório pedagógico, relatórios médicos dos serviços de saúde e outros documentos clínicos úteis para análise da situação.

Artigo 53.º

Alunos com necessidades educativas

1. Os alunos que apresentem necessidades educativas que não exijam uma intervenção no âmbito da educação especial podem usufruir de adaptações nas condições de realização de exames, sob proposta do professor titular de turma ou do conselho de turma, sempre que a não aplicação destas condicione a realização ou a classificação das provas de exame, devendo as referidas adaptações ser objeto de análise e decisão caso a caso por parte do diretor da escola, para os alunos do ensino básico, e por parte do presidente do JNE, para os alunos do ensino secundário.

2. Os alunos do ensino básico realizam obrigatoriamente as provas finais de ciclo de Português e de Matemática nos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade e os alunos do ensino secundário os respetivos exames finais nacionais do seu plano de estudos.

Artigo 54.º

Classificação das provas finais do ensino básico geral e dos exames do ensino secundário

1. A classificação das provas finais de ciclo, das provas finais a nível de escola, dos exames finais nacionais e dos exames a nível de escola é da responsabilidade do JNE, devendo os mesmos ser enviados ao respetivo agrupamento de exames para distribuição, sempre que possível, a classificadores supervisores ou formadores.

2. A classificação das provas finais de ciclo, das provas finais a nível de escola, dos exames finais nacionais e dos exames a nível de escola realizados pelos alunos surdos severos ou profundos deve ser assegurada por professores especializados ou com experiência no acompanhamento de alunos surdos.

3. As provas finais dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e os exames finais nacionais em versão braille para alunos cegos podem ser sujeitos a adaptações formais, ao nível das imagens ou da formulação dos itens, podendo, sempre que necessário, haver adaptações nos critérios de classificação das provas.

4. Compete ao diretor da escola designar um docente com formação especializada em educação especial no domínio da visão, ou solicitá-lo à DGEstE, o qual será responsável pela transcrição em grafia braille das provas finais a nível de escola, dos exames a nível de escola e das provas de equivalência à frequência e pela descodificação da escrita braille destas provas, das provas finais de ciclo ou dos exames finais nacionais, para efeitos de classificação.

ANEXO

QUADRO I

PROVAS FINAIS DE PORTUGUÊS E DE MATEMÁTICA DOS 1.º, 2.º e 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO GERAL (*)**Tipo de prova em cada disciplina e respetiva duração**

(a que se refere o n.º 10 do artigo 8.º e o n.º 10 do artigo 12.º do Regulamento das Provas e dos Exames do Ensino Básico e do Ensino Secundário)

Disciplina	Tipo de Prova	Duração (minutos)
Português (41) - 1.º ciclo	Escrita	90
Matemática (42) - 1.º ciclo	Escrita	90
Português (61) - 2.º ciclo	Escrita	90
Matemática (62) - 2.º ciclo	Escrita	90
Português Língua Não Materna (63) nível A2 - 2.º ciclo	Escrita	90
Português Língua Não Materna (64) nível B1 - 2.º ciclo	Escrita	90
Português (91) - 3.º ciclo	Escrita	90
Matemática (92) - 3.º ciclo	Escrita	90
Português Língua Não Materna (93) nível A2 - 3.º ciclo	Escrita	90
Português Língua Não Materna (94) nível B1 - 3.º ciclo	Escrita	90

(*) Todas as provas finais dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos têm tolerância de trinta minutos.

Nota: Os alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico geral referidos n.º 1 do artigo 3.º deste regulamento realizam provas finais de

Português ou de PLNM e de Matemática como autopropostos, sendo submetidos, obrigatoriamente, a uma prova oral na disciplina de Português (códigos 41, 61 e 91) ou de Português Língua Não Materna (códigos 63, 64, 93 e 94).

QUADRO II

PROVAS DE EQUIVALÊNCIA À FREQUÊNCIA DOS 1.º, 2.º E 3.º CICLOS

(a que se refere o n.º 10 do artigo 10.º e o n.º 6 do artigo 15.º do Regulamento das Provas e dos Exames do Ensino Básico e do Ensino Secundário)

1.º Ciclo do Ensino Básico**Tipo de prova em cada disciplina e respetiva duração**

Disciplina	Tipo de Prova	Duração (minutos)
Estudo do Meio	Escrita	90
Expressões Artísticas (a)	Escrita e Prática	90

(a) Na componente escrita desta prova pretende-se avaliar o produto final na área da expressão plástica, devendo ser tida em conta a definição geral de prova escrita referida na alínea a) da Nota final do presente quadro.

2.º Ciclo do Ensino Básico**Tipo de prova em cada disciplina e respetiva duração**

Disciplina	Tipo de Prova	Duração (minutos)
Língua Estrangeira I	Escrita e Oral (a)	90 + 15
História e Geografia de Portugal	Escrita	90
Ciências Naturais	Escrita	90
Educação Visual	Escrita	90+30 de tolerância
Educação Tecnológica	Escrita e Prática	45 + 45
Educação Musical	Escrita e Prática	60 + 15
Educação Física (b)	Escrita e Prática	45 + 45

(a) As provas orais não deverão ultrapassar a duração máxima de quinze minutos.

(b) Prova a realizar pelos alunos do 6.º ano referidos nas alíneas f), g) e h) do n.º 1 do artigo 3.º deste regulamento

3.º Ciclo do Ensino Básico**Tipos de provas em cada disciplina e respetiva duração**

Disciplina	Tipo de Prova	Duração (minutos)
Língua Estrangeira I	Escrita e Oral (a)	90 + 15
Língua Estrangeira II	Escrita e Oral (a)	90 + 15

Disciplina	Tipo de Prova	Duração (minutos)
História	Escrita	90
Geografia	Escrita	90
Ciências Naturais	Escrita	90
Físico-Química	Escrita	90
Educação Visual	Escrita	90+30 de tolerância
TIC	Escrita	90
Educação Física (b)	Escrita e Prática	45 + 45

(a) As provas orais não deverão ultrapassar a duração máxima de quinze minutos

(b) Prova a realizar pelos alunos do 9.º ano referidos na alínea f), g) e h) do n.º 1 do artigo 3.º deste regulamento.

Nota: Nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico geral as provas de equivalência à frequência, podem ser de um dos seguintes tipos, de acordo com as características de cada disciplina e em função de parâmetros previamente definidos:

a) Prova escrita (E), cuja realização implica um registo escrito ou um registo bidimensional ou tridimensional e a possível utilização de diferentes materiais;

b) Prova oral (O), cuja realização implica a presença de um júri e a utilização por este de um registo do desempenho da capacidade de expressão oral do aluno;

c) Prova prática (P), cuja resolução implica a manipulação de materiais, instrumentos e equipamentos, com eventual produção escrita, incidindo sobre o trabalho prático produzido, implicando a presença de um júri e a utilização, por este, de um registo de desempenho do aluno.

QUADRO III

PLANOS CURRICULARES DE NÍVEL SECUNDÁRIO APROVADOS PELO DECRETO-LEI N.º 139/2012, DE 5 DE JULHO

PROVAS DE EQUIVALÊNCIA À FREQUÊNCIA

Tipo de prova em cada disciplina e respetiva duração

(a que se refere o n.º 6 do artigo 24.º do Regulamento das Provas e dos Exames do Ensino Básico e do Ensino Secundário)

A) CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS

Disciplina	Curso/ano	Provas	Duração (em minutos)
Antropologia	Científico-Humanísticos/12.º	E	90
Aplicações Informáticas B.	Científico-Humanísticos /12.º	E	90
Biologia (*)	Ciências e Tecnologias /12.º	EP	90+90
Ciência Política	Científico-Humanísticos /12.º	E	90
Clássicos da Literatura	Científico-Humanísticos /12.º	E	90
Direito	Científico-Humanísticos /12.º	E	90
Economia C	Científico-Humanísticos /12.º	E	90
Educação Física	Científico-Humanísticos /12.º	EP	90+90
Filosofia A	Científico-Humanísticos /12.º	E	90
Física (*)	Ciências e Tecnologias /12.º	EP	90+90
Geografia C	Científico-Humanísticos /12.º	E	90
Geologia (*)	Ciências e Tecnologias /12.º	EP	90+90
Grego	Científico-Humanísticos /12.º	E	90
Latim B	Línguas e Humanidades /12.º	E	90
Língua Estrangeira I, II ou III (formação geral)	Científico-Humanísticos /11.º	EO	90+25
Língua Estrangeira I, II ou III (formação específica)	Científico-Humanísticos /12.º	EO	90+25
Literaturas de Língua Portuguesa	Línguas e Humanidades/12.º	E	90

Disciplina	Curso/ano	Provas	Duração (em minutos)
Materiais e Tecnologias	Artes Visuais/12.º	E	120
Oficina de Artes	Artes Visuais/12.º	E	120
Oficina de Multimédia B	Artes Visuais/12.º	E	120
Psicologia B	Científico-Humanísticos /12.º	E	90
Química (*)	Ciências e Tecnologias /12.º	EP	90+90
Sociologia	Línguas e Humanidades /12.º	E	90
	Ciências Socioeconómicas/12.º		

(*) A componente prática das provas escritas com componente prática tem uma tolerância de 30 minutos.

B) CURSOS TECNOLÓGICOS

Disciplina	Curso/ano	Provas	Duração (em minutos)
Aplicações Informáticas A	Tecnológico de Informática/11.º	E	120
Aplicações Tecnológicas de Eletrotecnia/Eletrónica	Tecnológico de Eletrotecnia e Eletrónica/11.º	P	180
Bases de Programação	Tecnológico de Informática/12.º	E	120
Biologia Humana	Tecnológico de Desporto/11.º	EP	90+90
Comércio e Distribuição	Tecnológico de Marketing/12.º	E	120
Computação Gráfica e Orçamentação	Tecnológico de Construção Civil e Edificações/12.º	EP	180
Contabilidade	Tecnológico de Administração/12.º	E	120
Desenho B	Tecnológico de Design de Equipamento/12.º	E	120
	Tecnológico de Multimédia/12.º		
Desenho de Construção	Tecnológico de Construção Civil e Edificações/12.º	EP	180
Ecologia	Tecnológico de Ordenamento do Território e Ambiente/11.º	EP	90+90
Economia B	Tecnológico de Administração/11.º	E	90
	Tecnológico de Marketing/11.º		
Educação Física	Tecnológicos/12.º	EP	90+90
Espaços Naturais e Educação Ambiental	Tecnológico de Ordenamento do Território e Ambiente/12.º	E	120
Filosofia	Tecnológicos/11.º	E	90
Física e Química B	Tecnológicos de: Construção Civil e Edificações/11.º	EP	90+90
	Eletrotecnia e Eletrónica/11.º		
	Informática/11.º		
Geografia B	Tecnológico de Ordenamento do Território e Ambiente/12.º	E	120
Geometria Descritiva B	Tecnológico de Design de Equipamento/11.º	E	120
	Tecnológico de Multimédia/11.º		
História C	Tecnológico de Ação Social/11.º	E	90
História das Artes	Tecnológico de Design de Equipamento/12.º	E	120
	Tecnológico de Multimédia/12.º		

Disciplina	Curso/ano	Provas	Duração (em minutos)
Introdução ao Marketing	Tecnológico de Marketing/12.º	E	120
Língua Estrangeira I, II ou III (formação geral)	Tecnológicos/11.º	EO	90+25
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	Tecnológico de Ordenamento do Território e Ambiente/12.º	E	150
Matemática B.	Tecnológicos de: Administração/12.º	E	150
	Construção Civil e Edificações/12.º		
	Desporto/12.º		
	Eletrotecnia e Eletrónica/12.º		
	Informática/12.º		
	Marketing/12.º		
Oficina de Animação e Multimédia	Tecnológico de Multimédia/12.º	E	120
Oficina de Design Cerâmico	Tecnológico de Design de Equipamento/12.º	E	120
Oficina de Design de Equipamento	Tecnológico de Design de Equipamento/11.º	E	120
Oficina de Design de Mobiliário	Tecnológico de Design de Equipamento/12.º	EP	120
Oficina de Design Multimédia	Tecnológico de Multimédia/12.º	E	120
Oficina de Multimédia A	Tecnológico de Multimédia/11.º	E	120
Organização e Desenvolvimento Desportivo	Tecnológico de Desporto/12.º	EP	90+90
Organização e Gestão Empresarial	Tecnológico de Administração/12.º	E	120
Planeamento e Condução de Obra	Tecnológico de Construção Civil e Edificações/12.º	EP	90+90
Planeamento, Montagem e Manutenção de Redes e Equip. Informático	Tecnológico de Informática/12.º	EP	180
Português	Tecnológicos/12.º	EO	120+25
Português Língua Não Materna a)	Tecnológicos/12.º	EO	90+25
Práticas de Ação Social	Tecnológico de Ação Social/11.º	E	90
Práticas de Animação Sociocultural	Tecnológico de Ação Social/12.º	EP	90+90
Práticas de Apoio Social	Tecnológico de Ação Social/12.º	EP	90+90
Práticas de Construção	Tecnológico de Construção Civil e Edificações/11.º	EP	180
Práticas de Contabilidade e Gestão	Tecnológico de Administração/12.º	E	120
Práticas de Dinamização Desportiva	Tecnológico de Desporto/12.º	EP	90+90
Práticas de Eletrónica	Tecnológico de Eletrotecnia e Eletrónica/12.º	EP	90+120
Práticas de Instalações Elétricas	Tecnológico de Eletrotecnia e Eletrónica/12.º	EP	90+120
Práticas de Organização Desportiva	Tecnológico de Desporto/12.º	EP	90+90
Práticas de Secretariado	Tecnológico de Administração/12.º	EP	120
Práticas Desportivas e Recreativas	Tecnológico de Desporto/11.º	P	180
Práticas Laboratoriais de Eletrotecnia/Eletrónica	Tecnológico de Eletrotecnia e Eletrónica/12.º	P	180
Prevenção e Segurança na Construção	Tecnológico de Construção Civil e Edificações/12.º	E	120

Disciplina	Curso/ano	Provas	Duração (em minutos)
Projeto Tecnológico	Tecnológicos/12.º	Pr	30-45
Psicologia A	Tecnológico de Ação Social/12.º	E	120
	Tecnológico de Desporto/12.º		
Saúde e Socorrismo	Tecnológico de Ação Social/12.º	EP	90+90
Sistemas Analógicos e Digitais	Tecnológico de Eletrotecnia e Eletrónica/12.º	E	90
Sistemas de Informação Aplicada	Tecnológico de Ordenamento do Território e Ambiente/12.º	E	120
Sistemas de Informação Geográfica	Tecnológico de Ordenamento do Território e Ambiente/12.º	E	120
Técnicas Administrativas	Tecnológico de Administração/11.º	E	120
Técnicas Comerciais	Tecnológico de Marketing/11.º	E	120
Técnicas de Expressão e Comunicação	Tecnológico de Ação Social/12.º	EP	90+90
Técnicas de Gestão de Base de Dados	Tecnológico de Informática/12.º	E	120
Técnicas de Marketing	Tecnológico de Marketing/12.º	E	120
Técnicas de Ordenamento do Território	Tecnológico de Ordenamento do Território e Ambiente/11.º	E	120
Técnicas de Vendas	Tecnológico de Marketing/12.º	EP	120
Tecnologias da Construção	Tecnológico de Construção Civil e Edificações/12.º	E	90
Tecnologias da Informação e Comunicação	Tecnológicos/10.º	E	120
Tecnologias do Equipamento	Tecnológico de Design de Equipamento/12.º	EP	120
Tecnologias do Multimédia	Tecnológico de Multimédia/12.º	E	120
Tecnologias Informáticas	Tecnológico de Informática/12.º	E	120
Telecomunicações	Tecnológico de Eletrotecnia e Eletrónica/12.º	EP	90+120

a) Prova para alunos com Português Língua Não Materna (Nível Intermediário), que pretendam obter aprovação na disciplina.

Nota: A componente prática das provas escritas com componente prática tem uma tolerância de 30 minutos.

C) CURSOS DE ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO

Disciplinas	Cursos	Tipo de prova	Duração (em minutos)
Desenho A	Comunicação Audiovisual/12.º	P	150
	Design de Comunicação/12.º		
	Design de Produto/12.º		
	Produção Artística/12.º		
Educação Física	Comunicação Audiovisual/12.º	EP	90 + 90
	Design de Comunicação/12.º		
	Design de Produto/12.º		
	Produção Artística/12.º		
	Música/12.º		
Filosofia	Comunicação Audiovisual/11.º	E	90
	Design de Comunicação/11.º		
	Design de Produto/11.º		
	Produção Artística/11.º		
	Música/11.º		
	Dança/11.º		

Disciplinas	Cursos	Tipo de prova	Duração (em minutos)
Física e Química Aplicadas	Comunicação Audiovisual/12.º Design de Comunicação/12.º Design de Produto/12.º Produção Artística/12.º	EP	120
Geometria Descritiva A	Design de Comunicação/12.º Design de Produto/12.º Produção Artística/12.º	P	150
Geometria Descritiva B	Comunicação Audiovisual/12.º	P	120
Gestão das Artes.	Comunicação Audiovisual/12.º Design de Comunicação/12.º Design de Produto/12.º Produção Artística/12.º	E	120
História da Cultura e das Artes	Comunicação Audiovisual/12.º Design de Comunicação/12.º Design de Produto/12.º Produção Artística/12.º	E	120
Imagem e Som A	Comunicação Audiovisual/12.º	E	120
Imagem e Som B	Design de Comunicação/12.º Design de Produto/12.º Produção Artística/12.º	E	120
Língua Estrangeira I, II ou III	Comunicação Audiovisual/11.º Design de Comunicação/11.º Design de Produto/11.º Produção Artística/11.º Música/11.º Dança/11.º	EO	90+25
Matemática.	Comunicação Audiovisual/12.º Design de Comunicação/12.º Design de Produto/12.º Produção Artística/12.º	E	120
Ofertas de Escola	Comunicação Audiovisual/12.º Design de Comunicação/12.º Design de Produto/12.º Produção Artística/12.º	E; EP ou P (*)	120
Português	Comunicação Audiovisual/12.º Design de Comunicação/12.º Design de Produto/12.º Produção Artística/12.º Música/12.º Dança/12.º	EO	120+ 25
Português Língua Não Materna (e)	Comunicação Audiovisual/12.º Design de Comunicação/12.º Design de Produto/12.º Produção Artística/12.º Música/12.º Dança/12.º	EO	90+25
Projeto e Tecnologias (**)	Comunicação Audiovisual/12.º (a) Design de Comunicação/12.º (b) Design de Produto /12.º (c) Produção Artística/12.º (d)	P	120

(*) De acordo com a natureza da disciplina.

(**) Esta disciplina assume em cada curso as seguintes especializações:

(a) Cinema e Vídeo; Fotografia; Luz; Multimédia; Som;

(b) Design Gráfico; Multimédia;

(c) Cerâmica; Equipamento; Ourivesaria; Têxteis;

(d) Cerâmica; Gravura/Serigrafia; Ourivesaria; Pintura Decorativa; Realização Plástica do Espetáculo; Têxteis.

(e) Prova para alunos com Português Língua Não Materna (Nível Intermediário), que pretendam obter aprovação na disciplina.

QUADRO IV

PLANOS CURRICULARES DE NÍVEL SECUNDÁRIO APROVADOS PELO DECRETO-LEI N.º 139/2012, DE 5 DE JULHO**PROVA ESCRITA COM COMPONENTE PRÁTICA - PERCENTAGENS A ATRIBUIR À COMPONENTE PRÁTICA E À COMPONENTE ESCRITA**

(a que se refere o n.º 2 do artigo 25.º do Regulamento das Provas e dos Exames do Ensino Básico e do Ensino Secundário)

Disciplina	Curso	% Componente escrita	% Componente prática
Biologia Humana	Tecnológico de Desporto	70	30
Ecologia	Tecnológico de Ordenamento do Território e Ambiente	70	30
Educação Física	Tecnológicos e Científico-Humanísticos	30	70
Física e Química B.	Tecnológico de Construção Civil e Edificações Tecnológico de Eletrotécnica e Eletrónica. Tecnológico de Informática	70	30
Organização e Desenvolvimento Desportivo.	Tecnológico de Desporto	30	70
Planeamento e Condução de Obra	Tecnológico de Construção Civil e Edificações	60	40
Práticas de Animação Sociocultural.	Tecnológico de Ação Social.	60	40
Práticas de Apoio Social	Tecnológico de Ação Social.	60	40
Práticas de Dinamização Desportiva	Tecnológico de Desporto	30	70
Práticas de Eletrónica.	Tecnológico de Eletrotécnica e Eletrónica.	40	60
Práticas de Instalações Elétricas	Tecnológico de Eletrotécnica e Eletrónica.	40	60
Práticas de Organização Desportiva	Tecnológico de Desporto	30	70
Saúde e Socorrismo	Tecnológico de Ação Social.	70	30
Téc. Exp. Comunicação	Tecnológico de Ação Social.	70	30
Telecomunicações	Tecnológico de Eletrotécnica e Eletrónica.	40	60
Biologia	Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias	70	30
Física	Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias	70	30
Geologia	Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias	70	30
Química	Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias	70	30

QUADRO V

PLANOS CURRICULARES DE NÍVEL SECUNDÁRIO APROVADOS PELO DECRETO-LEI N.º 139/2012, DE 5 DE JULHO

(a que se refere o n.º 13 do artigo 20.º do Regulamento das Provas e dos Exames do Ensino Básico e do Ensino Secundário)

EXAMES FINAIS NACIONAIS

Tipo de prova em cada disciplina e respetiva duração

Disciplina	Curso/ano	Prova	Duração (*) (em minutos)
Biologia e Geologia (702)	Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias/11.º	E	120
Desenho A (706)	Científico-Humanístico de Artes Visuais/12.º	P	150

Disciplina	Curso/ano	Prova	Duração (*) (em minutos)
Economia A (712)	Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas/11.º	E	120
Filosofia (714)	Científico-Humanístico/11.º	E	120
Física e Química A (715)	Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias/11.º	E	120
Geografia A (719)	Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas/11.º	E	120
	Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades/11.º		
Geometria Descritiva A (708)	Científico-Humanístico de Artes Visuais/11.º	P	150
	Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias/11.º		
História A (623)	Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades/12.º	E	120
História B (723)	Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas/11.º	E	120
História da Cultura e das Artes (724)	Científico-Humanístico de Artes Visuais/11.º	E	120
Latim A (732)	Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades/11.º	E	120
Língua Estrangeira I, II ou III (formação específica)	Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades/11.º	E	120
Alemão (501)			
Espanhol (547)			
Francês (517)			
Inglês (550)			
Literatura Portuguesa (734)	Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades/11.º	E	120
Matemática A (635)	Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias/12.º	E	150
	Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas/12.º		
Matemática Aplicada às Ciências Sociais (835) ...	Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades/11.º	E	150
Matemática B (735)	Científico-Humanístico de Artes Visuais/11.º	E	150
Português (639) / (239) (a)	Científico-Humanísticos/12.º	E	120
Português Língua Não Materna (739) (839) (b) ...	Científico-Humanísticos/12.º	E	90

(*) Todos os exames têm uma tolerância de 30 minutos.

(a) Exame final nacional para alunos com deficiência auditiva de grau severo ou profundo.

(b) Exame final nacional para alunos com Português Língua Não Materna (nível de iniciação e nível intermédio), que pretendam obter aprovação na disciplina.

Nota: Os alunos que frequentam as disciplinas bienais da componente de formação específica de Inglês (iniciação), Francês (iniciação), Espanhol (continuação) e Alemão (continuação), realizam exames a nível de escola equivalentes a exames nacionais para efeitos do cálculo da classificação final de disciplina, o qual se efetua conforme o previsto no artigo 21.º. Estes exames não são admissíveis como provas de ingresso no ensino superior.

206862801

Secretaria-Geral

Despacho n.º 4814/2013

Com a publicação da Portaria n.º 150/2012, de 16 de maio, que aprovou a estrutura orgânica nuclear da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, e do Despacho n.º 3939/2013, de 6 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 14 de março, que criou a Divisão de Processamento de Vencimentos e Abonos, impõe-se proceder à nomeação do respetivo dirigente, por forma a garantir o normal funcionamento desta unidade orgânica.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 12.º da Portaria n.º 150/2012, de 16 de maio, do n.º 1 do Despacho n.º 3939/2013, de 6 de março, e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011,

de 22 de dezembro, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, designo, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Processamento de Vencimentos e Abonos, a licenciada Ana Luisa Ramos Rainho Monteiro, com efeitos a 1 de fevereiro de 2013.

A nomeada possui o perfil, a experiência e os conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo currículo académico e profissional, anexo ao presente despacho.

1 de abril de 2013. — O Secretário-Geral do Ministério, *António Raul da Costa Torres Capaz Coelho*.

ANEXO

Síntese Curricular

Dados biográficos: Nome: Ana Luisa Ramos Rainho Monteiro

Data de Nascimento: 01/05/1968

Lugar de origem: Técnico Superior da carreira de Técnico Superior do mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

Habilitações académicas e formação complementar:

Licenciatura em Direito — Ramo Ciências Jurídicas — Universidade Autónoma de Lisboa — 1986/91;

Mestrado em Direito — Ciências Jurídico-políticas (aguarda marcação de provas públicas) — 2011-2013;

Inscrição como Advogada com cédula profissional n.º 10 627 (atualmente suspensa);

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública e Seminário de Alta Direção (12.ª edição) realizados pelo INA, respetivamente em 2010 e 2005;

Certificação de aptidão profissional de Formador — CAP n.º EDF 14944/2000 DL;

Frequência de diversas ações de formação profissional em matérias com interesse relevante para as áreas de atuação em que exerceu a sua atividade.

Experiência profissional:

2012/2013 — técnica superior da Divisão de Planeamento Estratégico da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;

2007/2012 — Diretora de Serviços de Apoio e Gestão de Recursos da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;

2004/2007 — Diretora de Serviços de Administração da Direção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste;

2004/2008 — Gestora do Centro Europe Direct do Oeste e do Centro Europe Direct da Península de Setúbal, da rede de informação da Comissão Europeia;

2002/2004 — Coordenadora do Núcleo de Apoio Jurídico da Direção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste;

1997/2002 — Jurista do Núcleo de Apoio Jurídico da Direção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste;

1993/1997 — Chefe de Divisão de Organização e Gestão de Recursos Humanos da Direção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste (cargo que assegurou interinamente);

1992/1997 — Assessoria Jurídica à Direção de Serviços de Gestão e Administração da Direção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste.

Outras atividades ou trabalhos:

Membro do Conselho Coordenador de Avaliação da Direção Regional do Ribatejo e Oeste e da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo desde 2005 a 2012; Vogal efetivo por parte da Direção na Comissão Paritária da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, no Biénio 2011/2012; Gestora de Projeto na implementação do GeRFiP -Gestão de Recursos Financeiros Partilhada na Administração Pública, na Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo — 2011/2012; Participou na qualidade de membro do júri em diversos procedimentos concursais de recrutamento e seleção de pessoal para ocupação de postos de trabalho de carreiras gerais e para provimento de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau, em diversos organismos, bem como em procedimentos de aquisição de bens e prestação de serviços; Formadora em diversas ações de formação profissional dedicadas a matérias relacionadas com o exercício das suas funções; Vice-Presidente nos biénios 2003/2004 e 2005/2006 da IPSS — Cooperativa de Pais Trabalhadores para Apoio à Infância, C. R. L.; Presidente do Conselho Fiscal no biénio 2007/2008 da IPSS — Cooperativa de Pais Trabalhadores para Apoio à Infância, C. R. L.

206864357

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Abade de Baçal, Bragança

Aviso n.º 4685/2013

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz -se saber que, de acordo com os processos de avaliação elaborados nos termos do n.º 3 a 6 do artigo 12.º da lei supracitada e após despacho da presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas Abade de Baçal, Bragança, os funcionários, abaixo mencionados, concluíram com aproveitamento, o respetivo período experimental:

Nome	Carreira e Categoria
António César Ribeiro	Assistente Operacional.
Rui Jorge Alves Fontoura.	Assistente Operacional.
Sónia Paula Mesquita Salvador . . .	Assistente Operacional.

19 de fevereiro de 2013. — A Presidente da CAP, *Maria Teresa Martins Rodrigues Sá Pires*.

206864568

Agrupamento de Escolas António Alves de Amorim, Lourosa — Santa Maria da Feira

Declaração de retificação n.º 434/2013

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 16481/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 10 de dezembro de 2012, a p. 39267, referente à consolidação definitiva interna na carreira e categoria de assistente operacional do trabalhador Jorge Silva, retifica-se o ponto único. Assim, onde se lê:

«Em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 37.º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se publico que foi autorizada a consolidação definitiva interna, na carreira e categoria de Assistente Operacional, do trabalhador Jorge Silva, nos termos previstos no artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a de agosto de 2012.»

deve ler-se:

«Em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se publico que foi autorizada por despacho de 3 de julho de 2012 do diretor-geral da Administração Escolar a consolidação definitiva interna, na carreira e categoria de assistente operacional, do trabalhador Jorge da Silva, nos termos previstos no artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos à data do despacho.»

27 de março de 2013. — A Diretora, *Rosa Maria Resende Costa Pais Ribeiro*.

206859124

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Aviso n.º 4686/2013

Nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto concurso para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas de António Nobre, no Porto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos seguintes termos:

1 — Os requisitos para admissão ao concurso são os estipulados nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

2 — Formalização da candidatura:

2.1 — A formalização da candidatura é efetuada através da apresentação de um requerimento, em modelo próprio do Agrupamento de Escolas, disponibilizado nos serviços administrativos da escola sede e na página eletrónica do agrupamento de escolas — <http://ae-anobre.pt>

2.2 — O requerimento referido no ponto anterior é apresentado ao Presidente do Conselho Geral Transitório e contém os seguintes elementos: Identificação completa, habilitações académicas e profissionais, situação profissional, morada atual e contactos expeditos, identificação do lugar a que se candidata e do aviso de publicitação no *DR*.

2.3 — O requerimento de admissão referido nos pontos anteriores deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado e atualizado, datado e assinado, onde constem obrigatoriamente as funções exercidas até ao momento, períodos e datas do exercício, a formação profissional e a situação atual na carreira: serviço de origem, categoria, vínculo e tempo de serviço;

b) Projeto de intervenção, relativamente às escolas do agrupamento, onde o candidato identifica os problemas, define a missão, as metas e as grandes linhas de orientação da ação, bem como a explicitação do plano estratégico a realizar no mandato.

c) Certificados das declarações: fotocópia do Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão e do Cartão de Contribuinte, dos certificados das habilitações académicas e da formação profissional, declaração autenticada dos serviços de origem comprovativos da situação atual do candidato;

d) Prova documental dos elementos constantes do curriculum, com exceção dos que se encontrem arquivados no processo individual do candidato desde que este se encontre neste Agrupamento de Escolas.

2.4 — Os candidatos podem, ainda, fazer entrega ou declaração de outros elementos, devidamente comprovados, que considerem relevantes para apreciação da sua candidatura.

2.5 — Quaisquer elementos de carácter facultativo, entregues sem comprovativo inequívoco, não são tidos em conta na apreciação da candidatura.

2.6 — Os candidatos devem entregar todos os documentos referidos nos pontos anteriores, pessoalmente, contra recibo, nos serviços administrativos da escola sede do agrupamento (Escola Secundária/3 António Nobre), ou enviar, por correio registado com aviso de receção, expedido até à data limite do prazo fixado, dirigido ao Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas de António Nobre, Rua Aval de Cima, 128, 4200-105 Porto.

2.7 — A formalização da candidatura inclui a realização de uma entrevista individual que se realizará no prazo de 15 a 20 dias úteis após a divulgação da lista de candidatos admitidos a concurso, entre as 9.30 e as 16.30 horas, em hora e dia a comunicar, pela via mais expedita, ao candidato.

3 — Métodos de apreciação das candidaturas

3.1 — Serão aplicados os seguintes métodos:

- a) Análise do *curriculum vitae*;
- b) Análise do Projeto de Intervenção no agrupamento de escolas;
- c) Análise do resultado da entrevista.

3.2 — Os critérios a aplicar em cada um dos métodos de avaliação constam do Regulamento do Procedimento Concursal prévio à eleição do Diretor, podendo ser consultados nos serviços administrativos da escola sede do Agrupamento de Escolas.

4 — A lista dos candidatos admitidos a concurso afixa-se nos locais de estilo das escolas do agrupamento, bem como na sua página eletrónica, no prazo de 5 dias úteis a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas o que se considera como meio único de notificação dos candidatos.

5 — A lista dos candidatos excluídos do concurso, cuja cópia e correspondentes despachos de exclusão se depositam nos serviços administrativos da escola sede, para consulta dos interessados, será afixada no átrio principal da escola sede do Agrupamento de Escolas, bem como, na sua página eletrónica, no prazo de 5 dias úteis a partir da data do termo fixado para apresentação das candidaturas.

27 de março de 2013. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Brilhantina Maria Pinto da Cunha de Carvalho Paiva Gonçalves*.
206860428

Escola Secundária Arquitecto Oliveira Ferreira,
Praia da Granja — Vila Nova de Gaia

Aviso n.º 4687/2013

Abertura do concurso a diretor

Nos termos do disposto nos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, e no artigo 5.º, da portaria 604/2008, de 9 de julho, torna-se público que se encontra aberto concurso para provimento do lugar de Diretor(a) da Escola Secundária Arquitecto Oliveira Ferreira, em Vila Nova de Gaia, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são os fixados no Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, na Portaria 604/2008 de 9 de julho e no Código de Procedimento Administrativo.

2 — A candidatura é formalizada mediante requerimento em modelo próprio, disponibilizado na página eletrónica da escola (<http://www.esaof.edu.pt>) e nos Serviços Administrativos, dirigido à presidente do Conselho Geral, podendo ser entregue pessoalmente nos referidos serviços, das 9h15min às 16h15min, ou remetido por correio registado, com aviso de receção, expedido até ao prazo fixado para apresentação das candidaturas para a Escola Secundária Arquitecto Oliveira Ferreira, Rua da Corga, Arcozelo, Vila Nova de Gaia ou Apartado 2094, Praia da Granja, 4406-801, S. Félix da Marinha Códex.

3 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, assinado e atualizado com prova documental dos elementos nele constantes, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual e este se encontre na Escola a que se candidata;
- b) Projeto de intervenção na escola, sucinto e objetivo, onde constem:
 - i) Identificação de problemas;
 - ii) Definição de objetivos e de estratégias adequadas à avaliação do desempenho do cargo a que concorre;
 - iii) Programação das atividades a realizar no decurso do mandato.

c) Declaração autenticada do serviço de origem, onde conste a categoria, o vínculo e o tempo de serviço;

d) Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;

e) Fotocópia dos certificados de formação profissional realizada;

f) Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão e do número de identificação fiscal.

3.1 — Os candidatos podem ainda indicar qualquer outro elemento, devidamente comprovado, que seja considerado relevante para apreciação do seu mérito.

4 — É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do currículo, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual e que esse processo se encontre nos serviços administrativos da Escola Secundária Arquitecto Oliveira Ferreira em Arcozelo, Vila Nova de Gaia.

5 — O método de seleção é o previsto no n.º 3 do artigo 7.º da Portaria 604/2008 de 9 de julho, e o estipulado no regulamento do Processo Concursal de Eleição do Diretor, disponível na página eletrónica da escola e nos Serviços Administrativos.

6 — Resultado do processo concursal prévio à eleição do Diretor

a) Cinco (5) dias úteis após a data limite da apresentação das candidaturas, as listas dos candidatos admitidos e excluídos serão afixadas no pavilhão A da Escola Secundária Arquitecto Oliveira Ferreira e divulgada na página eletrónica da Escola, sendo esta a forma de notificação dos candidatos.

b) Qualquer reclamação deve ser apresentada no prazo de cinco (5) dias a contar da data de afixação e divulgação na página eletrónica da Escola das referidas listas, de acordo com o disposto no artigo 162 do Código do Procedimento Administrativo.

27 de março de 2013. — A Presidente do Conselho Geral, *Cristina Maria Macedo Vieira de Araújo Correia*.

206859384

Agrupamento de Escolas D. Maria II, Vila Nova de Famalicão

Aviso n.º 4688/2013

1 — Nos termos do disposto nos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, conjugado com o Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto concurso para provimento do lugar de diretor do Agrupamento de Escolas D. Maria II, Vila Nova de Famalicão, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

2 — Podem ser opositores a este procedimento concursal os:

a) Docentes de carreira do ensino público;

b) Docentes profissionalizados com contrato por tempo indeterminado do ensino particular e cooperativo com, pelo menos, cinco anos de serviço e qualificação para o exercício das funções de administração e gestão escolar.

3 — Consideram-se qualificados para o exercício de funções de administração e gestão os docentes que preencham uma das seguintes condições:

a) Sejam detentores de habilitação específica para o efeito, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 56.º do Estatuto da Carreira Docente;

b) Possuam experiência correspondente a, pelo menos, um mandato completo no exercício dos cargos de Diretor, Subdiretor e Adjunto do Diretor [v. n.º 4, alínea b), artigo 21.º, Decreto-Lei n.º 137/2012];

c) Possuam experiência de, pelo menos, três anos como diretor ou diretor pedagógico de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo;

d) Possuam currículo relevante na área de gestão e administração escolar como tal considerado, em votação secreta, pela maioria dos membros da comissão permanente do conselho geral.

4 — As candidaturas apresentadas pelos docentes com perfil a que se referem as alíneas b), c) e d) do número anterior só são consideradas na inexistência ou na insuficiência, por não preenchimento de requisitos legais de admissão ao concurso, das candidaturas que reúnam os requisitos previstos na alínea a) do número anterior.

5 — Formalizações das candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, dirigido à Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas D. Maria II, Vila Nova de Famalicão, em modelo próprio, disponibilizado na página eletrónica do Agrupamento (<http://agrupamentodmariiai.pt/>), podendo ser entregues pessoalmente na secretaria da Escola — Sede do Agrupamento, Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos D. Maria II, Rua da Alegria, 200, Gavião, 4760-067 Vila Nova de Famalicão, das 9.30 às 16.30 horas ou remetido

pelo correio registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

5.1 — Do requerimento, devem constar os seguintes elementos:

a) *Curriculum vitae*, detalhado, datado, assinado e atualizado, onde constem respetivamente, as funções que tem exercido, a formação profissional que possui, devidamente comprovada sob pena de não ser considerada;

b) Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas D. Maria II, contendo:

Identificação de problemas;
Definição de objetivos/estratégias;
Programação das atividades a realizar no mandato;

c) Declaração autenticada pelo serviço de origem onde conste a categoria, o vínculo, o escalão e o tempo de serviço;

d) Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;

e) Fotocópia dos certificados de formação profissional realizada;

f) Fotocópias do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte.

6 — É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do currículo, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual e este se encontre no Agrupamento de Escolas D. Maria II.

7 — Resultado do processo concursal prévio à eleição do diretor — as listas dos candidatos admitidos e excluídos serão afixadas na escola sede do Agrupamento de Escolas D. Maria II, no prazo de 5 dias após a data limite de apresentação das candidaturas e divulgadas no mesmo dia, na página eletrónica do Agrupamento, sendo esta a forma de notificação dos candidatos.

8 — As candidaturas são apreciadas considerando o estipulado no Regulamento para a Eleição do Diretor do Agrupamento de Escolas D. Maria II, Vila Nova de Famalicão, disponível na página eletrónica da escola sede e nos serviços administrativos, sendo obrigatório:

a) A análise do *curriculum vitae*, de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de diretor e o seu mérito;

b) A análise do projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas D. Maria II;

c) O resultado da entrevista individual realizada com o candidato.

«Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

28 de março de 2013. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Cidália do Rosário Martins Alves Gonçalves*.

206862348

Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo,
Olival — Vila Nova de Gaia

Aviso n.º 4689/2013

Procedimento concursal prévio para recrutamento do diretor

Nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, o procedimento Concursal prévio de recrutamento para o lugar de diretor do Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo, Olival, Vila Nova de Gaia.

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são os fixados nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

2 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento em modelo próprio (“Requerimento”) disponibilizado na página eletrónica do agrupamento (<https://sites.google.com/site/aedmolival/>) e nos seus serviços administrativos, dirigido à Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo, Olival, Vila Nova de Gaia podendo ser entregue pessoalmente, em envelope fechado, contra recibo, entre as 9.00 e as 16.00, nos serviços administrativos da escola sede do Agrupamento, sito na rua da Escola Preparatória, n.º 310, 4415-723, Olival, Vila Nova de Gaia, ou remetidas por correio registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para as

candidaturas, contendo a seguinte inscrição: «Procedimento concursal prévio de recrutamento para diretor do Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo, Olival, Vila Nova de Gaia — Nome do candidato».

3 — O requerimento previsto no número anterior é obrigatoriamente acompanhado pelos documentos seguintes:

a) *Curriculum vitae*, datado e assinado, contendo dados atualizados e devidamente comprovados relativos a identificação civil, fiscal e profissional (categoria, vínculo e tempo de serviço), a formação académica e profissional do candidato, nomeadamente em cargos de gestão e administração escolar, bem como outras informações consideradas relevantes para as funções de diretor;

b) Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo, Olival, Vila Nova de Gaia, identificando problemas e potencialidades deste, definindo a missão, as metas e as grandes linhas orientadoras de ação, bem como explicitando o plano estratégico a realizar no decurso do mandato.

3.1 — É dispensada a prova documental dos dados constantes do currículo, quando esta se encontre arquivado nos serviços administrativos do Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo, Olival, Vila Nova de Gaia.

3.2 — Em caso de omissão, insuficiência ou ininteligibilidade de elementos constantes no n.º 3 do presente aviso, será o candidato notificado telefonicamente e, ou por correio eletrónico, para os suprir no prazo de dois dias úteis a contar da data de notificação, através de requerimento dirigido à Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo, Olival, Vila Nova de Gaia e entregue presencialmente nos respetivos serviços administrativos, cujos endereço e horário se encontram indicados no número dois deste aviso.

4 — Os métodos de seleção são os seguintes:

a) Análise do *curriculum vitae*, visando apreciar a sua relevância para o exercício das funções de diretor e o seu mérito;

b) Análise do Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas, visando apreciar a relevância de tal projeto nas diferentes escolas do agrupamento e a coerência entre os problemas diagnosticados, as estratégias de intervenção propostas e os recursos a mobilizar para o efeito;

c) Entrevista individual ao candidato, que para além do aprofundamento de aspetos relativos às alíneas a) e b) deste ponto, visa apreciar as motivações da candidatura e verificar se a fundamentação do Projeto de Intervenção é adequada à realidade do Agrupamento.

22 de março de 2013. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Ana Maria dos Santos Oliveira*.

206860955

Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, Bragança

Aviso n.º 4690/2013

Nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto procedimento concursal para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, em Bragança, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*:

1 — Os requisitos de admissão ao procedimento concursal são os fixados nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º e no artigo 22.º -A do referido decreto-lei.

2 — A formalização das candidaturas é efetuada através da apresentação de requerimento, em modelo próprio, disponibilizado em <http://www.esec-emidio-garcia.rcts.pt/> e nos serviços administrativos da Escola Sede, dirigido ao Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia-Bragança.

3 — As candidaturas podem ser entregues diretamente nos serviços administrativos da Escola Sede, Rua Adelino Amaro da Costa, 5300-146 Bragança, das 9:00 às 16:30 horas, ou remetidas por correio registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado.

4 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa: nome, data de nascimento, número do Bilhete de Identidade e respetiva data de emissão, validade e arquivo de identificação ou cartão de cidadão e respetivo número e validade, número de identificação fiscal, naturalidade, residência, código postal e contactos telefónicos;

b) Habilitações literárias e situação profissional;

c) Identificação do lugar a que se candidata, referenciando o número do aviso e a respetiva data de publicação no *Diário da República*.

4.1 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação, devidamente comprovada, sobe pena de exclusão:

a) *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado, contendo todas as informações consideradas pertinentes, nomeadamente habilitações literárias, funções exercidas e formação profissional que os candidatos possuem;

b) Projeto de intervenção relativo ao Agrupamento de Escolas contendo a identificação dos problemas, definição das metas e das grandes linhas de orientação da ação e plano estratégico a realizar no mandato;

c) Declaração autenticada do serviço de origem, onde conste a categoria, vínculo e tempo de serviço;

d) Fotocópia do Bilhete de Identidade e do número fiscal de contribuinte ou do cartão de cidadão.

4.2 — Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para a apreciação das suas candidaturas.

5 — Os métodos de avaliação das candidaturas são os seguintes:

a) Análise do *Curriculum Vitae* visando apreciar a sua relevância para o exercício das funções de Diretor e o seu mérito;

b) Análise do projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas;

c) Entrevista individual aos candidatos.

6 — Resultado do procedimento concursal para a admissão de candidatos à eleição do Diretor: As listas dos candidatos admitidos e excluídos serão afixados na Escola Sede, em local adequado, no prazo de 10 dias úteis após a data limite da apresentação das candidaturas e divulgadas, no mesmo dia, na página eletrónica do Agrupamento de Escolas, sendo esta a forma de notificação dos candidatos.

22 de março de 2013. — O Presidente do Conselho Geral Transitório,
Teófilo Valdemar Alves Vaz.

206859676

Agrupamento de Escolas de Ferreira do Zêzere

Aviso (extrato) n.º 4691/2013

Abertura de concurso para assistentes operacionais a termo resolutivo certo, a tempo parcial

O Agrupamento de Escolas de Ferreira do Zêzere torna público que pretende contratar 4 (quatro) Assistentes Operacionais, de Grau 1, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a tempo parcial de 4 horas /por dia, para serviços de limpeza/apoio, nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, de acordo com as seguintes condições:

1 — N.º de trabalhadores: 4 (quatro).

2 — Local de trabalho: Agrupamento de Escolas de Ferreira do Zêzere, Ferreira do Zêzere.

3 — Função: Prestação de serviços de limpeza/apoio.

4 — Remuneração ilíquida hora: € 3,20 (três euros e vinte centimos).

5 — Duração do contrato: início de abril até ao dia 14 de junho de 2013 e ao abrigo da alínea e) do artigo 93.º do RCTFP.

6 — Requisitos Gerais de admissão:

a) Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, nomeadamente:

i) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção especial ou lei especial;

ii) 18 anos de idade completos;

iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;

iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

7 — Requisitos legais exigidos: escolaridade obrigatória

8 — Métodos de seleção:

a) avaliação curricular, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{(3 \times EP) + (2 \times FP) + (1 \times HL) + (4 \times ET)}{10}$$

8.1 — Habilitações Literárias — (HL) graduada de acordo com a seguinte pontuação:

a) 20 valores — Ensino Secundário ou Superior;

b) 17 valores — 11.º ano para quem a escolaridade obrigatória é o 4.º ano;

c) 16 valores — 11.º ano para quem a escolaridade obrigatória é o 6.º ano;

d) 15 valores — 11.º ano para quem a escolaridade obrigatória é o 9.º ano;

e) 14 valores — 9.º ano para quem a escolaridade obrigatória é o 4.º ano;

f) 13 valores — 9.º ano para quem a escolaridade obrigatória é o 6.º ano;

g) 12 valores — 6.º ano para quem a escolaridade obrigatória é o 4.º ano;

h) 10 valores — Com a escolaridade obrigatória

8.1.1 — Experiência Profissional — (EP) inerentes à carreira e categoria de assistente operacional, grau 1, de acordo com a seguinte pontuação:

8.1.2 — Experiência Profissional em estabelecimento de Ensino no exercício das funções inerentes à carreira e categoria de assistente operacional, grau 1, de acordo com a seguinte pontuação:

a) 18 valores — De 2 a 4 anos no exercício de funções para a qual se promove o presente procedimento concursal.

b) 16 valores — De 1 a 2 anos no exercício de funções para a qual se promove o presente procedimento concursal,

c) 14 valores — De 6 meses a 1 ano no exercício de funções para a qual se promove o presente procedimento concursal,

e) 12 valores — Até 6 meses no exercício de funções para a qual se promove o presente procedimento concursal,

f) 10 valores — Com experiência sem ser em estabelecimentos de Ensino

g) 0 valores — Sem experiência

8.1.3 — Formação Profissional — (FP) formação profissional direta ou indiretamente relacionada com as áreas funcionais a recrutar, de acordo com a seguinte pontuação.

a) 20 valores — Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de mais de 50 horas;

b) 15 valores — Formação diretamente relacionada com a área funcional, entre 25 a 50 horas;

c) 10 valores — Formação indiretamente relacionada, com a área funcional entre 16 e 24 horas;

d) 5 valores — Formação indiretamente relacionada, com a área funcional entre 19 e 5 horas;

e) 0 valores — Sem formação

8.1.4 — Entrevista (E) — Com Comparência — de 1 a 20 valores.

8.1.5 — Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar da data de publicação no *Diário da República*.

8.1.6 — A candidatura deverá ser formalizada mediante preenchimento de formulário próprio, disponibilizado nos Serviços de Administração Escolar deste Agrupamento, nas horas de expediente.

8.1.7 — A candidatura deverá ser apresentada em suporte de papel, e entregue nos Serviços de Administrativos do Agrupamento, ou enviada através de correio registado, com aviso de receção, para o Agrupamento de Ferreira do Zêzere, Praceta Dr. Guilherme Félix Faria Soeiro, 2240 — 346 Ferreira do Zêzere, e acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

Certificado de habilitações literárias (fotocópia)

Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão (fotocópia)

NIF (fotocópia)

Cartão de Segurança Social (fotocópia)

Declarações que comprovem a experiência profissional (fotocópia).

Certificação da formação profissional (fotocópia)

8.1.8 — Prazo de reclamação: 48 horas após a fixação da lista de graduação dos candidatos.

9 — Composição do Júri:

Presidente: Maria Isabel Saúde Ferreira da Silva, Diretora;
Vogais efetivos:

Maria João Gomes Silva Marçal Ferreira, Subdiretora

Maria de Fátima Silva Graça Cotrim Pegas, Coordenadora Operacional

Vogais suplentes:

Henriqueta Maria Henriques Dias da Silva, Adjunta da Direção

Idalina Maria Jesus Atalaia Martins, Adjunta da Direção

O júri, analisadas as propostas, aplicará aos critérios de acordo com a fórmula identificada no ponto 8, e o valor quantitativo obtido determinará a ordenação dos candidatos.

10 — Ata do Júri — Nos termos da alínea *t*) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, os candidatos têm acesso às atas do Júri, desde que as solicitem.

Prazo de validade:

O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar.

11 — Nos termos do disposto n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, o presente Aviso é publicitado, por extrato na página eletrónica deste Agrupamento em <http://portal.eps-ferreira-zezere.rcts.pt>, sendo dele dada notícia na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à publicação integral na 2.ª série do *Diário da República*, e, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

12 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será afixada em local visível na escola sede do Agrupamento e será disponibilizada na página eletrónica do mesmo.

25 de março de 2013. — A Diretora, *Maria Isabel Saúde Ferreira da Silva*.

206860371

Agrupamento de Escolas Figueira Mar, Figueira da Foz

Aviso n.º 4692/2013

Procedimento concursal para o cargo de Diretor

Nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o concurso para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas Figueira Mar.

1 — Os requisitos da admissão são os estipulados nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho.

2 — A formalização da candidatura é efetuada através de apresentação de um requerimento de candidatura a concurso, em modelo próprio, disponibilizado nos Serviços Administrativos da Escola Secundária com 3.º Ciclo Dr. Bernardino Machado, escola sede do Agrupamento de Escolas Figueira Mar, das 8h45 m às 16h30 m.

3 — Ao requerimento de candidatura serão anexos os seguintes documentos:

a) *Curriculum Vitae* detalhado, contendo todas as informações consideradas relevantes para o cargo a que se candidata, acompanhadas de prova documental;

b) Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas, que considere a identificação dos problemas, a definição de objetivos/estratégias, assim como uma programação de atividades a realizar no mandato;

Todos os documentos devem ser entregues nos Serviços Administrativos da Escola Secundária com 3.º Ciclo Dr. Bernardino Machado, ou remetidos por correio registado com aviso de receção, ao cuidado da Presidente do Conselho Geral Transitório, para Rua Visconde da Marinha Grande, n.º 15, 3080-135 Figueira da Foz.

4 — Os métodos utilizados para a avaliação das candidaturas são exercidos conforme o estipulado no Regulamento para a eleição do Diretor do Agrupamento de Escolas Figueira Mar, elaborado em conformidade com o Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho e o Código de Procedimento Administrativo, disponível nos Serviços Administrativos da Escola com 3.º Ciclo Dr. Bernardino Machado.

5 — A lista com a identificação dos candidatos admitidos e candidatos excluídos ao concurso será afixada na Escola Secundária com 3.º Ciclo Dr. Bernardino Machado, no prazo de 10 dias úteis após a data limite da apresentação das candidaturas, sendo todos os candidatos notificados no mesmo dia, via postal, registado com aviso de receção e através do seu e-mail pessoal.

27 de março de 2013. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Maria Isabel Costa de Melo Biscaia*.

206858355

Agrupamento de Escolas de Frazão, Paços de Ferreira

Aviso n.º 4693/2013

Por despacho de 27 de maio de 2009, do Diretor Regional Adjunto Dr. António Leite, foi homologado o resultado eleitoral pelo qual foi nomeada a Diretora do Agrupamento de Escolas de Frazão, nos termos

do disposto no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, a professora Maria Manuela de Moura Dias.

Na sequência do procedimento concursal prévio e da eleição a que se referem os artigos 22.º e 23.º do Decreto -Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, cujo resultado foi homologado por despacho de 27 de maio de 2009, do Diretor Regional Adjunto da Direção Regional de Educação do Norte, Dr. António Leite, e cumprindo o disposto no n.º 1 do artigo 24.º do mesmo diploma, tomou posse, perante o Conselho Geral Transitório, no dia 4 de junho de 2009, a professora Maria Manuela de Moura Dias, como Diretora do Agrupamento de Escolas de Frazão, em regime de comissão de serviço, por um período de quatro anos, como previsto no n.º 1 dos artigos 25.º e 26.º do referido diploma legal. Os efeitos desta publicação retroagem à data da tomada de posse.

28 de março de 2013. — A Presidente do Conselho Geral, *Maria do Rosário Rodrigues da Rocha Oliveira*.

206862389

Despacho n.º 4815/2013

Maria Manuela Moura Dias, Diretora do Agrupamento de Escolas de Frazão, na posse das suas competências e no âmbito do n.º 2 do artigo 24 do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, nomeou como seu subdiretor o docente Paulo Fernando Páscoa Ferreira, professor do Quadro do Agrupamento do grupo de recrutamento 240 e como adjuntos os docentes Joaquim Barbosa Magalhães, professor do Quadro do Agrupamento do grupo 110, Mário Ribeiro Cerqueira, professor do Quadro do Agrupamento do grupo 500 e Ana Margarida Costa Ferreira Gomes, professora do quadro do Agrupamento do grupo 100.

O presente despacho reporta os seus efeitos a 22 de junho de 2009.

1 de abril de 2013. — A Diretora, *Maria Manuela Moura Dias*.

206864502

Agrupamento de Escolas de Ílhavo

Aviso n.º 4694/2013

Nos termos do disposto nos artigos 22.º e 22.º-A do Decreto -Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto concurso para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas de Ílhavo, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são os fixados nos números 3, 4 e 5 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho.

2 — A formalização das candidaturas é feita mediante requerimento, em modelo próprio, disponibilizado na página eletrónica do agrupamento (www.eb23-jfjb-ilhavo.rcts.pt) e nos serviços de administração escolar, podendo ser entregue pessoalmente nos serviços de administração escolar da escola-sede do agrupamento ou remetido por correio registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

3 — O requerimento de admissão deverá, sob pena de exclusão, ser acompanhado dos seguintes documentos, em suporte de papel:

a) *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado, acompanhado de prova documental dos elementos nele contidos, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual se este se encontrar na Agrupamento de Escolas de Ílhavo;

b) Projeto de intervenção no agrupamento no qual o candidato identifica os problemas, define a missão, as metas e as grandes linhas de orientação da ação, bem como a explicitação do plano estratégico a realizar no mandato;

c) Outros elementos, devidamente comprovados, que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito.

4 — As candidaturas são apreciadas pela comissão do conselho geral transitório especialmente constituída para o efeito, a qual, num primeiro momento, procede ao exame dos requisitos de admissão ao concurso, excluindo os candidatos que os não preencham.

5 — A lista provisória dos candidatos admitidos e dos candidatos excluídos será afixada na escola-sede e divulgada na página eletrónica do agrupamento no prazo de 10 dias úteis após a data limite de apresentação das candidaturas, sendo esta a forma de notificação dos candidatos. Das decisões de exclusão cabe recurso, nos termos da lei.

6 — Na avaliação das candidaturas admitidas serão considerados:

a) A análise do *curriculum vitae* de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de diretor e o seu mérito;

b) A análise do projeto de intervenção no agrupamento visando, designadamente, apreciar a coerência entre os problemas diagnosticados e as estratégias de intervenção propostas, bem como a conformidade com o projeto educativo do agrupamento;

c) O resultado da entrevista individual, designadamente, a capacidade de fundamentação e defesa das propostas apresentadas no projeto de intervenção.

28 de março de 2013. — O Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas de Ílhavo, *José Manuel Feijó Esteves*.
206860947

Agrupamento de Escolas de João Silva Correia

Aviso n.º 4695/2013

Abertura do Concurso para Diretor

Nos termos do disposto no artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, torna-se público, que se encontra aberto o concurso para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas João da Silva Correia, em S. João da Madeira, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são fixados nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho.

2 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas João da Silva Correia, podendo ser entregues pessoalmente na secretaria da escola sede do Agrupamento, sita na Rua da Mourisca n.º 210, 3700 — 195 S. João da Madeira, no horário de expediente, ou remetidas por correio registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

2.1 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Nome, filiação, estado civil, naturalidade, número e data de emissão do bilhete de identidade/cartão do cidadão, respetiva validade e serviço emissor, número de identificação fiscal, residência, código postal, número de telefone/telemóvel;

b) Habilitações literárias e situação profissional;

c) Identificação do lugar a que se candidata, referindo a data de publicação do respetivo aviso no *Diário da República*.

2.2 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum Vitae* detalhado, atualizado, datado e assinado, onde constem as funções exercidas até à data e a formação profissional que possui devidamente comprovada;

b) Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas com identificação de problemas, definição de objetivos e estratégias e estabelecimento de uma programação das atividades que se propõe realizar no mandato;

c) Declaração autenticada do serviço de origem, onde conste a categoria, o vínculo e o tempo de serviço;

d) Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;

e) Fotocópia dos certificados de formação profissional realizada;

f) Fotocópia do Bilhete de Identidade/cartão do cidadão e do Cartão de Contribuinte.

2.3 — É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do currículo, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual e este se encontrar na escola onde decorre o procedimento.

3 — Os métodos de seleção são os seguintes:

a) Análise do *curriculum vitae*, visando apreciar a sua relevância para o exercício das funções de diretor;

b) Análise do Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas, visando apreciar a relevância de tal projeto e a coerência entre os problemas diagnosticados e as estratégias de intervenção propostas e os recursos a mobilizar para o efeito;

c) Entrevista individual, visando apreciar as capacidades para o desempenho do cargo a que se candidata.

4 — As listas de candidatos admitidos e excluídos serão afixadas na escola sede do Agrupamento de Escolas João da Silva Correia, no prazo de 10 dias úteis após a data limite de apresentação das candidaturas e divulgadas no mesmo dia, na página eletrónica do Agrupamento, sendo esta a forma de notificação dos candidatos.

28 de março de 2013. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Maria Teresa Rodrigues Pinto*.

206861327

Agrupamento de Escolas de Marinhas, Salvaterra de Magos

Despacho n.º 4816/2013

Eu, Mário João Colaço Agreiro, Diretor do Agrupamento Escolas de Marinhas, venho por este meio, com base nas competências que me são atribuídas no n.º 11, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 137/ 2013 que altera o Decreto-Lei n.º 75/ 2008 de 22 de abril e o Decreto-Lei n.º 224/ 2009 de 11 de setembro e por solicitação da própria, exonero das funções de Adjunta do Diretor a docente Marina Isabel Pedro Rodrigues.

Esta decisão produz efeito a 27 de março de 2013.

2 de abril de 2013. — O Diretor, *Mário João Colaço Agreiro*.

206866788

Despacho n.º 4817/2013

Eu, Mário João Colaço Agreiro, Diretor do Agrupamento Escolas de Marinhas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 75/ 2008 de 22 de abril com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2009 de 11 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 137/ 2012, de 2 de julho, designo para minha Adjunta a Professora Maria Manuela Carvalho Pinto Fernandes.

Esta decisão produz efeito a 28 de março de 2013.

2 de abril de 2013. — O Diretor, *Mário João Colaço Agreiro*.

206866966

Agrupamento de Escolas de Mealhada

Aviso n.º 4696/2013

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, publica-se a lista de pessoal docente e não docente, que cessaram a relação jurídica de emprego público entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012:

Nome	Categoria profissional	Data de cessação
Ana Paula Luís Camões Costa.	Professora do QA.	30-06-2012
António Marques Simão. . .	Professor do QA.	31-01-2012
Clarinda Rodrigues Silva Santiago.	Chefe de Serviços de Administração Escolar.	31-03-2012
Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos.	Professora do QA.	31-08-2012
Maria Odete da Conceição da Sousa.	Professora do QA.	30-04-2012
Rui Helder Bordalo de Melo Monteiro.	Professor do QA.	31-01-2012
Tito Jorge da Silva Tavares	Assistente Operacional	11-03-2012

28 de março de 2013. — O Diretor, *Fernando José Nunes Trindade*.

206862023

Agrupamento de Escolas de Mem Martins, Sintra

Aviso n.º 4697/2013

Concurso para Diretor do Agrupamento de Escolas de Mem Martins, Sintra

Nos termos do disposto nos artigos 22.º, 22.º -A e 22.º -B do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo

Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto concurso para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas de Mem Martins, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são os fixados no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

2 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento em impresso próprio, disponibilizado nos serviços administrativos da escola sede, dirigido à Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas de Mem Martins, com sede na Escola Secundária de Mem Martins, podendo ser entregues pessoalmente no seguinte horário — Manhã: 09:30 às 12:00; Tarde: 14:00 às 16:30, todos os dias úteis, exceto à 4.ª feira, em que o horário é das 09:30 horas às 13:00, ou remetidas por correio registado, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

2.1 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa, nome, filiação, estado civil, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade ou cartão de cidadão, respetiva validade e serviço emissor, número fiscal de contribuinte, residência, código postal, telefone ou telemóvel e endereço de correio eletrónico;

b) Habilitações literárias e situação profissional;

c) Identificação do lugar a que se candidata, referenciando a data e publicação do respetivo aviso no *Diário da República*.

2.2 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum vitae*, detalhado, datado, assinado e atualizado, onde constem, respetivamente, as funções que tem exercido, a formação profissional que possui, devidamente comprovada, sob pena de não ser considerada;

b) Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas, onde se identifiquem os problemas, se definam os objetivos e as estratégias, e se estabeleça a programação das atividades que o candidato se propõe realizar no mandato;

c) Declaração autenticada do serviço de origem, onde conste a categoria, o vínculo e o tempo de serviço;

d) Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;

e) Fotocópia dos certificados de formação profissional realizada;

f) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão e do Número Fiscal de Contribuinte.

2.3 — Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito.

2.4 — É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do currículo, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual caso este se encontre na Escola sede, onde decorre o procedimento.

3 — Os métodos de seleção (a utilizar para avaliação da candidatura) são os seguintes:

a) A análise do *curriculum vitae*, de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de diretor e o seu mérito;

b) A análise do projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas, visando apreciar a relevância de tal projeto e a coerência entre os problemas diagnosticados e as estratégias de intervenção propostas, e os recursos a mobilizar para o efeito;

c) O resultado da entrevista individual realizada com o candidato, que visa o aprofundamento de aspetos relativos às alíneas a) e b) deste ponto e a apreciação das motivações da candidatura.

4 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos serão afixadas em local apropriado das instalações do Agrupamento, três dias úteis após a data limite de apresentação das candidaturas, e divulgadas no mesmo dia na página eletrónica da Escola sede, sendo esta a forma de notificação dos candidatos.

27 de março de 2013. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Maria Teresa Pires Balreira Martins Simões*.

206859173

Agrupamento de Escolas de Monção

Aviso n.º 4698/2013

Nos termos do disposto nos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto um procedimento concursal para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas de Monção, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série.

1 — Os requisitos de admissão são os estipulados nos números 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, respeitando o disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho.

2 — A formalização da candidatura é efetuada através de um requerimento de candidatura ao procedimento concursal, em modelo próprio, disponibilizado na página eletrónica da escola sede, Escola Secundária de Monção (<http://www.esmoncao.nomundo.net>) e nos Serviços Administrativos do Agrupamento de Escolas de Monção.

3 — A candidatura pode ser entregue pessoalmente nos Serviços Administrativos do Agrupamento de Escolas de Monção, entre as 9h00 e as 17h30, ou enviada por correio registado, com aviso de receção, endereçado à Presidente do Conselho Geral Transitório, expedido até ao termo do prazo fixado no aviso de abertura, para Escola Secundária de Monção, Estrada dos Arcos, 4950-277 Monção.

4 — O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum vitae*, datado e assinado, onde constem respetivamente, as funções que tem exercido, a formação profissional que possui, devidamente comprovada, sob pena de não ser considerada;

b) Projeto de intervenção no Agrupamento, contendo:

i) Identificação de problemas;

ii) Definição da missão, das metas e das grandes linhas de orientação da ação;

iii) Explicitação do plano estratégico a realizar no mandato.

5 — Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito.

6 — É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do currículo, com exceção daquela que já se encontre arquivada no respetivo processo individual existente no Agrupamento de Escolas de Monção onde decorre o procedimento.

7 — Os métodos de avaliação das candidaturas são os seguintes:

a) A análise do *curriculum vitae* de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de diretor e o seu mérito;

b) A análise do projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas de Monção;

c) O resultado da entrevista individual realizada com o candidato.

8 — Serão elaboradas e afixadas na página eletrónica e em local apropriado da escola sede do Agrupamento as listas provisórias dos candidatos admitidos e dos candidatos excluídos do procedimento concursal, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 7.º do Regulamento do Procedimento Concursal.

9 — Enquadramento legal — Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho e Código do Procedimento Administrativo.

28 de março de 2013. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Aida Maria da Cunha Verde Afonso*.

206861838

Agrupamento de Escolas Monte da Lua

Aviso n.º 4699/2013

Concurso para Diretor do Agrupamento de Escolas Monte da Lua

Nos termos do disposto nos artigos 22.º, 22.º-A e 22.º-B do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto con-

curso para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas Monte da Lua, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são os fixados no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

2 — Formalização das candidaturas: as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento em impresso próprio, disponibilizado em, <http://www.essmaria.net>, dirigido à Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas Monte da Lua, com sede na Escola Secundária de Santa Maria, Rua Pedro Cintra, Portela de Sintra, 2710-436, Sintra, podendo ser entregues pessoalmente na secretaria da escola sede, no seguinte horário — manhã: das 09h30 às 12h30; tarde: das 13h00 às 16h30, todos os dias úteis, exceto à 4.ª feira, em que o horário é das 9h30 às 12h30, ou remetidas por correio registado, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

2.1 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa, nome, filiação, estado civil, naturalidade, data de nascimento, número e data do cartão de cidadão/bilhete de identidade, respetiva validade e serviço emissor, número fiscal de contribuinte, residência, código postal, telefone ou telemóvel e e-mail;

b) Habilitações literárias e situação profissional;

c) Identificação do lugar a que se candidata, referenciando a data e publicação do respetivo aviso no *Diário da República*.

2.2 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum vitae*, detalhado, datado, assinado e atualizado, onde constem, respetivamente, as funções que tem exercido, a formação profissional que possui, devidamente comprovada, sob pena de não ser considerada;

b) Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas, no qual se identifiquem os problemas do Agrupamento, se definam as metas e as grandes linhas de orientação da ação, bem como se apresente o plano estratégico que o candidato se propõe realizar no mandato;

c) Declaração autenticada do serviço de origem, onde conste a categoria, o vínculo e o tempo de serviço;

d) Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;

e) Fotocópia dos certificados de formação profissional realizada;

f) Fotocópia do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade e do Número Fiscal de Contribuinte.

2.3 — Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito.

2.4 — É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do currículo, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual e este se encontre na Escola-Sede, onde decorre o procedimento.

3 — Os métodos de seleção (a utilizar para avaliação da candidatura) são os seguintes:

a) A análise do *curriculum vitae*, de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de diretor e o seu mérito;

b) A análise do projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas, visando apreciar a relevância de tal projeto e a coerência entre os problemas diagnosticados e as estratégias de intervenção propostas, assim como os recursos a mobilizar para o efeito;

c) O resultado da entrevista individual realizada com o candidato, que visa o aprofundamento de aspetos relativos às alíneas a) e b) deste ponto e a apreciação das motivações da candidatura.

4 — Resultado do concurso: as listas dos candidatos admitidos e excluídos serão afixadas em local apropriado das instalações do Agrupamento, três dias úteis após a data limite de apresentação das candidaturas, e divulgadas no mesmo dia na página eletrónica da Escola-Sede, sendo esta a forma de notificação dos candidatos.

27 de março de 2013. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Maria Fernanda Ferreira da Cunha Peixoto*.

206862712

Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira, Santarém

Aviso n.º 4700/2013

Aviso de abertura do procedimento concursal prévio à eleição do Diretor

Nos termos do disposto nos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e no artigo 5.º da Portaria n.º 604/2008 de 9 de julho, torna-se público que se encontra aberto o procedimento concursal prévio à eleição do diretor do Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira, no concelho de Santarém, pelo prazo de dez dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são os fixados nos n.ºs 3 e 4 do Artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho e no Artigo 2.º da Portaria 604/2008 de 9 de julho.

2 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento em modelo próprio, disponibilizado na página eletrónica do Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira, www.agrupamentosabandeira.pt, ou nos Serviços Administrativos da Escola Sede do mesmo, dirigido ao Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira, podendo ser entregues pessoalmente nos Serviços Administrativos da Escola Sede, em envelope fechado, dentro das horas normais de expediente, ou, remetido por correio registado com aviso de receção para o Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira, Rua Dr.ª Maria Inês Schäller Dias — 2005-191 Santarém, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, contendo a seguinte inscrição: «Procedimento concursal prévio de recrutamento para diretor do Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira — (nome do candidato)».

3 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum Vitae*, detalhado, datado, assinado e atualizado, onde constem respetivamente, as funções que tem exercido, a formação profissional que possui, devidamente comprovada sob pena de não ser considerada;

b) Projeto de intervenção no agrupamento.

c) Declaração autenticada do serviço de origem onde conste a categoria, vínculo e o tempo de serviço do candidato;

d) Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;

e) Fotocópia dos Certificados de formação profissional realizada;

f) Fotocópia do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte ou cartão de cidadão.

4 — Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito.

5 — É obrigatória a prova documental dos dados pessoais e dos elementos constantes do currículo, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual e este se encontre no Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira.

6 — Os métodos de seleção, conforme consta do artigo 7.º, da Portaria n.º 604/2008, de 9 de julho, e do Artigo 6.º do Regulamento do Processo Concursal de Eleição do Diretor do Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira, disponível na página eletrónica do Agrupamento e nos seus Serviços Administrativos, são os seguintes:

a) Análise do *Curriculum Vitae*, visando apreciar a sua relevância para o exercício das funções de diretor e o seu mérito;

b) Análise do Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas, onde deverão ser identificados os problemas, definida a missão, as metas e as grandes linhas de orientação da ação, bem como a explicitação do plano estratégico e programação das atividades a realizar no mandato;

c) Entrevista individual ao candidato que, para além do aprofundamento de aspetos relativos ao projeto de intervenção, visa apreciar as motivações da candidatura e verificar se a fundamentação do Projeto de Intervenção é adequada à realidade do Agrupamento.

7 — A lista dos candidatos admitidos e excluídos ao concurso será afixada nos serviços administrativos da escola sede do Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira, no prazo de 10 dias úteis após a data li-

mite de apresentação das candidaturas e divulgada no mesmo dia, na página eletrónica do Agrupamento, sendo esta a forma de notificação dos candidatos.

8 — O presente concurso rege-se pela seguinte legislação: Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, Portaria n.º 604/2008, de 9 de julho, e Código do Procedimento Administrativo e pelo Regulamento do Procedimento Concursal para Eleição do Diretor do Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira disponível para consulta em www.agrupamentosabandeira.pt e nos serviços administrativos do Agrupamento localizados na escola sede do Agrupamento, Escola Secundária Sá da Bandeira.

28 de março de 2013. — O Presidente do Conselho Geral Transitório, *Alfredo Condeço Amante*.

206861432

Agrupamento de Escolas de Santa Catarina, Caldas da Rainha

Aviso n.º 4701/2013

Nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, faz-se público que se encontra afixado no placard da sala de professores da Escola Básica de Santa Catarina, Caldas da Rainha, a lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de agosto de 2012.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

27 de março de 2013. — O Diretor, *Marco António Moniz de Lemos*.
206860411

Aviso n.º 4702/2013

Nos termos do n.º 1 do artigo 95 do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, torna-se público que se encontra afixado no placard dos Serviços de Administração Escolar do Agrupamento de Escolas de Santa Catarina, Caldas da Rainha, a lista de antiguidade do pessoal não docente reportada a 31 de dezembro de 2012.

Os funcionários têm 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

27 de março de 2013. — O Diretor, *Marco António Moniz de Lemos*.
206860388

Escola Secundária de Sebastião da Gama, Setúbal

Aviso n.º 4703/2013

Maria da Conceição Basílio Lima Crispim Pereira Rosado, diretora da Escola Secundária com 3.º ciclo Sebastião da Gama, no cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna público que, por seu despacho datado de 19 de março de 2013, autorizou abertura de procedimento concursal comum para ocupação de quatro postos de trabalho, ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 2 e 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e do n.º 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, já citada, e atentos os procedimentos a que se refere o n.º 2 do artigo 39.º daquele mesmo diploma legal.

O local de trabalho é a Escola Secundária com 3.º ciclo de Sebastião da Gama, sita na rua da Escola Técnica, em Setúbal, código postal 2900-354 Setúbal.

A celebração dos contratos constituirá uma relação jurídica de emprego público sob a modalidade de contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial, conforme o disposto na alínea e) do artigo 93.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro (RCTFP), por um período definido entre o dia 2 de abril a 14 de junho de 2013, com a duração diária de 3,5 horas.

Os postos de trabalho respeitam à carreira e categoria de assistente operacional com as funções de apoio geral e serviços de limpeza, jardinagem e manutenção de instalações, materiais e equipamentos, com remuneração ilíquida de € 3,20/hora (três euros e vinte centimos) e ainda € 4,20 (quatro euros e vinte centimos) de subsídio de refeição por cada dia de trabalho. O nível habilitacional exigido é o da escolari-

dade obrigatória que poderá ser substituído por experiência profissional comprovada, uma vez que se trata de recrutamento para a carreira de assistente operacional de grau 1.

São requisitos de admissão os previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008 citada.

A formalização das candidaturas faz-se mediante preenchimento de formulário próprio, podendo este ser obtido nos Serviços de Administração Escolar da Escola Secundária de Sebastião da Gama e entregue pessoalmente, ou enviado pelo correio para a morada acima identificada, em carta registada com aviso de receção, dirigido à diretora da escola.

O concurso estará aberto por um período de dez dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, nos termos previstos no artigo 26.º da Portaria supra.

O formulário da candidatura deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

Bilhete de identidade/cartão do cidadão ou cartão de identificação fiscal, (fotocópia); certificado de habilitações literárias (fotocópia); comprovativos da experiência profissional e documentos de avaliação profissional emitida pela entidade empregadora (fotocópia).

Métodos de seleção:

Constitui único método de seleção nos termos do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro a avaliação curricular (AC) que visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional e o percurso profissional. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar. Para tal serão considerados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar e que são os seguintes:

Experiência profissional comprovada (EP) e avaliação profissional (AP) de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = EP + 2AP/3$$

Experiência profissional: tempo de serviço no exercício das funções em realidade escolar e educativa do contexto onde desempenhará funções para as quais se promove o presente procedimento concursal ou experiência profissional nas funções para as quais se promove o presente procedimento, de acordo com a seguinte pontuação:

a) 20 valores — serviço desenvolvido durante seis meses ou mais tempo no exercício de funções em realidade escolar e educativa do contexto onde desempenhará funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

b) 18 valores — serviço desenvolvido durante, pelo menos, quatro meses no exercício de funções, em realidade escolar e educativa do contexto onde desempenhará funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

c) 16 valores — serviço desenvolvido durante, pelo menos, três meses no exercício de funções em realidade escolar e educativa do contexto onde desempenhará funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

d) 14 valores — serviço desenvolvido, pelo menos, durante seis meses no exercício de funções noutro contexto, que não o escolar e educativo, para as quais se promove o presente procedimento concursal;

e) 12 valores — serviço desenvolvido por período entre três e seis meses no exercício de funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

f) 10 valores — serviço desenvolvido durante um tempo inferior ao indicado na alínea anterior, ou sem qualquer experiência no exercício de funções, para as quais se promove o presente procedimento concursal.

Avaliação profissional: a avaliação é feita de modo quantitativo numa escala de 0 a 20, de acordo com o seguinte:

a) 20 valores — valores compreendidos entre 19 e 20;

b) 18 valores — valores compreendidos entre 17 e 18;

c) 16 valores — valores compreendidos entre 15 e 16;

d) 14 valores — valores compreendidos entre 13 e 14;

e) 12 valores — valores compreendidos entre 11 e 12;

f) 10 valores — valor correspondente a 10.

Nos termos da alínea t) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, os candidatos têm acesso às atas do júri, donde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos elementos do método de seleção da avaliação curricular, à grelha

classificativa e aos sistemas de valoração final do método, desde que as solicitem.

Composição do Júri:

Presidente: Paula Cristina Domingues Marques Gonçalves (adjunta da diretora).

Vogais efetivos:

Elisabete Fidalgo Pinhal Rodrigues da Silva (coordenadora técnica).
Célia Conceição Cruz Costa, (encarregada operacional).

Vogais suplentes:

Luzia Maria Martins Vitorino (assistente técnica).
Maria Fernanda Dias de Almeida (assistente técnica).

O presidente de júri será substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos vogais efetivos. A ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada um dos elementos do método de seleção.

Crítérios de desempate:

Para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º da referida Portaria e nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001 de 3 de fevereiro, neste procedimento concursal o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sob qualquer outra preferência legal.

A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial é efetuada tendo por referência os seguintes critérios aplicados de forma sequencial:

- a) Valoração da experiência profissional (EP);
- b) Valoração da habilitação académica (HA);
- c) Preferência pelo candidato de maior idade.

A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação da diretora da escola, é disponibilizada no sítio da internet da escola, bem como em edital afixado nas respetivas instalações.

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo e em virtude de não ter sido ainda publicitado qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento, e até à sua publicação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à entidade centralizadora para constituição de reservas de recrutamento (ECCRC) prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º desta mesma portaria, o concurso é publicitado na página eletrónica desta escola, bem como na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), no *Diário da República*, 2.ª série, e num jornal de expansão nacional.

19 de março de 2013. — A Diretora, *Maria da Conceição Crispim Rosado*.

206859887

Agrupamento de Escolas n.º 1 de Serpa

Aviso n.º 4704/2013

Abertura de Concurso para Diretor

Nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto um concurso para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Serpa, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso.

1 — Os requisitos de admissão são os estipulados nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

2 — A formalização da candidatura é efetuada através da apresentação de um requerimento de candidatura a concurso, em modelo próprio, disponibilizado na página eletrónica do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Serpa (<http://www.aeserpa.pt>) e nos Serviços Administrativos do Agrupamento.

3 — O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* (modelo Europeu) detalhado, datado e assinado, contendo todas as informações consideradas pertinentes ao concurso, e acompanhado de prova documental respetiva;

b) Projeto de Intervenção no Agrupamento contendo a identificação de problemas, a definição da missão, das metas e das grandes linhas de orientação da ação, e a explicitação do plano estratégico a realizar durante o mandato. O Projeto de Intervenção referido na presente alínea não deverá exceder as 20 páginas, tamanho A4, redigidas com letra Arial, tamanho 12 e espaçamento 1,5;

c) Declaração do serviço de origem, onde conste a categoria, o vínculo e o tempo de serviço;

d) Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;

e) Fotocópia dos certificados de formação académica e ou profissional realizada;

f) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou do Cartão do Cidadão e do número de contribuinte.

4 — Forma de entrega dos documentos:

a) Os documentos constantes das alíneas a), c), d), e) e f) do número anterior, inseridos num envelope fechado, com a seguinte inscrição no exterior: «DOCUMENTOS»;

b) O documento constante da alínea b) do número anterior, inserido num envelope fechado, com a seguinte inscrição no exterior: «PROJETO DE INTERVENÇÃO»; este envelope apenas será aberto se o candidato for admitido ao concurso, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º-B do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

c) Os documentos constantes das alíneas a) e b) do número anterior devem ser entregues em papel e em suporte informático;

d) Os envelopes mencionados nas alíneas a) e b) devem ser inseridos num terceiro envelope dirigido ao Presidente do Conselho Geral Transitório, nos Serviços Administrativos do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Serpa, situados na Escola EB 2,3 Abade Correia da Serra, em Serpa, das 9h30 às 12h00 e das 14h00 às 17h00 dos dias úteis, ou remetidos por correio postal registado com aviso de receção para a seguinte morada: Rua Dr Edgar Pires Valadas, 7830-479 Serpa.

5 — Resultado do procedimento concursal prévio à eleição do Diretor: as listas dos candidatos admitidos e excluídos ao concurso serão afixadas no átrio da Escola EB 2,3 Abade Correia da Serra, sede do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Serpa, bem como na página eletrónica da escola, no prazo de cinco dias úteis após a data limite de apresentação das candidaturas, sendo estas as formas de notificação dos candidatos.

6 — A apresentação de qualquer recurso sobre a não admissibilidade de uma candidatura deverá ser dirigida, no prazo de três dias úteis após a divulgação da lista de candidatos admitidos ou excluídos, ao Presidente do Conselho Geral Transitório e entregue nos Serviços Administrativos do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Serpa, na morada e horário referido na alínea d) do ponto 4 deste aviso.

7 — O método de avaliação das candidaturas, enquadrado legalmente pelo ponto 5 do artigo 22.º-B do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho e cumpridas as condições estabelecidas pelos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do decreto-lei supracitado, basear-se-á nos seguintes critérios:

a) A análise do *Curriculum Vitae* de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de diretor e o seu mérito;

b) A análise do Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas n.º 1 de Serpa de cada candidato, visando, designadamente, apreciar a coerência entre os problemas diagnosticados e as estratégias de intervenção propostas.

c) O resultado da entrevista individual realizada com os candidatos, visando apreciar, numa relação interpessoal objetiva e sistemática, as capacidades com o perfil das exigências ao cargo a que o candidato se candidata.

9 — Enquadramento legal — Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e Código do Procedimento Administrativo.

27 de março de 2013. — O Presidente do Conselho Geral Transitório, *João Manuel Pereira dos Santos*.

206860485

Agrupamento de Escolas Templários

Aviso n.º 4705/2013

Abertura do procedimento concursal para eleição do diretor

Nos termos do disposto nos artigos 21.º e 22.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto concurso para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas Templários, em Tomar, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação deste Aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de admissão ao procedimento concursal são os fixados pelo Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, com as alterações consignadas no Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, a saber:

a) Podem ser opositores ao procedimento concursal docentes de carreira do ensino público ou professores profissionalizados com contrato por tempo indeterminado do ensino particular e cooperativo, em ambos os casos com, pelo menos, cinco anos de serviço e qualificação para o exercício de funções de administração e gestão escolar, nos termos do número seguinte.

b) Consideram-se qualificados para o exercício de funções de administração e gestão escolar os docentes que preencham uma das seguintes condições:

1) Sejam detentores de habilitação específica para o efeito, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 56.º do Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário;

2) Possuam experiência correspondente a, pelo menos, um mandato completo no exercício dos cargos de diretor, subdiretor ou adjunto do diretor, presidente ou vice-presidente do conselho executivo, diretor executivo ou adjunto do diretor executivo ou membro do conselho diretivo e ou executivo, nos termos dos regimes aprovados respetivamente pelo presente decreto-lei, pelo Decreto — Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, alterado pelo Decreto — Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, pela Lei n.º 24/99, de 22 de abril, pelo Decreto — Lei n.º 172/91, de 10 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro;

3) Possuam experiência de, pelo menos, três anos como diretor ou diretor pedagógico de estabelecimento do ensino particular e cooperativo;

4) Possuam currículo relevante na área da gestão e administração escolar, como tal considerado, em votação secreta, pela maioria dos membros da comissão prevista no n.º 4 do artigo 22.º

2 — O pedido de admissão ao procedimento concursal é efetuado por requerimento, disponibilizado nos serviços administrativos, bem como na página eletrónica da escola sede do agrupamento (<http://www.escolajacomerattton.pt>), dirigido ao Presidente do Conselho Geral Transitório, podendo ser entregue pessoalmente, nos serviços administrativos da escola sede do agrupamento, Escola Secundária Jácome Ratton, Av. D. Maria II, Apartado 450, 2304-904, Tomar, entre as 9 horas e as 16 horas, ou remetido por correio registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

3 — O requerimento será acompanhado pelo *curriculum vitae* e por um projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas.

4 — É obrigatória a prova documental dos dados pessoais e dos restantes elementos constantes do currículo, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual e este se encontre no Agrupamento de Escolas Templários.

5 — Os métodos de apreciação das candidaturas serão os seguintes:

a) A análise do *curriculum vitae* de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de diretor e o seu mérito;

b) A análise ao projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas;

c) O resultado da entrevista individual realizada com o candidato.

6 — O Regulamento para o recrutamento do Diretor encontra-se disponível para consulta de todos os interessados na página eletrónica da escola sede e nos serviços administrativos.

7 — A lista dos candidatos admitidos e dos candidatos excluídos será afixada e divulgada em local adequado da escola sede e na sua página eletrónica, no prazo máximo de 10 dias úteis após a data limite de apresentação das candidaturas, sendo estas as únicas formas de notificação dos candidatos.

8 — Enquadramento legal: Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações consignadas no Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e Código do Procedimento Administrativo.

20 de março de 2013. — O Presidente do Conselho Geral Transitório, *Joaquim Marques dos Santos*.

206863069

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Gabinetes dos Secretários de Estado do Ensino e da Administração Escolar e da Solidariedade e da Segurança Social

Despacho n.º 4818/2013

O Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, implementado em cumprimento da Constituição da República Portuguesa e da Lei de Bases do Sistema Educativo, visa apoiar as famílias na tarefa da educação da criança, proporcionando-lhe oportunidades de autonomia e socialização, tendo em vista a sua integração equilibrada na vida em sociedade e preparando-a para uma escolaridade bem-sucedida, nomeadamente, através da compreensão da escola como local de aprendizagens múltiplas.

O Decreto-lei n.º 147/97, de 11 de junho, estabeleceu os princípios gerais da educação pré-escolar, consagrando o direito da participação das famílias na elaboração dos projetos educativos, estabelecendo mecanismos de garantia de igualdade de oportunidades no acesso à educação pré-escolar e definindo instrumentos de cooperação institucional entre os vários departamentos governamentais envolvidos no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

Neste âmbito, a cooperação institucional entre os Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade e da Segurança Social tem-se revelado fundamental à necessária expansão e desenvolvimento da rede nacional de educação pré-escolar, nomeadamente, no que respeita à educação da criança e à promoção da qualidade pedagógica dos serviços educativos a prestar, ao apoio às famílias, designadamente, no desenvolvimento de atividades de animação socioeducativa e no apoio financeiro a conceder aos estabelecimentos de educação pré-escolar.

Contudo, também os municípios têm vindo a representar um papel relevante, designadamente, no que concerne a recursos materiais para uma melhor operacionalização do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

Nestes termos, para que se possa ponderar futuros desenvolvimentos do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, é constituído um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Instituto da Segurança Social, I.P., com representantes da Direção-Geral da Segurança Social e da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Faça ao exposto, determina-se que:

1. Seja criado um Grupo de Trabalho com a missão de analisar e identificar os impactos da implementação e os procedimentos inerentes do atual Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, promovendo a audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, da União das Misericórdias Portuguesas, da União das Mutualidades Portuguesas e de outros organismos que se entendam indispensáveis;

2. O Grupo de Trabalho apresente, no prazo máximo de 60 dias, a contar da data do presente despacho, o relatório com análise de impactos do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar;

3. O Grupo de Trabalho tem a seguinte composição:

a) Pelo Instituto da Segurança Social, I.P., a licenciada Elisabete Maria Rodrigues Mateus, que coordena;

b) Pela Direção-Geral da Segurança Social, a licenciada Ana Maria Luís Salgado;

c) Pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a licenciada Maria Isabel Gomes Abreu.

27 de março de 2013. — O Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, *João Casanova de Almeida*. — O Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, *Marco António Ribeiro dos Santos Costa*.

206866617



PARTE D

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 140/2013

**Prestação de contas (liquidatário)
Processo n.º 266-F/2002**

N/Referência: 2419995

Liquidatário Judicial: Maria Emília Cravidão Fonseca.
Falido: Vestus Confecções, L.^{da}

A Dra. Maria de Fátima dos Reis Silva, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida Vestus Confecções, L.^{da}, NIF — 500286736, Endereço: Rua Bento Gonçalves, Santa Marta de Corroios, 2855-574 Corroios, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do C.P.E.R.E.F.).

13 de março de 2013. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria de Fátima dos Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *Paula Silva*.

306826262

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Deliberação (extrato) n.º 883/2013

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 19 de março de 2013 e ao abrigo do artigo 2.º, da Lei n.º 79/2009, de 13 de agosto:

Ilídio Cardoso Pais Loureiro, Contra-Almirante do Estado-Maior da Armada, a exercer funções como juiz militar no Tribunal da Relação

do Porto — nomeado, por inerência, juiz militar para a Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte, com efeitos reportados a 22 de fevereiro de 2011;

Edorindo dos Santos Ferreira, Major-General do Estado Maior do Exército, a exercer funções como juiz militar no Tribunal da Relação do Porto — nomeado, por inerência, juiz militar para a Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte, com efeitos reportados a 22 de fevereiro de 2011;

Fausto Reduto Paula, Major-General do Estado Maior da Força Aérea, a exercer funções como juiz militar no Tribunal da Relação do Porto — nomeado, por inerência, juiz militar para a Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte, com efeitos reportados a 22 de fevereiro de 2011;

Carlos Manuel Amaral Félix, Major-General do Estado Maior da Força Aérea, a exercer funções como juiz militar no Tribunal da Relação de Lisboa — nomeado, por inerência, juiz militar para a Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul, com efeitos reportados a 22 de fevereiro de 2011;

Francisco Manuel Saldanha Junceiro, Contra-Almirante do Estado Maior da Armada, a exercer funções como juiz militar no Tribunal da Relação de Lisboa — nomeado, por inerência, juiz militar para a Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul, com efeitos reportados a 22 de fevereiro de 2011;

António Joaquim de Aguiar Pereira Cardoso, Major-General do Estado Maior do Exército, a exercer funções como juiz militar no Tribunal da Relação de Lisboa — nomeado, por inerência, juiz militar para a Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul, com efeitos reportados a 30 de abril de 2012.

Prazo para a posse: dez dias.

20 de março de 2013. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *António Francisco de Almeida Calhau*.

206864008



PARTE E

CÂMARA DOS SOLICITADORES

Regulamento n.º 127/2013

Nota justificativa

Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 30.º do Estatuto da Câmara dos Solicitadores (ECS) compete à Assembleia Geral aprovar outros regulamentos que lhe sejam submetidos pelo conselho geral.

A experiência demonstra que o regulamento do prémio Solicitador Daniel Lopes Cardoso, aprovado em assembleia geral de 29 de abril de 2011 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de agosto (regulamento n.º 483/2011), carece de aperfeiçoamentos, nomeadamente de uma melhor definição da sua periodicidade, que deve coincidir com os congressos ordinários.

Regulamento do Prémio Solicitador Daniel Lopes Cardoso

Preâmbulo

O solicitador Daniel Lopes Cardoso marcou profundamente a vida da Câmara dos Solicitadores.

Nos 30 anos em que exerceu a atividade profissional, precocemente interrompida em 2008, destacou-se:

a) Na qualidade da sua intervenção profissional, assumida no estudo aprofundado e numa cultura geral superior;

b) Pelas relações humanas que estabeleceu com clientes, colegas e profissionais do mundo da justiça;

c) No respeito e aprofundamento das normas éticas da solicitoria e na paixão com que se disponibilizava permanentemente para formar e transmitir conhecimentos;

d) No empenho com que se dedicou à classe, participando ativamente na vida da Câmara dos Solicitadores, na qual foi dirigente regional e presidente do conselho geral;

e) No esforço permanente de aproximar os solicitadores de outras profissões jurídicas da Europa, consubstanciado na fundação do Comité de Postulantes Europeus.

A melhor forma de homenagear o Solicitador Daniel Lopes Cardoso e o exemplo que constituiu é assumida ao fomentar o seu exemplo, premiando o estudo e a qualidade dos trabalhos que se relacionem com a profissão, pelo que se justifica inteiramente a institucionalização do “Prémio Solicitador Daniel Lopes Cardoso”.

Assim, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 30.º do Estatuto da Câmara dos Solicitadores, é aprovado o regulamento do prémio solicitador Daniel Lopes Cardoso, o qual se rege pelas seguintes disposições:

1 — O prémio Solicitador Daniel Lopes Cardoso visa incentivar a criação de trabalhos:

a) Jurídicos ou técnicos relacionados com a atividade profissional dos associados;

b) Sobre a história da profissão;

c) Sobre ética e deontologia profissional.

2 — O concurso é aberto no semestre anterior à sessão do Congresso ordinário, através de aviso subscrito pelo presidente da Câmara, nele podendo participar todos os associados da Câmara dos Solicitadores, incluindo os inscritos como estagiários, bem como os alunos de cursos de solicitadoria.

3 — Cada trabalho só pode abranger um dos temas referidos no número um e deve ser apresentado em dois exemplares datilografados, a dois espaços, usando a fonte Garamond, tamanho 12, em folhas formato A4 numeradas, com um limite máximo de 125 páginas, sendo obrigatoriamente assinados sob pseudónimo não relacionável com o autor.

4 — Os exemplares dos trabalhos são entregues no Conselho Geral da Câmara dos Solicitadores, até ao dia fixado no aviso referido no n.º 2, em sobrescrito endereçado ao Presidente da Câmara dos Solicitadores, com a menção: “Prémio Daniel Lopes Cardoso”.

5 — No sobrescrito contendo os trabalhos o remetente só se pode identificar com o pseudónimo.

6 — Dentro do sobrescrito referido no número anterior, deve ser introduzido um outro envelope fechado e sem identificação exterior, além do pseudónimo, que contenha uma folha formato A4, onde se repete o pseudónimo utilizado, a verdadeira identificação do concorrente, designadamente o nome completo, a morada, o telefone e o endereço de correio eletrónico, e a qualidade em que participa nos termos do n.º 2.

7 — O Júri é constituído pelo Presidente da Câmara dos Solicitadores, pelos presidentes regionais ou por personalidades que cada um destes designe, e por dois representantes designados por escolas que ministrem a licenciatura ou o mestrado de Solicitoria, escolhidas por votação dos primeiros três membros.

8 — O Júri é presidido pelo presidente da Câmara dos Solicitadores ou pela personalidade que este designar, tendo voto de qualidade nas deliberações.

9 — Os prémios, no valor de 4 000 € para o primeiro classificado e de 2 000 € para o segundo, podem não ser atribuídos se o Júri entender que os trabalhos apresentados não reúnem a qualidade mínima exigida.

10 — O Júri pode determinar a atribuição de menções honrosas a que não correspondem a atribuição de um prémio monetário.

11 — O Júri deve lavrar ata da deliberação sobre a atribuição de prémios, que é assinada por todos os seus membros.

12 — Não há lugar a recurso da classificação atribuída pelo Júri.

13 — Os prémios são entregues no Congresso imediato.

14 — A aceitação do prémio implica a renúncia expressa dos premiados aos direitos de autor relativos aos trabalhos apresentados a favor da Câmara dos Solicitadores, que pode publicar no todo, ou em parte, de forma gratuita ou onerosa.

15 — Os casos omissos, são resolvidos pelo Júri.

16 — É revogado o regulamento n.º 483/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de agosto.

Aprovado em assembleia geral da Câmara dos Solicitadores de 25 de março de 2013.

25 de março de 2013. — O Presidente da Câmara dos Solicitadores, José Carlos Resende.

206867176

Regulamento n.º 128/2013

Regulamento das contas-clientes de agentes de execução

Nota justificativa

O Regulamento n.º 386/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 30 de agosto, aprovou as normas a que deve obedecer a abertura, a movimentação a gestão e o encerramento das contas-clientes dos agentes de execução.

Por força do disposto no n.º 11 do artigo 112.º do Estatuto da Câmara dos Solicitadores, a regulamentação das contas-clientes cabe ao conselho geral da Câmara dos Solicitadores.

O regulamento em vigor não prevê o modo de movimentação das contas-clientes de executados em caso de impossibilidade da plataforma informática de suporte ao sistema de pagamentos.

Urge prever a criação de tal mecanismo.

A presente alteração visa, deste modo, criar um mecanismo específico para a realização de movimentos das contas-clientes de executados a crédito ou a débito, prevendo ainda o modo de registo de ambos os tipos de movimentos e garantindo-se a intervenção do órgão de fiscalização.

Preâmbulo

Assim, deliberou o Conselho Geral, em reunião de 9 de março de 2013, proceder à seguinte alteração do Regulamento n.º 386/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 30 de agosto, nos termos do disposto

no n.º 11 do artigo 112.º do Estatuto da Câmara dos Solicitadores, a qual se rege pelas seguintes disposições:

Artigo 1.º

Alteração ao Regulamento n.º 386/2012

É aditado ao Regulamento n.º 386/2012, de 30 de agosto, o artigo 10.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 10.º-A

Impossibilidade de movimentação

1 — Verificando-se impossibilidade de movimentação a crédito na conta-clientes de executados, em resultado de indisponibilidade do sistema de pagamentos que perdure por mais de 48 horas, o agente de execução notifica a entidade pagadora para proceder ao pagamento através de depósito autónomo.

2 — Tratando-se de impossibilidade de movimentação a débito na conta-clientes de executados, por período superior a 48 horas, o agente de execução solicita por escrito ao órgão de fiscalização autorização para a prática do ato em causa, indicando:

- a) O número do processo judicial;
- b) A conta que pretende ver debitada;
- c) A conta bancária de destino;
- d) A identificação das partes;
- e) A conta corrente da qual resultem os movimentos a débito realizados e o saldo que pretende ver transferido.

3 — Após a receção do pedido, o órgão de fiscalização remete o pedido de transferência à entidade bancária onde esteja sedead a conta-clientes.

4 — Os movimentos a débito e a crédito realizados nos termos previstos neste artigo devem ser registados pelo agente de execução no SISAAE/GPESE no prazo de 24 horas após a disponibilização no sistema do extrato bancário atualizado.»

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A alteração ao Regulamento n.º 386/2012 entra em vigor no prazo de 5 dias a contar da publicação.

Aprovado em reunião do conselho geral de 9 de março de 2013.

25 de março de 2013. — O Presidente da Câmara dos Solicitadores, José Carlos Resende.

206864916

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA

Aviso n.º 4706/2013

Cursos de Pós-Licenciatura de especialização em Enfermagem/ Curso de Mestrado em Enfermagem

Considerando o disposto na Portaria n.º 268/2002 publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, N.º 61 de 13 de março, e no Despacho n.º 1345/2010 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 13 de 20 de janeiro, faz-se público que está aberto concurso para candidatura à matrícula e inscrição nos seguintes Cursos:

Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, nas seguintes áreas:

Enfermagem Comunitária; (Pós-Licenciatura aprovada ao abrigo da Portaria n.º 6/2010 de 4 de janeiro).

Enfermagem Médico-cirúrgica; (Pós-Licenciatura aprovada ao abrigo da Portaria n.º 130/2010 de 1 de março).

Enfermagem de Reabilitação; (Pós-Licenciatura aprovada ao abrigo do Despacho n.º 12815/2010 de 9 de agosto).

Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria; (Pós-Licenciatura aprovada ao abrigo da Portaria n.º 1182/2010 de 16 de novembro).

Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria; (Pós-Licenciatura aprovada ao abrigo da Portaria n.º 5/2010 de 4 de janeiro).

Curso de Mestrado em Enfermagem nas seguintes áreas de especialização:

- Enfermagem Comunitária
- Enfermagem Médico-cirúrgica
- Enfermagem de Reabilitação

Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria
 Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria
 Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica
 Gestão em Enfermagem

Com início no ano letivo 2013-2014 de acordo com as seguintes condições, procedimentos e prazos (constantes do Anexo I):

1 — Condições de acesso

1.1 — Aos cursos de Pós-Licenciatura de especialização em Enfermagem podem concorrer os Candidatos que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições:

- a) Ser titular do grau de Licenciado em Enfermagem ou Equivalente legal;
- b) Ser detentor do título profissional de Enfermeiro;
- c) Ter pelo menos dois anos de experiência profissional como Enfermeiro, à data do último dia da candidatura

Os candidatos selecionados para a frequência aos Cursos de Pós-Licenciatura de especialização em Enfermagem Comunitária, Enfermagem Médico-cirúrgica, Enfermagem de Reabilitação, Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria, Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria, serão automaticamente também matriculados no Curso de Mestrado, sem qualquer encargo adicional de emolumentos de matrícula e propina, na respetiva área de especialização, com exceção dos que, no ato da matrícula, declararem, que apenas pretendam frequentar o curso de Pós-Licenciatura.

No caso de estudantes que declararem, no ato da matrícula, que não pretendam frequentar o curso de Mestrado, os mesmos não poderão vir a transitar posteriormente para aquele.

1.2 — Ao Curso de Mestrado em Enfermagem podem concorrer os candidatos que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições:

a) Ser titular de uma licenciatura em Enfermagem com pelo menos 240 ECTS, ou equivalente legal, obtido em instituição de ensino superior portuguesa ou

Ser titular de uma licenciatura em Enfermagem com pelo menos 240 ECTS, conferida na sequência de um 1.º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a esse processo.

b) Ser detentor do título profissional de Enfermeiro.

Os candidatos admitidos ao curso de Mestrado, não poderão, em circunstância alguma, transitar para o Curso de Pós-Licenciatura, mesmo que venham a satisfazer as condições previstas no n.º 1.1.

2 — Vagas

2.1 — Cursos de Pós-Licenciatura

O número de vagas é distribuído por Curso de Pós-Licenciatura de especialização nos termos seguintes:

Enfermagem Comunitária — 20 vagas

Enfermagem Médico-cirúrgica — 45 vagas, distribuídas da seguinte forma:

Vertente de Enfermagem Oncológica — 15 vagas

Vertente de Enfermagem Nefrológica — 15 vagas

Vertente de Enfermagem ao Idoso — 15 vagas

Enfermagem de Reabilitação — 20 vagas

Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria — 20 vagas

Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria — 20 vagas

2.1.1 — Para efeitos de seriação, em cada Curso de Pós-Licenciatura, são definidos os seguintes contingentes:

2.1.1.1 — 50 % das vagas — serão afetadas ao contingente geral;

2.1.1.2 — 25 % das vagas — serão afetadas prioritariamente a enfermeiros provenientes de instituições de saúde que tenham Protocolos de Formação com a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, no máximo de uma (1) vaga por Organização, sendo os Candidatos ordenados por ordem decrescente de classificação (anexo II — Listagem das instituições);

2.1.1.3 — 25 % das vagas — serão afetadas prioritariamente a enfermeiros que desenvolvam a sua atividade profissional principal e com carácter de permanência em Organizações de saúde sedeadas na área de influência da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, sendo os Candidatos ordenados por ordem decrescente de classificação.

2.2 — Cursos de Mestrado em Enfermagem:

O número de vagas é distribuído por área de especialização nos termos seguintes:

Enfermagem Comunitária — 10 vagas (1)

Enfermagem Médico-Cirúrgica — 30 vagas distribuídas da seguinte forma:

Vertente de Enfermagem Oncológica — 10 vagas (1)

Vertente de Enfermagem Nefrológica — 10 vagas (1)

Vertente de Enfermagem ao Idoso — 10 vagas (1)

Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria — 10 vagas (1)

Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria — 10 vagas (1)

Enfermagem de Reabilitação — 10 vagas (1)

Os Titulares de Curso de Pós-Licenciatura em Enfermagem de Reabilitação concluído na ESEL e ou nas ex-escolas que lhe deram origem, poderão ser admitidos como supranumerários até ao limite de dois (2).

Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica — 25 vagas

Gestão em Enfermagem — 30 vagas

2.3 — Para efeitos de seriação, no Mestrado em Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica, doze (12) vagas serão afetadas prioritariamente a enfermeiros provenientes de instituições de saúde que tenham Protocolos de Formação com a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (Anexo II), no máximo de uma (1) vaga por instituição, sendo os Candidatos ordenados por ordem decrescente de classificação.

No Mestrado de Gestão em Enfermagem, quinze (15) vagas serão afetadas prioritariamente a enfermeiros provenientes de instituições de saúde que tenham Protocolos de Formação com a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (Anexo II), no máximo de uma (1) vaga por instituição, sendo os Candidatos ordenados por ordem decrescente de classificação.

2.4 — As vagas atribuídas ao Curso de Mestrado em Enfermagem que não forem supridas reverterão a favor das vagas do Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem e vice-versa.

3 — Candidaturas

3.1 — Constituição do processo de candidatura

3.1.1 — Candidatura online obrigatória em www.esel.pt no prazo constante do Anexo I, submetendo os documentos previstos em 3.2.

3.1.2 — A candidatura está sujeita a emolumentos, nos termos do ponto 1.2.2 da tabela de emolumentos em vigor nesta Escola, no montante de 80 euros por área de especialização.

3.1.3 — A candidatura a diferentes áreas exige uma formalização e processo independentes e pagamento dos respetivos emolumentos.

3.1.4 — A candidatura é apenas válida para o ano letivo 2013-2014.

3.2 — Submissão candidatura *on line*:

Preenchimento do formulário de candidatura acompanhado dos seguintes documentos digitalizados:

a) Bilhete de Identidade e Cartão de Identificação Fiscal ou do cartão de Cidadão;

b) Cédula profissional ou declaração comprovativa da inscrição na ordem dos enfermeiros (dentro do prazo de validade);

c) Certidão comprovativa da titularidade do grau de Licenciado em Enfermagem, indicando a respetiva classificação final, ou do seu equivalente legal;

d) Certidão comprovativa do tempo de serviço e experiência profissional como enfermeiro, discriminando a categoria profissional e o tempo de exercício na mesma (exclusivo para os candidatos ao Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem).

No caso de dificuldade na submissão dos documentos, poderá dirigir-se à ESEL — Divisão de Gestão Académica (D.G.A.) no polo Calouste Gulbenkian, nos 5 dias subsequentes à candidatura.

3.3 — Após saída da lista dos resultados provisórios, deve o candidato formalizar a candidatura, entregando na D.G.A no polo Calouste Gulbenkian os seguintes documentos:

a) Comprovativo de candidatura *online* e

b) Fotocópias autenticadas dos documentos referidos nas alíneas b), c) e d) do 3.2.

4 — Procedimentos e prazos (anexo I)

5 — Rejeição liminar

5.1 — Caso a candidatura *online* não se encontre adequadamente instruída, o candidato é notificado das lacunas e tem sete (7) dias consecutivos para as suprir;

5.2 — Serão rejeitadas liminarmente as candidaturas que não satisfaçam a condição expressa nas alíneas a) e b) do 1.1 ou a não apresentação dos documentos referidos no ponto 3.2.

5.3 — Dos candidatos rejeitados liminarmente, será organizada lista onde constam os fundamentos da rejeição, a qual será tornada pública e afixada na Escola no prazo previsto no Anexo I.

6 — Seriação e seleção

6.1 — A seriação e seleção dos candidatos respeitará sequencialmente os seguintes critérios

1.º Tempo de experiência profissional;

2.º Tempo de experiência na área de especialização a que se candidata.

6.2 — Se após a aplicação dos parâmetros de seriação enunciados se verificar uma situação de empate aplicar-se-ão sucessivamente os seguintes critérios:

- 1.º Ter feito a licenciatura na ESEL ou nas Escolas que lhe deram origem;
- 2.º Maior nota final da licenciatura;
- 3.º Maior idade.

6.3 — A seriação e seleção será realizada por um júri nomeado pela Presidente da ESEL, sob proposta do Conselho Técnico-Científico.

7 — Reclamações

7.1 — Do resultado da seleção divulgado em lista provisória, poderão os candidatos apresentar reclamação, devidamente fundamentada, no prazo constante do anexo I, dirigido à Presidente da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa.

7.2 — As decisões sobre reclamações são homologadas pela Presidente da ESEL.

7.3 — Serão liminarmente indeferidas as reclamações não fundamentadas ou as que forem apresentadas fora de prazo.

7.4 — Quando, na sequência da aceitação de uma reclamação, um candidato venha a ficar situado na lista ordenada em posição de colocado, tem direito a colocação, mesmo que para tal seja necessário criar vaga adicional.

7.5 — A retificação da colocação abrange apenas o candidato cuja reclamação foi provida, não tendo qualquer efeito sobre os restantes candidatos colocados ou não.

7.6 — A publicação da lista definitiva dos candidatos admitidos ocorre no prazo constante do Anexo I. Os documentos apresentados pelos candidatos não admitidos serão eliminados, caso não sejam solicitados, até 90 dias após o início do curso.

8 — Matrícula, inscrição e propinas

8.1 — Os candidatos admitidos deverão proceder à matrícula e inscrição no período previsto no Anexo I para este efeito.

8.2 — Caso algum candidato admitido desista expressamente da matrícula e inscrição ou não compareça a realizar as mesmas, a Divisão de Gestão Académica, no dia útil imediato ao do fim do prazo das matrículas e inscrições, convocará para a matrícula e inscrição o candidato seguinte na lista ordenada, até esgotar as vagas ou os candidatos.

8.3 — Os candidatos convocados terão um prazo improrrogável de três (3) dias úteis, após a receção da notificação para procederem à sua matrícula e inscrição.

9 — Emolumentos a pagar:

9.1 — Cursos de Pós-Licenciatura (2) em Enfermagem Comunitária; Enfermagem Médico-cirúrgica; Enfermagem de Reabilitação; Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria; Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria

9.1.1 — Matrícula — 375 Euros

9.1.2 — Seguro — 12 Euros

9.1.3 — Propina — 3750 Euros (que poderá ser dividida em 15 prestações mensais de 250 Euros).

9.2 — Cursos de Mestrado em Enfermagem Comunitária; Enfermagem Médico-cirúrgica; Enfermagem de Reabilitação; Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria; Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria e Gestão em Enfermagem

9.2.1 — Matrícula — 375 Euros

9.2.2 — Seguro — 12 Euros

9.2.3 — Propina — 3750 Euros (que poderá ser dividida em 15 prestações mensais de 250 Euros).

9.3 — Curso De Mestrado em Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica

9.3.1 — Matrícula — 375 Euros

9.3.2 — Seguro — 12 Euros

9.3.3 — Propina — 3750 Euros (que poderá ser dividida em 15 prestações mensais)

9.3.3.1 — Certificação em Suporte Avançado de Vida — 250 Euros (3)

9.3.3.2 — Certificação em Suporte Avançado de Vida em Trauma — 250 Euros (3)

9.3.3.3 — Certificação em Suporte Básico de Vida DAE — 125 Euros (3)

9.4 — Os pagamentos dos emolumentos supra referidos dão lugar a descontos, nos termos e condições previstas no despacho 67 /PRES/2013 consultável em www.esel.pt

10 — Horário de funcionamento

Os Cursos terão início a 7 de outubro de 2013, funcionarão com uma carga horária mínima de 15 horas e máxima de 25 horas semanais: (4) das 16 às 21 horas distribuídas por 3 dias úteis.

Os períodos de Ensino Clínico funcionarão com uma carga horária mínima de 25 horas semanais.

(1) Acresce a este número as vagas atribuídas a candidatos admitidos às Pós-Licenciaturas

(2) Para os estudantes que efetuem matrícula ao curso de pós-licenciatura, e embora matriculados automaticamente ao curso de mestrado, não haverá lugar ao pagamento de emolumentos de matrícula e propina, para além dos mencionados no ponto 9.1.

(3) Quando solicitado serão atribuídas equivalências a estes cursos desde que válidos e certificados pelas seguintes entidades:

Conselho Português de Ressuscitação;
INEM;
Associação Portuguesa de Enfermeiros de Urgência;
Society of Trauma Nurses;
Outras entidades reconhecidas pelas anteriores;
Outras entidades reconhecidas pelo MCTES

(4) O horário poderá ser alterado de acordo com as necessidades do Projeto de Formação

1 de abril de 2013. — A Presidente da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, *Maria Filomena Mendes Gaspar*.

ANEXO I

Informa-se que os prazos de candidatura, afixação dos resultados da seriação, seleção, reclamações, matrícula e inscrição, relativamente aos cursos de pós-licenciatura e mestrado em Enfermagem nas áreas de especialização em Enfermagem Comunitária, Médico-Cirúrgica, Reabilitação, Saúde Infantil e Pediatria, Saúde Mental e Psiquiatria, Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica e Gestão de Enfermagem, a iniciar nesta Escola no ano letivo 2013/2014, são os que constam do quadro seguinte:

Procedimentos	Prazos	
	Início	Final
Afixação do edital de candidatura	01-04-2013	
Candidatura online em www.esel.pt . . .	15-04-2013	31-05-2013
Afixação da rejeição liminar	17-06-2013	
Afixação dos resultados da seleção	03-07-2013	
Formalização presencial das candidaturas selecionadas	04-07-2013	10-07-2013
Apresentação de reclamações	08-07-2013	12-07-2013
Publicação da lista definitiva dos candidatos admitidos	19-07-2013	
Formalização da matrícula e inscrição	22-07-2013	26-07-2013
Início do curso	07-10-2013	

ANEXO II

Entidades com as quais a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa tem protocolos de Formação

Entidades Hospitalares

Centro Hospitalar de Lisboa Central EPE
Centro Hospitalar de Lisboa Norte EPE
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE
Centro Hospitalar de Torres Vedras
Hospital Curry Cabral, EPE
Hospital de S. Bernardo (Setúbal)
Hospital CUF Descobertas/Hospital CUF Infante Santo
Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa
Hospital dos SAMS
Hospital Fernando da Fonseca (Amadora /Sintra)
Hospital Garcia de Orta (Almada)
Hospital Residencial do Mar
Hospital Reynaldo dos Santos
Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil
Maternidade Alfredo da Costa

Entidades de Saúde mental e psiquiátrica

Instituto da Droga e Toxicod dependência
Casa de Saúde do Telhal
Clínica Psiquiátrica de S. José
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
Casa de Saúde da Idanha

Agrupamentos de Centros de Saúde

ARSLVT — Sub-Região de saúde de Lisboa
 Agrupamento do Centro de Saúde Grande Lisboa I — Lisboa Norte
 Agrupamento do Centro de Saúde Grande Lisboa II — Lisboa Oriental
 Agrupamento do Centro de Saúde Grande Lisboa III — Lisboa Central
 Agrupamento do Centro de Saúde Grande Lisboa IV — Oeiras
 Agrupamento do Centro de Saúde Grande Lisboa V — Odivelas
 Agrupamento do Centro de Saúde Grande Lisboa VI — Loures
 Agrupamento do Centro de Saúde Grande Lisboa VII — Amadora
 Agrupamento do Centro de Saúde Grande Lisboa VIII — Sintra
 Mafra
 Agrupamento do Centro de Saúde Grande Lisboa IX — Algueirão — Rio Mouro
 Agrupamento do Centro de Saúde Grande Lisboa X — Cacém — Queluz
 Agrupamento do Centro de Saúde Grande Lisboa XI — Cascais
 Agrupamento do Centro de Saúde Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira
 Agrupamento do Centro de Saúde Península de Setúbal I — Almada
 Agrupamento do Centro de Saúde Península de Setúbal II — Seixal — Sesimbra
 Agrupamento do Centro de Saúde Península de Setúbal III — Arco Ribeirinho
 Agrupamento do Centro de Saúde Península de Setúbal IV — Setúbal — Palmela
 Agrupamento de Centros de Saúde Oeste I — Oeste Norte
 Agrupamento do Centro de Oeste II — Oeste Sul
 Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Litoral

Associações

Associação “Spina Bífida e Hidrocefalia de Portugal”
 Associação cultural moinho da juventude
 Associação pela Dignidade na Vida e na Morte — AMARA
 Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson
 Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer
 Associação Protetora de Diabéticos de Portugal
 Centro de Paralisia Cerebral de Lisboa

Outras Entidades

Instituto Nacional de Emergência Médica -INEM
 Instituto de Ação Social das Forças Armadas —(IASFA)
 Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão — Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

206864738

ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL**Declaração de retificação n.º 435/2013**

Por ter saído com inexactidão o despacho (extrato) n.º 9903/2012 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 23 de julho de 2012, retifica-se que onde se lê «foi autorizada a transição para a modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, em período experimental, com o Mestre Augusto de Jesus Guedea Melo Correia, na categoria de professor adjunto, do mapa de pessoal docente da ESHTE, com efeitos a partir de 26.04.2012, auferindo a remuneração ilíquida correspondente ao escalão 2, índice 195, da tabela remuneratória aplicável aos docentes do Ensino Superior.» deve ler-se «foi autorizada a transição para a modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com o Mestre Augusto de Jesus Guedea Melo Correia, na categoria de professor adjunto, do mapa de pessoal docente da ESHTE, com efeitos a partir de 26 de abril de 2012, auferindo a remuneração ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 185, da tabela remuneratória aplicável aos docentes do Ensino Superior.».

27 de março de 2013. — A Administradora da ESHTE, *Cristina Maria Santos*.

206860403

ORDEM DOS ADVOGADOS**Edital n.º 335/2013**

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados.

Faz saber que por acórdão proferido em Plenário do Conselho de Deontologia de Lisboa de 27 de março de 2012, confirmado por acórdão da

3.ª secção do Conselho Superior de 09 de novembro de 2012, no processo de Averiguação de Inidoneidade Moral n.º 17/2000-L/IM — 1.ª Secção, com trânsito em julgado, foi considerado, o Sr. Dr. Orlando Mateus da Silva Guerra, com o nome profissional de Orlando Guerra, com a cédula profissional n.º 2485L e, com última morada conhecida na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 40, 3.º Esq., 2775-196, Parede, inidóneo para o exercício da advocacia e, consequentemente, cancelada a sua inscrição na ordem dos advogados, por violação dos deveres consignados nos artigos 91.º do Estatuto da Ordem dos Advogados (Lei n.º 80/2001 de 20 de julho) ou do artigo 110.º do Estatuto da Ordem dos Advogados (Lei n.º 15/2005 de 26/01).

Em virtude do disposto no artigo 168.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, na sua atual redação, tem de considerar-se que o cumprimento da presente pena teve o seu início em 12 de dezembro de 2012, que foi o dia seguinte aquele em que a decisão se tornou definitiva.

7 de março de 2013. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Rui Santos*.

206864187

Edital n.º 336/2013

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados.

Faz saber que, por acórdão proferido pelo Pleno deste Conselho de Deontologia, em vinte e quatro de abril de dois mil e doze e confirmado por acórdão do Conselho Superior de nove de novembro de dois mil e doze, no Processo de Averiguação de Inidoneidade Moral N.º 1075/2010-L/IM da 4.ª Secção, concluiu-se que o arguido não possui idoneidade moral para o exercício da profissão, pelo que em consequência determinou-se o cancelamento da inscrição como Advogado do Senhor Dr. Rui Manuel dos Santos Pires Salvado, que usa o nome abreviado de Rui Pires Salvado com a inscrição suspensa a pedido do mesmo (Cédula Profissional N.º 19862L) e com o último domicílio profissional conhecido na Avenida do Brasil, 27-A, CP 1, São Marcos, Agualva Cacém, com fundamento no artigo 171.º alínea a) do E.O.A. aprovado pela Lei N.º 15/2005, de vinte e seis de janeiro de dois mil e cinco.

A presente medida teve o seu início a doze de março de dois mil e treze, data seguinte ao dia em que se tornou definitiva.

13 de março de 2013. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Rui Santos*.

206864462

Edital n.º 337/2013

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa faz saber, nos termos do artigo 195.º do Estatuto da Ordem dos Advogados (Lei n.º 15/2005 de 26 de janeiro) que, no âmbito dos autos de processo disciplinar n.º 1038/2011-L/D, que correram termos por este Conselho e nos quais é arguida a Senhora Dra. Patrícia Calado, portadora da cédula profissional n.º 18765L, foi determinada a suspensão por tempo indeterminado da inscrição da referida Senhora Advogada arguida, em razão do incumprimento da pena em que foi condenada e por aplicação da alínea b) do artigo 138.º do mesmo diploma legal. Tal medida de suspensão iniciou a produção dos seus efeitos em 12.03.2013.

15 de março de 2013. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Rui Santos*.

206864292

Edital n.º 338/2013

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa faz saber, nos termos do artigo 195.º do Estatuto da Ordem dos Advogados (Lei 15/2005 de 26 de janeiro) que, no âmbito dos autos de processo disciplinar n.º 514/2006-L/D e apensos, que correram termos por este Conselho e nos quais é arguido o Senhor Dr. Rui Barrote Carrilho, portador da cédula profissional n.º 12421L, foi determinada a suspensão por tempo indeterminado da inscrição do referido Senhor Advogado arguido, em razão do incumprimento da pena em que foi condenado e por aplicação das alíneas b) do artigo 138.º do mesmo diploma legal. A data da determinação da suspensão da inscrição, efetuada ao abrigo do artigo 138.º alínea b) é a de 08/03/2013, não obstante começar esta a produzir os seus efeitos após o levantamento da suspensão da sua inscrição, situação em que se encontra presentemente.

15 de março de 2013. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Rui Santos*.

206864268

Edital n.º 339/2013

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, em cumprimento do disposto no artigo 137.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei N.º 15/2005, de 26 de janeiro, faz saber que, por acórdão do Conselho de Deontologia de Lisboa, reunido em Plenário em 30 de outubro de 2012, transitado em julgado, proferido no Processo Disciplinar n.º 1498/2008-L/D, foi aplicada ao Senhor Dr. Arnaldo José Cardoso Fernandes, que usa o nome profissional de Arnaldo J. Fernandes, Advogado, com a cédula profissional n.º 19293L, com domicílio profissional na Rua da Escola Secundária, n.º 96, 2890-006 Alcochete, a pena disciplinar de 3 (três) anos de suspensão do exercício da advocacia, prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 125.º, por violação, dolosa, dos deveres previstos nos artigos 83.º n.ºs 1 e 2, 84.º, 85.º n.º 1 e n.º 2 g), 86.º a) e h), 92.º n.ºs 1 e 2, 95.º n.ºs 1 a), b), c) e e) e 2, 96.º e 97.º, todos do Estatuto da Ordem dos Advogados.

O cumprimento da presente pena teve o seu início em 19 de fevereiro de 2013, que foi o dia seguinte àquele em que a decisão se tornou definitiva.

15 de março de 2013. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Rui Santos*.

206864446

Edital n.º 340/2013

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa faz saber, nos termos do artigo 195.º do Estatuto da Ordem dos Advogados (lei n.º 15/2005 de 26 de janeiro) que, no âmbito dos autos de processo disciplinar n.º 1695/06-L/D e apenso 1018/07-L/D, que correram termos por este Conselho na 4.ª Secção, e nos quais é arguido o Senhor Rui Barrote Carrilho, portador da cédula profissional n.º 12421L, foi determinada a suspensão por tempo indeterminado da inscrição do referido Senhor Advogado arguido, em razão do incumprimento da pena em que foi condenado e por aplicação da alínea b) do artigo 138.º do mesmo diploma legal. A data da determinação da suspensão da inscrição por incumprimento, efetuada ao abrigo do artigo 138.º alínea b) é a de 19/03/2013. A presente medida de suspensão terá início no dia seguinte ao levantamento da suspensão da inscrição, situação em que presentemente se encontra.

26 de março de 2013. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Rui Santos*.

206864405

Edital n.º 341/2013

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa

Faz Saber, que, com efeitos a partir de 07/02/2013, foi determinado o levantamento da suspensão da inscrição do Sr. Dr. Belo dos Santos Portador da cédula n.º 7593L, em virtude do cumprimento da pena aplicada no processo disciplinar n.º 522/2005-L/D.

27 de março de 2013. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Rui Santos*.

206864487

UNIVERSIDADE DO ALGARVE**Declaração de retificação n.º 436/2013**

Por ter saído com inexistência a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 5 de março de 2013 (Edital n.º 233/2013), retifica-se que no ponto VI — Critérios de avaliação em mérito relativo; avaliação curricular, na avaliação do desempenho científico na área específica, na alínea 1) Produção Científica, onde se lê «artigos em revistas, comunicações em congressos) expressa, nomeadamente, pelo número e tipo de publicações e pelo reconhecimento que lhe é prestado pela comunidade científica (traduzida na qualidade dos locais de publicação e nas referências que lhes são feitas por outros autores)» deve ler-se «artigos em revistas internacionais indexadas) expressa, nomeadamente, pelo número e tipo de publicações em revistas internacionais indexadas nos últimos 5 anos e pelo reconhecimento que lhe é prestado pela comunidade científica (traduzida na qualidade dos locais de publicação e nas referências que lhes são feitas por outros autores)».

As candidaturas deverão ser entregues no prazo de 30 dias úteis contados a partir do dia imediato à publicação da presente retificação.

Poderão ser solicitados esclarecimentos através do email: medicinesearch@ualg.pt.

27 de março de 2013. — A Diretora de Serviços de Recursos Humanos, *Silvia Cabrita*.

206860177

Despacho (extrato) n.º 4819/2013

Por despacho de 25-03-2013, do Reitor da Universidade do Algarve:

Nos termos dos artigos 5.º e 6.º do Regulamento n.º 615/2011, de 21 de novembro, são designados para fazerem parte do júri de provas públicas para a avaliação de competência pedagógica e técnico-científica das Mestres Cecília Maria Correia Rodrigues e Catherine Christiane Marie Pasquier, na área disciplinar de Línguas, os seguintes professores:

Presidente: Doutora Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias, Vice-Reitora da Universidade do Algarve, por delegação do Reitor da Universidade do Algarve.

Vogais:

Doutora Maria Clara Lopes Dias Ferrão Bandeira Tavares, Professora Coordenadora com Agregação Aposentada do Instituto Politécnico de Santarém;

Mestre Maria Teresa Salvado de Sousa, Professora Coordenadora Aposentada da Universidade do Algarve;

Doutora Veronique Delplancq, Professora Coordenadora do Instituto Politécnico de Viseu;

Doutor Artur Henrique Ribeiro Gonçalves, Professor Coordenador da Universidade do Algarve;

Doutora Ana Isabel de Oliveira Andrade, Professora Associada da Universidade de Aveiro.

Suplentes:

Doutora Maria Helena Almeida Beirão de Araújo e Sá, Professora Associada com Agregação da Universidade de Aveiro;

Doutora Ana Maria Rosa Oliveira Henriques Oliveira, Professora Coordenadora do Instituto Politécnico de Viseu.

28 de março de 2013. — O Reitor, *João Guerreiro*.

206862834

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**Despacho n.º 4820/2013**

Na sequência da Deliberação do Senado n.º 60/2006 de 9 de março, e do registo na Direção-Geral do Ensino Superior com o n.º R/B-AD-631/2007, do ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre em Medicina, e tendo em consideração o disposto no Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março, determino:

1.º

Adequação

1 — A Universidade da Beira Interior confere o grau de licenciado em Medicina, ministrando em consequência o respetivo curso nos termos da Deliberação do Senado n.º 2/2001.

2 — Nos termos do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março procede-se à adequação do curso referido em 1, passando em conformidade a Universidade da Beira Interior a ministrar o ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre em Medicina, que confere.

3 — No ciclo de estudos referido no n.º 2 é conferido o grau de licenciado em Ciências Básicas da Saúde, aos estudantes que tenham realizado 180 créditos, correspondentes aos primeiros seis semestres curriculares de trabalho.

2.º

Organização do curso

O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Medicina, adiante simplesmente designado por curso, organiza-se pelo sistema de unidades de crédito, nos termos do Decreto-Lei n.º 42/2005.

3.º

Estrutura curricular e plano de estudos

Os elementos a que se refere o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 42/2005 de 22 de fevereiro, apresentados em conformidade com as normas técnicas aprovadas pelo Despacho n.º 10543/2005 de 11 de maio, são os constantes em anexo ao presente despacho.

4.º

Condições de acesso e ingresso

1 — As condições de acesso e ingresso ao curso e o número de candidatos a admitir são estabelecidas em conformidade com o artigo 12.º da Lei n.º 46/86 de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo) com as alterações introduzidas pela Lei n.º 49/2005 de 30 de agosto e demais legislação complementar.

2 — Os candidatos colocados nos termos dos números anteriores deverão proceder à sua matrícula e inscrição nos prazos que forem fixados e observar as normas constantes do regime administrativo-pedagógico em vigor na Universidade.

5.º

Avaliação de conhecimentos

O regime de avaliação de conhecimentos no curso são fixados nas Regras Gerais de Avaliação de Conhecimentos de acordo com a regulamentação aplicável na Universidade sempre que não se encontre disposto em contrário no regulamento do grau de mestre.

6.º

Propinas

As propinas devidas pelos estudantes do curso serão fixadas nos termos da legislação aplicável.

7.º

Regime de transição

As regras do regime de transição a adotar para os estudantes que hajam estado inscritos no anterior plano de estudos serão fixadas por despacho do Reitor.

8.º

Entrada em funcionamento

A estrutura curricular e o plano de estudos aprovados na sequência do presente despacho entram em funcionamento a partir do ano letivo 2007/2008, inclusive, sendo fixado no despacho a que se refere o n.º 8, a forma e as regras a que tal obedecerá.

28-12-2007. — O Reitor, *Manuel José dos Santos Silva*.

ANEXO

Estrutura curricular e plano de estudos

- 1 — Estabelecimento de ensino: Universidade da Beira Interior.
- 2 — Unidade Orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.): Não aplicável.
- 3 — Curso: Medicina.
- 4 — Grau ou diploma: Mestre.
- 5 — Área científica predominante do curso: Ciências Médicas — Clínica.
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma:
360 ECTS — Ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre em Medicina.
180 ECTS — 1.º Ciclo de estudos conducente ao grau de Licenciado em Ciências Básicas da Saúde.
- 7 — Duração normal do curso: 6 anos.
- 8 — Opções, ramos, ou formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture (se aplicável): Não aplicável.
- 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma:

QUADRO N.º 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Ciências Médicas — Clínica ...	C	148	—
Ciências Humanas	CHCMFSC	32	—
Ciências Morfológicas e Funcionais	CH	72	—
Saúde Comunitária	SC	64	—
Ciências Biopatológicas	CBP	44	—
		360	—
<i>Total</i>		360	

10 — Observações: Não Aplicável.

11 — Plano de Estudos:

Universidade da Beira Interior**Curso: Medicina**

Grau: Mestre

Área científica predominante: Medicina**1.º Ano**

QUADRO N.º 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Corpo Humano: dos Sistemas às Moléculas I	CMF	A	900	P: 45; TP: 45; OT: 350	34	—
Iniciação à Medicina	SC	A	220	P: 10; TP: 10; OT: 80	8	—
Epidemiologia e Saúde Comunitária	SC	A	320	P: 15; TP: 15; OT: 120	12	—
Arte da Medicina	CH	A	160	P: 8; TP: 8; OT: 54	6	—

2.º Ano

QUADRO N.º 3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Corpo Humano: dos Sistemas às Moléculas II	CMF	A	1000	P: 50; TP: 50; OT: 380	38	—
Cuidados de Saúde Primários I	SC	A	380	P: 20; TP: 20; OT: 140	5	—
Antropologia e Sociologia	CH	A	220	P: 10; TP: 10; OT: 140	5	—

3.º Ano

QUADRO N.º 4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Introdução à Patologia	CBP	A	850	P: 50; TP: 50; OT: 325	32	—
Medicina Preventiva	SC	A	270	P: 15; TP: 15; OT: 95	10	—
Deontologia e Direito Médico	CH	A	160	P: 10; TP: 10; OT: 50	6	—
Bases Psicológicas da Medicina	CH	A	160	P: 10; TP: 10; OT: 50	6	—
Geriatria	CH	A	160	P: 10; TP: 10; OT: 50	6	—

4.º Ano

QUADRO N.º 5

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Clínica Médica e Cirúrgica I	C	A	1200	P:420; TP: 100; OT: 60	44	—
Cuidados de Saúde Primários I	SC	A	240	P: 84; TP: 14; OT: 12	10	—
Medicina Legal e Toxicologia	CBP	A	160	P: 46; TP: 16; OT: 8	6	—

5.º Ano

QUADRO N.º 6

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Clínica Médica e Cirúrgica I	C	A	1200	P: 420; TP: 100; OT: 60	44	—
Cuidados de Saúde Primários II.	SC	A	240	P: 84; TP: 14; OT: 12	10	—
Ética Médica e Bioética	CBP	A	160	P: 46; TP: 16; OT: 8	6	—

6.º Ano

QUADRO N.º 7

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Estágio Clínico.	C	A	1600	P: 600; OT: 100	60	—

Legenda:

(2) Indicando a sigla constante do item 9 do formulário.

(3) De acordo com a alínea c) do n.º 3.4.

(5) Indicar para cada atividade [usando a codificação constante na alínea e) do n. 3.4 das normas] o número de horas totais:

Exemplos: T-15; PL-30.

(7) Assinalar sempre que a unidade curricular for optativa.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aviso n.º 4707/2013

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, no âmbito do procedimento concursal comum destinado ao recrutamento para ocupação de um posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal da Universidade de Coimbra, mediante a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado publicado sob o Aviso n.º 15891/2011, DR, 2.ª série, n.º 155, de 12/08/2011, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1323/2011, DR, 2.ª série, n.º 162, de 24/08/2011 e pela Declaração de Retificação n.º 1733/2011, DR, 2.ª série, n.º 220, de 16/11/2011, homologada por despacho do Senhor Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Henrique Santos do Carmo Madeira, exarado a 19/3/2013, proferido por delegação de competências, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 487, de 9 de janeiro de 2013, através do Despacho n.º 487/2013, foi afixada nas instalações do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, do Centro de Serviços Comuns, da Administração desta Universidade, sitas no piso 1 do Edifício da Faculdade de Medicina, Polo I da Universidade de Coimbra, Rua Larga, 3004-504 Coimbra, e disponibilizada na página eletrónica deste serviço ([url:www.uc.pt/drh](http://www.uc.pt/drh)).

Consideraram-se ainda notificados do ato de homologação da lista de ordenação final, conforme estatuído nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e pela via prevista na alínea d), do n.º 3, do artigo 30.º do mesmo diploma legal, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção.

1/04/2013. — O Chefe de Divisão de Recursos Humanos, *Leonardo Vicente*.

206864113

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Ciências

Aviso n.º 4708/2013

Projeto de lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, publicitado pelo Aviso n.º 14172/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 206, de 24 de outubro, e pela Oferta BEP n.º OE201210/0289.

1 — Para efeitos do exercício do direito de audiência dos interessados a que se refere o n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificam-se os candidatos ao procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Biblioteca — área de Arquivo, que o projeto de lista unitária de ordenação final dos candidatos se encontra afixado para consulta no *placard* junto à entrada do Edifício C4 (Biblioteca) da FCUL, sita no Campo Grande, 1749-016 Lisboa, bem como disponível para consulta na página eletrónica da FCUL, em <http://www.fc.ul.pt/concursos?id=186>.

2 — Nos termos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam os candidatos notificados de que dispõem de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso para, querendo, dizer por escrito o que se lhes oferecer, devendo fazê-lo, obrigatoriamente, através do formulário para o exercício do direito de participação dos interessados, aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 8 de maio, conforme estabelecido na alínea b), do n.º 1, do artigo 51.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e que se encontra disponível em <http://www.fc.ul.pt/concursos?id=186>.

3 — As eventuais alegações a apresentar, mediante o preenchimento do formulário acima referido, devem ser enviadas por correio registado, com aviso de receção, dirigidas à Presidente do Júri do procedimento concursal comum, para Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Edifício C5, Piso 1, Campo Grande, 1749-016 Lisboa, ou entregues

pessoalmente, na mesma morada, no Núcleo de Expediente e Arquivo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, no horário das 09:00 às 16:00, até ao termo do prazo indicado, findo o qual não serão as mesmas consideradas.

4 — Durante o mesmo período, o processo instrutor encontra-se disponível para consulta dos interessados nas instalações da Unidade de Recursos Humanos da FCUL, Edifício C5, Piso 1, Campo Grande, Lisboa, nos dias úteis, durante o horário de expediente (das 10:00 às 12:30 e das 14:30 às 16:30).

27 de março de 2013. — A Presidente do Júri, *Maria Fernanda Adão dos Santos Fernandes de Oliveira*.

206862915

Aviso n.º 4709/2013

Convocatória para a Realização da Prova de Conhecimentos — Lista de Candidatos Admitidos e Excluídos

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, convocam-se os candidatos admitidos ao procedimento concursal comum, para preenchimento de um posto de trabalho de Técnico Superior, previsto no mapa de pessoal não docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, mediante a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercício de funções no Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, aberto pelo Aviso n.º 1276/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 19, de 28 de janeiro de 2013, Oferta BEP n.º OE201301/0221, para a realização da prova de conhecimentos (PC), primeiro método de seleção.

2 — A prova de conhecimentos realizar-se-á no dia 18 de abril de 2013, pelas 14:30h, no anfiteatro 3.2.14 (Edifício C3) da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sita no Campo Grande, 1749-016 Lisboa.

3 — Os candidatos deverão ser portadores de documento de identificação (Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão).

4 — A prova de conhecimentos terá a duração máxima de 90 minutos e será de realização individual, não sendo permitida a consulta de legislação e de outra bibliografia. Para a realização da prova os candidatos deverão ser portadores de máquina de calcular não gráfica e da tabela periódica.

5 — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 31.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificam-se, ainda, os candidatos excluídos do procedimento.

6 — Mais se notifica que a lista de candidatos admitidos e excluídos se encontra disponível para consulta no *placard* junto à entrada do Edifício C4 (Biblioteca) da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sita no Campo Grande, 1749-016 Lisboa, bem como disponível para consulta na página eletrónica desta Faculdade, no endereço <http://www.fc.ul.pt/concursos?id=275>.

28 de março de 2013. — A Presidente do Júri, *Maria Helena Ferreira da Silva Florêncio*.

206862486

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Despacho (extrato) n.º 4821/2013

Por meu despacho de 18 de março de 2013 foi o Doutor Luís Paulo da Silva Nieto Marques Rebelo, Professor Catedrático do Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa, exonerado, a seu pedido, do cargo de Diretor do mesmo Instituto, com efeitos a partir de 25 de março de 2013.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

18 de março de 2013. — O Reitor, *Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas*.

206864746

Despacho n.º 4822/2013

Os Estatutos da Universidade Nova de Lisboa aprovados pelo Despacho Normativo n.º 42/2008, publicados no *Diário da República* n.º 164, 2.ª série, de 26 de agosto de 2008, estabelecem no seu artigo 5.º que o

Conselho Geral é composto por vinte e um membros, sendo onze docentes e investigadores, três estudantes e sete personalidades de reconhecido mérito sem ligação à UNL cooptadas por membros eleitos.

Dado que o mandato dos docentes e investigadores é de quatro anos procedeu-se no dia 20 de março de 2013 à realização do processo eleitoral, tendo sido eleitos os seguintes representantes para o Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa:

Efetivos:

António José Duque da Silva Marques — Professor Catedrático da FCSH.

Manuel Luís Magalhães Nunes da Ponte — Professor Catedrático da FCT.

José Inácio Guerra Fragata — Professor Catedrático da FCM.

Maria do Carmo Félix da Costa Seabra — Professora Associada da NovaSBE.

Cecília Maria Pais de Faria de Andrade Arraiano — Investigadora Coordenadora do ITQB.

Luís António Vicente Baptista — Professor Catedrático da FCSH.

António da Nóbrega de Sousa Câmara — Professor Catedrático da FCT.

Maria do Rosário Fraga Oliveira Martins — Professora Catedrática do IHMT.

Luís Miguel Rainho Catela Nunes — Professor Associado da NovaSBE.

Cláudia Maria Salsinha Trabuco — Professora Auxiliar da FD.

António Alfredo Coelho Jacinto — Investigador Principal da FCM.

Suplentes:

Nuno Manuel Robalo Correia — Professor Catedrático da FCT.

Maria Regina Faia Martins Salvador — Professora Catedrática da FCSH.

Maria Eugénia de Almeida Mata — Professora Associada da NovaSBE.

25 de março de 2013. — O Reitor, *Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas*.

206864795

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Despacho n.º 4823/2013

Por despacho reitoral de 2013/03/22, sob proposta do Conselho Científico da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, foi aprovada, nos termos do disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de setembro, a alteração da Estrutura

Curricular do 2.º Ciclo de Estudos conducente ao grau de mestre em Genética Forense, pela Universidade do Porto, através da Faculdade de Ciências, criado em 25 de outubro de 2006.

A alteração da estrutura curricular e plano de estudos que a seguir se publicam foi comunicada à Direção-Geral do Ensino Superior em 26 de março de 2013, de acordo com o estipulado no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho.

1 — Estabelecimento de ensino: Universidade do Porto.

2 — Unidade orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.): Faculdade de Ciências.

3 — Curso: Genética Forense.

4 — Grau ou Diploma: Mestre.

5 — Área científica predominante do curso: Biologia.

6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 120 Créditos ECTS.

7 — Duração normal do curso: 4 Semestres.

8 — Opções, ramos, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture (se aplicável): Não aplicável.

9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma:

QUADRO N.º 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Biologia	B UP/B	102	—
Outras ⁽¹⁾		—	18
<i>Total</i>		102	18

⁽¹⁾ Unidades curriculares em qualquer área científica da Universidade do Porto, incluindo a área de Biologia.

10 — Observações:

O ciclo de estudos é composto por:

a) Um curso de mestrado, não conferente de grau, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares a que correspondem 60 créditos ECTS. Confere um diploma, não conferente de grau, de curso de mestrado em Genética Forense.

b) Uma dissertação de natureza científica, a que correspondem 60 do total dos 120 créditos ECTS do ciclo de estudos, cuja defesa em provas públicas permitirá a obtenção do grau de mestre em Genética Forense.

11 — Plano de estudos:

Universidade do Porto

Faculdade de Ciências

Genética Forense

Mestre

Área científica predominante — Biologia

1.º ano

QUADRO N.º 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)						Créditos	Observações
			Total	T	Contacto					
					TP	PL	OT	Total		
Seminário	B	A	162	42				42	6	CH; CR
Genética Forense	B	1.º S	162	21	21			42	6	CH; CR
Marcadores moleculares: porções genómicas re-combinantes	B	1.º S	162	22	5	15		42	6	CH; CR
Opções 1.	UP/B	1.º S	405						15	Opção
Marcadores moleculares: DNA mitocondrial	B	2.º S	162	22	5	15		42	6	CH; CR

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)						Créditos	Observações
			Total	T	Contacto					
					TP	PL	OT	Total		
Marcadores moleculares: cromossoma Y	B	2.º S	162	22	5	15		42	6	CH; CR
Aplicações forenses não-humanas	B	2.º S	162	22	5	15		42	6	CH; CR
Projeto	B	2.º S	162	42				42	6	CH; CR
Opções 2.	UP/B	2.º S	81						3	Opção
									60	

2.º Ano

QUADRO N.º 3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)						Créditos	Observações
			Total	T	Contacto					
					TP	PL	OT	Total		
Dissertação.....	B	A	1620	—	—	—	420	420	60	

Lista de unidades curriculares de Opção

QUADRO N.º 4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)						Créditos	Observações
			Total	T	Contacto					
					TP	PL	OT	Total		
Opções 1*										
Desenho Experimental	B	1.º S	162	22	42			42	6	CH; CR
Genética Populacional e Filogeografia	B	1.º S	162		20			42	6	CH; CR
Opções UPorto	UP	1.º S								
Opções 2*										
Análise Computacional de Dados Moleculares . . .	B	2.º S	81	8	8	13		21	3	CH; CR
Métodos Estatísticos em Genética	B	2.º S	81		13			21	3	CH; CR
Opções UPorto	UP	2.º S								

(*) As UCs Opções1 e Opções2 (15 + 3 ECTS) poderão ser escolhidas entre as unidades curriculares de qualquer mestrado da Universidade do Porto; a escolha de uma UC fora da lista apresentada requer a prévia aprovação do Diretor de curso.

N — Nova; DEN — Denominação alterada; D — Deslocada de ano ou semestre; CH — Alteração de horas de contacto; CR — Alteração do número de créditos.

T — Teórica; TP — Teórico-Prática; PL — Prática-Laboratorial; OT — Orientação Tutorial.

26 de março de 2013. — O Reitor, *Prof. Doutor José Carlos Diogo Marques dos Santos*.

206860769

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Instituto Superior Técnico

Despacho n.º 4824/2013

Nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril, homologo o resultado final de Aprovado, das provas de Habilitação para o Exercício de Funções de Coordenação Científica, na área de Engenharia Física Tecnológica, requeridas pelo Doutor Carlos Alberto Nogueira Garcia da Silva no Instituto Superior Técnico.

26 de março de 2013. — O Presidente do Conselho Científico, *Prof. Luís Oliveira e Silva*.

206862964

Despacho (extrato) n.º 4825/2013

Designo, ao abrigo da alínea p) do n.º 4 do Artigo 13 dos Estatutos do Instituto Superior Técnico, a Professora Maria Amélia Duarte Reis Bastos como Presidente do Centro de Análise Funcional e Aplicações (CEAF), para o biênio que se inicia em 1 de janeiro de 2013.

28 de março de 2013. — O Presidente do Instituto Superior Técnico, *Arlindo Manuel Lime de Oliveira*.

206861587

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Declaração de retificação n.º 437/2013

Por ter saído com inexatidão no edital n.º 889/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 15 de outubro de 2012, a in-

dicação das áreas disciplinares do concurso documental internacional para recrutamento de um professor associado, retifica-se que onde se lê «Professor Associado nas áreas disciplinares de Ciências Químicas e Biológicas — Tratamento Químico de Águas Residuais ou de Ciências Químicas — Stresse Oxidativo» deve ler-se «Professor associado nas áreas disciplinares de Ciências Químicas — Tratamento Químico de Águas Residuais ou de Ciências Químicas — Stresse Oxidativo».

2 de abril de 2013. — A Diretora dos Serviços de Recursos Humanos, *Eliana da Costa Barros*.

206865045

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Despacho n.º 4826/2013

Delegação de competências do presidente nos vice-presidentes do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL)

Considerando o disposto nos artigos 35.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo (CPA), 92.º n.º 4 do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e 26.º n.º 3 dos Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), homologados pelo Despacho Normativo n.º 20/2009, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio, a necessidade de facilitar os procedimentos relativos à gestão corrente do Instituto Politécnico de Lisboa e a aposentação da anterior Vice-Presidente, Prof. Doutora Maria de Lurdes Serrazina:

1) Revogo o Despacho n.º 9043/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 4 de julho;

2) Designo para me substituir, nas minhas ausências ou impedimentos, o Vice-Presidente do IPL, Professor Manuel de Almeida Correia e, nas faltas e impedimentos deste, a Vice-Presidente do IPL, Professora Ana Cristina Arrabaça Miranda Queiroga Perdígão.

3) Designo a Vice-Presidente, Professora Ana Cristina Arrabaça Miranda Queiroga Perdígão, para integrar o Conselho de Gestão do IPL, em todas as reuniões em que ocorra a circunstância prevista do ponto 4 alínea a) do presente despacho.

4) Delego no Vice-Presidente do IPL Professor Manuel de Almeida Correia as seguintes competências:

a) Presidir ao Conselho de Gestão em todas as reuniões em que sejam apreciados/autorizados os pagamentos em que a autorização para a sua realização tenha sido por mim proferida;

b) Coordenar em geral as atividades das áreas Administrativa e Financeira do IPL sem prejuízo das competências atribuídas pela lei e Estatutos aos órgãos próprios das unidades orgânicas do IPL;

c) Emitir os seguintes atos de gestão de recursos humanos relativos ao pessoal do IPL:

c.1. Assinar os contratos relativos às contratações por mim autorizadas do pessoal dos Serviços da Presidência do IPL;

c.2. Autorizar os pedidos de férias e demais pedidos a elas conexos, do pessoal dos Serviços da Presidência;

c.3. Homologar os mapas de férias do pessoal docente e não docente das unidades orgânicas;

c.4. Homologar as atas dos concursos de pessoal não docente;

c.5. Homologar as fichas de avaliação de desempenho do pessoal não docente;

c.6. Qualificar como acidentes em serviço os sofridos pelo pessoal em funções nos Serviços da Presidência do IPL;

c.7. Autorizar a cessação de funções, por denúncia unilateral do contrato por parte do trabalhador ou por mútuo acordo, e também nos casos em que pertencendo a iniciativa da cessação ao IPL, comprovadamente tenha sido efetuada a audiência prévia prevista no Código do Procedimento Administrativo;

c.8. Autorizar os pedidos de justificação de faltas do pessoal dos Serviços da Presidência;

c.9. Autorizar os pedidos de equiparação a bolseiro e de dispensa de serviço do pessoal docente e não docente;

c.10. Autorizar os pedidos de licença sem vencimento do pessoal dos Serviços da Presidência do IPL;

d) Coordenação e superintender nas atividades relativas ao Gabinete de Imagem e Comunicação do IPL;

5) Delego na Vice-Presidente do IPL, Professora Ana Cristina Arrabaça Miranda Queiroga Perdígão, as seguintes competências:

a) Coordenar em geral as atividades da Área Académica do IPL, sem prejuízo das competências atribuídas pela lei e Estatutos aos órgãos próprios das unidades orgânicas do IPL.

b) Tratar os assuntos respeitantes a esta área que careçam de resolução, em segunda instância, após apreciação prévia pelos competentes órgãos diretivos das Escolas, designadamente e em concreto as seguintes competências relativas a estes Serviços:

b.1) Regimes de reingresso;

b.2) Pedidos de mudança de curso, transferência e concursos especiais de acesso ao ensino superior, nos termos da legislação e dos Regulamentos em vigor no IPL;

b.3) Pedidos de inscrição fora de prazo, nos moldes previstos na lei e nos Regulamentos em vigor no IPL.

c) Coordenar e supervisionar os projetos de mobilidade de Estudantes, praticando os atos legalmente necessários para o efeito;

d) Coordenar e conduzir o processo relativo às provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos;

e) Assegurar a articulação e instrução dos processos de Programas de apoio à formação de docentes;

f) Coordenar e supervisionar as atividades respeitantes ao processo de avaliação dos docentes do IPL sem prejuízo das competências atribuídas pela lei e regulamentos às unidades orgânicas.

g) Coordenar e supervisionar as atividades respeitantes à implementação e manutenção do Sistema de Garantia da Qualidade do IPL.

6) Em relação às matérias acima referidas e, bem assim, no que respeita a todos os assuntos de administração ordinária, ficam os ora delegados autorizados a assinar todos os documentos e expediente conexo, sem prejuízo dos casos em que, por razões de ordem legal ou de relacionamento interinstitucional, devam ser presentes ao Presidente do IPL.

7) As delegações constantes dos números anteriores são efetuadas sem prejuízo dos poderes de advocação e superintendência, devendo nos atos praticados ao abrigo deste despacho fazer-se menção do uso da competência delegada, nos termos do artigo 38.º do CPA.

8) São excluídas da delegação referida nos números anteriores as competências para a prática de atos envolvendo as relações com as entidades tutelares.

9) Consideram-se ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes ora delegados, tenham sido, entretanto, praticados pelos Vice-Presidentes do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) ou que o venham a ser até à publicação do presente despacho no *Diário da República*.

8 de janeiro de 2013. — O Presidente do IPL, *Prof. Doutor Luís Manuel Vicente Ferreira*.

206861813

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Despacho (extrato) n.º 4827/2013

Por despacho de 20 de dezembro de 2013, do Presidente deste Instituto foi a Ana Cristina da Silva Rodrigues Gomes, autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, como Professora Adjunta com um período experimental de 5 anos, para exercer funções na Escola Superior de Educação de Santarém, deste Instituto, em regime de tempo integral e exclusividade, com efeitos reportados a 10 de outubro de 2012, nos termos do disposto no n.º 7 e 8 do artigo 6.º e artigo 9.º-A, do Decreto-Lei n.º 207/2009, com a redação dada pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio.

14 de março de 2013. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

206864381

Despacho (extrato) n.º 4828/2013

Por despacho de 14 de março de 2013, do Presidente deste Instituto foi a Anabela Pereira dos Santos de Sousa Vitorino, autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, como Professora Adjunta com um período experimental de 5 anos, para exercer funções na Escola Superior de Desporto de Rio Maior, deste Instituto, em regime de tempo integral e exclusividade, com efeitos reportados a 17 de maio de 2012, nos termos do disposto no n.º 7 e 8 do artigo 6.º e artigo 9.º-A, do Decreto-Lei n.º 207/2009, com a redação dada pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio.

14 de março de 2013. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

206864421

Despacho (extrato) n.º 4829/2013

Por despacho de 14 de março de 2013, do Presidente deste Instituto foi a *João Paulo Azevedo da Costa*, autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, como Professor Adjunto com um período experimental de 5 anos, para exercer funções na Escola Superior de Desporto de Rio Maior, deste Instituto,

em regime de tempo integral e exclusividade, com efeitos reportados a 1 de maio de 2012, nos termos do disposto no n.º 7 e 8 do artigo 6.º e artigo 9.º-A, do Decreto-Lei n.º 207/2009, com a redação dada pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio.

14/03/2013. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.
206864454

**PARTE F****REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES****Secretaria Regional da Saúde****Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel****Aviso n.º 4/2013/A**

Processo de recrutamento de médicos, com especialidade de saúde pública, que concluíram o respetivo internato médico na 2.ª época de 2012, na Região Autónoma dos Açores

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, alterado, aditado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro, e pelas disposições aplicáveis da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, adaptada à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, e Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, faz-se público que, na sequência do despacho de 18 de dezembro de 2012, de S. Ex.ª o Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, se encontra aberto processo de recrutamento, pelo prazo de dez dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República* e na BEPAçores, para preenchimento de um lugar na categoria de assistente da carreira especial médica — área de saúde pública, do quadro Regional da Ilha São Miguel, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2007/A, de 7 de novembro, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2008/A, de 18 de novembro, a afetar à Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel — Centro de Saúde de Vila Franca do Campo, para constituição de relação jurídica de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Prazo de validade — o processo de recrutamento é válido para os lugares enunciados, caducando com o respetivo preenchimento.

3 — Legislação aplicável: o presente processo de recrutamento rege-se pelo n.º 5 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro, pelas disposições aplicáveis da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, adaptada à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, e Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, adaptado pelo Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro e Acordo coletivo de trabalho n.º 5/2012, de 7 de dezembro.

4 — Âmbito do processo de recrutamento: o processo de recrutamento é aberto ao médico interno que concluiu a respetiva formação na especialidade de Saúde Pública na Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel — Centro de Vila Franca do Campo, na 2ª época de 2012.

5 — Local de trabalho — Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel — Centro de Saúde de Ponta Delgada, que abrange a área geográfica dos concelhos de Ponta Delgada e de Lagoa.

6 — Remuneração — a remuneração será de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 51-A/2012, de 31 de dezembro, constante no anexo ao referido Decreto Regulamentar, do qual faz parte integrante.

7 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar são as constantes do n.º 1 do artigo 7.º C do Decreto-Lei n.º 266-D/2002, de 31 de dezembro, aditado ao Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto.

8 — Regime de trabalho — a duração semanal de trabalho é a constante do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2002, de 31 de dezembro.

9 — Requisitos de admissão:

9.1 — São requisitos gerais de admissão ao concurso:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para as funções a que se candidata;

d) Possuir a robustez física e o perfil psicológico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

9.2 — São requisitos especiais, cumulativamente:

a) Ter concluído a formação do Internato Médico na especialidade de Saúde Pública, na época normal de 2012, na Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel — Centro de Saúde de Ponta Delgada.

b) Possuir o grau de especialista de saúde pública, nos termos do n.º 1 da cláusula 19ª do Acordo Coletivo de trabalho n.º 5/2012, de 7 de dezembro;

c) Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

10 — Método de seleção — o método de seleção, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro, é o seguinte:

a) Consideração e ponderação do resultado da prova de avaliação final do internato médico;

b) Entrevista de seleção.

10.1 — O critério de avaliação e respetiva ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam de ata de reunião do júri do procedimento, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11 — Formalização das candidaturas:

11.1 — Forma — Através do preenchimento obrigatório do formulário de candidatura aprovado pelo Despacho n.º 2/2010, de 4 de janeiro, do Vice-Presidente do Governo Regional, anexo a este aviso e entregue no Serviço de Recursos Humanos desta Unidade de Saúde, sita na Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt Medeiros Câmara, 26/28, 9500-058 Ponta Delgada, durante as horas normais de expediente (das 8:30 às 12:30 e das 13:30 às 16:30), podendo ser enviada por correio, através de carta registada com aviso de receção, a qual se considera dentro do prazo desde que expedida até ao termo do prazo fixado. Não serão aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

11.2 — Do requerimento deve constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do requerente [nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão e serviço de identificação que o emitiu], cédula profissional, situação militar (se justificável), residência, código postal e telefone];

b) Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o candidato está vinculado;

c) Referência ao aviso de abertura do procedimento identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem publicado;

d) Identificação dos documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;

e) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

11.3 — Os requerimentos de admissão devem ser acompanhados por:

- a) Documento comprovativo da posse do grau de especialista na área profissional a que respeita o procedimento, ou sua equiparação;
- b) Declaração, devidamente atualizada e autenticada, do serviço onde exerce funções, da qual constem, entre outras, a identificação da relação jurídica de emprego público de que é titular;
- c) Fotocópia da cédula profissional;
- d) 5 exemplares do *Curriculum Vitae*, devidamente assinados.
- e) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, qf
- f) Certificado de robustez física para o exercício de funções públicas, passado pela autoridade de saúde da área de residência;
- g) Certificado do registo criminal.

11.4 — A apresentação dos documentos referidos nas alíneas e), f) e g) do ponto anterior (11.3) pode ser substituída por declaração no requerimento, sob compromisso de honra em alíneas separadas, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

12 — O júri reserva-se no direito de exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvidas sobre a respetiva situação, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13 — As falsas declarações feitas pelos candidatos nos requerimentos ou nos currículos serão punidas nos termos da lei penal.

14 — Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos: a referida lista será afixada nas instalações da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel — Centro de Saúde de Ponta Delgada, sita na Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt Medeiros Câmara, 26/28, 9500-058 Ponta Delgada.

15 — A lista de classificação final será publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

16 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

17 — Nos termos do disposto do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de Março, o candidato portador de deficiência tem preferência em caso de igualdade de classificação.

18 — A constituição do júri é a seguinte:

Presidente: Dra. Rosa do Céu Batista Pinto — Assistente Graduada Sênior de Saúde Pública, afeta à Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge — Centro de Saúde de Velas

1.º Vogal efetivo: Dr. Luís António Vieira de Brito de Azevedo — Assistente Graduado Sênior de Saúde Pública, afeto ao Centro de Oncologia dos Açores

2.º Vogal efetivo: Dr. José António de Oliveira Mendes — Assistente Graduado Sênior de Saúde Pública, afeta à Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge — Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores

1.º Vogal suplente: Dr. José Armando Marques Neves — Assistente Graduado Sênior de Saúde Pública, afeto à ARS Centro — Viseu

2.º Vogal suplente: Dr. José Pedro Campos Monteiro Serrano — Assistente Graduado Sênior de Saúde Pública, afeto à ARS de Lisboa e Vale do Tejo

18.1 — O Presidente será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo primeiro vogal efetivo.

26 de março de 2013. — A Presidente do Júri, *Rosa do Céu Batista Pinto*.

206866925



PARTE G

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 4710/2013

Para cumprimento no estipulado no n.º 1 do art.º 57.º do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008 de 9 de setembro, faz-se publico que, por deliberação de 14 de março de 2013 do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E. P. E., foi aplicada a pena disciplinar de demissão a Emanuel Amós dos Santos, enfermeiro em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 18.º, n.º 1, alínea g), 9.º, n.º 1, alínea d), 10.º, n.º 5 e 11.º, n.º 4, todos do citado diploma legal.

Fica ainda notificado que da referida deliberação poderá ser interposto recurso tutelar nos termos previstos no art.º 59.º e seguintes da Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro.

28 de março de 2013. — O Presidente do Conselho de Administração, *João Silveira Ribeiro*.

206861643

CENTRO HOSPITALAR DE LEIRIA-POMBAL, E. P. E.

Declaração de retificação n.º 438/2013

Por ter sido publicado com inexatidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 19 de março de 2013, o despacho (extrato) n.º 4104/2013, retifica-se que onde se lê «Olga Sousa Ferreira» deve ler-se «Olga de Sousa Ferreira Gil Pereira».

1 de abril de 2013. — O Vogal Executivo, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

206863036

Deliberação (extrato) n.º 884/2013

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, E. P. E., de 21 de fevereiro de 2013, foi a Maria Goreti

Reis dos Santos, enfermeira graduada, do mapa de pessoal deste centro hospitalar, autorizada a acumulação de funções públicas no Instituto de Emprego e Formação Profissional, no período de 08 de janeiro a 20 de dezembro de 2013.

1 de abril de 2013. — O Vogal Executivo, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

206863093

Despacho (extrato) n.º 4830/2013

Por despacho de 28 de fevereiro de 2013, Fátima Vintém dos Santos, assistente operacional do mapa de pessoal deste centro hospitalar, cessou a seu pedido, o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com este centro hospitalar com efeitos a 25 de março de 2013.

1 de abril de 2013. — O Vogal Executivo, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

206863117

CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 4711/2013

Após homologação, por deliberação de 25 de março de 2013 do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Ave, E. P. E., torna-se pública a lista de classificação final do processo simplificado para recrutamento de pessoal médico, com vista ao preenchimento de um posto de trabalho na categoria de assistente da especialidade de anestesiologia, da carreira médica, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252, de 31 de dezembro de 2012, Aviso n.º 17357/2012:

Candidatos Aprovados:

- 1.º - Ana Filipa Ventura Pinto Vieira de Sá — 18,0 valores.
- 2.º - João Diogo Ferreira Maia — 17,9 valores.
- 3.º - Ana Cristina Vieira Pires — 17,65 valores.
- 4.º - Maria Raquel Vilano Caetano — 17,35 valores.

Nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo os candidatos dispõem de 10 dias, após a notificação, para se pronunciarem sobre o que se lhe oferecer.

1 de abril de 2013. — O Presidente do Conselho de Administração,
Dr. José Maria Dias.

206863547

Deliberação n.º 885/2013

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Ave, E. P. E. de 21 de janeiro de 2013, passou à situação de licença sem vencimento de longa duração, a Enfermeira Fernanda

Nazaré Braga Oliveira, deste Centro Hospitalar, nos termos do n.º 5 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de março, com efeitos a partir de 21 de dezembro de 2012.

1 de abril de 2013. — O Presidente do Conselho de Administração,
Dr. José Maria Dias.

206863474

Edital n.º 342/2013

Nos termos do disposto da alínea c) do artigo 251.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro e para cumprimento do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se público a lista nominativa do pessoal desta instituição que cessaram funções por aposentação:

Nome	Categoria profissional	Data da saída
Maria Conceição Silva Almeida Crespo	Enfermeira	01-01-2012
Maria Isabel Araújo Matos	Assistente operacional	01-01-2012
Maria Teresa Pereira Cruz	Assistente operacional	01-01-2012
Maria Irene Ferreira Araújo Fraga	Assistente operacional	01-02-2012
Maria Adelaide Ferreira Gomes Sá	Técnica superior	01-02-2012
Maria Adelaide Oliveira Matos	Assistente operacional	01-02-2012
Maria Elisabete Ferreira Mendonça	Assistente operacional	01-02-2012
Raul José Coelho Freitas Cardoso	Técnico superior	01-03-2012
Maria Luisa Gonçalves Silva Cunha	Assistente operacional	01-03-2012
Luis Cândido Passos Macedo	Coordenador técnico	01-04-2012
Maria Emília Soares Fernandes Martins	Assistente operacional	01-05-2012
Maria Isabel Ferreira Azevedo	Enfermeira	01-05-2012
Acácio Silva Figueiredo	Chefe de serviço	01-05-2012
Elvira Martins Pinto	Assistente operacional	01-06-2012
Laurinda Elisabete Martins da Silva	Técnica especialista fisioterapia	01-08-2012
Maria Isilda Fernandes	Assistente graduada pediatria médica	01-08-2012
Balbina Rosa Martins da Silva Varela	Enfermeira	01-09-2012
Maria da Conceição Sá Cruz	Assistente operacional	01-09-2012
Vitor Manuel Ribeiro Carneiro	Assistente técnico	01-09-2012
Maria Alice Gomes Ribeiro	Encarregada operacional	01-11-2012

1 de abril de 2013. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. José Maria Dias.*

206863441

CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.**Deliberação (extrato) n.º 886/2013**

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E., de 13 de março de 2013, no uso de competência subdelegada:

Otilia da Conceição Gouveia dos Santos Sousa, autorizada a licença especial para o exercício de funções transitórias em Macau, pelo período de dois anos, com efeitos a 01-04-2013.

27 de março de 2013. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira de Oliveira Manarte.*

206863911

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE COIMBRA FRANCISCO GENTIL, E. P. E.**Aviso (extrato) n.º 4712/2013**

Devidamente homologada por deliberação de 19/03/2013, do Conselho de Administração deste Instituto, se publica a lista de classificação final ordenada do procedimento concursal simplificado para preenchimento de um lugar de posto de trabalho na categoria de assistente de patologia clínica, da carreira médica, área de exercício hospitalar deste Instituto, aberto por aviso publicado no *D.R.*, 2.ª Série, nº 252, de 31/12/2012.

Lista de classificação final:

1.º Maria Helena de Freitas Gomes Rodrigues — 11,05 valores

Nos termos do art.º 100.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, a candidata dispõem de 10 dias úteis, após a publicação da presente lista, para se pronunciar sobre o que se lhe oferecer.

1 de abril de 2013. — O Administrador Hospitalar, *José Miguel Perpétuo.*

206864081

REDE FERROVIÁRIA NACIONAL, REFER, E. P. E.**Despacho n.º 4831/2013**

O Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E., no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ministro de Estado e das Finanças e pelo Ministro da Economia e do Emprego, através do Despacho n.º 10346/2012, de 17 de julho de 2012, publicado na 2.ª série do *Diário da República* em 2 de agosto de 2012,

Considerando que:

a) A Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E., pretende iniciar um procedimento pré-contratual para a “Prestação de serviços de assessoria jurídica pela Sociedade de Advogados GPA — Gouveia Pereira, Costa Freitas & Associados”;

b) O contrato a celebrar vigorará pelo prazo de 1 (um) ano renovável automaticamente por mais 1 (um) ano e terá um valor global que não excede o montante de € 49.896,00, a que acresce o IVA;

c) O prazo de vigência do contrato a celebrar e o valor máximo dos encargos a suportar pela Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E., exigem a repartição destes pelos sucessivos anos económicos;

d) Os encargos inerentes à celebração do mencionado contrato envolvem somente receitas próprias da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E.; e

e) A Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E., não tem quaisquer pagamentos em atraso,

Determina:

1 — Autorizar a assunção dos encargos orçamentais decorrentes da celebração do contrato de “Prestação de serviços de assessoria jurídica pela Sociedade de Advogados GPA — Gouveia Pereira, Costa Freitas & Associados”, até ao montante máximo € 49.896,00, a que acresce IVA à

taxa legal em vigor, que envolve despesa em anos económicos diferentes, de acordo com a seguinte repartição:

Ano de 2013 — € 25.147,58, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

Ano de 2014 — € 24.748,42, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

2 — O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.

3 — Os encargos financeiros emergentes do presente despacho são satisfeitos pelas adequadas verbas a inscrever para os anos de 2013 a 2014 no orçamento da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E.

1 de abril de 2013. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Lopes Loureiro*. — O Vogal do Conselho de Administração, *Alberto Manuel de Almeida Diogo*.

206863352

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 887/2013

Por deliberação de 13/03/2013, do Conselho de Administração da ULS de Castelo Branco, E. P. E.:

Autorizado o regime de trabalho a tempo parcial, 17,5 horas semanais, à enfermeira — *Andreia Lopes Domingues*, em regime de contrato individual de trabalho sem termo, no mapa de pessoal da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E., ao abrigo do artigo 150.º e seguintes da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com início em 01 de junho e fim em 30 de junho de 2013.

20 de março de 2013. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. António Vieira Pires*.

206863044

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO LITORAL ALENTEJANO, E. P. E.

Aviso n.º 4713/2013

Lista de classificação final — Categoria de assistente de psiquiatria

Após homologação em 22-03-2013 pelo Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E. e para conhecimento dos interessados torna-se pública a lista de classificação final do procedimento simplificado conducente ao recrutamento para preenchimento de dois postos de trabalho na categoria de Assistente Hospitalar de Psiquiatria da carreira Médica, desta Unidade Local de Saúde, publicado no *Diário da República*, n.º 5, 2.ª série, de 08/01/2013, Aviso n.º 401/2013.

Candidatos excluídos:

Dr.ª Fernanda Cristina Ordens Miguel — faltou entrevista

1 de abril de 2013. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Joaquina Matos*.

206863377

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 888/2013

Por deliberação de 20 de março de 2013 do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE:

Teresa Maria Mouta Lopes, assistente graduada hospitalar, área de ginecologia/obstetrícia, autorizada a redução do seu horário semanal (para 40 horas), ao abrigo do n.º 10 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de março, alterado pelo n.º 15 do artigo 31.º Decreto-Lei n.º 44/2007, de 23 de fevereiro.

26 de março de 2013. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dr.ª Dorinda Maria Carvalho Gomes Calha*.

206861798



PARTE H

MUNICÍPIO DE ALJEZUR

Aviso n.º 4714/2013

Abertura de Procedimentos Concurrais

1 — No uso da competência em gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e no seguimento das deliberações do executivo municipal e do órgão deliberativo de 5 e 28 de fevereiro de 2013, respetivamente e dos meus despachos de 15 março de 2013, torna-se público que se encontram abertos pelo período de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, procedimentos concursais comuns, para constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por tempo indeterminado, previstos no Mapa de Pessoal do Município e para preenchimento dos seguintes postos de trabalho:

Ref. A) Um posto de trabalho na Carreira e Categoria de Assistente Operacional — Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento;

Ref. B) Um posto de trabalho na Carreira e Categoria de Assistente Operacional — Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento;

Ref. C) Um posto de trabalho na Carreira e Categoria de Assistente Operacional — Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento;

Ref. D) Três postos de trabalho na Carreira e Categoria de Assistente Operacional — Departamento Técnico de Obras e Urbanismo;

Ref. E) Um posto de trabalho na Carreira e Categoria de Assistente Operacional — Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento;

2 — As funções a desempenhar serão as seguintes:

Ref. A)

Conduzir viaturas ligeiras ou pesadas, manobrando todos os sistemas hidráulicos ou mecânicos complementares das mesmas;

Assegurar o transporte de alunos de e para os estabelecimentos escolares, de outros passageiros quando autorizado superiormente, assegurando o cumprimento das normas legais em vigor;

Efetuar quando necessário operações de carga e descarga;

Efetuar todos os registos relacionados com as viaturas e superiormente determinado;

Executar tarefas de apoio elementares e responsável pela manutenção das viaturas adstritas.

Ref. B)

Colaborar com os docentes no acompanhamento dos alunos entre e durante as atividades letivas;

Limpar e arrumar as instalações da escola à sua responsabilidade, zelando pela sua conservação;

Controlar o acesso de pessoas estranhas às instalações dos respetivos estabelecimentos;

Zelar pela segurança das crianças durante os transportes escolares;

Assegurar outras atividades elementares de apoio.

Ref. C)

Executar funções administrativas de carácter geral relacionadas com a divisão.

Ref. D)

Executar funções de carácter manual relacionadas com remoção de lixo e equiparados, de limpeza de ruas, sarjetas, extirpação de ervas e outras similares;

Executar outras tarefas de apoio elementares de carácter manual indispensáveis ao funcionamento dos serviços.

Ref. E)

Controlar os dispositivos de abastecimento e desinfecção da água, incluindo a canalização e acessórios, assim como as demais instalações da piscina municipal, assegurando o seu perfeito funcionamento e o cumprimento das regras de segurança e higiene;

Efetuar os registos diários necessários e obrigatórios;

Aspirar o fundo das piscinas e limpar a superfície da água e todos os detritos sempre que for solicitado e colaborar na limpeza do recinto;

Providenciar para que, em tempo oportuno, se faça o reabastecimento dos produtos indispensáveis ao funcionamento dos diversos sistemas;

Executar outras atividades de apoio geral.

3 — Os procedimentos concursais são válidos para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

4 — Posicionamento remuneratório — determinado nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com os limites impostos pelo artigo 26.º da Lei n.º 55.º-A/2010, de 31 de dezembro, mantido em vigor, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

5 — O local de trabalho será no Município de Aljezur.

6 — O horário de trabalho será o que estiver em vigor no Município de Aljezur na data da celebração do contrato, de forma a cumprir as 35 horas semanais.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Os requisitos gerais de admissão serão os previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro:

a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;

d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos especiais:

Poderão candidatar-se todos os indivíduos:

Ref. A) Com ou sem relação jurídica de emprego público, detentores de escolaridade obrigatória, de carta de condução de automóveis pesados de passageiros, de carta de qualificação de motorista, exigido nos termos do Decreto-Lei n.º 126/2009, de 27 de maio e Certificação de Motorista para o Transporte Coletivo de Crianças, exigido nos termos da Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril.

Ref's B), C), D), e E) — Com ou sem vínculo à administração pública, detentores de escolaridade obrigatória.

8 — Âmbito de recrutamento:

8.1 — O recrutamento iniciar-se-á de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida conforme o disposto no n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro.

8.2 — Na impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho objeto do presente procedimento por trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou que se encontrem em situação de mobilidade especial, o recrutamento será efetuado de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público.

9 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal desta Câmara Municipal, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento, conforme alínea f) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

10 — Formalização da candidatura:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante o preenchimento obrigatório do modelo de requerimento publicado no *Diário da República*, disponível na Divisão Administrativa e de Recursos Humanos e na Internet, em www.cm-aljezur.pt, entregue pessoalmente na Divisão Administrativa e de Recursos Humanos desta Autarquia, no horário normal de funcionamento, ou enviado pelo correio, para a Rua Capitão Salgueiro Maia — 8 670-005 Aljezur, com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado para a entrega das candidaturas, nele devendo constar:

a) Identificação completa do candidato pelo nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número de identificação fiscal e endereço postal e eletrónico, caso exista;

b) Identificação do procedimento concursal, com indicação da carreira, categoria e atividade caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar, bem como referência ao código da publicitação do procedimento concursal na bolsa de emprego público;

c) Identificação da entidade que realiza o procedimento, quando não conste expressamente do documento que suporta a candidatura;

d) Nível habilitacional e área de formação académica ou profissional;

e) Situação perante os requisitos de admissão previstos no ponto 7, do presente aviso;

f) A identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da posição remuneratória que detém nessa data, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções;

g) Opção por métodos de seleção nos termos do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, quando aplicável;

h) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar que possam ser relevantes para a apreciação do seu mérito ou constituam motivo de preferência legal.

Não serão aceites candidaturas entregues por correio eletrónico.

10.2 — Devem os candidatos apresentar juntamente com as candidaturas os seguintes documentos:

a) Fotocópia do número de identificação fiscal;

b) Fotocópia de documento comprovativo da posse das habilitações literárias;

c) Declaração autenticada pelo serviço público a que se encontra vinculado, em que conste a natureza da relação jurídica de emprego público, a antiguidade na carreira/categoria em que se encontra inserido, descrição das atividades/funções que atualmente executa, a posição remuneratória e o nível remuneratório que detém.

10.3 — Para os candidatos a que se refere o n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, deverão os referidos candidatos apresentar ainda os seguintes documentos:

a) *Curriculum Vitae* detalhado;

b) Fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Fotocópia dos documentos comprovativos da frequência em ações de formação, onde conste a data da realização das mesmas e respetiva duração, sendo que só será considerada a formação relacionada com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função;

d) Fotocópia dos documentos comprovativos da experiência profissional, onde conste as atividades desenvolvidas e a respetiva duração;

e) Declaração autenticada pelo serviço público a que se encontra vinculado, em que conste a natureza da relação jurídica de emprego público, a antiguidade na carreira/categoria em que se encontra inserido, a menção de desempenho obtida no último ano, descrição das atividades/funções que atualmente executa, a posição remuneratória e o nível remuneratório que detém.

11 — Os candidatos que se encontrem vinculados com contrato de trabalho em funções públicas no Município de Aljezur, ficam dispensados de apresentar os documentos comprovativos dos fatos constantes do currículo, desde que referiram no formulário de candidatura que os mesmos se encontram no respetivo processo individual.

12 — Os métodos de seleção a utilizar são os seguintes:

12.1 — Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 4 do artigo 53.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, serão aplicados os métodos de seleção como a seguir se indica:

12.1.1 — Prova escrita de conhecimento (PEC), avaliação psicológica (AP) e entrevista profissional de seleção (EPS) — aplicável aos candidatos:

a) Detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, exceto aqueles que sejam titulares da carreira/categoria e se encontrem a exercerem a atividade caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação foi aberto o procedimento;

b) Que, encontrando-se em situação de mobilidade especial e sendo titulares de carreira/categoria para a qual é aberto o procedimento não tenham, por último, exercido a atividade caracterizadora do posto de trabalho.

c) Que não detenham relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

12.1.2 — Avaliação curricular (AC) e entrevista profissional de seleção (EPS) — aplicável aos candidatos, detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, que:

a) Sejam titulares da carreira/categoria para o qual foi aberto o procedimento e se encontrem a cumprir ou a executar a atividade que caracteriza o respetivo posto de trabalho;

b) Encontrando-se em situação de mobilidade especial e sendo titulares de carreira/categoria para a qual é aberto o procedimento se tenham, por último, encontrado a cumprir ou a executar a atividade caracterizadora do posto de trabalho.

12.2 — Se os candidatos que reúnem as condições referidas no ponto 12.1.2, afastarem por escrito a aplicação dos respetivos métodos de seleção, nos termos do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, ser-lhe-ão aplicados os métodos de seleção previstos no ponto 12.1.1.

12.3 — Prova escrita de conhecimentos, a qual visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício da função a desempenhar, será composta por 10 questões, classificada de 0 a 20 valores, terá a duração de 2 horas e obedecerá aos seguintes programas:

Ref. A)

Cultura Geral;

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro e Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro — Atribuições, Competências, Organização e Funcionamento das Autarquias Locais;

Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, alterada pela Lei n.º 17-A/2006, de 26 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 255/2007, de 13 de julho — Transporte coletivo de crianças;

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e 66/2012, de 31 de dezembro — Estabelece os Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que exercem funções públicas;

Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro — Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas;

Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro — Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Ref's B), C), D) e E)

Cultura Geral;

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro e Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro — Atribuições, Competências, Organização e Funcionamento das Autarquias Locais;

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e 66/2012, de 31 de dezembro — Estabelece os Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que exercem funções públicas;

Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro — Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas;

Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro — Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

12.4 — Avaliação psicológica — a aplicação deste método de seleção será efetuada de acordo com o artigo 10.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril e visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. Será valorada, através dos níveis classificativos de elevado, bom, suficiente, reduzido ou insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores e terá a ponderação de 30 %.

12.5 — Entrevista Profissional de Seleção — a realizar como método facultativo, visa avaliar de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. Será composta por uma única fase, de realização individual, com duração máxima de 30 minutos, terá a ponderação de 30 % e valorada numa escala de 0 a 20 valores através da média aritmética simples dos aspetos a avaliar.

12.6 — Avaliação Curricular — visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a qualificação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida no último ano. Terá a ponderação de 70 %, cujos parâmetros serão considerados e ponderados numa escala de 0 a 20 valores.

13 — A classificação final (CF) será obtida através da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos métodos de seleção, será expressa numa escala de 0 a 20 valores e obtida com aplicação das seguintes fórmulas:

Candidatos que reúnam os requisitos mencionados no ponto 12.1.1

$$CF = 40 \% PEC + 30 \% AP + 30 \% EPS$$

Em que:

CF — Classificação final

PEC — Prova Escrita de Conhecimentos

AP — Avaliação psicológica

EPS — Entrevista Profissional de Seleção

Candidatos que reúnam os requisitos mencionados no ponto 12.1.2

$$CF = 70 \% AC + 30 \% EPS$$

Em que:

CF — Classificação final

AC — Avaliação Curricular

EPS — Entrevista Profissional de Seleção

14 — Em situação de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no art.º 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

15 — Os métodos de seleção têm caráter eliminatório, pelo que, serão excluídos os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores em cada um dos métodos de seleção. Relativamente à avaliação psicologia serão excluídos os candidatos que obtenham a menção de “Não Apto”, ou de “Reduzido e Insuficiente”.

16 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção equivale à desistência do procedimento concursal.

17 — As atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de avaliação final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas, conforme alínea t), do n.º 3, do artigo 19.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

18 — De acordo com o n.º 1 do artigo 30.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas do n.º 3 do artigo 30.º, para realização da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

19 — Os candidatos admitidos serão convocados através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

20 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, é afixada em local visível e público das instalações do Edifício dos Paços do Município e disponibilizada na sua página eletrónica (www.cm-aljezur.pt), nos termos da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

21 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, será publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada no edifício dos Paços do Município e publicitada na página eletrónica do Município. Os candidatos serão notificados através da forma prevista no n.º 3 do artigo 30.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

22 — O Júri de cada procedimento concursal, será constituído pelos elementos que para cada um, abaixo se indica:

Ref. A)

Presidente: José da Silva Gregório, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, do Município de Aljezur;

Vogais efetivos: Paulo Jorge Fragoso de Oliveira, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento e Sérgio Manuel Duarte Alves, Assistente Técnico, ambos trabalhadores do Município de Aljezur;

Vogais suplentes: Maria do Carmo Candeias Ferreira, técnica superior e Manuel Almeida Rodrigues, Assistente Operacional, ambos trabalhadores do Município de Aljezur.

Ref. B)

Presidente: José da Silva Gregório, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, do Município de Aljezur;

Vogais efetivos: Paulo Jorge Fragoso de Oliveira, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento e Rita Isabel da Silva Fernandes, Técnica Superior, ambos trabalhadores do Município de Aljezur;

Vogais suplentes: Maria do Carmo Candeias Ferreira e Dina Lúcia Batista Gregório, ambas técnicas superiores do Município de Aljezur.

Ref. C)

Presidente: José da Silva Gregório, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, do Município de Aljezur;

Vogais efetivos: Paulo Jorge Fragoso de Oliveira, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento e Maria do Carmo Candeias Ferreira, Técnica Superior, ambos trabalhadores do Município de Aljezur;

Vogais suplentes: Rita Isabel da Silva Fernandes e Dina Lúcia Batista Gregório, ambas técnicas superiores do Município de Aljezur.

Ref. D)

Presidente: João Manuel Beles Carreiro, Diretor do Departamento Técnico de Obras e Urbanismo do Município de Aljezur;

Vogais efetivos: José da Silva Gregório, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos e Dulce Cristina da Silva Patrício, Técnica Superior, ambos trabalhadores do Município de Aljezur;

Vogais suplentes: Jorge Manuel Pacheco, Encarregado Operacional e Dina Lúcia Batista Gregório, Técnica Superior, ambos trabalhadores do Município de Aljezur.

Ref. E)

Presidente: José da Silva Gregório, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, do Município de Aljezur;

Vogais efetivos: Paulo Jorge Fragoso de Oliveira, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento e Nelson Gomes Rodrigues Barros, Técnico Superior, ambos trabalhadores do Município de Aljezur;

Vogais suplentes: Maria do Carmo Candeias Ferreira e Dina Lúcia Batista Gregório, ambas Técnicas Superiores do Município de Aljezur.

23 — Nos termos do artigo 19.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o presente aviso será publicitado:

a) Na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação;

b) Na página eletrónica do Município (www.cm-aljezur.pt), por extrato, a partir da data da publicação no *Diário da República*;

c) Em jornal de expansão nacional, por extrato, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data da Publicação no *Diário da República*.

24 — De acordo com o n.º 3 dos artigos 3.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

25 — Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência, devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supra mencionado.

26 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

27 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, não foi efetuada a consulta à entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC) uma vez que, não foi ainda publicado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, pelo que temporariamente está dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC, conforme FAQ da DGAEP.

20 de março de 2013. — O Presidente da Câmara, José Manuel Velhinho Amarelinho.

306849559

Aviso n.º 4715/2013

Abertura de Procedimento Concursal Comum — Técnico Superior — Engenheiro Civil

1 — Para efeitos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado

com o artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, no seguimento da deliberação tomada em reunião do executivo municipal realizada a 5 de fevereiro de 2013 e do despacho do Senhor Presidente da Câmara de 6 de março de 2013, se encontram abertos pelo período de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria acima referida, procedimento concursal comum, para constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por tempo indeterminado, previsto no Mapa de Pessoal do Município e para preenchimento do seguinte posto de trabalho:

Um posto de trabalho na Carreira e Categoria de Técnico Superior — Departamento Técnico de Obras e Urbanismo;
2 — As funções a desempenhar serão as seguintes:

Preparar os processos de adjudicação de empreitadas compreendendo o estudo das normas da especialidade, à elaboração do programa de concurso, caderno de encargos e fases subsequentes, nos termos da lei em vigor;

Assegurar as funções relativas à planificação, execução, controlo de custos, autos de vistoria e medição de trabalhos, contas finais e autos de receção provisória e definitiva das obras municipais;

Acompanhar a execução das obras municipais;

Efetuar a gestão da rede viária municipal, organizando e mantendo atualizados os respetivos cadastros;

Executar outras atividades de apoio geral ou especializado da divisão.

3 — O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

4 — Posicionamento remuneratório — determinado nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com os limites impostos pelo artigo 26.º da Lei n.º 55.º-A/2010, de 31 de dezembro, mantido em vigor pelo artigo 20.º da Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro.

5 — O local de trabalho será no Município de Aljezur.

6 — O horário de trabalho será o que estiver em vigor no Município de Aljezur na data da celebração do contrato, de forma a cumprir as 35 horas semanais.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Os requisitos gerais de admissão serão os previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro:

a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;

d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos especiais:

Poderão candidatar-se todos os indivíduos:

Com Relação Jurídica de Emprego Público, por Tempo Indeterminado, detentores de Licenciatura em Engenharia Civil.

8 — Nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e 66/2012, de 31 de dezembro, conjugado com o estatuido no artigo 66.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, apenas se poderão candidatar ao presente procedimento concursal, os indivíduos detentores de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado.

9 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da carreira/categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal desta Câmara Municipal, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento, conforme alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

10 — Formalização da candidatura:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante o preenchimento obrigatório do modelo de requerimento publicado no *Diário da República*, disponível na Divisão Administrativa e de Recursos Humanos e na Internet, em www.cm-aljezur.pt, entregue pessoalmente na Divisão Administrativa e de Recursos Humanos desta Autarquia, no horário normal de funcionamento, ou enviado pelo correio, para a Rua Capitão Salgueiro Maia — 8 670-005 Aljezur, com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado para a entrega das candidaturas, nele devendo constar:

a) Identificação completa do candidato pelo nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número de identificação fiscal e endereço postal e eletrónico, caso exista;

b) Identificação do procedimento concursal, com indicação da carreira, categoria e atividade caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar, bem como referência ao código da publicitação do procedimento concursal na bolsa de emprego público;

c) Identificação da entidade que realiza o procedimento, quando não conste expressamente do documento que suporta a candidatura;

d) Nível habilitacional e área de formação académica ou profissional;

e) Situação perante os requisitos de admissão previstos no ponto 7, do presente aviso;

f) A identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da posição remuneratória que detém nessa data, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções;

h) Opção por métodos de seleção nos termos do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, quando aplicável;

i) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar que possam ser relevantes para a apreciação do seu mérito ou constituam motivo de preferência legal.

Não serão aceites candidaturas entregues por correio eletrónico.

10.2 — Devem os candidatos apresentar juntamente com as candidaturas os seguintes documentos:

a) Fotocópia do número de identificação fiscal;

b) Fotocópia de documento comprovativo da posse das habilitações académicas;

c) Declaração autenticada pelo serviço público a que se encontra vinculado, em que conste a natureza da relação jurídica de emprego público, a antiguidade na carreira/categoria em que se encontra inserido, descrição das atividades/funções que atualmente executa, a posição remuneratória e o nível remuneratório que detém.

10.3 — Para os candidatos a que se refere o n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, deverão os referidos candidatos apresentar ainda os seguintes documentos:

a) *Curriculum Vitae* detalhado;

b) Fotocópia do documento comprovativo das habilitações académicas;

c) Fotocópia dos documentos comprovativos da frequência em ações de formação, onde conste a data da realização das mesmas e respetiva duração, sendo que só será considerada a formação relacionada com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função;

d) Fotocópia dos documentos comprovativos da experiência profissional, onde conste as atividades desenvolvidas e a respetiva duração;

e) Declaração autenticada pelo serviço público a que se encontra vinculado, em que conste a natureza da relação jurídica de emprego público, a antiguidade na carreira/categoria em que se encontra inserido, a menção de desempenho obtida no último ano, descrição das atividades/funções que atualmente executa, a posição remuneratória e o nível remuneratório que detém.

11 — Os candidatos que se encontrem vinculados com contrato de trabalho em funções públicas no Município de Aljezur, ficam dispensados de apresentar os documentos comprovativos dos fatos constantes do currículo, desde que refiram no formulário de candidatura que os mesmos se encontram no respetivo processo individual.

12 — Os métodos de seleção a utilizar são os seguintes:

12.1 — Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 4 do artigo 53.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, será apenas aplicado um método de seleção obrigatório e um método facultativo, como a seguir se indica:

12.1.1 — Prova escrita de conhecimento (PEC) e entrevista profissional de seleção (EPS) — aplicável aos candidatos detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, que:

a) Não sejam titulares da categoria a que se candidatam;

b) Sendo titulares da categoria a que candidatam, não se encontrem a exercer a atividade caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação foi aberto o procedimento;

c) Encontrando-se em situação de mobilidade especial e sendo titulares de carreira/categoria para a qual é aberto o procedimento não tenham, por último, exercido a atividade caracterizadora do posto de trabalho.

12.1.2 — Avaliação curricular (AC) e entrevista profissional de seleção (EPS) — aplicável aos candidatos detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, que:

a) Sejam titulares da carreira/categoria para a qual foi aberto o procedimento e se encontrem a cumprir ou a executar a atividade que caracteriza o respetivo posto de trabalho;

b) Encontrando-se em situação de mobilidade especial e sendo titulares de carreira/categoria para a qual é aberto o procedimento se tenham, por último, encontrado a cumprir ou a executar a atividade caracterizadora do posto de trabalho.

12.2 — Se os candidatos que reúnem as condições referidas no ponto 12.1.2, afastarem por escrito a aplicação dos respetivos métodos de seleção, nos termos do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, ser-lhe-ão aplicados os métodos de seleção previstos no ponto 12.1.1.

12.3 — Prova Escrita de conhecimentos, a qual visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício da função a desempenhar, será composta por 10 questões, classificada de 0 a 20 valores, terá a duração de 2 horas e obedecerá aos seguintes programas:

Conhecimentos gerais:

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro e Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro — Atribuições, Competências, Organização e Funcionamento das Autarquias Locais;

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e 66/2012, de 31 de dezembro — Estabelece os Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que exercem funções públicas;

Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro — Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas;

Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro — Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Conhecimentos específicos:

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março — Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;

Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto — Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais;

Decreto-Lei n.º 80/2006, de 04 de abril — Regulamento das Características Térmicas dos Edifícios;

Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto — Regulamento Geral do Ruído (RGR);

Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2008, de 09 de junho — Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios;

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho — Código dos Contratos Público.

12.4 — Entrevista Profissional de Seleção — a realizar como método facultativo, visa avaliar de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. Será composta por uma única fase, de realização individual, com duração máxima de 30 minutos, terá a ponderação de 30 % e valorada numa escala de 0 a 20 valores através da média aritmética simples dos aspetos a avaliar.

12.5 — Avaliação Curricular — visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a qualificação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida no último ano. Terá a ponderação de 70 %, cujos parâmetros serão considerados e ponderados numa escala de 0 a 20 valores.

13 — A ordenação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores e resulta das seguintes fórmulas:

Candidatos que reúnam os requisitos mencionados no ponto 12.1.1

$$CF = 70 \% PEC + 30 \% EPS$$

em que:

CF — Classificação final

PEC — Prova de Escrita de Conhecimentos

EPS — Entrevista Profissional de Seleção

Candidatos que reúnam os requisitos mencionados no ponto 12.1.2

$$CF = 70 \% AC + 30 \% EPS$$

em que:

CF — Classificação final

AC — Avaliação Curricular

EPS — Entrevista Profissional de Seleção

14 — Em situação de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no art.º 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

15 — Os métodos de seleção têm caráter eliminatório, pelo que serão excluídos os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 em cada um dos métodos de seleção, não lhe sendo aplicável o método seguinte.

16 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção equivale à desistência do procedimento concursal.

17 — As atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de avaliação final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas, conforme alínea *t*), do n.º 3, do artigo 19.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

18 — De acordo com o n.º 1 do artigo 30.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas no n.º 3 do artigo 30.º, para realização da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

19 — Os candidatos admitidos serão convocados através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

20 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, é afixada em local visível e público das instalações do Edifício dos Paços do Município e disponibilizada na sua página eletrónica (www.cm-aljezur.pt), nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

21 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, será publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada no edifício dos Paços do Município e publicitada na página eletrónica do Município. Os candidatos serão notificados através da forma prevista no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

22 — O Júri de cada procedimento concursal, será constituído pelos elementos que para cada um, abaixo se indica:

Presidente: João Manuel Beles Carreiro, Diretor do Departamento Técnico de Obras e Urbanismo do Município de Aljezur;

Vogais efetivos: José da Silva Gregório, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos e Filipe Jorge dos Santos Almeida, Técnico Superior, ambos trabalhadores do Município de Aljezur;

Vogais suplentes: Paulo Jorge Frago de Oliveira, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento e Filipe da Silva Rodrigues, Técnico Superior, ambos trabalhadores do Município de Aljezur.

23 — Nos termos do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o presente aviso será publicitado:

a) Na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação;

b) Na página eletrónica do Município (www.cm-aljezur.pt), por extrato, a partir da data da publicação no *Diário da República*;

c) Em jornal de expansão nacional, por extrato, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data da Publicação no *Diário da República*.

24 — De acordo com o n.º 3 dos artigos 3.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

25 — Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência, devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supra mencionado.

26 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

27 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, não foi efetuada a consulta à entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC) uma vez que, não foi ainda publicado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, pelo que temporariamente está dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC, conforme FAQ da DGAEP.

20 de março de 2013. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Velhinho Amarelinho*.

306849591

MUNICÍPIO DE ARMAMAR

Aviso n.º 4716/2013

Torna-se público, nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugada com a alínea *a*) do artigo 248.º e alínea *c*) do artigo 251.º, ambos do Regime da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, que cessou a relação jurídica de emprego público, com os trabalhadores Miguel dos Santos Ferreira Nunes, Josué Ferreira de Oliveira, Agostinho dos Santos Aires e Manuel Rodrigues Ferreira, por motivo de aposentação, em 2012.

18 de março de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Hernâni Pinto da Fonseca e Almeida*.

306846367

MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS

Edital n.º 343/2013

Lélio Raimundo Lourenço, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, torna público que, a Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos, na sua 1.ª sessão ordinária realizada em 28 de fevereiro de 2013, sob proposta apresentada pela Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos em 04 de fevereiro de 2013, deliberou aprovar que para efeitos da aplicação da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 11.º da Secção II — Redução de Taxas, do Capítulo II do Regulamento de Taxas do Município de Arruda dos Vinhos, seja considerada a zona delimitada constante do Plano Diretor Municipal, designada por Espaço Urbanizado — Zona a Preservar na vila de Arruda dos Vinhos (anexo 1), a qual entrará em vigor 5 dias após a publicação do presente edital na 2.ª série do *Diário da República*.

20 de março de 2013. — O Vice-Presidente, *Lélio Raimundo Lourenço*.



206850327

MUNICÍPIO DE BENAVENTE**Aviso (extrato) n.º 4717/2013****Cessação da relação jurídica de emprego público**

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, torna-se público que cessaram, por motivo de aposentação e exoneração, a relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, dos seguintes trabalhadores:

António Dias Friezas — encarregado operacional, posição 4, nível 11, no dia 28 de dezembro de 2012, aposentação por limite de idade;

Carmina Correia — assistente operacional, posição 2, nível 2, no dia 1 de janeiro de 2013, aposentação;

Manuel Fernando Coelho Cruz — assistente operacional, posição 3, nível 3, no dia 1 de março de 2013, exoneração.

20 de março de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *António José Ganhão*.

306841936

MUNICÍPIO DE CABEZEIRAS DE BASTO**Aviso n.º 4718/2013**

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por meu despacho de 7 de março de 2013, foi autorizado o pedido de licença sem remuneração pelo período de um ano, com início em 6 de março de 2013, ao trabalhador desta Câmara Municipal, Armando José Henriques da Costa.

20 de março de 2013. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Barroso de Almeida Barreto*, engenheiro.

306856598

Aviso (extrato) n.º 4719/2013

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por meu despacho de 9 de novembro de 2012, foi autorizada a prorrogação da licença sem remuneração por mais nove meses, com início em 3 de dezembro de 2012, à trabalhadora desta Câmara Municipal Maria Rosa Ferreira da Silva.

20 de março de 2013. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Barroso de Almeida Barreto*, engenheiro.

306856654

MUNICÍPIO DAS CALDAS DA RAINHA**Aviso n.º 4720/2013****Afetação/reafetação dos trabalhadores do mapa de pessoal**

Para cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, torno público que, por meu despacho de 03 de janeiro de 2013, ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o artigo 8.º e parte final do n.º 3 do artigo 10.º do decreto-lei supracitado, se procedeu à afetação/reafetação dos trabalhadores do mapa de pessoal do município das caldas da Rainha, com referência à Organização dos Serviços Municipais efetuada e aprovada nos termos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, encontrando-se a mesma publicitada na página eletrónica do município www.cm-caldas-rainha.pt.

1 de março de 2013. — O Vice-Presidente, com poderes delegados na área dos Recursos Humanos, *Dr. Fernando Manuel Tinta Ferreira*.

306865086

MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO**Regulamento n.º 129/2013****Projeto de regulamento de publicidade e ocupação do espaço público de Celorico de Basto**

Joaquim Monteiro da Mota e Silva, Presidente da Câmara Municipal da Celorico de Basto, no uso da competência que lhe é conferida pela

alínea *a*), do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, faz saber e tornar público:

1.º Ter sido aprovado pela câmara municipal em reunião realizada no dia 18 de março de 2013, o Projeto de Regulamento de publicidade e ocupação do espaço público de Celorico de Basto.

2.º O referido Projeto de Regulamento encontra-se disponível para consulta na Seção de Taxas e Licenças, da Divisão Administrativa de Gestão e Finanças, e no site institucional do Município (www.mun-celoricodebasto.pt), pelo prazo de 30 dias a contar da publicação no *Diário da República*, para efeitos de apreciação pública, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com a nova redação que lhe foi dado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, podendo os interessados dirigir por escrito, a esta Câmara Municipal, as suas sugestões ou reclamações, no prazo antes referido.

3.º Se após o decurso do período de audiência dos interessados e discussão pública, não tiver havido dedução de sugestões por parte dos interessados, considerar-se-á o documento definitivamente aprovado.

4.º Registrando-se sugestões por parte dos interessados, devem as mesmas ser postas à consideração e análise da câmara municipal com vista ao seu eventual acolhimento.

5.º Posteriormente, deverá a proposta de Regulamento ser remetida à Assembleia Municipal, para ulterior aprovação nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

6.º Em caso de aprovação pela Assembleia Municipal, promover a sua publicação nos termos legais.

7.º As disposições que pressuponham a existência do «Balcão do Empreendedor» apenas entrarão em vigor na data da sua entrada em funcionamento.

8.º Para conhecimento geral publica-se o presente Edital e outros de igual teor, que vai também ser afixado no átrio do edifício dos Paços do Concelho e em todos os edifícios sede das Juntas de Freguesia.

19 de março de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Joaquim Monteiro da Mota e Silva*.

Município de Celorico de Basto**Projeto de regulamento municipal de publicidade e ocupação do espaço público****Nota justificativa**

O Regulamento Municipal sobre toldos, alpendres, letreiros cartazes e outros reclamos e para o Concelho de Celorico de Basto remonta a 28 de Outubro de 1987.

Em 2011, com a iniciativa “Licenciamento Zero”, destinada a reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas, por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios, pretendeu-se desmaterializar procedimentos administrativos e modernizar a forma de relacionamento da Administração com os cidadãos e empresas, concretizando desse modo as obrigações decorrentes da Diretiva n.º 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, que foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

Assim, pelo presente Regulamento, são feitas as necessárias adaptações ao regime resultante do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, reunindo-se, num único diploma, a regulamentação municipal sobre os princípios, procedimentos e conceitos aplicáveis à inscrição, afixação e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial, visíveis e audíveis a partir do espaço público, e a utilização destas em suportes publicitários na área do município, bem como a ocupação e utilização privativa do espaço público ou afeto ao domínio público no Município de Celorico de Basto, matérias intrinsecamente ligadas entre si e que devem ser harmonizadas, numa perspectiva de salvaguarda da imagem e funcionalidade do espaço urbano, enquadramento urbanístico e ambiental, bem como o correto uso dos bens públicos.

Para o efeito, são introduzidos dois novos tipos de procedimentos, a “mera comunicação prévia” e a “comunicação prévia com prazo”, efetuadas num mesmo balcão eletrónico, mantendo-se, no entanto, o procedimento de licenciamento para as demais situações não previstas no “Licenciamento Zero”. O procedimento de mera comunicação prévia dispensa a emissão de qualquer ato por parte do Município, acarretando uma maior responsabilização por parte dos cidadãos e empresas, nomeadamente, no cumprimento das disposições legais e regulamentares.

O Projeto de Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação do Espaço Público tem como diplomas e normas habilitantes os artigos 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 53.º e a alínea *a*) do n.º 6 do artigo 64.º da

Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, nos artigos 1.º e 11.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, o Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, a Lei n.º 7/2007, de 15 de janeiro, a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, a Portaria n.º 131/2011, de 4 abril e a Portaria n.º 239/2011, de 21 de junho.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente Regulamento estabelece o regime a que fica sujeita a afixação, inscrição e difusão das mensagens publicitárias de natureza comercial, visíveis e audíveis a partir do espaço público, e a utilização destas em suportes publicitários na área do município, bem como a ocupação e utilização privativa do espaço público ou afeto ao domínio público municipal.

Artigo 2.º

Âmbito

1 — Para efeitos do presente Regulamento, considera-se publicidade:

- a) Toda e qualquer forma de comunicação efetuada por entidades públicas ou privadas, no âmbito de uma atividade comercial, industrial, artesanal ou liberal, com o objetivo direto ou indireto de promover quaisquer bens ou serviços, tendo em vista a sua comercialização ou venda e ou promoção de ideias, princípios, marcas, iniciativas ou instituições;
- b) Toda e qualquer forma de comunicação promovida pela Administração Pública, não prevista na alínea anterior e que tenha por objetivo, direto ou indireto, promover o fornecimento de bens ou serviços.

2 — Para efeitos do presente Regulamento, considera-se ocupação do espaço público qualquer implantação, ocupação, difusão, instalação, afixação ou inscrição de equipamento urbano, mobiliário urbano, suportes publicitários ou outros meios de utilização do espaço público, no solo, espaço aéreo, fachadas, empenas e coberturas de edifícios.

3 — O presente Regulamento não é aplicável:

- a) À afixação, inscrição ou difusão de propaganda política, sindical ou religiosa;
- b) À afixação, inscrição ou difusão de publicidade adjudicada em concurso público e em regime de concessão pela Câmara Municipal;
- c) Às comunicações divulgadas através de éditos, notificações e demais formas de sensibilização que se relacionem, direta ou indiretamente, com o cumprimento de prescrições legais ou com a utilização de serviços públicos;
- d) À difusão de comunicados, notas oficiais e demais esclarecimentos que se prendam com a atividade de órgãos de soberania e das administrações central e local.

Artigo 3.º

Definições

1 — Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por mobiliário urbano quaisquer materiais (as coisas) instalados, projetados ou apoiados no espaço público, destinados a uso público, que prestem um serviço coletivo ou que complementam uma atividade, ainda que de modo sazonal ou precário, designadamente:

- a) Anúncio eletrónico: sistema computadorizado de emissão de mensagens e imagens, com possibilidade de ligação a circuitos de TV e vídeo e similares;
- b) Anúncio luminoso: o suporte publicitário que emita luz própria;
- c) Anúncio iluminado: o suporte publicitário sobre o qual se faça incidir intencionalmente uma fonte de luz;
- d) Bandeirola: o suporte rígido que permaneça oscilante, afixado em poste ou estrutura idêntica;
- e) Chapa: o suporte não luminoso aplicado ou pintado em paramento visível e liso, cuja maior dimensão não excede 0,60 m e a máxima saliência não excede 0,05 m;
- f) Esplanada aberta: a instalação no espaço público de mesas, cadeiras, guarda-ventos, guarda-sóis, estrados, floreiras, tapetes, aquecedores verticais e outro mobiliário urbano, sem qualquer tipo de proteção fixa ao solo, destinada a apoiar estabelecimentos de restauração ou de bebidas e similares ou empreendimentos turísticos e hoteleiros;
- g) Expositor: a estrutura própria para apresentação de produtos comercializados no interior de um estabelecimento comercial, instalado no espaço público;

h) Floreira: o vaso ou recetáculo para plantas destinadas ao embelezamento, marcação ou proteção do espaço público;

i) Guarda-vento: a armação que protege do vento o espaço ocupado por uma esplanada;

j) Letras soltas ou símbolos: a mensagem publicitária não luminosa, diretamente aplicada nas fachadas dos edifícios, nas montras, nas portas ou janelas;

k) Pendão: o suporte não rígido que permaneça oscilante, afixado em poste ou estrutura idêntica;

l) Placa: o suporte não luminoso aplicado em paramento visível, com ou sem emolduramento, cuja maior dimensão não excede 1,50 m;

m) Publicidade sonora: a atividade publicitária que utiliza o som como elemento de divulgação da mensagem publicitária;

n) Sanefa: o elemento vertical de proteção contra agentes climáticos, feito de lona ou material similar, colocado transversalmente na parte inferior dos toldos, no qual pode estar inserida uma mensagem publicitária;

o) Suporte publicitário: meio utilizado para a transmissão de mensagem publicitária;

p) Tabuleta: o suporte não luminoso, afixado perpendicularmente às fachadas dos edifícios, que permite a afixação de mensagens publicitárias em ambas as faces;

q) Toldo: o elemento de proteção contra agentes climáticos, feito de lona ou material similar, rebatível, aplicável em qualquer tipo de vãos, como montras, janelas ou portas de estabelecimentos comerciais, no qual pode estar inserida uma mensagem publicitária;

r) Vitrina: qualquer mostrador envidraçado ou transparente, embutido ou saliente, colocado na fachada dos estabelecimentos comerciais, onde se expõem objetos e produtos ou se afixam informações;

s) Painel/Outdoor: dispositivo constituído por uma superfície para afixação de mensagens publicitárias estáticas ou rotativas, envolvido por uma moldura e estrutura de suporte fixada diretamente ao solo, com ou sem iluminação;

t) Mastro: estrutura vertical aprumada e rígida de suporte estabilizada e inserida no solo destinada a ostentar bandeiras ou similares;

u) Bandeira: insígnia, inscrita em pano, de uma ou mais cores, identificativa de países, entidades, organizações e outros, ou com fins comerciais;

v) Lona/tela: dispositivo de suporte de mensagem publicitária inscrita em tela, afixada nas empenas dos edifícios ou outros elementos de afixação;

w) Pala: elemento rígido de proteção contra agentes climáticos, com predomínio da dimensão horizontal, fixo aos paramentos das fachadas e funcionando como suporte para afixação/inscrição de mensagens publicitárias;

x) Faixas/fitas: suportes de mensagem publicitária, inscrita em tela e destacada da fachada do edifício;

y) Cartaz: suporte de mensagem publicitária inscrita em papel;

z) Dispositivos publicitários aéreos cativos: dispositivos publicitários insufláveis, sem contacto com o solo, mas a ele espiaados;

aa) Dispositivos publicitários aéreos não cativos: dispositivos publicitários instalados em aeronaves, helicópteros, balões, parapentes, asas delta, paraquedas, e semelhantes, que não estejam fixados ao solo;

bb) Setas direcionais: peça de mobiliário urbano mono ou biface com estrutura de suporte fixada diretamente ao solo, concebida para suportar uma ou várias setas direcionais.

cc) Totem: suporte publicitário, de informação ou de identificação, singular ou coletivo, normalmente constituído por estrutura de dupla face em suporte monolítico, podendo ser luminoso, iluminado ou não iluminado;

dd) Mupi: suporte publicitário de mobiliário urbano, integrado ou não noutro elemento (abrigo de paragem de transportes coletivos), em mono ou dupla face, dotado de iluminação interior, concebido para afixar cartazes publicitários e outras mensagens publicitárias;

2 — No âmbito do presente Regulamento, entende-se ainda por:

a) Empena: é cada uma das fachadas laterais de um edifício, geralmente cegas (sem janelas nem portas), através das quais o edifício pode encostar aos edifícios contíguos;

b) Construções temporárias com publicidade inscrita: estrutura de carácter amovível, com inscrição de natureza publicitária, designadamente postos de venda imobiliária;

c) Publicidade móvel: a que se refere a dispositivos publicitários instalados, inscritos ou afixados em veículos terrestres, seus reboques, ou similares;

d) Campanhas publicitárias de rua: todos os meios ou formas de publicidade, de carácter ocasional e efêmero, que impliquem ações de rua e o contacto direto com o público.

Artigo 4.º

Obrigatoriedade do licenciamento ou comunicação

1 — Em caso algum é permitido qualquer tipo de publicidade ou outra utilização do espaço público constante deste Regulamento, sem prévio licenciamento ou comunicação à Câmara Municipal de Celorico de Basto.

2 — Nos casos em que a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias ou ocupação do espaço público exija a execução de obras de construção civil ficam as mesmas cumulativamente sujeitas ao respetivo regime legal aplicável, salvo as que sejam consideradas isentas de controlo prévio nos termos do Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação e do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho de Celorico de Basto.

Artigo 5.º

Princípio geral

1 — Sem prejuízo das regras existentes sobre a utilização do espaço público e do regime jurídico da conservação da natureza e biodiversidade, a afixação e a inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial não se encontra sujeita a licenciamento nem a mera comunicação prévia, nos seguintes casos:

a) Quando as mensagens publicitárias de natureza comercial são afixadas ou inscritas em bens de que são proprietárias ou legítimas possuidoras ou detentoras entidades privadas e não são visíveis ou audíveis a partir do espaço público;

b) Quando as mensagens publicitárias de natureza comercial são afixadas ou inscritas em bens de que são proprietárias, legítimas possuidoras ou detentoras entidades privadas, e a mensagem publicita os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respetivo titular da exploração ou está relacionada com bens ou serviços comercializados no prédio em que se situam, ainda que sejam visíveis ou audíveis a partir do espaço público;

c) Quando as mensagens publicitárias de natureza comercial ocupam o espaço público contíguo à fachada do estabelecimento e publicitam os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respetivo titular da exploração ou estão relacionadas com bens ou serviços comercializados no estabelecimento.

2 — Considera-se como contíguo à fachada do estabelecimento, para efeitos da alínea c) do número anterior, a mensagem de publicidade que tenha contacto, suporte ou apoio permanente na sobredita fachada.

3 — A ocupação do espaço público, bem como a afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial devem obedecer aos critérios e condições previstas no Capítulo V do presente regulamento.

Artigo 6.º

Mera comunicação prévia

Sem prejuízo dos critérios constantes do Capítulo V do presente regulamento, aplica-se o regime da mera comunicação prévia à ocupação do espaço público, para algum ou alguns dos seguintes fins e limites quanto às características e localização:

a) Instalação de toldos e das respetiva sanefas, das vitrinas, dos expositores, das arcas e máquinas de gelado, dos brinquedos mecânicos, quando a sua instalação for efetuada junto à fachada do estabelecimento;

b) Instalação de esplanadas abertas quando for efetuada em área contígua à fachada do estabelecimento e a ocupação transversal da esplanada não exceder a largura da fachada do respetivo estabelecimento;

c) Instalação de estrado, quando for efetuada como apoio a uma esplanada e não exceder a sua dimensão;

d) Instalação de guarda-ventos, quando for efetuada junto das esplanadas, perpendicularmente ao plano marginal da fachada e o seu avanço não ultrapassar o da esplanada;

e) Instalação de suportes publicitários, quando for efetuada na área contígua à fachada do estabelecimento e não exceder a largura da mesma ou quando a mensagem publicitária for afixada ou inscrita na fachada ou em mobiliário urbano.

Artigo 7.º

Comunicação prévia com prazo

Aplica-se o regime da comunicação prévia com prazo caso as características e ou a localização do mobiliário urbano não cumpram as condicionantes referidas no artigo anterior.

Artigo 8.º

Licenciamento

A publicidade e a ocupação do espaço público serão sujeitas a licenciamento em todas as situações não abrangidas pelos artigos 6.º e 7.º

CAPÍTULO II

Condições gerais dos procedimentos relativos à afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias e pela ocupação do espaço público

Artigo 9.º

Validade e renovação

1 — As licenças e comunicações prévias têm como prazo de validade o delas constante, não podendo ser concedidas por período superior a um ano.

2 — Quando a licença ou comunicações prévias sejam relativas a um evento de curta duração, considera-se que as mesmas só vigoram até ao termo da realização de tal evento.

3 — As licenças ou comunicações prévias concedidas renovam-se automática e sucessivamente por igual período, salvo se:

a) O Município notificar por escrito o titular, com a antecedência mínima de 30 dias, da decisão de não renovação;

b) O titular comunicar por escrito à Câmara Municipal, com a antecedência mínima de 30 dias, da intenção de não renovação.

4 — A renovação a que se refere o número anterior ocorre desde que se mostrem pagas as taxas devidas até ao termo do prazo fixado no alvará de licença ou no respetivo título, devendo o interessado solicitar o correspondente aditamento ao alvará ou título, no mesmo prazo.

5 — A licença ou comunicações prévias renovadas consideram-se concedidas nos termos e condições inicialmente fixadas, sem prejuízo da atualização do valor da taxa devida em conformidade com a Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Artigo 10.º

Revogação

1 — A licença ou comunicações prévias podem ser revogadas a todo o tempo sempre que:

a) Razões de ponderoso interesse público o exijam;

b) O seu titular não cumpra as normas legais e regulamentares a que está sujeito;

c) O seu titular proceda à substituição, alteração ou modificação da mensagem publicitária para a qual haja sido concedida a licença ou o título;

d) O seu titular proceda à substituição, alteração ou modificação do suporte publicitário para o qual haja sido concedida a licença ou o título;

e) Quando venha a verificar-se ter existido o desrespeito pelo disposto nos artigos 13.º e 14.º do presente Regulamento.

2 — Anteriormente à decisão de revogação da licença ou do título proceder-se-á à audiência prévia dos interessados, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo.

3 — A revogação da licença ou comunicações prévias não confere direito a qualquer indemnização e implicará o arquivamento do respetivo processo.

Artigo 11.º

Caducidade

1 — A licença ou comunicações prévias caducam quando se verifique qualquer das seguintes situações:

a) Falta de pagamento da taxa devida pela concessão da licença ou do título, bem como pela sua renovação no prazo fixado para o efeito;

b) Termo do prazo fixado no alvará de licença ou no título, bem como das respetivas renovações;

c) Perda pelo titular do direito ao exercício da atividade a que se reporta a licença ou título;

d) Morte, declaração de insolvência, falência ou outra forma de extinção do seu titular, salvo quando autorizada a substituição daquele.

2 — Antes de se operar a caducidade proceder-se-á à audiência prévia dos interessados, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo.

Artigo 12.º

Remoção de mobiliário urbano e de publicidade

1 — Em caso de inexistência de título válido, indeferimento, revogação ou caducidade de comunicações prévias ou licença, o responsável deve proceder à remoção do mobiliário urbano, da publicidade, bem

como dos respetivos suportes ou materiais, no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da respetiva notificação.

2 — A remoção deverá incluir a limpeza do local e reposição das condições iniciais do mesmo.

3 — O incumprimento da ordem de remoção notificada nos termos dos números anteriores confere à Câmara Municipal a faculdade de proceder à remoção do mobiliário urbano ou da publicidade e dos respetivos suportes, a expensas do infrator.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior e da eventual aplicação de coimas e sanções acessórias, a Câmara Municipal de Celorico de Basto poderá, independentemente de prévia notificação, proceder à remoção de mobiliário urbano e ou suportes publicitários, quando se verifique uma das seguintes condições:

- a) Se tenha registado utilização indevida e abusiva do espaço público;
- b) Se verifique a existência de perigo para a segurança de pessoas e bens;
- c) O mobiliário ou suporte publicitário não possua qualquer referência ou identificação do responsável.

Artigo 13.º

Obrigações do titular

O titular da licença ou das comunicações prévias fica vinculado às seguintes obrigações:

- a) Cumprir as disposições legais e as contidas no presente regulamento;
- b) Não proceder à modificação dos elementos tal como aprovados ou a alterações da demarcação efetuada;
- c) Promover a afixação de placa com o número da licença ou da comunicação prévia, no caso do suporte publicitário ou mobiliário não se encontrar afeto a estabelecimento;
- d) Não proceder à transmissão da licença a outrem, salvo mudança de titularidade autorizada nos termos do presente regulamento;
- e) Não proceder à cedência da utilização da licença a outrem, mesmo que temporariamente;
- f) Retirar a mensagem e o respetivo suporte, bem como os elementos de ocupação do espaço público no prazo de 10 dias a contar do termo do prazo de validade da licença ou título;
- g) À prestação de caução quando, para colocação ou retirada da publicidade ou equipamento e pela ocupação do espaço público, esteja em causa a realização de intervenções que colidam com calçadas, infraestruturas, revestimento vegetal ou outros elementos naturais ou bens construídos de responsabilidade municipal;
- h) Acatar as determinações da Câmara Municipal e das autoridades policiais, dadas presencialmente em sede de fiscalização ou formalmente comunicadas por escrito;
- i) Eliminar ou corrigir quaisquer danos em bens públicos resultantes da afixação ou inscrição da mensagem publicitária.

Artigo 14.º

Conservação, funcionamento e segurança

1 — O titular da licença ou das comunicações prévias deve manter os elementos de mobiliário urbano, suportes publicitários e equipamentos de apoio que utiliza nas melhores condições de conservação, funcionamento e segurança.

2 — O seu titular deve igualmente proceder com a prontidão adequada, à realização de obras de conservação no mobiliário urbano, suportes publicitários e equipamentos de apoio sempre que tal se considere necessário.

3 — Caso o titular não proceda voluntariamente à realização das obras mencionadas no número anterior, a Câmara Municipal poderá notifica-lo para proceder coercivamente à execução de tais trabalhos.

4 — Se decorrido o prazo fixado na notificação referida no número anterior o titular não tiver procedido à execução dos trabalhos que lhe tenham sido impostos, caberá aos serviços da Câmara Municipal proceder à remoção, a expensas dele, sem prejuízo da instauração do competente processo de contraordenação.

5 — Sem prejuízo das obrigações legais, ao nível de comportamentos ambientalmente corretos, que impendem sobre a generalidade dos cidadãos relativamente à higiene e limpeza pública, constitui obrigação do titular a manutenção das mesmas no espaço circundante à publicidade e respetivos meios de que seja detentor.

Artigo 15.º

Taxas

1 — Pela mera comunicação prévia, comunicação prévia com prazo, licença e respetivas renovações, averbamentos e outros atos previstos

no presente regulamento, são devidas as taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais e respetiva Tabela.

2 — As taxas são divulgadas no sítio da Internet da Câmara Municipal de Celorico de Basto e, para efeitos da mera comunicação prévia e da comunicação prévia com prazo, no “Balcão do Empreendedor”.

3 — As taxas são devidas pelo período de tempo a que corresponde a ocupação do espaço público, bem como a afixação, inscrição ou difusão da mensagem publicitária.

4 — A liquidação e o pagamento do valor das taxas no procedimento de mera comunicação prévia ou comunicação prévia com prazo ocorrem automaticamente com a submissão da pretensão no “Balcão do empreendedor”.

5 — O pagamento do valor das taxas no procedimento de licenciamento ocorre com a notificação do despacho de deferimento do pedido.

CAPÍTULO III

Regime e procedimento de mera comunicação prévia e comunicação prévia com prazo

Artigo 16.º

Mera comunicação prévia

1 — A mera comunicação prévia consiste numa declaração efetuada no “Balcão do Empreendedor”, que permite ao interessado na exploração de um estabelecimento proceder imediatamente à ocupação do espaço público, após o pagamento das taxas devidas.

2 — O interessado será notificado eletronicamente para suprir, no prazo de 10 dias, a falta de algum elemento essencial solicitado, sob pena de contraordenação.

3 — Sem prejuízo da observância dos critérios constantes do Capítulo V, a mera comunicação prévia dispensa a prática de quaisquer outros atos permissivos relativamente à ocupação do espaço público, designadamente a necessidade de proceder a licenciamento ou à celebração de contrato de concessão.

4 — O disposto no número anterior não impede o Município de ordenar a remoção do mobiliário urbano que ocupar o espaço público quando, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, tal se afigure necessário.

Artigo 17.º

Comunicação prévia com prazo

1 — A comunicação prévia com prazo consiste numa declaração efetuada no “Balcão do empreendedor” que permite ao interessado na exploração de um estabelecimento proceder à ocupação do espaço público, quando o Presidente da Câmara Municipal emita despacho de deferimento ou quando este não se pronuncie após o decurso do prazo de 20 dias úteis, contado a partir do momento do pagamento das taxas devidas.

2 — A apreciação da comunicação prévia com prazo é da competência do Presidente da Câmara Municipal, podendo ser delegada:

- a) Nos vereadores, com faculdade de subdelegação; ou
- b) Nos dirigentes dos serviços municipais.

3 — Sem prejuízo da observância dos critérios constantes do Capítulo V, o deferimento da comunicação prévia com prazo dispensa a prática de quaisquer outros atos permissivos relativamente à ocupação do espaço público, designadamente a necessidade de proceder a licenciamento ou à celebração de contrato de concessão.

4 — Constitui motivo de indeferimento de comunicação prévia com prazo a violação das disposições legais e regulamentares em vigor e ou normas técnicas gerais e específicas que sejam aplicáveis.

5 — O disposto no número anterior não impede o Município de ordenar a remoção do mobiliário urbano que ocupar o espaço público quando, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, tal se afigure necessário.

Artigo 18.º

Elementos instrutórios

1 — Os elementos que a mera comunicação prévia deve conter são os seguintes:

- a) A identificação do titular da exploração do estabelecimento, com menção do nome ou firma e do número de identificação fiscal individual ou da pessoa coletiva, consoante o caso;
- b) O endereço da sede da pessoa coletiva ou do empresário em nome individual;
- c) O endereço do estabelecimento e o respetivo nome ou insígnia;

- d) A indicação do fim pretendido com a ocupação do espaço público;
- e) A identificação das características e da localização do mobiliário urbano a colocar;
- f) A declaração do titular da exploração de que respeita integralmente as obrigações legais e regulamentares sobre a ocupação do espaço público.
- g) O código de acesso à certidão permanente do registo comercial, caso se trate de pessoa coletiva sujeita a registo comercial;
- h) Consentimento de consulta da declaração de início ou de alteração de atividade, caso se trate de pessoa singular.

2 — Os elementos que a comunicação prévia com prazo deve conter são os seguintes:

- a) A identificação do titular da exploração do estabelecimento ou do prestador de serviços, com menção do nome ou firma e do número de identificação fiscal;
- b) O endereço da sede da pessoa coletiva ou do empresário em nome individual;
- c) O endereço do estabelecimento e o respetivo nome ou insígnia, quando aplicável;
- d) O código de acesso à certidão permanente do registo comercial, caso se trate de pessoa coletiva sujeita a registo comercial;
- e) Consentimento de consulta da declaração de início ou de alteração de atividade, caso se trate de pessoa singular.
- f) A indicação do fim pretendido com a ocupação do espaço público;
- g) A identificação das características e da localização do mobiliário urbano a colocar;
- h) A declaração do titular da exploração de que respeita integralmente as obrigações legais e regulamentares sobre a ocupação do espaço público.

Artigo 19.º

Títulos

O comprovativo eletrónico de entrega no “Balcão do empreendedor” das meras comunicações prévias e das comunicações prévias com prazo, acompanhado do comprovativo do pagamento das quantias eventualmente devidas, são prova suficiente do cumprimento dessas obrigações para todos os efeitos.

Artigo 20.º

Atualização de dados

O titular da exploração do estabelecimento é obrigado a manter atualizados todos os dados comunicados, devendo proceder a essa atualização no prazo máximo de 60 dias após a ocorrência de qualquer modificação, salvo se esses dados já tiverem sido comunicados por força do disposto no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.

CAPÍTULO IV

Regime e procedimento do licenciamento municipal

Artigo 21.º

Requerimento inicial

1 — O pedido de licenciamento para a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias é solicitado ao Presidente da Câmara Municipal.

2 — O licenciamento para a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias através de meios ou suportes que exijam o licenciamento ou comunicação prévia para a realização de obras de construção, deve ser requerido cumulativamente nos termos do disposto no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

Artigo 22.º

Elementos obrigatórios

1 — O pedido de licenciamento deve ser efetuado preferencialmente por meio de requerimento segundo o modelo uniforme disponibilizado pela Autarquia designadamente na página da Câmara Municipal de Celorico de Basto, em www.mun-celoricodebasto.pt e deve conter os seguintes elementos:

- a) A identificação do requerente com o nome, número de identificação fiscal, domicílio, número de bilhete de identidade ou cartão de cidadão, no caso de pessoas singulares e número do cartão de pessoa coletiva e sede social no caso de se tratar de pessoa coletiva;
- b) A menção da legitimidade do requerente, designadamente proprietário, comproprietário, possuidor, locatário, mandatário (sócio gerente ou legal representante com poderes para vincular a pessoa coletiva) ou titular de outro direito que permita a apresentação do pedido, a qual deve ser devidamente comprovada;

- c) A indicação exata do local e do meio ou suporte publicitário a utilizar;
- d) O período de licenciamento pretendido.

2 — O requerimento deverá ainda ser acompanhado de:

- a) Memória descritiva indicativa dos materiais, cores, configuração e legendas a utilizar no dispositivo publicitário, bem como de quaisquer outras informações que se repute necessárias à instrução do processo de licenciamento;
- b) Descrição gráfica do suporte através de plantas, cortes e alçados, à escala de 1/100 ou 1/50, com indicação do elemento a licenciar, bem como da forma e balanço da afixação, largura do passeio e distância entre o bordo exterior livre do lancil do passeio ao suporte publicitário, ou o limite exterior da faixa de rodagem, consoante o caso;
- c) Desenho do alçado e corte cotado, à escala de 1/100 ou 1/50, esclarecedor da proposta de integração do suporte publicitário e com a indicação dos materiais, cores e textura a utilizar, no caso de suportes publicitários a colocar em fachadas de edifícios;
- d) Fotografia a cores indicando o local previsto para a afixação, apresentada em suporte de papel formato A4;
- e) Fotomontagem sobre fotografia a cores, esclarecedora da instalação do suporte publicitário no local pretendido, apresentada em suporte de papel formato A4;
- f) Planta de localização à escala 1:2000 (fornecida pelos serviços camarários) com a identificação do local previsto para a instalação do reclamo ou da publicidade;
- g) No caso de se tratar de colocação em terrenos particulares de painéis publicitários, extrato das plantas de ordenamento e de condicionantes do Plano Diretor Municipal, com indicação do local previsto para a implantação do suporte publicitário;
- h) Documento autêntico ou autenticado, comprovativo de que o requerente é proprietário, comproprietário, possuidor, locatário ou titular de outros direitos sobre os bens afetos ao domínio privado onde se pretende afixar ou inscrever a mensagem publicitária;
- i) Para os casos não previstos na alínea anterior, o requerente deve juntar autorização escrita do proprietário ou possuidor, designadamente da Assembleia de Condóminos quando se trate da colocação de publicidade nas partes comuns de edifício em regime de propriedade horizontal;
- j) Alvará de licença ou de autorização de utilização, quando for caso disso;
- k) Certidão da conservatória de registo predial, quando o pedido incida sobre bens imóveis;
- l) Sempre que o suporte publicitário no seu conjunto ultrapasse os 4 m acima do solo, deve ser obrigatoriamente junto ao requerimento inicial, um termo de responsabilidade assinado por técnico legalmente habilitado para o efeito e que se encontre inscrito em Associação Pública de natureza profissional, acompanhado de documento comprovativo da validade da respetiva inscrição, responsabilizando-se pela colocação do suporte publicitário e, em alguns casos devidamente fundamentados, também contrato de seguro de responsabilidade civil;
- m) Sempre que a instalação tenha lugar na cobertura de um edifício deverá ser junto ao requerimento um estudo de estabilidade do anúncio pretendido.

Artigo 23.º

Consulta a entidades externas

1 — Compete à Câmara Municipal promover, no prazo de 10 dias, a contar da data de receção do requerimento, a consulta às entidades com jurisdição sobre os locais onde a publicidade for afixada, nomeadamente:

- a) O Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P.;
- b) As Estradas de Portugal, S. A.;
- c) O Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.;
- d) O Turismo de Portugal, I. P.;
- e) O Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.;
- f) A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.
- g) Junta(s) de Freguesia respetiva(s).

2 — As entidades consultadas devem, no prazo de 20 dias, a contar da data da receção do pedido, pronunciar-se exclusivamente no âmbito das suas competências.

3 — Os pareceres das entidades consultadas serão sempre vinculativos, quando estejam em causa condicionalismos legais ou regulamentares, sem prejuízo de qualquer disposição especial.

4 — A não emissão dentro do prazo fixado no n.º 2 do parecer das entidades consultadas faz presumir o seu deferimento, sem prejuízo do disposto na segunda parte do número anterior.

Artigo 24.º

Deliberação

A Câmara Municipal, ou a quem esta delegar, delibera sobre o pedido de licença no prazo de 30 dias, contado a partir:

a) Da data da receção do último dos pareceres emitidos pelas entidades externas ao Município, quando tenha havido lugar a consulta nos termos do artigo 23.º do presente Regulamento;

b) Do termo do prazo para a receção dos pareceres sempre que alguma das entidades consultadas não se pronuncie até essa data.

Artigo 25.º

Indeferimento do pedido

O pedido de licença é indeferido quando:

a) Não obedeça aos princípios gerais, critérios e proibições constantes do presente Regulamento;

b) Não cumpra as normas técnicas gerais e específicas aplicáveis;

c) O estabelecimento não se encontre devidamente licenciado para a atividade pretendida;

d) Emissão de parecer desfavorável de qualquer das entidades externas consultadas;

e) Imperativos ou razões de interesse público assim o imponham;

f) Se o requerente for devedor à Câmara Municipal de quaisquer dívidas, salvo se tiver sido deduzida reclamação ou impugnação.

Artigo 26.º

Notificação da deliberação final do pedido

1 — A deliberação final de indeferimento do pedido de licença ou sua renovação, deve ser precedida de audiência dos interessados, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 — Em caso de deferimento do pedido de licença ou renovação, o requerente deve, no prazo de 5 dias, ser notificado:

a) Do ato que consubstancia a licença;

b) Do ato de liquidação da taxa devida nos termos do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais e respetiva Tabela do Município de Celorico de Basto;

c) Do prazo de 15 dias para o pagamento da taxa e levantamento do alvará.

3 — Findo o prazo mencionado na alínea c) do número anterior sem que se mostrem pagas as taxas devidas, o pedido de licenciamento caduca nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do presente regulamento, após observado o prescrito no seu n.º 2 e se o requerente, na audiência em que haja participado, nenhuma justificação relevante ou atendível apresentar para aquele não pagamento.

Artigo 27.º

Alvará de licença

1 — As licenças de ocupação de espaço público, bem como de afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial são tituladas por alvará, cuja emissão é condição de eficácia das mesmas.

2 — O alvará, cujo modelo é o previsto no anexo I do presente regulamento, deve conter nos termos da licença, a especificação dos seguintes elementos, consoante forem aplicáveis:

a) A identificação do titular do alvará, pelo nome ou denominação social, número de identificação fiscal, domicílio ou sede;

b) O ramo de atividade exercido;

c) O número de ordem atribuído à licença;

d) O objeto do licenciamento, referindo expressamente o local e área licenciados;

e) O prazo de validade da licença;

f) Valor da taxa paga ou menção à sua isenção.

Artigo 28.º

Mudança de titularidade

1 — A licença é pessoal e intransmissível, não podendo ser cedida a qualquer título, salvo quando for autorizada pela Câmara Municipal a substituição do titular da licença e feito o devido averbamento no respetivo alvará.

2 — O pedido de autorização e averbamento da substituição do titular da licença deve ser apresentado no prazo de 15 dias, a contar da verificação dos factos que o justificam.

3 — O pedido de averbamento pode ser deferido quando se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

a) O requerente apresente prova da legitimidade do seu interesse;

b) Encontrem-se pagas as taxas devidas;

c) Não sejam pretendidas quaisquer alterações às condições já definidas na licença.

4 — O deferimento do pedido implica a manutenção de todas as condições do licenciamento.

Artigo 29.º

Caução

1 — A emissão de licença poderá ser condicionada à prestação de caução destinada a assegurar o ressarcimento de eventuais danos causados ao município.

2 — A exigência da caução referida no número anterior dependerá de informação dos serviços municipais competentes para analisar o pedido de licenciamento.

3 — A caução será sempre equivalente ao dobro da taxa correspondente ao período de ocupação autorizado, mantendo-se até à cessação da ocupação.

4 — A mudança de titularidade implica a libertação da caução existente e a exigência de nova caução ao novo titular da licença.

5 — Em caso de acionamento da caução deverá esta ser reposta ou reforçada pelo interessado no prazo de 20 dias contados da notificação que lhe for dirigida para o efeito.

6 — A caução é prestada aquando do pagamento das taxas devidas pela licença e será devolvida a requerimento do interessado, após a verificação pela fiscalização do levantamento da estrutura publicitária e arranjos do espaço público eventualmente danificados por ela.

Artigo 30.º

Licenciamento de publicidade em veículos

1 — Pode ser licenciada publicidade em veículos que identifique a empresa, atividade, produtos, bens, serviços ou outros elementos relacionados com a atividade do respetivo proprietário, locatário ou usufrutuário, desde que estes tenham residência, sede, delegação ou qualquer outra forma de representação no Município de Celorico de Basto.

2 — Quando for utilizada simultaneamente publicidade sonora, esta tem também de observar as condições previstas no presente Regulamento quanto à matéria.

3 — Não é autorizada a afixação ou inscrição de publicidade nos vidros, nem de forma a afetar a sinalização ou identificação do veículo.

4 — Só é autorizada a afixação ou inscrição de publicidade em viaturas caso o estabelecimento que publicitem ou a atividade exercida pelo mesmo se encontrem devidamente licenciados.

5 — A publicidade inscrita não pode fazer-se através de meios ou dispositivos salientes da carroçaria original.

6 — A afixação de publicidade em transportes públicos de passageiros está sujeita ao disposto no presente artigo, bem como a disposições fixadas por organismo competente, designadamente o Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, I. P. (IMTT).

CAPÍTULO V

Crítérios a observar na ocupação do espaço público e na afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias não sujeitas a licenciamento

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 31.º

Âmbito

1 — O presente capítulo estabelece os critérios a que está sujeita a ocupação do espaço público e a afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial não sujeitas a licenciamento, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, conjugado com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.

2 — Sem prejuízo das condições previstas nos artigos seguintes, a ocupação do espaço público e a colocação de mensagens publicitárias a que se refere no número anterior, deve ser compatibilizada com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).

Artigo 32.º

Ocupação do espaço público — Finalidades não admitidas

Para efeitos do previsto no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, o Município proíbe a ocupação do espaço público para os seguintes fins:

- a) Instalação de floreiras, em todo o território do Município;
- b) Instalação de contentor para resíduos, em todo o território do Município.

Artigo 33.º

Princípios gerais de ocupação do espaço público

Sem prejuízo das regras contidas no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, a ocupação do espaço público não pode prejudicar:

- a) A saúde e o bem-estar de pessoas, designadamente por ultrapassar níveis de ruído acima dos admissíveis por lei ou publicidade portadora de intensidade luminosa tal que fira ou atinja objetivamente a visão dos residentes ou passantes no local onde está instalada;
- b) O acesso a edifícios, jardins e praças;
- c) A circulação rodoviária e pedonal, designadamente de pessoas com mobilidade reduzida;
- d) A qualidade das áreas verdes, designadamente por contribuir para a sua degradação ou por dificultar a sua conservação;
- e) A eficácia da iluminação pública;
- f) A eficácia da sinalização de trânsito;
- g) A utilização de outro mobiliário urbano;
- h) A ação dos concessionários que operam à superfície ou no subsolo;
- i) O acesso ou a visibilidade de imóveis classificados ou em vias de classificação ou onde funcionem hospitais, estabelecimentos de saúde, de ensino ou outros serviços públicos, locais de culto, cemitérios, elementos de estatua e arte pública, fontes, fontanários e chafarizes;
- j) Os direitos de terceiros;
- k) A arborização existente ou prevista no espaço público, privilegiando-se a sua proteção e enquadramento.

Artigo 34.º

Princípios gerais de inscrição e afixação de publicidade

1 — Salvo se a mensagem publicitária se circunscrever à identificação da atividade exercida no imóvel ou daquele que a exerce, não é permitida afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em edifícios ou monumentos de interesse histórico, cultural, arquitetónico ou paisagístico, designadamente:

- a) Os imóveis classificados ou em vias de classificação, nomeadamente os de interesse público, nacional ou municipal;
- b) Os imóveis contemplados com prémios de arquitetura.

2 — A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias não é permitida sempre que possa causar danos irreparáveis nos materiais de revestimento exterior dos edifícios e que os suportes utilizados prejudiquem o ambiente, afetem a estética ou a salubridade dos lugares ou causem danos a terceiros, nomeadamente quando se trate de:

- a) Faixas de pano, plástico, papel ou outro material semelhante;
- b) Pintura e colagem ou afixação de cartazes nas fachadas dos edifícios ou em qualquer outro mobiliário urbano;
- c) Suportes que excedam a frente do estabelecimento.

3 — A publicidade sonora deve respeitar os limites impostos pela legislação aplicável a atividades ruidosas.

4 — A afixação ou a inscrição de mensagens publicitárias não pode prejudicar a segurança de pessoas e bens, designadamente:

- a) Afetar a iluminação pública;
- b) Prejudicar a visibilidade de placas toponímicas, semáforos e sinais de trânsito;
- c) Afetar a circulação de peões, especialmente dos cidadãos com mobilidade reduzida.

5 — Sempre que exista, ou esteja prevista, arborização, deve assegurar-se a prevalência sobre as restantes componentes interferentes com o espaço público.

Artigo 35.º

Princípios gerais de instalação de suportes publicitários

1 — Em passeios com largura inferior a 1,55 m não é permitida a instalação de suportes publicitários.

2 — Sempre que exista, ou esteja prevista, arborização no espaço público, deve privilegiar-se como princípio fundamental a sua proteção e enquadramento no espaço urbano.

Artigo 36.º

Crítérios definidos em operação urbanística

Devem ser observados os critérios definidos e aprovados em operações urbanísticas licenciadas ou admitidas nos termos do Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação, respeitantes à ocupação do espaço público, à inscrição e afixação de publicidade, bem como à instalação de suportes publicitários.

Artigo 37.º

Publicidade nas vias municipais

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, toda a publicidade a inscrever ou afixar nas imediações das vias municipais fora dos aglomerados urbanos, desde que não visível a partir das estradas nacionais, deverá observar os seguintes condicionalismos:

- a) Nas estradas municipais, deverá ser colocada a uma distância mínima de 15 m do limite exterior da faixa de rodagem, medida na horizontal;
- b) Nos caminhos municipais, deverá ser colocada a uma distância mínima de 10 m do limite exterior da faixa de rodagem, medida na horizontal;
- c) Em caso de proximidade de cruzamento ou entroncamento com outras vias de comunicação ou com vias ferroviárias, deverá ser colocada a uma distância mínima de 25 m do limite exterior da faixa de rodagem, medida na horizontal.

2 — Estão excluídas dos condicionalismos expressos no número anterior as mensagens publicitárias com interesse patrimonial ou cultural, bem como as mensagens publicitárias com interesse turístico reconhecido nos termos da lei.

3 — Estão igualmente excluídas dos condicionalismos indicados as mensagens publicitárias que se destinem a identificar edifícios ou estabelecimentos públicos ou particulares, desde que as mesmas sejam inscritas ou afixadas nos mesmos.

SECÇÃO II

Condições de instalação de mobiliário urbano

Artigo 38.º

Condições de instalação e manutenção de toldo e respetiva sanefa

1 — Na instalação de toldos e respetiva sanefa que só podem ser instalados ao nível do rés-do-chão dos edifícios, deve ser utilizado, preferencialmente, material em lona, observando as seguintes condições:

- a) Em passeios de largura igual ou superior a 2 m, a ocupação deve deixar livre um espaço não inferior a 0,80 m em relação ao limite da faixa de rodagem;
- b) Em passeios de largura inferior a 2 m a ocupação deve deixar livre um espaço não inferior a 0,50 m em relação ao limite da faixa de rodagem, podendo ser fixada uma distância superior sempre que o tráfego automóvel ou a existência ou previsão da instalação de equipamento urbano o justifiquem;
- c) Em caso algum a ocupação pode exceder o balanço de 2 m e, lateralmente, os limites das instalações pertencentes ao respetivo estabelecimento;
- d) A colocação dos toldos e respetivas sanefas nas fachadas têm de respeitar a altura mínima de 2,20 m, ou 2,40 m quando interferindo com percursos acessíveis, incluindo a franja, caso exista, medidos a partir do pavimento do passeio mais desfavorável.

2 — É proibido afixar ou pendurar quaisquer objetos nos toldos e sanefas.

Artigo 39.º

Condições de instalação e manutenção de esplanada aberta

1 — A instalação de esplanadas abertas deve obedecer às seguintes regras:

- a) Sempre que se situe em passeio imediatamente contíguo ao estabelecimento, a esplanada deve corresponder, no máximo, à dimensão da frente do estabelecimento;
- b) Deve ser garantida uma faixa de passeio livre de qualquer obstáculo, com uma largura mínima de 1,60 m;
- c) Os dispositivos de delimitação do espaço de esplanada e equipamento devem ser realizados com elementos amovíveis e nunca fixados no pavimento;
- d) Deixar um espaço igual ou superior a 0,90 m em toda a largura do vão de porta, para garantir o acesso livre e direto à entrada do estabelecimento;

e) Quando a esplanada compreender até três filas de mesas deve garantir-se um corredor para peões de largura livre, contínua, igual ou superior a 1,60 m, junto ao limite da faixa de rodagem;

f) Quando a esplanada compreender mais de três filas de mesas devem garantir-se dois corredores para peões de largura livre, contínua, igual ou superior a 1,60 m, junto aos limites da faixa de rodagem e com a fachada do estabelecimento;

g) Não alterar a superfície do pavimento onde é instalada, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte;

h) O mobiliário urbano, nomeadamente cadeiras, mesas e guarda-sóis, deverão ter unidade cromática e constituir um elemento de valorização da imagem e funcionalidade do espaço urbano.

2 — Os proprietários, os concessionários ou os exploradores de estabelecimentos são responsáveis pelo estado de limpeza dos passeios e das esplanadas abertas na parte ocupada e na faixa contígua de 2 m.

Artigo 40.º

Condições de instalação de estrados

1 — É permitida a instalação de estrados como apoio a uma esplanada, sem exceder a dimensão desta, quando o desnível do pavimento ocupado pela esplanada for superior a 3 % de inclinação.

2 — Os estrados devem ser desmontáveis e construídos, preferencialmente, em módulos de madeira tratada, de estrutura aligeirada sem qualquer fixação ao pavimento.

3 — Os estrados devem garantir a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, nos termos do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

Artigo 41.º

Condições de instalação de guarda-vento

1 — A colocação de guarda-ventos limita-se exclusivamente ao horário de funcionamento do respetivo estabelecimento.

2 — A sua colocação deve ser feita nas seguintes condições:

a) Ser amovível, sem fixação ao solo e preferencialmente transparente;

b) Quando exista uma parte opaca, esta não pode ultrapassar a altura de 0,60 m, contada a partir do solo;

c) A distância do seu plano inferior ao pavimento deve ser no mínimo de 0,10 m;

d) A altura do guarda-vento não pode exceder 1,70 m, contados a partir do solo;

e) Não ocultar referências de interesse público, nem prejudicar a segurança, salubridade e boa visibilidade local ou as árvores porventura existentes;

f) Devem ser construídos em materiais/sistemas construtivos que favoreçam a durabilidade, o conforto, a segurança e a unidade estética do conjunto.

Artigo 42.º

Condições de instalação de vitrina

1 — Apenas são admitidas vitrinas/molduras para exposição de menus em estabelecimentos de restauração, junto à porta de entrada do respetivo estabelecimento e preferencialmente encastradas.

2 — Na instalação de vitrinas apostas às fachadas dos estabelecimentos referidos no número anterior, devem observar-se os seguintes limites:

a) Não se sobrepor a cunhais, pilastras, cornijas, emolduramentos de vãos de portas e janelas ou outros elementos com interesse arquitetónico e decorativo;

b) As dimensões máximas permitidas para as vitrinas são 0,30 m × 0,40 m;

c) A altura da parte inferior da vitrina relativamente ao solo, não deve ser superior a 1,20 m;

d) A respetiva saliência não poderá exceder 0,05 m a partir do plano da fachada do edifício.

Artigo 43.º

Condições de instalação de expositor

1 — Por cada estabelecimento é permitido apenas um expositor, instalado junto à fachada e exclusivamente durante o seu horário de funcionamento.

2 — O expositor apenas pode ser instalado em passeios com largura igual ou superior a 2 m, devendo respeitar as seguintes condições de instalação:

a) Reservar um corredor de circulação de peões igual ou superior a 1,60 m.

b) Não prejudicar o acesso aos edifícios contíguos;

c) Ser amovível e não exceder 1,20 m de altura a partir do solo;

d) Reservar uma altura mínima de 0,20 m contados a partir do plano inferior do expositor ao solo.

Artigo 44.º

Condições de instalação de arca ou máquina de gelados

1 — A presença no espaço público de uma arca ou máquina de gelados limita-se exclusivamente ao horário de funcionamento do respetivo estabelecimento.

2 — Na instalação de uma arca ou máquina de gelados, deve deixar-se livre um corredor no passeio com uma largura não inferior a 1,60 m.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a instalação de uma arca ou máquina de gelados deve ser efetuada junto à fachada do respetivo estabelecimento, não podendo exceder 1 m de avanço contado a partir do plano da fachada.

Artigo 45.º

Condições de instalação de um brinquedo mecânico e equipamento similar

1 — Por cada estabelecimento apenas é autorizado um brinquedo mecânico ou equipamento similar, instalado exclusivamente durante o seu horário de funcionamento.

2 — A instalação de um brinquedo mecânico ou de um equipamento similar deve deixar livre um corredor no passeio com uma largura não inferior a 1,60 m.

3 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o brinquedo mecânico ou equipamento similar deve referencialmente ser colocado junto à entrada do estabelecimento, sem exceder 1 m de avanço, contado a partir do plano da fachada.

SECÇÃO III

Condições de instalação de suportes publicitários e de afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias

Artigo 46.º

Condições e restrições de aplicação de chapas, placas e tabuletas

1 — Em cada edifício, as chapas, placas ou tabuletas devem apresentar dimensão, cores, materiais e alinhamentos adequados à estética do edifício.

2 — A instalação das chapas deve fazer-se a uma distância do solo igual ou superior ao nível do piso do 1.º andar dos edifícios.

3 — A instalação de uma placa deve respeitar as seguintes condições:

a) Não se sobrepor a gradeamentos ou zonas vazadas em varandas;

b) Não ocultar elementos decorativos ou outros com interesse na composição arquitetónica das fachadas.

4 — As placas só podem ser instaladas ao nível do rés-do-chão dos edifícios.

5 — Não é permitida a instalação de mais de uma placa por cada fração autónoma ou fogo.

6 — A instalação de uma tabuleta deve respeitar as seguintes condições:

a) O limite inferior da tabuleta deve ficar a uma distância do solo igual ou superior a 2,60 m;

b) Não exceder o balanço de 1,50 m em relação ao plano marginal do edifício, exceto no caso de ruas sem passeios, em que o balanço não excede 0,20 m;

c) Deixar uma distância igual ou superior a 3 m entre tabuletas.

Artigo 47.º

Condições de instalação de bandeiras

1 — As bandeiras não podem ser afixadas em áreas de proteção das localidades.

2 — As bandeiras devem permanecer oscilantes, só podendo ser colocadas em posição perpendicular à via mais próxima e afixadas do lado interior do poste.

3 — A dimensão máxima das bandeiras deve ser de 0,60 m de comprimento e 1 m de altura.

4 — A distância entre a fachada do edifício mais próximo e a parte mais saliente da bandeira deve ser igual ou superior a 2 m.

5 — A distância entre a parte inferior da bandeira e o solo deve ser igual ou superior a 3 m.

6 — A distância entre bandeirolas afixadas ao longo das vias deve ser igual ou superior a 50 m.

Artigo 48.º

Condições de aplicação de letras soltas ou símbolos

A aplicação de letras soltas ou símbolos deve respeitar as seguintes condições:

- a) Não exceder 0,50 m de altura e 0,15 m de saliência;
- b) Não ocultar elementos decorativos ou outros com interesse na composição arquitetónica das fachadas, sendo aplicada(o)s diretamente sobre o paramento das paredes;
- c) Ter em atenção a forma e a escala, de modo a respeitar a integridade estética dos próprios edifícios.

Artigo 49.º

Condições de instalação de anúncios luminosos, iluminados, eletrónicos e semelhantes

1 — Os anúncios luminosos, iluminados, eletrónicos e semelhantes devem ser colocados sobre as saliências das fachadas e respeitar as seguintes condições:

- a) O balanço total não pode exceder 2 m;
- b) A distância entre o solo e a parte inferior do anúncio não pode ser menor do que 2,60 m nem superior a 4 m;
- c) Caso o balanço total não exceda 0,15 m, a distância entre a parte inferior do anúncio e o solo não pode ser menor do que 2 m nem superior a 4 m.

2 — As estruturas dos anúncios luminosos, iluminados, sistemas eletrónicos ou semelhantes instalados nas fachadas de edifícios e em espaço público devem ficar, tanto quanto possível, encobertas e ser pintadas com a cor que lhes dê o menor destaque.

Artigo 50.º

Condições de instalação de painéis

A instalação de painéis deve respeitar as seguintes condições:

- a) A estrutura de suporte do painel deve ser em perfis metálicos, envolvidos com chapa de 3mm de espessura com arestas arredondadas pintados a esmalte forja;
- b) Ser nivelado, salvo quando se localize em arruamento inclinado, em que se admite a sua disposição acompanhando de forma harmoniosa à pendente do terreno;
- c) A superfície de afixação da publicidade não pode ser subdividida;
- d) Obedecer às seguintes dimensões:
 - i) 2,40 m de largura por 1,70 m de altura;
 - ii) 4 m de largura por 3 m de altura;
 - iii) 8 m de largura por 3 m de altura.
- e) O painel não pode localizar-se em rotundas, espaços ajardinados e em ilhas para peões ou separadores de trânsito automóvel;
- f) Excetuam-se da alínea anterior o caso das rotundas objeto de estudo de pormenor.
- g) O painel não pode manter-se no local sem mensagem.

Artigo 51.º

Condições de instalação de totens

1 — A instalação de totem deve respeitar as seguintes condições:

- a) Respeitar a visibilidade a partir do espaço público de toda a sinalização do código da estrada.
- b) Tratando-se de um módulo monolítico de dupla face, ter a altura mínima de 2,50 m até ao bordo inferior da mancha publicitária.
- c) Tratando-se de uma estrutura de suporte de mensagem publicitária ou de identificação, com duas ou mais faces, sustentada por um poste, deverá:
 - i) Possuir altura máxima de 12 m;
 - ii) Dimensão máxima de qualquer lado do polígono que define a face do suporte da mensagem de 3,50 m.

2 — Os limites previstos nas alíneas b) e c) do número anterior podem ser alterados em função das características morfológicas e topográficas do local e da envolvente livre adstrita ao estabelecimento.

3 — Em casos devidamente justificados a Câmara Municipal pode impor a eliminação ou restrição dos efeitos luminosos dos totens.

Artigo 52.º

Condições de instalação de publicidade em empenas

1 — A instalação de publicidade em empenas de edifícios deve respeitar as seguintes condições:

- a) As mensagens publicitárias e os suportes respetivos não devem exceder os limites físicos das paredes exteriores que lhes servem de suporte;
- b) O motivo publicitário a instalar deve ser constituído por um único dispositivo, não sendo por isso emitida mais do que uma licença por local ou empena;
- c) As mensagens publicitárias e os suportes respetivos não podem ser visíveis de estradas nacionais, vias rápidas ou equiparadas.

2 — A Câmara Municipal pode condicionar a utilização de cores ou tonalidades, dimensionamento de suportes, imagens e outras inscrições ou alterar a percentagem de área a utilizar como conjunto da mensagem publicitária, nos casos em que o suporte interfira no equilíbrio da composição arquitetónica do edifício onde se pretende a sua instalação ou produza um impacto negativo na envolvente.

3 — A pintura de mensagens publicitárias em empenas apenas se admite se a inscrição publicitária, pela sua criatividade e originalidade, for considerada um benefício para o edifício.

Artigo 53.º

Publicidade sonora

1 — É permitida a difusão de mensagens publicitárias sonoras de natureza comercial que possam ser ouvidas dentro dos respetivos estabelecimentos ou na via pública, cujo objetivo imediato seja atrair ou reter a atenção do público.

2 — A difusão sonora de mensagens publicitárias de natureza comercial apenas pode ocorrer:

- a) No período compreendido entre as 9 e as 20 horas;
- b) A uma distância mínima de 300 m de edifícios escolares, durante o seu horário de funcionamento, de hospitais, cemitérios e locais de culto.

Artigo 54.º

Publicidade instalada em telhados, coberturas ou terraços

1 — A instalação de publicidade em telhados, coberturas ou terraços só é permitida quando observadas as seguintes condições:

- a) Não obstrua o campo visual envolvente, tanto no que se refere a elementos naturais, como construídos;
- b) As estruturas de suporte dos dispositivos publicitários a instalar não assumam uma presença visual diurna ou noturna destacada e esteja assegurada a sua sinalização para efeitos de segurança.

2 — A altura máxima dos dispositivos publicitários a instalar em telhados, coberturas ou terraços dos edifícios, não pode exceder um quarto da altura maior da fachada do edifício e, em qualquer caso, não pode ter uma altura superior a 5 m, nem a sua cota máxima ultrapassar, em altura, a largura do respetivo arruamento.

3 — Os suportes publicitários instalados em telhados, coberturas ou terraços de edifícios devem observar as seguintes distâncias:

- a) 2 m de recuo relativamente ao plano marginal do edifício;
- b) 2 m contados a partir de ambos os limites da fachada em que se inserem;
- c) 15 m a janelas de ambos os limites situados no lado oposto do arruamento.

4 — Em casos devidamente justificados, a Câmara Municipal pode fixar limitações ao horário de funcionamento ou suprimir efeitos luminosos dos dispositivos.

Artigo 55.º

Campanhas publicitárias de rua

1 — As campanhas publicitárias de rua, nomeadamente as que ocorrem através de distribuição de panfletos, distribuição de produtos, provas de degustação, ocupações da via pública com objetos ou equipamentos de natureza publicitária ou de apoio ou outras ações promocionais de natureza comercial, só podem ocorrer quando observados os princípios e as condições dispostas nos números seguintes e nos artigos 33.º a 35.º do presente Regulamento.

2 — Só é autorizada a distribuição dos produtos acima referidos se a mesma for feita em mão aos peões e sem prejudicar a sua circulação, sendo interdita a sua distribuição nas faixas de circulação rodoviária.

3 — A distribuição não pode ser efetuada por arremesso.

4 — Salvo casos excecionais, o período máximo autorizado para cada campanha de distribuição é de 4 dias, não prorrogável, em cada mês e para cada entidade.

5 — É obrigatória a remoção pelos respetivos promotores de todos os panfletos, invólucros de produtos ou quaisquer outros resíduos resultantes de cada campanha, abandonados no espaço público.

6 — Qualquer equipamento de apoio à distribuição de produtos ou dispositivos de natureza publicitária, que implique ocupação do espaço público, não pode ter uma dimensão superior a 4 m².

CAPÍTULO VI

Fiscalização, contraordenações e sanções

Artigo 56.º

Fiscalização

1 — Sem prejuízo da competência atribuída por lei a outras entidades, incumbe aos serviços municipais competentes, designadamente ao Serviço de Polícia Municipal de Celorico de Basto, a fiscalização do disposto no presente Regulamento.

2 — A competência para determinar a instauração dos processos de contraordenação e para a aplicação das coimas e sanções acessórias pertence ao Presidente da Câmara ou a Vereador com competências delegadas nessa matéria.

Artigo 57.º

Responsabilidade

1 — Respondem pelo desrespeito às normas estabelecidas no presente Regulamento os titulares das licenças ou comunicações prévias.

2 — Caso a publicidade ou ocupação do espaço público não tenha sido comunicada ou licenciada, respondem pelos ilícitos:

a) Os exploradores dos estabelecimentos onde as mensagens estejam afixadas ou ao qual esteja afeto o mobiliário urbano;

b) No caso de publicidade ou mobiliário não inserido em estabelecimentos, as entidades (pessoas singulares ou coletivas) aí identificadas ou as entidades cujos produtos ou atividades sejam publicitadas.

3 — Os anunciantes, os profissionais, as agências de publicidade e quaisquer outras entidades que exerçam a atividade publicitária, bem como os proprietários dos suportes publicitários utilizados ou os respetivos concessionários, respondem também civil e solidariamente, nos termos gerais do direito, pelos prejuízos causados a terceiros em resultado da difusão de mensagens publicitárias ilícitas.

4 — Compete ao proprietário do prédio ou terreno exercer vigilância no que respeita à afixação ou instalação de dispositivos com publicidade e à ocupação do espaço público com mobiliário urbano, cabendo-lhe comunicar aos serviços camarários a deteção de irregularidades verificadas.

Artigo 58.º

Contraordenações

1 — Sem prejuízo do disposto noutras disposições legais, constituem contraordenação:

a) A emissão de uma declaração a atestar o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, ao abrigo do disposto na alínea d), do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que não corresponda à verdade, punível com coima de € 500 a € 3500, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 1500 a € 25000, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;

b) A não realização das comunicações prévias previstas nos artigos 6.º e 7.º do presente Regulamento, punível com coima de € 350 a € 2500, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 1000 a € 7500, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;

c) A ocupação do espaço público, bem como a afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias sem licença municipal, punível com coima de € 350 a € 2500, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 1000 a € 7500, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;

d) A falta, não suprida em 10 dias após notificação eletrónica, de algum elemento essencial da mera comunicação prévia prevista no n.º 2 do artigo 16.º do presente Regulamento, punível com coima de € 200 a € 1000, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 500 a € 2500, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;

e) A não atualização dos dados prevista no artigo 20.º do presente Regulamento, punível com coima de € 150 a € 750, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 400 a € 2000, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;

f) Cumprimento fora do prazo do disposto no artigo 20.º do presente Regulamento, punível com coima de € 50 a € 250 tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 200 a € 1000, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;

g) A alteração de elemento ou de demarcação do mobiliário urbano ou suporte publicitário aprovados, punível com coima de € 250 a € 1500, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 350 a € 3500, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva, violando a alínea b) do artigo 13.º deste Regulamento;

h) A transmissão da licença a outrem não autorizada, bem como a cedência de utilização dessa licença, ainda que temporariamente, punível com coima de € 350 a € 2500, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 1000 a € 7500, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva, em violação das alíneas d) e e), respetivamente, do artigo 13.º deste Regulamento;

i) O não cumprimento do dever de remoção, reposição e limpeza do mobiliário urbano, da publicidade bem como dos respetivos suportes ou materiais referido no artigo 12.º do Regulamento, punível com coima de € 250 a € 2500, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 350 a € 7500, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;

j) A falta de conservação e manutenção do mobiliários urbano, suportes publicitários e demais equipamentos, punível com coima de € 100 a € 1500, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 250 a € 2500, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva, violando o artigo 14.º deste Regulamento;

k) A violação dos princípios gerais relativos à ocupação do espaço público, à afixação e inscrição de publicidade e à instalação de suportes publicitários, constantes, respetivamente, dos artigos 33.º, 34.º e 35.º do presente Regulamento, punível com coima de € 250 a € 2500, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 350 a € 5000, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva.

2 — A aplicação das coimas e sanções referidas não isenta o infrator da eventual responsabilidade civil ou criminal emergente dos factos por si praticados.

3 — A tentativa e negligência são puníveis nos termos gerais.

4 — O produto da aplicação das coimas referidas no presente artigo reverte para o Município.

5 — O pagamento das coimas previstas no presente Regulamento não dispensa os infratores do dever de reposição da legalidade.

Artigo 59.º

Sanções acessórias

1 — Em função da gravidade da infração e da culpa do agente, simultaneamente com a coima podem ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

a) Perda de objetos pertencentes ao agente e utilizados na prática da infração;

b) A interdição do exercício de atividade se o agente praticar a contraordenação com flagrante e grave abuso dessa atividade ou com manifesta e grave violação dos deveres que lhe são inerentes;

c) Privação do direito a subsídio ou benefício outorgado por entidades ou serviços públicos;

d) Privação do direito de participar em arrematações ou concursos públicos que tenham por objeto a empreitada ou a concessão de obras públicas, o fornecimento de bens e serviços, a concessão de serviços públicos e a atribuição de licenças ou alvarás;

e) O encerramento do estabelecimento quando a infração tenha sido praticada por causa do funcionamento do estabelecimento.

f) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás.

2 — As sanções referidas nas alíneas b) a f) do número anterior têm a duração máxima de dois anos, contados a partir da decisão condenatória definitiva.

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Artigo 60.º

Legislação subsidiária

Em tudo o que não estiver expressamente previsto neste Regulamento regem todas as disposições legais aplicáveis, dispersas por vários diplomas.

Artigo 61.º

Regime transitório

As licenças de publicidade deferidas em data anterior à entrada em vigor deste Regulamento permanecem válidas até terminar o seu prazo de validade.

Artigo 62.º

Norma revogatória

Com entrada em vigor do presente regulamento é revogado o Regulamento Municipal sobre toldos, alpendres, letreiros cartazes e outros reclamos e para o Concelho de Celorico de Basto remonta a 28 de Outubro de 1987.

Artigo 63.º

Entrada em vigor

1 — O presente regulamento entra em vigor no dia útil seguinte à sua publicação no *Diário da República*.

2 — As disposições que pressuponham a existência do “Balcão do Empreendedor” apenas entrarão em vigor na data da sua entrada em funcionamento.

ANEXO I

Modelo do Alvará que se refere o n.º 2 do artigo 27.º**CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO**

ALVARÁ DE LICENÇA DE PUBLICIDADE N.º ____/____

Processo n.º ____

TITULAR: _____

Contribuinte n.º _____

Residência/Sede _____

Estabelecimento _____

Sito _____

Titular de estabelecimento _____

SUPORTE PUBLICITÁRIO: _____

Dimensão: _____

A afixar/inscrever em _____

Condições de afixação/inscrição: _____

Observações: _____

A presente Licença de Publicidade foi concedida por Despacho do Sr. Vereador do Pelouro de, ____ de ____ de ____

VALIDADE: ____ de ____ de ____

O titular do presente Alvará fica obrigado a cumprir o disposto no Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação do Espaço Público, aprovado por Deliberação de Assembleia Municipal de Celorico de Basto tomada em reunião de ____ e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º ____, de ____, bem como toda a restante legislação subsidiariamente aplicável.

Taxa cobrada com a Guia de Receita n.º ____ da data supra.

Celorico de Basto e Paços do Concelho, ____ de ____ de ____.

O CHEFE DE DIVISÃO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

206861416

MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO**Declaração de retificação n.º 439/2013**

Para os devidos efeitos, declara-se que o aviso n.º 3636/2013, relativo ao inquérito público do projeto de Regulamento para a Concessão de Pesca Desportiva da Albufeira de Santa Maria de Aguiar, foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 50, de 12 de março de 2013, com a seguinte incorreção:

Assim, no primeiro parágrafo do aviso, onde se lê «[...]» é submetido a inquérito público o projeto de Regulamento Interno de Utilização de Veículos e Máquinas Municipais, conforme deliberação [...]» deve ler-se «[...]» é submetido a inquérito público o projeto de Regulamento para a Concessão de Pesca Desportiva da Albufeira de Santa Maria de Aguiar, conforme deliberação [...]».

1 de abril de 2013. — O Presidente da Câmara, *António Edmundo Freire Ribeiro*.

206864365

MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ**Aviso n.º 4721/2013**

Em cumprimento do n.º 6, do artigo 36.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público, que a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho de Técnico Superior, área de Engenharia Geográfica, da carreira geral de Técnico Superior, em regime de contrato de trabalho, por tempo determinável, a termo incerto, publicado o respetivo aviso de abertura no *Diário da República* n.º 157, 2.ª série, de 14 de agosto de 2012, com o n.º 10934/2012, foi homologada, por meu despacho de 18 de março de 2013, e encontra-se afixada no atendimento da Divisão de Recursos Humanos e disponível na página eletrónica do município <http://www.figueiradigital.com/municipio/?mid=129>

18 de março de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Albino Rainho Ataíde das Neves*.

306853924

MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA**Edital (extrato) n.º 344/2013****Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Idanha-a-Nova**

Engenheiro Álvaro José Cachucho Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, torna público que, sob proposta da Câmara Municipal de 14 de setembro de 2012, 23 de novembro de 2012 e 8 de fevereiro de 2013, o Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Idanha-a-Nova, foi aprovado por unanimidade, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2013, ao abrigo das competências que lhe são cometidas em matéria regulamentar, previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, conjugada com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da mesma Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Mais torna público que, nos termos do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, o projeto foi submetido a apreciação pública, por um período de 30 dias contados da sua publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 9 de outubro de 2012, tendo-se procedido igualmente à sua publicitação através de edital que foi afixado nos locais de estilo e, em cumprimento do estabelecido no artigo 117.º do Código do Procedimento Administrativo, foi sujeito a audiência dos interessados.

Foram incluídas as sugestões apresentadas pela Assembleia Municipal tendo o mesmo sido aprovado na sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2013.

Torna Público que o regulamento será publicitado através de edital nos lugares de estilo e no portal do Município de Idanha-a-Nova na Internet em www.cm-idanhanova.pt, bem como no *Diário da República*.

Nos termos do seu artigo 37.º, o regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

25 de março de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Engenheiro Álvaro José Cachucho Rocha*.

306853592

MUNICÍPIO DE LOULÉ**Aviso n.º 4722/2013****Alteração à operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 3/2008 — Morgadinho ou Quinta do Morgadinho — Semino — Quarteira — Loulé**

Para os devidos efeitos, se torna público que em 13 de março de 2013 a Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à discussão pública o projeto de alteração do loteamento (proc. n.º 7/05), requerido em nome de Oceânico II — Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado gerido e administrado por Interfundos — Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., por um período de 15 dias úteis, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de

6 de janeiro, conforme previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por força do artigo 27.º do mesmo diploma, a contar 5 dias após a publicação deste aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

Durante aquele período o projeto do Loteamento estará disponível nos serviços da Câmara Municipal de Loulé, nos dias úteis, entre as 9 horas e 30 minutos e as 12 horas e 30 minutos e entre as 14 horas e 30 minutos e as 16 horas e 30 minutos.

No âmbito do processo da discussão pública serão consideradas e apreciadas todas as observações, reclamações ou sugestões que, apresentadas por escrito, especificamente se relacionem com o projeto em análise, devendo ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Loulé até à data do termo da discussão pública, e entregues nos serviços desta Câmara.

O presente aviso vai ser afixado nos lugares públicos do costume e publicado nos órgãos da comunicação social.

21 de março de 2013. — O Presidente da Câmara, *Sebastião Francisco Seruca Emídio*.

306863944

MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Regulamento n.º 130/2013

Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais Regulamento de Liquidação e Cobrança

Preâmbulo

O presente Regulamento tem por objeto estabelecer o sistema tarifário e o regime de liquidação e cobrança das taxas cobradas pela Câmara Municipal de Odivelas, na área geográfica do Município de Odivelas, bem como os preços praticados pela prestação de bens e serviços.

A nova Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, aprovada com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2007, consagra um novo modelo de participação dos Municípios nos impostos do Estado, tendo na alínea c) do artigo 10.º e nos artigos 15.º e 16.º, estabelecido as regras e princípios que devem nortear a criação de taxas e outras receitas das Autarquias Locais.

A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o “Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais”, visa, expressamente, regular as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento das taxas locais.

Estes diplomas legais representam, pois, um instrumento de democratização local visando garantir a autonomia das finanças locais na definição de prioridades das políticas públicas locais.

De entre as novas regras e princípios a que as autarquias locais se passam a subordinar, salienta-se a exigência de os regulamentos a emitir conterem, na criação das taxas ou na alteração do seu valor, não apenas a fundamentação de Direito, mas também, a justificação económico-financeira dos quantitativos a liquidar e a cobrar, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros e as amortizações e os investimentos realizados ou a realizar.

Esta justificação económico-financeira permite verificar o respeito pelo princípio da equivalência jurídica, que é, expressamente, consagrado no regime geral das taxas das autarquias locais, segundo o qual o valor das taxas das autarquias locais é fixado “de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular”.

Estas exigências, da proporcionalidade e da justificação económica e financeira dos quantitativos a cobrar, são, aliás, reconhecidas como determinantes para um controlo mais rigoroso da natureza do tributo como verdadeira taxa e constitui, também, o instrumento que impedirá a definição de valores discricionários ou mesmo arbitrários.

O Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Odivelas resulta da aplicação da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o “Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais”, da Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, na sua atual redação, e do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que consagra as taxas devidas pelo licenciamento de loteamentos e de realização de infraestruturas urbanísticas, pela aprovação de projetos e licenciamento de obras de construção, ampliação ou alteração de edifícios, de um modo geral, pelo licenciamento municipal de todas as ações de uso do solo a ele sujeitas, no território do Município de Odivelas, e ainda das taxas devidas pela prática de outros atos administrativos, considerando o disposto nos diplomas legais que regulam os respetivos procedimentos, bem como o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que aprova programa de licenciamento zero.

O presente Regulamento faz uma clara ponderação entre os interesses coletivos e as políticas e orientações traçadas para a área geográfica do Município de Odivelas procurando, nomeadamente, privilegiar atividades económicas de relevo e salvaguarda do meio ambiente, das zonas verdes e dos espaços públicos, procurando uma conveniente adequação dos valores devidos pelos particulares e uma equilibrada repartição da cobertura dos custos orçamentais com os serviços prestados, como resulta do regime legal em vigor.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, que aprova a LGT, na sua atual redação, passou a impor-se, especificamente no ordenamento jurídico-tributário, a participação dos contribuintes na formação das decisões que lhes digam respeito, nos procedimentos que correm no âmbito da administração tributária.

As normas regulamentares de liquidação, cobrança e pagamento, devidas pela contraprestação de serviços municipais, são aprovadas nos termos estabelecidos pelo disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nas alíneas a), e) e h) do n.º 2 do artigo 53.º, na alínea j) do n.º 1, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, na sua atual redação, na Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, na sua atual redação, no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, na sua atual redação, e no Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, com as alterações que posteriormente lhe foram introduzidas.

Em cumprimento do disposto no Artigo 118.º, do Código de Procedimento Administrativo, o projeto foi objeto de apreciação pública, tendo para isso sido publicado, na íntegra, em Boletim Municipal das Deliberações e Decisões edição especial n.º 1 de 2013, de 8 de janeiro.

Assim:

A Assembleia Municipal de Odivelas, fazendo uso da competência que lhe é atribuída pelas alíneas a) e e) do n.º 2, do artigo 53.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, aprova, sob proposta da Câmara Municipal, o Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, do Município de Odivelas.

Fundamentação económico-financeira

Considerando que, a Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, consagra na alínea c) do artigo 10.º e nos artigos 15.º e 16.º, as regras e princípios que devem nortear a criação de taxas e outras receitas nas Autarquias Locais, e considerando ainda, o regime legal definido pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o “Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais”, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, acarretam um acréscimo de responsabilização às Autarquias Locais, que deste modo se vêm obrigadas, na definição das taxas e seus montantes, a fundamentar não apenas de Direito, mas também, económica e financeiramente o valor atribuído, indicando as fórmulas de cálculo, os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela Autarquia.

Considerando que aferir com rigor o valor pela prestação de serviços e utilização de bens municipais implica a imputação contabilística de custos às funções, bens e serviços prestados pela Autarquia e que a adaptação dos regulamentos municipais de cobrança de taxas ao regime instituído pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, é obrigatória para o ano 2010:

Na preparação do Regulamento de Taxas e outras receitas do Município e seu Regulamento de Liquidação e Cobrança, a Câmara Municipal de Odivelas como metodologia para o presente trabalho e tendo em conta a não existência de centro de custos, procedeu à identificação de dois tipos de custo, diretos e indiretos.

Os valores foram aferidos e fornecidos pelos serviços municipais, com base na sistematização encontrada pelo Grupo de Trabalho, tendo em conta que:

Os custos diretos representam os custos que concorrem diretamente para a função, bens ou serviços prestados imputáveis ao serviço municipal, aplicando-se para tal, o valor médio e a quantidade de recursos utilizada e foram imputados na razão direta da sua utilização, tendo por base valores médios de aquisição.

O custo da mão de obra direto foi calculado utilizando o custo médio por colaborador em função da sua categoria funcional, incluindo, para além do vencimento, os respetivos custos e os encargos sociais associados.

Os custos indiretos representam os custos que não concorrem diretamente para a função, bens ou serviços prestados, mas que são imputáveis indiretamente para o apuramento do valor das taxas e outras receitas e foram calculados em função de custos anuais e imputados utilizando um dos métodos previstos na contabilidade analítica, ou seja o número de horas efetivas de trabalho consideradas para cada tarefa.

Para este valor concorrem ainda os seguintes fatores produtivos, calculados na base no histórico dos custos anuais distribuídos em função do número de horas anuais efetivas de trabalho:

Água, eletricidade, arrendamento de instalações, investimentos, comunicações voz/dados, transporte de expediente, serviço da dívida, recursos humanos, posto de trabalho/computador, seguros, assistência e manutenção de fotocopiadoras, segurança, limpeza das instalações e amortizações de bens ou equipamentos.

De forma a aferir o número de horas anuais efetivas de trabalho, tiveram-se em conta os seguintes fatores:

- a) Número de trabalhadores efetivos no Município de Odivelas = 893
- b) Dias efetivos de trabalho por colaborador = 223
- c) Horas efetivas de trabalho por trabalhador/ano = 1561

Fórmulas de Cálculo:

Número de dias efetivos de trabalho no Município de Odivelas = 365 dias – 13 dias feriados – 25 dias de férias – 104 dias de fins de semana = 223 dias efetivos de trabalho;

Horas efetivas de trabalho por trabalhador/ano = 223 × 7 horas de trabalho = 1561 horas/funcionário/ano

Número de Horas Anuais Efetivas de Trabalho do Município = 1561 × 893 = 1.393.973 horas/município/ano

Ficam, assim, criadas as condições para que se implemente o novo Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, do Município de Odivelas, que se apresenta:

LIVRO I

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Disposições gerais

SECÇÃO I

Objeto e isenções

Artigo 1.º

Objeto

- 1 — O presente Regulamento tem por objeto estabelecer o sistema tarifário devido ao Município de Odivelas pela emissão de licenças, autorizações e quaisquer outros factos ou efeitos jurídicos praticados, bem como pelas prestações de serviços previstas na Lei das Finanças Locais e, de um modo geral, pelo licenciamento municipal de todas as ações de uso do solo a ele sujeitas, no território do Município de Odivelas, e ainda das taxas devidas pelos atos administrativos afins, considerando o disposto nos diplomas legais que regulam os respetivos procedimentos.
- 2 — De igual modo são estabelecidas as disposições respeitantes à liquidação, cobrança e pagamento das taxas e outras receitas municipais pela concessão de licenças, autorizações e prestação de serviços por parte do Município de Odivelas, incluindo aquelas que são objeto de delegação de competências nas freguesias.
- 3 — O presente regulamento não se aplica às situações e casos em que a fixação, a liquidação, a cobrança e o pagamento das taxas obedeça a normativos legais específicos.

Artigo 2.º

Isenções e reduções gerais

Sem prejuízo de outros factos geradores de isenção e redução legalmente previstos, estão abrangidos pelo presente artigo:

- 1 — As Freguesias do Município de Odivelas.
- 2 — Excetuam-se da isenção prevista no número anterior os pagamentos devidos por factos geradores da contra-prestação dum preço, constantes no Livro III do presente Regulamento.

- 3 — Sem prejuízo de quaisquer outras isenções estabelecidas na lei, gozam de isenção, mediante requerimento devidamente fundamentado, do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento, as cooperativas, suas uniões, federações e confederações, as associações de bombeiros, coletividades desportivas, culturais, recreativas e outras Instituições com caráter de solidariedade social, ou outras pessoas coletivas equiparadas, que prossigam fins não lucrativos, desde que constituídas, registadas e funcionando nos termos do ordenamento jurídico português, relativamente às atividades que se destinem à realização dos seus fins estatutários, mediante apresentação dos respetivos estatutos.
- 4 — Pessoas com deficiência superior a 60 % devidamente comprovada, nos termos da legislação geral, que pretendam exercer ou renovar uma atividade ou fazer uso do espaço de domínio municipal, definidos nos artigos 71.º, 84.º, 87.º e 127.º, do presente Regulamento, ficam isentas do pagamento da respetiva taxa, desde que essa atividade não seja incompatível com o tipo de deficiência que o requerente é portador.
- 5 — As pessoas que se encontrem na situação definida no número anterior, que pretendam exercer uma das atividades previstas no artigo 75.º e na alínea a) do n.º 1, do artigo 76.º, do presente Regulamento, as respetivas taxas são reduzidas em 50 %, desde que o interessado o requeira.
- 6 — Pessoas de comprovada insuficiência económica, nos termos da legislação geral, ficam isentas do pagamento das taxas referidas nos artigos 71.º, 75.º, alínea a) do n.º 1, do artigo 76.º, 83.º e 84.º, do presente Regulamento.
- 7 — A Câmara Municipal, com base em requerimento devidamente fundamentado, por outras entidades não abrangidas pelo n.º 3, do presente artigo, pode isentar os requerentes do pagamento das taxas exigíveis, ou reduzir o seu montante, quanto a atividades que se destinem à realização de fins de manifesto interesse social ou municipal.
- 8 — Quando terceiros atuem em conjunto com alguma das entidades referidas no n.º 3, do presente artigo, poderá a taxa ser reduzida em 50 % sobre o valor devido, sempre que as referidas entidades percecionem parte dos proveitos, em montante não inferior ao valor da isenção.
- 9 — Nas situações previstas nos números 2 e 3, do artigo 108.º, do presente Regulamento, não haverá lugar a cobrança da taxa devida pela utilização dos recintos desportivos municipais ou sob gestão municipal, não podendo em circunstância alguma ser este valor inferior ao que resultaria da cobrança da taxa devida pela utilização destes equipamentos.

Artigo 3.º

Edificação e urbanização — Isenção e redução específica

- 1 — Gozam de isenção do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento, quanto ao licenciamento de edificações que sejam afetas diretamente ao exercício dos seus fins estatutários, as cooperativas, suas uniões, federações e confederações, as associações de bombeiros, coletividades desportivas, culturais, recreativas e outras Instituições com caráter de solidariedade social, ou outras pessoas coletivas equiparadas, que prossigam fins não lucrativos, bem como as associações de proprietários e ou moradores em bairros de áreas urbanas de génese ilegal, desde que legalmente constituídas, registadas e funcionando nos termos do ordenamento jurídico português, mediante apresentação dos respetivos estatutos.
- 2 — Fica sempre excluída da isenção prevista no número anterior a edificação, ou parte dela, que seja destinada a ser colocada no mercado concorrencial, imobiliário ou de arrendamento.
- 3 — Quando, dentro dos cinco anos seguintes ao licenciamento ou autorização da utilização de construções isentas de taxas, lhes vier a ser dado, total ou parcialmente, um fim que exclua a isenção, a Câmara Municipal cobrará as taxas correspondentes.
- 4 — Gozam de isenção do pagamento devido pelas taxas previstas no presente regulamento, as obras promovidas por quaisquer entidades, quando as obras a edificar constituam execução de Contratos de Desenvolvimento de Habitação Social ou de outros programas desenvolvidos no âmbito da política social de habitação.

Artigo 4.º

Áreas urbanas de génese ilegal — Redução específica

- 1 — Nas operações de loteamento em AUGI nos termos da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, aplicar-se-ão, como incentivo ao cumprimento do dever de reconversão, a redução de 50 % do valor das taxas previstas no n.º 2, do artigo 51.º, do presente Regulamento, com exceção dos valores relativos às compensações das áreas de cedência em falta, nos lotes afetos a moradias unifamiliares ou bifamiliares, com ou sem atividade económica compatível com a habitação.
- 2 — As taxas de licenciamento, autorização ou admissão de comunicação prévia, previstas no artigo 42.º, do presente Regulamento, serão reduzidas em 50 % no seu valor, se os seus proprietários procederem ao pagamento das respetivas taxas, nas condições previstas no artigo 159.º, do presente Regulamento.
- 3 — As reduções previstas nos números anteriores, aplicam-se aos lotes cujos proprietários, cumulativamente, cumprem os seguintes requisitos:
 - a) Não se encontrem em mora com qualquer das comparticipações legalmente devidas à respetiva CAC;
 - b) Sejam pessoas singulares;
 - c) Sejam proprietários no bairro AUGI em reconversão, de apenas um lote com construção prevista para moradia unifamiliar ou bifamiliar, com ou sem atividade económica compatível com habitação.

Artigo 5.º

Redução ou isenção específica em situações de cumulação de exploração de atividades económicas e outras situações especiais

- 1 — Quando seja requerido alvará, para a exploração no mesmo local, de serviços de restauração e de bebidas, em simultâneo e cumulativamente, com outras atividades compatíveis, o valor devido será de 75 % do resultado do somatório das taxas aplicadas, por cada uma das atividades.
- 2 — Pela colocação de suportes publicitários em edificações, utilizando anúncios luminosos ou diretamente iluminados, quando estes sejam complementares dos anúncios e não entrem na sua medição, com recurso à utilização de energias alternativas, ao valor resultante da aplicação da fórmula prevista no n.º 5, do artigo 62.º, do presente Regulamento, é aplicável uma redução de 50 %.
- 3 — O pedido de colocação de chapéus-de-sol com publicidade, em espaços públicos legalmente ocupados por esplanadas, ficam isentos do pagamento da taxa do pedido de licenciamento previsto no n.º 3, do artigo 66.º, do presente Regulamento.

Artigo 6.º

Suportes publicitários — Isenção e redução específica

- 1 — Para efeitos do presente regulamento, não estão sujeitos a liquidação e cobrança de taxas:
 - a) Os anúncios respeitantes a serviços de transporte coletivos públicos;
 - b) Os cartazes, ou qualquer outro suporte de divulgação de iniciativas políticas;
 - c) A difusão de comunicados, notas oficiosas e demais esclarecimentos relativos a atividade de órgãos de soberania e da administração central, regional e local;
 - d) Placas de proibição de afixação de publicidade ou anúncios;
 - e) Outras comunicações que resultem de imposição legal.
- 2 — As taxas de licença de suportes de publicidade de espetáculos, quando colocados junto ao local onde se realize o espetáculo, beneficiam de uma redução de 50 % no valor das taxas a aplicar em cada caso.

Artigo 7.º

Celebração de contratos e fornecimento de peças processuais no âmbito da contratação pública — Isenções

- 1 — Estão isentos do pagamento do valor previsto no artigo 120.º, do presente regulamento, o fornecimento de peças processuais no âmbito da aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, quando a escolha do procedimento adjudicatório seguir o regime do ajuste direto.
- 2 — Ficam isentos do pagamento do valor previsto no n.º 9 do artigo 118.º, do presente Regulamento, a celebração de contratos de aquisição de serviços, quando relativos aos recursos humanos.

Artigo 8.º

Avaliação de critério de incomodidade Redução específica

Há lugar a uma redução de 15 %, no valor apurado nos termos da alínea a) e b) do artigo 128.º, quando na mesma deslocação for efetuada a medição do ruído ambiente, bem como, do ruído residual.

Artigo 9.º

Redução específica dos Serviços do Consultório Veterinário Municipal

Os municípios que comprovem ter insuficiência económica e apresentem cartão de eleitor do Município de Odivelas, proprietários de gatiões e canídeos com seis ou mais meses de idade, e apresentem prova do respetivo registo e licenciamento, podem recorrer aos serviços de clínica de animais de companhia pagando 20 % da tabela em vigor para o exercício de clínica de animais de companhia, com exceção dos medicamentos e outros produtos.

Artigo 10.º

Redução específica da Comissão Arbitral Municipal no âmbito do regime de arrendamento urbano

- 1 — As taxas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2, do artigo 112.º, são reduzidas a um quarto quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira.
- 2 — Pela submissão de litígio à decisão da CAM é devida metade da taxa por cada uma das partes, sendo o pagamento efetuado pelo requerente juntamente com a apresentação do requerimento inicial e pelo requerido no momento da apresentação da defesa.

Artigo 11.º

Cemitérios — Isenção específica

Os indigentes estão isentos de pagamento das taxas devidas pela prática de qualquer serviço fúnebre, nos Cemitérios Municipais.

Artigo 12.º

Fornecimento de informação geográfica Redução específica

O fornecimento de informação geográfica, para fins escolares ou académicos, terá uma redução de 50 % sobre o valor apurado no artigo 122.º, do presente Regulamento, mediante apresentação de documento emitido pela instituição de ensino que justifique o pedido.

Artigo 13.º

Estacionamento público Isenção e redução específica

As isenções e reduções específicas do pagamento de taxas devidas pelo estacionamento na via pública são definidas por regulamento próprio.

Artigo 14.º

Dossiers de candidatura do “Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego” — Isenção específica

- 1 — Os requerentes de dossiers de candidatura ao PAECPE, previstos no Livro II, Capítulo VIII, Secção II, nos artigos 109.º e 110.º, do presente Regulamento, ficam isentos do pagamento de taxas, quando os respetivos projetos se destinem a ter concretização na área geográfica do Município de Odivelas.
- 2 — Nas situações em que os requerentes não concretizem os respetivos projetos na área geográfica do Município de Odivelas ou que se constate a sua utilização abusiva, a isenção será anulada e a Câmara Municipal cobrará os valores devidos.

Artigo 15.º

Processo de atribuição de isenção e redução de taxas

- 1 — A isenção e redução de taxas previstas no presente regulamento não dispensam o cumprimento das demais formalidades legais.
- 2 — As isenções e reduções previstas no Capítulo I, do presente Livro, são concedidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de subdelegação.
- 3 — Excetuam-se do número anterior, as isenções previstas nos números 7, 8 e 9, do artigo 2.º, do presente Regulamento, que são concedidas por deliberação da Câmara Municipal.
- 4 — As isenções serão deferidas após apresentação de requerimento pelos interessados, e desde que façam prova da qualidade em que o requerem, não serem devedores às finanças, segurança social e ao Município de Odivelas e demais requisitos exigidos para a concessão das mesmas.
- 5 — As isenções previstas não autorizam os beneficiários a utilizar meios suscetíveis de lesar o interesse municipal e não abrangem as indemnizações por danos causados no património municipal.

Artigo 16.º

Indeferimento de isenção ou redução de pagamento de taxas

- O indeferimento de isenção ou redução de pagamento de taxas devidas, deve ser notificado ao requerente, para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento devido, seguindo o regime dos artigos 157.º e seguintes, do presente Regulamento.

SECÇÃO II

Hasta pública

Artigo 17.º

Hasta pública

- 1 — Sempre que se presuma a existência de mais de um interessado, no uso e ocupação da via e do espaço público, ou de quaisquer bens imóveis públicos ou privados do Município de Odivelas, deve a Câmara Municipal promover a arrematação em hasta pública do direito da ocupação ou de uso, tendo por base um valor de licitação.
- 2 — Excetuam-se do regime de hasta pública a utilização dos bens do domínio privado municipal, quando, por manifesto interesse público, devidamente fundamentado e deliberado pelos órgãos autárquicos competentes, dele resulte um benefício para o Município de Odivelas.
- 3 — O produto da arrematação será cobrado no ato da praça, salvo se o arrematante declarar que deseja efetuar o pagamento em prestações, devendo, nesse caso, efetuar o pagamento de 50 % sobre o valor da arrematação.
- 4 — As restantes prestações deverão ser pagas de acordo com o estatuído no n.º 2, do artigo 158.º, do presente Regulamento.
- 5 — Em igualdade de licitação terá direito de preferência a pessoa que tinha o anterior uso e utilização do bem de domínio público ou privado municipal, exceto se o direito tiver caducado.

- 6 — Em caso algum, ao regime de hasta pública, após licitação poderá ser aplicado qualquer redução ou isenção prevista no presente Livro.

Artigo 18.º

Valor de licitação

Sempre que a Câmara Municipal promova a arrematação em hasta pública, nos termos do artigo anterior, do direito de uso ou ocupação de algum bem de domínio público ou privado municipal, o valor mínimo de cada lance será previamente definido, tendo por base avaliação económico-financeira que determine o benefício económico que o arrematante possa vir a retirar pela utilização do bem em causa.

SECÇÃO III

Emissão, renovação e cessação das licenças e autorizações

Artigo 19.º

Emissão da licença ou autorização

Na sequência do deferimento do pedido de licenciamento ou autorização e mediante o pagamento das respetivas taxas, ou outros pagamentos legalmente exigíveis, os serviços municipais assegurarão a emissão do respetivo título, no qual deverá constar:

- a) A identificação do titular: nome, morada ou sede e número de identificação fiscal;
- b) O objeto da licença ou da autorização, sua localização e características;
- c) As condições impostas pela licença ou autorização;
- d) A validade da licença ou autorização, bem como o seu número de ordem.

Artigo 20.º

Precariedade das licenças e autorizações

- 1 — Todas as licenças e autorizações concedidas são consideradas precárias, podendo a Câmara Municipal, por motivo de interesse público, devidamente fundamentado, fazer cessá-las, restituindo, neste caso, a taxa correspondente ao período não utilizado.
- 2 — Excetuam-se do disposto no número anterior as licenças e autorizações que, nos termos da lei, não sejam consideradas precárias.

SECÇÃO IV

Prova documental

Artigo 21.º

Prova documental

- 1 — Deverão ser apresentados pelos requerentes os documentos bastantes que façam prova dos factos e do direito invocado.
- 2 — Os documentos autênticos ou autenticados apresentados pelos requerentes para a comprovação dos factos deverão ser devolvidos, quando dispensáveis.
- 3 — Sempre que o conteúdo dos documentos deva ficar registado no processo e o apresentante manifeste interesse na posse dos mesmos, os serviços extrairão e apensarão as fotocópias necessárias, cobrando o respetivo custo nos termos do fixado no presente Regulamento.

SECÇÃO V

Delegação de competências nas Juntas de Freguesia

Artigo 22.º

Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia

- 1 — O exercício das competências previstas no presente Regulamento, nos aspetos delegados nas Juntas de Freguesia, deve entender-se delegado enquanto vigorarem os respetivos Protocolos de Delegação, exceto quanto à competência para deferir a isenção ou redução específica das taxas.

- 2 — A competência para aprovar regulamentos ou quaisquer outros normativos, fixar taxas e outras receitas municipais, nas áreas objeto de delegação, é da exclusiva competência da Assembleia Municipal, sob Proposta da Câmara Municipal.
- 3 — Quaisquer atos que violem expressa, tácita, direta ou indiretamente o número anterior, são considerados ilegais e consequentemente nulos, por violação do regime geral das taxas das autarquias locais e da Lei das Finanças Locais.
- 4 — Em todos os atos praticados pelas Juntas de Freguesia, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências, que envolvam a aplicação do “Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais”, este deve ser expressamente mencionado.
- 5 — Todas as iniciativas ou obras praticadas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências, devem ser objeto de devida publicitação no local onde estas ocorram, com expressa menção percentual da comparticipação das entidades envolvidas.

CAPÍTULO II

Contagem de prazos e interpretação

SECÇÃO I

Contagem de prazos

Artigo 23.º

Prazo — Regra geral

- 1 — As taxas diárias, semanais, mensais ou anuais são devidas por cada dia, semana, mês, ano ou fração, e a sua validade, com exceção dos títulos habilitantes à realização da obra, caduca no final do prazo concedido.
- 2 — O prazo para pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais é de 15 dias a contar da notificação para pagamento, efetuada pelos serviços competentes, exceto nos casos em que a lei fixe prazo específico.
- 3 — Nas situações em que o ato ou facto já tenha sido praticado ou utilizado sem o necessário título constitutivo do direito ou da situação jurídica que satisfaça a pretensão do requerente, nos casos de revisão do ato de liquidação que implique uma liquidação adicional e nos casos de liquidação periódica, o prazo para pagamento voluntário é de 8 dias, a contar da notificação para pagamento, sem prejuízo do respetivo processo de execução fiscal, contraordenacional ou de outra natureza.
- 4 — Nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário é expressamente proibida a concessão de moratória.

Artigo 24.º

Regras de contagem dos prazos

- 1 — Os prazos para pagamento são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
- 2 — O prazo que termine em sábado, domingo ou em dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

Artigo 25.º

Renovação de atos — Prazo específico

O pedido de renovação, desde que legalmente admissível, de quaisquer atos administrativos deverá fazer-se até ao último dia útil anterior ao termo do período da vigência do ato, salvo se outro resultar da lei, sob pena da sua caducidade.

SECÇÃO II

Legislação subsidiária e interpretação

Artigo 26.º

Legislação subsidiária — Integração de lacunas

De acordo com a natureza das matérias, às relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas, aplicam-se, subsidiariamente:

- a) A Lei das Finanças Locais;
- b) A lei Geral Tributária;

- c) A lei que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias;
- d) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- e) O Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- f) O Código de Processo nos Tribunais Administrativos;
- g) O Código do Procedimento Administrativo;
- h) O Regime Geral das Infrações Tributárias.

Artigo 27.º

Interpretação

- 1 — Os casos de dúvida de interpretação e aplicação do presente regulamento serão decididos por despacho do Presidente da Câmara Municipal, mediante prévio parecer.
- 2 — O despacho referido no número anterior vincula os serviços municipais e deverá ser aplicado em todas as situações análogas.

SECÇÃO III

Infrações, atualização e norma de conformidade

Artigo 28.º

Penalidades

A prática de um ato ou facto gerador duma obrigação tributária ou do pagamento de um preço sem que tenha sido dado origem a procedimento próprio, ou, a sua prática para além dos prazos estipulados, sem que tenha sido pedida a sua renovação, constitui crime nos termos da legislação penal vigente ou contraordenação punível por lei ou regulamento próprio.

Artigo 29.º

Contraordenações

As infrações às normas do presente Regulamento constituem crime ou contraordenação, a aplicar cumulativamente com o mesmo e demais legislação e Regulamentos Municipais aplicáveis.

Artigo 29.º-A

Execuções Fiscais

- 1 — O reembolso com despesas de papel, fotocópias e outro expediente, bem como outros encargos, é calculado à razão de metade de 1 UC nas primeiras 50 folhas ou fração do processado e de um décimo de 13 UC por cada conjunto subsequente de 25 folhas ou fração do processado.
- 2 — No processo de execução fiscal, o reembolso a que se refere o número anterior não pode exceder o montante das despesas efetivamente realizadas.

Artigo 30.º

Atualização anual de valores e aplicação do imposto do selo e emolumentos

- 1 — As taxas e outras receitas municipais previstas no presente Regulamento serão atualizadas anualmente de acordo com a taxa de inflação prevista no Orçamento de Estado para o ano seguinte.
- 2 — Qualquer atualização aos valores previstos no presente Regulamento de acordo com outro critério que não o referido no número anterior, implicará a aprovação pela Câmara Municipal de proposta a apresentar à Assembleia Municipal, em conformidade com a legislação em vigor.
- 3 — As atualizações anuais previstas nos números 1 e 2, do presente artigo, deverão ser tidas em conta na preparação do Orçamento Municipal para o ano seguinte.
- 4 — A atualização das taxas indexadas ao valor definido anualmente por Portaria relativa ao valor do preço médio do m² de construção, que serve de base para avaliação do IMI, será reportada à que estiver em vigor no momento da atualização do presente Regulamento.

- 5 — A atualização indexada ao valor definido anualmente pela CMO relativa ao valor do preço de registo de terrenos do domínio municipal será reportada ao que estiver em vigor no momento da atualização do presente Regulamento.
- 6 — A atualização indexada ao valor do salário mínimo nacional será reportada ao que estiver em vigor no momento da atualização do presente Regulamento.
- 7 — Aos valores previstos no presente regulamento acresce o imposto do selo e emolumentos, quando devidos.

Artigo 31.º

Publicitação

- 1 — O presente Regulamento é publicitado de acordo com a legislação em vigor.
- 2 — A fundamentação de Direito e a justificação económico-financeira dos valores a liquidar e a cobrar, nos termos do presente Regulamento, estão disponíveis para consulta.
- 3 — Para efeitos do número anterior os interessados deverão requerer a sua consulta nos locais de atendimento ao público do Município, que agendarão a disponibilização dos elementos com os serviços competentes.
- 4 — O presente Regulamento está disponível no portal do município www.cm-odivelas.pt

Artigo 32.º

Expressão monetária

Todos os valores apresentados no presente Regulamento são expressos em Euro.

Artigo 33.º

Norma de conformidade

Todos os regulamentos municipais deverão conformar-se com as normas constantes do presente Regulamento.

LIVRO II

Taxas

CAPÍTULO I

Incidência Objetiva E Subjetiva

SECÇÃO I

Incidência objetiva e subjetiva

Artigo 34.º

Incidência objetiva

As taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios, designadamente:

- Pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas primárias e secundárias;
- Pela concessão de licenças, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;
- Pela gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva;
- Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da proteção civil;
- Pelas atividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;
- Pelas atividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional;
- Sobre a realização de atividades dos particulares geradores de impacto ambiental negativo;
- Pelas utilidades prestadas ou geradas pelas atividades, no âmbito do Balcão do empreendedor.

Artigo 35.º

Incidência subjetiva

- O sujeito ativo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas previstas no presente regulamento é o Município de Odivelas, como titular do direito de exigir aquela prestação.
- O sujeito passivo é a pessoa singular, coletiva ou outras entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e dos regulamentos aprovados pelos órgãos municipais competentes, estejam vinculados ao cumprimento da prestação tributária.

SECÇÃO II

Balcão do Empreendedor

Artigo 35.º-A

Balcão do Empreendedor

- Pela apresentação de mera comunicação prévia e de comunicação prévia com prazo, é devida a taxa de 100,00
- Pela comunicação ou declaração de atualização de dados comunicados, é devida a taxa de 25,00
- No caso do agente económico solicitar outra forma de notificação, diferente da prevista na plataforma do Balcão do Empreendedor, acresce ao montante da taxa prevista para a submissão processual constante dos números anteriores as seguintes taxas:

a) Notificação via SMS	0,05
b) Notificação via correio postal	5,00
- Aos valores previstos nos números anteriores acrescentam as taxas devidas correspondentes à pretensão formulada.

CAPÍTULO II

OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

SECÇÃO I

Definições

Artigo 36.º

Definições

Para efeitos do presente regulamento e com o objetivo de uniformizar a terminologia urbanística em todos os regulamentos municipais considera-se que os conceitos urbanísticos referidos no presente Regulamento são os definidos no RMEU.

SECÇÃO II

Serviços diversos

Artigo 37.º

Serviços diversos

- Averbamentos em processos 31,13
- Depósito de ficha técnica de habitação, por cada ficha:

a) Em suporte papel	25,00
b) Em suporte digital	20,00
- Sempre que as fichas técnicas sejam entregues em ambos os formatos, apenas será cobrada a taxa relativa ao depósito da ficha técnica de habitação em formato digital
- Segunda via da ficha técnica da habitação. 25,00
- Consulta a livro de obra em formato digital 4,71
- Averbamentos de processos de construção e de alteração de instalação de armazenamento de produtos de petróleo e instalação de postos de abastecimento de combustíveis 60,00

SECÇÃO III

Taxas referentes a operações urbanísticas

Artigo 38.º

Destaque

Por pedido de informação relativo a destaque 80,00

Artigo 39.º

Pedidos de informação prévia ou de localização

1 — Pedido de informação prévia sobre:

- a) Construção de moradia uni ou bifamiliar 100,00
 b) Construção de edifício de habitação coletiva ou destinado a atividades económicas 100,00
 c) Pedido de operação de loteamento ou obras de urbanização 200,00

2 — Pedido de parecer de localização:

- a) Nos termos da legislação específica para o estabelecimento de empreendimentos turísticos 238,30
 b) Nos termos da legislação específica para o licenciamento industrial 238,30

Artigo 40.º

Pedidos de licenciamento e de comunicação prévia

São cobrados os seguintes valores pelos pedidos de licenciamento, autorização e comunicação prévia de operação urbanística:

1 — Procedimento de comunicação prévia para construções inseridas, ou não, em alvarás de loteamento:

- a) Moradia uni ou bifamiliar e seus anexos 100,00
 b) Edifício até 8 frações 225,00
 c) Edifício com mais de 8 frações 605,69
 d) Edifício de impacte semelhante a loteamento 850,00

2 — Alteração ao projeto de arquitetura 100,00

3 — Construções não inseridas em alvarás de loteamento (procedimento de licenciamento):

- a) Moradia uni ou bifamiliar e seus anexos 100,00
 b) Edifício até 8 frações 240,00
 c) Edifício com mais de 8 frações 605,69
 d) Edifício de impacte semelhante a loteamento 970,00

4 — Pedido de licenciamento ou comunicação prévia de operação de loteamento e respetivas obras de urbanização situadas em AUGI:

- a) Por pedido até 100 frações 790,00
 b) Por pedido com mais de 100 frações 1 100,00
 c) Pedido de alteração a alvará de loteamento até 100 frações 602,00
 d) Pedido de alteração a alvará de loteamento com mais de 100 frações 757,00

5 — Pedido de licenciamento ou comunicação prévia de operação de loteamento e respetivas obras de urbanização não situadas em AUGI:

- a) Por pedido até 100 frações 1 648,44
 b) Por pedido com mais de 100 frações 1 915,82
 c) Pedido de alteração a alvará de loteamento até 100 frações 570,00
 d) Pedido de alteração a alvará de loteamento com mais de 100 frações 670,00

6 — Pedido de obras de demolição 160,00

7 — Pedido de realização de intervenção no subsolo 100,00

8 — Pedido de instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicação 100,00

9 — Pedido de licenciamento ou comunicação prévia de remodelação de terrenos 100,00

10 — Sempre que se verifique que os pedidos referidos nos números 4 e 5 do presente artigo prevejam a construção de área destinada a atividades económicas, e a mesma não se encontre contabilizada em frações, por cada 100 m² ou fração de área de construção destinada àquele uso deverá ser feita a equiparação a uma fração, devendo o valor obtido relevar para a determinação do número de frações.

11 — Pedido de licenciamento ou comunicação prévia de outras operações urbanísticas 45,41

Artigo 41.º

Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis

Apreciação dos pedidos de aprovação dos projetos de construção e de alteração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis, de acordo com o previsto em legislação específica:

Capacidade total dos reservatórios

>= 5000 (m ³)	< 5000 >= 500 (m ³)	< 500 >= 50 (m ³)	< 50 (m ³)
3.900,00 € acrescido de 42,00 € por cada 100 m ³ (ou fração) acima de 5000 (m ³)	1.200,00 € acrescido de 6,00 € por cada 10 m ³ (ou fração) acima de 500 (m ³)	600,00 € acrescido de 6,00 € por cada 10 m ³ (ou fração) acima de 50 (m ³)	300,00€

SECÇÃO IV

Taxas de licenciamento, autorização ou admissão de comunicação prévia

Artigo 42.º

Licença, autorização ou admissão de comunicação prévia de obras

1 — A licença ou autorização de obras de edificação, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = T + (P \times Z \times Y) + (M1 \times U1) + (M2 \times U2) + (M3 \times U3) + (M4 \times U4) + (M5 \times U5) + (M6 \times U6) + (Mb1 \times B1) + (Mb2 \times B2)$$

Em que:

T = Taxa devida pela emissão de alvará de obras de edificação 41,72

P = Prazo de execução da obra em meses ou fração

Z = Área total de construção em m²

Y = Valor do m² ou fração de área de construção 0,32

M1 = Área de construção destinado a habitação em m²

U1 = Valor por m² ou fração de área de construção destinado a habitação 1,94

M2 = Área de construção destinado a atividades económicas em m²

U2 = Valor por m² ou fração de área de construção destinada a atividades económicas 2,77

M3 = Área exterior de superfície não permeável associada a atividades económicas em m²

U3 = Valor por m² ou fração de área exterior de superfície não permeável associada a edifício de atividades económicas 1,94

M4 = Área de construção de espaços destinados a estacionamento, arrecadações, varandas, terraços, salas de condomínio e pisos técnicos em m²

U4 = Valor por m² ou fração de área de construção destinada a estacionamento, arrecadações, varandas, terraços, salas de condomínio e pisos técnicos 0,57

M5 = Área de construções não inerentes ao edifício principal designadamente telheiros, anexos e outros, em m²

U5 = Valor por m² ou fração de outras construções não inerentes ao edifício principal, designadamente telheiros, anexos e outros. 1,77

M6 = Comprimento de construções não inerentes ao edifício principal, designadamente muros e vedações em metros lineares

U6 = valor em metros lineares ou fração de outras construções não inerentes ao edifício principal, designadamente muros e vedações. 1,77

Mb1 = Área de corpos balançados não encerrados em m²
B1 = Valor por m² ou fração de construção de corpos balançados não encerrados 15,16

Mb2 = Área de corpos balançados encerrados e salientes destinados a aumentar a superfície útil da edificação por m²

B2 = Valor por m² ou fração de construção de corpos balançados encerrados e salientes destinados a aumentar a superfície útil da edificação 29,28

2 — A aceitação de comunicação prévia está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula, cujas variáveis e valores estão definidas no n.º 1, do presente artigo:

$$V = T + (P \times Z \times Y) + (M1 \times U1) + (M2 \times U2) + (M3 \times U3) + (M4 \times U4) + (M5 \times U5) + (M6 \times U6) + (Mb1 \times B1) + (Mb2 \times B2)$$

3 — As alterações de uso a construção executada estão sujeitas ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

$$V = T + P \times ((Z \times Y) + (M \times C))$$

Em que:

T = Taxa de emissão de alteração à autorização de utilização 41,72

P = Prazo de execução da obra

Z = Área de construção em m²

Y = Valor por m² ou fração de área de construção 0,32

M = Área de uso alterado em m²

C = Valor por m² ou fração de uso alterado 1,94

Artigo 43.º

Outras operações urbanísticas

Pela emissão de licença ou autorização da realização das seguintes operações urbanísticas, é devido o valor resultante da aplicação das seguintes e correspondentes fórmulas:

1 — Aberturas de vala:

$$V = T + (P \times Z \times H1)$$

Em que:

T = Taxa de emissão de alvará de licença ou autorização 41,72

P = Prazo de execução da obra por dia ou fração

Z = Área de vala aberta em m²

H1 = Valor de m² de vala por m² 5,00

2 — Remodelação de terreno:

$$V = T + (P \times Z \times H2)$$

Em que:

T = Taxa de emissão de alvará de licença ou autorização 41,72

P = Prazo de execução da obra por mês ou fração

Z = Por cada hectare remodelado ou fração

H2 = Valor por hectare de terreno remodelado 168,37

3 — Construções destinadas à instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicação:

$$V = T + (P \times Z \times H3)$$

Em que:

T = Taxa de emissão de alvará de licença ou autorização 41,72

P = Prazo de execução da obra por dia ou fração

Z = Área de construção em m²

H3 = Valor por m² de área de construção. 0,56

4 — Outras operações urbanísticas:

$$V = T + (P \times Z \times H4)$$

Em que:

T = Taxa de emissão de alvará ou outro título 41,72

P = Prazo de execução ou ocupação por mês ou fração

Z = Área da ocupação em m²

H4 = Valor por m² de área de ocupação. 0,50

Artigo 44.º

Licença parcial

A licença parcial emitida ao abrigo do n.º 6, do artigo 23.º, e n.º 4, do artigo 116.º, do RJUE, está sujeita ao pagamento integral da taxa calculada para a emissão do alvará de licença de construção definitiva.

Artigo 45.º

Alvará de licença ou comunicação prévia de operação de loteamento ou de obras de urbanização

1 — A emissão de alvará de licença de loteamento com obras de urbanização, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = T + (P \times Y) + (A1 \times M1) + (A2 \times M2) + (A3 \times M3)$$

Em que:

T = Taxa devida pela emissão a aplicar em todas as licenças e autorizações de obras de urbanização 512,46

P = Prazo de execução das obras de urbanização em meses 55,96

Y = Valor por mês ou fração 25,57

A1 = Valor por cada lote

M1 = Número de lotes constituídos 10,46

A2 = Valor cada fogo

M2 = Número de fogos previstos

A3 = Valor de outra utilização 0,36

M3 = Área de outras utilizações por cada m² ou fração

2 — A emissão de alvará de obras de urbanização, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = T + (P \times Y) + (D1 \times M1)$$

Em que:

T = Taxa devida pela emissão do alvará em todas as licenças e autorizações de obras de urbanização 512,46

P = Prazo de execução das obras de urbanização, por mês ou fração

Y = Valor por cada mês ou fração 55,96

D1 = Valor de área a urbanizar por hectare 104,59

M1 = Número de hectares a urbanizar

SECÇÃO V

Prorrogações de prazo e obras inacabadas

Artigo 46.º

Prorrogações de prazo do pedido de licença, autorização ou admissão de comunicação prévia de obras

1 — Estão sujeitas ao pagamento das seguintes taxas, o pedido de prorrogação de prazos para a execução de obras de:

a) Edificação 90,00

b) Urbanização 90,00

2 — A prorrogação do prazo do pedido de licença, autorização ou admissão de comunicação prévia de obras de edificação, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação das seguintes fórmulas consoante se trate de:

2.1 — Primeira prorrogação de prazo, por mês ou fração e m² de construção ou fração:

$$V = T + (P \times F \times M)$$

Em que:

T = Taxa devida pela emissão de alvará. 41,72

P = Prazo de execução da obra

F = Área total de construção em m²M = Valor por m² ou fração da área de construção 0,32

2.2 — Prorrogação de prazo para acabamentos ou prorrogação na sequência de alterações, por mês ou fração e m² de construção ou fração:

$$V = T + (P \times G \times M)$$

Em que:

T = Taxa devida pela emissão de alvará. 41,72

P = Prazo de execução da obra

G = Área de construção por m² ou fraçãoM = Valor por m² ou fração da área de construção 0,63

3 — A emissão de aditamento de licença, autorização ou admissão de loteamento ou obras de urbanização, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = T + (P \times Y) + (E1 \times M1) + (E2 \times M2) + (E3 \times M3)$$

Em que:

T = Taxa devida pela emissão de aditamento a aplicar em todos os pedidos de alteração a loteamento ou obras de urbanização 512,46

P = Prazo acrescido ao prazo inicial concedido por mês ou fração

Y = Valor do prazo acrescido por mês e fração 55,96

E1 = Por cada lote alterado

M1 = Valor de cada lote alterado 25,57

E2 = Por cada fogo alterado

M2 = Valor por cada fogo alterado 10,46

E3 = Por cada uso ou fração não habitacional alterado

M3 = Valor de cada fração com uso diferente 36,56

Artigo 47.º

Obras inacabadas

1 — Pelo pedido de licença ou Comunicação Prévia especial para conclusão de obras inacabadas 100,00

2 — A licença especial para conclusão de obras inacabadas de edificação, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = S + (P \times M \times I)$$

Em que:

S = Taxa devida pela emissão de título 41,72

P = Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração

M = Valor por m² de área de construção 0,63I = Área de construção por m² ou fração

3 — A licença especial para conclusão de obras inacabadas de urbanização, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = S1 + (P \times M)$$

Em que:

S1 = Taxa devida pela emissão de título 512,46

P = Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração

M = Valor por mês ou fração 55,96

SECÇÃO VI

Autorizações de utilização e alterações de utilização de edificações

Artigo 48.º

Pedidos de autorização de utilização ou alteração de utilização

Pelos pedidos de autorização de utilização ou alteração de utilização são devidas as seguintes taxas:

a) Pelo pedido de autorização ou alteração de utilização 75,00

b) Ao valor definido na alínea anterior acresce o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = T + (J1 \times M1) + (J2 \times M2) + (J3 \times M3)$$

Em que:

T = Taxa devida pela emissão do alvará de utilização. 41,73

J1 = Número de frações habitacionais

J2 = Área de construção de fração não habitacional

J3 = Outras áreas de construção

M1 = Valor por fração habitacional 10,18

M2 = Valor por m² de área de construção de fração não habitacional 0,44

M3 = Valor por m² — Outras áreas de construção 0,10

SECÇÃO VII

Taxas por vistoria

Artigo 49.º

Vistorias e diligências

Pelos pedidos de realização de vistorias e diligências são devidas as seguintes taxas:

1 — Diligência para verificação dos requisitos de constituição de propriedade horizontal:

a) Um fogo e seus anexos ou unidade de ocupação tais como estabelecimento, garagem ou similares 100,00

b) Por cada fogo ou fração a mais 7,84

2 — Vistorias requeridas para efeitos dos artigos 89.º e 90.º, do RJUE. 100,00

3 — Revogado

4 — Diligências para efeitos do previsto no artigo 56.º, do CPA 100,00

5 — O pagamento dos peritos não funcionários municipais deverá ser efetuado diretamente pelos interessados às entidades a que pertençam e em conformidade com seus respetivos regulamentos.

6 — Taxas para vistorias relativas aos projetos de construção e de alteração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de abastecimento de combustíveis:

	Capacidade total dos reservatórios			
	> = 5000 (m ³)	< 5000 > = 500 (m ³)	< 500 > = 50 (m ³)	< 50 (m ³)
Vistorias relativas ao processo de licenciamento.	600,00 €	600,00 €	480,00 €	300,00 €
Vistorias para verificação do cumprimento das medidas impostas não decisões proferidas sobre reclamações.	600,00 €	600,00 €	480,00 €	300,00 €
Vistorias periódicas	1 800,00 €	900,00 €	480,00 €	300,00 €
Repetições das vistorias para verificação das condições impostas	1 200,00 €	1 200,00 €	600,00 €	480,00 €

7 — Pedido de vistoria destinada a receção provisória ou definitiva de obras de urbanização:

a) Por obras que abranjam menos de 100 frações 625,00

b) Por obras que abranjam mais de 100 frações 685,00

c) Por obras que abranjam menos de 100 frações em AUGI 417,00

d) Por obras que abranjam mais de 100 frações em AUGI 455,00

8 — Sempre que se verifique que os pedidos referidos no número anterior prevejam a construção de área destinada a atividades económicas, e a mesma não se encontre contabilizada em frações, por cada 100 m² ou fração de área de cons-

trução destinada àquele uso deverá ser feita a equiparação a uma fração, devendo o valor obtido levar para a determinação do número total de frações.

Artigo 50.º

Redução ou reforço da caução

- | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| 1 — Pelo pedido de redução ou reforço da caução prestada para garantir a execução das obras de urbanização . . . | 330,00 |
| 2 — Pelo pedido de redução ou reforço da caução prestada para garantir a execução das obras de urbanização em AUGI | 220,00 |

SECÇÃO VIII

Taxa municipal de urbanização

Artigo 51.º

Incidência da taxa municipal de urbanização

- 1 — A TMU e a TMU1 são devidas nas operações de loteamento, nas obras de edificação situadas em áreas não abrangidas por alvará de loteamento, em edifícios de impacto semelhante a loteamento e em edifícios de impacto relevante e serão pagas no ato de emissão do respetivo alvará ou tratando-se de comunicações prévias após a sua admissão.
- 2 — Nas operações de loteamento em AUGI ou outros bairros de origem ilegal é igualmente devida a TMU e as taxas de compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta, calculadas proporcionalmente considerando a finalidade ou uso das construções dos lotes e a área de construção, devendo estas taxas constar em anexo ao alvará.
- 3 — A TMU e a TMU1 variam proporcionalmente ao investimento municipal que a operação urbanística em causa implique ou venha a implicar e terá em consideração o seguinte zonamento do Concelho:

Zona A — Freguesia de Odivelas

Zona B — Freguesias da Ramada, Póvoa de Santo Adrião, Olival Basto e Pontinha

Zona C — Freguesias de Famões e Caneças

- 4 — A TMU e a TMU1 são aplicáveis independentemente da realização de quaisquer obras a efetuar no âmbito do licenciamento da operação urbanística em causa.

Artigo 52.º

Cálculo da taxa municipal de urbanização devida em operações de loteamento

A TMU é o valor da taxa devida ao Município pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas Urbanísticas em áreas sujeitas a operação de loteamento e é fixada para cada zona ou unidade territorial em função do custo das infraestruturas e equipamentos gerais a executar pela Câmara Municipal, dos usos e tipologias das edificações, tendo, ainda, em conta o plano plurianual de investimentos municipais, de acordo com o método de cálculo definido através da seguinte fórmula:

$$TMU = (K1 \times K2 \times K3 \times V \times S) + K4$$

Em que:

- K1 — Fator que traduz a influência do uso, tipologia e localização em áreas geográficas diferenciadas de acordo com os seguintes valores:

Tipologias de Construção	Zona	Valores de K1
Habitação	A	0,032 5
	B	0,03
	C	0,027 5
Habitação e Comércio e ou Serviços e ou Indústria	A	0,037 5
	B	0,035
	C	0,032 5
Armazéns e Indústrias	A	0,042 5
	B	0,04
	C	0,037 5

- K2 — Fator que traduz o nível de infraestruturização do local (número de infraestruturas existentes), de acordo com o indicado no seguinte quadro:

Número de infraestruturas existentes e em funcionamento	Valores de K2
Nenhuma	0,50
Uma a três	0,75
Quatro ou mais	1,00

- K3 — Fator cujo valor pode variar entre 0,8 e 1,2 e que relaciona as áreas de cedência obrigatórias para espaços verdes e ou equipamentos de utilização coletiva, com as áreas a ceder para os mesmos fins.

- K4 — Fator que traduz a influência do programa plurianual de investimentos para a execução de infraestruturas urbanísticas e equipamentos públicos na zona de referência onde se irá inserir a operação urbanística. Quando não esteja previsto para a zona qualquer investimento em infraestruturas ou equipamento público, o valor deste coeficiente será igual a 1;

$$K4 = \frac{\text{Programa Plurianual}}{\Omega} \times S$$

Ω — Área (m²) estimada para a zona de referência;

V — Valor do preço por metro quadrado de construção, definido por portaria anualmente publicada, para efeito do regime do arrendamento urbano para habitação, renda livre, condicionada e apoiada;

S — Representa a área total de construção (m²) destinada ou não à habitação, com exclusão de áreas de estacionamento, zonas técnicas, salas de condomínio.

Artigo 53.º

Cálculo da taxa municipal de urbanização devida em obras de edificação em áreas não abrangidas por operações de loteamento

A TMU1 é devida ao Município pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas nas obras de edificação em áreas não abrangidas por operações de loteamento e é fixada para cada zona ou unidade territorial em função do custo das infraestruturas e equipamentos gerais a executar pela Câmara Municipal, dos usos e tipologias das edificações, tendo ainda em conta o plano plurianual de investimentos municipais, de acordo com o método calculado através da seguinte fórmula:

$$TMU1 = (K1 \times K2 \times V \times S) + K3$$

Em que:

- K1 — Fator que traduz a influência da tipologia, do uso e localização em áreas geográficas diferenciadas, de acordo com os valores constantes do seguinte quadro:

Tipologias de Construção	Zona	Valores de K1
Habitação	A	0,015
	B	0,012 5
	C	0,01
Habitação e Comércio e ou Serviços e ou Indústria	A	0,017 5
	B	0,015
	C	0,012 5
Armazéns e Indústrias	A	0,02
	B	0,017 5
	C	0,015
Anexos	(-)	0,05

- K2 — Fator que traduz o nível de infraestruturização do local (número de infraestruturas existentes) e cujos valores constam no seguinte quadro:

Número de infraestruturas existentes e em funcionamento	Valores de K2
Nenhuma	0,50
Uma a três	0,75
Quatro ou mais	1,00

K3 — Fator que traduz a influência do programa plurianual de investimentos para a execução de infraestruturas urbanísticas e equipamentos públicos na zona de referência onde se irá inserir a operação urbanística. Quando não esteja previsto para a zona qualquer investimento em infraestruturas ou equipamento público, o valor deste coeficiente será igual a 1;

$$K3 = \frac{\text{Programa plurianual}}{\Omega} \times S$$

Ω — Área (m²) estimada para a zona de referência;

V — Valor do preço por metro quadrado de construção, definido por portaria anualmente publicada para efeito do regime do arrendamento urbano para habitação, renda livre, condicionada e apoiada;

S — Representa a área total de construção (m²), destinada ou não à habitação, com exclusão de áreas de estacionamento, zonas técnicas, salas de condomínio e compartimentos para contentores do lixo.

CAPÍTULO III

Ocupação do domínio público ou privado municipal

SECÇÃO I

Por motivo de obras, promoção imobiliária e ocupação de solo e subsolo

Artigo 54.º

Por motivo de obras e promoção imobiliária

- 1 — Pelo pedido de ocupação do espaço público por motivo de obras ou promoção imobiliária 50,00
- 2 — A ocupação do espaço público por motivo de obras, em área delimitada como estaleiro, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times R \times M$$

Em que:

P = Por mês de ocupação ou fração
R = Valor por m² ou fração de área de ocupação 1,50
M = Área de ocupação por m² ou fração

- 3 — A ocupação do espaço público por motivo de obras, em área não delimitada como estaleiro, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times R \times M$$

Em que:

P = Por mês de ocupação ou fração
R = Valor por m² ou fração de área de ocupação 3,00
M = Área de ocupação por m² ou fração

- 4 — Por cada contentor de obra, em área não delimitada como estaleiro, por dia 8,33
- 5 — Por cada contentor destinado à promoção imobiliária, em área não delimitada como estaleiro, por dia 16,66
- 6 — Para efeitos de ocupação da via pública com contentores de entulhos de obra, estão as empresas de aluguer de contentores obrigadas a identificar o locatário do contentor respetivo, devendo indicar o nome e residência ou denominação e sede social, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva, sempre que tal lhes for solicitado, sob pena de se tornarem responsáveis pela obtenção da licença e pagamento das taxas devidas.

Artigo 55.º

Equipamentos de concessionárias de serviços públicos

Pela ocupação do espaço público, com equipamentos de concessionários de serviços públicos, abrangendo, nomeadamente, suporte de fios telegráficos, telefónicos ou eléctricos, postos de transformação, cabinas eléctricas, armários ou semelhantes, cabina telefónica ou outros postos de equipamento de transmissão de comunicação ou informação, de voz ou imagem, galerias técnicas e

aerogeradores, é devido, anualmente, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que:

M = Área ocupada por m² ou fração
R = Valor por m² de área ocupada 3,00

Artigo 56.º

Postos de abastecimento de combustível ou outras instalações abastecedoras

Pela utilização do espaço de domínio público ou privado municipal, por instalações de postos de abastecimento de carburantes líquidos ou gasosos, bombas de ar ou água, bombas volantes, compressores, áreas de lavagem de veículos e áreas de tomada de água e ar, é devido, anualmente, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que:

M = Área ocupada por m² ou fração
R = Valor por m² de área ocupada 15,00

Artigo 57.º

Ocupação do subsolo com equipamentos de concessionárias de serviços públicos

A ocupação do subsolo com equipamentos de concessionárias de serviços públicos está sujeita ao pagamento das seguintes taxas:

- a) Depósito subterrâneo, com exceção dos destinados a bombas abastecedoras, por m³ ou fração e por ano ... 5,00
- b) Tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes, por metro linear ou fração e por ano:
 - b.1) Com diâmetro até 20 cm. 2,00
 - b.2) Com diâmetro superior a 20 cm 3,00

SECÇÃO II

Ocupação do espaço público por outros motivos

Artigo 58.º

Espaço aéreo sobre a via pública

- 1 — Pelo pedido de ocupação do espaço aéreo sobre a via pública 33,59
- 2 — A ocupação do espaço aéreo sobre a via pública com alpendres fixos ou articulados, toldos, fitas anunciadoras e outras ocupações do espaço aéreo, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P = Por ano de ocupação, ou fração
M = Área ocupada por m² ou fração do dispositivo publicitário
R = Valor por m² de área ocupada 4,80

Artigo 59.º

Esplanadas e outras ocupações (1)

- 1 — Pelo pedido de instalação de esplanadas e outras ocupações 25,80
- 2 — A ocupação do espaço público com esplanadas abertas, com ou sem estrado e, com ou sem guarda-vento, incluindo, nomeadamente, mesas, cadeiras, guarda-sóis, arcas de gelados e brinquedos mecânicos ou equipamentos similares, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P = Por mês de ocupação, ou fração
M = Área ocupada por m² ou fração
R = Valor por m² de área ocupada 3,00

3 — A ocupação do espaço público com esplanadas fechadas, integradas ou não nos edifícios, incluindo, nomeadamente, mesas, cadeiras, arcas de gelados e brinquedos mecânicos ou equipamentos similares, quiosques e rouletes, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P = Por mês de ocupação, ou fração

M = Área ocupada por m² ou fração

R = Valor por m² de área ocupada. 10,00

4 — A ocupação do espaço público, nomeadamente, com arcas de gelados, brinquedos mecânicos e equipamentos similares, ou outras ocupações, não incluídos em esplanadas, está sujeita ao valor resultante da aplicação da fórmula prevista no n.º 2, do presente artigo.

Artigo 60.º

Utilização da via pública para atividades diversas

- 1 — Pela concessão e autorização de utilização da via pública para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo, comercial ou outras, que afetem, ou não, o trânsito normal, por atividade 29,76
- 2 — Ao valor definido no número anterior acresce, por dia. 2,94

Artigo 61.º

Espaços de estacionamento na via pública

Pela ocupação de espaço de estacionamento na via pública por pessoas singulares, ou pessoas coletivas com fins lucrativos, é devido por cada lugar, por mês ou fração:

- a) Viatura ligeira de passageiros ou mista 51,83
- b) Motociclos 20,75

SECÇÃO III

Ocupação do espaço público com suportes publicitários

Artigo 62.º

Suportes publicitários no espaço público

Os suportes publicitários, luminosos ou não luminosos, em espaço público, ou integrados em mobiliário urbano, estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

- 1 — Pelo pedido de instalação de suportes publicitários 24,63
- 2 — A ocupação do espaço público com suportes publicitários, nomeadamente, painéis, videopainéis, mupis, monopostos, relógios, termómetros, colunas e reclamos ou anúncios, luminosos ou não luminosos, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P = Por mês de ocupação, ou fração

M = Área ocupada por m² ou fração da estrutura do suporte publicitário

R = Valor por m² ou fração da área ocupada por estrutura do suporte publicitário 6,00

3 — Os suportes publicitários integrados em mobiliário urbano estão sujeitos ao pagamento do valor resultante da aplicação da fórmula prevista no número anterior.

4 — Os suportes publicitários em abrigos estão sujeitos ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P = Por mês de ocupação, ou fração

M = Área ocupada por m² ou fração da estrutura do suporte publicitário

R = Valor por m² ou fração da área ocupada por estrutura do suporte publicitário 3,00

5 — Os suportes publicitários, luminosos ou não luminosos, colocados em edificações, estão sujeitos ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P = Por ano de ocupação, ou fração

M = Área ocupada por m² ou fração da estrutura do suporte publicitário

R = Valor por m² de área ocupada da estrutura do suporte publicitário 6,00

Artigo 63.º

Suportes publicitários em dispositivos aéreos

- 1 — Pelo pedido de emissão de título para colocação de publicidade em avionetas, helicópteros, parapente, paraquedas, balões ou outros dispositivos semelhantes 175,06
- 2 — Ao valor definido no número anterior acresce, por dia e por cada dispositivo aéreo. 2,94

Artigo 64.º

Suportes publicitários sonoros ou audiovisuais

- 1 — Pelo pedido de emissão de título para divulgação de publicidade através de suportes sonoros ou audiovisuais, na ou para a via pública 37,16
- 2 — Ao valor definido no número anterior acresce, por dia e por suporte. 2,94

Artigo 65.º

Suportes publicitários em veículos

- 1 — Pelo pedido de emissão de título para circulação de veículos com publicidade. 24,63
- 2 — A publicidade colocada em veículos está sujeita ao pagamento, por mês ou fração e por cada veículo, dos seguintes valores:
- a) Motociclos 1,55
- b) Automóveis ligeiros. 3,11
- c) Pesados. 6,22

3 — A publicidade colocada em veículos, que transitam por vários municípios apenas é objeto de licenciamento pela Câmara Municipal de Odivelas quando os seus proprietários tenham residência permanente ou as empresas proprietárias ou locatárias tenham a sua sede social na área geográfica do Município de Odivelas.

Artigo 66.º

Outras ocupações com suportes publicitários

- 1 — Pelo pedido de emissão de título para colocação de insufláveis, bandeiras, bandeirolas, pendões, chapéus de sol, cartazes de papel, telas, lonas ou outros materiais com publicidade, colocados em muros, paredes, mostradores, corpos balançados sobre a via pública ou outros locais semelhantes 35,02
- 2 — Pela colocação de insufláveis, mastros, bandeiras, bandeirolas e pendões com publicidade, por unidade e por mês ou fração. 5,75
- 3 — Pela colocação de chapéus de sol com publicidade, por unidade e por mês ou fração 1,03
- 4 — A colocação de cartazes de papel, telas, lonas ou outros materiais com publicidade, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P = Por mês de ocupação, ou fração

M = Área ocupada por m² ou fração do suporte publicitário

R = Valor por m² de área ocupada pelo suporte publicitário 1,50

Artigo 67.º

Distribuição gratuita de jornais e campanhas publicitárias de rua

- 1 — Pelo pedido de emissão de licença de distribuição gratuita de jornais e para a realização de campanhas publicitárias de rua, que envolvam a distribuição de panfletos, produtos, provas de degustação ou outras ações promocionais de natureza publicitária, por cada local
- 2 — Ao valor definido no número anterior acresce, por dia

78,76
2,94

CAPÍTULO IV

Suportes publicitários em domínio privado

Artigo 68.º

Suportes publicitários em propriedade particular

- 1 — Pelo pedido de afixação ou inscrição de mensagens publicitárias
- 2 — A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias, nomeadamente em painéis, videopainéis, mupis, monopostos, mastros, relógios, termómetros, colunas, reclusos ou anúncios, luminosos ou não luminosos, insufláveis, bandeiras, bandeirolas, pendões, cartazes de papel, telas, lonas, ou outros suportes ou materiais, que se dividem da via pública, dependem de prévia autorização para verificação da conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor e estão sujeitas ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P = Por mês de ocupação, ou fração

M = Área ocupada por m² ou fração da estrutura do suporte publicitárioR = Valor por m² ou fração da área ocupada por estrutura do suporte publicitário

49,27

6,00

CAPÍTULO V

Outros licenciamentos e autorizações

SECÇÃO I

Condução e exercício da atividade de transportes

Artigo 69.º

Licença de condução de ciclomotores

Por cada ato são devidas as seguintes taxas:

- a) Alteração de morada 21,09
- b) Segunda via de documento extraviado ou deteriorado 21,94
- c) Revalidação de licença de condução 21,09
- d) Emissão de licença especial de condução de ciclomotores com dispensa de exame 21,52

Artigo 70.º

Exercício da atividade de transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros

Pela emissão de título relativo ao exercício da atividade de transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros, são devidas as seguintes taxas:

- a) Licença de aluguer para veículo ligeiro. 212,78
- b) Revalidação da licença de aluguer. 22,36
- c) Transmissão de licença de aluguer. 40,53
- d) Pedido de admissão a concurso 40,54
- e) Pedido de substituição de veículo de aluguer 22,02
- f) Pelas vistorias a realizar a veículo de substituição de veículo de aluguer 30,00
- g) Pedido de cancelamento 22,35
- h) Passagem de duplicado, segunda via ou substituição de documento deteriorado, destruído ou extraviado. 22,35
- i) Pedido de averbamento. 21,46

SECÇÃO II

Venda ambulante e outras atividades

Artigo 71.º

Licença para o exercício de atividades ambulantes

- 1 — Pelo pedido de exercício para atividades de carácter ambulante, independentemente da sua natureza 39,27
- 2 — Pela emissão de cartão de vendedor ambulante são devidas as seguintes taxas:
- a) Emissão 22,44
- b) Renovação e segunda via. 20,64
- 3 — Pela emissão de cartão de colaboradores são devidas as seguintes taxas:
- a) Por cada emissão 21,57
- b) Renovação e segunda via. 20,64
- 4 — Pela emissão de licença higeo-sanitária é devida a taxa de 22,33

Artigo 72.º

Espetáculos diversos

- 1 — Pelo pedido de exercício da atividade e realização de espetáculos de natureza de divertimento público são devidas as seguintes taxas:
- a) Arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos realizados em lugares públicos, com exclusão dos de natureza artística 22,33
- b) Lugares de terrado para circo, por equipamento 22,33
- c) Licenças de funcionamento de recinto itinerante, carrosséis, montanha russa, pista de automóveis, pavilhões de diversão, praça de touros ambulantes e barracas de tiro 33,32
- d) Licenças de funcionamento de recinto improvisado, em armazéns, garagens, ou similares utilizadas para realização de bailes ou outros eventos 22,33
- e) Licença acidental de recinto para espetáculos de natureza artística, por cada evento 22,33
- f) Pela autorização para a utilização de fogo de artifício ou de outros artefactos em todos os espaços rurais, durante o período crítico 22,06
- 2 — Ao valor definido no número anterior acresce, por dia. 2,94
- 3 — O licenciamento de recintos itinerantes ou improvisados depende de realização de vistoria prévia, bem como o licenciamento de recinto para espetáculos de natureza artística, divertimento ou outro, de carácter ocasional, em espaço cujo funcionamento não esteja sujeito a licença.

Artigo 73.º

Venda de bilhetes

Revogado

Artigo 74.º

Espetáculos desportivos

- 1 — Pelo pedido de exercício da atividade de realização de jogos, desportos públicos ou espetáculos de natureza desportiva ou provas desportivas. 32,91
- 2 — Ao valor definido no número anterior acresce, por dia 2,94

Artigo 75.º

Atividade de guarda noturno

- Pelo pedido de licenciamento da atividade de guarda noturno 28,91

Artigo 76.º

Outras atividades

- 1 — Pelo pedido de exercício das seguintes atividades e, independentemente do local onde sejam exercidas, são devidas as seguintes taxas:
- a) Arrumador de automóveis 28,91
- b) Fogueiras e queimadas. 35,09

c) Acampamentos ocasionais, por equipamento	35,20
d) Revogado	

2 — Pelo exercício das atividades previstas no número anterior, com exceção das alíneas a) e b), do número anterior, por dia	2,94
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------

Artigo 77.º

Exercício da atividade de exploração de máquinas de diversão

1 — Pelo pedido de exercício da atividade de exploração de máquinas de diversão, por máquina e por ano ou fração	104,04
2 — São devidas as seguintes taxas pelo:	
a) Registo	104,04
b) Segunda via e documentos	34,67
c) Averbamento por transferência de propriedade	46,32
d) Substituição do título de registo emitido pelo Governo Civil	40,54

SECÇÃO III

Atividade industrial

Artigo 78.º

Estabelecimentos Industriais

Pelo pedido de registo e verificação da sua conformidade, bem como, pelo pedido de regularização de estabelecimentos industriais, é aplicável a seguinte taxa	160,78
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------

SECÇÃO IV

Mercados

SUBSECÇÃO I

Arrendamento mensal

Artigo 79.º

Arrendamento mensal

Pela utilização dos espaços existentes nos mercados municipais, quer sejam lojas ou bancas, é devido, mensalmente, pelos concessionários, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que:

M = Área ocupada por m² ou fração	
R = Valor da área ocupada por m² ou fração	6,00

SUBSECÇÃO II

Lugares de terrado

Artigo 80.º

Feiras

Pela ocupação de lugares de terrado em feiras, é devido, por dia, pelos concessionários, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que:

M = Área ocupada por m² ou fração	
R = Valor dos lugares de terrado, por m² ou fração	0,46

Artigo 81.º

Mercados

Pela ocupação de lugares de terrado, em quaisquer mercados municipais, sem utilização de outros bens municipais, é devido, mensalmente, pelos concessionários, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que:

M = Área ocupada por m² ou fração	
R = Valor da área ocupada, por m² ou fração.	15,00

Artigo 82.º

Terrado para venda de animais

1 — Pela venda a retalho de animal, por m² ou fração e por dia:	
a) Animal de grande porte	4,08
b) Animal de médio e pequeno porte	3,34
2 — Entende-se por animal de grande porte, bovinos adultos e adolescentes, equídeos e outros.	
3 — Entende-se por animal de médio e pequeno porte, asininos, ovinos e caprinos, crias, aquicultura e outros.	

SUBSECÇÃO III

Das atividades em mercados e feiras

Artigo 83.º

Emissão de cartão de concessionários

A emissão e renovação de cartão de concessionários estão sujeitas ao pagamento das seguintes taxas:

a) Emissão	22,44
b) Renovação e segunda via.	20,64

Artigo 84.º

Outras atividades exercidas em mercados e feiras

O exercício das atividades de vendedor, produtor vendendo diretamente, mandatário, comissário ou agente de vendas, preparador de produtos, em mercados ou feiras, está sujeito ao pagamento das taxas previstas nos números 1 e 2 do artigo 71.º, do presente Regulamento.

SUBSECÇÃO IV

Mercados e Feiras — Depósitos, armazenagem e similares

Artigo 85.º

**Depósito e armazém privativo
Guarda de volumes ou taras**

1 — Pelo depósito e armazenagem de volumes ou taras em local privativo para o efeito, por m² ou fração e por dia	2,87
2 — Pela utilização de local privativo para manutenção, preparação e acondicionamento de produtos, são devidas, por m² ou fração e por dia, as seguintes taxas:	
a) Em recinto fechado	4,50
b) Em terrado	4,66
3 — Pela manutenção e guarda de volumes ou taras deixadas nos lugares de terrado, desde a hora de fecho do mercado ou feira, até à sua abertura, por m² ou fração e por dia	4,66

Artigo 86.º

Arrecadações

1 — Pela utilização de arrecadações é devido o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

a) Utilização por dia:

Em que:

P = Por dia de ocupação	
M = Área ocupada por m² ou fração	
R = Valor por m² de área ocupada	0,60

b) Utilização por mês:

Em que:

P = Por mês de ocupação	
M = Área ocupada por m² ou fração	
R = Valor por m² de área ocupada	15,00

SUBSECÇÃO V

Serviços diversos

Artigo 87.º

Zonas de estacionamento em mercados e feiras

Pelo estacionamento nos mercados ou feiras de veículos de transporte, quando haja parque ou recinto próprio, por dia ou fração e por veículo. 8,31

Artigo 88.º

Utilização de bens municipais

1 — Pela utilização de balanças, por pesagem 0,55
 2 — Pela utilização de tanques de lavagem, por lavagem 1,36
 3 — Pela utilização de câmaras frigoríficas é devido o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

a) Utilização por dia:

Em que:

P = Por dia de ocupação

M = Área ocupada por m² ou fração

R = Valor por m² de área ocupada 1,36

b) Utilização por mês:

Em que:

P = Por mês de ocupação

M = Área ocupada por m² ou fração

R = Valor por m² de área ocupada 30,00

4 — Pela utilização de outros bens municipais, por unidade e por dia 1,97

SECÇÃO V

Da vistoria e desselagem

Artigo 89.º

Vistorias e desselagem de estabelecimentos industriais

1 — Pelas vistorias a realizar para emissão de licenças previstas no presente capítulo 50,62

2 — As vistorias complementares, na sequência de ações de fiscalização, implicam a cobrança de 20 % sobre a taxa de licenciamento.

3 — Pela vistoria higieno-sanitária de equipamentos circulantes para a venda de carne, peixe, pão ou outros produtos, por veículo 30,69

4 — No âmbito do licenciamento dos estabelecimentos industriais, são devidas as seguintes taxas pelas vistorias de:

a) Instalação, alteração, verificação, reexame de recursos 426,24

b) Falta de cumprimento de condições 317,96

5 — Pela desselagem dos estabelecimentos industriais é aplicável a seguinte taxa 169,30

Artigo 90.º

Vistorias a espetáculos e divertimentos públicos

1 — Pelas vistorias a realizar para efeitos do n.º 3, do artigo 72.º, do presente Regulamento 45,79

2 — O pagamento a peritos, não funcionários municipais, deverá ser suportado pelo requerente, devendo apresentar prova do mesmo.

SECÇÃO VI

Licenças específicas

Artigo 91.º

Licenças de utilização específica

1 — Pelos alvarás de licenças de utilização para funcionamento de empreendimentos turísticos, de estabelecimentos de restauração e ou de bebidas ou títulos análogos 173,54

2 — Pela emissão de licença ou autorização de utilização para estabelecimentos de hipermercados, supermercados, minimercados, mercearias e depósitos de pão, armazéns de produtos alimentares, congelados ou não 192,06

3 — Pela emissão de autorização para a instalação e modificação de estabelecimentos de restauração e bebidas ou locais onde se realizam, mediante remuneração, serviços de restauração ou bebidas através da atividade de catering, oferta de serviços de banquetes, ou outras, desde que regularmente efetuados e até 10 eventos anuais 46,62

4 — Pela emissão de licenças de funcionamento de bares, discotecas com música ao vivo, salões de jogos, salas de baile e análogos, por três anos ou fração 204,34

5 — O alvará quando concedido por períodos de tempo limitado, está sujeito ao pagamento da mesma taxa que seria aplicada no caso de ser concedido por tempo ilimitado.

6 — A Instalação de recintos de espetáculos e divertimentos públicos que implique obras de edificação, construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição, segue previamente o regime jurídico da urbanização e edificação vigente.

7 — Se em estabelecimento já licenciado, nos termos da legislação em vigor, for requerido o exercício de atividade diversa daquela para a qual foi emitido o licenciamento, haverá lugar a emissão de um novo título.

Artigo 92.º

Licenças de utilização de estabelecimentos para comércio, armazenamento e prestação de serviços que envolvem riscos para a saúde e segurança das pessoas.

Pela concessão de licença de utilização de estabelecimentos para comércio, armazenamento e prestação de serviços que envolvem riscos para a saúde e segurança das pessoas. 192,78

Artigo 93.º

Averbamento e segunda via de alvará de utilização específica

1 — Pelo averbamento em alvará 163,13
 2 — Pela emissão de segunda via de alvará 33,61

CAPÍTULO VI

Ambiente e fiscalização

SECÇÃO I

Remoção e depósito de bens

Artigo 94.º

Bloqueamento, remoção e depósito de veículos

Pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos, são devidas as taxas legalmente fixadas por Portaria, nos termos do Código da Estrada.

Artigo 95.º

Apreensão, remoção e depósito de bens

1 — Pela remoção de contentores destinados a atividades comerciais ou de apoio as obras. 115,99

2 — Pelo depósito de bens móveis apreendidos e recolhidos, nos termos da regulamentação municipal em vigor, por m³ ou fração e por dia 0,63

SECÇÃO II

Poluição sonora

Artigo 96.º

Licença especial de ruído

1 — Pela emissão de licença para o exercício de atividades ruidosas temporárias 147,89
 2 — Ao valor definido no número anterior, acresce, por dia 2,94

SECÇÃO III

Fiscalização económica

Artigo 97.º

Controlo metrológico

As taxas de controlo metrológico são aplicáveis nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO VII

Cemitérios

Artigo 98.º

Inumações

Pela inumação são devidas as seguintes taxas:

1 — Em sepulturas temporárias em covais:

a) Em urna de madeira	63,32
b) Em urna de madeira com zinco	66,12
c) Em urna de madeira em talhão muçulmano.	70,82

2 — Em sepulturas temporárias aeróbias:

a) Em urna de madeira	61,92
b) Em urna de madeira com zinco	63,30

3 — Em gavetões:

a) Em urna de madeira	88,93
b) Em urna de madeira com zinco	91,64

Artigo 99.º

Cremação de restos mortais

Pela cremação de cadáveres são devidas as seguintes taxas:

a) Proveniente do Cemitério Municipal de Odivelas. . .	50,83
b) Oriundo de outro espaço cemiterial.	52,54

Artigo 100.º

Exumação

Pelo ato de exumação são devidas as seguintes taxas:

a) Por exumação	22,85
b) Exumação com limpeza dos ossos.	33,45
c) Marcação e abertura de sepultura	12,81
d) Reconstrução de campa por reposição do corpo . . .	72,07

Artigo 101.º

Depósitos

Pelo depósito de urnas, por dia ou fração, até ao máximo de 30 dias 11,32

Artigo 102.º

Utilização de capela

Pela utilização da Capela do Cemitério Municipal de Odivelas, pelo período de 24 horas ou fração 31,60

Artigo 103.º

Trasladação de cadáveres

Pela trasladação de cadáveres, ossadas ou cinzas são devidas as seguintes taxas:

a) Cadáveres.	43,75
b) Ossadas ou cinzas	35,90

Artigo 104.º

Gavetões e ossários

Pela utilização de gavetões e ossários, são devidas as seguintes taxas:

1 — Gavetões:

a) 1.º e 2.º piso	72,38
b) 3.º piso	65,74

2 — Gavetões pelo período de 25 anos renovável:

a) 1.º e 2.º piso	3 659,53
b) 3.º Piso	2 945,16

3 — Ossários:

a) Uma ossada	28,48
b) Duas ossadas	33,74

4 — Ossários pelo período de 25 anos renovável:

a) Uma ossada	677,73
b) Duas ossadas	735,16

Artigo 105.º

Utilizações e serviços diversos

Pela utilização ou colocação de ornamentos e sinais de cariz religioso, ou não, são devidas as seguintes taxas:

1 — Utilização de sinais e outros objetos:

a) Jarrões grandes	25,02
b) Jarrões pequenos	19,82
c) Floreiras	8,59
d) Vasos	5,93
e) Cruzes com Cristo	8,95
f) Cruzes sem Cristo	3,99

2 — Sepulturas aeróbias

a) Porta fotos	16,23
b) Jarra	33,18
c) Cruz	7,94
d) Placa com dedicatória	7,70

3 — Transferência de pedras entre campas, dentro do Cemitério Municipal. 130,61

4 — Abaulamentos, pelo período de um ano. 59,19

5 — Colocação de esferovite em campas 23,06

6 — Alteração de responsabilidade sobre sepultura, sepultura aeróbia, ossário e gavetão 5,17

Artigo 106.º

Autorização para a utilização ou colocação de ornamentos ou outros

1 — Fica sujeito à prévia autorização, a utilização ou colocação de ornamentos ou sinais previstos nos números 1 e 2, do artigo anterior, em campas, sepulturas, covais, aeróbias, gavetões e ossários, bem como as fechaduras em caixões de madeira, de madeira com zinco, gavetões e ossários e a colocação de portas com epitáfio (pedra), em gavetões ou ossários.

2 — Para efeitos do número anterior, é devida uma taxa no valor de. 19,15

Artigo 107.º

Cartões de identificação

Pela emissão ou renovação de cartão de identificação, são devidas as seguintes taxas:

a) Identificação de construtor e funcionários.	12,02
b) Para circulação de veículos de entidades e particulares	4,46

CAPÍTULO VIII

Outras disposições previstas em regulamentos ou programas municipais

SECÇÃO I

Pavilhões, parques desportivos e similares

Artigo 108.º

Taxas de Utilização

1 — São devidos, por hora ou fração, os seguintes valores pela utilização dos recintos desportivos municipais ou sob gestão municipal:

Treino	2.ª a 6.ª feira	Sáb. Dom. e Feriados
Pessoas coletivas desportivas do concelho	€ 7,00	€ 8,00
Outras pessoas coletivas e municipais do concelho	€ 23,00	€ 28,00

Treino	2.ª a 6.ª feira	Sáb. Dom. e Feriados
Pessoas coletivas e munícipes de outro concelho.....	€ 52,00	€ 57,00
Competição	2.ª a 6.ª feira	Sáb. Dom. e Feriados
Pessoas coletivas desportivas do concelho	€ 9,00	€ 10,00
Outras pessoas coletivas e munícipes do concelho.....	€ 27,00	€ 32,00
Pessoas coletivas e munícipes de outro concelho.....	€ 56,00	€ 62,00

2 — São devidos, por hora ou fração, os seguintes valores, por pessoa, pela utilização do ginásio dos recintos desportivos municipais ou sob gestão municipal:

Munícipes do concelho	3,50
Munícipes de outro concelho	7,00

3 — Quando da utilização dos pavilhões, parques desportivos ou equiparados, resultarem benefícios económicos e financeiros de ações de cobrança de bilhetes, vendas de serviços e publicidade, entre outros, o Município tem direito a 20 % da receita bruta sobre os mesmos.

4 — A utilização das instalações com transmissão televisiva ou filmagens com caráter comercial, depende de prévia autorização do Município, tendo este direito a 20 % da receita bruta dos direitos de transmissão.

SECÇÃO II

Candidaturas aos Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego — Registos de Cidadãos da União Europeia

Artigo 109.º

Criação do Próprio Emprego

Pela elaboração de dossiers de candidatura à CPE por beneficiários de prestações de desemprego, no âmbito das candidaturas ao PAECPE..... 360,51

Artigo 110.º

Candidaturas às Linhas de Créditos MICROINVEST e INVEST+

Pela elaboração de dossiers de candidatura às Linhas de Créditos MICROINVEST e INVEST+, no âmbito das candidaturas ao PAECPE..... 443,00

Artigo 111.º

Registo de Cidadãos da União Europeia

Pelo certificado de registo, emissão de documentos e cartão de residência, bem como, pelos demais atos administrativos, são devidas as taxas fixadas pelas Portarias definidas no quadro da lei que Regula o Exercício do Direito de Livre Circulação e Residência dos Cidadãos da União Europeia.

SECÇÃO III

Comissão Arbitral Municipal no âmbito do Regime do arrendamento urbano

Artigo 112.º

Taxas devidas à Comissão Arbitral Municipal no âmbito do regime do arrendamento urbano

1 — Nos termos da legislação em vigor, são devidas taxas pela determinação do coeficiente de conservação, pela definição das obras necessárias à obtenção de nível de conservação superior e pela submissão de litígios à decisão da CAM, no âmbito da respetiva competência.

2 — As taxas previstas no número anterior são definidas em UC, legalmente definidas, e são devidas:

- Pela determinação do coeficiente de conservação, 1 UC;
- Pela definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior, 0,5 UC;
- Pela submissão de um litígio à decisão da CAM, 1 UC.

CAPÍTULO IX

Utilização de bens imóveis municipais

Artigo 113.º

Ocupação de imóveis de domínio privado municipal não destinados a habitação

Pela ocupação de imóveis do domínio privado do Município, não destinados a habitação, é aplicável o regime da hasta pública previsto nos artigos 17.º e 18.º, do presente Regulamento.

Artigo 114.º

Cedência de instalações Sem equipamento audiovisual

Por cada hora de utilização são devidas as seguintes taxas:

- Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente, associações políticas e sindicais com sede no Concelho..... 2,27
- Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente, associações políticas e sindicais com sede em outro Concelho..... 9,09
- Pessoas coletivas de direito público, nomeadamente, escolas do Concelho..... 2,27
- Pessoas coletivas de direito público, nomeadamente, escolas de outro Concelho..... 9,09
- Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos ou outros agentes económicos e munícipes do Concelho..... 13,64
- Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos ou outros agentes económicos e munícipes de outro Concelho..... 18,18

Artigo 115.º

Cedência de instalações Com equipamento audiovisual

Por cada hora de utilização são devidas as seguintes taxas:

- Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente, associações políticas e sindicais com sede no Concelho..... 5,94
- Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente, associações políticas e sindicais com sede em outro Concelho..... 23,77
- Pessoas coletivas de direito público, nomeadamente, escolas do Concelho..... 5,94
- Pessoas coletivas de direito público, nomeadamente, escolas de outro Concelho..... 23,77
- Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos ou outros agentes económicos e munícipes do Concelho..... 35,67
- Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos ou outros agentes económicos e munícipes de outro Concelho..... 47,55

Artigo 116.º

Utilização da Quinta das Águas Férreas

Pela utilização da Quinta das Águas Férreas, são devidas as seguintes taxas:

1 — Pessoas coletivas de direito público ou privado, sem fins lucrativos, do Concelho de Odivelas:

- Pousada..... 4,75
- Palácio..... 6,34

2 — Pessoas coletivas de direito público ou privado, com fins lucrativos, do Concelho de Odiveiras:	
a) Pousada	11,12
b) Palácio	14,30
3 — Pessoas coletivas de direito público ou privado, sem fins lucrativos, de outro Concelho:	
a) Pousada	14,31
b) Palácio	31,76
4 — Pessoas coletivas de direito público ou privado, com fins lucrativos, de outro Concelho:	
a) Pousada	14,31
b) Palácio	39,71
5 — Pessoas singulares:	
a) Pousada	14,31
b) Palácio	42,56

6 — As taxas previstas no presente artigo, são liquidadas de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$V = T \times P \times D$$

Em que:

V = Valor a liquidar
T = Taxa
P = Número de utentes
D = Número de dias

Artigo 116.º-A

Utilização ocasional do Parque de Estacionamento subterrâneo — Rua Prof. Dr. Egas Moniz

Pela utilização ocasional do parque de estacionamento, são devidas as seguintes taxas:

1 — Utilização ocasional:	
a) 1.ª fração de 15 minutos	0,30
b) 2.ª fração de 15 minutos	0,20
c) 3.ª fração de 15 minutos	0,20
d) 4.ª fração e seguintes de 15 minutos	0,10
2 — Taxa máxima diária	5,00
3 — O extravio do bilhete está sujeito ao pagamento da taxa prevista no número anterior.	

Artigo 116.º-B

Contratos de avença do Parque de Estacionamento subterrâneo — Rua Prof. Dr. Egas Moniz

1 — Emissão de cartão de acesso:	
a) Emissão	7,50
b) Segunda via	15,00
2 — Avenças mensais de utentes sem reserva de lugar:	
2.1 — Veículos automóveis:	
a) Total — 24 Horas	70,00
b) Nocturna	40,00
c) Diurna	40,00
2.2 — Motociclos:	
a) Total — 24 Horas	30,00
b) Nocturna	20,00
c) Diurna	20,00
2.3 — Bicicletas — Avença mensal total — 24 Horas:	
a) Uma bicicleta	15,00
b) Duas bicicletas	25,00
3 — Avenças trimestrais de utentes sem reserva de lugar:	
3.1 — Veículos automóveis:	
a) Total — 24 Horas	190,00
b) Nocturna	100,00
c) Diurna	100,00

3.2 — Motociclos:	
a) Total — 24 Horas	80,00
b) Nocturna	50,00
c) Diurna	50,00
4 — Avenças semestrais de utentes em regime Total — 24 Horas, sem reserva de lugar:	
4.1 — Veículos automóveis	370,00
4.2 — Motociclos	150,00
5 — Avenças semestrais de utentes em regime Total — 24 Horas, sem reserva de lugar:	
5.1 — Veículos automóveis	650,00
5.2 — Motociclos	250,00

LIVRO III

Preços

CAPÍTULO I

Imposto sobre o valor acrescentado

Artigo 117.º

Regra Geral

- 1 — Aos valores previstos no presente Livro, acresce o IVA à taxa legal em vigor.
- 2 — Excetuam-se do número anterior, por não estarem sujeitos àquele imposto, os valores previstos no n.º 6 do artigo 118.º, e nos artigos 121.º, 122.º, 125.º, do presente regulamento.
- 3 — Excetuam-se do número um, do presente artigo, o valor previsto no artigo 129.º e 130.º, por já incluir o IVA à taxa legal.

CAPÍTULO II

Prestação de bens e serviços

Artigo 118.º

Atos de administração geral

Pela prática dos atos de administração geral previstos no presente artigo são devidos os seguintes valores:

1 — Afixação de editais relativo a pretensões que não seja de interesse público	8,90
2 — Certidões diversas	12,50
3 — Fotocópias simples, por unidade	0,10
4 — Fotocópias autenticadas e outros documentos:	
a) Não excedendo oito páginas	15,00
b) Por cada página a mais, além das oito	0,56
5 — Autenticação de documentos, exceto os previstos no artigo 119.º, do presente regulamento, por documento	1,50
6 — Termo de abertura e encerramento em livros sujeitos a esta formalidade, por livro	4,73
7 — Termos de entrega de documentos juntos a processos cuja restituição haja sido autorizada	4,73
8 — Pela celebração de contrato de empreitada de obras públicas	32,02
9 — Pela celebração de contrato de aquisição de bens e serviços	16,03
10 — Apreciação de pedidos de distrate de hipoteca legal, por lote	75,00
11 — Fornecimento, mediante requerimento, de registos sonoros das reuniões dos órgãos autárquicos, por cada período de uma hora ou fração	36,28
12 — Pelo serviço de envio postal de documentação requerida	5,00

Artigo 119.º

Serviços diversos relativos a edificações

Pela emissão de:

a) Certidão de construção anterior a 1951	17,00
b) Certidão de destaque	29,66

Artigo 120.º

Fornecimento de peças processuais no âmbito da contratação pública

1 — Pelo fornecimento de peças processuais no âmbito da contratação de aquisição de bens e serviços	72,38
2 — Pelo fornecimento de peças processuais no âmbito da contratação de empreitadas de obras públicas:	
a) Anúncio de concurso/Folha rosto	5,18
b) Programa de concurso, mapa “programa de trabalho”, mapa “descrição de atividades”	10,88
c) Caderno de encargos (clausulas gerais)	26,96
d) Manual de estaleiro	9,85
e) Plano de segurança e saúde/Placa de obra	51,85
f) Elementos escritos e desenhados do projeto de execução:	
f.1) Preto e branco, por folha:	
A0	2,33
A1	1,50
A2	0,93
A3	0,82
A4	0,46
Mts	2,07
f.2) Cores, por folha:	
A0	21,51
A1	10,78
A2	5,49
A3	2,79
A4	1,45
Mts	18,35
3 — Sempre que um procedimento adjudicatório de aquisição de bens e serviços implique o fornecimento de alguns dos elementos previstos no número anterior, haverá lugar ao pagamento dos valores aí previstos.	

Artigo 121.º

Reprodução de documentos relativos a edificações

Pelo fornecimento de documentos reproduzidos, são devidos os seguintes valores:

1 — Cópias de plantas a preto e branco	
a) A2	15,99
b) A1	16,31
c) A0	16,83
d) Outros formatos por metro linear	16,96
2 — Cópias de plantas a cores:	
a) A4	15,66
b) A3	16,08
c) A2	18,36
d) A1	18,60
e) A0	18,60
3 — Cópias de planta a cores, por metro linear:	
a) Linéas	23,03
b) Até 50 % de mancha	25,62
c) Mais de 50 % de mancha	30,80
d) Área preenchida	41,17
4 — Fornecimento de cartografia para instrução de processos para a realização de operações urbanísticas, incluindo plantas de localização 1/1000, PDM, RAN, REN, servidões	15,02
5 — A autenticação das cópias das plantas previstas no presente artigo acrescem os valores constantes no n.º 4 do artigo 118.º	
6 — (Revogado)	

Artigo 122.º

Fornecimento de informação geográfica

1 — Pelo fornecimento de Informação geográfica, incluindo o suporte, são devidos, por unidade, os seguintes valores:	
1.1 — Plantas de localização em formato A4:	
a) Cartografia topográfica	4,14
b) PDM — Planta de ordenamento à escala 1/10.000	4,14

c) PDM — Planta de condicionantes à escala 1/10.000	4,14
d) Planta para fins de IMI (planimetria simplificada) . . .	4,14
e) Planta para os SMAS (planimetria simplificada) . . .	4,14

1.2 — Planta de localização sobre planimetria em formato A4	4,66
1.3 — Outras plantas — Custo por formato incluindo a base cartográfica:	
a) A4	15,55
b) A3	20,74
c) A2	41,48
d) A1	62,22
e) A0	82,96
1.4 — Ao custo por formato acresce, por cada tema de informação adicionado	2,07
2 — Informação geográfica em formato digital, à escala 1:10.000:	
2.1 — Por hectare, até 300 ha:	
a) Cartografia vetorial com planimetria	1,03
b) Cartografia vetorial com planimetria e altimetria . . .	1,34
c) Ortofotomapas	0,82
2.2 — Para áreas superiores a 300 ha:	
a) Cartografia vetorial com planimetria	500,00
b) Cartografia vetorial com planimetria e altimetria . . .	600,00
c) Ortofotomapas	400,00
3 — Por cada registo de tema georreferenciados em SIG	2,07
4 — O fornecimento de informação geográfica fica sujeito a termo de compromisso de exclusiva aplicação para os efeitos declarados.	

Artigo 123.º

Emissão de pareceres

A emissão de parecer para efeitos de constituição de fundações com sede no território do Município de Odivelas ou sobre o pedido de reconhecimento de utilidade pública administrativa de pessoas coletivas constituídas e com sede no Município, bem como a emissão de outros pareceres, requeridos ao abrigo de legislação específica, estão sujeitos ao pagamento do seguinte valor	276,20
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------

Artigo 124.º

Pedidos de carácter genérico

Pelo pedido de apreciação de declaração prévia relativa a estabelecimentos de comércio de produtos alimentares ou não alimentares, de estabelecimentos de restauração ou de bebidas e para estabelecimentos industriais, e os demais legalmente previstos	67,01
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

Artigo 125.º

Formação profissional

Pela frequência, por ação e por formando ou participante, não trabalhador do Município de Odivelas:	
1 — Curso de formação de Nível I a III	66,66
2 — Curso de formação de Nível IV a V	95,65
3 — Seminário ou workshop	4,73

Artigo 126.º

Inspecções de ascensores, monta-cargas e outros equipamentos similares

Pela inspeção das condições técnicas de funcionamento de ascensores, monta-cargas e outros equipamentos similares, são devidos os seguintes valores:	
a) Inspecções periódicas, reinspecções requeridas fora do prazo legal, a ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade inspecionada	95,06
b) Reinspecções a ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade reinspecionada, quando requeridas dentro do prazo legal	73,45

c) Inspeções extraordinárias a ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade inspecionada	95,06
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

Artigo 127.º

Sinalização vertical para espaços de estacionamento

Pelo fornecimento e colocação de sinais, são devidos os seguintes valores:

a) Sinais triangulares	24,46
b) Sinais circulares, octogonais, quadrangulares e retangulares	32,40
c) Fornecimento e colocação de prumos galvanizados e tamponados	30,91
d) Fornecimento e colocação de painéis adicionais, por m² ou fração	12,44

CAPÍTULO III

**Laboratório de acústica
serviços técnicos**

Artigo 128.º

Avaliação de critério de incomodidade

A avaliação de critério de incomodidade gerado por atividades permanentes, fica sujeita ao pagamento dos seguintes valores:

a) Medição acústica com análise do ruído ambiente e do ruído residual	399,24
b) Por local extra de medição.	98,51
c) Distância percorrida, ida e volta, desde o LACMO até ao local de medição, por Km	1,21

CAPÍTULO IV

**Biblioteca Municipal D. Dinis
e Núcleo da pontinha**

Artigo 129.º

Fornecimento de bens diversos

1 — Pelo fornecimento, e por unidade, são devidos os seguintes valores:

a) Segunda via de “Cartão de Leitor”	1,01
b) Cartão de fotocópias sem carregamento	0,67
c) Carregamento de cartão com 25 fotocópias.	2,10
d) Carregamento de cartão com 50 fotocópias	3,41
e) Carregamento de cartão com 100 fotocópias.	6,74

2 — A utilização do serviço de fotocópias a cores implica, por cada impressão, o abatimento de três unidades ao cartão.

3 — Pela utilização do serviço de impressão é devido, por unidade, os seguintes valores:

a) Impressão a preto e branco	0,08
b) Impressão a cores.	0,12

Artigo 130.º

Publicações Municipais

São devidos, por unidade, os seguintes valores:

a) Odivelas: O Monumento ao Senhor Roubado (Coleção Patrimónios).	7,48
b) Odivelas em Banda Desenhada (Coleção Patrimónios)	5,99
c) Odivelas: Um Mosteiro Cisterciense (Coleção Patrimónios)	7,48
d) Diálogo de Gerações (Coleção Patrimónios).	7,48
e) António Lino (1914-1996): Catálogo de exposição.	9,98

CAPÍTULO V

**Consultório veterinário municipal
e médico-veterinário municipal**

SECÇÃO I

**Serviços de consulta e outros serviços
e atos técnicos**

Artigo 131.º

Consulta a animais de companhia

Pela consulta de animais de companhia são devidos os seguintes valores:

a) Consulta base (20 minutos)	17,41
b) Consulta sumária ou segundo animal	8,74
c) Tratamento sem exame clínico	8,74

Artigo 132.º

Outros atos técnicos para além de consultas

Pelos atos técnicos, para além da consulta, são devidos os seguintes valores:

a) Colheita de sangue e envio ao laboratório.	6,94
b) Colheita de urina + análise com fita	6,08
c) Colheita de urina + análise com fita + exame sedimentação	11,33
d) Observação microscópica de esfregaço ou raspagem	6,94
e) Observação de matérias fecais coprol. Parasitária	6,94
f) Rastreio leucose/leishma./dirofilária	15,70
g) Administração de soros	6,08
h) E.C.G.	26,45

Artigo 133.º

Outros serviços

1 — Pela prestação de serviços sem consulta, são devidos os seguintes valores:

a) Identificação com transponder e registo da informação	43,54
b) Eutanásia (incluindo produto)	26,16
c) Necrópsia com ou sem colheita de material	38,96

2 — Pela prestação do serviço de vacinação de canídeos, felinos e leporídeos, é devido o montante que resulta do somatório da consulta base e dos valores legalmente estabelecidos para a vacina ministrada. Se aplicável, acresce a este valor o custo do boletim de vacinas.

3 — Pela prestação de serviço de vacinação em segundo animal ou reforço do programa inicial ou anual de vacinação de canídeos, felinos e leporídeos, é devido o montante que resulta do somatório do valor da consulta sumária ou segundo animal e do valor da vacina ministrada.

4 — Pela administração de progestativo é devido o montante que resulta do somatório do valor da consulta base e do seguinte valor 8,74 |

5 — Pré-anestesia, tranquilização e anestesia local ou regional 8,74 |

6 — Pela indução barbitúrica e anestesia simples 17,41 |

7 — Pela prestação de serviço de cirurgia geral

a) Por hora	87,04
b) Por fração de 15 minutos.	26,15

SECÇÃO II

Atos cirúrgicos com anestesia não gasosa incluída

Artigo 134.º

Aparelho genital

Atos cirúrgicos (anestesia não gasosa compreendida):

a) Castração de gato.	52,23
b) Castração de cão	69,64
c) Ovário-histerectomia até 10 kg	139,28
d) Ovário-histerectomia de 10 a 25 kg.	156,69

e) Ovário-histerectomia mais de 25 kg	191,50
f) Cesariana na cadela	203,68
g) Criptorquidia no cão	156,69
h) Ovariectomia na gata	87,04
i) Ovário-histerectomia da gata	121,76
j) Cesariana na gata	130,61

Artigo 135.º

Aparelho digestivo

Pelo tratamento de:

a) Limpeza tártaro-cão (com anestesia)	60,96
b) Limpeza tártaro-gato (com anestesia)	43,55
c) Extração dentária — cão	95,77
d) Extração dentária — gato	60,96
e) Gastrotomia	174,09
f) Enterotomia	174,09
g) Laparotomia	121,85
h) Ablação das glândulas anais	139,28

Artigo 136.º

Aparelho Urinário

Cateterização urinária do gato com anestesia	38,30
----------------------------------------------------	-------

SECÇÃO III

Ortopedia

Artigo 137.º

Ortopedia

Colocação de gesso de membros, incluindo imobilização	78,37
-------------------------------------------------------------	-------

SECÇÃO IV

Oftalmologia

Artigo 138.º

Oftalmologia

São devidos os seguintes valores pela prática de:

a) Enucleação do globo ocular	139,28
b) Entropio — Ectropio	104,45
c) Ablação da 3.ª pálpebra	78,37
d) Catarata	217,65
e) Pano conjuntival	104,45

SECÇÃO V

Outros atos cirúrgicos

Artigo 139.º

Outros atos cirúrgicos

São devidos os seguintes valores pela prática de:

a) Redução de hérnia umbilical	78,37
b) Redução de hérnia inguinal	156,69
c) Redução de hérnia perineal	217,74
d) Redução de hérnia diafragmática	179,89
e) Tumores mamários e cutâneos	69,64
f) Extração cadeia mamária (1 lado)	217,74
g) Limpeza do canal auditivo com tranquilização	26,15
h) Drenagem de hematoma auricular	43,55

SECÇÃO VI

Remoção, recolha e eliminação de animais mortos ou abandonados

Artigo 140.º

Remoção, recolha e eliminação de animais mortos ou abandonados

1 — Remoção de cadáveres de animais, por unidade, a pedido de:

a) Clínicas veterinárias	4,06
b) Outras pessoas coletivas ou singulares	2,03

2 — Eliminação de cadáveres de animais, por kg., a pedido de:

a) Clínicas veterinárias	1,22
b) Outras pessoas coletivas ou singulares	0,81

3 — Taxa de alojamento, por dia ou fração 11,22 |4 — Transporte de animais de companhia, por cada 8,13 |

LIVRO IV

Normas de liquidação e cobrança

CAPÍTULO I

Disposição geral

Artigo 141.º

Âmbito de aplicação

As normas do presente Livro apenas são aplicáveis às disposições previstas no Livro II, exceto as normas quanto ao modo de pagamento e do pagamento em prestações, que também são aplicáveis às disposições do Livro III.

CAPÍTULO II

Garantias fiscais

Artigo 142.º

Garantias fiscais

- 1 — Os sujeitos passivos das taxas para as autarquias locais podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.
- 2 — A reclamação graciosa ou impugnação judicial da liquidação e cobrança de taxas, encargos de mais-valias e demais receitas de natureza fiscal, aplicam-se as normas da lei geral tributária e as do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.
- 3 — Compete ao órgão executivo a cobrança coerciva das dívidas ao Município provenientes de taxas e outras receitas municipais, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime estabelecido no Código de Procedimento e de Processo Tributário.
- 4 — A reclamação é deduzida perante o órgão que efetuou a liquidação da taxa no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
- 5 — A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 6 — Do indeferimento tácito ou expresse cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área do município, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
- 7 — A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2, do presente artigo.

Artigo 143.º

Princípio da participação

- 1 — A participação dos contribuintes na formação das decisões que lhes digam respeito pode efetuar-se sempre que a lei não prescrever em sentido diverso, por qualquer das seguintes formas:

- a) Direito de audição antes da liquidação;
- b) Direito de audição antes do indeferimento total ou parcial dos pedidos, reclamações, recursos ou petições;
- c) Direito de audição antes da revogação de qualquer benefício ou ato administrativo em matéria fiscal;
- d) Direito de audição antes da decisão de aplicação de métodos indiretos;
- e) Direito de audição antes da conclusão do relatório do serviço de Execução Fiscal.

- 2 — É dispensada a audição no caso de a liquidação se efetuar com base na declaração do contribuinte ou a decisão do pedido, reclamação, recurso ou petição lhe for favorável.

- 3 — Tendo o contribuinte sido anteriormente ouvido em qualquer das fases do procedimento a que se referem as alíneas b) a e) do n.º 1, do presente artigo, é dispensada a sua audição antes da liquidação, salvo em caso de invocação de factos novos sobre os quais ainda se não tenha pronunciado.
- 4 — O direito de audição deve ser exercido no prazo de 10 dias, a contar da data do seu conhecimento.
- 5 — Em qualquer das circunstâncias referidas no n.º 1, do presente artigo, para efeitos do exercício do direito de audição, deve comunicar-se ao sujeito passivo o projeto de decisão e sua fundamentação, nos termos do artigo 152.º, do presente Regulamento.

Artigo 144.º

Decisões sujeitas a audiência prévia

Deverão ser objeto de audiência dos contribuintes, as decisões:

- a) Que se fundamentam em factos não revelados nos pedidos, petições, reclamações ou recursos hierárquicos apresentados pelos contribuintes;
- b) Que se fundamentam em elementos que já deveriam ter sido submetidos a audiência prévia, mas em que esta formalidade não foi cumprida;
- c) Em que o órgão com competência para decidir altera o sentido do projeto de decisão e respetiva fundamentação, anteriormente submetido a audiência prévia;
- d) Em que o órgão com competência para decidir altera o projeto de decisão favorável ao contribuinte.

Artigo 145.º

Momento em que é feita a audiência prévia

- 1 — A audiência prévia é feita após a conclusão do procedimento e antes de ser proferida a decisão ou antes do relatório final ou nos casos de procedimento de inspeção tributária.
- 2 — Compete a quem elabora a proposta de decisão final ou relatório final, consoante o caso, propor a audiência prévia, oral ou escrita e o prazo do seu exercício, bem como informar das situações em que esta não deve ocorrer, nos termos dos artigos 148.º e 149.º, do presente Regulamento.

Artigo 146.º

Forma e conteúdo da comunicação

- 1 — A audiência prévia concretiza-se pelo conhecimento presencial ou pelo envio ao destinatário, mediante carta registada, do resumo das conclusões da informação ou relatório que contenha os elementos que fundamentam o projeto de decisão ou fotocópia da própria informação ou relatório, de modo a que o destinatário tenha conhecimento de todos os pressupostos de facto e de direito suscetíveis de influenciar a decisão.
- 2 — Da notificação deverá ainda constar, de acordo com o n.º 2 do artigo 101.º, do CPA, a indicação das horas e o local onde o processo poderá ser consultado.

Artigo 147.º

Efeitos da audição prévia no procedimento

- 1 — Caso o direito de audição prévia não seja exercido dentro do prazo fixado ou a resposta não forneça elementos novos, a decisão será tomada de acordo com a proposta e os elementos constantes do processo.
- 2 — Caso sejam fornecidos novos elementos, estes são obrigatoriamente analisados, devendo a sua não aceitação ser fundamentada, ainda que de forma sucinta.

Artigo 148.º

Decisões excluídas de audiência

- 1 — Nos termos do n.º 2, do artigo 60.º, da LGT, exclui-se, expressamente, a obrigatoriedade de audiência prévia dos contribuintes, quando:
 - a) A liquidação do tributo se efetuar com base na declaração do contribuinte;
 - b) A decisão do pedido, reclamação, recurso ou petição for totalmente favorável ao contribuinte.

- 2 — Nos termos do n.º 2, do artigo 56.º, da LGT, não haverá direito de participação, por não haver dever de decisão, quando:
 - a) A administração tributária se tenha pronunciado há menos de dois anos sobre pedido do mesmo autor com idêntico objetivo e fundamento;
 - b) Tiver sido ultrapassado o prazo legal de revisão do ato tributário.

- 3 — Nos termos da alínea c), do artigo 2.º, da LGT, não há lugar à audiência dos interessados, nas situações previstas no n.º 1, do artigo 103.º, do CPA.

Artigo 149.º

Decisões em que poderá ser dispensada a audiência dos interessados

A audiência dos interessados poderá ser dispensada, sem prejuízo da necessária ponderação do caso concreto e de adequada fundamentação, nomeadamente, quando:

- a) A administração tributária, apenas, aprecie os factos que lhe foram dados pelo contribuinte, limitando-se na sua decisão a fazer a interpretação das normas legais aplicáveis ao caso, encontrando-se nesta situação todas as decisões sobre petições, requerimentos, reclamações e recursos em que a administração se limita a concluir, face aos factos e argumentos invocados pelo contribuinte e a lei aplicável, pela improcedência da sua pretensão;
- b) A administração tributária atue, exclusivamente, no âmbito de poderes vinculados como nas liquidações que a administração tributária efetua, por imposição legal, com base na totalidade da matéria coletável do exercício mais próximo que se encontrar determinada;
- c) A administração tributária pratique um ato com base em factos já submetidos, noutra fase do procedimento, a audiência dos contribuintes.

CAPÍTULO III

Liquidação

Artigo 150.º

Liquidação

A liquidação das taxas e outras receitas municipais consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores definidos no presente regulamento e dos elementos fornecidos pelos interessados, considerando os procedimentos previstos na Secção I, do Capítulo IV, do presente livro.

Artigo 151.º

Taxas resultantes de deferimento tácito

As taxas a aplicar em todas as situações em que ocorram deferimentos tácitos são de igual valor às dos respetivos atos expressos.

Artigo 152.º

Notificação

A liquidação é notificada ao interessado pelas formas legalmente admitidas e nela deverá constar a decisão, os fundamentos de facto e de direito, os meios de defesa contra o ato de liquidação, o autor do ato e a menção da respetiva delegação ou subdelegação de competências, bem como o prazo de pagamento voluntário, estipulado no artigo 23.º, do presente Regulamento.

Artigo 153.º

Procedimento na liquidação

- 1 — A liquidação das taxas e outras receitas municipais constará de documento próprio no qual se deverá fazer referência aos seguintes elementos:
 - a) Enquadramento no Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais;
 - b) Discriminação do ato ou facto sujeito a liquidação;

- c) Identificação do sujeito passivo;
- d) Cálculo do montante a pagar.

2 — O documento mencionado, no número anterior, designa-se *Nota de Liquidação*, ou outra expressão equivalente, e fará parte integrante do respetivo processo administrativo.

Artigo 154.º

Revisão do ato de liquidação

Poderá haver lugar à revisão do ato de liquidação oficiosamente ou por iniciativa do sujeito passivo, nos prazos estabelecidos na lei geral tributária e com fundamento em erro de facto ou de direito.

Artigo 155.º

Revisão oficiosa do ato de liquidação

- 1 — Quando por erro imputável aos serviços tenha sido liquidada quantia superior à devida ou se verifique ter havido prejuízo para o Município, o serviço liquidador deve promover, de imediato, desde que não haja decorrido o prazo previsto na lei geral tributária sobre o pagamento, e independentemente de reclamação ou impugnação do interessado, a sua restituição ou liquidação adicional.
- 2 — O devedor é notificado, por carta registada com aviso de receção.
- 3 — Da notificação devem constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante em dívida ou a ser ressarcido, o prazo de pagamento, e a advertência de que o não pagamento, no prazo fixado, implica a cobrança coerciva.
- 4 — Não haverá lugar a liquidação adicional ou a restituição oficiosa de quantias iguais ou inferiores a 2,50 €.

Artigo 156.º

Revisão do ato de liquidação por iniciativa do sujeito passivo

- 1 — Requerimento de revisão do ato de liquidação por iniciativa do sujeito passivo deverá ser instruído com os elementos necessários que fundamentam o erro de facto ou de direito invocado, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
- 2 — Quando o erro do ato de liquidação advier e for da responsabilidade do próprio sujeito passivo, nomeadamente por falta ou inexactidão de declaração a cuja apresentação estivesse obrigado, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, este será responsável pelas despesas que a sua conduta tenha causado, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis por lei ou regulamento.
- 3 — A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 4 — Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área do município, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
- 5 — A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação.

CAPÍTULO IV

Do pagamento e do não pagamento

SECÇÃO I

Do pagamento

Artigo 157.º

Pagamento

- 1 — As taxas das autarquias locais extinguem-se através do seu pagamento ou de outras formas de extinção, nos termos da lei Geral Tributária.
- 2 — As taxas das autarquias locais podem ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, quando tal seja compatível com o interesse público.
- 3 — Não pode ser praticado nenhum ato ou facto sem prévio pagamento das taxas e outras receitas municipais previstas no presente Regulamento.

- 4 — Os sujeitos passivos que façam uso regular de um bem municipal, podem efetuar os pagamentos devidos por essa utilização, mensalmente, desde que o pagamento ocorra até ao dia 8 de cada mês.
- 5 — Os pagamentos devidos anualmente devem ser efetuados até ao dia 31 de janeiro do ano a que correspondem.
- 6 — Salvo regime especial, as taxas e outras receitas previstas no presente Regulamento, devem ser pagas na Tesouraria Municipal, ou nos seus postos de cobrança.

Artigo 158.º

Pagamento em prestações (²)

- 1 — Compete à Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações, podendo esta delegar no seu Presidente, com a faculdade de subdelegação, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da lei Geral Tributária, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente a comprovação da situação económica do requerente que não lhe permite o pagamento integral de uma só vez, no prazo estabelecido para o pagamento voluntário, sem prejuízo do que especificamente se encontra estabelecido no presente Regulamento e no artigo 117.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.
- 2 — O pagamento em prestações poderá ser efetuado até um máximo de seis prestações mensais, sempre que o valor apurado para cada prestação não seja inferior a 1 UC, salvo disposição legal em contrário.
- 3 — No caso de deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, no máximo de 6, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações.
- 4 — O pagamento de cada prestação deverá ocorrer até ao dia 08 do mês a que esta corresponder.
- 5 — A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida.
- 6 — A autorização do pagamento de taxas, em prestações, está condicionada à prestação de caução, salvo disposição legal em contrário.
- 7 — Nas taxas a que refere o n.º 2, do artigo 51.º, do presente regulamento, com um valor superior a €1.000,00, pode ser aceite o pagamento em prestações, por prazo não superior a 3 anos, mediante requerimento fundamentado dos interessados e sempre que o valor apurado para cada prestação não seja inferior a 2 UC, salvo disposição legal em contrário.
- 8 — As taxas devidas nos termos do n.º 2, do artigo 51.º, do presente regulamento, podem ser, em casos devidamente fundamentados, dispensadas da prestação da caução prevista no n.º 6, do presente artigo.

Artigo 159.º

Áreas urbanas de génese ilegal e bairros de origem ilegal

- 1 — As taxas previstas no n.º 2, do artigo 51.º, do presente Regulamento, devem ser pagas pela CAC ou pelos proprietários de cada lote, antes da emissão do título de reconversão, para usufruírem da redução prevista no n.º 1, do artigo 4.º, do presente Regulamento.
- 2 — As taxas previstas no artigo 42.º, do presente Regulamento, devem ser pagas pelos proprietários de cada lote, com a emissão do alvará de autorização da construção do lote ou admissão da comunicação prévia, desde que o pedido para a legalização ou para a construção do lote tenha dado entrada nos serviços do Município no prazo de um ano contado a partir da data de emissão do alvará de loteamento e desde que cumprido o n.º 1, do presente artigo.

3 — As alterações aos alvarás de loteamento emitidos para os bairros de génese ilegal poderão ter condições de pagamentos especiais, equiparadas às decorrentes de operação de reconversão, desde que aprovadas pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal.

4 — O pagamento das taxas previstas no n.º 2, do artigo 51.º, do presente Regulamento, pode também ocorrer a qualquer momento ou por notificação da CMO.

SECÇÃO II

Do não pagamento

Artigo 160.º

Incumprimento

- 1 — São devidos juros de mora pelo cumprimento temporâneo da obrigação de pagamento de taxas das autarquias locais.
- 2 — As dívidas que não forem pagas voluntariamente são objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.
- 3 — Não pode ser negado a prestação de serviços, a emissão de autorizações ou a continuação da utilização de bens do domínio público e privado autárquico em razão do não pagamento de taxas, quando o sujeito passivo deduzir reclamação ou impugnação e for prestada, nos termos da lei, garantia idónea.

Artigo 161.º

Cobrança coerciva

- 1 — Findo o prazo de pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais liquidadas que não impliquem a execução imediata do direito requerido e cujos procedimentos administrativos não tenham caducado, constituem débitos ao Município, vencendo-se juros de mora à taxa legal.
- 2 — Consideram-se em débito todas as taxas e outras receitas municipais, relativamente às quais o contribuinte obteve o gozo, o serviço ou um benefício, sem o respetivo pagamento.
- 3 — O não pagamento das taxas e de outras receitas municipais implica a extração das respetivas certidões de dívida e o seu envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.
- 4 — Para além da execução fiscal, o não pagamento das licenças ou autorizações renováveis implica também a sua não renovação, para o período imediatamente seguinte.

SECÇÃO III

Caducidade e prescrição

Artigo 162.º

Caducidade

O direito de liquidar a taxa caduca se não for validamente notificada ao sujeito passivo, no prazo de quatro anos, a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

Artigo 163.º

Prescrição

- 1 — As dívidas por taxas às autarquias locais prescrevem no prazo de oito anos, a contar da data em que o facto tributário ocorreu.
- 2 — A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.
- 3 — A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano, por facto não imputável ao sujeito passivo, faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 164.º

Revisão do presente Regulamento

(Revogado)

Artigo 165.º

Revogação

É revogado o Regulamento de Taxas, Tarifas e Outras Receitas do Município de Odivelas e seu Regulamento de Liquidação e Cobrança, aprovado na 3.ª reunião ordinária da CMO, realizada no dia 13 de fevereiro de 2008 e pela Assembleia Municipal de Odivelas, na 2.ª reunião da 1.ª Sessão Ordinária, realizada a 28 de fevereiro de 2008 e publicado no Boletim Municipal, Edição especial n.º 1, de 04 de março de 2008.

Artigo 166.º

Vigência

O Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, bem como as disposições respeitantes à sua liquidação e cobrança, entra em vigor no dia útil, imediatamente seguinte à sua publicação.

Artigo 167.º

Programa Municipal Anticrise Odivelas Apoia Mais

- 1 — Suspensão da aplicação de juros sobre o pagamento fracionado de taxas nas situações previstas no n.º 7 do artigo 158.º
- 2 — Aumento do prazo máximo para o pagamento fracionado de taxas, de 3 para 5 anos, nas situações previstas no n.º 7 do artigo 158.º
- 3 — O valor mínimo de pagamento mensal previsto no n.º 7 do artigo 158.º é reduzido para 1 UC, independentemente do valor liquidado.
- 4 — Redução de 30 % nas taxas de ocupação de espaço público nas situações previstas no artigo 59.º
- 5 — O previsto nos números 1 a 4 do presente artigo vigora de 01 de janeiro 2013 até 31 de dezembro de 2014.

Abreviaturas utilizadas

Para efeitos de interpretação do presente Regulamento deverão ser consideradas as seguintes abreviaturas:

AUGI — Áreas urbanas de génese ilegal
 BMDD — Biblioteca Municipal Dom Dinis
 CAC — Comissão de Administração Conjunta
 CAM — Comissão Arbitral Municipal
 CIVA — Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
 CMO — Câmara Municipal de Odivelas
 CPA — Código de Procedimento Administrativo
 CPE — Criação do Próprio Emprego
 CPPT — Código de Procedimento e de Processo Tributário
 CPTA — Código de Processo nos Tribunais Administrativos
 ETAF — Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais
 ILE — Iniciativa Local de Emprego
 IMI — Imposto Municipal sobre Imóveis
 IVA — Imposto sobre valor acrescentado
 LGT — Lei Geral Tributária
 DACMO — Laboratório de Acústica da Câmara Municipal de Odivelas
 PDM — Plano Diretor Municipal
 PAECPE — Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego

RGEU — Regulamento Geral das Edificações Urbanas
 RGIT — Regime Geral das Infrações Tributárias
 RJUE — Regime Jurídico da urbanização e da edificação
 RMEU — Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização
 SIG — Sistema de Informação Geográfico
 TMU — Taxa municipal de urbanização
 TMU1 — Taxa municipal de urbanização não abrangida por operação de loteamento
 UC — Unidade de conta

(¹) Ver redação do artigo 167.º

(²) Ver redação do artigo 167.º

20 de março de 2013. — A Presidente da Câmara Municipal, *Susana de Carvalho Amador*.

206857342

MUNICÍPIO DE OLHÃO

Declaração de retificação n.º 440/2013

Retificação do aviso n.º 4091/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56 de 20 de março de 2013, referente ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para contratação de nove assistentes operacionais.

Para efeitos de retificação informa-se que o aviso saiu com a seguinte inexactidão, assim, onde se lê:

«4 — Âmbito do recrutamento: para cumprimento do estabelecido na alínea *a*) n.º 5 do artigo 6.º da LVCR, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores que não pretendam conservar a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo indeterminado ou se encontrem colocados em situação de mobilidade especial ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.»

deve ler-se

«4 — Âmbito do recrutamento: para cumprimento do estabelecido no n.º 4.º do artigo 6.º da LVCR, o recrutamento para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas inicia-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, ou se encontrem colocados em situação de mobilidade especial. Nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da LVCR, tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à atividade municipal no caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho, pode proceder-se ao recrutamento de trabalhadores com relação de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego previamente estabelecida.»

20 de março de 2013. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Fernandes Leal*.

306858939

MUNICÍPIO DE PALMELA

Aviso n.º 4723/2013

Cessação da relação jurídica de emprego público

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que cessou a relação jurídica

de emprego público, por motivo de aposentação, o seguinte trabalhador:

Com efeitos em 1 de janeiro de 2013:

Florindo António dos Santos Gonçalves — assistente operacional (área funcional condutor de máquinas pesadas e veículos especiais) — posição remuneratória 5, nível 5.

13 de fevereiro de 2013. — O Diretor de Departamento de Recursos Humanos e Organização, *Agostinho Gomes* (no uso da competência subdelegada pelo despacho n.º 29/2009, de 24 de novembro).
 306757315

MUNICÍPIO DE PORTALEGRE

Aviso n.º 4724/2013

Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas do Concelho de Portalegre (RMUETCU)

Programa Plurianual de Investimentos (PPI)

Maria Adelaide de Aguiar Marques Teixeira, presidente da Câmara Municipal de Portalegre, faz público, no uso das competências que lhe são atribuídas pela alínea *v*) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na sua atual redação, que, em execução do que dispõe o artigo 118.º do CPA aprovado pelo Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de janeiro e para efeitos do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação e legislação que se mostre como aplicável, bem como o referido no quadro XXI da tabela anexa ao RMUETCU, que por deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2013 e sessão da Assembleia Municipal realizada a 25 de fevereiro de 2013, foi aprovado o montante do PPI para o ano de 2013, no valor de 5 997 632,00 euros.

26 de fevereiro de 2013. — A Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, *Maria Adelaide de Aguiar Marques Teixeira*.

306787448

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENHA

Aviso n.º 4725/2013

Para cumprimento do disposto na alínea *b*), do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 1 de abril do corrente ano, para ocupação de 1 posto de trabalho na categoria/carreira de Técnico Superior, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória, e nível 15, da Tabela Remuneratória Única, no seguimento do procedimento concursal comum, publicado no *Diário da República*, n.º 13096/2011, 2.ª série n.º 119 de 22 de junho de 2011 e declaração de retificação n.º 1503/2011, 2.ª série, n.º 192, de 6 de outubro de 2011, com trabalhadora Teresa Dias Fernandes de Marta, Técnica Superior, área de Educação de Infância.

1 de abril de 2013. — O Presidente da Câmara, *Agostinho Alves Pinto*, Dr.

306863766

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Aviso n.º 4726/2013

Em cumprimento do determinado no n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, publica-se a listagem das transferências efetuadas, por esta autarquia, no 2.º semestre de 2012:

Entidade decisora	Data da autorização	Beneficiário	Montante (euros)
Câmara Municipal	20-12-2012	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S. João da Pesqueira . .	100 025,29

13 de março de 2013. — O Presidente, *José António Fontão Tulha*.

306862007

MUNICÍPIO DA TROFA**Despacho n.º 4832/2013**

Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, faz-se público que, nos termos do artigo 6.º do referido Decreto-Lei n.º 305/2010, a Assembleia Municipal da Trofa, em sessão realizada em 27 de dezembro de 2012, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião realizada em 7 de dezembro de 2012, a “Estrutura Orgânica da Câmara Municipal da Trofa — Reorganização dos Serviços Municipais”.

Mais se torna público que, nos termos do artigo 7.º do mencionado Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Câmara Municipal da Trofa, em sua reunião realizada em 4 de janeiro de 2013, aprovou, sob proposta da Presidente da Câmara Municipal, a “Estrutura Orgânica da Câmara Municipal da Trofa — Regulamento de Organização dos Serviços Municipais”.

Torna-se público, ainda, que a presente organização dos serviços municipais e estrutura orgânica, agora publicada no *Diário da República*, a qual será afixada nos Pólos 1 e 2 e inserida na página eletrónica do Município, entram em vigor à medida que forem cessando as comissões de serviço dos dirigentes em funções, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto.

26 de março de 2013. — A Presidente da Câmara, *Dr.ª Joana Fernanda Ferreira de Lima*.

ANEXO**Reorganização dos serviços municipais****1 — Modelo de estrutura orgânica — Estrutura Mista**

Nas áreas de atividades relativas a concretização e planeamento de projetos co-financiados por programas operacionais comunitários, gestão e concretização de projetos de modernização administrativa no âmbito do Simplex Autárquico, desde que desenvolvidas no âmbito de projetos transversais por equipas multidisciplinares, o modelo de estrutura matricial.

Nas restantes áreas de atividade, que não sejam desenvolvidas no âmbito de projetos transversais por equipas multidisciplinares o modelo de estrutura hierarquizada.

2 — Estrutura Nuclear:

A estrutura nuclear reporta-se ao número de departamentos a constituir, sendo que pelo atrás exposto, a presente proposta prevê que não seja criada qualquer unidade orgânica nuclear (departamento), sendo esse crédito utilizado nas unidades orgânicas flexíveis.

3 — O número máximo de unidades orgânicas flexíveis seja fixado em onze (11), com base nos seguintes fundamentos legais:

Duas (2) unidades orgânicas flexíveis, para cargos dirigentes intermédios de 2.º grau, com base no mecanismo de flexibilidade previsto no artigo 21.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

Seis (6) unidades orgânicas flexíveis, para cargos dirigentes intermédios de 2.º grau, com base no disposto no artigo 8.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

Uma (1) unidade orgânica flexível, para cargos dirigentes intermédios de 2.º grau, com base no disposto no artigo 10.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

Duas (2) unidades orgânicas flexíveis, para cargos dirigentes intermédios de 3.º grau, com base no disposto no artigo 9.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

4 — O número máximo de subunidades orgânicas seja fixado em quinze (15);

5 — O número máximo de equipas multidisciplinares seja fixado em uma (1), sendo o estatuto remuneratório do respetivo chefe de equipa multidisciplinar, equiparado ao estatuto remuneratório de chefe de divisão municipal. Considerando o já exposto, se este cargo vier a ser criado, determinará o não provimento de um dos cargos de chefe de divisão municipal.

Na operacionalização daquela moldura organizacional atendeu-se a um conjunto de premissas, designadamente:

- Responsabilização dos titulares de cargos de direção;
- Formalização de chefias e lideranças informais em reforço da legitimação da sua atuação;
- Segregação das competências entre serviços cometendo a unidades orgânicas instrumentais todos os domínios de atuação e competências de apoio e suporte e às unidades orgânicas operativas competências e adstrições inerentes às matrizes de atribuições do Município;
- Segregação de competências entre planeamento, execução e fiscalização.

6 — Acresce que, está cometida à Câmara Municipal a competência para criar, dentro dos limites máximos fixados pela Assembleia Municipal, as unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências, conforme dispõe a alínea *a*) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que aprova o Regime Jurídico de Organização dos Serviços das Autarquias Locais (RJOSAL).

A estrutura orgânica dos serviços municipais pode, ainda, prever cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, cuja área e requisitos de recrutamento, identificação dos níveis remuneratórios e competências são definidos no documento seguinte, e que devem ser estabelecidos, também, no ato que aprova a orgânica da Câmara Municipal.

Cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior

1 — São cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior os que correspondam a funções de direção, gestão, coordenação e controlo de serviços ou unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada.

2 — Na Câmara Municipal da Trofa, os cargos de direção intermédia 3.º grau qualificam-se em Chefe de Serviço.

Competências e atribuições dos titulares de cargos de direção intermédia 3.º grau ou inferior

1 — Os titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferiores coadjuvam o titular de cargo de direção intermédia de que dependam hierarquicamente, se existir, ou coordenam as atividades e gerem os recursos de uma unidade orgânica funcional, com uma missão concretamente definida para a prossecução da qual se demonstre indispensável a existência deste nível de direção;

2 — Aos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferiores aplicam-se, supletivamente, as competências e atribuições cometidas aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau com as necessárias adaptações.

Recrutamento para os cargos de direção intermédia do 3.º grau ou inferior

1 — Os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior são recrutados de entre os efetivos do serviço, de entre quem seja dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo e que reúna, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- No mínimo, formação superior graduada de licenciatura pré-Bolonha ou de segundo ciclo ou mestrado integrado pós-Bolonha;
- Dois anos de experiência profissional em funções para que seja exigível a formação referida na alínea anterior.

2 — Em casos excecionais, o recrutamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior pode ser alargado a quem não seja possuidor dos requisitos descritos no número anterior, mas seja detentor de um curriculum profissional excecional.

A remuneração dos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau corresponde a 45 % do índice 100 da tabela remuneratória do pessoal dirigente da administração pública.

Estrutura Orgânica da Câmara Municipal da Trofa — Regulamento de Organização dos Serviços Municipais**Preâmbulo**

A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

O artigo 25.º da referida Lei n.º 49/2012 estabelece que “*Os Municípios devem aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro [...]*”.

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro estipula que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a aprovação do modelo de estrutura orgânica e da estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, subunidades orgânicas, equipas multidisciplinares e equipas de projeto.

O novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais que se propõe, visa adequar a orgânica da Câmara Municipal da Trofa ao contexto atual, tendo em conta os pressupostos contidos no diploma

vigente, as necessidades internas de reorganização, bem como a adaptar a organização à satisfação das necessidades dos munícipes, conseguindo assim dar uma melhor resposta aos cidadãos cumprindo o grande desígnio que é servir o público.

Para atingir estes objetivos, propõe-se a reestruturação dos serviços municipais adotando um modelo de estrutura orgânica do tipo mista, contemplando, no máximo, 11 Unidades Orgânicas Flexíveis e 15 Subunidades Orgânicas Flexíveis.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 64.º, n.º 6, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e ainda na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, se elabora o presente Regulamento, que se submete à aprovação da Câmara Municipal.

CAPÍTULO I

Princípios e normas gerais de organização, estrutura e funcionamento dos serviços municipais

Artigo 1.º

Objetivo e âmbito de aplicação

1 — O presente Regulamento define os objetivos, a organização e os níveis de atuação dos serviços da Câmara Municipal, bem como os princípios que os regem, e estabelece os níveis de direção e de hierarquia que articulam os serviços municipais dentro da Câmara e o respetivo funcionamento, nos termos e respeito pela legislação em vigor.

2 — O presente regulamento aplica-se a todos os serviços da Câmara Municipal.

Artigo 2.º

Princípios gerais da atividade municipal

1 — No desempenho das suas atribuições e tendo em vista o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho, os serviços municipais prosseguem os seguintes objetivos:

- a) Apostar num serviço público eficaz dirigido aos munícipes com um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis com vista a uma gestão equilibrada e moderna;
- b) A prossecução eficiente das competências definidas pelos órgãos municipais, designadamente as constantes nos planos de atividades;
- c) Prestação eficiente de serviços às populações promovendo uma política de proximidade com a população;
- d) A promoção da participação dos agentes sociais, económicos e culturais entre outros nas decisões e na atividade municipal;
- e) A promoção de uma efetiva política de recursos humanos dos colaboradores municipais, apostando na formação e valorização profissionais, tentando possibilitar boas condições de trabalho, premiando a mobilidade interna dos mesmos quando possível e exequível.

2 — Na prossecução das atribuições do Município e no âmbito das competências dos seus órgãos, os serviços municipais, devem orientar-se pelos princípios da unidade, eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência, na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa ao serviço prestado e da garantia da participação dos cidadãos.

3 — A ação dos serviços municipais será permanentemente referenciada a um planeamento global e setorial, definido pelos órgãos da Autarquia, em função da necessidade de promover a melhoria de condições de vida das populações e de desenvolvimento económico, social e cultural do Concelho, devendo os serviços colaborar ativamente com os órgãos municipais na formulação e concretização dos diferentes instrumentos de planeamento e programação.

4 — Os instrumentos de planeamento e programação, aprovados pelos órgãos municipais, enquadram e determinam genericamente, a atividade dos serviços municipais, constituindo os objetivos neles definidos, as metas que deverão nortear essa atividade nas correspondentes áreas de responsabilidade.

5 — A atividade dos serviços municipais será objeto de permanente controlo pelos respetivos dirigentes e pelos órgãos municipais, com vista a detetar e corrigir disfunções ou desvios relativamente aos planos em vigor e permitir uma oportuna tomada de decisões quanto à revisão destes.

6 — Os serviços municipais serão objeto de avaliação do desempenho, em articulação com o ciclo de gestão do Município e de acordo

com o subsistema de avaliação de desempenho das unidades orgânicas legalmente estabelecido.

7 — Os serviços municipais poderão, em qualquer momento, e por decisão do Presidente da Câmara, ser objeto de auditorias internas ou externas com vista à introdução de melhorias na sua organização, funcionamento e gestão.

Artigo 3.º

Superintendência dos serviços

1 — O Presidente da Câmara coordena e superintende os serviços municipais, no sentido de desenvolver a sua eficácia e assegurar o seu pleno desenvolvimento.

2 — O disposto no número anterior não prejudica a desconcentração de competências que, nos termos da lei, sejam próprias ou delegadas no Presidente e que este delegue ou subdelegue nos Vereadores.

3 — A delegação e subdelegação carecem de ato expresso que tem como condição de eficácia, a sua publicitação, nos termos legais.

CAPÍTULO II

Modelo de Estrutura Orgânica

Artigo 4.º

Modelo da estrutura orgânica

1 — Os serviços da Autarquia organizam-se internamente, de acordo, com o modelo de estrutura Mista.

2 — A organização interna dos serviços municipais adota o modelo de estrutura Mista, constituída por:

a) Unidades orgânicas flexíveis (Divisões e Serviços) — unidades orgânicas de carácter flexível, aglutinando competências de âmbito operativo e instrumental integradas numa mesma área funcional, sendo liderados, no caso das Divisões por titulares de direção intermédia de 2.º grau designados por Chefes de Divisão, no caso dos Serviços por titulares de direção intermédia de 3.º grau designados por Chefes de Serviço;

b) Subunidades orgânicas flexíveis (Secções de apoio à gestão) — subunidades orgânicas de carácter flexível que agregam atividades de natureza executiva de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, nas áreas comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços, sendo coordenadas, quando necessário por um coordenador técnico;

c) Setores e Gabinetes — unidades operacionais, de carácter flexível, que não concorrem para o número de unidades ou subunidades orgânicas, criadas por despacho do Presidente da Câmara, não sendo chefiado por um coordenador técnico, respondem diretamente à chefia de Divisão. Alguns dos Gabinetes são de apoio aos órgãos municipais com funções de natureza técnica e administrativa, que pela sua natureza, a sua constituição e âmbito de atuação, são definidos e enquadrados por legislação específica;

d) Equipas multidisciplinares — Podem ser criadas nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, por deliberação da Câmara Municipal, atento o limite máximo fixado pela Assembleia Municipal, lideradas por Chefes de Equipa Multidisciplinar cujo estatuto remuneratório é equiparado ao estatuto remuneratório dos chefes de divisão municipal.

3 — As unidades orgânicas flexíveis são dirigidas por um Chefe de Divisão Municipal ou por um Chefe de Serviço, sendo criadas, alteradas e extintas por deliberação da Câmara Municipal, que lhes define as competências, cabendo ao Presidente da Câmara Municipal a afetação ou reafetação do pessoal do respetivo mapa, de acordo com o limite fixado pela Assembleia Municipal.

4 — A criação, alteração ou extinção de unidades orgânicas no âmbito da estrutura flexível visa assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e de otimização dos recursos, tendo em conta a programação e o controlo criteriosos dos custos e resultados.

5 — Quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva, podem ser criadas subunidades orgânicas, dirigidas por um coordenador técnico, criadas por despacho do Presidente da Câmara, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, até ao limite máximo e dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal.

Artigo 5.º

Estrutura flexível

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e na alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro,

com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o órgão deliberativo aprovou sob proposta da Câmara o modelo de estrutura orgânica e fixou em 11 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e em 15 o número de subunidades orgânicas flexíveis.

2 — O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, estipula que compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, deliberar sobre a criação de unidades e subunidades orgânicas flexíveis bem como a definição das respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados.

3 — Estabelece ainda o artigo 73.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a possibilidade de constituição de um gabinete de apoio pessoal.

4 — A Câmara Municipal da Trofa estrutura-se em torno das seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- a) Divisão Administrativa e de Apoio Geral;
- b) Serviço de Desenvolvimento Económico, Apoio às Empresas e Municípios e Comunicação;
- c) Serviço de Transportes, Qualidade, SHST e Auditoria;
- d) Divisão Jurídica;
- e) Divisão de Finanças e Recursos Humanos;
- f) Divisão de Planeamento, Urbanismo, Ambiente e Veterinário Municipal;
- g) Divisão de Obras e Serviços Municipalizados;
- h) Divisão de Obras Particulares e Fiscalização;
- i) Divisão de Educação, Desporto, Juventude e Cultura;
- j) Divisão de Ação Social e Saúde;
- k) Divisão de Polícia Municipal e Proteção Civil.

5 — A Câmara Municipal define as seguintes subunidades orgânicas:

- a) No âmbito da Divisão Administrativa e de Apoio Geral:
 - i) Secção de Atendimento Geral e Serviços Centralizados de Apoio;
 - ii) Secção de Taxas e Licenças;
 - iii) Gabinete de Informática;
 - iv) Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia.
- b) No âmbito da Divisão de Finanças e Recursos Humanos:
 - i) Secção de Contabilidade, Controlo Orçamental e Custos;
 - ii) Tesouraria;
 - iii) Secção de Aprovisionamento, Compras e Armazém;
 - iv) Secção de Gestão de Remunerações e Carreiras.
- c) No âmbito da Divisão de Planeamento, Urbanismo, Ambiente e Veterinário Municipal:
 - i) Secção de Planeamento, Urbanismo e Mobilidade;
 - ii) Secção de Espaços Verdes e Limpeza Urbana.
- d) No âmbito da Divisão de Obras e Serviços Municipalizados:
 - i) Secção de Obras e Empreitadas.
- e) No âmbito da Divisão de Obras Particulares e Fiscalização:
 - i) Secção de Emissão de Documentos.
- f) No âmbito da Divisão de Educação, Desporto, Juventude e Cultura:
 - i) Secção de Gestão e Promoção Escolar.
- g) No âmbito da Divisão de Polícia Municipal e Proteção Civil:
 - i) Proteção Civil.

Artigo 6.º

Outros serviços

Serviços enquadrados por legislação específica, não concorrendo para a contabilização como unidades, ou subunidades flexíveis:

- a) Gabinete de Apoio Pessoal.

CAPÍTULO III

Competências funcionais comuns dos dirigentes

Artigo 7.º

Competências genéricas dos dirigentes e chefias

1 — Os titulares dos cargos dirigentes e de chefia, para além das obrigações decorrentes da especificidade dos respetivos serviços, devem

prosseguir e pautar a atividade dos seus serviços pelas seguintes normas ou princípios gerais:

- a) Dirigir os serviços sob sua responsabilidade, definindo objetivos de atuação do mesmo, tendo em conta os planos gerais estabelecidos, as atividades cometidas à divisão e a regulamentação interna;
- b) Atuar de forma justa, isenta e imparcial, em obediência à lei e ao direito, zelando pelos interesses da Autarquia, no respeito dos interesses legalmente protegidos dos munícipes e dos cidadãos em geral;
- c) Acolher os interesses e aspirações das populações, promovendo a sua participação na resolução dos problemas que as afetem e encorajando as suas iniciativas;
- d) Procurar constantemente atingir o mais elevado grau de eficiência e eficácia, gerindo racionalmente os recursos ao seu dispor, e atingindo efetivamente as metas e objetivos estabelecidos;
- e) Promover a dignificação e valorização profissional dos recursos humanos que integram os seus serviços, estimulando a capacidade de iniciativa e de entreajuda, contribuindo ativamente para um clima organizacional motivador centrado no trabalho em equipa;
- f) Agir de forma solidária e coordenada com os demais serviços da Autarquia.

2 — Para além do processamento ordinário de expediente, tendo sempre em consideração a necessidade do desempenho célere e atento das solicitações dos munícipes, constituem funções comuns de todas as unidades e subunidades orgânicas e especiais deveres das respetivas chefias:

- a) Elaborar e propor para aprovação as instruções, circulares e diretivas que entendam necessárias ao bom funcionamento dos serviços;
- b) Colaborar na preparação dos instrumentos de planeamento e controlo de atividade;
- c) Coordenar, sem prejuízo dos poderes de hierarquia, a atividade das subunidades orgânicas sob sua dependência e a atividade dos trabalhadores que lhe estiverem afetos;
- d) Observar escrupulosamente a disciplina legal ou regulamentar dos procedimentos administrativos, comuns ou especiais, em que intervenham;
- e) Proceder à elaboração das minutas de propostas de decisão ou deliberação dos órgãos municipais sobre assuntos que delas careçam;
- f) Assegurar uma rigorosa, plena e atempada execução das decisões ou deliberações dos órgãos;
- g) Difundir de forma célere e eficaz a informação que produza e se revele necessária ao funcionamento de outros serviços;
- h) Definir metodologias e regras que visem minimizar as despesas com o seu funcionamento;
- i) Assistir, sempre que tal for determinado, às reuniões dos órgãos autárquicos e participar nas reuniões de trabalho para que for convocado;
- j) Exercer quaisquer outras atividades que resultem de lei ou regulamentação administrativa ou que lhe sejam legalmente atribuídas por despachos ou deliberações municipais.

Artigo 8.º

Dos trabalhadores

A atividade dos trabalhadores do Município está sujeita aos seguintes princípios:

- a) Mobilidade interna, adequando as respetivas qualificações e categorias profissionais às áreas funcionais e às necessidades do serviço;
- b) Avaliação regular e periódica do desempenho e mérito profissional;
- c) Responsabilização disciplinar, nos termos do Estatuto Disciplinar.

CAPÍTULO IV

Atribuições e competências dos serviços

SECÇÃO I

Atribuições e competências

Artigo 9.º

Atribuições e competências

O conjunto das atribuições e competências adiante descritas para cada serviço municipal constituem o quadro de referência da respetiva atividade, podendo, no entanto ser ampliadas ou modificadas por deliberação do Executivo Municipal.

Artigo 10.º

Definição

Constituem serviços de assessoria, apoio e coordenação, as estruturas de apoio direto à Câmara Municipal e ao Presidente da Câmara, às quais compete, em geral, proceder ao tratamento e à informação direta sobre processos, cuja iniciativa ou execução não corram pelas Divisões Municipais ou Serviços Municipais, nos termos das disposições contidas no presente Regulamento, bem como, a conceção, o acompanhamento e a coordenação de ações ou programas específicos que tenham sido determinados pelo Executivo Municipal ou pelo Presidente.

Artigo 11.º

Descrição

Constituem serviços de assessoria, apoio e coordenação:

- a) Gabinete de Apoio Pessoal.

Artigo 12.º

Gabinete de Apoio Pessoal

Ao Gabinete de Apoio Pessoal, compete prestar assessoria técnica e administrativa ao presidente da Câmara Municipal, designadamente:

- a) Secretariado;
b) As tarefas que lhes forem determinadas pelo presidente da Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 73.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

SECÇÃO II

Unidades orgânicas

Artigo 13.º

Unidades orgânicas

O Município de Trofa estrutura-se em torno das seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- a) Divisão Administrativa e de Apoio Geral;
b) Serviço de Desenvolvimento Económico, Apoio às Empresas e Municípios e Comunicação;
c) Serviço de Transportes, Qualidade, SHST e Auditoria;
d) Divisão Jurídica;
e) Divisão de Finanças e Recursos Humanos;
f) Divisão de Planeamento, Urbanismo, Ambiente e Veterinário Municipal;
g) Divisão de Obras e Serviços Municipalizados;
h) Divisão de Obras Particulares e Fiscalização;
i) Divisão de Educação, Desporto, Juventude e Cultura;
j) Divisão de Ação Social e Saúde;
k) Divisão de Polícia Municipal e Proteção Civil.

Artigo 14.º

Divisão Administrativa e de Apoio Geral

1 — A Divisão Administrativa e de Apoio Geral está subordinada diretamente ao Presidente da Câmara.

2 — A Divisão Administrativa e de Apoio Geral é dirigida por um chefe de divisão e tem as seguintes atribuições:

No âmbito da Secção de Atendimento Geral e Serviços Centralizados de Apoio, subunidade orgânica:

- a) Definir e assegurar uma metodologia transversal de atendimento ao munícipe;
b) Centralizar todo o relacionamento dos serviços com o munícipe;
c) Receber e encaminhar todas as reclamações, requerimentos e sugestões apresentadas pelos munícipes;
d) Garantir a receção e atendimento do público;
e) Prestar informações sobre ponto da situação de processos;
f) Emitir plantas topográficas;
g) Entregar aos munícipes alvarás, certidões ou outros documentos;
h) Executar as tarefas inerentes à receção e registo, expedição, classificação e distribuição de correspondência e outros documentos;
i) Assegurar os serviços de reprografia da Câmara Municipal da Trofa;
j) Gerir o serviço de atendimento telefónico da Câmara Municipal;
k) Efetuar os demais procedimentos administrativos que lhe sejam destinados no âmbito e atendendo às especificidades de cada unidade orgânica;

Na Secção de Taxas e Licenças, subunidade orgânica:

- l) Promover a arrecadação de receitas municipais provenientes dos licenciamentos efetuados nesta secção;
m) Liquidar impostos, taxas e licenças e demais rendimentos do Município;
n) Proceder à emissão de licenças de condução da responsabilidade do Município;
o) Organizar os processos com vista à obtenção de cartas de caçador;
p) Efetuar o serviço respeitante a processos de concursos para atribuição de licenças a veículos de aluguer para transporte de passageiros (táxis), bem como o licenciamento dos respetivos veículos;
q) Proceder ao registo e licenciamento de vendedores ambulantes;
r) Organizar os processos de licenciamento de publicidade e ocupação de espaços públicos;
s) Organizar os processos relativos à emissão de mapas de horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços;
t) Organizar os processos de licenciamento para instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos;
u) Licenciamento do exercício da atividade de guarda-noturno;
v) Licenciamento do exercício da atividade de vendedor ambulante de lotarias;
w) Licenciamento do exercício da atividade de arrumador de automóveis;
x) Licenciamento do exercício da atividade de acampamentos ocasionais;
y) Licenciamento do exercício da atividade de exploração de máquinas de diversão;
z) Licenciamento do exercício da atividade de realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos;
aa) Licenciamento do exercício da atividade de realização de leilões;
bb) Licenciamento do exercício da atividade de agências de venda de bilhetes para espetáculos públicos;
cc) Emissão do certificado de registo de cidadão da União Europeia;

No âmbito do Gabinete de Informática, subunidade orgânica:

- dd) Definir a estratégia dos sistemas de informação da Câmara Municipal da Trofa, na sua componente tecnológica (hardware, sistemas operativos e comunicações);
ee) Implementar a arquitetura tecnológica e a infraestrutura de comunicações adequadas para suportar o normal funcionamento dos serviços;
ff) Gerir e assegurar as componentes tecnológicas de suporte aos sistemas de informação;
gg) Definir os standards tecnológicos a ser adotados pela Câmara Municipal da Trofa, zelando pelo seu cumprimento;
hh) Conceber e implementar a política de segurança;
ii) Acompanhar o desenvolvimento de projetos municipais na sua componente tecnológica;
jj) Articular com as empresas participadas na componente de tecnologias e comunicações;
kk) Definir a estratégia de desenvolvimento dos sistemas de informação de acordo com os requisitos da sociedade de informação;
ll) Executar a estratégia de sistemas de informação na sua componente aplicacional;
mm) Gerir e assegurar a implementação de todas as aplicações que integram os sistemas de informação dos serviços, garantindo a sua interligação funcional;
nn) Gerir os Espaços Internet do Município.

No Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia, subunidade orgânica:

- oo) Assegurar todos os procedimentos relativos a convocatórias, preparação de agendas e processos para apreciação;
pp) Elaboração e distribuição de atas;
qq) Processar todo o expediente da assembleia;
rr) Apoiar o funcionamento das comissões e grupos de trabalho constituídos, bem como os deputados no exercício das suas funções;
ss) Transmitir aos serviços municipais competentes as informações necessárias ao processamento dos abonos devidos aos membros da Assembleia;
tt) Assegurar o secretariado do presidente e da mesa da assembleia;
uu) Assegurar uma correta articulação entre o secretariado do presidente da assembleia e o Gabinete da Presidência da Câmara;
vv) Acompanhar, com as unidades orgânicas do Município, a atribuição do apoio técnico solicitado pelas juntas de freguesia para o desenvolvimento das respetivas competências;

ww) Fazer o acompanhamento dos procedimentos administrativos em que as juntas de freguesia sejam intervenientes, solicitando, para o efeito e sempre que necessário, informações e pareceres junto de todas as unidades orgânicas do Município;

xx) Acompanhar o cumprimento de todos os atos relativos às matérias delegadas pela Câmara nas freguesias através do Protocolo de Delegação de Competências ou demais atos de delegação existentes;

yy) Reunir, sempre que necessário, com as juntas de freguesia para a análise de assuntos de interesse comum;

zz) Proceder ao acompanhamento de todas as intervenções municipais praticadas em estado de necessidade ou motivadas por motivos fortuitos ou de força maior na área das juntas de freguesia.

Artigo 15.º

Serviço de Desenvolvimento Económico, Apoio às Empresas e Municípios e Comunicação

1 — O Serviço de Desenvolvimento Económico, Apoio às Empresas e Municípios e Comunicação está subordinado à Divisão Administrativa e de Apoio Geral.

2 — O Serviço de Desenvolvimento Económico, Apoio às Empresas e Municípios e Comunicação é dirigido por um chefe de serviço, dirigente intermédio de 3.º grau, e tem as seguintes atribuições:

a) O desenvolvimento e acompanhamento dinâmico de projetos estruturantes para o desenvolvimento económico do concelho, colaborando na concertação e coordenação ao nível da administração municipal, em conjunto com os departamentos envolvidos em cada projeto;

b) Apoio técnico, logístico, mediação de contactos entre agentes económicos e disponibilização e tratamento de informação;

c) Assegurar a cooperação com entidades ligadas ao sector empresarial;

d) Propor e coordenar formas de gestão integrada dos espaços de desenvolvimento empresarial;

e) Promover e participar em redes de cooperação transnacional;

f) Acompanhar a execução de projetos e programas de desenvolvimento económico comuns a várias entidades;

g) Assegurar os meios necessários à captação e gestão de instrumentos financeiros da administração central, fundos estruturais comunitários e outros de aplicação às autarquias locais;

h) Coordenar o Centro Municipal de Informação ao Consumidor (CMIC);

i) Promover e divulgar medidas de defesa dos direitos do consumidor;

j) Colaborar na resolução de conflitos resultantes das relações de consumo estabelecidas entre os cidadãos e os comerciantes;

k) Organização e planeamento do Conselho Municipal do Consumo;

l) Gerir o espaço e respetivas atividades inerentes ao Posto de Atendimento ao Cidadão.

m) Coordenar o Gabinete de Apoio e Prevenção ao Endividamento e Sobre-endividamento;

n) Prestar informações e sensibilizar o consumidor para a gestão do orçamento familiar;

o) Efetuar o tratamento de casos de famílias já endividadas através de uma mediação com as entidades credoras, para renegociação das dívidas;

p) Promover junto da população, especialmente da do Município e demais instituições, a imagem do Município enquanto instituição aberta e eficiente ao serviço exclusivo da comunidade;

q) Promover a comunicação eficiente e útil entre os municípios e o Município, estimulando o diálogo permanente, a responsabilização coletiva e a melhoria da qualidade dos serviços prestados;

r) Produzir e difundir informação escrita e audiovisual relativa à atividade dos órgãos e serviços municipais;

s) Assegurar uma adequada articulação com os órgãos de comunicação social nacionais, regionais e locais, com vista à difusão de informação municipal;

t) Realizar, ou encomendar, estudos e sondagens de opinião pública relativos à vida local;

u) Promover a imagem pública dos serviços, dos edifícios municipais e do espaço público, solicitando, para o efeito, a intervenção dos competentes serviços municipais;

v) Assegurar as funções de protocolo nas cerimónias e atos oficiais do Município;

w) Organizar as deslocações oficiais do presidente e vereadores, no país e no estrangeiro, e a receção e estadia de convidados do Município;

x) Apoiar a realização de iniciativas promocionais;

y) Assegurar a atividade de produção gráfica e audiovisual e os suportes técnicos da sua difusão;

z) Gerir a informação institucional do sítio da Internet do Município;

aa) Assegurar tudo o mais que for definido superiormente na área da comunicação, informação, imagem e das relações públicas.

Artigo 16.º

Serviço de Transportes, Qualidade, SHST e Auditoria

1 — O Serviço de Transportes, Qualidade, SHST e Auditoria está subordinado à Divisão Administrativa e de Apoio Geral.

2 — O Serviço de Transportes, Qualidade, SHST e Auditoria é dirigido por um chefe de serviço, dirigente intermédio de 3.º grau, e tem as seguintes atribuições:

a) Fazer a receção de viaturas e equipamentos, arquivar e organizar todos os catálogos do equipamento, assumir todos os procedimentos de operação e manutenção e a gestão da periodicidade e dos contactos com as empresas para o efeito;

b) Distribuir as viaturas e equipamentos pelos diferentes serviços, de acordo com as indicações superiores;

c) Elaborar e manter atualizado o cadastro de cada máquina ou viatura;

d) Efetuar estudos de rentabilidade das máquinas e viaturas e propor as medidas adequadas;

e) Efetuar o transporte e apoiar o setor de cadastro e gestão de património na deslocação do material afeto ao mesmo, de acordo com indicações superiores;

f) Promover a melhoria da qualidade dos serviços produzidos, desburocratizando procedimentos e eliminando formalidades não essenciais, com redução dos tempos de espera;

g) Melhorar as condições físicas dos locais de trabalho;

h) Aumentar a produtividade dos serviços;

i) Promover a transparência e responsabilização dos serviços e dos colaboradores, facilitando a aproximação entre os cidadãos e os serviços municipais;

j) Implementar as linhas base de uma avaliação por objetivos, no âmbito do sistema de qualidade;

k) Apoiar o executivo na definição e manutenção da política da qualidade da Câmara/carta de qualidade e na definição de objetivos anuais da qualidade, sua concretização e seguimento;

l) Assegurar a eficácia do sistema da qualidade;

m) Efetuar auditorias gerais de avaliação;

n) Proceder à dinamização do sistema de gestão implementado, bem como à aferição dos efeitos desse sistema;

o) Dinamizar, em coordenação com os diversos serviços, a audição regular das necessidades e satisfação dos municípios, quer de forma global ou setorial e analisar, tratar e divulgar os respetivos resultados;

p) Propor e dinamizar, em colaboração com os restantes serviços, medidas de correção e de melhoria do serviço prestado que se revelem necessárias à satisfação do munícipe e dos colaboradores da Câmara;

q) Dinamizar as ações de tratamento de não conformidades e de reclamações de municípios, apoiando cada serviço em termos de ferramentas e métodos de análise, tratamento e divulgação dos dados recolhidos;

r) Promover iniciativas de divulgação dos conceitos e práticas da qualidade, bem como de ações de sensibilização para esta temática, quer junto do munícipe, quer junto dos colaboradores da Câmara;

s) Promover a gradual certificação dos serviços municipais.

t) Assegurar o cumprimento de normas e processos, através de rotinas próprias, e intervenções ad-hoc;

u) Elaborar o programa anual de auditoria que contemple as áreas da realização de despesa, da receita e da gestão patrimonial;

v) Executar as ações de auditoria planeadas e outras que lhe sejam atribuídas;

w) Recolher e manter atualizados, em bases de dados, as normas e regulamentos internos;

x) Analisar os sistemas de informação e de controlo interno associados à gestão de despesa e de receita e identificação das áreas de risco;

y) Acompanhar as auditorias externas, quer sejam promovidas pelo Município, quer pelos órgãos de tutela inspetiva ou de controlo jurisdicional;

z) Coordenar a elaboração dos contraditórios aos relatórios de auditoria externa;

aa) Desenvolver ações de sensibilização junto dos serviços municipais no sentido de se atingir um maior aperfeiçoamento dos procedimentos adotados;

bb) Definir normas de realização de auditorias às aplicações informáticas e aos sistemas de informação e promover a realização dessas auditorias;

cc) Realizar auditorias e proceder ao controlo de gestão das empresas participadas.

dd) Promover o enquadramento e tarefas específicas relativas às políticas de segurança e higiene dos trabalhadores;

ee) Acompanhar o desenvolvimento de ações de higiene e segurança no trabalho;

ff) Promover ações de sensibilização nos domínios da higiene e segurança junto dos funcionários, tendo em atenção o grau de risco, penosidade e insalubridade das funções que a cada grupo competem;

gg) Informar tecnicamente, na fase de projeto e execução, sobre as medidas de prevenção relativas às instalações, locais, equipamentos e processos de trabalho;

hh) Identificar e avaliar os riscos para a segurança e saúde nos locais de trabalho e controlo periódico dos riscos resultantes da exposição a agentes químicos, físicos e biológicos;

ii) Elaborar um programa de prevenção de riscos profissionais;

jj) Informar e formar sobre os riscos para a segurança e saúde, bem como sobre as medidas de proteção e de prevenção;

kk) Organizar os meios destinados à proteção e prevenção coletiva e individual e coordenar as medidas a adotar em caso de perigo grave iminente;

ll) Recolher e organizar os elementos estatísticos relativos à segurança, higiene e saúde;

mm) Coordenar as inspeções internas, de segurança sobre o grau de controlo dos riscos e da observância das normas e medidas de prevenção nos locais de trabalho;

nn) Informar sobre os acidentes de trabalho que tenham ocasionado ausência por incapacidade para o trabalho, bem como elaborar relatório sobre os acidentes que tenham ocasionado incapacidade superior a três dias para o trabalho;

oo) Elaborar o relatório anual de atividades a enviar ao Instituto para a Segurança, Higiene, e Saúde no Trabalho;

pp) Promover a vigilância da saúde, bem como a organização e manutenção dos registos clínicos de cada trabalhador no quadro das normas legais em vigor;

qq) Alterar a periodicidade dos exames médicos face ao estado da saúde do trabalhador e aos resultados da prevenção de riscos profissionais, assegurando ao mesmo tempo a sua realização dentro do período em que está estabelecida a obrigatoriedade de novo exame;

rr) Apoiar as empresas municipais no âmbito da Segurança, Higiene, e Saúde no Trabalho;

ss) Assegurar durante a fase de projeto de obra a planificação da segurança e saúde do trabalho para empreitadas promovidas pela Câmara;

tt) Promover e verificar o cumprimento do plano de segurança e saúde, durante a execução da obra;

uu) Informar regularmente a Câmara Municipal sobre o resultado da avaliação da segurança e saúde existente no estaleiro;

vv) Analisar as causas de acidentes graves que ocorram no estaleiro.

Artigo 17.º

Divisão Jurídica

1 — A Divisão Jurídica está subordinada diretamente ao Presidente de Câmara.

2 — A Divisão Jurídica é dirigida por um chefe de divisão e tem as seguintes atribuições:

No Setor de Consultadoria Jurídica e Contencioso Administrativo:

a) Assegurar a consultadoria jurídica aos diversos serviços do Município;

b) Centralizar a função jurídica, podendo, para a execução de projetos determinados, desconcentrar recursos;

c) Colaborar na conceção e elaboração de propostas de posturas e regulamentos municipais;

d) Promover a divulgação de entendimentos jurídicos a adotar, bem como assegurar e disponibilizar a informação jurídica relevante a todos os serviços;

e) Emitir com carácter obrigatório, ouvidos os serviços de origem, parecer, em caso de recurso hierárquico de ato praticado pelo presidente da Câmara ou vereador com competência delegada ou subdelegada;

f) Apoiar a atuação do Município na participação, a que este seja chamado, em processos legislativos regulamentares.

g) Elaborar, quando solicitado, estudos sobre matérias de relevância municipal e promover a sua divulgação;

h) Encarregar-se dos processos disciplinares, de inquéritos e averiguações, a que houver lugar, por determinação da entidade competente.

i) Assegurar a representação forense do Município, dos seus órgãos e titulares, por atos legalmente praticados no âmbito das suas competências ou funções e por força destas, sempre que o interesse municipal e a complexidade do caso o requeiram, bem como garantir o necessário apoio no caso de a representação ser assegurada por mandatário alheio ao Município;

j) Assegurar a participação criminal dos factos que indiciem a prática de ilícito criminal contra o Município;

k) Assegurar centralmente o relacionamento e colaboração com entidades externas, nomeadamente com a Procuradoria-Geral da República, Ministério Público, Inspeção-Geral da Administração do Território e Provedoria de Justiça;

No Setor de Contencioso Tributário, Execuções Fiscais e Contraordenações:

l) Assegurar o cumprimento das atribuições municipais no âmbito do processo de execução fiscal, desenvolvendo as ações necessárias à instauração, com base nas respetivas certidões de dívida, e toda a tramitação

até à extinção dos processos de cobrança coerciva por dívidas de carácter fiscal ao Município, ou que sigam esta forma de processo na sua cobrança;

m) Assegurar o cumprimento das atribuições municipais no âmbito das oposições deduzidas em processo de execução fiscal, procedendo ao seu acompanhamento junto dos tribunais respetivos;

n) Assegurar as medidas necessárias à cobrança coerciva de dívidas referentes a receitas municipais não pagas no prazo de pagamento voluntário que devam ser objeto de ação executiva em tribunal comum;

o) Assegurar a análise das reclamações gratuitas no âmbito do processo tributário;

p) Promover a audição dos arguidos em processos de contraordenação a tramitar por outras autarquias, sempre que estas, nos termos legais, o solicitem;

q) Organizar os processos de contraordenação e dar-lhes o respetivo andamento dentro dos prazos legais;

No Setor de Expropriações e Contratos:

r) Instruir e acompanhar os processos de declaração de utilidade pública e expropriação, bem como todos os que se refiram à gestão dos bens de domínio público, a cargo do Município, e ainda do património imobiliário que integre o seu domínio privado;

s) Manter devidamente organizados os processos de expropriação e desenvolver todas as diligências com as mesmas relacionadas;

t) Organizar os processos necessários à formação de contratos celebrados pelo Município;

u) Prestar o necessário apoio aos membros do órgão executivo do Município, organizar a agenda de trabalhos das reuniões do referido órgão, datilografar e dar publicidade das respetivas atas;

v) Proceder aos registos quando a eles sujeitos, dos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis do Município.

Artigo 18.º

Divisão de Finanças e Recursos Humanos

1 — A Divisão de Finanças e Recursos Humanos está subordinada diretamente ao Presidente de Câmara.

2 — A Divisão de Finanças e Recursos Humanos é dirigida por um chefe de divisão e tem as seguintes atribuições:

Na Secção de Contabilidade, Controlo Orçamental e Custos, subunidade orgânica:

a) Coligir todos os elementos necessários à elaboração do orçamento e plano de atividades e respetivas alterações e revisões;

b) Verificar e cabimentar as despesas, confirmando a respetiva cativação;

c) Conferir diariamente a exatidão das operações de arrecadação de receitas e pagamento das despesas, entrada e saída de fundos por operações de tesouraria e débito e crédito de valores em documentos à guarda do tesoureiro, através do diário da tesouraria e do seu resumo;

d) Fornecer todos os elementos estatísticos necessários a um efetivo controlo da gestão;

e) Promover a arrecadação de receitas e liquidação e pagamento das despesas, nos termos da lei;

f) Conferir e controlar os documentos da receita cobrados fora da tesouraria municipal;

g) Manter atualizado, o plano de tesouraria municipal assim como o conhecimento da capacidade de endividamento;

h) Participar na realização de estudos e propostas visando o aumento das receitas e o reforço da capacidade financeira do Município;

i) Elaborar periodicamente relatórios que sistematizem aspetos relevantes da gestão financeira municipal;

j) Elaborar estudos de natureza económico-financeira que fundamentem decisões relativas a operações de crédito;

k) Elaborar análises económicas e financeiras no âmbito dos procedimentos de aquisição de bens e serviços promovidos pela autarquia;

l) Verificar todas as autorizações de despesa, emitir, registar e arquivar ordens de pagamento, bem como assegurar a coordenação e controlo das guias de receita e anulação;

m) Tratar e manter devidamente atualizada toda a informação contabilística;

n) Organizar o relatório de prestação de contas e fornecer os elementos necessários à elaboração do relatório de atividades;

o) Manter devidamente organizado o arquivo de toda a documentação das gerências findas;

p) Executar outros serviços, mapas, relatórios, estatísticas, análises e informações inerentes à contabilidade municipal.

q) Manter atualizada uma grelha de centros de custos;

r) Apurar e controlar os custos, por função, bem ou serviço, de cada serviço/unidade orgânica municipal em estreita colaboração com os diversos serviços do Município;

- s) Criar e manter devidamente organizado o ficheiro de preços de materiais e de mão de obra necessários à discriminação dos custos obra/ação;
- t) Calcular os vários custos padrão dos serviços;
- u) Apresentar relatórios periódicos sobre os custos de cada serviço e obra, bem como sobre determinados componentes tipificados de custo;
- v) Preparar os elementos estatísticos e indicadores de gestão financeira que lhe sejam solicitados;
- w) Assegurar o expediente e arquivo da informação própria do setor;
- x) Executar tudo o mais que lhe for determinado e se enquadre no âmbito das suas atribuições;

Na Tesouraria, subunidade orgânica:

- y) Arrecadar as receitas virtuais e eventuais, bem como os fundos contabilizados em operações de tesouraria, liquidando e cobrando os juros de mora a que eventualmente haja lugar;
- z) Efetuar os pagamentos autorizados depois de verificadas as condições necessárias;
- aa) Efetuar depósitos, levantamentos e transferências bancárias, quando devidamente autorizados;
- bb) Entregar diariamente na secção de contabilidade e controlo orçamental o diário da tesouraria e seu resumo, acompanhados de todos os documentos de receita e despesa referentes ao respetivo dia;
- cc) Manter devidamente escriturados e ordenados os documentos e registos da tesouraria e, em geral, cumprir as disposições legais e regulamentares sobre a contabilidade municipal;
- dd) Emitir e registar cheques;
- ee) Executar tudo o mais que lhe for determinado e se enquadre no âmbito das suas atribuições;

Na Secção de Aprovisionamento, Compras e Armazém, subunidade orgânica:

- ff) Elaborar, em colaboração com os diversos serviços, o Plano Anual de Aprovisionamento, em consonância com as atividades previstas nos documentos previsionais;
- gg) Assegurar as atividades de aprovisionamento municipal em bens e serviços necessários à execução eficiente e oportuna das atividades planeadas, respeitando os melhores critérios de gestão económica, financeira e de qualidade;
- hh) Desenvolver os procedimentos necessários à aquisição de bens e serviços até à fase da adjudicação, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- ii) Proceder, ao lançamento de todos os concursos ou outros processos de aquisição, para fornecimento de bens e serviços, devidamente autorizados;
- jj) Proceder à constituição e gestão racional de stocks, em consonância com critérios definidos, em articulação com os diversos serviços utilizadores e manter atualizados os inventários e registos respetivos;
- kk) Proceder ao armazenamento e gestão material dos bens e ao seu fornecimento mediante requisição própria;
- ll) Promover o seguro do pessoal e dos eleitos locais;

No Setor de Cadastro e Gestão do Património:

- mm) Organizar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do Município;
- nn) Executar todo o expediente relacionado com o património, nomeadamente promover a inscrição matricial e predial dos bens imobiliários do Município, em articulação com a secção de contratos e expropriações;
- oo) Promover o seguro dos prédios urbanos, mobiliário, viaturas e máquinas;
- pp) Gestão de todos os bens móveis do Município;

Na Secção de Gestão de Remunerações e Carreiras, subunidade orgânica:

- qq) Efetuar todas as diligências e registos necessários, nos casos de modificação ou extinção da relação jurídica de emprego;
- rr) Preparar os elementos necessários à previsão orçamental e suas revisões e alterações, na área dos recursos humanos;
- ss) Assegurar todas as tarefas relacionadas com férias, faltas e licenças dos trabalhadores, promovendo o registo e controlo da assiduidade e pontualidade de todos os trabalhadores;
- tt) Instruir e manter atualizados os processos referentes a prestações sociais, nomeadamente, os relativos às prestações familiares, à ADSE e Caixa Geral de Aposentações;
- uu) Processar os vencimentos, subsídios, abonos e quaisquer outros rendimentos a que os trabalhadores e membros dos órgãos autárquicos tenham direito, nos termos da lei;
- vv) Instruir os processos de aposentação;

No Setor de Seleção, Recrutamento, Formação, Gestão e Avaliação do Desempenho:

- ww) Assegurar o expediente necessário ao recrutamento, seleção e provimento de pessoal para preenchimento de lugares constantes dos quadros de pessoal aprovados, bem como as prestações de serviços;
- xx) Assegurar o acolhimento, integração e atendimento do pessoal;
- yy) Executar tudo o mais que for definido superiormente e que seja compatível com a secção;
- zz) Elaboração do Mapa de Pessoal;
- aaa) Organizar e manter atualizado o cadastro de todo o pessoal e os respetivos processos individuais;
- bbb) Manter devidamente atualizado o arquivo da documentação relativa à secção;
- ccc) Informar superiormente as ações necessárias à legal gestão administrativa do pessoal;
- ddd) Gerir o processo de avaliação do desempenho;
- eee) Proceder ao levantamento das necessidades de formação, colaborando na definição de prioridades de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal da autarquia e elaborar, para aprovação, o plano anual de formação, dinamizando a sua implementação;
- fff) Planear e organizar ações de formação internas e externas tendo em vista a valorização profissional dos funcionários e a elevação dos índices de preparação necessários ao exercício de funções e à melhoria do funcionamento dos diferentes serviços;
- ggg) Elaborar o relatório anual de formação;
- hhh) Elaborar o balanço social e atualizar as bases de dados a remeter às entidades competentes;
- iii) Assegurar a contratualização e gestão dos seguros dos trabalhadores ao serviço do Município.

Artigo 19.º

Divisão de Planeamento, Urbanismo, Ambiente e Veterinário Municipal

1 — A Divisão de Planeamento, Urbanismo, Ambiente e Veterinário Municipal está subordinada diretamente ao Presidente de Câmara.

2 — A Divisão de Planeamento, Urbanismo, Ambiente e Veterinário Municipal é dirigida por um chefe de divisão e tem as seguintes atribuições:

Na Secção de Planeamento, Urbanismo e Mobilidade, subunidade orgânica:

- a) Executar ou colaborar na elaboração, avaliação e revisão de planos, estudos e projetos, com incidência no território municipal e supramunicipal;
- b) Participar na sua coordenação, acompanhamento e monitorização;
- c) Identificar e programar as ações necessárias ao estabelecimento de um modelo correto, equilibrado e sustentado de desenvolvimento urbanístico do território municipal;
- d) Elaborar pareceres, recomendações e outros documentos, no âmbito das suas funções;
- e) Promover o atendimento e prestação de esclarecimentos aos técnicos;
- f) Zelar pelo cumprimento da legislação e normativos e promover ações de discussão e esclarecimento interno com vista à sua correta aplicação;
- g) Identificar e corrigir procedimentos estranguladores que conduzam à burocratização dos serviços;
- h) Assegurar a gestão (processo de elaboração/revisão, implementação e monitorização) do PDM (Plano Diretor Municipal) da Trofa garantindo que o mesmo se mantenha permanentemente atualizado e se constitua efetivamente como instrumento de planeamento, regulação e promoção do desenvolvimento do território nas vertentes social, económica e ambiental;
- i) Garantir e agilizar a eficaz implementação do PDM, promovendo, em articulação ou em conjunto com as diferentes unidades orgânicas municipais, em conformidade com as atribuições respetivas, os processos de elaboração, gestão e monitorização de instrumentos de planeamento e regulação estruturantes e conexos ao PDM, designadamente, entre outros, cartas temáticas ou planos sectoriais, tais como os relativos à Reserva Agrícola Nacional e à Reserva Ecológica Nacional, às redes de equipamentos e espaços públicos, às acessibilidades e ao ambiente e recursos naturais;
- j) Assegurar procedimentos e mecanismos que operacionalizem as orientações estratégicas definidas pela Câmara Municipal, pelo PDM e instrumentos de planeamento conexos, através da programação sistémica e integrada de ações, nas diferentes componentes territoriais, tendentes ao desejado desenvolvimento concelhio;

k) Assegurar o acompanhamento e negociação, ao nível estratégico, das intervenções da administração central nos domínios dos equipamentos coletivos, biofísico e paisagístico.

l) Elaborar projetos de arranjos urbanísticos e paisagísticos, de desenho urbano, ou de edifícios destinados a equipamentos públicos;

m) Zelar pela segurança, manutenção e atualização do cadastro e cartografia digital e analógica posta à disposição;

n) Efetuar levantamentos topográficos, seu cálculo e projeção;

o) Proceder à implantação de arruamentos e respetivos perfis, quando solicitados;

p) Estabelecer e verificar cotas de soleiras e alinhamentos para as edificações;

q) Efetuar medições e delimitações das áreas das parcelas de terrenos a alienar, a permutar, a ceder e a adquirir pelo Município;

r) Assegurar o fornecimento de cartografia, extratos dos instrumentos de gestão territorial, plantas topográficas e de localização;

s) Elaborar e manter atualizada a carta toponímica do concelho;

t) Elaborar os estudos para as denominações toponímicas, solicitadas pela Comissão Municipal de Toponímia, que devem ser fundamentadas com atinente resenha descritiva;

u) Proceder à atribuição de números de polícia;

v) Elaborar os trabalhos de desenho e de topografia necessários ao desenvolvimento de infraestruturas, arranjos urbanísticos, edifícios e outras construções, que sejam da iniciativa ou interesse municipal;

w) Elaborar pareceres, recomendações e outros documentos no âmbito das suas funções;

x) Promover o atendimento e prestação de informação aos técnicos;

y) Emitir parecer sobre a instalação de publicidade e ocupação de espaços públicos a título precário;

z) Zelar pelo cumprimento da legislação e normativos e promover ações de discussão e esclarecimento interno com vista à sua correta aplicação.

aa) Promover a elaboração, revisão e alteração do Plano Municipal de Transportes assegurando um programa de circulação e estacionamento eficaz de apoio às acessibilidades municipais;

bb) Promover a participação em estudos, projetos e negociações com entidades públicas e privadas relativamente ao desenvolvimento e exploração de uma adequada rede de infraestruturas;

cc) Promover e acompanhar o contacto e a articulação com os operadores de transportes públicos e privados;

dd) Estudar e propor zonas de estacionamento de automóveis de aluguer de ligeiros de passageiros (táxis);

ee) Estudar, analisar e emitir pareceres sobre: Infraestruturas rodoviárias; Localização dos parques de estacionamento; Localização das praças de táxis; Locais e horas para cargas e descargas de mercadorias; Alterações no sistema de transporte provocadas por obras;

No Setor de Gestão Ambiental do Território:

ff) Assegurar o suporte técnico no desenvolvimento de programas de informação e sensibilização ambiental;

gg) Elaborar estudos de incidência ambiental nas suas diferentes vertentes: ruído, resíduos sólidos, recursos hídricos, qualidade do ar, energia e espaços verdes;

hh) Assegurar o suporte técnico para implementação do regime legal sobre a poluição sonora;

ii) Instruir os processos de reclamações relacionadas com incomodidade sonora;

jj) Elaboração de relatório sobre o estado do ambiente acústico municipal, os mapas de ruído e os planos de redução de ruído no Município e proceder às necessárias medições, nos termos do respetivo Regulamento;

kk) Intervenções em situações de degradação ambiental;

ll) Assegurar, de acordo com o enquadramento legal em vigor, as tarefas técnicas relativas ao controlo da poluição hídrica e dos solos;

mm) Contribuir na aplicação dos regulamentos de controlo das emissões gasosas nos veículos;

nn) Limpeza e desobstrução de linhas de água;

oo) Estudar, planejar, acompanhar e gerir linhas de água e rede hidrográfica em colaboração com as entidades oficiais competentes;

pp) Colaborar com a Divisão de Obras Particulares e Fiscalização em ações de fiscalização, quando esteja em causa matéria que exija uma avaliação técnica ambiental;

qq) Avaliação de Estudos de Impacte Ambiental;

rr) Emissão de pareceres técnicos;

ss) Acompanhamento e emissão de parecer técnico sobre os licenciamentos de atividades económicas ou outras, nos quais o Município tenha intervenção e onde a componente ambiental seja relevante;

tt) Elaboração de normas, critérios e regulamentos tendentes à promoção do ambiente no concelho;

uu) Colaborar com o Serviço Municipal de Proteção Civil e demais entidades de proteção civil com vista à prevenção e eliminação de situações de risco ambiental;

vv) Colaborar com a Divisão de Obras e Serviços Municipalizados na definição da vertente ambiental das obras municipais;

ww) Colaborar com a Divisão de Educação, Desporto, Juventude e Cultura na definição do Plano Anual de Educação Ambiental, a ser concretizado através de ações de informação, educação e sensibilização ambiental, junto da comunidade escolar;

xx) Promover ações de educação e sensibilização ambiental em parceria e junto dos municípios, das instituições locais e dos organismos oficiais;

yy) Cooperar, atentos aos limites definidos na lei, com todos os organismos da Administração Pública na adoção de medidas de informação ambiental e defesa do ambiente;

zz) Propor medidas e ações concretas tendentes à recuperação de zonas degradadas por ação de agentes económicos ou processos naturais de erosão.

aaa) Planear, desenvolver e coordenar projetos piloto ambientais;

bbb) Elaborar material didático, informativo e de sensibilização ambiental;

ccc) Promover e coordenar o processo de implantação de uma Ecoteca e centro de interpretação ambiental.

ddd) Participar no Conselho Cinegético Municipal, no Projeto de Salvaguarda e Valorização da Estação Arqueológica de Alvarelos, no Projeto de Requalificação da Área entre Soutos e o Parque das Azenhas e demais projetos municipais com valência ambiental;

eee) Coordenar o Sistema Municipal de Gestão Integrada Florestal, o Plano Geral de Intervenção na Rede Hidrográfica do Concelho da Trofa e demais planos estruturantes concelhios de âmbito ambiental;

fff) Promover a elaboração de projetos de valorização e de integração da biodiversidade, visando a criação de parque biológico, quinta pedagógica e outros, bem como o acompanhamento das empreitadas e da gestão dos referidos sistemas;

ggg) Promover a elaboração, revisão e alteração de planos de ordenamento biofísico e de salvaguarda de espécies e paisagem, quer diretamente quer através de adjudicação a terceiros;

Na Secção de Espaços Verdes e Limpeza Urbana, subunidade orgânica:

hhh) Levantamento dos espaços verdes e das áreas de lazer do concelho;

iii) Velar pela manutenção dos espaços verdes de uso público destinados designadamente ao lazer;

jjj) Elaborar projetos e ou estudos de espaços verdes a construir, reconstruir ou remodelar;

kkk) Execução e acompanhamento de concursos para construção, reconstrução, remodelação ou manutenção de espaços verdes e áreas de lazer;

lll) Assegurar a gestão, conservação, manutenção e contínuo melhoramento da qualidade e funcionalidade dos parques e jardins que lhe estão diretamente cometidos;

mmm) Executar os projetos de implantação de zonas verdes;

nnn) Colaborar, sempre que necessário, na elaboração de projetos municipais relativos à requalificação do espaço público urbano;

ooo) Assegurar a ornamentação em iniciativas municipais;

ppp) Colaboração, em termos de parecer, nas receções dos espaços verdes e de lazer das operações de loteamento;

qqq) Colaboração no estabelecimento de regulamentos municipais, definindo os critérios técnicos a que deverão respeitar os projetos de operações de loteamento no que respeita à criação e condições de manutenção de espaços verdes nas respetivas áreas de incidência e, na falta daqueles regulamentos, na apreciação desses projetos;

rrr) Informar a Câmara do interesse público municipal na preservação de áreas cobertas de vegetação, ainda que privadas, em função do seu valor natural ou da sua localização;

sss) Prestar apoio técnico e logístico a juntas de freguesia e outros agentes sociais locais;

ttt) Coordenar ações de educação e informação pública com vista à conservação da natureza;

uuu) Gestão dos viveiros municipais;

vvv) Fornecimento de material vegetativo às juntas de freguesia e a outras entidades, nomeadamente aos serviços da Câmara;

www) Garantir o cumprimento da lei e das posturas municipais no que se refere à higiene e limpeza pública;

xxx) Acompanhamento e apoio das atividades de limpeza urbana descentralizada nas juntas de freguesia;

yyy) Desenvolvimento e execução do serviço de varrição e lavagem dos espaços públicos;

zzz) Promover a limpeza dos mercados e feiras;

aaaa) Manter limpos e asseados os sanitários públicos;

bbbb) Atendimento e fiscalização de reclamações associadas à limpeza urbana;

cccc) Solicitar a intervenção dos serviços de fiscalização quando se suspeitar de violação às normas de higiene ou salubridade;

dddd) Dinamizar ações de sensibilização no que respeita à higiene pública;

eeee) Colaborar na sensibilização da população para a saúde pública, nomeadamente, no que se refere à necessidade do cumprimento dos regulamentos municipais sobre higiene e salubridade pública e da sua participação e corresponsabilização na manutenção da higiene e limpeza dos espaços públicos;

ffff) Colaborar com os serviços de gestão urbana com vista ao estabelecimento de regulamentos municipais, definindo os critérios técnicos a que deverão respeitar os projetos de operações de loteamento, no que respeita à salvaguarda da higiene pública e remoção de resíduos sólidos nas respetivas áreas de incidência e, na falta daqueles regulamentos, na apreciação desses projetos;

gggg) Colaborar com o Serviço Municipal de Proteção Civil e demais entidades de proteção civil com vista à prevenção e eliminação de situações de risco ambiental;

hhhh) Resposta a pedidos de intervenção relativos a situações de insalubridade na salvaguarda da Saúde Pública;

iiii) Participar na deteção e acompanhamento da resolução das situações de insalubridade habitacional, epidemias, desinfestações de casos individuais, entre outras, em articulação direta com a autoridade de saúde pública concelhia e os demais serviços da Câmara Municipal da Trofa;

jjjj) Deteção, inventariação e controlo (desinfestações) de focos de insalubridade relacionados com espécies animais infestantes.

No Gabinete Técnico Florestal e de SIG (Sistemas de Informação Geográfica):

kkkk) Apoio da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

llll) Promoção de campanhas de sensibilização da população para a causa dos incêndios florestais;

mmmm) Elaboração de projetos de prevenção e deteção de incêndios;

nnnn) Elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

oooo) Acompanhamento dos programas de ação previstos no Plano de Defesa da Floresta;

pppp) Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais do Município e nas questões de proteção civil;

qqqq) Centralização da informação relativa a incêndios florestais;

rrrr) Articulação com diversas entidades públicas e privadas da defesa da floresta contra incêndios;

ssss) Elaboração dos relatórios de acompanhamento e relatórios finais dos programas de ação previstos no Plano de Defesa da Floresta;

tttt) Participar no Plano Regional de Ordenamento Florestal e demais planos de âmbito ambiental de cariz regional e nacional;

uuuu) Promover e coordenar o funcionamento do Núcleo da ASVA na Trofa;

vvvv) Planear, implementar, gerir e manter atualizado o sistema de informação geográfica do Município;

wwww) Coordenar, planificar e desenvolver de forma integrada as atividades relacionadas com a informação geográfica municipal;

xxxx) Recolher, tratar e caracterizar a informação geográfica e alfanumérica relacionada;

yyyy) Divulgar e recolher a informação geográfica entre todas as unidades orgânicas da Câmara Municipal;

zzzz) Promover e regular a divulgação externa da informação geográfica;

aaaaa) Participar como órgão consultor, na área da informação geográfica, na elaboração e gestão de todos os projetos e atividades a promover pelo Município da Trofa;

bbbbb) Assegurar outras atribuições que lhe sejam superiormente cometidas em matéria de informação geográfica.

No Setor Municipal de Veterinário:

cccc) Colaborar na execução das tarefas de inspeção higiossanitária das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatem, preparem, produzam, transformem, fabrique, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados;

dddd) Emitir parecer, nos termos da legislação vigente, sobre as instalações e estabelecimentos referidos na alínea anterior;

eeee) Elaborar e remeter, nos prazos fixados, a informação relativa ao movimento nosonecológico dos animais;

ffff) Notificar de imediato as doenças de declaração obrigatória e adotar prontamente as medidas de profilaxia determinadas pela auto-

ridade sanitária veterinária nacional sempre que sejam detetados casos de doenças de carácter epizootico;

ggggg) Emitir guias sanitárias de trânsito;

hhhhh) Colaborar na realização do recenseamento de animais, de inquéritos de interesse pecuário e ou económico e prestar informação técnica sobre abertura de novos estabelecimentos de comercialização, de preparação e de transformação de produtos de origem animal;

iiiiii) Recolha e encaminhamento de animais errantes;

jjjjj) Promover a adoção dos animais capturados, desde que não sejam reclamados pelos proprietários nos prazos determinados após a recolha;

kkkkk) Recolha e encaminhamento para destino final de cadáveres de animais;

lllll) Gestão do canil/gatil municipal;

mmmmm) Colaborar na criação e promoção de uma política de respeito e salvaguarda do bem-estar animal, das premissas ambientais e de promoção da educação dos cidadãos através de campanhas de adoção, campanhas de proximidade, campanha de esterilização de gatos e outras que se entendam necessárias.

Artigo 20.º

Divisão de Obras e Serviços Municipalizados

1 — A Divisão de Obras e Serviços Municipalizados está subordinada diretamente ao Presidente de Câmara.

2 — A Divisão de Obras e Serviços Municipalizados é dirigida por um chefe de divisão e tem as seguintes atribuições:

No Setor de Resíduos, Águas e Águas Residuais:

a) Coordenação e fiscalização da atividade da(s) entidade(s) gestora(s);

Na Secção de Obras e Empreitadas, subunidade orgânica:

b) Promover, em regime de empreitada, a construção, beneficiação ou conservação de arruamentos municipais ou a cargo do Município;

c) Coordenar e centralizar todas as funções inerentes à organização dos processos de concurso e adjudicação de empreitadas;

d) Organizar e manter atualizado um ficheiro dos empreiteiros de obras públicas e tarefeiros que trabalham para o Município, bem como tabela de preços unitários referentes a construções e arruamentos;

e) Organizar e manter atualizado um ficheiro de estudos e projetos de obras municipais, bem como o cadastro das rodovias municipais;

f) Acompanhar tecnicamente os concursos correspondentes aos projetos elaborados no âmbito da Divisão;

g) Disciplinar o uso do espaço subterrâneo das vias públicas por outras entidades, tais como a REN, a Portugal Telecom, a Portgás e outras entidades;

h) Assegurar o cumprimento do regulamento de obras na via pública;

i) Prestar apoio técnico necessário às obras empreendidas pelas juntas de freguesia, elaborando, quando tal for superiormente determinado, os respetivos projetos, fiscalizando os trabalhos e subscrevendo os respetivos autos de medição;

j) Assegurar a execução e fiscalização das obras municipais, tendo em conta os projetos e cadernos de encargos, e proceder às respetivas medições;

No Setor de Manutenção e Pequenas Obras:

k) Realizar as obras ou trabalhos mandados executar por administração direta;

l) Executar todas as obras ou trabalhos de construção civil que não estejam atribuídos a outras unidades orgânicas;

m) Promover a conservação, reparação e limpeza da rede viária municipal;

n) Proceder à classificação das vias municipais e promover a sua sinalização quilométrica e hectométrica;

o) Elaborar e atualizar o cadastro da rede viária municipal;

p) Promover a aquisição e a gestão de stocks, de acordo com as necessidades dos serviços, e manter atualizados os inventários e registos respetivos, em articulação com a secção de aprovisionamento, compras e armazém;

q) Promover o estudo e a elaboração de posturas e regulamentos de trânsito, bem como a respetiva aprovação;

r) Implementar a sinalização necessária e prover à sua adequada conservação e manutenção;

s) Participar todas as deficiências ou danos provocados nos sinais de trânsito;

t) Proceder à colocação de placas toponímicas e de outras placas indicativas;

u) Manter o bom funcionamento das instalações semafóricas existentes na área territorial do concelho;

v) Conceber e executar medidas de segurança e prevenção rodoviária;

w) Planear as obras necessárias de manutenção em equipamentos coletivos e instalações municipais de responsabilidade da Câmara Municipal em coordenação com as entidades encarregues da sua gestão e em observância do plano de investimentos aprovado;

x) Assegurar a conservação e manutenção das instalações e equipamentos municipais, ou sob responsabilidade municipal;

y) Assegurar a conservação, manutenção e limpeza dos sistemas de águas pluviais;

z) Assegurar a gestão dos contratos de manutenção dos diversos equipamentos existentes nas instalações municipais, nomeadamente aparelhos de ar condicionado, elevadores, etc.

Artigo 21.º

Divisão de Obras Particulares e Fiscalização

1 — A Divisão de Obras Particulares e Fiscalização está subordinada diretamente ao Presidente de Câmara.

2 — A Divisão de Obras Particulares e Fiscalização é dirigida por um chefe de divisão e tem as seguintes atribuições:

No Gabinete Técnico:

a) Elaborar pareceres, recomendações e outros documentos, no âmbito das suas funções;

b) Realizar as ações necessárias a garantir a segurança e salubridade das edificações através da verificação da sua conformidade com os projetos e com as disposições legais e regulamentares e tomar as devidas medidas previstas na lei;

c) Efetuar todas as vistorias previstas na lei ou em regulamentos;

d) Colaborar em programas destinados à recuperação de fogos ou imóveis em degradação do parque habitacional público e privado;

e) Proceder com regularidade ao fornecimento dos elementos para a atualização de cartas topográficas e ainda dos resultantes de construções aprovadas e loteamentos;

Na Secção de Emissão de Documentos, subunidade orgânica:

f) Emitir alvarás, certidões ou outros documentos;

g) Elaborar notificações;

h) Proceder à marcação de vistorias;

i) Organizar os processos relativos às fichas técnicas da habitação;

j) Organizar os processos para arquivo;

No Setor de Fiscalização Técnica:

k) Zelar pelo cumprimento das leis, regulamentos, deliberações, decisões dos órgãos do Município nos limites das suas atribuições e participar as infrações ocorridas cabendo-lhe igualmente a execução de mandados;

l) Desenvolver uma ação preventiva e pedagógica, esclarecendo, quando for caso disso, quais os modos mais adequados de dar cumprimento à lei, aos regulamentos e às decisões dos órgãos autárquicos;

m) Colaborar com os diversos serviços municipais ou com entidades externas na área das suas atribuições ou na resolução de outros assuntos de interesse municipal;

n) Verificar a conformidade da execução das operações urbanísticas com os projetos aprovados e as condições do licenciamento ou autorização, promovendo o embargo e participação de ilícito contraordenacional, e os demais procedimentos previstos por lei ou regulamento;

o) Efetuar os demais atos inerentes à atividade fiscalizadora, designadamente o acompanhamento da obra, procedendo aos competentes registos em livro de obra, bem como efetuar as diligências conducentes à prorrogação de licenças ou autorizações;

p) Detetar a execução de operações urbanísticas, que estando sujeitas a licença ou autorização, dele não hajam sido objeto, promovendo o seu embargo e participação da prática de ilícito contraordenacional e ainda aos demais procedimentos previstos por lei ou regulamento;

q) Integrar as comissões de vistorias e de avaliações criadas no âmbito das restantes divisões, efetuando medições e orçamentos solicitados por arrendatários;

r) Prestar informações sobre queixas, reclamações e denúncias;

s) Organizar os procedimentos relativos a trabalhos de correção ou alteração, demolição da obra e reposição do terreno e cessação de utilização, em articulação com outras divisões;

t) Informar o setor de contencioso tributário, execuções fiscais e contraordenações do Município sobre o que estes repute útil para a decisão em sede dos respetivos procedimentos e de que a divisão disponha, relativamente à evolução dos procedimentos que nela corram os seus termos;

u) Proceder à autuação dos processos decorrentes da atividade da sua área funcional específica, respeitantes a obras ilegais, pedidos de vistoria, diligências e denúncias diversas;

v) Efetuar os demais procedimentos técnico-administrativos adequados ao exercício das competências divisão;

No Setor de Fiscalização Municipal:

w) Zelar pelo cumprimento das leis, regulamentos, deliberações, decisões dos órgãos do Município nos limites das suas atribuições e participar as infrações ocorridas cabendo-lhe igualmente a execução de mandados;

x) Desenvolver uma ação preventiva e pedagógica, esclarecendo, quando for caso disso, quais os modos mais adequados de dar cumprimento à lei, aos regulamentos e às decisões dos órgãos autárquicos;

y) Colaborar com os diversos serviços municipais ou com entidades externas na área das suas atribuições ou na resolução de outros assuntos de interesse municipal;

z) Prestar informações sobre queixas, reclamações e denúncias;

aa) Proceder à fiscalização de todos os licenciamentos;

bb) Garantir a fiscalização ambiental em todas as áreas;

cc) Informar a secção de contencioso tributário, execuções fiscais e contraordenações do Município sobre o que estes repute útil para a decisão em sede dos respetivos procedimentos e de que a divisão disponha, relativamente à evolução dos procedimentos que nela corram os seus termos;

dd) Efetuar os demais procedimentos técnico-administrativos adequados ao exercício das competências da divisão.

Artigo 22.º

Divisão de Educação, Desporto, Juventude e Cultura

1 — A Divisão de Educação, Desporto, Juventude e Cultura está subordinada diretamente ao Presidente de Câmara.

2 — A Divisão de Educação, Desporto, Juventude e Cultura é dirigida por um chefe de divisão e tem as seguintes atribuições:

No Gabinete Municipal de Acompanhamento Psicológico e Pedagógico:

a) Assegurar a avaliação e intervenção nas valências de psicologia e terapia da fala às crianças e adolescentes do concelho;

b) Garantir a prevenção de situações de risco ao nível clínico e de aprendizagem em crianças do ensino pré-escolar e 1.º CEB;

c) Promover a realização de ações de informação para professores, educadores e encarregados de educação;

Na Secção de Gestão e Promoção Escolar, subunidade orgânica:

d) Promover o diagnóstico da realidade escolar do concelho e participação no processo de planeamento das estruturas educativas, designadamente através da implementação da carta educativa, articulando a conceção dos equipamentos com as políticas sociais e educativas definidas;

e) Assegurar a gestão da rede escolar no que diz respeito aos estabelecimentos de ensino sob responsabilidade da Câmara Municipal da Trofa, designadamente quanto à dotação de mobiliário, equipamento e material didático e atribuição de verbas para o pagamento de alugueres de telefones e fundo de maneo;

f) Assegurar a gestão de recursos humanos (pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino sob responsabilidade da Câmara Municipal da Trofa);

g) Garantir a administração das refeições escolares obedecendo a critérios de qualidade;

h) Gerir e organizar o serviço de transportes escolares e afins, assegurando inclusive a elaboração do Plano Anual de Transportes Escolares;

i) Assegurar a receção, estudo, análise e encaminhamento de solicitações de munícipes na área socioeducativa;

j) Assegurar a organização administrativa e do Arquivo da Divisão.

k) Elaborar estudos, projetos ou ações sobre o absentismo e abandono escolar;

l) Desenvolver e apoiar programas de formação;

m) Organizar, gerir e implementar projetos educativos;

n) Organizar e gerir programas não letivos, direcionados aos alunos do ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico;

o) Apoiar e incentivar a rede de bibliotecas escolares em articulação com o Setor de Cultura;

p) Fomentar e coordenar a participação do Município em programas e iniciativas para a Educação;

q) Assegurar os serviços de ação social escolar, atenuando as discrepâncias sociais;

r) Detetar as insuficiências económicas e sociais, propondo medidas adequadas;

s) Colaborar na elaboração da carta educativa;

t) Garantir a representação do Município nas Assembleias de Agrupamentos de Escolas;

u) Desenvolver programas ou ações que visem o desenvolvimento da criatividade da população escolar, estimulando práticas de vivência

coletiva, proporcionando ofertas extracurriculares diversificadas e rentabilizando os espaços escolares;

No Setor de Desporto e Juventude:

v) Elaborar e atualizar anualmente os dados relativos ao desenvolvimento desportivo do concelho, instalações desportivas e movimento associativo. Com base nestes estudos definir estratégias de ação que promovam o desenvolvimento desportivo;

w) Definir, propor e implementar o Programa de Apoio ao Associativismo;

x) Apoiar os clubes e as coletividades através de celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com os critérios de atribuição de apoios financeiros, técnicos e logísticos definidos pela legislação em vigor;

y) Promover projetos e atividades de ocupação dos tempos livres dos jovens, principalmente, durante os períodos de férias escolares, apostando na oferta de atividades desportivas e recreativas, assim como em projetos específicos que permitam a opção por uma vida ativa e saudável;

z) Definir e operacionalizar projetos de promoção da atividade física e do desporto nos estabelecimentos escolares dos diversos graus de ensino;

aa) Definir, propor e operacionalizar projetos de promoção da prática desportiva, de acordo com programas no âmbito do desporto para todos os grupos populacionais;

bb) Propor e operacionalizar a realização de provas desportivas de âmbito local, regional, nacional e internacional que incrementem a prática desportiva e promovam turística e economicamente o concelho;

cc) Gerir as instalações municipais desportivas, organizando e coordenando as atividades e a utilização das mesmas, bem como os recursos humanos e materiais afetos;

dd) Elaborar relatórios mensais e anuais de funcionamento e zelar por todo o património afeto às instalações municipais, bem como garantir as condições adequadas à sua utilização pelo público;

ee) Promover o levantamento das necessidades de conservação dos equipamentos municipais;

ff) Facultar os elementos necessários para candidaturas a fundos/programas que visam a construção/requalificação dos equipamentos;

gg) Conhecer as características da estrutura física do concelho e da evolução urbana prevista em planos municipais, com vista à criação de novas infraestruturas desportivas e de lazer;

hh) Gerir as instalações municipais juvenis, organizando e coordenando as atividades e a utilização das mesmas, bem como os recursos humanos e materiais afetos;

ii) Elaborar relatórios mensais e anuais de funcionamento e zelar por todo o património afeto às instalações municipais juvenis, bem como garantir as condições adequadas à sua utilização pelo público;

jj) Promover o levantamento das necessidades de conservação dos equipamentos municipais juvenis;

kk) Facultar os elementos necessários para candidaturas a fundos/programas que visam a construção/requalificação dos equipamentos;

ll) Conhecer as características da estrutura física do concelho e da evolução urbana prevista em planos municipais, com vista à criação de novas infraestruturas juvenis e de lazer;

mm) Efetuar o levantamento e o estudo dos principais problemas, necessidades e expectativas das camadas mais jovens. Com base neste estudo definir estratégias de ação que promovam o desenvolvimento na área da Juventude;

nn) Propor e operacionalizar atividades de apoio, formação, informação e encaminhamento escolar e profissional dos jovens;

oo) Promover projetos e atividades de ocupação dos tempos livres dos jovens, principalmente, durante os períodos de férias escolares, apostando na oferta de atividades culturais e recreativas, assim como em projetos específicos que permitam a opção por uma vida ativa e saudável;

pp) Promover projetos e atividades que visem a formação complementar dos jovens, nomeadamente através de novas competências que se considerem essenciais ao ingresso no mundo do trabalho;

qq) Interagir de modo eficaz com outras instituições, no sentido de criar os mecanismos necessários que facilitem o acesso dos jovens à formação profissional, ao ensino, à informação, às novas tecnologias, à ocupação de tempos livres, ao desporto e à cultura;

rr) Propor e criar mecanismos de apoio ao primeiro emprego, concedendo informações nas áreas da formação e qualificação profissional, apoiando a criação do próprio posto de trabalho;

ss) Apoiar o encaminhamento escolar e profissional, através de sessões desenvolvidas com as escolas e com os jovens individualmente ou coletivamente;

tt) Propor e implementar medidas de apoio para o acesso à habitação jovem;

uu) Propor e implementar medidas de prevenção e de apoio ao nível da saúde juvenil;

vv) Propor e implementar medidas de prevenção do aparecimento de comportamentos desviantes ou de risco, através de ações de prevenção primária e de informação;

ww) Colaborar e apoiar as organizações associativas juvenis e outras estruturas formais ou informais da comunidade, com vista à concretização de projetos e de programas adequados no âmbito local, regional, nacional e internacional;

xx) Promover o intercâmbio entre os jovens.

No Setor de Turismo:

yy) Organizar os recursos turísticos do destino para fins promocionais;

zz) Organizar a informação turística do concelho;

aaa) Inventariar as potencialidades turísticas da área do Município e promover a sua divulgação;

bbb) Programar e executar ações de promoção e animação dirigidas ao mercado turístico, em articulação com os restantes órgãos municipais e intermunicipais, responsáveis pelas atividades de animação, reforçando as parcerias público-privadas;

ccc) Assegurar a implementação de políticas concertadas de desenvolvimento turístico;

ddd) Fomentar o relacionamento da autarquia com organismos públicos nacionais e internacionais de natureza turística;

eee) Cooperar na organização das festas do concelho, empenhando-se na sua valorização e divulgação;

fff) Apoiar e divulgar outras festividades tradicionais com interesse turístico, levados a efeito na área do concelho;

ggg) Organizar feiras, mostras, exposições e outros certames de divulgação de atividades, a levar a efeito no concelho, e colaborar nas que envolvam a representação no exterior do Município;

hhh) Preparar folhetos, desdobráveis, guias e postais mostrando os pontos de interesse turístico a visitar no concelho e dando a conhecer potencialidades existentes no mesmo;

iii) Fomentar a criação de parques de campismo e outros equipamentos destinados à ocupação dos tempos livres, e superintender na sua gestão;

No Setor de Cultura:

jjj) Promover medidas e ações de natureza cultural, no âmbito das respetivas políticas definidas pelo Município, visando a elevação do nível cultural e da qualidade de vida dos munícipes;

kkk) Promover a criação e superintender na gestão da biblioteca municipal e incrementar ações tendentes ao aumento pelo gosto da leitura;

lll) Preservar, enriquecer e difundir o património bibliográfico da Trofa;

mmm) Gerir a Casa da Cultura da Trofa;

nnn) Organizar e gerir o serviço de apoio às bibliotecas escolares;

ooo) Efetuar estudos e propor ações de defesa, preservação e promoção do património histórico e paisagístico e urbanístico do Município;

ppp) Estabelecer ligações com departamentos do Estado com competência nas áreas da promoção, defesa e conservação do património artístico e cultural;

qqq) Apoiar as associações e grupos oficializados que localmente se propõem executar ações de promoção e valorização do património artístico e cultural;

rrr) Fomentar as artes tradicionais da região, designadamente a música popular, o teatro, as atividades artesanais, e promover estudos e edições destinadas a recolher e divulgar a cultura popular tradicional;

sss) Proceder ao inventário dos bens culturais, assegurando um levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respetiva identificação;

ttt) Efetuar e promover estudos e propor ações de defesa, preservação e promoção do património histórico, arqueológico, arquitetónico, paisagístico e imaterial;

uuu) Promover a gestão e valorização de zonas protegidas, assegurando que o seu conhecimento, monitorização, preservação e valorização do património cultural e das atividades tradicionais, bem como dos valores ambientais aí existentes, numa perspetiva de desenvolvimento local sustentável;

vvv) Colaborar na publicação e divulgação de documentos inéditos ou de difícil acesso, em especial, quando interessem à história do concelho, bem como de anais, factos históricos e outros, do passado e do presente, com relevância para o Município;

www) Colaborar com o turismo na conceção e promoção dos programas de interesse turístico e na sua divulgação.

xxx) Gerir o Arquivo municipal, nomeadamente:

i) Propor e gerir o Sistema Integrado de Gestão Documental da Câmara Municipal da Trofa;

- ii) Criar condições para preservar, defender e valorizar o património arquivístico de interesse público de âmbito municipal;
- iii) Promover uma política de aquisição de arquivos privados (pessoais, de famílias e empresas/coletividades) com relevância para a história do concelho de Trofa;
- iv) Fomentar uma política de divulgação do seu acervo documental.

Artigo 23.º

Divisão de Ação Social e Saúde

1 — A Divisão de Ação Social e Saúde está subordinada diretamente ao Presidente de Câmara.

2 — A Divisão de Ação Social e Saúde é dirigida por um chefe de divisão e tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar estudos que permitam o diagnóstico social e o conhecimento das carências sociais das populações;
- b) Colaborar e desenvolver programas e projetos integrados de ação social, de iniciativa municipal ou em parceria com outras instituições e agentes sociais, visando grupos especialmente carenciados, vulneráveis ou em risco;
- c) Incentivar e promover a criação de estruturas e atividades de apoio aos grupos sociais desfavorecidos;
- d) Promover a adequada articulação entre as atividades municipais com as das juntas de freguesia, das organizações sociais locais e de outras instituições no sentido da mobilização e otimização dos recursos disponíveis, e da elevação da consciência cívica, da participação e autorresponsabilização das populações na resolução direta dos seus problemas mais prementes e imediatos;
- e) Elaborar estudos conducentes à identificação das necessidades a prover e apresentar propostas de apoio social complementar que não sejam contempladas pelos regimes sociais de proteção social;
- f) Promover políticas de integração das diferentes comunidades étnicas e culturais do concelho, tendo em vista a igualdade de oportunidades e a promoção da interculturalidade;
- g) Assegurar e desenvolver a estrutura de apoio à comunidade emigrante residente no concelho;
- h) Promover o estabelecimento de protocolos com outras entidades tendentes a assegurar benefícios aos trabalhadores do Município e seu agregado familiar;

Na Loja Social, estrutura operativa de informação, intervenção e emergência social, que visa:

- i) Facilitar a concertação dos recursos ao nível do atendimento e acompanhamento social da população em processo de exclusão ou situação de vulnerabilidade social;
- j) Assegurar a identificação e atualização permanente dos recursos existentes no concelho;
- k) Garantir a rápida operacionalização dos recursos em situações de emergência ou calamidades sociais;

No Gabinete de Ação Social e Saúde:

No âmbito da família:

- l) Desenvolver e propor medidas integradas num plano global de apoio à família ao nível concelhio: apoio na área da saúde na prestação de alimentos e na Educação (Cartão Família);
- m) Promover e facilitar a comunicação familiar através da mediação familiar;
- n) Implementar o Observatório Familiar, cujo propósito tende para a recolha de dados estatísticos, realização de estudos e processamento de informação relativa às famílias, com o objetivo de contribuir para a elaboração de diagnósticos e avaliações sobre a realização das medidas com incidência familiar;
- o) Atualizar continuamente os dados do Observatório da Família;
- p) Informar, consciencializar e esclarecer dúvidas acerca do planeamento familiar, especialmente, nas camadas mais jovens da população;
- q) Participar na definição de projetos de intervenção relativos aos serviços existentes no setor da ação social e saúde, designadamente com a CPCJ, Gabinete para a Igualdade de Oportunidades;
- r) Organização e Planeamento do Conselho Municipal da Família;
- s) Gestão das atividades do Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE);
- t) Gestão das atividades do Centro Local de Acompanhamento à Integração do Imigrante (CLAI);
- u) Coordenar o Gabinete para a Igualdade, designadamente:

- 1 — Contribuir para uma maior igualdade entre mulheres e homens;
- 2 — Promover a participação e representação equilibrada dos dois sexos na vida familiar, cívica, social, política e laboral;

- 3 — Garantir o acompanhamento social e psicológico a vítimas de violência doméstica, aos seus familiares e à comunidade envolvente;
- 4 — Gestão dos apartamentos de retaguarda;
- 5 — Organização e planeamento do conselho municipal para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens;

v) Coordenar o Banco Local de Voluntariado, designadamente:

- 1 — Criação de uma bolsa de voluntários e de entidades promotoras;

w) No âmbito do Núcleo de Apoio à Rede Social:

- 1 — Organizar e planear todas as atividades relacionadas com as competências do conselho local de ação social;
- 2 — Promover o desenvolvimento social local;
- 3 — Conceber e avaliar as políticas sociais com impacto local;
- 4 — Garantir a realização e eficácia do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social;
- 5 — Desenvolver um planeamento estratégico, tendo em vista promover e garantir a eficácia das respostas sociais interinstitucionais;

No âmbito da saúde:

- x) Promoção de rastreios diversos de saúde;
- y) Promoção de ações de informação e sensibilização sobre vários temas;

No âmbito da deficiência:

- z) Atendimento aos munícipes com deficiência e respetivas famílias;
- aa) Informação acerca dos direitos, benefícios e recursos existentes para a resolução dos problemas com que se debatem;
- bb) Elaboração de diagnósticos de caracterização local das pessoas com deficiência;
- cc) Organização e planeamento do Conselho Municipal do Deficiente.

No âmbito do Gabinete de Apoio à Toxicodependência:

- dd) Implementar um Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências e Doenças Infetoc contagiosas no Concelho em articulação com as estruturas locais, nacionais e internacionais que desenvolvem trabalho nesta matéria;
- ee) Gerir o Gabinete de Apoio à Toxicodependência de modo a prestar informação e ajuda técnica a toxicodependentes e famílias, acompanhar e encaminhar os toxicodependentes com vista à sua reabilitação e reinserção social e profissional, acompanhar as famílias numa perspetiva sistémica e multidisciplinar;

No âmbito da oficina do idoso:

- ff) Implementação e operacionalização da Oficina do Idoso.

Setor de Habitação Social:

- gg) Assegurar a gestão social dos núcleos de alojamento provisório e das áreas abrangidas por programas de realojamento, promovendo a implementação de políticas, programas e projetos de intervenção comunitária;
- hh) Promover a realização de estudos com vista à avaliação das condições sócio-habitacionais das famílias residentes no parque habitacional municipal e nos núcleos de construções precárias sob a sua responsabilidade;
- ii) Desenvolver as ações necessárias ao realojamento das famílias incluídas em programas com esse objetivo;
- jj) Assegurar a gestão do parque habitacional que lhe esteja confiado;
- kk) Efetuar o atendimento e acompanhamento dos munícipes, no âmbito das carências habitacionais e propor medidas adequadas para a resolução dos problemas identificados;
- ll) Promover o intercâmbio de informação e colaboração técnica com outros serviços do Município e entidades exteriores à Câmara no contexto do acompanhamento de casos sociais específicos, cuja problemática inclua a habitação.

No Centro Comunitário Municipal da Trofa:

- mm) Promover atividades lúdico-recreativas;
- nn) Fomentar o convívio intergeracional;
- oo) Constituir um polo dinamizador de participação ativa da população;
- pp) Fomentar a ocupação saudável dos tempos livres, através da implementação de ateliers ocupacionais;
- qq) Promover intercâmbios interinstitucionais.

Artigo 24.º

Divisão de Polícia Municipal e Proteção Civil

1 — A Divisão de Polícia Municipal e Proteção Civil está subordinada diretamente ao Presidente de Câmara.

2 — A Divisão de Polícia Municipal e Proteção Civil é dirigida por um chefe de divisão e tem as seguintes atribuições:

No Setor de Polícia Municipal:

- a) Assegurar o cumprimento das competências municipais em matéria de realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos na via pública, venda de bilhetes para espetáculos e realização de leilões;
- b) Fiscalizar o cumprimento das posturas e regulamentos municipais;
- c) Apoiar e colaborar com os serviços municipais no desempenho das suas funções;
- d) Assegurar a vigilância de parques, jardins, instalações e edifícios municipais;
- e) Executar mandados de notificação;
- f) Proceder à fiscalização de viaturas abandonadas;

No Setor de Metrologia:

- g) Assegurar a verificação e o controlo metrológico, nos termos da lei;
- h) Assegurar todos os procedimentos e formalidades inerentes ao sistema de garantia e verificação metrológica;
- i) Fornecer as informações e colaborar com as entidades ou organismos públicos que intervêm na matéria;
- j) Conferir os documentos de cobrança das taxas de controlo metrológico, bem como promover a sua atualização e emissão das respetivas guias de receita;
- k) Efetuar os demais procedimentos administrativos que sejam determinados;

Na Proteção Civil, subunidade orgânica:

- l) Assegurar, em estreita articulação com o Serviço Nacional de Proteção Civil, tendo em vista o cumprimento dos planos e programas superiormente estabelecidos, a coordenação das atividades a desenvolver na área do Município;
- m) Promover a análise de riscos e a criação de planos específicos de minimização, em articulação com os demais setores municipais;
- n) Estudar e preparar planos de assistência e de ações passíveis de aplicação, em eventuais situações de catástrofe ou de calamidade pública;
- o) Promover ações de sensibilização, tendo em vista a prevenção de eventuais situações de risco;
- p) Promover o realojamento e acompanhamento da população do concelho atingida, em especial, por situações de catástrofe ou calamidade pública, em articulação com os serviços competentes da Divisão de Ação Social e Saúde;
- q) Promover a análise de riscos e a criação de planos específicos de atuação, em articulação com os demais setores municipais;
- r) Garantir a organização e condução das atividades de emergência, desenvolvidas pelo Centro Municipal de Operações de Emergência da Proteção Civil;
- s) Garantir a ligação com entidades e organismos intervenientes no Plano Municipal de Emergência;
- t) Manter um registo da evolução da situação de emergência;
- u) Estudar e analisar a situação e propor ao diretor do Plano as medidas adequadas para a resolução do sinistro;

v) Estabelecer ligações com a Delegação Distrital de Proteção Civil do Porto para a manter informada sobre a situação de emergência e solicitar, se necessário, os meios e recursos adicionais;

w) Secretariar as reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil e dar adequado encaminhamento às correspondentes decisões;

x) Transmitir aos grupos e organismos executantes as ordens do diretor de plano;

y) Dirigir o grupo de reserva operacional;

z) Promover a realização de simulacros.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 25.º

Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões que se suscitarem na aplicação e interpretação deste Regulamento serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 26.º

Complemento e especificação das atividades e funções previstas

A enumeração das atividades e tarefas dos serviços não têm carácter taxativo, podendo, umas e outras, ser especificadas ou complementadas por outras de complexidade e responsabilidade equiparáveis, mediante despacho do Presidente, no quadro dos seus poderes de superintendência ou deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 27.º

Mapa de pessoal

1 — O funcionamento da estrutura dos serviços municipais é suportado por um mapa de pessoal, de dimensão ajustada às necessidades;

2 — Quando condições objetivas o justifiquem o mapa de pessoal poderá ser redimensionado não implicando necessariamente a revisão ou alteração deste Regulamento.

Artigo 28.º

Organograma

Artigo 29.º

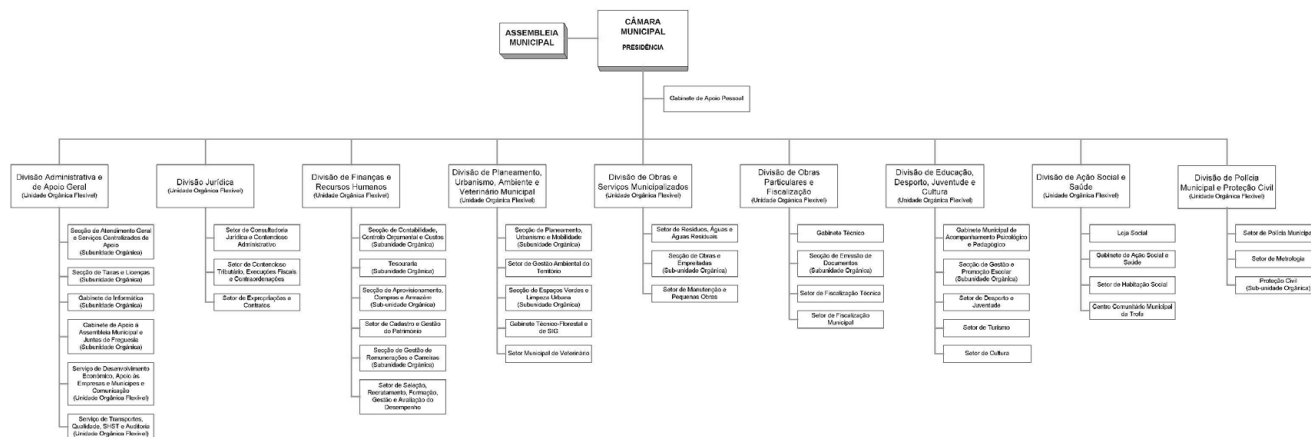
Norma revogatória

A partir da entrada em vigor do presente regulamento e organograma, ficam revogados os instrumentos que o precedem.

Artigo 30.º

Entrada em vigor

A presente organização dos serviços municipais e estrutura orgânica entram em vigor à medida que forem cessando as comissões de serviço dos dirigentes em funções, de acordo com o disposto no n.º 7 do Artigo 25.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto.



MUNICÍPIO DE VALONGO**Aviso n.º 4727/2013****Discussão pública**

Alteração à operação de loteamento camarário aprovado por deliberação camarária de 1997/01/27 e retificado por deliberação camarária de 1997/04/21.

Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e, por força do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, torna público, por despacho de 2013/03/18, do Exmo. Sr. Presidente, que está aberto o período de discussão pública da alteração ao lote 8 do loteamento camarário, sito na Rua do Valado, freguesia e concelho de Valongo, aprovado por deliberação camarária de 1997/01/27 e retificado por deliberação camarária de 1997/04/21 e cujo processo se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio a Municípios (GAM), desta Câmara Municipal.

O período de discussão pública terá a duração de 15 (quinze) dias úteis e iniciar-se-á 8 (oito) dias úteis após a publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

A proposta de alteração da operação de loteamento poderá ser consultada todos os dias úteis das 9 às 17,30 horas, no local anteriormente citado.

As observações, sugestões ou reclamações à referida alteração por parte dos particulares deverão ser formuladas por escrito, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal e dentro do prazo da discussão pública.

Esta alteração é referente ao processo do loteamento municipal sito na Rua do Valado, freguesia de Valongo, e consiste na alteração do lote 8, para constituição de 2 lotes distintos, sendo um destinado ao edifício do Centro Escolar do Valado, e o outro a espaço verde.

Para constar e para os devidos efeitos se passou este Aviso que irá ser publicado no *Diário da República*, imprensa local e afixado nos lugares de estilo.

20 de março de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Paulo Rodrigues Baltazar*, Dr.

306844211

MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO**Editais n.º 345/2013**

Dr.ª Ana Bela da Conceição Martins, vereadora do município de Vila do Bispo, torna público que:

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, encontra-se aberto um período de discussão pública, com a duração de 15 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso na 2.ª série do *Diário da República*, respeitante ao projeto de alterações ao alvará de loteamento n.º 6/92, situado em Barreiras Ruivas, freguesia da Raposeira, deste concelho, a que se refere o processo n.º 05/2012, cuja requerente é a firma Altos da Raposeira — Sociedade Imobiliária, S. A.

Nestes termos, o referido projeto encontra-se patente para consulta entre as 9:00 horas e as 15:00 horas, na secção administrativa de operações urbanísticas deste município, convidando-se todos os interessados para, no decorrer do prazo acima referido, apresentarem, por escrito, as reclamações, observações ou sugestões que acharem por convenientes.

27 de março de 2013. — A Vereadora (por delegação de competências do presidente da câmara de 07/01/2013, nos termos do n.º 2 do art.º 69.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro), *Dr.ª Ana Bela da Conceição Martins*.
306863588

MUNICÍPIO DE VILA DE REI**Aviso n.º 4728/2013**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 21 de março de 2013, foi concedida à trabalhadora desta Autarquia, Virgínia da Conceição Lambranca Cabeças Fernandes, licença sem remuneração, superior a 60 dias (longa duração), com efeitos a partir de 25 de março de 2013, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 234.º e 235.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

25 de março de 2013. — O Vice-Presidente da Câmara, *Ricardo Jorge Martins Aires*.

306857075

Editais n.º 346/2013

Maria Irene da Conceição Barata Joaquim, presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei:

Torna público, no uso da competência que lhe confere a alínea v) do n.º 1 do artigo 68.º, conjugado com o artigo 91.º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que o Regulamento da Comissão de Proteção do Idoso em Risco, aprovado na reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia 08 de outubro de 2012 e homologada pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2013, após ter sido previamente publicitado em inquérito público durante 30 dias, através de edital publicado na 2.ª série N.º 207 do *Diário da República*, de 25 de outubro de 2012, não tendo sido apresentada contra o mesmo qualquer reclamação, ou sugestão.

Estando assim cumpridos todos os requisitos materiais, orgânicos e formais, se encontra disponível para consulta no site da autarquia em www.cm-viladere.pt, para que todos os interessados dele tenham conhecimento, nos termos da legislação em vigor.

11 de março de 2013. — A Presidente da Câmara, *Maria Irene da Conceição Barata Joaquim*.

306856192

FREGUESIA DE CANDELO**Aviso n.º 4729/2013**

Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, torna-se público que na sequência da homologação da Lista Unitária de Ordenação Final referente ao procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na carreira Técnica Superior, aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 208 de outubro de 2012, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado com a candidata Joana Ferreira Santos, para a categoria acima referida.

O vencimento é de 1.201,48€, correspondente à 2.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 15 de acordo com a tabela remuneratória única. O referido contrato de trabalho produz efeitos a partir de um de abril de 2013.

26 de março de 2013. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Fernando Jorge Dias Andrade*.

306856354

FREGUESIA DE FANHÕES**Aviso n.º 4730/2013**

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que a trabalhadora abaixo indicada, com contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, da carreira/categoria de Assistente Operacional, cessou a relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação, com efeitos na data que se indica.

Maria Madalena Barreiro Marçal — 1 de abril de 2013

28 de março de 2013. — O Presidente da Junta, *António Dias Emídio*.
306863717

FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DA LAMAROSA**Aviso n.º 4731/2013****Lista de antiguidade do ano de 2012**

Para os devidos efeitos se torna público que se encontra afixada, na secretaria da Junta de Freguesia a Lista de Antiguidade referente ao ano de 2012, nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março.

4 de janeiro de 2013. — O Presidente da Junta, *António Vaz da Venda*.
306853446

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

Edital n.º 347/2013

Raul Castro, Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria,

Torna público, em cumprimento do disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, conjugado com o artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo e ainda dando cumprimento ao artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e alterada pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro, que a Câmara Municipal de Leiria, em reunião ordinária de 22 de Janeiro de 2013, deliberou submeter a consulta pública o Projeto de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Leiria.

Durante um período de 30 dias úteis contados a partir da data de publicação do Projeto de Regulamento no *Diário da República*, o citado documento encontra-se à disposição dos interessados, nos seguintes locais:

No edifício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria, sito na Rua da Cooperativa n.º 65 C, S. Romão 2410-256 Leiria

NositedosServiçosMunicipalizadosdeLeiria,nosite:www.smas-leiria.pt.

Os interessados poderão, dentro do prazo acima indicado, apresentar, por escrito, críticas, observações, reclamações ou sugestão, dirigidas ao Presidente do Conselho de Administração, por correio, *fax* (244817301), a fim de que as mesmas sejam analisadas pelo Conselho de Administração antes de submeter a proposta final do Regulamento à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

1 de abril de 2013. — O Presidente do Conselho de Administração,
Dr. Raul Castro.

Projeto de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Leiria

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Projeto de Regulamento é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, com respeito pelas exigências constantes da Lei n.º 23/96, de 26 de julho e ainda ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, e do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, todos na redação em vigor.

Artigo 2.º

Objeto

O presente Projeto de Regulamento estabelece as regras a que deve obedecer o serviço de abastecimento público de água a prestação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas aos utilizadores finais no Município de Leiria.

Artigo 3.º

Âmbito

1 — O presente Projeto de Regulamento aplica-se em toda a área do Município de Leiria, às atividades de conceção, projeto, construção e exploração dos sistemas públicos e prediais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas.

Artigo 4.º

Legislação aplicável

1 — Em tudo quanto for omissão neste Projeto de Regulamento são aplicáveis as disposições legais em vigor na lei respeitantes aos sistemas públicos e prediais de distribuição de água e de saneamento de águas residuais urbanas, nomeadamente:

a) O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, em especial os respetivos capítulos VII e VIII, referentes, respetivamente, às relações com os utilizadores e ao regime sancionatório, este último complementado pelo

regime geral das contraordenações e coimas, constante do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro;

b) O Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, em particular no que respeita à conceção e ao dimensionamento dos sistemas públicos de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e pluviais e aos sistemas de distribuição predial, bem como à apresentação dos projetos, execução e fiscalização das respetivas obras, e ainda à exploração dos sistemas públicos e prediais;

c) O Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, no que respeita às regras de licenciamento urbanístico aplicáveis aos projetos e obras de redes públicas e prediais de distribuição de água e de drenagem de águas residuais;

d) O Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, em especial no que respeita aos projetos, à instalação e à localização dos dispositivos destinados à utilização de água para combate aos incêndios em edifícios;

e) O Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, no que respeita à qualidade da água destinada ao consumo humano fornecida pelas redes de distribuição pública de água aos utilizadores;

f) O Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, no que respeita aos sistemas de drenagem pública de águas residuais que descarreguem nos meios aquáticos e à descarga de águas residuais industriais em sistemas de drenagem;

g) A Lei n.º 23/96, de 26 de julho, a Lei n.º 24/96, de 31 de julho, o Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de julho, e o Despacho n.º 4186/2000 (2.ª série), de 22 de fevereiro, no que respeita às regras de prestação de serviços públicos essenciais, destinadas à proteção dos utilizadores e dos consumidores.

2 — A conceção e o dimensionamento das redes prediais podem ser feitos de acordo com o estabelecido nas Normas Europeias aplicáveis, desde que não contrariem o estipulado na legislação portuguesa.

Artigo 5.º

Entidade Titular e Entidade Gestora do Sistema

1 — O Município de Leiria é a Entidade Titular que, nos termos da lei, tem por atribuição assegurar a provisão do serviço de água e de saneamento de águas residuais urbanas no respetivo território.

2 — Em toda a área do Município de Leiria, a Entidade Gestora responsável pela conceção, construção e exploração do sistema público de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas é os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Leiria.

Artigo 6.º

Definições

Para efeitos de aplicação do presente Projeto de Regulamento, entende-se por:

a) «Acessórios»: peças ou elementos que efetuam as transições nas tubagens, como curvas, reduções uniões, etc.

b) «Água destinada ao consumo humano (¹)»:

i) Toda a água no seu estado original, ou após tratamento, destinada a ser bebida, a cozinhar, à preparação de alimentos, à higiene pessoal ou a outros fins domésticos, independentemente da sua origem e de ser fornecida a partir de uma rede de distribuição, de um camião ou navio-cisterna, em garrafas ou outros recipientes, com ou sem fins comerciais;

ii) Toda a água utilizada numa empresa da indústria alimentar para fabrico, transformação, conservação ou comercialização de produtos ou substâncias destinados ao consumo humano, assim como a utilizada na limpeza de superfícies, objetos e materiais que podem estar em contacto com os alimentos, exceto quando a utilização dessa água não afeta a salubridade do género alimentício na sua forma acabada;

c) «Águas pluviais»: águas resultantes do escoamento de precipitação atmosférica, originadas quer em áreas urbanas quer em áreas industriais. Consideram-se equiparadas a águas pluviais as provenientes de regas de jardim e espaços verdes, de lavagem de arruamentos, passeios, pátios e parques de estacionamento, normalmente recolhidas por sarjetas, sumidouros e ralos;

d) «Águas residuais domésticas»: águas residuais de instalações residenciais e serviços, essencialmente provenientes do metabolismo humano e de atividades domésticas;

e) «Águas residuais industriais»: as que sejam suscetíveis de descarga em coletores municipais e que resultem especificamente das atividades industriais abrangidas pelo REAI — Regulamento do Exercício da Atividade Industrial, ou do exercício de qualquer

atividade da Classificação das Atividades Económicas Portuguesas por Ramos de Atividade (CAE);

f) «Águas Residuais Urbanas»: águas residuais domésticas ou águas resultantes da mistura destas com águas residuais industriais e ou com águas residuais pluviais;

g) «Avaria»: evento detetado em qualquer componente do sistema que necessite de medidas de reparação/renovação, incluindo causado por:

i) Seleção inadequada ou defeitos no fabrico dos materiais,

deficiências na construção ou relacionados com a operação;

ii) Corrosão ou outros fenómenos de degradação dos materiais, externa ou internamente;

iii) Danos mecânicos externos, por exemplo devidos à escavação, incluindo danos provocados por terceiros;

iv) Movimentos do solo relacionados com efeitos provocados pelo gelo, por períodos de seca, por tráfego pesado, por sismos, por inundações ou outros.

h) «Boca-de-incêndio»: equipamento para fornecimento de água para combate a incêndio, de instalação não saliente, que pode ser instalado na parede ou no passeio;

i) «Câmara de Ramal de Ligação»: dispositivo através da qual se estabelece a ligação entre o Sistema Predial e respetivo ramal, que deverá localizar-se na edificação, junto ao limite de propriedade e em zonas de fácil acesso e cabendo a responsabilidade pela respetiva manutenção à entidade gestora quando localizada na via pública ou aos utilizadores nas situações em que a câmara de ramal ainda se situa no interior da propriedade privada;

j) «Canalização»: tubagem, destinada a assegurar a condução das águas para o abastecimento público;

k) «Coletor»: tubagem, em geral enterrada, destinada a assegurar a condução das águas residuais domésticas, industriais e ou pluviais;

l) «Caudal»: volume expresso em m³, de água ou de águas residuais, que atravessa numa dada secção num determinado período de tempo;

m) «Classe metrológica»: define os intervalos de caudal onde determinado contador deve funcionar em condições normais de utilização, isto é, em regime permanente e em regime intermitente, sem exceder os erros máximos admissíveis (²);

n) «Consumidor»: utilizador do serviço a quem a água é fornecida para uso não profissional;

o) «Contador»: instrumento concebido para medir, totalizar e indicar o volume, nas condições da medição, da água que passa através do transdutor de medição;

p) «Contador diferencial»: contador cujo consumo que lhe está especificamente associado é também medido por contador colocado a montante;

q) «Contador totalizador»: contador que, para além de medir o consumo que lhe está especificamente associado, mede consumos dos contadores diferenciais instalados a jusante;

r) «Contrato»: vínculo jurídico estabelecido entre a Entidade Gestora e qualquer pessoa, singular ou coletiva, pública ou privada, pelo qual é estabelecida entre as partes uma relação de prestação, permanente ou eventual, do serviço pela primeira à segunda nos termos e condições do presente Regulamento;

s) «Diâmetro Nominal»: designação numérica do diâmetro de um componente que corresponde ao número inteiro que se aproxima da dimensão real em milímetros;

t) «Estrutura tarifária»: conjunto de regras de cálculo expressas em termos genéricos, aplicáveis a um conjunto de valores unitários e outros parâmetros;

u) «Fornecimento de água»: o serviço prestado pela Entidade Gestora aos utilizadores;

v) «Fossa Séptica»: tanque de decantação destinado a criar condições adequadas à decantação de sólidos suspensos, à deposição de lamas e ao desenvolvimento de condições anaeróbicas para a decomposição de matéria orgânica;

w) «Hidrantes»: conjunto das bocas-de-incêndio e dos marcos de água;

x) «Inspeção»: atividade conduzida por funcionários da Entidade Gestora ou por esta acreditados, que visa verificar se estão a ser cumpridas todas as obrigações decorrentes do presente Regulamento, sendo, em regra, elaborado um relatório escrito da mesma, ficando os resultados registados de forma a permitir à Entidade Gestora avaliar a operacionalidade das infraestruturas e informar os utilizadores de eventuais medidas corretivas a serem implementadas;

y) «Lamas»: mistura de água e de partículas sólidas, separadas dos diversos tipos de água por processos naturais ou artificiais;

z) «Local de Consumo»: ponto da rede predial, através do qual o imóvel é ou pode ser servido nos termos do contrato, do Regulamento e da legislação em vigor;

aa) «Marco de água»: equipamento de combate a incêndio instalado no pavimento E/ou de forma saliente relativamente ao nível do pavimento;

bb) «Medidor de Caudal»: dispositivo que tem por finalidade a determinação do volume de água residual produzido podendo, conforme os modelos, fazer a leitura do caudal instantâneo e do volume utilizado, ou apenas deste, e ainda registar esses volumes;

cc) «Pressão de Serviço»: pressão disponível nas redes de água, em condições normais de funcionamento;

dd) «Pré-tratamento das Águas Residuais»: processo, a cargo do utilizador, destinado à redução da carga poluente, à redução ou eliminação de certos poluentes específicos, ou à regularização de caudais, de forma a tornar essas águas residuais aptas a serem rejeitadas no sistema público de drenagem;

ee) «Ramal de Ligação de Água»: troço de canalização destinado ao serviço de abastecimento de um prédio, compreendido entre os limites do terreno do mesmo e a rede pública em que estiver inserido;

ff) «Ramal de Ligação de Águas Residuais»: troço de canalização que tem por finalidade assegurar a recolha e condução das águas residuais domésticas e industriais desde o limite da propriedade até ao coletor da rede de drenagem;

gg) «Reabilitação»: trabalhos associados a qualquer intervenção física que prolongue a vida de um sistema existente e ou melhore o seu desempenho estrutural e ou hidráulico, envolvendo uma alteração da sua condição ou especificação técnica; a reabilitação estrutural inclui a substituição e a renovação; a reabilitação hidráulica inclui a substituição, o reforço, e eventualmente, a renovação; a reabilitação para efeitos da melhoria da qualidade da água inclui a substituição e a renovação;

hh) «Renovação»: qualquer intervenção física que prolongue a vida do sistema ou que melhore o seu desempenho, no seu todo ou em parte, mantendo a capacidade e a função iniciais e pode incluir a reparação;

ii) «Reparação»: intervenção destinada a corrigir anomalias localizadas;

jj) «Reservatório predial»: unidade de reserva que faz parte constituinte da rede predial e tem como finalidade o armazenamento de água à pressão atmosférica para alimentação da rede predial a que está associado;

kk) «Serviço»: exploração e gestão do sistema público municipal de abastecimento de água e recolha e transporte de águas residuais domésticas e industriais no concelho de Leiria;

ll) «Serviços auxiliares»: os serviços prestados pela Entidade Gestora, de caráter conexo com os serviços de águas e de saneamento de águas residuais urbanas, mas que pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, ou de resultarem de incumprimento contratual por parte do utilizador, são objeto de faturação específica;

mm) «Sistema separativo»: sistema constituído por duas redes de coletores, uma destinada às águas residuais domésticas e industriais e outra à drenagem de águas pluviais ou similares e respetivas instalações elevatórias e de tratamento e dispositivos de descarga final;

nn) «Sistemas de Distribuição Predial» ou «Rede predial»: canalizações, órgãos e equipamentos prediais que prolongam o ramal de ligação até aos dispositivos de utilização do prédio, normalmente instalados no seu interior, ainda que possam estar instalados em domínio público;

oo) «Sistema de drenagem predial» conjunto constituído por instalações e equipamentos privativos de determinado prédio e destinados à evacuação das águas residuais urbanas até à rede pública;

pp) «Sistema público de abastecimento de água» ou «rede pública»: sistema de canalizações, órgãos e equipamentos, destinados à distribuição de água potável, instalado, em regra, na via pública, em terrenos da Entidade Gestora ou em outros, cuja ocupação seja do interesse público, incluindo os ramais de ligação às redes prediais;

qq) «Sistema Público de Drenagem de Águas Residuais ou Rede Pública»: sistema de canalizações, órgão e equipamentos destinados à recolha, transporte e destino final adequado das águas residuais, em condições que permitam garantir a qualidade do meio receptor, instalado, em regra, na via pública, em terrenos da Entidade Gestora ou em outros, cuja ocupação seja do interesse público, incluindo os ramais de ligação às redes prediais;

rr) «Substituição»: substituição de uma instalação existente por uma nova quando a que existe já não é utilizada para o seu objetivo inicial.

ss) «Tarifário»: conjunto de valores unitários e outros parâmetros e regras de cálculo que permitem determinar o montante exato a pagar pelo utilizador final à Entidade Gestora em contrapartida do serviço;

tt) «Titular do contrato»: qualquer pessoa individual ou coletiva, pública ou privada, que celebra com a Entidade Gestora um Contrato, também designada, na legislação aplicável, por utilizador ou utente;

uu) «Utilizador final»: pessoa singular ou coletiva, pública ou privada, a quem seja assegurado de forma continuada o serviço de abastecimento

de água e de saneamento de águas residuais e que não tenha como objeto da sua atividade a prestação desse mesmo serviço a terceiros, podendo ainda ser classificado como:

i) «Utilizador doméstico»: aquele que use o prédio urbano servido para fins habitacionais, com exceção das utilizações para as partes comuns, nomeadamente as dos condomínios;

ii) «Utilizador não-doméstico»: aquele que não esteja abrangido pela subalínea anterior, incluindo o Estado, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades dos setores empresariais do Estado e das autarquias.

Artigo 7.º

Simbologia e Unidades

1 — A simbologia dos sistemas públicos e prediais a utilizar é a indicada nos anexos I, II, III, VIII, e XIII do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto.

2 — As unidades em que são expressas as diversas grandezas devem observar a legislação portuguesa.

Artigo 8.º

Regulamentação Técnica

As normas técnicas a que devem obedecer a conceção, o projeto, a construção e a exploração do Sistema Público, bem como as respetivas normas de higiene e segurança, são as aprovadas nos termos da legislação em vigor.

Artigo 9.º

Princípios de gestão

A prestação do serviço de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas obedece aos seguintes princípios:

- a) Princípio da universalidade e da igualdade de acesso;
- b) Princípio da qualidade e da continuidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
- c) Princípio da transparência na prestação de serviços;
- d) Princípio da proteção da saúde pública e do ambiente;
- e) Princípio da garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- f) Princípio da promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional;
- g) Princípio da sustentabilidade económica e financeira dos serviços;
- h) Princípio do poluidor-pagador.

Artigo 10.º

Disponibilização do Projeto de Regulamento

O Projeto de Regulamento está disponível no sítio da Internet da Entidade Gestora e nos serviços de atendimento, sendo neste último caso fornecidos exemplares mediante o pagamento da quantia definida no tarifário em vigor e permitida a sua consulta gratuita.

CAPÍTULO II

Direitos e deveres

Artigo 11.º

Deveres da Entidade Gestora

Compete à Entidade Gestora, designadamente:

- a) Fornecer água destinada ao consumo público com a qualidade necessária ao consumo humano, nos termos fixado na legislação em vigor;
- b) Garantir a qualidade, regularidade e continuidade do serviço, salvo casos excecionais expressamente previstos neste Regulamento e na legislação em vigor;
- c) Recolher e transportar a destino adequado as águas residuais produzidas pelos utilizadores, assim como as lamas das fossas sépticas existentes na sua área de intervenção;
- d) Definir para a recolha de águas residuais urbanas os parâmetros de poluição suportáveis pelos sistemas públicos de drenagem e fiscalizar o seu cumprimento;
- e) Assumir a responsabilidade da conceção, construção e exploração da rede pública de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas bem como mantê-la em bom estado de funcionamento e conservação;
- f) Promover a elaboração de planos, estudos e projetos que sejam necessários à boa gestão dos sistemas;

g) Manter atualizado o cadastro das infraestruturas e instalações afetadas ao sistema público abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, bem como elaborar e cumprir um plano anual de manutenção preventiva para as redes públicas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas;

h) Submeter os componentes do sistema público, antes de entrarem em serviço, a ensaios que assegurem o seu bom funcionamento;

i) Tomar as medidas necessárias para evitar danos nos sistemas prediais, resultantes de pressão de serviço excessiva, variação brusca de pressão ou de incrustações nas redes;

j) Promover a instalação, a substituição ou a renovação dos ramais de ligação;

k) Fornecer, instalar e manter os contadores, as válvulas a montante e a jusante;

l) Promover a atualização tecnológica dos sistemas, nomeadamente quando daí resulte um aumento da eficiência técnica e da qualidade ambiental;

m) Dispor de serviços de atendimento aos utilizadores, direcionados para a resolução dos seus problemas relacionados com o serviço público de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas;

n) Promover a atualização anual do tarifário e assegurar a sua divulgação junto dos utilizadores, designadamente nos postos de atendimento e no sítio na Internet da Entidade Gestora;

o) Proceder em tempo útil à emissão e envio das faturas correspondentes aos serviços prestados e à respetiva cobrança;

p) Disponibilizar meios de pagamento que permitam aos utilizadores cumprir as suas obrigações com o menor incómodo possível;

q) Dispor de serviços de atendimento aos utilizadores, direcionados para a resolução dos seus problemas relacionados com o serviço público de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas;

r) Manter um registo atualizado dos processos das reclamações dos utilizadores e garantir a sua resposta no prazo legal;

s) Prestar informação essencial sobre a sua atividade;

t) Cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento.

Artigo 12.º

Deveres dos utilizadores

Compete aos utilizadores, designadamente:

a) Solicitar a ligação aos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas sempre que os mesmos estejam disponíveis;

b) Cumprir o presente Regulamento;

c) Não fazer uso indevido ou danificar qualquer componente dos sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas;

d) Não alterar o ramal de ligação;

e) Não fazer uso indevido ou danificar as redes prediais e assegurar a sua conservação e manutenção;

f) Manter em bom estado de funcionamento os aparelhos sanitários e os dispositivos de utilização;

g) Avisar a Entidade Gestora de eventuais anomalias nos sistemas e nos aparelhos de medição;

h) Não proceder a alterações nas redes prediais sem prévia autorização da Entidade Gestora quando tal seja exigível nos termos da legislação em vigor e do presente Regulamento, ou se preveja que cause impacto nas condições de fornecimento em vigor;

i) Não proceder à execução de ligações ao sistema público sem autorização da Entidade Gestora;

j) Permitir o acesso ao sistema predial por pessoal credenciado da entidade gestora, tendo em vista a realização de trabalhos no contador e ou ações de verificação e fiscalização;

k) Pagar pontualmente as importâncias devidas, nos termos da legislação em vigor, do presente Regulamento e dos contratos estabelecidos com a Entidade Gestora.

Artigo 13.º

Direito à prestação do serviço

1 — Qualquer utilizador cujo local de consumo se insira na área de influência da Entidade Gestora tem direito à prestação do serviço de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, através de redes fixas, sempre que o mesmo esteja disponível.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, o serviço de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas considera-se disponível desde que o sistema infraestrutural da Entidade Gestora esteja localizado a uma distância igual ou inferior a 20 m do limite da propriedade.

3 — Nas situações não abrangidas pelo número anterior, o utilizador tem o direito de solicitar à Entidade Gestora a recolha e o transporte das lamas da respetiva fossa séptica individual.

Artigo 14.º

Direito à informação

1 — Os utilizadores têm o direito a ser informados de forma clara e conveniente pela Entidade Gestora das condições em que o serviço é prestado, em especial no que respeita à qualidade da água fornecida e aos tarifários aplicáveis.

2 — A Entidade Gestora publicita trimestralmente, por meio de editais afixados nos lugares próprios ou na imprensa regional, os resultados analíticos obtidos pela implementação do programa de controlo da qualidade da água.

3 — A Entidade Gestora dispõe de um sítio na Internet no qual é disponibilizada a informação essencial sobre a sua atividade, designadamente:

- a) Identificação da Entidade Gestora, suas atribuições e âmbito de atuação;
- b) Relatório e contas ou documento equivalente de prestação de contas;
- c) Regulamentos de serviço;
- d) Tarifários;
- e) Condições contratuais relativas à prestação dos serviços aos utilizadores;
- f) Resultados da qualidade da água, bem como outros indicadores de qualidade do serviço prestado aos utilizadores;
- g) Indicadores de qualidade do serviço prestado aos utilizadores;
- h) Informações sobre interrupções do serviço;
- i) Contactos e horários de atendimento.

Artigo 15.º

Atendimento ao público

1 — A Entidade Gestora dispõe de um local de atendimento ao público e de um serviço de atendimento telefónico e via internet, através dos quais os utilizadores a podem contactar diretamente.

2 — O atendimento ao público é efetuado nos dias úteis de acordo com o horário publicitado no sítio da Internet e nos serviços da entidade gestora, tendo uma duração mínima de 7 horas diárias.

3 — A Entidade Gestora dispõe ainda de um serviço de assistência permanente, que funciona de forma ininterrupta todos os dias do ano.

CAPÍTULO III

Sistemas de distribuição de água

SECÇÃO I

Condições de fornecimento de água

Artigo 16.º

Obrigatoriedade de ligação à rede geral de distribuição

1 — Sempre que o serviço público de abastecimento de água se considere disponível, nos termos do n.º 2 do Artigo 13.º, os proprietários dos prédios existentes ou a construir são obrigados a:

- a) Instalar, por sua conta, a rede de distribuição predial;
- b) Solicitar a ligação à rede de distribuição pública de água.

2 — A obrigatoriedade de ligação à rede pública abrange todas as edificações quaisquer que seja a sua utilização, sem prejuízo do disposto no Artigo 17.º

3 — Os usufrutuários, comodatários e arrendatários, mediante autorização dos proprietários, podem requerer a ligação dos prédios por eles habitados à rede pública.

4 — As notificações aos proprietários dos prédios para cumprimento das disposições dos números anteriores são efetuadas pela Entidade Gestora nos termos da lei, sendo-lhes fixado, para o efeito, um prazo nunca inferior a 30 dias.

5 — Após a entrada em funcionamento da ligação da rede predial à rede pública, os proprietários dos prédios que disponham de captações particulares de água para consumo humano devem deixar de as utilizar para esse fim no prazo máximo de 30 dias, sem prejuízo de prazo diferente fixado em legislação ou licença específica.

6 — A Entidade Gestora comunica à autoridade ambiental competente as áreas servidas pela respetiva rede pública na sequência da sua entrada em funcionamento.

Artigo 17.º

Dispensa de ligação

1 — Estão isentos da obrigatoriedade de ligação ao sistema público de abastecimento de água:

- a) Os edifícios que disponham de sistemas próprios de abastecimento de água devidamente licenciados, nos termos da legislação aplicável, designadamente unidades industriais;
- b) Os edifícios cuja ligação se revele demasiado onerosa do ponto de vista técnico ou económico para o utilizador e que disponham de soluções individuais que assegurem adequadas condições de salvaguarda da saúde pública e proteção ambiental;
- c) Os edifícios ou fogos cujo mau estado de conservação ou ruína os torne inabitáveis e estejam de fato permanente e totalmente desabitados;
- d) Os edifícios em vias de expropriação ou demolição.

2 — A isenção deve ser requerida pelo interessado, podendo a Entidade Gestora solicitar documentos comprovativos da situação dos prédios a isentar.

Artigo 18.º

Prioridades de fornecimento

A Entidade Gestora, face às disponibilidades de cada momento, procede ao fornecimento de água atendendo preferencialmente às exigências destinadas ao consumo humano das instalações médico/hospitalares e instalações no âmbito da proteção civil na área da sua intervenção.

Artigo 19.º

Exclusão da responsabilidade

A Entidade Gestora não é responsável por danos que possam sofrer os utilizadores, decorrentes de avarias e perturbações ocorridas na rede pública de distribuição de água, bem como de interrupções ou restrições ao fornecimento de água, desde que resultantes de:

- a) Casos fortuitos ou de força maior;
- b) Execução, pela Entidade Gestora, de obras previamente programadas, desde que os utilizadores tenham sido expressamente avisados com uma antecedência mínima de 48 horas;
- c) Atos dolosos ou negligentes praticados pelos utilizadores, assim como por defeitos ou avarias nas instalações prediais.

Artigo 20.º

Interrupção ou restrição no abastecimento de água

1 — A Entidade Gestora pode suspender o abastecimento de água nos seguintes casos:

- a) Deterioração na qualidade da água distribuída ou previsão da sua ocorrência iminente;
- b) Trabalhos de reparação, reabilitação ou substituição de ramais de ligação, quando não seja possível recorrer a ligações temporárias;
- c) Trabalhos de reparação, reabilitação ou substituição do sistema público ou dos sistemas prediais, sempre que exijam essa suspensão;
- d) Casos fortuitos ou de força maior;
- e) Detecção de ligações clandestinas ao sistema público;
- f) Anomalias ou irregularidades no sistema predial detetadas pela Entidade Gestora no âmbito de inspeções ao mesmo;
- g) Determinação por parte da autoridade de saúde e ou da autoridade competente.

2 — A Entidade Gestora deve comunicar aos utilizadores, com a antecedência mínima de 48 horas, qualquer interrupção programada no abastecimento de água.

3 — Quando ocorrer qualquer interrupção não programada no abastecimento de água aos utilizadores, a Entidade Gestora deve informar os utilizadores que o solicitem da duração estimada da interrupção, sem prejuízo da disponibilização desta informação no respetivo sítio da Internet e da utilização de meios de comunicação social, e, no caso de utilizadores especiais, tais como hospitais, adota medidas específicas no sentido de mitigar o impacto dessa interrupção.

4 — Em qualquer caso, a Entidade Gestora está obrigada a mobilizar todos os meios adequados à reposição do serviço no menor período de tempo possível e a tomar as medidas que estiverem ao seu alcance para minimizar os inconvenientes e os incómodos causados aos utilizadores dos serviços.

5 — Nas situações em que estiver em risco a saúde humana e for determinada a interrupção do abastecimento de água pela autoridade de saúde, a Entidade Gestora providencia uma alternativa de água para consumo humano, desde que aquela se mantenha por mais de 24 horas.

Artigo 21.º

Interrupção do abastecimento de água por facto imputável ao utilizador

1 — A Entidade Gestora pode interromper o abastecimento de água, por motivos imputáveis ao utilizador, nas seguintes situações:

- a) Quando o utilizador não seja o titular do contrato de fornecimento de água e não apresente evidências de estar autorizado pelo mesmo a utilizar o serviço;
- b) Quando não seja possível o acesso ao sistema predial para inspeção ou, tendo sido realizada inspeção e determinada a necessidade de realização de reparações, em auto de vistoria, aquelas não sejam efetuadas dentro do prazo fixado, em ambos os casos desde que haja perigo de contaminação, poluição ou suspeita de fraude que justifiquem a suspensão;
- c) Quando for recusada a entrada no local de consumo para leitura, verificação, substituição ou levantamento do contador;
- d) Quando o contador for encontrado viciado ou for empregue qualquer meio fraudulento para consumir água;
- e) Quando sistema de distribuição predial tiver sido modificado e altere as condições de fornecimento;
- f) Quando forem detetadas ligações clandestinas ao sistema público;
- g) Mora do utilizador no pagamento do serviço de fornecimento de água prestado;
- h) Em outros casos previstos na lei.

2 — A interrupção do abastecimento, com fundamento em causas imputáveis ao utilizador, não priva a Entidade Gestora de recorrer às entidades judiciais ou administrativas para garantir o exercício dos seus direitos ou para assegurar o recebimento das importâncias devidas e, ainda, de impor as coimas que ao caso couberem.

3 — A interrupção do abastecimento de água com base na alíneas a), b), c), e) e g) do n.º 1 do presente artigo só pode ocorrer após a notificação ao utilizador, por escrito, com a antecedência mínima de dez dias úteis relativamente à data que venha a ter lugar.

4 — No caso previsto nas alíneas d) e f) do n.º 1, a interrupção pode ser feita imediatamente, devendo, no entanto, ser depositado no local do contador documento justificativo da razão daquela interrupção de fornecimento.

5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, não podem ser realizadas interrupções do serviço em datas que não permitam, por motivo imputável à Entidade Gestora, que o utilizador regularize a situação no dia imediatamente seguinte, quando o restabelecimento dependa dessa regularização.

Artigo 22.º

Restabelecimento do fornecimento

1 — O restabelecimento do fornecimento de água por motivo imputável ao utilizador depende da correção da situação que lhe deu origem.

2 — No caso da mora no pagamento dos consumos, o restabelecimento depende da prévia liquidação de todos os montantes em dívida àquela data, ou da subscrição de um acordo de pagamento, incluindo o pagamento da tarifa de restabelecimento.

3 — O restabelecimento do fornecimento deve ser efetuado no prazo de 24 horas após a regularização da situação que originou a interrupção.

SECÇÃO II

Qualidade da água

Artigo 23.º

Qualidade da água

1 — A Entidade Gestora deve garantir:

- a) Que a água fornecida destinada ao consumo humano possui as características que a definem como água salubre, limpa e desejavelmente equilibrada, nos termos fixados na legislação em vigor;
- b) A monitorização periódica da qualidade da água no sistema de abastecimento, através de um plano de controlo operacional, além da verificação da conformidade, efetuada através do cumprimento do programa de controlo da qualidade da água aprovado pela autoridade competente;

c) A divulgação periódica, no mínimo trimestral, dos resultados obtidos da verificação da qualidade da água obtidos na implementação do programa de controlo da qualidade da água aprovado pela autoridade competente, nos termos fixados na legislação em vigor;

d) A disponibilização da informação relativa a cada zona de abastecimento, de acordo com o n.º 5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, quando solicitada;

e) A implementação de eventuais medidas determinadas pela autoridade de saúde e ou da autoridade competente, incluindo eventuais ações de comunicação ao consumidor, nos termos fixados na legislação em vigor;

f) Que o tipo de materiais especificados nos projetos das redes de distribuição pública, para as tubagens e acessórios em contacto com a água, tendo em conta a legislação em vigor, não provoquem alterações que impliquem a redução do nível de proteção da saúde humana.

2 — O utilizador do serviço de fornecimento de água deve garantir:

a) A instalação na rede predial dos materiais especificados no projeto, nos termos regulamentares em vigor;

b) As condições de bom funcionamento, de manutenção e de higienização dos dispositivos de utilização na rede predial, nomeadamente, tubagens, torneiras e reservatórios, devendo estes últimos ser sujeitos a pelo menos uma ação de limpeza e desinfecção anual;

c) A independência da rede predial alimentada pela rede pública de qualquer outro dispositivo alimentado por uma origem de água de captações particulares ou outra rede de água de qualidade inferior instalada no edifício, devendo eventuais sistemas de suprimento de reservatórios de água não potável ser concebidos e executados por forma a prevenir a contaminação da rede predial alimentada pela rede pública;

d) O acesso da Entidade Gestora às suas instalações para a realização de colheitas de amostras de água a analisar, bem como, para a inspeção das condições da rede predial no que diz respeito à ligação à rede pública, aos materiais utilizados e à manutenção e higienização das canalizações;

e) A implementação de eventuais medidas determinadas pela autoridade de saúde e ou da autoridade competente.

SECÇÃO III

Uso eficiente da água

Artigo 24.º

Objetivos e medidas gerais

A Entidade Gestora promove o uso eficiente da água de modo a minimizar os riscos de escassez hídrica e a melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, com especial cuidado nos períodos de seca, designadamente através de:

- a) Ações de sensibilização e informação;
- b) Iniciativas de formação, apoio técnico e divulgação de documentação técnica.

Artigo 25.º

Rede pública de distribuição de água

Ao nível da rede pública de distribuição de água, a Entidade Gestora promove medidas do uso eficiente da água, designadamente:

- a) Otimização de procedimentos e oportunidades para o uso eficiente da água;
- b) Redução de perdas nas redes públicas de distribuição de água;
- c) Otimização das pressões nas redes públicas de distribuição de água;
- d) Utilização de um sistema tarifário adequado, que incentive um uso eficiente da água.

Artigo 26.º

Rede de distribuição predial

Ao nível da rede de distribuição predial de água, os proprietários e os utilizadores promovem medidas do uso eficiente da água, designadamente:

- a) Eliminação das perdas nas redes de distribuição predial de água;
- b) Redução dos consumos através da adoção de dispositivos eficientes;
- c) Isolamento térmico das redes de distribuição de água quente;
- d) Reutilização ou uso de água de qualidade inferior, quando adequado, sem riscos para a saúde pública.

Artigo 27.º

Usos em instalações residenciais e coletivas

Ao nível dos usos em instalações residenciais e coletivas, os proprietários e os utilizadores promovem medidas do uso eficiente da água, designadamente:

- a) Uso adequado da água;
- b) Generalização do uso de dispositivos e equipamentos eficientes;
- c) Atuação na redução de perdas e desperdícios.

SECÇÃO IV

Sistema público de distribuição de água

Artigo 28.º

Instalação e conservação

1 — Compete à Entidade Gestora a instalação, a conservação, a reabilitação e a reparação da rede de distribuição pública de água, assim como a sua substituição e renovação.

2 — A instalação da rede pública no âmbito de novos loteamentos pode ficar a cargo do promotor, nos termos previstos nas normas legais relativas ao licenciamento urbanístico, devendo a respetiva conceção e dimensionamento, assim como a apresentação dos projetos e a execução das respetivas obras cumprir integralmente o estipulado na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, bem como as normas municipais aplicáveis e outras orientações da entidade gestora.

3 — Quando as reparações da rede de distribuição pública de água resultem de dano causados por terceiros à Entidade Gestora, os respetivos encargos são da responsabilidade dos mesmos.

SECÇÃO V

Ramais de ligação

Artigo 29.º

Instalação, conservação, renovação e substituição de ramais de ligação

1 — A instalação dos ramais de ligação é da responsabilidade da Entidade Gestora, a quem incumbe, de igual modo, a respetiva conservação, renovação e substituição, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — A instalação de ramais de ligação com distância superior a 20 m pode também ser executada pelos proprietários dos prédios a servir, mediante autorização da Entidade Gestora, nos termos por ela definidos e sob sua fiscalização.

3 — No âmbito de novos loteamentos a instalação dos ramais pode ficar a cargo do promotor, nos termos previstos nas normas legais relativas ao licenciamento urbanístico.

4 — Quando as reparações nos ramais de ligação resultem de danos causados por terceiros, os respetivos encargos são suportados por estes.

5 — A Entidade Gestora calculará os custos dos ramais de ligação, tendo em atenção as tabelas de prestação de serviços em vigor que englobarão os custos dos materiais, da mão-de-obra e máquinas a utilizar neste tipo de trabalhos e outros custos, designadamente de carácter administrativo.

6 — Em casos de comprovada debilidade económica dos proprietários ou usufrutuários, desde que pessoas singulares poderá ser autorizado, se nesse sentido for requerido, durante o prazo concedido para pagamento dos ramais, que este seja efetuado em prestações mensais, até vinte e quatro, mediante acréscimo de juros indexados à taxa de desconto do Banco de Portugal.

7 — Nos casos referidos no número anterior, a primeira prestação será paga no prazo de 15 dias a contar da notificação do deferimento e as seguintes dentro dos primeiros 15 dias de cada mês.

8 — A falta de pagamento das prestações fixadas no número anterior implica a obrigatoriedade do pagamento imediato das restantes prestações em dívida.

Artigo 30.º

Utilização de um ou mais ramais de ligação

Cada prédio é normalmente abastecido por um único ramal de ligação, podendo, em casos especiais, a definir pela Entidade Gestora, o abastecimento ser feito por mais do que um ramal de ligação.

Artigo 31.º

Válvula de corte para suspensão do abastecimento

1 — Cada ramal de ligação, ou sua ramificação, deverá ter, na via pública ou em zona confinante ao prédio, uma válvula de corte, de modelo apropriado, que permita a suspensão do abastecimento de água.

2 — As torneiras de corte só podem ser manobradas por pessoal da Entidade Gestora, dos Bombeiros e da Proteção Civil.

Artigo 32.º

Entrada em serviço

Nenhum ramal de ligação pode entrar em serviço sem que as redes de distribuição prediais do prédio tenham sido verificadas e ensaiadas, nos termos da legislação em vigor, exceto nas situações referidas no Artigo 50.º do presente Regulamento.

SECÇÃO VI

Sistemas de distribuição predial

Artigo 33.º

Caracterização da rede predial

1 — As redes de distribuição predial têm início na torneira de corte e prolongam-se até aos dispositivos de utilização.

2 — A instalação dos sistemas prediais e a respetiva conservação em boas condições de funcionamento e salubridade é da responsabilidade do proprietário.

3 — Excetuam-se do número anterior o contador de água, as válvulas a montante e a jusante e o filtro de proteção do contador (se aplicável) cuja responsabilidade de colocação e manutenção é da Entidade Gestora.

4 — A instalação de reservatórios prediais é autorizada pela entidade gestora quando o sistema público não ofereça garantias necessárias ao bom funcionamento do sistema predial em termos de caudal e pressão.

5 — A entidade gestora define os aspetos construtivos, de dimensionamento e de localização dos reservatórios prediais, de forma a assegurar adequadas condições de salubridade.

Artigo 34.º

Separação dos sistemas

Os sistemas prediais de distribuição de água devem ser independentes de qualquer outra forma de distribuição de água com origem diversa, designadamente poços ou furos privados que, quando existam, devem ser devidamente licenciados nos termos da legislação em vigor.

Artigo 35.º

Projeto da rede de distribuição predial

1 — É da responsabilidade do autor do projeto das redes de distribuição predial a recolha de elementos de base para a elaboração dos projetos, devendo a Entidade Gestora fornecer toda a informação relevante, designadamente a existência ou não de redes públicas, as pressões máxima e mínima na rede pública de água e a localização de válvula de corte, regra geral, junto ao limite da propriedade, nos termos da legislação em vigor.

2 — O projeto da rede de distribuição predial está sujeito a consulta da Entidade Gestora, para efeitos de parecer ou aprovação, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, apenas nas situações em que o mesmo não se faça acompanhar por um termo de responsabilidade subscrito por um técnico autor do projeto legalmente habilitado que ateste o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, seguindo o conteúdo previsto no n.º 4 do presente artigo e no Anexo I.

3 — O disposto no número anterior não prejudica a verificação aleatória dos projetos nele referidos.

4 — O termo de responsabilidade, cujo modelo consta do Anexo I ao presente regulamento, deve certificar, designadamente:

- a) A recolha dos elementos previstos no anterior n.º 1;
- b) Articulação com a Entidade Gestora em particular no que respeita à interface de ligação do sistema público e predial tendo em vista a sua viabilidade;
- c) Que o tipo de material utilizado na rede predial não provoca alterações da qualidade da água que implique uma redução do nível de proteção da saúde humana, nos termos da legislação em vigor.

5 — As alterações aos projetos de execução das redes prediais que previsivelmente causem impacto nas condições de fornecimento em vigor devem ser sujeitas a prévia concordância da Entidade Gestora, aplicando-se ainda o disposto nos n.ºs 2 a 4 do presente artigo.

6 — Sem prejuízo de outras disposições legais em vigor, o projeto para a execução de redes prediais de distribuição de água deverá ser apresentado em triplicado e compreenderá:

a) Memória Descritiva e Justificativa onde conste a tipologia, número de fogos e número de habitantes a servir, natureza de todos os materiais e acessórios, condições de assentamento das canalizações, descrição dos sistemas de distribuição a implementar, desde que o edifício se localize em zonas não servidas por sistemas públicos de distribuição de águas.

b) Dimensionamento dos sistemas e equipamentos, incluindo cálculo hidráulico com indicação dos caudais, diâmetros, pressões, velocidades, perdas de carga e outros elementos que se julguem necessários à sua interpretação, incluindo os ramais de ligação quando existentes.

c) Peças desenhadas:

i) Planta de Localização à escala 1:2.000 com implantação do prédio e rede pública informada pela EG, a pedido do interessado.

ii) Planta de Implantação à escala 1:500, nos casos em que as edificações não ocupem a totalidade dos prédios e a área sobrance seja constituída como logradouro, com traçado de rede de água, diâmetros nominais e órgãos acessórios, na parte exterior do edifício.

iii) Planta dos pisos onde estejam contidos os traçados da rede de água fria e quente, bem legível, com indicação dos diâmetros, válvulas e outras necessárias à boa execução do sistema.

iv) Localização das colunas de água, em zonas comuns do edifício e sempre que possível em coureiros próprias para o efeito.

v) Colocação dos contadores individualizados em cada fração, localizados nas zonas comuns dos edifícios, em nicho próprio que inclua duas válvulas de segurança.

vi) Planta que pormenorize a localização de reservatórios interiores e instalações elevatórias e sobrepessoras, bem como esquema de montagem e tipo de equipamento, quando necessários.

vii) Planta de traçado de água referente a piscinas com a localização da casa das máquinas, desenho do equipamento e respetivo contador.

viii) Planta de traçado de água referente à rede de rega com a localização dos setores, programadores e respetivo contador.

ix) Alçado ou corte do edifício com a localização do ramal de introdução coletivo, colunas de água, ramais de distribuição e diâmetros.

x) Planta das compartimentações sanitárias e cozinhas à escala 1:50, sempre que se mostre dificuldade na interpretação dos desenhos à escala 1:100.

xi) Outros pormenores necessários à boa interpretação do projeto.

Artigo 36.º

Execução, inspeção, ensaios das obras das redes de distribuição predial

1 — A execução das redes de distribuição predial é da responsabilidade dos proprietários, em harmonia com os projetos referidos no artigo anterior.

2 — A realização de vistoria pela Entidade Gestora, destinada a atestar a conformidade da execução dos projetos de redes de distribuição predial com o projeto aprovado ou apresentado, prévia à emissão da licença de utilização do imóvel, é dispensada mediante a emissão de termo de responsabilidade por técnico legalmente habilitado para esse efeito, de acordo com o respetivo regime legal, que ateste essa conformidade.

3 — O termo de responsabilidade a que se refere o número anterior certifica o cumprimento do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 4 do Artigo 35.º e segue os termos da minuta constante do Anexo II ao presente regulamento.

4 — O disposto nos números anteriores não prejudica a verificação aleatória da execução dos referidos projetos.

5 — Sempre que julgue conveniente a Entidade Gestora procede a ações de inspeção nas obras dos sistemas prediais, que podem incidir sobre o comportamento hidráulico do sistema, as caixas dos contadores para garantia do cumprimento do disposto no n.º 1 do Artigo 44.º, bem como a ligação do sistema predial ao sistema público.

6 — O técnico responsável pela obra deve informar a Entidade Gestora da data de realização dos ensaios de eficiência e das operações de desinfeção previstas na legislação em vigor, para que aquela os possa acompanhar.

7 — A Entidade Gestora notificará as desconformidades que verificar nas obras executadas à entidade titular do sistema público de água e ao técnico responsável pela obra, que deverão ser corrigidas, caso mereça concordância da primeira, num prazo fixado pela Entidade Gestora.

Artigo 37.º

Rotura nos sistemas prediais

1 — Logo que seja detetada uma rotura ou fuga de água em qualquer ponto da rede predial ou nos dispositivos de utilização, deve ser promovida a reparação pelos responsáveis pela sua conservação.

2 — Os utilizadores são responsáveis por todo o gasto de água nas redes de distribuição predial e seus dispositivos de utilização.

3 — No caso de comprovada rotura, o volume de água perdida e não recolhida pela rede de saneamento não é considerado para efeitos de faturação do serviço de saneamento e de gestão de resíduos urbanos, quando indexados ao consumo de água.

SECÇÃO VII

Serviço de incêndios

Artigo 38.º

Hidrantes

1 — Na rede de distribuição pública de água são previstos hidrantes de modo a garantir uma cobertura efetiva, de acordo com as necessidades do serviço de incêndios.

2 — A responsabilidade pela manutenção dos ramais de ligação dos hidrantes, ainda que instalados nas fachadas dos edifícios, é da Entidade Gestora.

3 — As bocas-de-incêndio instaladas nas fachadas dos edifícios devem ser progressivamente substituídas por marcos de água instalados na via pública e ligados diretamente à rede pública.

Artigo 39.º

Manobras de válvulas de corte e outros dispositivos

As válvulas de corte e dispositivos de tomada de água para serviço de incêndios só podem ser manobradas por pessoal da Entidade Gestora, dos bombeiros ou da Proteção Civil.

Artigo 40.º

Redes de incêndios particulares

1 — Nas instalações existentes no interior dos prédios destinadas exclusivamente ao serviço de proteção contra incêndios, a água consumida é objeto de medição ou estimativa para efeitos de avaliação do balanço hídrico dos sistemas.

2 — O fornecimento de água para essas instalações, a partir de um ramal de ligação de água, exclusivo ou não, para o efeito, é comandado por uma válvula de corte selada e localizada, de acordo com as instruções da Entidade Gestora.

Artigo 41.º

Utilização dos dispositivos de combate a incêndio instalados nas redes de distribuição predial

1 — Os dispositivos de combate a incêndio instalados nas redes de distribuição predial só podem ser utilizados em caso de incêndio, devendo a Entidade Gestora ser disso avisada pelos utilizadores finais nas 48 horas seguintes ao sinistro.

2 — Caso não seja dado cumprimento ao estabelecido no número anterior, a faturação da água consumida é associada ao contrato estabelecido para os usos do condomínio.

SECÇÃO VIII

Instrumentos de medição

Artigo 42.º

Medição por contadores

1 — Deve existir um contador destinado à medição do consumo de água em cada local de consumo, incluindo as partes comuns dos condomínios quando nelas existam dispositivos de utilização, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do Artigo 43.º

2 — A água fornecida através de fontanários ligados à rede pública de abastecimento de água é igualmente objeto de medição.

3 — Os contadores são da propriedade da Entidade Gestora, que é responsável pela respetiva instalação, manutenção e substituição.

4 — Os custos com a instalação, manutenção e substituição dos contadores não são objeto de faturação autónoma aos utilizadores.

Artigo 43.º

Tipo de contadores

1 — Os contadores a empregar na medição da água fornecida a cada prédio ou fração são do tipo autorizado por lei e obedecem às respetivas especificações regulamentares.

2 — O diâmetro nominal e ou a classe metrológica dos contadores são fixados pela Entidade Gestora, tendo em conta:

- a) O caudal de cálculo previsto na rede de distribuição predial;
- b) A pressão de serviço máxima admissível;
- c) A perda de carga.

3 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2, para utilizadores não-domésticos podem ser fixados pela Entidade Gestora diâmetros nominais de contadores tendo por base o perfil de consumo do utilizador.

4 — Em prédios em propriedade horizontal são instalados instrumentos de medição em número e com o diâmetro estritamente necessários aos consumos nas zonas comuns ou, em alternativa e por opção da Entidade Gestora, nomeadamente quando existir reservatório predial, podem ser instalados contadores totalizadores, sendo nesse caso aplicável o disposto no n.º 3 do Artigo 87.º

5 — Os contadores podem ter associados equipamentos e ou sistemas tecnológicos que permitam à Entidade Gestora a medição dos níveis de utilização por telecontagem.

6 — Nenhum contador pode ser instalado e mantido em serviço sem a verificação metrológica prevista na legislação em vigor.

Artigo 44.º

Localização e instalação das caixas dos contadores

1 — As caixas dos contadores são obrigatoriamente instaladas em locais de fácil acesso ao pessoal da Entidade Gestora, de modo a permitir um trabalho regular de substituição ou reparação no local e que a sua visita e leitura se possam fazer em boas condições, e de acordo com as dimensões e especificações por si veiculadas.

2 — Nos edifícios confinantes com a via ou espaço públicos, as caixas dos contadores devem localizar-se no seu interior, na zona de entrada ou em zonas comuns, consoante nele haja um ou mais utilizadores.

3 — Nos edifícios com logradouros privados, as caixas dos contadores devem localizar-se no logradouro, junto à zona de entrada contígua com a via pública e com possibilidade de leitura pelo exterior.

4 — Não pode ser imposta pela Entidade Gestora aos utilizadores a contratação dos seus serviços para a construção e a instalação de caixas ou nichos destinados à colocação de instrumentos de medição, sem prejuízo da possibilidade da Entidade Gestora fixar um prazo para a execução de tais obras.

Artigo 45.º

Verificação metrológica e substituição

1 — A Entidade Gestora procede à verificação periódica dos contadores nos termos da legislação em vigor.

2 — A Entidade Gestora procede, sempre que o julgar conveniente, à verificação extraordinária do contador.

3 — O utilizador pode solicitar a verificação extraordinária do contador em instalações de ensaio devidamente credenciadas, tendo direito a receber cópia do respetivo boletim de ensaio.

4 — A Entidade Gestora procede à substituição dos contadores no termo de vida útil destes ou sempre que tenha conhecimento de qualquer anomalia, por razões de exploração e controlo metrológico.

5 — No caso de ser necessária a substituição de contadores por motivos de anomalia, exploração e controlo metrológico, a Entidade Gestora deve avisar o utilizador da data e do período previsível para a intervenção que não ultrapasse as duas horas.

6 — Na data da substituição deve ser entregue ao utilizador um documento de onde constem as leituras dos valores registados pelo contador substituído e pelo contador que, a partir desse momento, passa a registar o consumo de água.

7 — A Entidade Gestora é responsável pelos custos incorridos com a substituição ou reparação dos contadores por anomalia não imputável ao utilizador.

Artigo 46.º

Responsabilidade pelo contador

1 — O contador fica à guarda e fiscalização imediata do utilizador, o qual deve comunicar à Entidade Gestora todas as anomalias que verificar, nomeadamente, não fornecimento de água, fornecimento sem contagem, contagem deficiente, rotura e deficiências na selagem, entre outros.

2 — Com exceção dos danos resultantes da normal utilização, o utilizador responde por todos os danos, deterioração ou perda do contador, salvo se provocados por causa que lhe não seja imputável e desde que dê conhecimento imediato à Entidade Gestora.

3 — Para além da responsabilidade criminal que daí resultar, o utilizador responde ainda pelos prejuízos causados em consequência do emprego de qualquer meio capaz de interferir com o funcionamento ou marcação do contador, salvo se provar que aqueles prejuízos não lhe são imputáveis.

Artigo 47.º

Leituras

1 — Os valores lidos são arredondados para o número inteiro seguinte ao volume efetivamente medido.

2 — As leituras dos contadores são efetuadas com uma frequência mínima de duas vezes por ano e com um distanciamento máximo entre duas leituras consecutivas de oito meses.

3 — O utilizador deve facultar o acesso da Entidade Gestora ao contador, com a periodicidade a que se refere o n.º 2, quando este se encontre localizado no interior do prédio servido.

4 — Sempre que, por indisponibilidade do utilizador, se revele por duas vezes impossível o acesso ao contador por parte da Entidade Gestora, esta avisa o utilizador, com uma antecedência mínima de dez dias, através de carta registada ou meio equivalente, da data e intervalo horário, com amplitude máxima de duas horas, de terceira deslocação a fazer para o efeito, assim como da cominação da suspensão do fornecimento no caso de não ser possível a leitura.

5 — A Entidade Gestora disponibiliza aos utilizadores meios alternativos para a comunicação de leituras, nomeadamente (Internet, serviços postais ou o telefone), as quais são consideradas para efeitos de faturação sempre que realizadas nas datas para o efeito indicadas nas faturas anteriores.

Artigo 48.º

Avaliação dos consumos

Nos períodos em que não haja leitura, o consumo é estimado:

- a) Em função do consumo médio apurado entre as duas últimas leituras reais efetuadas pela Entidade Gestora;
- b) Em função do consumo médio de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal verificado no ano anterior, na ausência de qualquer leitura subsequente à instalação do contador.

CAPÍTULO IV

Sistemas de saneamento de águas residuais urbanas

SECÇÃO I

Condições de recolha de águas residuais urbanas

Artigo 49.º

Obrigatoriedade de ligação à rede geral de saneamento

1 — Dentro da área abrangida pelas redes de distribuição de saneamento, os proprietários dos prédios existentes ou a construir são obrigados a:

- a) Instalar, por sua conta, a rede de drenagem predial;
- b) Solicitar a ligação à rede de geral de saneamento;
- c) Requerer a execução dos ramais de ligação.

2 — A obrigatoriedade de ligação à rede geral de saneamento abrange todas as edificações, qualquer que seja a sua utilização, sem prejuízo do disposto no Artigo 50.º

3 — Os usufrutuários, comodatários e arrendatários, mediante autorização dos proprietários, podem requerer a ligação dos prédios por eles habitados à rede pública.

4 — As notificações aos proprietários dos prédios para cumprimento das disposições dos números anteriores são efetuadas pela Entidade Gestora nos termos da lei, sendo-lhes fixado, para o efeito, um prazo de 30 dias.

5 — Após a entrada em funcionamento da ligação da rede predial à rede pública, os proprietários dos prédios que disponham de sistemas próprios de saneamento devem proceder à sua desativação no prazo máximo de 30 dias.

6 — Para efeitos do disposto no número anterior, as fossas devem ser desconectadas, totalmente esvaziadas, desinfetadas e aterradas.

7 — A Entidade Gestora comunica à autoridade ambiental competente as áreas servidas pela respetiva rede pública na sequência da sua entrada em funcionamento.

Artigo 50.º

Dispensa de ligação

1 — Estão isentos da obrigatoriedade de ligação ao sistema público de saneamento:

- a) Os edifícios que disponham de sistemas próprios de saneamento devidamente licenciados, nos termos da legislação aplicável, designadamente unidades industriais;
- b) Os edifícios cuja ligação se revele demasiado onerosa do ponto de vista técnico ou económico para o utilizador e que disponham de soluções individuais que assegurem adequadas condições de salvaguarda da saúde pública e proteção ambiental;
- c) Os edifícios ou fogos cujo mau estado de conservação ou ruína os torne inabitáveis e estejam de facto permanentemente desabitados;
- d) Os edifícios em vias de expropriação ou demolição.

2 — A isenção é requerida pelo interessado, podendo a Entidade Gestora solicitar documentos comprovativos da situação dos prédios a isentar.

Artigo 51.º

Exclusão da responsabilidade

A Entidade Gestora não é responsável por danos que possam sofrer os utilizadores, decorrentes de avarias e perturbações nas canalizações das redes gerais de saneamento, desde que resultantes de:

- a) Casos fortuitos ou de força maior;
- b) Execução, pela Entidade Gestora, de obras previamente programadas, desde que os utilizadores tenham sido expressamente avisados com uma antecedência mínima de 48 horas;
- c) Atos, dolosos ou negligentes praticados pelos utilizadores, assim como por defeitos ou avarias nas instalações prediais.

Artigo 52.º

Lançamentos e acessos interditos

1 — Sem prejuízo do disposto em legislação especial, é interdito o lançamento na rede pública de drenagem de águas residuais, qualquer que seja o seu tipo, diretamente ou por intermédio de canalizações prediais, de quaisquer matérias, substâncias ou efluentes que danifiquem ou obstruam a rede pública de drenagem e os processos de tratamento das águas residuais e os ecossistemas dos meios receptores, nomeadamente:

- a) Matérias explosivas ou inflamáveis;
- b) Matérias radioativas, em concentrações consideradas inaceitáveis pelas entidades competentes e efluentes que, pela sua natureza química ou microbiológica, constituam um elevado risco para a saúde pública ou para a conservação das redes;
- c) Entulhos, areias, lamas, cinzas, cimento, resíduos de cimento ou qualquer outro produto resultante da execução de obras;
- d) Lamas extraídas de fossas sépticas e gorduras ou óleos de câmaras retentoras ou dispositivos similares, que resultem de operações de manutenção;
- e) Quaisquer outras substâncias que, de uma maneira geral, possam obstruir e ou danificar as canalizações e seus acessórios ou causar danos nas instalações de tratamento e que prejudiquem ou destruam o processo de tratamento final.

2 — Só a Entidade Gestora pode aceder às redes de drenagem, sendo proibido a pessoas estranhas a esta proceder:

- a) À abertura de caixas de visita ou outros órgãos da rede;
- b) Ao tamponamento de ramais e coletores;
- c) À extração dos efluentes.

Artigo 53.º

Descargas de águas residuais industriais

1 — Os utilizadores que procedam a descargas de águas residuais industriais no sistema público devem respeitar os parâmetros de descarga definidos na legislação em vigor e os valores definidos no Anexo III.

2 — Previamente à ligação dos estabelecimentos industriais aos sistemas públicos de drenagem, os utilizadores deverão preencher o requerimento constante do Anexo IV;

3 — Os utilizadores industriais devem tomar as medidas preventivas necessárias, designadamente a construção de bacias de retenção ou reservatórios de emergência, para que não ocorram descargas

acidentais que possam infringir os condicionamentos a que se refere o número anterior.

4 — No contrato de recolha são definidas as condições em que os utilizadores devem proceder ao controlo das descargas, por forma a evidenciar o cumprimento do disposto no n.º 1.

5 — Com o contrato de recolha é emitido pela Entidade Gestora um Termo de Autorização de Ligação dos Estabelecimentos Industriais aos Sistemas Públicos de Drenagem.

6 — Sempre que entenda necessário, a Entidade Gestora pode proceder, direta ou indiretamente, à colheita de amostras para análise e aferição dos resultados obtidos pelo utilizador.

7 — A Entidade Gestora pode exigir o pré-tratamento das águas residuais industriais pelos respetivos utilizadores, por forma a cumprirem os parâmetros de descarga referidos no n.º 1.

8 — A Entidade Gestora pode exigir o pré-tratamento das águas residuais provenientes dos estabelecimentos de restauração e bebidas, por forma a cumprirem os parâmetros de descarga referidos no n.º 1, nomeadamente óleos e gorduras.

Artigo 54.º

Interrupção ou restrição na recolha de águas residuais urbanas por razões de exploração

1 — A Entidade Gestora pode interromper a recolha de águas residuais urbanas nos seguintes casos:

- a) Trabalhos de reparação, reabilitação ou substituição de ramais de ligação, quando não seja possível recorrer a ligações temporárias;
- b) Trabalhos de reparação, reabilitação ou substituição do sistema público ou dos sistemas prediais, sempre que exijam essa suspensão;
- c) Casos fortuitos ou de força maior.

2 — A Entidade Gestora deve comunicar aos utilizadores, com a antecedência mínima de 48 horas, qualquer interrupção programada no serviço de recolha de águas residuais urbanas.

3 — Quando ocorrer qualquer interrupção não programada na recolha de águas residuais urbanas aos utilizadores, a Entidade Gestora deve informar os utilizadores que o solicitem da duração estimada da interrupção, sem prejuízo da disponibilização desta informação no respetivo sítio da Internet e da utilização de meios de comunicação social, e, no caso de utilizadores especiais, tais como hospitais, adota medidas específicas no sentido de mitigar o impacto dessa interrupção.

4 — Em qualquer caso, a Entidade Gestora deve mobilizar todos os meios adequados à reposição do serviço no menor período de tempo possível e tomar as medidas que estiverem ao seu alcance para minimizar os inconvenientes e os incómodos causados aos utilizadores dos serviços.

Artigo 55.º

Interrupção da recolha de águas residuais urbanas por facto imputável ao utilizador

1 — A Entidade Gestora pode interromper a recolha de águas residuais urbanas, por motivos imputáveis ao utilizador, nas seguintes situações:

- a) Quando o utilizador não seja o titular do contrato de recolha de águas residuais urbanas/fornecimento de água e não apresente evidências de estar autorizado pelo mesmo a utilizar o serviço e não seja possível a interrupção do serviço de abastecimento de água;
- b) Quando não seja possível o acesso ao sistema predial para inspeção ou, tendo sido realizada inspeção e determinada a necessidade de realização de reparações, em auto de vistoria, aquelas não sejam efetuadas dentro do prazo fixado, em ambos os casos desde que haja perigo de contaminação, poluição ou suspeita de fraude que justifiquem a suspensão;
- c) Quando forem detetadas ligações clandestinas ao sistema público, uma vez decorrido prazo razoável definido pela Entidade Gestora para regularização da situação;
- d) Quando forem detetadas ligações indevidas ao sistema predial de recolha de águas residuais domésticas, nomeadamente pluviais, uma vez decorrido prazo razoável definido pela Entidade Gestora para a regularização da situação;
- e) Quando forem detetadas descargas com características de qualidade em violação dos parâmetros legais e regulamentares aplicáveis, uma vez decorrido um prazo razoável definido pela Entidade Gestora para a regularização da situação;
- f) Mora do utilizador no pagamento da utilização do serviço, quando não seja possível a interrupção do serviço de abastecimento de água;
- g) Em outros casos previstos na lei.

2 — A interrupção da recolha de águas residuais urbanas, com fundamento em causas imputáveis ao utilizador, não priva a Entidade Gestora

de recorrer às entidades judiciais ou administrativas para garantir o exercício dos seus direitos ou para assegurar o recebimento das importâncias devidas e ainda, de impor as coimas que ao caso couberem.

3 — A interrupção da recolha de água residuais, com base no n.º 1, só pode ocorrer após a notificação ao utilizador, por escrito, com a antecedência mínima de dez dias úteis relativamente à data que venha a ter lugar e deve ter em conta os impactos previsíveis na saúde pública e na proteção ambiental.

4 — Não devem ser realizadas interrupções do serviço em datas que não permitam, por motivo imputável à Entidade Gestora, que o utilizador regularize a situação no dia imediatamente seguinte, quando o restabelecimento dependa dessa regularização.

Artigo 56.º

Restabelecimento da recolha

1 — O restabelecimento do serviço de águas residuais urbanas, por motivo imputável ao utilizador, depende da correção da situação que lhe deu origem.

2 — No caso da mora no pagamento, o restabelecimento depende da prévia liquidação de todos os montantes em dívida, ou da subscrição de um acordo de pagamento, incluindo o pagamento da tarifa de restabelecimento.

3 — O restabelecimento do serviço deve ser efetuado no prazo de 24 horas após a regularização da situação que originou a interrupção.

SECÇÃO II

Sistema público de drenagem de águas residuais urbanas

Artigo 57.º

Instalação e conservação

1 — Compete à Entidade Gestora a instalação, a conservação, a reabilitação e a reparação da rede geral de drenagem de águas residuais urbanas, assim como a sua substituição e renovação.

2 — A instalação da rede pública de drenagem de águas residuais no âmbito de novos loteamentos, pode ficar a cargo do promotor, nos termos previstos nas normas legais relativas ao licenciamento urbanístico, devendo a respetiva conceção e dimensionamento, assim como a apresentação dos projetos e a execução das respetivas obras cumprir integralmente o estipulado na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto-Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, bem como as normas municipais aplicáveis e outras orientações da entidade gestora.

3 — Quando as reparações da rede geral de drenagem de águas residuais urbanas resultem de dano causados por terceiros, os respetivos encargos são da responsabilidade dos mesmos.

Artigo 58.º

Modelo de sistemas

1 — O sistema público de drenagem devem ser tendencialmente do tipo separativo, constituídos por duas redes de coletores distintas, uma destinada às águas residuais domésticas e industriais e outra à drenagem de águas pluviais.

2 — O sistema público de drenagem de águas residuais urbanas não inclui linhas de água ou valas, nem a drenagem das vias de comunicação.

SECÇÃO III

Redes pluviais

Artigo 59.º

Gestão dos sistemas de drenagem de águas pluviais

1 — Na conceção dos sistemas de drenagem de águas pluviais, devem ser atendidas as seguintes regras de dimensionamento:

a) Inclusão de toda a água pluvial produzida nas zonas adjacentes pertencentes à bacia;

b) Adoção de soluções que contribuam, por armazenamento, para reduzir os caudais de ponta.

2 — A descarga dos sistemas pluviais deve ser feita nas linhas de água da bacia onde se insere, sendo necessário assegurar a compatibilidade com as características das linhas de água receptoras e ficando

condicionada aquela ligação à execução de eventuais obras, em função dos estrangulamentos existentes.

3 — Na conceção de sistemas prediais de drenagem de águas pluviais, a ligação à rede pública pode ser feita diretamente para a caixa de visita de ramal, situada no passeio, ou para a valeta do arruamento.

4 — Em rede geral a gestão do sistema de águas pluviais cabe ao Município.

SECÇÃO IV

Ramais de ligação

Artigo 60.º

Instalação, conservação, renovação e substituição de ramais de ligação

1 — A instalação dos ramais de ligação é da responsabilidade da Entidade Gestora, a quem incumbe, de igual modo, a respetiva conservação, renovação e substituição, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — A instalação de ramais de ligação com distância superior a 20 m pode também ser executada pelos proprietários dos prédios a servir, mediante autorização da Entidade Gestora, nos termos por ela definidos e sob sua fiscalização.

3 — No âmbito de novos loteamentos a instalação dos ramais pode ficar a cargo do promotor, nos termos previstos nas normas legais relativas ao licenciamento urbanístico.

4 — Quando as reparações na rede geral ou nos ramais de ligação resultem de danos causados por terceiros, os respetivos encargos são suportados por estes.

5 — A Entidade Gestora calculará os custos dos ramais de ligação, tendo em atenção as tabelas de prestação de serviços em vigor que englobarão os custos dos materiais, da mão-de-obra e máquinas a utilizar neste tipo de trabalhos e outros custos, designadamente de carácter administrativo.

6 — Em casos de comprovada debilidade económica dos proprietários ou usufrutuários, desde que pessoas singulares poderá ser autorizado, se nesse sentido for requerido, durante o prazo concedido para pagamento dos ramais, que este seja efetuado em prestações mensais, até vinte e quatro, mediante acréscimo de juros indexados à taxa de desconto do Banco de Portugal.

7 — Nos casos referidos no número anterior, a primeira prestação será paga no prazo de 15 dias a contar da notificação do deferimento e as seguintes dentro dos primeiros 15 dias de cada mês.

8 — A falta de pagamento das prestações fixadas no número anterior implica a obrigatoriedade do pagamento imediato das restantes prestações em dívida.

Artigo 61.º

Utilização de um ou mais ramais de ligação

Cada prédio é normalmente servido por um único ramal de ligação, podendo, em casos especiais, a definir pela Entidade Gestora, ser feito por mais do que um ramal de ligação.

Artigo 62.º

Entrada em serviço

Nenhum ramal de ligação pode entrar em serviço sem que as redes de drenagem prediais do prédio tenham sido verificadas e ensaiadas, nos termos da legislação em vigor, exceto nas situações referidas no Artigo 76.º do presente Regulamento.

SECÇÃO V

Sistemas de drenagem predial

Artigo 63.º

Caraterização da rede predial

1 — As redes de drenagem predial têm início no limite da propriedade e prolongam-se até aos dispositivos de utilização.

2 — A instalação dos sistemas prediais e a respetiva conservação em boas condições de funcionamento e salubridade é da responsabilidade do proprietário.

Artigo 64.º

Separação dos sistemas

É obrigatória a separação dos sistemas prediais de drenagem de águas residuais domésticas, dos sistemas de águas pluviais.

Artigo 65.º

Projeto da rede de drenagem predial

1 — É da responsabilidade do autor do projeto das redes de drenagem predial a recolha de elementos de base para a elaboração dos projetos, devendo a Entidade Gestora fornecer toda a informação de interesse, designadamente a existência ou não de redes públicas, a localização e a profundidade da soleira da câmara de ramal de ligação, nos termos da legislação em vigor.

2 — O projeto da rede de drenagem predial está sujeito a parecer da Entidade Gestora, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual, apenas nas situações em que o mesmo não se faça acompanhar por um termo de responsabilidade subscrito por um técnico autor do projeto legalmente habilitado que ateste o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, seguindo o conteúdo previsto no n.º 4 do presente artigo e no Anexo I.

3 — O disposto no número anterior não prejudica a verificação aleatória dos projetos nele referidos.

4 — O termo de responsabilidade, cujo modelo consta do Anexo I ao presente Regulamento, deve certificar, designadamente:

- a) A recolha dos elementos previstos no anterior n.º 1;
- b) Articulação com a Entidade Gestora em particular no que respeita à interface de ligação do sistema público e predial tendo em vista a sua viabilidade.

5 — As alterações aos projetos das redes prediais que previsivelmente causem impacto nas condições de recolha em vigor devem ser efetuadas com a prévia concordância da Entidade Gestora, aplicando-se ainda o disposto nos números 2 a 4 do presente artigo.

6 — Sem prejuízo de outras disposições legais em vigor, o projeto para a execução de redes prediais de drenagem de águas residuais urbanas deverá ser apresentado em triplicado e compreenderá:

a) Memória descritiva e justificativa complementar onde conste a tipologia, número de fogos e número de habitantes a servir, natureza de todos os materiais e acessórios, condições de assentamento das canalizações, descrição dos sistemas de pré-tratamento quando necessários, ou sistema de evacuação dos esgotos e respetivos órgãos complementares, em zonas não servidas em zonas não servidas por sistemas públicos de drenagem de águas residuais urbanas.

b) Dimensionamento dos sistemas e equipamentos, incluindo cálculo hidráulico com indicação dos caudais, diâmetros, inclinações e outros elementos que se julguem necessários à sua interpretação, incluindo os ramais de ligação quando existentes.

c) Peças desenhadas:

i) Planta de Localização à escala 1:2.000 com implantação do prédio e rede de drenagem de águas residuais informada pela Entidade Gestora, a pedido do interessado.

ii) Planta de Implantação à escala 1:500, nos casos em que as edificações não ocupem a totalidade dos prédios e a área sobrance seja constituída como logradouro, com traçado de rede de águas residuais, diâmetros nominais inclinações e órgãos acessórios, na parte exterior do edifício.

iii) Planta dos pisos onde estejam contidos os traçados da rede de drenagem, bem legível, com indicação dos diâmetros e localização das caixas de visita, sífoes, bocas de limpeza e outras necessárias à boa execução do sistema.

iv) Planta de cobertura com indicação da drenagem pluvial e localização das tubagens de ventilação dos tubos de queda de águas residuais e seus diâmetros.

v) Cortes onde se prove que é possível ligação à rede pública.

vi) Planta das compartimentações sanitárias e cozinhas à escala 1:50, sempre que se mostre dificuldade na interpretação dos desenhos à escala 1:100.

vii) Planta de implantação à escala 1:200 (no mínimo) dos órgãos de pré-tratamento, nos casos em que os mesmos sejam exigíveis.

viii) Pormenores construtivos do sistema de evacuação dos esgotos e dos respetivos órgãos complementares de tratamento e destino final.

d) Outros pormenores necessários à boa interpretação do projeto.

Artigo 66.º

Execução, inspeção, ensaios das obras das redes de drenagem predial

1 — A execução das redes de drenagem predial é da responsabilidade dos proprietários, em harmonia com os projetos referidos no artigo anterior.

2 — A realização de vistoria pela Entidade Gestora, para atestar a conformidade da execução dos projetos de redes de drenagem predial com o projeto aprovado ou apresentado, prévia à emissão da licença de utilização do imóvel, é dispensada mediante a emissão de termo de responsabilidade por técnico legalmente habilitado para esse efeito, de acordo com o respetivo regime legal, que ateste essa conformidade.

3 — O termo de responsabilidade a que se refere o número anterior certifica o cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo anterior e segue os termos da minuta constante do Anexo II ao presente Regulamento.

4 — O disposto nos números anteriores não prejudica a verificação aleatória da execução dos referidos projetos.

5 — Sempre que julgue conveniente a Entidade Gestora procede a ações de inspeção nas obras dos sistemas prediais, que podem incidir sobre o comportamento hidráulico do sistema e a ligação do sistema predial ao sistema público.

6 — O técnico responsável pela obra deve informar a Entidade Gestora da data de realização dos ensaios de eficiência e das operações de desinfeção previstas na legislação em vigor, para que aquela os possa acompanhar.

7 — A Entidade Gestora notificará as desconformidades que verificar nas obras executadas à entidade titular do sistema público de recolha de águas residuais urbanas e ao técnico responsável pela obra, que deverão ser corrigidas, caso mereça concordância da primeira, num prazo fixado pela Entidade Gestora.

Artigo 67.º

Anomalia no sistema predial

Logo que seja detetada uma anomalia em qualquer ponto da rede predial ou nos dispositivos de drenagem de águas residuais, deve ser promovida a reparação pelos responsáveis pela sua conservação.

SECÇÃO VI

Fossas séticas

Artigo 68.º

Conceção, dimensionamento e construção de fossas séticas

1 — As fossas séticas devem ser reservatórios estanques, concebidos, dimensionados e construídos de acordo com critérios adequados, tendo em conta o número de habitantes a servir, e respeitando nomeadamente os seguintes aspetos:

a) Podem ser construídas no local ou pré-fabricadas, com elevada integridade estrutural e completa estanquidade de modo a garantirem a proteção da saúde pública e ambiental;

b) Devem ser compartimentadas, por forma a minimizar perturbações no compartimento de saída, resultantes da libertação de gases e de turbulência provocada pelos caudais afluentes (a separação entre compartimentos é normalmente realizada através de parede provida de aberturas laterais interrompida na parte superior para facilitar a ventilação);

c) Devem permitir o acesso seguro a todos os compartimentos para inspeção e limpeza;

d) Devem ser equipadas com defletores à entrada, para limitar a turbulência causada pelo caudal de entrada e não perturbar a sedimentação das lamas, bem como à saída, para reduzir a possibilidade de ressuspensão de sólidos e evitar a saída de materiais flutuantes.

2 — O efluente líquido à saída das fossas séticas deve ser sujeito a um tratamento complementar adequadamente dimensionado, e a seleção da solução a adotar deve ser precedida da análise das características do solo, através de ensaios de percolação, para avaliar a sua capacidade de infiltração, bem como da análise das condições de topografia do terreno de implantação.

3 — Em solos com boas condições de permeabilidade, deve, em geral, utilizar-se uma das seguintes soluções: poço de infiltração, trincheira de infiltração ou leito de infiltração.

4 — No caso de solos com más condições de permeabilidade, deve, em geral, utilizar-se uma das seguintes soluções: aterro filtrante, trincheira filtrante, filtro de areia, plataforma de evapotranspiração ou lagoa de macrófitas.

5 — O utilizador deve requerer à autoridade ambiental competente a licença para a descarga de águas residuais, nos termos da legislação aplicável para a utilização do domínio hídrico.

6 — A apresentação dos projetos e a execução das respetivas obras devem cumprir o estipulado na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

Artigo 69.º

Manutenção, recolha, transporte e destino final de lamas de fossas sépticas

1 — A responsabilidade pela manutenção das fossas sépticas é dos seus utilizadores, de acordo com procedimentos adequados, tendo nomeadamente em conta a necessidade de recolha periódica e de destino final das lamas produzidas.

2 — As lamas e efluentes devem ser removidas sempre que o seu nível distar menos de 30 cm da parte inferior do septo junto da saída da fossa.

3 — A titularidade dos serviços de recolha, transporte e destino final de lamas de fossas sépticas é municipal, cabendo a responsabilidade pela sua provisão à Entidade Gestora.

4 — A Entidade Gestora pode assegurar a prestação deste serviço através da combinação que considere adequada de meios humanos e técnicos próprios e ou subcontratados.

5 — O serviço de limpeza é executado no prazo máximo de 3 dias após a sua solicitação pelo utilizador.

6 — É interdito o lançamento das lamas de fossas sépticas diretamente no meio ambiente e nas redes de drenagem pública de águas residuais urbanas.

7 — As lamas recolhidas devem ser entregues para tratamento numa estação de tratamento de águas residuais equipada para o efeito.

SECÇÃO VII

Instrumentos de medição

Artigo 70.º

Medidores de caudal

1 — A pedido do utilizador não-doméstico ou por iniciativa da Entidade Gestora pode ser instalado um medidor de caudal, desde que isso se revele técnica e economicamente viável.

2 — Os medidores de caudal são fornecidos e instalados pela Entidade Gestora, a expensas do utilizador não-doméstico.

3 — A instalação dos medidores pode ser efetuada pelo utilizador não-doméstico desde que devidamente autorizada pela entidade gestora.

4 — Os medidores de caudal são instalados em recintos vedados e de fácil acesso, ficando os proprietários responsáveis pela sua proteção e respetiva segurança.

5 — Quando não exista medidor o volume de águas residuais recolhidas é estimado e faturado nos termos previstos do Artigo 87.º do presente Regulamento.

Artigo 71.º

Localização e tipo de medidores

1 — A Entidade Gestora define a localização e o tipo de medidor, tendo em conta:

- a) O caudal de cálculo previsto na rede de drenagem predial;
- b) As características físicas e químicas das águas residuais.

2 — Os medidores podem ter associados equipamentos e ou sistemas tecnológicos que permitam à Entidade Gestora a medição dos níveis de utilização por telecontagem.

Artigo 72.º

Manutenção e verificação

1 — As regras relativas à manutenção, à verificação periódica e extraordinária dos medidores, bem como à respetiva substituição são definidas com o utilizador não-doméstico no respetivo contrato de recolha.

2 — O medidor fica à guarda e fiscalização imediata do utilizador, o qual deve comunicar à Entidade Gestora todas as anomalias que verificar no respetivo funcionamento.

3 — No caso de ser necessária a substituição de medidores por motivos de anomalia, exploração ou controlo metrológico, a Entidade Gestora avisa o utilizador da data e do período previsível para a deslocação.

4 — Na data da substituição é entregue ao utilizador um documento de onde constem as leituras dos valores registados pelo medidor substituído e pelo medidor que, a partir desse momento, passa a registar o volume de águas residuais recolhido.

Artigo 73.º

Leituras

1 — Os valores lidos devem ser arredondados para o número inteiro seguinte ao volume efetivamente medido.

2 — As leituras dos medidores são efetuadas com uma frequência mínima de duas vezes por ano e com um distanciamento máximo entre duas leituras consecutivas de oito meses.

3 — O utilizador deve facultar o acesso da Entidade Gestora ao medidor, com a periodicidade a que se refere o n.º 2, quando este se encontre localizado no interior do prédio servido.

4 — Sempre que, por indisponibilidade do utilizador, se revele por duas vezes impossível o acesso ao medidor por parte da Entidade Gestora, esta avisa o utilizador, com uma antecedência mínima de dez dias através de carta registada ou meio equivalente, da data e intervalo horário, com amplitude máxima de duas horas, de terceira deslocação a fazer para o efeito, assim como da cominação da suspensão do serviço de abastecimento de água, ou da aplicação de uma sanção pecuniária diária até que seja possível a leitura, no valor fixado no respetivo contrato.

5 — A Entidade Gestora disponibiliza aos utilizadores meios alternativos para a comunicação de leituras, nomeadamente Internet, serviços postais ou o telefone, as quais são consideradas para efeitos de faturação sempre que realizadas nas datas para o efeito indicadas nas faturas anteriores.

Artigo 74.º

Avaliação de volumes recolhidos

Nos locais em que exista medidor e nos períodos em que não haja leitura, o volume de águas residuais recolhido é estimado:

a) Em função do volume médio de águas residuais recolhido, apurado entre as duas últimas leituras reais efetuadas pela Entidade Gestora;

b) Em função do volume médio de águas residuais recolhido de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal verificado no ano anterior, na ausência de qualquer leitura subsequente à instalação do medidor.

CAPÍTULO V

Contratos de fornecimento de água recolha de águas residuais urbanas

Artigo 75.º

Contrato

1 — A prestação do serviço público de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas é objeto de contrato celebrado entre a Entidade Gestora e os utilizadores que disponham de título válido para a ocupação do imóvel.

2 — Quando o serviço de saneamento de águas residuais urbanas seja disponibilizado simultaneamente com o serviço de abastecimento de água o contrato é único e engloba os dois serviços.

3 — O contrato é elaborado em impresso de modelo próprio da Entidade Gestora e instruído em conformidade com as disposições legais em vigor à data da sua celebração, no que respeita, nomeadamente, aos direitos dos utilizadores e à inscrição de cláusulas gerais contratuais.

4 — No momento da celebração do contrato deve ser entregue ao utilizador a respetiva cópia.

5 — Nas situações não abrangidas pelo n.º 2, o serviço de saneamento considera-se contratado desde que haja efetiva utilização do serviço e a Entidade Gestora remeta por escrito aos utilizadores as condições contratuais da respetiva prestação.

6 — Sempre que haja alteração do utilizador efetivo de abastecimento de água e do serviço de saneamento de águas residuais, o novo utilizador, que disponha de título válido para ocupação do local de consumo, deve informar a Entidade Gestora de tal facto, salvo se o titular do contrato autorizar expressamente tal situação.

7 — Se o último titular ativo do contrato e o requerente de novo contrato coincidirem na mesma pessoa, aplica-se o regime da suspensão e reinício do contrato a pedido do utilizador previsto no Artigo 79.º

8 — Não pode ser recusada a celebração de contrato de recolha com base na existência de dívidas emergentes de:

a) Contrato distinto com outro utilizador que tenha anteriormente ocupado o mesmo imóvel, salvo quando seja manifesto que a alteração do titular do contrato visa o não pagamento do débito;

b) Contrato com o mesmo utilizador referente a imóvel distinto.

Artigo 76.º

Contratos especiais

1 — São objeto de contratos especiais os serviços de fornecimento de água e recolha de águas residuais urbanas que, devido ao seu elevado impacto nas redes de distribuição e no sistema público de drenagem e tratamento de águas residuais, devam ter um tratamento específico,

designadamente, hospitais, escolas, quartéis, complexos industriais e comerciais e grandes conjuntos imobiliários.

2 — Podem ainda ser definidas condições especiais para os fornecimentos temporários ou sazonais de água e as recolhas temporárias de águas residuais nas seguintes situações:

- a) Obras e estaleiro de obras;
- b) Zonas destinadas à concentração temporária de população, tais como comunidades nómadas e atividades com caráter temporário, tais como feiras, festivais e exposições.

3 — A Entidade Gestora admite a contratação do serviço em situações especiais, como as a seguir enunciadas, e de forma temporária:

- a) Litígios entre os titulares de direito à celebração do contrato, desde que, por fundadas razões sociais, mereça tutela a posição do possuidor;
- b) Na fase prévia à obtenção de documentos administrativos necessários à celebração do contrato.

4 — Na definição das condições especiais deve ser acautelado tanto o interesse da generalidade dos utilizadores como o justo equilíbrio da exploração do sistema abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a nível de qualidade e quantidade.

5 — Quando as águas residuais não domésticas a recolher possuam características agressivas ou perturbadoras dos sistemas públicos, os contratos de recolha devem incluir a exigência de pré-tratamento dos efluentes antes da sua ligação ao sistema público, de forma a garantir o respeito pelas condições de descarga, nos termos previstos no Artigo 53.º

Artigo 77.º

Domicílio convencionado

1 — O utilizador considera-se domiciliado na morada por si fornecida no contrato para efeito de receção de toda a correspondência relativa à prestação do serviço.

2 — Qualquer alteração do domicílio convencionado tem de ser comunicada pelo utilizador à Entidade Gestora, produzindo efeitos no prazo de 30 dias após aquela comunicação.

Artigo 78.º

Vigência dos contratos

1 — O contrato de recolha de águas residuais urbanas, quando conjunto com o contrato de serviço de abastecimento de água, produz os seus efeitos a partir da data do início do fornecimento de água.

2 — Nos contratos autónomos para a prestação do serviço de recolha de água residuais, considera-se o contrato produz os seus efeitos:

- a) Se o serviço for prestado por redes fixas, a partir da data de conclusão do ramal, salvo se o imóvel se encontrar comprovadamente desocupado;
- b) Se o serviço for prestado por meios móveis, a partir da data da outorga do contrato.

3 — A cessação do contrato de fornecimento de água e de recolha de águas residuais urbanas ocorre por denúncia, nos termos do Artigo 80.º, ou caducidade, nos termos do Artigo 81.º

4 — Os contratos de fornecimento de água e de recolha de águas residuais referidos na alínea a) n.º 2 do Artigo 76.º são celebrados com o construtor ou com o dono da obra a título precário e caducam com a verificação do termo do prazo, ou suas prorrogações, fixado no respetivo alvará de licença ou autorização.

Artigo 79.º

Suspensão e reinício do contrato

1 — Os utilizadores podem solicitar, por escrito, e com uma antecedência mínima de 10 dias úteis, a suspensão do contrato de serviços de abastecimento de água e de recolha de águas residuais urbanas, por motivo de desocupação temporária do imóvel.

2 — Quando o utilizador disponha simultaneamente do serviço de saneamento de águas residuais urbanas e do serviço de abastecimento de água, o contrato suspende-se quando seja solicitada a interrupção do serviço de abastecimento de água e é retomado na mesma data que este.

3 — O contrato pode ser suspenso mediante prova da desocupação temporária do imóvel e depende do pagamento da respetiva tarifa.

4 — A suspensão do contrato implica o acerto da faturação emitida até à data da suspensão e a cessação da faturação e cobrança das ta-

rifas mensais associadas à normal prestação do serviço, até que seja retomado o contrato.

5 — Nas situações em que o serviço contratado abrange apenas a recolha de águas residuais, o serviço é retomado no prazo máximo de 5 dias contados da apresentação do pedido pelo utilizador nesse sentido, sendo aplicável a tarifa de reinício de serviço, prevista no tarifário em vigor, incluída na primeira fatura subsequente.

Artigo 80.º

Denúncia

1 — Os utilizadores podem denunciar a todo o tempo os contratos que tenham celebrado por motivo de desocupação do local de consumo, desde que o comuniquem por escrito à Entidade Gestora e facultem nova morada para o envio da última fatura.

2 — Nos 15 dias subsequentes à comunicação referenciada no número anterior, os utilizadores devem facultar a leitura do contador instalado, nos casos em que exista, produzindo a denúncia efeitos a partir dessa data.

3 — Não sendo possível a leitura mencionada no número anterior por motivo imputável ao utilizador, este continua responsável pelos encargos entretanto decorrentes.

4 — A Entidade Gestora denuncia o contrato caso, na sequência da interrupção do serviço por mora no pagamento, o utilizador não proceda ao pagamento em dívida com vista ao restabelecimento do serviço no prazo de dois meses.

Artigo 81.º

Caducidade

1 — Nos contratos celebrados com base em títulos sujeitos a termo, a caducidade opera no termo do prazo respetivo.

2 — Os contratos referidos no n.º 5 do Artigo 76.º podem não caducar no termo do respetivo prazo, desde que o utilizador prove que se mantêm os pressupostos que levaram à sua celebração.

3 — A caducidade tem como consequência a retirada imediata dos respetivos contadores e o corte do abastecimento de água e medidores de caudal, caso existam.

Artigo 82.º

Caução

1 — A Entidade Gestora pode exigir a prestação de uma caução para garantia do pagamento do consumo de água nas seguintes situações:

a) No momento da celebração do contrato de fornecimento de água, desde que o utilizador não seja considerado como consumidor na aceção da alínea n) do Artigo 6.º

b) No momento do restabelecimento de fornecimento, na sequência de interrupção decorrente de mora no pagamento e, no caso de consumidores, desde que estes não optem pela transferência bancária como forma de pagamento dos serviços.

2 — A caução referida no número anterior é prestada por depósito em dinheiro, cheque ou transferência eletrónica ou através de garantia bancária ou seguro-caução, e o seu valor é calculado da seguinte forma:

a) É igual a quatro vezes o encargo com o consumo médio mensal dos últimos 12 meses, nos termos fixados pelo Despacho n.º 4186/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de fevereiro de 2000;

3 — Para as instituições de fins não lucrativos, desde que registadas nas suas próprias designações e sejam titulares da instalação, o valor da caução é calculado como se de uso doméstico se tratasse.

4 — O utilizador que preste caução tem direito ao respetivo recibo.

Artigo 83.º

Restituição da caução

1 — Findo o contrato a caução prestada é restituída ao utilizador, nos termos da legislação vigente, deduzida dos montantes eventualmente em dívida.

2 — Sempre que o consumidor, que tenha prestado caução nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo anterior, opte posteriormente pela transferência bancária como forma de pagamento, tem direito à imediata restituição da caução prestada.

3 — A quantia a restituir será atualizada em relação à data da sua última alteração, com base no índice anual de preços ao consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

CAPÍTULO VI

Estrutura tarifária e faturação dos serviços

SECÇÃO I

Estrutura Tarifária

Artigo 84.º

Incidência

1 — Estão sujeitos às tarifas relativas ao serviço de abastecimento de água e de recolha de águas residuais urbanas, todos os utilizadores que disponham de contrato, sendo as mesmas devidas a partir da data do início da respetiva vigência.

2 — Para efeitos da determinação das tarifas fixas e variáveis os utilizadores são classificados como domésticos ou não domésticos.

Artigo 85.º

Estrutura tarifária

1 — Pela prestação do serviço de abastecimento de água e de recolha de águas residuais urbanas são faturadas aos utilizadores:

a) A tarifa fixa de abastecimento de água, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;

b) A tarifa fixa de recolha de águas residuais urbanas, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;

c) A tarifa variável de abastecimento de água, devida em função do volume de água fornecido durante o período objeto de faturação, sendo diferenciada de forma progressiva de acordo com escalões de consumo para os utilizadores domésticos, expressos em m³ de água por cada trinta dias.

d) A tarifa variável de recolha de águas residuais urbanas, devida em função do volume de água residual recolhido ou estimado durante o período objeto de faturação, e expressa em m³ de água por cada trinta dias.

2 — As tarifas previstas no número anterior englobam a prestação dos seguintes serviços:

a) Manutenção e renovação de ramais, incluindo a ligação do sistema público ao sistema predial, com a ressalva prevista no Artigo 88.º;

b) Fornecimento de água;

c) Celebração ou alteração de contrato de fornecimento de água e de recolha de águas residuais urbanas;

d) Disponibilização e instalação de contador individual;

e) Disponibilização e instalação de contador totalizador por iniciativa da Entidade Gestora;

f) Leituras periódicas programadas e verificação periódica do contador;

g) Reparação ou substituição de contador, torneira de segurança ou de válvula de corte, salvo se por motivo imputável ao utilizador;

h) Recolha e encaminhamento de águas residuais urbanas;

i) Execução e conservação de caixas de ligação e sua reparação, salvo se por motivo imputável ao utilizador;

3 — Para além das tarifas de abastecimento de água e de recolha de águas residuais urbanas referidas no n.º 1, são cobradas pela Entidade Gestora tarifas em contrapartida de serviços auxiliares, designadamente:

a) Execução de ramais de ligação;

b) Realização de vistorias aos sistemas prediais a pedido dos utilizadores;

c) Suspensão e reinício da ligação do serviço por incumprimento do utilizador;

d) Suspensão e reinício da ligação do serviço a pedido do utilizador;

e) Leitura extraordinária de consumos de água;

f) Verificação extraordinária de contador a pedido do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva avaria por motivo não imputável ao utilizador;

g) Ligação temporária ao sistema público, designadamente para abastecimento a estaleiros e obras e zonas de concentração populacional temporária;

h) Informação sobre o sistema público de abastecimento e ou saneamento em plantas de localização;

i) Fornecimento de água em autotanques, salvo quando justificado por interrupções de fornecimento, designadamente em situações em que esteja em risco a saúde pública;

j) Desobstrução de sistemas prediais e domiciliários de saneamento;

k) Instalação de medidor de caudal, quando haja lugar à mesma nos termos previstos no Artigo 70.º, e sua substituição;

l) Verificação extraordinária de medidor de caudal a pedido do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva avaria por motivo não imputável ao utilizador;

m) Leitura extraordinária de caudais rejeitados por solicitação do utilizador;

n) Recolha, transporte e destino final de lamas provenientes de fossas sépticas, recolhidas através de meios móveis;

o) Outros serviços a pedido do utilizador, nomeadamente, reparações no sistema predial ou domiciliário de abastecimento.

4 — Nos casos em que haja emissão do aviso de suspensão do serviço por incumprimento do utilizador e o utilizador proceda ao pagamento dos valores em dívida antes que a mesma ocorra, não há lugar à cobrança da tarifa prevista na alínea c) do número anterior.

Artigo 86.º

Tarifa fixa

1 — Aos utilizadores finais domésticos cujo contador possua diâmetro nominal igual ou inferior a 25 mm aplica-se a tarifa fixa única, expressa em euros por cada 30 dias.

2 — Aos utilizadores finais domésticos cujo contador possua diâmetro nominal superior a 25 mm aplica-se a tarifa fixa prevista para os utilizadores não-domésticos.

3 — Existindo consumos nas partes comuns de prédios em propriedade horizontal e sendo os mesmos medidos por um contador totalizador, é devida pelo condomínio uma tarifa fixa cujo valor é determinado em função do calibre do contador diferencial que seria necessário para medir aqueles consumos.

4 — Não é devida tarifa fixa se não existirem dispositivos de utilização nas partes comuns associados aos contadores totalizadores.

5 — A tarifa fixa faturada aos utilizadores finais não-domésticos é diferenciada de forma progressiva em função do diâmetro nominal do contador instalado.

a) 1.º nível: até 20 mm;

b) 2.º nível: superior a 20 e até 30 mm;

c) 3.º nível: superior a 30 e até 50 mm;

d) 4.º nível: superior a 50 e até 100 mm;

e) 5.º nível: superior a 100 e até 300 mm.

Artigo 87.º

Tarifa variável

1 — A tarifa variável do serviço prestado através de redes fixas, aplicável aos utilizadores domésticos é calculada em função do volume expresso em m³ de água consumida e de águas residuais urbanas recolhidas, por cada 30 dias:

a) 1.º escalão: até 5;

b) 2.º escalão: superior a 5 e até 15;

c) 3.º escalão: superior a 15 e até 25;

d) 4.º escalão: superior a 25.

2 — O valor final da componente variável do serviço devida pelos utilizadores domésticos é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão.

3 — A tarifa variável do serviço prestado através de redes fixas, aplicável aos utilizadores não-domésticos é única e expressa em euros por m³.

4 — A tarifa variável aplicável aos contadores totalizadores é calculada em função da diferença entre o consumo nele registado e o somatório dos contadores que lhe estão indexados.

5 — A tarifa variável do serviço de abastecimento aplicável a utilizadores não-domésticos é de valor igual ao 3.º escalão da tarifa variável do serviço aplicável aos utilizadores domésticos.

6 — O fornecimento de água centralizado para aquecimento de águas sanitárias em sistemas prediais, através de energias renováveis, que não seja objeto de medição individual a cada fração, é globalmente faturado ao valor do 2.º escalão da tarifa variável do serviço prevista para os utilizadores domésticos.

7 — Quando não exista medição através de medidor de caudal, o volume de águas residuais urbanas recolhidas corresponde ao produto da

aplicação de um coeficiente de recolha de referência de âmbito nacional, igual a 90 % do volume de água consumido.

8 — Para aplicação do coeficiente de recolha previsto no número anterior e sempre que o utilizador não disponha de serviço de abastecimento ou comprovadamente produza águas residuais urbanas a partir de origens de água próprias, o respetivo consumo é estimado em função do consumo médio dos utilizadores com características similares, no âmbito do território municipal, verificado no ano anterior.

9 — Quando não exista medição através de medidor de caudal e o utilizador comprove ter-se verificado uma rotura na rede predial de abastecimento de água, o volume de água perdida e não recolhida pela rede de saneamento não é considerado para efeitos de faturação do serviço de saneamento, aplicando-se o coeficiente de recolha previsto no n.º 7, ao:

a) Consumo médio apurado entre as duas últimas leituras reais efetuadas pela Entidade Gestora;

b) Consumo médio de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal verificado no ano anterior, na ausência de qualquer leitura subsequente à instalação do contador.

10 — O coeficiente de recolha previsto no n.º 7 pode não ser aplicado nas situações em que haja comprovadamente consumo de água de origens próprias e não seja adequado o método previsto no n.º 8, devendo a metodologia de cálculo ser definida no contrato de recolha.

Artigo 88.º

Execução de ramais de ligação

1 — A construção de ramais de ligação superiores a 20 metros está sujeita a uma avaliação técnica e económica pela Entidade Gestora.

2 — Se daquela avaliação resultar que existe viabilidade, os ramais de ligação instalados pela Entidade Gestora são faturados aos utilizadores no que respeita à extensão superior à distância referida no número anterior, para além do correspondente valor de execução do ramal definido no modelo tarifário em vigor.

3 — A tarifa de ramal pode ainda ser aplicada no caso de:

a) Alteração de ramais de ligação por alteração das condições de prestação do serviço de abastecimento, por exigências do utilizador;

b) Construção de segundo ramal para o mesmo utilizador.

Artigo 89.º

Contador para usos de água que não geram águas residuais urbanas

1 — Os utilizadores finais podem requerer a instalação de um segundo contador para usos que não deem origem a águas residuais urbanas recolhidas pelo sistema público de saneamento.

2 — No caso de utilizadores domésticos, aos consumos do segundo contador são aplicadas as tarifas variáveis de abastecimento previstas para os utilizadores não-domésticos.

3 — No caso de utilizadores que disponham de um segundo contador, a tarifa fixa é determinada em função do diâmetro virtual, calculado através da raiz quadrada do somatório do quadrado dos diâmetros nominais dos contadores instalados.

4 — O consumo segundo contador não é elegível para o cômputo das tarifas de saneamento de águas residuais e resíduos urbanos, quando exista tal indexação.

Artigo 90.º

Água para combate a incêndios

1 — Não são aplicadas tarifas fixas no que respeita ao serviço de fornecimento de água destinada ao combate direto a incêndios.

2 — O abastecimento de água destinada ao combate direto a incêndios deve ser objeto de medição, ou, não sendo possível, de estimativa, para efeitos de avaliação do balanço hídrico dos sistemas de abastecimento.

3 — A água medida nos contadores associados ao combate a incêndios é objeto de aplicação da tarifa variável aplicável aos utilizadores não-domésticos, nas situações em que não exista a comunicação prevista no n.º 2 do artigo 41.º

Artigo 91.º

Tarifário pelo serviço de recolha, transporte e destino final de lamas de fossas sépticas

Pela recolha, transporte e destino final de lamas de fossas sépticas são devidas:

a) Tarifa fixa, expressa em euros, por cada serviço prestado;

b) Tarifa variável, expressa em euros, por cada m³ de lamas recolhidas.

Artigo 92.º

Tarifários especiais

1 — Os utilizadores podem beneficiar da aplicação de tarifários especiais nas seguintes situações:

a) Utilizadores domésticos:

i) Tarifário social, aplicável aos utilizadores cujo agregado familiar possua rendimento bruto englobável para efeitos de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) que não ultrapasse 70 % do valor do salário mínimo nacional;

ii) Tarifário familiar, aplicável aos utilizadores domésticos finais domésticos cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos;

b) Utilizadores não-domésticos:

i) Tarifário social, aplicável a instituições particulares de solidariedade social, organizações não-governamentais sem fim lucrativo ou outras entidades de reconhecida utilidade pública cuja ação social o justifique, legalmente constituídas.

2 — O tarifário social para utilizadores domésticos consiste:

a) Na isenção das tarifas fixas;

b) Na aplicação ao consumo total do utilizador da tarifa variável do primeiro escalão, até ao limite mensal de 15 m³.

3 — O tarifário familiar consiste no alargamento do 1.º escalão de consumo em 3 m³ por cada membro do agregado familiar que ultrapasse os quatro elementos.

4 — O tarifário social para utilizadores não-domésticos consiste na aplicação de uma redução de 50 %, face aos valores das tarifas aplicadas a utilizadores não-domésticos.

Artigo 93.º

Acesso aos tarifários especiais

1 — Para beneficiar da aplicação do tarifário especial os utilizadores domésticos devem apresentar à Entidade Gestora os seguintes documentos:

a) Cópia da declaração ou nota de liquidação do IRS;

b) Declaração da Junta de Freguesia comprovativa do agregado familiar.

2 — A aplicação dos tarifários especiais tem a duração de três anos, findo o qual deve ser renovada a prova referida no número anterior, para o que a Entidade Gestora deve notificar o utilizador com a antecedência mínima de 30 dias.

3 — Os utilizadores não-domésticos que desejem beneficiar da aplicação do tarifário social devem entregar uma cópia os seguintes documentos:

a) Cópia dos estatutos;

b) Cópia do balanço social anual.

Artigo 94.º

Aprovação dos tarifários

1 — O tarifário dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas é aprovado até ao termo do ano civil anterior àquele a que respeitem.

2 — O tarifário produz efeitos relativamente aos utilizadores 15 dias depois da sua publicação, sendo que a informação sobre a sua alteração acompanha a primeira fatura subsequente.

3 — O tarifário é disponibilizado nos locais de estilo e ainda no sítio da internet da Entidade Gestora e no do Município de Leiria.

SECÇÃO II

Faturação

Artigo 95.º

Periodicidade e requisitos da faturação

1 — A periodicidade das faturas é mensal, podendo ser bimestral desde que corresponda a uma opção do utilizador por ser, por este, considerada mais favorável e conveniente.

2 — As faturas emitidas discriminam os serviços prestados e as correspondentes tarifas, podendo ser baseadas em leituras reais ou em

estimativas de consumo, nos termos previstos nos Artigo 73.º e no Artigo 74.º, bem como as taxas legalmente exigíveis.

3 — O serviço de saneamento é faturado conjuntamente com o serviço de abastecimento de água.

4 — Para os utilizadores dos edifícios cujos ramais sejam executados após a entrada em vigor deste Regulamento, é iniciada a faturação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, após 30 dias a contar da data da notificação referida no n.º 4 do Artigo 49.º

Artigo 96.º

Prazo, forma e local de pagamento

1 — O pagamento da fatura relativa aos serviços de abastecimento de água e de recolha de águas residuais urbanas emitida pela Entidade Gestora deve ser efetuada no prazo, na forma e nos locais nela indicados.

2 — Sem prejuízo do disposto na lei dos Serviços Públicos Essenciais quanto à antecedência de envio das faturas, o prazo para pagamento da fatura não pode ser inferior a 20 dias a contar da data da sua emissão.

3 — O utilizador tem direito à quitação parcial quando pretenda efetuar o pagamento parcial da fatura e desde que estejam em causa serviços funcionalmente dissociáveis, tais como o serviço de gestão de resíduos urbanos face ao serviço de saneamento de águas residuais urbanas.

4 — Não é admissível o pagamento parcial das faturas quando estejam em causa as tarifas fixas e variáveis associadas aos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas e dos valores referentes à respetiva taxa de recursos hídricos, que sejam incluídas na mesma fatura.

5 — A apresentação de reclamação escrita alegando erros de medição do consumo de água, suspende o prazo de pagamento da respetiva fatura, caso o utilizador solicite a verificação extraordinária do contador após ter sido informado da tarifa aplicável.

6 — No caso do volume de águas residuais urbanas recolhidas ser objeto de medição direta, suspende igualmente o prazo de pagamento da fatura a apresentação de reclamação escrita alegando erros de medição do respetivo contador, caso o utilizador solicite a verificação extraordinária do contador após ter sido informado da tarifa aplicável.

7 — O atraso no pagamento, depois de ultrapassada a data limite de pagamento da fatura, permite a cobrança de juros de mora à taxa legal em vigor.

8 — O atraso no pagamento da fatura superior a 15 dias, para além da data limite de pagamento, confere à Entidade Gestora o direito de proceder à suspensão do serviço de fornecimento de água e ou da recolha de águas residuais urbanas, desde que o utilizador seja notificado com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data em que venha a ocorrer.

9 — Não pode haver suspensão do serviço de abastecimento de água, nos termos do número anterior, em consequência da falta de pagamento de um serviço funcionalmente dissociável, quando haja direito à quitação parcial nos termos do n.º 3.

10 — O aviso prévio de suspensão do serviço é enviado por correio registado ou outro meio equivalente, sendo o respetivo custo imputado ao utilizador em mora.

Artigo 97.º

Prescrição e caducidade

1 — O direito ao recebimento do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação.

2 — Se, por qualquer motivo, incluindo o erro da Entidade Gestora, tiver sido paga importância inferior à que corresponde ao consumo efetuado, o direito do prestador ao recebimento da diferença caduca dentro de seis meses após aquele pagamento.

3 — O prazo de caducidade para a realização de acertos de faturação não começa a correr enquanto a Entidade Gestora não puder realizar a leitura do contador por motivos imputáveis ao utilizador.

Artigo 98.º

Arredondamento dos valores a pagar

1 — As tarifas são aprovadas com quatro casas decimais.

2 — Apenas o valor final da fatura, com IVA incluído, é objeto de arredondamento, feito aos centêimos de euro em respeito pelas exigências do Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26 de março.

Artigo 99.º

Acertos de faturação

1 — Os acertos de faturação do serviço de abastecimento de águas e recolha de águas residuais urbanas são efetuados:

- a) Quando a Entidade Gestora proceda a uma leitura, efetuando-se o acerto relativamente ao período em que esta não se processou;
- b) Quando se confirme, através de controlo metrológico, uma anomalia no volume de água e ou de efluentes medido.

2 — Quando a fatura resulte em crédito a favor do utilizador final, o utilizador pode receber esse valor autonomamente no prazo de 30 dias, procedendo a Entidade Gestora à respetiva compensação nos períodos de faturação subsequentes caso essa opção não seja utilizada.

CAPÍTULO VII

Penalidades

Artigo 100.º

Contraordenações

1 — Constitui contraordenação, nos termos do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, punível com coima de € 1 500 a € 3 740, no caso de pessoas singulares, e de € 7 500 a € 44 890, no caso de pessoas coletivas, a prática dos seguintes atos ou omissões por parte dos proprietários de edifícios abrangidos por sistemas públicos ou dos utilizadores dos serviços:

- a) O incumprimento da obrigação de ligação dos sistemas prediais aos sistemas públicos, nos termos do disposto no Artigo 16.º e no Artigo 49.º;
- b) Execução de ligações aos sistemas públicos ou alterações das existentes sem a prévia autorização da Entidade Gestora;
- c) O uso indevido ou dano a qualquer obra ou equipamento dos sistemas públicos;

2 — Constitui ainda contraordenação punível com coima de € 500 a € 3 000, no caso de pessoas singulares, e de € 2 500 a € 44 000, no caso de pessoas coletivas, a interligação de redes ou depósitos com origem em captações próprias a redes públicas de distribuição de água.

3 — Constitui contraordenação, punível com coima de € 250 a € 1 500, no caso de pessoas singulares, e de € 1 250 a € 22 000, no caso de pessoas coletivas, a prática dos seguintes atos ou omissões por parte dos proprietários de edifícios abrangidos por sistemas públicos ou dos utilizadores dos serviços:

- a) A permissão da ligação e abastecimento de água a terceiros, quando não autorizados pela Entidade Gestora;
- b) A alteração da instalação da caixa do contador e a violação dos selos do contador;
- c) O impedimento à fiscalização do cumprimento deste Regulamento e de outras normas vigentes, por funcionários, devidamente identificados, da Entidade Gestora.

Artigo 101.º

Negligência

Todas as contraordenações previstas no artigo anterior são puníveis a título de negligência, sendo nesse caso reduzidos para metade os limites mínimos e máximos das coimas previstas no artigo anterior.

Artigo 102.º

Processamento das contraordenações e aplicação das coimas

1 — A fiscalização, a instauração e a instrução dos processos de contraordenação, assim como a aplicação das respetivas coimas competem à Câmara Municipal de Leiria.

2 — A determinação da medida da coima faz-se em função da gravidade da contraordenação, o grau de culpa do agente e a sua situação económica e patrimonial, considerando essencialmente os seguintes fatores:

- a) O perigo que envolva para as pessoas, a saúde pública, o ambiente e o património público ou privado;
- b) O benefício económico obtido pelo agente com a prática da contraordenação, devendo, sempre que possível, exceder esse benefício.

3 — Na graduação das coimas deve ainda atender-se ao tempo durante o qual se manteve a infração, se for continuada.

Artigo 103.º

Produto das coimas

O produto das coimas aplicadas é repartido em partes iguais entre a Câmara Municipal de Leiria e a Entidade Gestora.

CAPÍTULO VIII**Reclamações**

Artigo 104.º

Direito de reclamar

1 — Aos utilizadores assiste o direito de reclamar, por qualquer meio, perante a Entidade Gestora, contra qualquer ato ou omissão desta ou dos respetivos serviços ou agentes, que tenham lesado os seus direitos ou interesses legítimos legalmente protegidos.

2 — Os serviços de atendimento ao público dispõem de um livro de reclamações onde os utilizadores podem apresentar as suas reclamações.

3 — Para além do livro de reclamações a Entidade Gestora disponibiliza mecanismos alternativos para a apresentação de reclamações que não impliquem a deslocação do utilizador às instalações da mesma, designadamente através do seu sítio na Internet.

4 — A reclamação é apreciada pela Entidade Gestora no prazo de 22 dias úteis, notificando o utilizador do teor da sua decisão e respetiva fundamentação.

5 — A reclamação não tem efeito suspensivo, exceto na situação prevista no n.º 5 do Artigo 96.º do presente Regulamento.

Artigo 105.º

Inspeção aos sistemas prediais no âmbito de reclamações de utilizadores

1 — Os sistemas prediais ficam sujeitos a ações de inspeção da Entidade Gestora sempre que haja reclamações de utilizadores, perigos de contaminação ou poluição ou suspeita de fraude.

2 — Para efeitos previstos no número anterior, o proprietário, usufrutuário, comodatário e ou arrendatário deve permitir o livre acesso à Entidade Gestora desde que avisado, por carta registada ou outro meio equivalente, com uma antecedência mínima de oito dias, da data e intervalo horário, com amplitude máxima de duas horas, previsto para a inspeção.

3 — O respetivo auto de vistoria deve ser comunicado aos responsáveis pelas anomalias ou irregularidades, fixando o prazo para a sua correção.

4 — Em função da natureza das circunstâncias referidas no n.º 2, a Entidade Gestora pode determinar a suspensão do fornecimento de água.

CAPÍTULO IX**Disposições finais**

Artigo 106.º

Integração de lacunas

Em tudo o que não se encontre especialmente previsto neste Projeto de Regulamento é aplicável o disposto na legislação em vigor.

Artigo 107.º

Entrada em vigor

Este Projeto de Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

Artigo 108.º

Revogação

Após a entrada em vigor deste Projeto de Regulamento fica automaticamente revogado o Regulamento Municipal do Serviço de Distribuição de Água ao Concelho de Leiria e o Regulamento Municipal do Serviço de Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Leiria anteriormente aprovados.

(¹) Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

(²) A Diretiva 2004/22/CE, transposta para o ordenamento jurídico Português através do Decreto-Lei n.º 192/2006, de 26 de setembro, e no que se refere a contadores de água a Portaria n.º 21/2007 de 5 de janeiro, prescreve a extinção do conceito “classes metrológicas”, substituindo-as pela relação entre o caudal permanente e o caudal mínimo (Q3/Q1)

ANEXO I**MINUTA DO TERMO DE RESPONSABILIDADE**
(Artigo 35.º / Artigo 65.º)

Termo de responsabilidade (Projetos de Execução)

_____, (Nome e habilitação do autor do projeto), morador na _____, contribuinte n.º _____, inscrito na _____ (indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso), sob o n.º _____, declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro e do Artigo 35.º ou Artigo 65.º, que o projeto de _____, (identificação de qual o projeto de especialidade em questão), de que é autor, relativo à obra de _____, (identificação da natureza da operação urbanística a realizar), localizada em _____, (localização da obra - rua, número de polícia e freguesia), cujo _____, (indicar se se trata de licenciamento ou autorização) foi requerido por _____, (indicação do nome e morada do requerente), observa:

a) As normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente _____ (discriminar designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou a informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor);

b) A recolha dos elementos essenciais para a elaboração do projeto nomeadamente _____ (ex: localização e a profundidade da soleira da câmara de ramal de ligação, etc), junto da Entidade Gestora responsável pelo sistema de saneamento águas residuais urbanas. (Local), _____ de _____ de _____.
... (Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão).

ANEXO II**MINUTA DO TERMO DE RESPONSABILIDADE**
(Artigo 36.º / Artigo 66.º)

_____, (Nome e habilitação do autor do projeto), morador na _____, contribuinte n.º _____, inscrito na _____. (indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso), sob o n.º _____, declara, sob compromisso de honra, ser o técnico responsável pela obra, comprovando estarem os sistemas prediais em conformidade com o projeto, normas técnicas gerais específicas de construção, bem como as disposições regulamentares aplicáveis e em condições de serem ligados à rede pública.
(Local), _____ de _____ de _____.
(assinatura reconhecida).

ANEXO III**Valores limite de emissão**

Artigo 53.º

A — Valores Limites de Emissão de Parâmetros Característicos de Águas Residuais Industriais/Parâmetros Gerais Definidores de Admissibilidade nas Redes de Esgotos no Concelho de Leiria.

1 — Não podem afluir às redes de drenagem públicas águas residuais cujas concentrações, relativas aos parâmetros seguidamente listados, excedam os correspondentes valores limite de emissão (VLE) indicados:

Parâmetros	Expressão de resultados	Valor limite de emissão
Gerais		
Temperatura	°C	8 a 30
pH	Escala Sørensen	5,5 a 9,5
CBO ₅ , 20.°C	mg/l O ₂	500
CQO	mg/l O ₂	1000
Sólidos suspensos Totais (SST)	mg/l	1000
Óleos e gorduras	mg/l	150
Óleos minerais	mg/l	15
Azoto amoniacal	mg/l NH ₄	60
Hidrocarbonetos	mg/l	15

Parâmetros	Expressão de resultados	Valor limite de emissão
Solventes orgânicos — hidrocarbonetos halogenados.	mg/l	10
Substâncias inorgânicas dissolvidas ou suspensas		
Manganésio total	mg/l Mn	2,0
Selénio total	mg/l Se	0,5
Chumbo total	mg/l Pb	1,0
Cádmio total	mg/l Cd	0,2
Crómio total	mg/l Cr	2,0
Crómio hexavalente	mg/l Cr	0,1
Cobre total	mg/l Cu	1,0
Níquel total	mg/l Ni	2,0
Mercúrio total	mg/l Hg	0,05
Zinco total	mg/l Zn	5,0
Alumínio e ferro.	—	Ilimitados desde que não provoque problemas no tratamento
Metais pesados (total)	mg/l	5,0
Sulfitos	mg/l SO ₃	2,0
Fósforo total	mg/l P	20
Nitratos	mg/l NO ₃	80
Detergente (lauril-sulfato)	mg/l	2,0
Amoníaco e amónia	mg/l NH ₃ e NH ₄	5
Cianetos totais	mg/l CN	0,5
Fluoritos	mg/l F	60
Nitritos	mg/l NO ₂	20 (caso ocorram descargas importantes)
Sulfatos	mg/l SO ₄	600
Sulfuretos	mg/l S	1,0
Substâncias orgânicas		
Pesticidas	µg/l	0,5
Hexaclorociclohexano	mg/l	2,0
Aldeídos	mg/l	1,0
Tetracloreto de carbono	mg/l	1,5
DDT	mg/l	0,2
Pentaclorofenol	mg/l	1,0
Aldrina, dieldrina, endrina e isodrina	mg/l	2,0
Hexaclorobenzeno (HCB)	mg/l	1,5
Clorofórmio	mg/l	1,0
Fenóis voláteis	mg/l	0,5
Dyestuffs/Corantes	—	Concentrações que não sejam visíveis após tratamento biológico
Substâncias que consomem espontaneamente oxigénio (ex: NaSO ₃ , FeSO ₄)	—	Concentrações que não provoquem condições anaeróbicas nos coletores

2 — A entidade gestora poderá, a seu critério, mas exclusivamente para os parâmetros relativos às matérias oxidáveis, isto é, CBO₅ (20) e CQO, e aos SST, admitir, a título transitório ou permanente, valores superiores aos indicados no número precedente, nos casos em que as capacidades das estações de tratamento municipais o permitam e os interesses de todos os utentes o justifique.

3 — Esta lista poderá ser ampliada e os valores limite de emissão alterados, com implicações nas autorizações específicas que forem concedidas.

B — Substâncias Perigosas sem Razão da Sua Toxicidade, Persistência e Bioacumulação nos Organismos Vivos e Sedimento

As substâncias seguidamente listadas deverão ser tendencialmente eliminadas nas descargas de águas residuais antes da sua afluência aos sistemas públicos de drenagem:

Substância:

Acetato de trifenilestanho (acetato de fentina)

Ácido cloroacético

Aldrina

2-amino-4-clorofenol

Antraceno

Arsénio e seus compostos minerais

Azinfos-etilo

Azinfos-metilo

Benzeno

Benzidina

Bifenilo

Cádmio e compostos de cádmio (Cd)

Clordano

Cloreto de benzilideno (α, α-diclorotolueno)

Cloreto de benzilo (a-clorotolueno)

Cloreto de cianurilo (2,4,6-tricloro-1,3,5-triazina)

Cloreto de trifenilestanho (cloreto de fentina)

Cloreto de vinilo (cloroetileno)

m-cloroanilina

o-cloroanilina

p-cloroanilina

Clorobenzeno

4-cloro-m-cresol

1-cloro-2,4-dinitrobenzeno

m-clorofenol

o-clorofenol

p-clorofenol

2-cloroetanol

Clorofórmio

1-cloronaftaleno

Cloronaftalenos (misturas técnicas)

4-cloro-2-nitroanilina

1-cloro-2-nitrobenzeno

1-cloro-3-nitrobenzeno

1-cloro-4-nitrobenzeno

4-cloro-2-nitrotolueno

cloronitrotoluenos (excepto 4-cloro-2-nitrotolueno)

Cloropreno (2-cloro-1, 3-butadieno)

3-cloropropeno (cloreto de alilo)

m-clorotolueno

o-clorotolueno

p-clorotolueno

2-cloro-p-toluidina clorotoluidinas (excepto 2-cloro-p-toluidina)

cumafos

2,4-D (compreendendo os sais e os ésteres)
 DDT (compreendendo os metabolitos DDD e DDE)
 demetão (compreendendo demetão-o, demetão-s, demetão-s-metil e demetão-s-metilsulfona)
 1,2-dibromoetano dicloreto de dibutilestanho
 dicloroanilinas
 m-diclorobenzeno
 o-diclorobenzeno
 diclobenzidinas
 1,1-dicloroetano
 1,2-dicloroetano
 1,1-dicloroetano (cloreto de vinilideno)
 1,2-1,2-dicloroetano
 2,4-diclorofenol
 diclorometano
 dicloronitrobenzenos
 1,2-dicloropropano
 1,3-dicloro-2-propanol
 1,3-dicloropropeno
 2,3-dicloropropeno
 dicloropropeno
 diclorvos
 dieldrina
 dietilamina
 dimetilamina
 dimetoato
 dissulfotão
 endossulfão
 endrina
 epicloiridrina
 etilbenzeno
 fenitrotião
 fentião
 fosfato de tributilo
 foxime
 heptacloro (compreendendo todos os isómeros e o lindano)
 hexaclorobenzeno
 hexaclorobutadieno
 hexaclorociclohexano (compreendendo todos os isómeros e o lindano)
 hexacloroetano
 hidrato de cloral
 hidróxido de trifenilestanho (hidróxido de fentina)
 isopropilbenzeno
 linurão malatião
 MCPA
 Mecopropeno
 Mercúrio e compostos de mercúrio (Hg)
 Metamidofos
 Mevinfos
 Monolinurão
 Naftaleno
 Ometoato
 Oxidemetão-metil
 Óxido de dibutilestanho
 Óxido de diclorodisopropilo
 Óxido de tributilestanho
 PAH (nomeadamente 3,4-benzopireno e 3,4-benzofluoranteno)
 PCB (compreendendo PCT)
 Paratião (compreendendo paratião-metilo)
 Pentaclorofenol
 pirazão
 propanil
 sais de dibutilestanho (excepto dicloreto de dibutilestanho e óxido de dibutilestanho)
 simazina
 2,4,5-T (compreendendo os sais e os ésteres)
 tetrabutilestanho tetracloreto de carbono
 1,2,4,5-tetraclorobenzeno

1,1,2,2-tetracloroetano
 tetracloroetano
 tolueno
 triazofos
 triclorfão
 triclorobenzeno (mistura técnica)
 1,2,4-triclorobenzeno
 1,1,1-tricloroetano
 1,1,2-tricloroetano tricloroetano triclorofenóis
 1,1,2-triclorofluoroetano
 trifluralina
 xilenos (mistura técnica de isómeros)

ANEXO IV

Artigo 53.º

MODELO DE REQUERIMENTO DE LIGAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS AOS SISTEMAS PÚBLICOS DE DRENAGEM

Do requerimento de ligação às redes de sistemas públicos de drenagem deverão constar, pelo menos, as informações seguintes:

1. Identificação do utente industrial
 Designação _____ Sede _____
2. Localização do utente industrial
 - Freguesia _____ Número da matriz/fração _____
 - Endereço _____ Licença de construção _____
 - Telefone _____ Licença de ocupação _____
 - Telefax _____ Licença de elaboração _____
 - Correio Eletrónico _____
3. Responsável pelo preenchimento do requerimento
 - Nome _____ Funções _____ Local de trabalho _____
4. Processo produtivo
 - CAE _____ Matérias-primas _____
 - Setores fabris _____ (enumeração)
 - Produtos fabricados _____ (quantidades anuais)
 - (enumeração)
 - (quantidades anuais)
5. Regime de laboração
 - Número de turnos _____ Semanas de laboração/ano _____
 - Horário de cada turno _____ Laboração sazonal _____
 - Dias de laboração/semana _____
6. Pessoal
 - Em cada turno _____ Atividade fabril _____ Atividade administrativa _____
7. Origens e consumos de água de abastecimento
 - Origens (enumeração)
 - Consumos totais médios anuais nos dias de laboração
 - Repartição dos consumos totais por origens
8. Destínos dos consumos de água
 - Enumeração (processo, refrigeração, vapor, lavagens, etc.)
 - Repartição dos consumos totais por destino
9. Águas residuais a descarregar nos coletores municipais nos termos do artigo 52.º e artigo 53.º
 - Caudais máximos instantâneos descarregados em cada dia de laboração
 - Caudais totais descarregados em cada dia de laboração
 - Substâncias descarregadas
10. Caudais para efeitos da aplicação da fórmula: $C = K \times VLE \times \frac{(Q \times \sum q_i)}{\sum q_i}$
 em que,
 K - é um fator menor que 1, determinado para cada substância e para cada sistema público de drenagem, na fixação do qual se terão em conta as concentrações dessas substâncias nas restantes componentes das águas residuais comunitárias e VLE - valor limite de emissão, conforme Anexo III;
 Q - caudal médio diário total afluente;
 q_i - representa, genericamente, os caudais médios diários nos dias de laboração dos estabelecimentos industriais ligados ou a ligar cujas águas residuais contenham a substância em questão.
 Caudal médio diário nos dias de laboração normal
11. Características qualitativas das águas residuais a descarregar nos coletores municipais nos termos dos artigos 12.º, 13.º e 14.º
 - 11.1. Parâmetros do ANEXO III que se detetam nas águas residuais (enumeração exaustiva) - Indicar as concentrações máximas e mínimas dos parâmetros que se detetam.
 - 11.2. Parâmetros do ANEXO III que se detetam nas águas residuais (enumeração exaustiva) - Indicação, relativamente a cada um dos parâmetros, de cada uma das quatro seguintes situações: seguramente ausente, "provavelmente ausente", "provavelmente presente", "seguramente presente".
12. Frequência de autocontrolo
 - Frequência proposta pelo requerente
13. Coletores que podem servir o utente industrial
 - (Plantas cotadas e com indicação dos sentidos do escoamento e das origens das águas residuais drenadas)
14. Identificação do ponto de ligação pretendido às redes de coletores municipais
 - Troço (localização)
 - Caixa (localização).

206864576

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Eletrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio eletrónico: dre@incm.pt

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750
